



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1744

Segunda-feira - 18 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garuva	241	Papanduva.....	412
Alto Bela Vista.....	3	Governador Celso Ramos	244	Passo de Torres.....	413
Anchieta	4	Guaraciaba	245	Penha.....	414
Antônio Carlos	6	Guaramirim	246	Peritiba.....	416
Atalanta.....	7	Herval d'Oeste	255	Pinheiro Preto	417
Balneário Rincão	8	Ibiam	257	Pomerode.....	418
Bela Vista do Toldo.....	9	Ilhota	258	Porto Belo.....	421
Benedito Novo	12	Imbituba	259	Porto União.....	422
Biguaçu	13	Indaial.....	260	Pouso Redondo	424
Blumenau	25	Iomerê	269	Presidente Castello Branco	428
Bom Jardim da Serra	44	Irineópolis	362	Rio do Sul.....	429
Bom Jesus do Oeste	74	Itapiranga.....	363	Salto Veloso.....	433
Bom Retiro	75	Itapoá	364	Santa Rosa do Sul	434
Braço do Trombudo	76	Jacinto Machado	368	Santa Terezinha do Progresso	435
Brunópolis	126	Joaçaba	369	Santiago do Sul.....	437
Brusque.....	127	José Boiteux	374	São Bento do Sul.....	441
Caçador.....	139	Lages	375	São Carlos	442
Camboriú.....	147	Laguna	378	São Domingos.....	443
Campo Alegre	149	Lauro Muller	380	São João do Oeste	444
Campos Novos.....	177	Lebon Regis	381	São João do Sul	445
Canoinhas.....	178	Leoberto Leal.....	385	São Joaquim	446
Capinzal	180	Luzerna	387	São José.....	447
Celso Ramos.....	193	Macieira.....	388	São Lourenço do Oeste.....	452
Chapadão do Lageado	194	Maracajá	390	São Miguel da Boa Vista	455
Concórdia	195	Maravilha.....	391	São Miguel do Oeste.....	456
Cordilheira Alta	196	Massaranduba.....	392	São Pedro de Alcântara.....	457
Coronel Freitas.....	197	Meleiro	393	Schroeder	459
Coronel Martins.....	198	Modelo	394	Siderópolis.....	474
Correia Pinto.....	202	Monte Carlo	397	Sombrio.....	475
Corupá	205	Morro da Fumaça	398	Timbó	478
Curitibanos	206	Navegantes	399	Treze Tilias	483
Dionísio Cerqueira	227	Nova Trento	401	Videira.....	492
Forquilha	230	Novo Horizonte	402	Vitor Meireles.....	501
Fraiburgo.....	231	Ouro	403	Xaxim.....	502
Galvão.....	234	Ouro Verde	404		
Garopaba.....	235	Palhoça	406		

Consórcios

AGIR	538
ARIS	538
CIMCATARINA.....	539
CIS/AMOSC.....	544
CIS/AMREC.....	548
CIS/AMURES.....	549
Consórcio CISAMA.....	552

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 36/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 36/2015

PREGÃO PRESENCIAL 27/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 36/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 27/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de show de manobras radicais com motos, o qual será processado e julgado no dia 28 de maio de 2015 às 13h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 15 de maio de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de levantamentos e diagnósticos internos e externos da administração, desenvolvimento de reuniões técnicas administrativas e de comando, bem como, a capacitação técnica de professores e gestores, sofreu Alterações. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação fica alterado para o dia 29 de maio de 2015, às 08h50, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 09h. A íntegra do Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações". Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações e Compras desta Prefeitura, situado à Rua do Comércio, 1015, Centro, em horário comercial, ou pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista (SC), em 15 de maio de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, objetivando possível aquisição de lixeiras conforme projeto básico constante no Anexo "E", sofreu Alterações. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação fica alterado para o dia 28 de maio de 2015, às 08h50, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 09h. A íntegra do Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações". Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações e Compras desta Prefeitura, situado à Rua do Comércio, 1015, Centro, em horário comercial, ou pelo telefone (49) 3455-9022. Alto Bela Vista (SC), em 15 de maio de 2015.

Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

PORTARIA N 056, DE 15 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, ODETE FATIMA DE MELLA, ocupante do cargo temporário de AGENTE DE LIMPEZA E COPA no período de sete (7) dias, a contar de 13 de maio de 2015, conforme atestado médico expedido pela Dra. Damarys Rodrigues RMS-SC 4200389.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 15 de maio de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 055, DE 15 DE MAIO DE 2015.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal FRANCARLO GOUVEA ocupante do cargo de ENFERMEIRO no período de mais sessenta dias (60), a contar de 01 de maio a 01 de julho de 2015, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Aldo Adriano Schneider CRM-SC 8035.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 15 de maio de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 010/2015

PORTARIA Nº 010/2015

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador Valderéz Izotton a percepção de 3,5 (três e meia), diárias, com destino à Florianópolis, SC, nos dias 19, 20, 21 e 22 de Maio de 2015, para participar do Curso de Competências Legislativas Municipais conforme convite e programação recebida pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 19, 20, 21 e 22 de Maio de 2015. A saída será no dia 19 de Maio de 2015, pelas 09h00min manhã e o retorno dia 22 de Maio pela 19h00min bem como requer a inscrição para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 1.431,64 (um mil quatrocentos e trinta e uns reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 14 de Maio de 2015.

Valderéz Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.

Secretaria da Câmara Municipal,

Em 14 de Maio de 2015.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

PORTARIA 011/2015

PORTARIA Nº 011/2015

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador Ivo Schaeffer a percepção de 3,5 (três e meia), diárias, com destino à Florianópolis, SC, nos dias 19, 20, 21 e 22 de Maio de 2015, para participar do Curso de Competências Legislativas Municipais conforme convite e programação recebida pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 19, 20, 21 e 22 de Maio de 2015. A saída será no dia 19 de Maio de 2015, pelas 09h00min manhã e o retorno dia 22 de Maio pela 19h00min bem como requer a inscrição para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para

percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 1.431,64 (um mil quatrocentos e trinta e uns reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 14 de Maio de 2015.

Valderéz Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.

Secretaria da Câmara Municipal,

Em 14 de Maio de 2015.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

PORTARIA 012/2015

PORTARIA Nº 012/2015

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador Paulo Fusieger a percepção de 3,5 (três e meia), diárias, com destino à Florianópolis, SC, nos dias 19, 20, 21 e 22 de Maio de 2015, para participar do Curso de Competências Legislativas Municipais conforme convite e programação recebida pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 19, 20, 21 e 22 de Maio de 2015. A saída será no dia 19 de Maio de 2015, pelas 09h00min manhã e o retorno dia 22 de Maio pela 19h00min bem como requer a inscrição para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 1.431,64 (um mil quatrocentos e trinta e uns reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 14 de Maio de 2015.

Valderéz Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada na forma da lei.

Secretaria da Câmara Municipal,

Em 14 de Maio de 2015.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

PORTARIA 013/2015

PORTARIA Nº 013/2015

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno da Câmara - Resolução nº. 11 de 16 de dezembro de 2010 e Decreto Legislativo nº 002/2014 de 01 de julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, a Secretaria do Legislativo Jussara Santin a percepção de 3,5 (três e meia), diárias, com destino à Florianópolis, SC, nos dias 19, 20,21 e 22 de Maio de 2015, para participar do Curso de Competências Legislativas Municipais conforme convite e programação recebida pela CEAP, a ser realizado pelo Centro de Estudos da Administração Pública, com palestras nos dias 19, 20,21 e 22 de Maio de 2015. A saída será no dia 19 de Maio de 2015, pelas 09h00min manhã e o retorno dia 22 de Maio pela 19h00min bem como requer a inscrição para o referido evento.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/2014, tendo como valor da diária R\$5,43 UFRM, perfazendo o total de R\$ 1.431,64 (um mil quatrocentos e trinta e uns reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 14 de Maio de 2015.

Valderez Izotton

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria
foi publicada na forma da lei.

Secretaria da Câmara Municipal,
Em 14 de Maio de 2015.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

Antônio Carlos

PREFEITURA

53 EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 001/2014

53º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 18/05/2015 a 18/06/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 15 de maio de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
22º	MARCELO RODRIGUES ALVES	1544

PORTARIA N 294/2015

PORTARIA Nº 294/2015

Concede férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a GIOVANNI SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de junho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 10/07/2011 a 09/07/2012.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de maio de 2015.

PORTARIA N 295/2015

PORTARIA Nº 295/2015

Concede férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a EDILANE NEIS GELS-LEICHTER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de maio de 2015.

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2015.

DECRETO Nº 021/2015.

"Convoca para a V Conferência Municipal de Saúde de Atalanta e dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal nº. 8.142/90.

Art. 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, em 11 de maio de 2015, fica convocada a V Conferência de Saúde do Município de Atalanta, para o dia 25 de junho de 2015.

Art. 3º - O tema central da Conferência será: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS, DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 4º - A Conferência de Saúde terá como local a Câmara de Vereadores de Atalanta - Renascer (Rua Ernesto Beck - Centro / Atalanta - SC).

Art. 5º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão elaboradas e deliberadas pela comissão eleita para esse fim, designada pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 7º - As despesas decorrentes da realização da V Conferência Municipal de Saúde correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 12 de maio de 2015.

TARCÍSIO EDEGAR HILHESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 020/2015

DECRETO Nº. 020/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1421 de 29 de abril de 2015:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0104; no Programa 0049 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do superávit financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recurso 0104 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ 147.256,63 (Cento e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos) e da anulação da seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.743,37

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0104; no Programa 0049 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0049 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Projeto Atividade 2.018 - Manutenção do Transporte Escolar

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas 150.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 04 de maio de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 3/2015, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULO 0KM PARA AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 28 de maio de 2015, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47)3535-0101. Atalanta, 14 de maio de 2015.

TARCÍSIO EDEGAR HILHESHEIM - Prefeito Municipal em Exercício de Atalanta-SC

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 270/2015

DECRETO/ GP/Nº 270/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

ALTERA DECRETO Nº 245/2015 PARA PRORROGAR O CALENDÁRIO FISCAL DO IPTU (IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO) DO EXERCÍCIO DE 2015.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

Considerando a contratação de empresa vencedora do certame licitatório para realização de recadastramento dos imóveis (BCI), objetivando, principalmente, melhorias na qualidade do Cadastro Imobiliário, atualizando sua base de dados de acordo com a situação fática dos imóveis, com isso, aumentar sua cobertura para toda área do Município.

Considerando inúmeras procuras dos contribuintes junto a Municipalidade tendo em vista problemas encontrados em seus imóveis devido ao recadastramento realizado.

Considerando a solicitação da Câmara de Vereadores do Município de Balneário Rincão/SC.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o calendário fiscal para o pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), referente ao exercício de 2015, poderá ser efetuado até 10 de junho de 2015, em cota única, com desconto de 20% (vinte por cento), ou em até 05 (cinco) parcelas mensais, com os seguintes vencimentos:

1ª Parcela: 10 de junho de 2015;

2ª Parcela: 10 de julho de 2015;

3ª Parcela: 10 de agosto de 2015;

4ª Parcela: 10 de setembro de 2015;

5ª Parcela: 10 de outubro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 11 de maio de 2015.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

JULGAMENTO SINDICÂNCIA

PROCESSO DE SINDICÂNCIA DEFLAGRADO PELA PORTARIA Nº 187/2014

OBJETO DA SINDICÂNCIA: Apurar a denúncia formalizada pela Comunicação Interna, oriunda do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo em desfavor dos servidores "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela".

JULGAMENTO DA SINDICÂNCIA

I - RELATÓRIO:

Trata-se de Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 187/2014 (fls. 145) para apurar os fatos descritos na denúncia contida na Comunicação Interna nº 003/2014, oriunda do Setor de Recursos Humanos e demais documentos anexos, tendo como denunciados os servidores públicos municipais "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela".

Foi instaurada a Comissão de Sindicância através da Portaria nº 187/2014, de 25 de abril de 2014, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Silvana do Carmo Dambroski, José Soinski e Alinor Miranda, sob a presidência da primeira, visando apurar os fatos denunciados e instalou-se a Comissão de Sindicância na sala da Assessoria Jurídica, situada na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

O Processo de Sindicância foi regularmente instruído com o colacionamento das seguintes provas: a) Comunicação Interna nº 003/2014 do Setor de Recursos Humanos informando irregularidades dos servidores públicos municipais "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela" acompanhada de documentos (fls. 02/143); b) Portaria nº 187/2014, instalando e nomeando a Comissão Sindicante (fls. 145); c) Portaria nº 188/2014 e nº 189/2014, afastando os servidores do cargo sem prejuízo de suas remunerações (fls. 188/189); d) Ata de Instalação da Comissão (fls. 151); e) Notificações encaminhadas pela Comissão Sindicante aos servidores públicos municipais sindicados informando do Processo de Sindicância (fls. 152/153); f) Defesa Preliminares e documentos (fls. 154/173); g) Ofícios e Comunicações Internas intimando para comparecimento em audiência (fls. 179/191); h) Ofícios e Comunicações Internas intimando para comparecimento em audiência (fls. 201/211); i) Termo de Depoimentos, Termo de Interrogatório e Ata de Audiência (fls. 216/224); j) Relatório de Visita Técnica e documentos (fls. 238/264); k) Entrega dos autos em carga ao Defensor dos Sindicados e Intimação para apresentação de Alegações Finais (fls. 265); l) Alegações finais da Sindicada Vaneide Aparecida Watzko (fls. 266/270); m) Relatório Final exarado pela Comissão de Sindicância (fls. 273/281).

A Comissão de Sindicância apresentou parecer conclusivo (fls. 273/281) nos seguintes termos:

"Definida a situação de cada um dos sindicados e embasados na Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), na Lei Municipal nº 823, de 22 de dezembro de 2011 e na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, concluímos:

a) Que os Sindicados "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela" cumprem estágio probatório (documentos de fls. 20 e 37) com admissão em 02/07/2012 e 19/06/2012 respectivamente,

portanto os referidos servidores, de acordo com a legislação maior, não são estáveis na carreira profissional.

b) Mediante os documentos e demais provas existentes nos autos fica provado que os Sindicados "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela" não possuíam ao tempo da nomeação, e nem após ela, a diplomação e/ou conclusão do Curso de Técnico em Vigilância Sanitária, descumprindo assim a Lei Municipal nº 823/2011 (fls. 40), a qual exige que para exercer o Cargo de Técnico em Vigilância Sanitária o requisito é a conclusão/formação no Curso de Técnico em Vigilância Sanitária.

c) Que ao serem nomeados sem terem a devida formação na área (requisito da Lei Municipal) os mesmos cometeram ato de improbidade administrativa (art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92) infringindo assim o art. 125, inciso IV, da Lei Municipal nº 004/1997 (Estatuto do Servidor Público Municipal)."

É a síntese do necessário.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

A prima facie cumpre esclarecer que os Sindicados "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela" ingressaram no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo em data 02/07/2012 e 19/06/2012 respectivamente (fls. 20 e 37), ou seja, estão no período de estágio probatório, no cargo de Técnico em Vigilância Sanitária.

A legislação municipal que rege a matéria é a Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Lei Municipal nº 823, de 22 de dezembro de 2011 (Lei que criou o cargo de Técnico em Vigilância Sanitária).

A defesa sustenta preliminarmente que ocorreu cerceamento de defesa, sob o argumento que a Sindicada Vaneide Aparecida Watzko não teria sido intimada para acompanhar os membros da Comissão de Sindicância até a cidade de Porto União em visita técnica ao Centro Brasileiro de Educação Técnico Profissional - CEBREP.

A preliminar arguida não pode prosperar, haja vista não tratar-se de perícia judicial como alega a Defesa, mas sim mera visita dos membros da Comissão para saber se existia ou não o Curso de Técnico em Vigilância Sanitária.

A Defesa alegou desde o princípio que a definição de curso técnico é imprecisa (fls. 155 e 169), então, necessário para a formação de juízo de valor pelos membros da Comissão de Sindicância, saber se existe ou não o referido curso. Dos documentos que repousam às fls. 139/164 (a defesa teve vistas dos mesmos), temos que realmente são disponibilizados os Cursos de Técnico em Vigilância Sanitária com carga horária entre 800 a 1.200 horas.

Em assim sendo, não houve prejuízo a defesa, razão pela qual afasta-se a preliminar arguida.

Quando ao mérito resta saber se os Sindicados preenchem ou não os requisitos para a investidura no cargo.

A Lei Municipal nº 823/2011 (fls. 38/41) exige que para ocupar o cargo de Técnico em Vigilância Sanitária é necessário que o interessado/candidato tenha a formação na área de Técnico em

Vigilância Sanitária.

Dos depoimentos e principalmente dos documentos que aportaram nos autos temos que os Sindicados não lograram provar que possuem formação no Curso de Técnico em Vigilância Sanitária (documentos de fls. 03/37 e 160/167). Não tendo os mesmos formação na área, via de consequência, não podem exercerem o cargo de Técnico em Vigilância Sanitária junto a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

Até porque, não possuindo os mesmos formação na área de atuação (ausência de formação no Curso Técnico em Vigilância Sanitária), além de colocarem em risco os administrados, temos que nulos são seus atos aliado ao fato de em tese estarem cometendo o crime de exercício ilegal de profissão.

Importante frisar que os Sindicados tiveram oportunidade de impugnarem o edital do Concurso Público (se assim o quisessem) e deixaram passar in albis o referido prazo. Então conclui-se que os Sindicados concordaram com as exigências da Administração Municipal de que para exercer o referido cargo é necessário a formação no Curso Técnico em Vigilância Sanitária.

Da prova testemunhal colhida extrai-se (220/221):

"Que trabalhou no setor de Recursos Humanos (Prefeitura de Bela Vista do Toldo) durante 06 (seis) anos; QUE na época da nomeação dos Sindicados era responsável pelo Setor de RH da Prefeitura de Bela Vista do Toldo; QUE tem conhecimento dos fatos relacionados com o processo de sindicância; QUE não tem conhecimento da legislação municipal que regra os requisitos dos cargos municipais dos Sindicados; QUE pelo que se lembra o edital previa que para os Sindicados serem nomeados (tomar posse) era necessário o curso de Técnico em Vigilância Sanitária; QUE quando o Sindicato Marcos foi tomar posse não apresentou nenhum documento comprovando que este teria feito um curso de Técnico em Vigilância Sanitária; QUE quanto a Sindicada Waneide foi tomar posse apresentou somente a fotocópia de alguns cursos (documentos de fls. 10/11); QUE na época nem foi discutido com o Prefeito/Empresa e demais responsáveis se existia realmente este Curso de Técnico em Vigilância; QUE mesmo não apresentando os documentos exigidos pelo edital, a depoente recebeu ordens superiores (Prefeito) para que expedisse a Portaria dando a posse aos Sindicados. QUE ao ver da depoente o problema maior era a do Sindicato Marcos que não apresentou qualquer documento. QUE quanto a Sindicada Waneide ao menos essa apresentou alguns Certificados; QUE depois é que foram ver que não existia Cursos Técnicos de Vigilância Sanitária; QUE em reuniões perceberam tal situação; QUE não chegou a pesquisar esse assunto, pois já havia recebido ordens. QUE não se sentiu ameaça para que procedesse daquela forma; QUE no edital (item 10.3) exigia que o candidato deveria apresentar os documentos sob pena de perder a vaga. QUE não fazia parte da Comissão do Concurso; QUE quem fez o edital foi a empresa; QUE participou de algumas reuniões com representantes da empresa a respeito do edital. QUE no início do ano passado (2013) informou ao Secretário de Administração e ao Prefeito de algumas possíveis irregularidades da posse de funcionários. QUE não houve impugnação do edital quanto a esse item (cargo de Técnico em Vigilância Sanitária)...." (Depoimento de Andressa Caroline Knorek Pereira) (promovi o destaque)

No mesmo sentido, extrai-se do depoimento da testemunha Juliana Lecin (fls. 218/219):

"...Que trabalha no setor de Recursos Humanos (Prefeitura de Bela Vista do Toldo) há 08 (oito) meses; QUE tem conhecimento dos fatos relacionados com o processo de sindicância; QUE tem conhecimento da legislação municipal que regra os requisitos dos cargos municipais dos Sindicados; QUE o edital previa que para os

Sindicados serem nomeados (tomar posse) era necessário o curso de Técnico em Vigilância Sanitária; QUE quando assumiu o Setor de RH verificou que na pasta/registro do Sindicato Marcos não existia nenhum documento comprovando que este teria feito um curso de Técnico em Vigilância Sanitária; QUE quanto a Sindicada Waneide somente existia a fotocópia de cursos de aperfeiçoamento (documentos de fls. 10/11); QUE nunca questionou os Sindicados a respeito do assunto; QUE quando tomou conhecimento desses fatos comunicou o Prefeito através de Comunicação Interna, pois o edital previa tal requisito; QUE quando foi aprovada no concurso era exigido a entrega de todos os documentos, aos menos pra depoente foi exigido..." (promovi o destaque)

Por fim, dos autos conclui-se de forma inequívoca que os Sindicados "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela" não possuem formação no Curso Técnico em Vigilância Sanitária não podendo, portanto, exercerem o cargo de Técnico em Vigilância Sanitária na Prefeitura Municipal de Bela Vista Toldo.

Por derradeiro, estando os Sindicados "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela" em estágio probatório é desnecessário a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para aplicação de punição.

Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência:

"RECURSO ORDINÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO - ART. 41, § 4º, CP/88 - DESNECESSIDADE DE PROCESSO DISCIPLINAR - GARANTIA DA AMPLA DEFESA - RECURSO DESPROVIDO. I - Para exoneração de servidor público, em estágio probatório, é desnecessário processo administrativo disciplinar, devendo ser assegurado apenas o direito de ampla defesa. II - Assegurada ampla defesa, inexistente ilegalidade ou abuso de poder praticados pela autoridade coatora, tampouco direito líquido e certo da servidora de ser reintegrada ao cargo. III - Recurso desprovido." (STJ - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança RMS 15201 RS 2002/0100915-9)

No caso em análise temos que a aplicação da penalidade pode ser arbitrada nesta fase de sindicância, dispensada a abertura de processo administrativo.

III - DISPOSITIVO

De todo o processado e após profunda análise dos presentes autos, instaurado com a finalidade de apurar denúncia formalizada pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo em desfavor dos servidores públicos municipais "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela", é de se concluir de que as provas produzidas no decorrer deste Processo de Sindicância demonstram de forma cristalina que os servidores sindicados violaram a legislação municipal (Lei Municipal nº 823/2011) ao serem nomeados (Portaria nº 361/12 - Marcos Woidella e Portaria nº 415/12 Vaneide Aparecida Watzko) para ocuparem o cargo de Técnico em Vigilância Sanitária sem terem a devida formação e dessa forma praticaram a conduta prevista no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (ato de improbidade administrativa).

Isto posto, com supedâneo nas provas que instruem o presente feito, decido:

a) Anular a Portaria nº 361/12, de 19 de junho de 2012 e a Portaria nº 415/12, de 02 de julho de 2012 (Súmula 473 do STJ "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.").

b) Aplicar a pena de demissão aos servidores públicos municipais "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela" por infração ao art. 125, inciso IV, da Lei Municipal nº 004/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

c) Expeça-se as Portarias de Demissão dos servidores públicos municipais "Vaneide Aparecida Watzko" e "Marcos Woidela" e faça constar cópia das mesmas junto a ficha funcional dos mesmos.

Intimem-se pessoalmente os Sindicados e seu Procurador.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Cumpra-se.

Bela Vista do Toldo, SC, 12 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIAS 260 E 261/15 - PROCESSO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA nº. 260/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 125, IV, da Lei nº 004/1997 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como do julgamento do Processo de Sindicância, resolve:

DEMITIR

Art.1º- Fica demitido o servidor MARCOS WOIDELELLA, ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo a 12/05/2015, por ter incidido na censura do art. 125, IV, da Lei nº 004/1997 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 12 de maio 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 261/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 125, IV da Lei nº 004/1997 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como do julgamento do Processo de Sindicância, resolve:

DEMITIR

Art.1º- Fica demitida a servidora VANEIDE APARECIDA WATZKO, ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo a 12/05/2015, por ter incidido na censura do art. 125, IV, da Lei nº 004/1997 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 12 de maio 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 79/2015 CV 24/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2015

Referente: Processo Licitatório nº 24/2015

Contratada: BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Valor Total Contratado: R\$ 3.850,00

Vigência: 24/04/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 24/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO N° 070/2015

DECRETO N° 070/2015 DE 13 DE MAIO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0301.14.422.0006.2016	Funcionamento e Manutenção do PROCON	9.240,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	8.240,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	9.240,00

04. SECRETARIA DA FAZENDA

0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	98.302,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	70.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	28.302,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	98.302,00

05. SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

0501.04.122.0002.2010	Man. Secretaria de Orçamento Participativo	4.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	4.000,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.363.0003.2023	Manut. Centro de Educação Profissional	28.400,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	26.400,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	28.400,00
0701.12.364.0003.2.026	Manutenção do Ensino Infantil	300.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	300.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	300.000,00

0701.12.366.0003.2.028	Manutenção da Educação de Jovens Adultos	4.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00

08.SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

0801.26.782.0007.2077	Conservação de Estradas Vicinais	2.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00

0801.15.452.0009.2082	Melhoria Manutenção do Cemitério Público	35.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	35.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	35.000,00

0801.15.452.0009.2083	Man. da Secretaria de Obras Infraestrutura	200.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	200.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00

09. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES

0901.15.452.0009.2087	Manut. Dos Serviços Educação de Trânsito	6.280,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.280,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.280,00

10.SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

1001.04.122.0002.2012	Mant. Secretaria de Integração Regional	6.300,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	6.300,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.300,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2054	Funcionamento e manutenção do FIA	20.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	35.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	35.000,00
	SUPLEMENTA:	

3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	35.000,00
1101.08.243.0006.2058	Manutenção do Conselho Tutelar	15.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	20.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00

13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

1301.27.122.0005.2049	Man. Sec. de Cultura, Esporte, Turismo Lazer	100.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	100.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00

14. SECRETARIA DA PESCA E MARICULTURA

1401.20.602.0007.2069	Man. Da Secretaria de Pesca e Maricultura	60.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	60.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	60.000,00

15. SECRETARIA DE AGRIC. DESENV. RURAL E AQUICULTURA

1501.20.606.0007.2070	Manutenção do Fundo da Agricultura	18.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	18.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	18.000,00

18. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.305.0004.2.046	Ação de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	13.400,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	13.400,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	13.400,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

PORTARIA Nº 1407/2015

PORTARIA Nº 1407/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANESSA BITTENCOURT ROSA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 4194/2015 em anexo nos períodos de 15/04/2015 a 17/04/2015 e de 29/04/2015 a 30/04/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1410/2015

PORTARIA Nº 1410/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA ISABEL CAMACHO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 3958/2015 em anexo no período de 22/04/2015 a 21/05/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1408/2015

PORTARIA Nº 1408/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGINA PAULA SAUTNER MAZINE, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 4062/2015 em anexo no período de 23/04/2015 a 27/04/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1411/2015

PORTARIA Nº 1411/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANA CRISTINA RENSI, ocupante do Cargo efetivo de DENTISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 3660/2015 em anexo no período de 14/04/2015 a 30/04/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1409/2015

PORTARIA Nº 1409/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 4527/2015 em anexo no período de 07/05/2015 a 07/05/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1412/2015

PORTARIA Nº 1412/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINA MORESCO GOMES MENDES, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3943/2015 em anexo no período de 20/04/2015 a 29/04/2015.

Biguaçu, 14 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1413/2015

PORTARIA Nº 1413/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALCIRENE DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3870/2015 em anexo no período de 16/04/2015 a 15/07/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1416/2015

PORTARIA Nº 1416/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANESSA BENEDETTI, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3873/2015 em anexo no dia 23/02/2015 e nos períodos de 12/03/2015 a 13/03/2015 e de 26/03/2015 a 28/03/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1414/2015

PORTARIA Nº 1414/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDSON AMARAL, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3476/2015 em anexo no período de 01/04/2015 a 29/06/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1418/2015

PORTARIA Nº 1418/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIA TOLEDO DE AZEVEDO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3873/2015 em anexo no período de 17/04/2015 a 16/05/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1415/2015

PORTARIA Nº 1415/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDA BERRETA TEIXEIRA, ocupante do Cargo efetivo de DENTISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3930/2015 em anexo no período de 19/04/2015 a 19/05/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1419/2015

PORTARIA Nº 1419/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANGELA LUIZA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3655/2015 em anexo no período de 31/03/2015 a 29/04/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1420/2015

PORTARIA Nº 1420/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA ZELI DUARTE, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3809/2015 em anexo no período de 14/04/2015 a 20/04/2015.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1423/2015

PORTARIA Nº 1423/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDA OLIVEIRA BOTELHO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3713/2015 em anexo no período de 11/04/2015 a 10/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1421/2015

PORTARIA Nº 1421/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA LUCIA LIMA DA COSTA PIMENTA MONTEIRO, ocupante do Cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3888/2015 em anexo no período de 17/04/2015 a 01/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1424/2015

PORTARIA Nº 1424/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINEUSA SOARES GOULART, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4153/2015 em anexo no período de 27/04/2015 a 30/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1422/2015

PORTARIA Nº 1422/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ZILDA REGINA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4248/2015 em anexo no período de 29/04/2015 a 04/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1425/2015

PORTARIA Nº 1425/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DANIELA LIGIA ANDERSON FARIA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4046/2015 em anexo no período de 23/04/2015 a 23/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1426/2015

PORTARIA Nº 1426/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA CIPRIANI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3773/2015 em anexo no período de 15/04/2015 a 29/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1429/2015

PORTARIA Nº 1429/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NELI FATIMA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4025/2015 em anexo no período de 23/04/2015 a 27/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1427/2015

PORTARIA Nº 1427/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIZANDRA DA SILVA FLORENÇO MARQUES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4300/2015 em anexo no período de 27/04/2015 a 25/06/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1430/2015

PORTARIA Nº 1430/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MIRIA RIBAS DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3736/2015 em anexo no período de 14/04/2015 a 20/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1428/2015

PORTARIA Nº 1428/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4229/2015 em anexo no período de 29/04/2015 a 04/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1431/2015

PORTARIA Nº 1431/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA MADALENA MARTINS DA CUNHA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3647/2015 em anexo no período de 13/04/2015 a 12/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1432/2015

PORTARIA Nº 1432/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNA CAROLINE SOARES, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3647/2015 em anexo no período de 08/05/2015 a 14/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1436/2015

PORTARIA Nº 1436/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ARMANDO DE BONA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3992/2015 em anexo no período de 22/04/2015 a 27/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1433/2015

PORTARIA Nº 1433/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SARA RAMOS DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4383/2015 em anexo no período de 04/05/2015 a 13/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1437/2015

PORTARIA Nº 1437/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TANIA CLEUSA SONNTAG, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3968/2015 em anexo no período de 23/04/2015 a 02/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1435/2015

PORTARIA Nº 1435/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNA CAROLINE SOARES, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4082/2015 em anexo no período de 23/04/2015 a 29/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1438/2015

PORTARIA Nº 1438/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JARDEL ANTONIO DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3927/2015 em anexo no período de 22/04/2015 a 24/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1439/2015

PORTARIA Nº 1439/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA DE SOUSA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3114/2015 em anexo no período de 27/03/2015 a 10/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1442/2015

PORTARIA Nº 1442/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARISA PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4427/2015 em anexo no dia 30/04/2015 e no período de 02/05/2015 a 06/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1440/2015

PORTARIA Nº 1440/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GLAUCIA MACHADO BUZZI, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3934/2015 em anexo no período de 22/04/2015 a 27/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1443/2015

PORTARIA Nº 1443/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGINA CARDOSO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4279/2015 em anexo no período de 29/04/2015 a 30/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1441/2015

PORTARIA Nº 1441/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ISABEL CRISTINA CURCIO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3795/2015 em anexo no período de 14/04/2015 a 17/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1444/2015

PORTARIA Nº 1444/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VIVIANE FORTE DE MORAES, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3744/2015 em anexo no período de 13/04/2015 a 17/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1445/2015

PORTARIA Nº 1445/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIA VIEIRA TOCHETTO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3688/2015 em anexo no período de 13/04/2015 a 17/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1446/2015

PORTARIA Nº 1446/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIA VIEIRA TOCHETTO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3926/2015 em anexo no período de 20/04/2015 a 04/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1447/2015

PORTARIA Nº 1447/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DEIZE VRISTINA PERES AMORIM, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4445/2015 em anexo no período de 11/05/2015 a 25/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1448/2015

PORTARIA Nº 1448/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GRAZIELA NUNES, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 1448/2015 em anexo no período de 11/05/2015 a 17/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1449/2015

PORTARIA Nº 1449/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RENATA MAINCHEIN CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 1449/2015 em anexo no período de 10/05/2015 a 17/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1450/2015

PORTARIA Nº 1450/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REJANE DE CARVALHO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE II – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4640/2015 em anexo no dia 30/04/2015 e no período de 10/05/2015 a 12/05/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PP 129/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 129/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS E ESCOLA MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2015 CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS EM ANEXO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 29 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 29 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE 165/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA MONTAGEM DE UM ENGENHO DE FARINHA AO ESTILO AÇOREANO PARA O EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, REALIZADO NOS DIAS 14 A 17 DE MAIO.

CONTRATADO:

MILTON FERREIRA DA SILVA: VALOR: R\$ 3.000,00.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.075

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.99.00.00.00

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, após assinatura do contrato.

JUSTIFICATIVA: Devido ao Evento da Praça Cidadã 2015, em comemoração aos 182 anos de emancipação do Município de Biguaçu, houve a necessidade da contratação para compor o quadro de atrações. O processo tem fundamento legal no art. 25, III e parágrafo primeiro da Lei 8.666/93:

- para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

O contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

De acordo com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo os valores contratados conforme consultas prévias aparentam encontrar-se compatível com o praticado no mercado.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PP 138/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 138/2015 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor Ramon Wollinger, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação por conveniência administrativa, do Processo Licitatório PP 138/2015 PMB, que tem por objeto "AQUISIÇÃO DE UM TOTEM DE SENHA E UMA TELEVISÃO PARA A SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE".

Biguaçu, 18 de maio de 2015

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2015-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA VISANDO À REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA FORNECIDA PARA O CEO, POLICLÍNICA E UPA 24 HORAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: TECNOHIDRO COMÉRCIO E INSTALAÇÃO HIDRÁULICA LTDA ME

VALOR: R\$ 4.223,00 (quatro mil duzentos e vinte e três reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA: Considerando que esta contratação visa a redução do consumo de água fornecida para várias divisões de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde promovendo uma economia real em torno de 40% no volume atualmente consumido por esta Administração; Considerando que a empresa contratada garante que o sistema de redução a ser instalado não interferirá na rede original da companhia de água e saneamento e que a mesma fornecerá todos os produtos, equipamentos e serviços de instalação e assistência técnica necessários; Considerando que o valor total desta contratação não ultrapassará o valor mencionado no inciso supracitado, opta-se pela dispensa de licitação.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONVITE N. 06/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONVITE Nº 006/2015

Circunstanciado pela ata de julgamento apresentado pela Comissão de Licitação, da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, datado de 13 de maio de 2015, venho ADJUDICAR E HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, o resultado da licitação na modalidade – CONVITE N. 06/2015, de acordo com o parecer daquela Comissão, que aponta como vencedora do certame a ser contratada a Empresa 9MM PROPAGANDA LTDA – CNPJ n. 05.332.468/0001-05, a qual, apresentou proposta (técnica e preço) vencedora. O valor estimado do presente certame é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinada à contratação de Empresa de Publicidade que atenda a demanda da Câmara de Vereadores de Biguaçu. O Contrato vigorará até o dia 31/12/2015, contado da data da assinatura do contrato, pelas partes. Pelo que se lavrou o presente Termo.

Biguaçu/SC, 15 de maio de 2015.
Salete Orlandina Cardoso
Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.109/2015

LEI Nº 8.109, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DESAFETA E AUTORIZA A PERMUTA DE IMÓVEL INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR IMÓVEL PERTENCENTE A GARCIA ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA-ME.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada da categoria de bem de uso comum do povo, passando a dos bens dominicais, uma área de terras contendo 312,44m², caracterizada como parte do traçado não implantado da Rua Max Wehmuth, no Bairro Garcia, fazendo frente em 24,11m com o lado ímpar da Rua Prefeito Frederico Busch Jr., fundos em 8,40m com o lado ímpar da Rua Armando Odebrecht; estremando pelo lado esquerdo em 38,48m com terras pertencentes ao Espólio de Camille Emile Chartouni (matrícula 23.232) e pelo lado direito em duas linhas, sendo a primeira, a partir da frente, em curva convexa de 10,81m e a segunda de 17,62m, ambas com terras do Espólio de Jessé João Rosa (matrícula 23.075), áreas essa avaliada em R\$124.976,00 (cento e vinte quatro mil, novecentos e setenta e seis reais).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terras descrita no art. 1º desta Lei, pelo imóvel de propriedade de Garcia Administração e Treinamento Ltda-ME, situado na Rua Flórida, no Bairro Velha, contendo a área de 395,08m², fazendo frente em 16,60m com o lado par da mencionada via pública, fundos em 16,60m com terras de Harold Meineke; estremando pelo lado direito em 23,80m com terras do Município de Blumenau e pelo lado esquerdo em 23,80m com terras de Silvia Carina da Silva Vargas, sem benfeitorias, terreno esse matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº10.244, inscrito no Cadastro Técnico do Município sob n. 4-1-20-7-669 e avaliado em R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º A permuta prevista no art. 2º desta Lei fica condicionada à renúncia, por parte de Garcia Administração e Treinamento Ltda ME, da diferença de valores verificada entre as avaliações dos imóveis.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.610/2015

DECRETO Nº 10.610, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2168 – PAB FIXO – Piso de Assistência Básica

Modalidade 3.3.90 (107) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0638.00064

Atividade 31.01.10.301.0009.2170 – PAB – Est. Saúde Família/Cof.

Modalidade 3.3.90 (111) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0667.00064

Atividade 31.01.10.301.0009.2177 – Qualificação/Educação na Saúde

Modalidade 3.3.90 (102) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0638.00070

Atividade 31.01.10.301.0009.2178 – Imp. de Ações e Serviços de Saúde

Modalidade 4.4.90 (114) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0638.00070

Atividade 31.01.10.305.0009.2192 – Vig. Epidemiológica e Amb. em Saúde

Modalidade 3.3.90 (104) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 4.4.90 (105) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 00638.00066

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.631/2015

DECRETO Nº 10.631, DE 14 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) na seguinte dotação orçamentária:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2311 – Gestão do Suas

Modalidade 3.3.90 (85) Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.632/2015

DECRETO Nº 10.632, DE 14 DE MAIO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 175.500,96 (cento e setenta e cinco mil, quinhentos reais e noventa e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE
2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Man. Ativ. da Fundação Pró-Família
Modalidade 3.3.90 (24)Aplicações Diretas R\$ 175.500,96
Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10633/2015

DECRETO Nº 10.633, DE 14 DE MAIO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2901 – Fundo Municipal de Assistência Social
Atividade 29.01.08.244.0010.2311 – Gestão do Suas
Modalidade 3.3.90 (85)Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Fonte de Recursos 0635.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação

orçamentária:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
29.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Atividade 29.01.08.244.0010.2311 – Gestão do Suas
Modalidade 4.4.90 (86)Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Fonte de Recursos 0635.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.634/2015

DECRETO Nº 10.634, DE 14 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0212.00000, no valor de R\$ 895.698,15 (oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e oito reais e quinze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB
3303 – Diretoria de Trânsito
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. das Ativ. de Trânsito
Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 895.698,15
Fonte de Recursos 0212.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.719/2015

PORTARIA Nº 18.719, DE 05 DE MAIO DE 2015.
NOMEIA JOÃO ANTONIO LOTÉRIO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE MEDIÇÕES, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

JOÃO ANTONIO LOTÉRIO, para o exercício do cargo em comissão

de Assessor de Medições, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, no dia 05 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.754/2015

PORTARIA Nº 18.754, DE 13 DE MAIO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 147/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 13 de maio de 2015:

JOANA ZUCCO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

WANDERLEIA DE FATIMA DA ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NAIR DE FATIMA CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JANAINA FLOR SCHEIMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ISABEL CRISTINA TOMASELLI FERNANDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NILZA ANDERLE BAGATOLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

HELENA BERG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SILVANA MAURIZA NESTOR ALVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro

Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIANE FELDHAUS DA CUNHA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANA FEUSER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.755/2015

PORTARIA Nº 18.755, DE 13 DE MAIO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 147/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 13 de maio de 2015:

JULIANE LABES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SULEINE SCHWANKE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JAQUELINE ROCHA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIO DE OLIVEIRA MELLO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELISA LOBE SIGNORI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLAUDIA CRISTINA CARDOSO MARTINS DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE,

jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JULIA CARLA SCHRAMM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PATRÍCIA MANCZAK DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JAYSON GUSTAVO SEIBEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CRISTIANE KIRSTEN DE MENDONÇA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PAULO ROBERTO WOVST LEITE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LISANDRA DE AZAMBUJA NUNES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.756/2015

PORTARIA Nº 18.756, DE 13 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 147/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 13 de maio de 2015:

LUCAS FELIPE MOISES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GABRIELA FURTADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCOS ROBERTO ROPELATO, para ocupar o

cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TATIANE APARECIDA SOUSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANTONIO CARLOS LEMOS DA COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DAMARIS REGINA SASSE FRANCOIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANA PAULA LOOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SARA ERN MEGLIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JAIDSON RABELO DE CARVALHO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FLAVIA FRANCISCHELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALEX SANDRO DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.757/2015

PORTARIA Nº 18.757, DE 13 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 147/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2011, a contar de 13 de maio de 2015:

DENISE KLOCK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NAIDE MAENCHEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FLÁVIA MABEL DA ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MÁRCIO RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista – CNH Categoria D, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BRUNO ALEXANDRE MOSER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IEDA MARA SCHNEIDER KRANKEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALMIR BAULER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de História, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FABIANA MARTENDAL OLIVEIRA CORDEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MANUELA DE AVIZ SCHULZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CÉLIA MARIS POMMERENING THAIS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ZAIRA CARDOSO DERINGER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.760/2015

PORTARIA Nº 18.760, DE 15 DE MAIO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

ANDERSON SCHROEDER, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Atendimento, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, no dia 18 de maio de 2015;

ALINE SOARES, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Redação, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM, no dia 14 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.761/2015

PORTARIA Nº 18.761, DE 15 DE MAIO DE 2015.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ MACARIE RIBEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE OPERADOR DE MÁQUINAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER

gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, o servidor público municipal:

JOSÉ MACARIE RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, GC de 30% (trinta por cento), a contar de 11 de maio de 2015, conforme Memorando SEDEAD nº 392/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.762/2015

PORTARIA Nº 18.762, DE 15 DE MAIO DE 2015.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO CARLOS ALVES DE CASTRO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

ALTERAR o percentual de gratificação de condução do servidor público municipal JOÃO CARLOS ALVES DE CASTRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para GC de 30% (trinta por cento), a contar de 01 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.763/2015

PORTARIA Nº 18.763, DE 15 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

TAIS JUCIMARA PEREIRA, do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 07 de maio de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3553/05/2015;

LIRIANE GUIMARÃES MORAIS, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 07 de maio de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3547/05/2015;

MARIANE ALVES STEFANES, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 11 de maio de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3564/05/2015;

PAMELA MARCHI AVOSANI, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 04 de maio de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3533/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.764/2015

PORTARIA Nº 18.764, DE 15 DE MAIO DE 2015.

EXONERA DANILO MURILO CHAGAS DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESCRITÓRIO DE PROJETOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e em atenção ao Memorando SEGG nº 052/2015, de 13/05/2015, resolve:

EXONERAR

DANILO MURILO CHAGAS DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escritório de Projetos, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, nomeado pela Portaria nº 18.525, de 09 de março de 2015, a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.765/2015

PORTARIA Nº 18.765, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA CRISTIANE BARCELOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando nº 161/2015/DAF, de 12/05/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 19 de maio de 2015, a servidora pública municipal CRISTIANE BARCELOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe do Setor de Controle dos Fundos Municipais, símbolo FGC 100%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PROCESSOS DE DISPENSA/2015

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-59/15 – Aquisição de medicamentos - SEMUS

CONTRATADA: CISAMVI

VALOR TOTAL: R\$ 51.927,80

BASE LEGAL: ART. 24, XXVI DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-23/15 – Locação de imóvel - FMAS

CONTRATADA: PORTAL IMÓVEIS

VALOR TOTAL: R\$ 60.000,00

BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-35/15 – Restauração e reforço de viaduto da via espressa - SEMOB

CONTRATADA: PERCI ODEBRECHT ENGEN. E CONSULTORIA LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 14.250,00
BASE LEGAL: ART. 24, IV DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-44/15 – Locação de imóvel - SEMUS
CONTRATADA: RODOLFO SOUZA & FILHOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 92.061,84
BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-002/15 – Locação de um prédio de alvenaria - SEMUS
CONTRATADA: IVANDA MARIA STICHLER GERALDO.
VALOR TOTAL: R\$ 32.205,44
BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-004/15 – Aquisição de serviços de oftalmologia - SEMUS
CONTRATADA: CLINICA MÉDICA OFTALMOLOGICA BLUMENAU LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 5.850,00
BASE LEGAL: ART. 24, IV DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-17/15 – Aquisição de medicamentos - SEMUS
CONTRATADA: ONCO PROD. DIST. DE PROD. HOSP. E ONCOLÓGICOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 11.237,24
BASE LEGAL: ART. 24, IV DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-22/15 – Aquisição de medicamentos - SEMUS
CONTRATADA: DROGARIA E FARMÁCIA JADER E GERALMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 29.280,00
BASE LEGAL: ART. 24, IV DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.
19/05/15

PROCESSOS DE DISPENSA/2015

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-248/14 – Manutenção de veículo - SEDEC
CONTRATADA: BREITKOPF VEÍCULOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 428,00
BASE LEGAL: ART. 24, XVII DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-246/14 – Manutenção e troca de peças de veículo em garantia - SEDEC
CONTRATADA: EBF COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 410,23
BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-008/15 – Manutenção de praças e jardins públicos (limpeza) - SESUR
CONTRATADA: URB – COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU.
VALOR TOTAL: R\$ 1.386.295,80
BASE LEGAL: ART. 24, VIII DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-57/15 – Locação de imóvel - SEMUS
CONTRATADA: RANDOLFO LESKE.
VALOR TOTAL: R\$ 22.875,84
BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-16/15 – Locação de imóvel - SEMED
CONTRATADA: ILSON DE MIRANDA.
VALOR TOTAL: R\$ 92.320,32

BASE LEGAL: ART. 24, X DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE/2015

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-45/15 – Contratação de Palestrante- SEMED
CONTRATADA: RODRIGO MARCELINO DE FRANCA.
VALOR TOTAL: R\$ 2.700,00
BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-49/15 – Contratação de interprete – SEMED.
CONTRATADA: MARISA G. BERKENBROCK.
VALOR TOTAL: R\$ 400,00
BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-36/15 – Atualização de Mail Server/ferramenta de migração – SEGG.
CONTRATADA: LUCANET SISTEMAS LTDA ME.
VALOR TOTAL: R\$ 9.028,65
BASE LEGAL: ART. 25, I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-40/15 – Assinatura da revista veja - SEGG
CONTRATADA: ABRIL COMUNICAÇÕES S.A.
VALOR TOTAL: R\$ 468,00
BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-22/15 – Assinatura do Jornal de Diário Catarinense – SEMOB – SECOM – FCB.
CONTRATADA: RBS ZERO HORA JORNALISTICA S/A.
VALOR TOTAL: R\$ 4.353,50
BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-38/15 – Manutenção de módulos eletrônicos de controladores semafóricos - SESUR
CONTRATADA: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 14.812,50
BASE LEGAL: ART. 25, I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-37/15 – Concerto caminhão MUCK – devido de um acidente - SESUR
CONTRATADA: MADALMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 8.551,07
BASE LEGAL: ART. 25, I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-47/15 – Manutenção de 01 ponto de sistema de transmissão de eventos e programas educacionais - SEDEAD
CONTRATADA: DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A.
VALOR TOTAL: R\$ 10.092,36
BASE LEGAL: ART. 25 CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.
19/05/15

PROCESSOS INEXIGIBILIDADE/2014/2015 - SEDEAD

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-20/15 – Serviços de Arbitragem - FMD
CONTRATADA: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO.
VALOR TOTAL: R\$ 18.900,00
BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-43/15 – Contratação de palestrante - SEMED
CONTRATADA: Liquidificador Comunicação integrada Ltda – ME.
VALOR TOTAL: R\$ 4.600,00
BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-42/15 – Contratação de Palestrante - SEMED

CONTRATADA: Silvia Sell D. Pillotto.

VALOR TOTAL: R\$ 3.000,00

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-46/15 – Contratação de palestrante - SEMED

CONTRATADA: ZERINHO OU UM LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 7.600,00

BASE LEGAL: ART. 25 CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-41/15 – Contratação de palestrante - SEMED

CONTRATADA: Maria da Graça Souza Horn.

VALOR TOTAL: R\$ 8.800,00

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-50/15 – Contratação de Interpretre - SEMED

CONTRATADA: GISELE RUCK.

VALOR TOTAL: R\$ 400,00

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-25/15 – Curso de capacitação – SEGG.

CONTRATADA: José Ricardo Cavichioli.

VALOR TOTAL: R\$ 1.750,00

BASE LEGAL: ART. 25 caput DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-39/15 – Locação de software - PROGEN

CONTRATADA: PSJ BANCOS DE DADOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 7.948,00

BASE LEGAL: ART. 25 I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSOS INEXIGIBILIDADE/2014/2015 - SEDEAD

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-31/15 – Aquisição de ferramenta Hidráulica – SEDECI.

CONTRATADA: SOS SUL RESGATE COM. E SERV. DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 28.228,30

BASE LEGAL: ART. 25, I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-32/15 – Manutenção e calibração e fornecimento de peças para ETILÔMETROS – SETERB.

CONTRATADA: ELEC INDÚSTRIA E COM. DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 15.000,00

BASE LEGAL: ART. 25, I DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 09-14/15 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

CONTRATADA: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 104.040,00

BASE LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

19/05/15

EXTRATO Nº 96/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato 096/2015

Dispensa de Licitação nº. 038/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, V e VII, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a COMPRA DE MADEIRAS, CHAPAS MDF, FECHADURAS E ACES-
SÓRIOS PARA A MARCENARIA DA FURB

Contratadas: Possamai Comércio de Madeiras LTDA.; Keunecke Ferragens e Fechadura LTDA.; Tecnolixas Comércio de Ferragens LTDA.;
Madeplacas Comércio de Artefatos para Marcenaria LTDA. – EPP; Evema Ferragens e Acessórios para Móveis LTDA. – ME; Comapreis LTDA.
– EPP

Valor / Elemento de Despesa: R\$ 36.803,85 (trinta e seis mil oitocentos e três reais e oitenta e cinco centavos) / 3.3.90.30.24.

Blumenau, 11 de maio de 2015.
 Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
 Reitor da FURB

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 181/15

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 181

RONALDO ROGERIO WAL-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
29146/2015	ANA CAROLINA WELTER	Farmacêutico	13/01/2015
29146/2015	ANDREA LUIZA DE OLIVEIRA CARNEIRO	Professor - 40h (QP)	04/02/2015
29146/2015	ANDREIA WAGNER	Agente Comum. de Saúde	14/02/2015
29146/2015	ANTONIO CARLOS CARVALHO	Professor- 40h (QP)	08/02/2015
29146/2015	BRUNA BROERING SAVI	Professor- 20h (QP)	02/02/2015
29146/2015	CRISTINA KIESELBACH	Engenheiro Civil	26/02/2015
29146/2015	DANIELA SACKL	Farmacêutico	18/02/2015
29146/2015	DEBORAH CATHARINE DO NASCIMENTO	Coordenador Pedag.	09/02/2015
29146/2015	DEISE SCHAEFER	Professor- 40 h (QP)	28/02/2015
29146/2015	DJALMA JOSE DOS SANTOS	Administrador	27/02/2015
29146/2015	EDNO HONORATO DE BRITO	Engenheiro Civil	27/02/2015
29146/2015	ELAINE POPENGA	Professor - 40h (QP)	27/02/2015
29146/2015	ELAINE VALMORBIDA	Professor - 40h (QP)	19/02/2015
29146/2015	ELIENE ALICE BEZERRA ALBA	Técnico em enfermagem	19/02/2015
29146/2015	FABIANA HAVERROTH DA SILVA	Professor - 40h (QP)	11/01/2015
29146/2015	FABIANA UHLMANN ULMANN	Professor - 40h (QP)	27/02/2015
29146/2015	FRANCINE RENSI	Professor - 40h (QP)	15/02/2015
29146/2015	GISELE DE SOUZA ANACLETO	Professor- 40h (QP)	04/02/2015
29146/2015	IARA ALVES MARINHO	Professor - 40h (QP)	01/02/2015
29146/2015	IARA DENISE NEUHAUS TAMBOSI	Professor -40 h (QP)	03/02/2015
29146/2015	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	Professor - 40 h (QP)	17/01/2015
29146/2015	JUCELE DE OLIVEIRA	Professor - 40h (QP)	20/02/2015
29146/2015	JULIANA DA COSTA	Professor- 40 h (QP)	02/02/2015
29146/2015	KELLI CRISTINA DOROW	Professor - 20h (QP)	20/02/2015
29146/2015	KENIA REGINA SCHMITZ	Professor - 40 h (QP)	07/02/2015
29146/2015	LEILIANE VAVASSORI SOARES	Professor - 40 h (QP)	23/01/2015
29146/2015	LUCIANA HABITZREITER PRANGE	Professor- 40h (QP)	01/02/2015
29146/2015	LUCIMAR RODRIGUES BUENO	Professor- 40 h (QP)	04/02/2015
29146/2015	LUIZ FERNANDO PROCOPIO GOMES	Engenheiro Civil	14/02/2015
29146/2015	LUIZ FERNANDO SUPIS	Engenheiro Civil	14/02/2015
29146/2015	MARA LUCIA DA SILVA MAFRA	Médico - 40 h.	12/01/2015
29146/2015	MARCELO BARCELAR BASTOS	Agente de Vigilância	11/02/2015
29146/2015	MARCO ANTONIO DA ROCHA MAFRA	Eletricista	26/02/2015
29146/2015	MARCUS AURELIO DIAS	Professor- 40h (QP)	22/02/2015
29146/2015	MARGARETE KRAUS	Analista de Polít. Públicas	13/02/2015
29146/2015	MICHELE ROSSATO MUNIZ CARIOLATO	Professor - 40h (QP)	26/01/2015
29146/2015	MICHELLE JULIANA DOS SANTOS	Professor- 40h (QP)	09/02/2015
29146/2015	MONICA ANDRADE DE MORAES VIEIRA	Engenheiro Civil	19/02/2015
29146/2015	PAMELA DOS SANTOS	Professor - 20h (QP)	10/02/2015
29146/2015	PATRICIA DICKMANN COSTA	Professor - 40h (QP)	24/02/2015
29146/2015	PATRICIA FEIJÓ	Professor - 40h (QP)	22/02/2015
29146/2015	PATRICIA LUEDERS	Coordenador Pedag.	19/01/2015
29146/2015	PATRICIO FERNANDO VEGA GARRAO	Professor - 40h (QP)	21/02/2015
29146/2015	PAULO ROBERTO SKROCH	Engenheiro Civil	15/11/2014
29146/2015	RAQUEL HELENA KRIEGER DE BORBA	Coordenador Pedag.	05/02/2015

29146/2015	RICHARD ZWICKER	Motorista	08/02/2015
29146/2015	RODRIGO EDUARDO ZIPPERT	Professor- 20h (QP)	02/02/2015
29146/2015	RODRIGO JOSE SILVEIRA	Procurador do Município	25/02/2015
29146/2015	ROMERO FENILI	Médico - 20 h	10/12/2014
29146/2015	ROSEMERI TEREZINHA CAMILO PASETO	Professor - 40h (QP)	15/02/2015
29146/2015	RUBIA KUPAS	Professor -40 h (QP)	18/01/2015
29146/2015	SIMONE DE ANDRADE	Professor - 20h (QP)	11/02/2015
29146/2015	SIOMAR ANDRE ISIDORO	Professor - 40h (QP)	06/02/2015
29146/2015	SOLANGE MARIA PETTINE BREIT	Professor - 40h (QP)	11/02/2015
29146/2015	TAIS FRENZEL DA ROSA NOGUEZ	Cirurgião Dentista- 20h	19/02/2015
29146/2015	TANIA BERNADETE DA SILVA	Professor - 40h (QP)	08/02/2015
29146/2015	TATIANA ROEDEL	Professor - 20h (QP)	27/02/2015
29146/2015	VALDECI ABREU	Agente de Vigilância	06/02/2015
29146/2015	VALERIA DA SILVA E SOUZA SOARES	Professor - 40h (QP)	25/01/2015

Blumenau, 14 de abril de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 182/15

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 182

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.125/2015	07.04.2015	ELOIR MAOSKI	30 horas para 40 horas	06.04.2015
29.134/2015	10.04.2015	FERNANDO VARGAS GARCIA	20 horas para 40 horas	06.02.2015
29.135/2015	10.04.2015	RODRIGO RODRIGUES BATISTA PEREIRA	10 horas para 20 horas	23.02.2015
29.136/2015	10.04.2015	MARINA NEVES FOGAÇA	20 horas para 30 horas	24.02.2015
29.136/2015	10.04.2015	CRISTIANE TAMARA REITER DA SILVA	20 horas para 30 horas	02.03.2015
29.137/2015	10.04.2015	JULIAN PLAUTZ	30 horas para 40 horas	25.02.2015
29.165/2015	20.04.2015	IVANETE DO NASCIMENTO SANTOS	30 horas para 40 horas	08.04.2015
29.177/2015	24.04.2015	GLICEA CRISTINA NEVES MORITZ DIAS	20 horas para 40 horas	04.09.2014
29.178/2015	24.04.2015	DAIANE MATOS ORTIZ	30 horas para 40 horas	17.11.2014
29.178/2015	24.04.2015	TARCISIO JOSE DA SILVA	30 horas para 40 horas	09.03.2015
29.179/2015	24.04.2015	ANA CLAUDIA MACIEL GAVA AGOSTINHO	35 horas para 40 horas	03.09.2014
29.190/2015	28.04.2015	FERNANDO SCHNEIDER	30 horas para 40 horas	04.05.2015
29.190/2015	28.04.2015	MARCELO ALVES DI JURA	30 horas para 40 horas	04.05.2015

Blumenau, 30 de abril de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 183/15**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 183**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO	
29168	2015	22.04.2015	2015/04/002978	ALESSANDRA FLORES RAMPE- LOTTO	73	09.02.2015	21.04.2015
29127	2015	08.04.2015	2015/04/002557	CLAUDIA RODRIGUES	365	07.04.2014	06.04.2015
29132	2015	10.04.2015	2015/04/002777	DANIEL FERNANDO SOARES E SILVA	836	14.11.2012	03.03.2015
29148	2015	15.04.2015	2015/04/002842	MAIARA REGINA ZANELLA	99	05.01.2015	13.04.2015
29166	2015	22.04.2015	2015/04/003045	GILMAR MONTEIRO DE ARAUJO	597	28.08.2013	19.04.2015
29100	2015	01.04.2015	2015/03/002386	MARA PATRICIA NETO ROSA	663	03.06.2013	31.03.2015
29126	2015	08.04.2015	2015/04/002641	LAURA ALVES DO AMARAL	626	15.07.2013	06.04.2015
29123	2015	07.04.2015	2015/03/002625	MARIZETE MORAIS LOCHS	289	12.06.2014	31.03.2015
29131	2015	09.04.2015	2015/03/002436	TAIS JUCIMARA PEREIRA	663	03.06.2013	31.03.2015
29114	2015	07.04.2015	2015/03/002437	TEREZINHA APARECIDA SILVA POLEZA	1362	04.07.2011	31.03.2015

Blumenau, 30 de abril de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 184/15**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 184**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.133/2015	10.04.2015	LUISA ANDREA TORRES SALGADO	25 horas para 20 horas	02.03.2015
29.147/2015	14.04.2015	REJANE ROCHINSKI	40 horas para 30 horas	01.05.2015

Blumenau, 30 de abril de 2015.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 185/15**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 185**

ROANLDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
29167	2015	22.04.2015	2015/04/003083	ANA PATRICIA MELLO	12/07/2015	09/09/2015
29122	2015	07.04.2015	2015/04/002438	JOCIELI VARGAS DE FREITAS RIDIERI	28/07/2015	25/09/2015
29170	2015	22.04.2015	2015/04/003125	MARELIZE AMANDIO PRADE	05/05/2015	03/07/2015
29140	2015	13.04.2015	2015/04/002840	SAMANTHA SOAR	28/07/2015	25/09/2015

Blumenau, 30 de abril de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 186/15**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 186**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
29193	2015	29.04.2015	2015/04/003324	KELLY ALEXANDRA SCHARF	02.05.2013
29172	2015	23.04.2015	2015/04/003098	WALTRAUT KURTH STEDILE	22.01.2015

Blumenau, 30 de abril de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 187/15**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 187**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
29130	2015	09.04.2015	2015/04/002745	MARCIO NEVES DE OLIVEIRA	04.05.2004	04.05.2014
29175	2015	23.04.2015	2015/04/003149	ROBERTA VILELA PEREIRA	03.01.2003	03.01.2013

Blumenau, 30 de abril de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 188/15

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 188

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
29144	2015	14.04.2015	2015/04/002869	JAQUELINE TERRA PARPAL	09.12.1998 09.12.2008

Blumenau, 30 de abril de 2015.
ROANLDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 189/15

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 189

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
29110	2015	06.04.2015	2015/04/002573	JANDIR DA SILVA	04.04.2005 04.04.2015
29111	2015	06.04.2015	2015/04/002577	ILDA DE CARVALHO SILVA	03.04.2005 03.04.2015
29112	2015	06.04.2015	2015/04/002608	JANDIRA INEZ ROSA DA SILVA	09.01.2005 09.01.2015
29113	2015	06.04.2015	2015/04/002617	LORI ROTERS	14.09.2004 14.09.2014
29121	2015	07.04.2015	2015/04/002639	MAURIZELI RIBEIRO GONÇALVES	06.04.2005 06.04.2015
29128	2015	09.04.2015	2015/04/002704	MARISA JAKES DE SOUZA	27.03.2005 27.03.2015
29149	2015	15.04.2015	2015/04/002914	LONY KLEBER RODRIGUES	12.05.2004 12.05.2014
29162	2015	16.04.2015	2015/04/002951	CARLOS CESAR LEITE	01.02.2005 01.02.2015
29164	2015	16.04.2015	2015/04/002987	FRANCISCO NASCIMENTO	23.01.2005 23.01.2015
29171	2015	23.04.2015	2015/04/003127	MARLENE PHILLIPPI MASCHIO	03.02.2004 03.02.2014
29181	2015	24.04.2015	2015/04/003215	ANESIA CLARICE GEBIEN SCHMITT	18.07.2000 18.07.2010

Blumenau, 30 de abril de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 190/15

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 190

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
29109/2015	06.04.2015	2015/04/002552	SIEGFRIED GREUEL	11.06.2004 a 11.06.2014
29124/2015	07.04.2015	2015/04/002640	MARCOS BACKENDORF	14.02.2002 a 14.02.2012
29129/2015	09.04.2015	2015/04/002716	CARLOS AIRTON GUERNER	03.04.2005 a 03.04.2015

29142/2015	14.04.2015	2015/04/002858	ELISABETH MARIA BRANCO	04.04.2005 a 04.04.2015
29143/2015	14.04.2015	2015/04/002861	IVANIR PETRY MEDEIROS	13.04.2005 a 13.04.2015
29145/2015	14.04.2015	2015/04/002875	DEBORA JORGE FERNANDEZ MENE- GHELLI	21.02.2005 a 21.02.2015
29150/2015	16.04.2015	2015/04/002891	CLENITO VALDONI DE BEM	16.04.2005 a 16.04.2015
29173/2015	23.04.2015	2015/04/003140	ELIANE DE LIMA	22.02.2005 a 22.02.2015,
29174/2015	23.04.2015	2015/04/003144	MARISA REGINA WEBER	19.02.2005 a 19.02.2015
29176/2015	23.04.2015	2015/04/003107	LUCIMARI PRESA	09.04.2005 a 09.04.2015
29180/2015	24.04.2015	2015/04/003184	JUCELIA DE FATIMA PAIM WOLFRAMM	08.10.2002 a 08.10.2012
29196/2015	29.04.2015	2015/04/003354	EZAIR BATISTA CORREA	14.05.2002 a 14.05.2012
29197/2015	30.04.2015	2015/04/003390	ROSELI LUTTKE DE MIRANDA	10.04.2005 a 10.04.2015
29198/2015	30.04.2015	2015/04/003421	VANILDE MARIA TAMBANI	20.03.2004 a 20.03.2014

Blumenau, 30 de abril de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

DEMONSTRATIVO RECEBIMENTO RECURSOS FEDERAIS ABRIL/2015

Mês / Ano 4 / 2015
 IBGE: 420240
 Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 CPF/CNPJ: 07.821.223/0001-69

Bloco	Ação/Serviço/Estratégia	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Líquido
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BASICA (PARCELAS)	001	000957	0000184012	132.869,88
ATENÇÃO BÁSICA	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	001	000957	0000184071	204.828,00
ATENÇÃO BÁSICA	ATENÇÃO DOMICILIAR (EMAD) RAU-ADOM	001	000957	0000184071	150.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	ATENÇÃO DOMICILIAR (EMAD) RAU-ADOM	001	000957	0000184071	150.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	EMAP - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE APOIO (RAU-ADOM)	001	000957	0000184071	6.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	EMAP - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE APOIO (RAU-ADOM)	001	000957	0000184071	6.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	PAB FIXO	001	000957	0000184071	605.933,08
ATENÇÃO BÁSICA	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	001	000957	0000184071	267.400,00
ATENÇÃO BÁSICA	SAÚDE BUCAL - SB	001	000957	0000184071	55.100,00
ATENÇÃO BÁSICA	SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	001	000957	0000184071	417.370,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - MUNICIPAL	104	004111	0066240082	23.100,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - CIRURGIA DO APARELHO CIRCULATORIO	104	004111	0066240082	132.413,38
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - CIRURGIA DO APARELHO CIRCULATORIO	104	004111	0066240082	55.226,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO, ORGÃOS ANEXOS E PAREDE ABDO	104	004111	0066240082	145.603,65
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO, ORGÃOS ANEXOS E PAREDE ABDO	104	004111	0066240082	24.941,85
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - CIRURGIA OROFACIAL	104	004111	0066240082	509,30
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - CIRURGIA OROFACIAL	104	004111	0066240082	341,30
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - OUTRAS CIRURGIAS PLÁSTICAS/REPARADORAS	104	004111	0066240082	1.813,60
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - OUTRAS CIRURGIAS PLÁSTICAS/REPARADORAS	104	004111	0066240082	862,35
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - TRANSPLANTES DE ORGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS	104	004111	0066240082	1.004.807,35
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - TRANSPLANTES DE ORGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS	104	004111	0066240082	2.321.224,86
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - TRATAMENTOS ODONTOLÓGICOS	104	004111	0066240082	677,66
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC AIH - TRATAMENTOS ODONTOLÓGICOS	104	004111	0066240082	388,26
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - ATENDIMENTO/ACOMP DE DOENÇAS ENDOC/METABOL E NUTRICIONAIS	104	004111	0066240082	2.400,00

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - ATENDIMENTO/A COMP DE DOENÇAS ENDOCMETABOL E NUTRICIONAIS	104	004111	0066240082	320,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	104	004111	0066240082	11.000,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - CONSULTAS MÉDICAS/OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	104	004111	0066240082	2.078,64
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - CONSULTAS MÉDICAS/OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	104	004111	0066240082	923,84
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - EXAME CITOPATOLÓGICO DO COLO DE ÚTERO	104	004111	0066240082	6.117,40
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - EXAME CITOPATOLÓGICO DO COLO DE ÚTERO	104	004111	0066240082	20.629,80
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - EXAMES DO LEITE MATERNO	104	004111	0066240082	4.892,08
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - EXAMES DO LEITE MATERNO	104	004111	0066240082	4.865,02
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - MAMOGRAFIA PARA RASTREAMENTO (RCA-RCAN PO 0008)	104	004111	0066240082	8.280,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - MAMOGRAFIA PARA RASTREAMENTO (RCA-RCAN PO 0008)	104	004111	0066240082	9.990,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - MAMOGRAFIA PARA RASTREAMENTO (RCA-RCAN PO 0008)	104	004111	0066240082	16.830,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - NEFROLOGIA	104	004111	0066240082	244.594,25
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - TRANSPLANTES DE ORGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS	104	004111	0066240082	114.243,79
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - TRANSPLANTES DE ORGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS	104	004111	0066240082	108.858,04
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - TRATAMENTO DE DOENÇAS DO APARELHO DA VISÃO	104	004111	0066240082	7.527,45
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - TRATAMENTO DE DOENÇAS DO APARELHO DA VISÃO	104	004111	0066240082	3.075,30
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - TRATAMENTO EM ONCOLOGIA (RCA - RCAN - PO 0008)	104	004111	0066240082	1.143,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - TRATAMENTO EM ONCOLOGIA (RCA - RCAN - PO 0008)	104	004111	0066240082	571,50
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - TRATAMENTO EM ONCOLOGIA (RCA - RCAN - PO 0008)	104	004111	0066240082	1.714,50
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	REDE VIVER SEM LIMITES - REDEF - CEO MUNICIPAL	104	004111	0066240082	2.200,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS SAMU 192 (RAU SAMU)- MUNICIPAL	104	004111	0066240082	49.475,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 (MAC)- MUNICIPAL	104	004111	0066240082	37.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	104	004111	0066240082	7.249.382,36
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL LIMITE CONTROLE DO CANCER - PO 00088585	104	004111	0066240082	1.222,47
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL LIMITE CONTROLE DO CANCER - PO 00088585	104	004111	0066240082	1.222,47

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG)	104	004111	0066240082	247.864,69
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE DE URGÊNCIA (RAU-HOSP)	104	004111	0066240082	830.915,79
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE PREV DIAG TRAT CANCER COLO DE MAMA (RCA-RCAN)	104	004111	0066240082	14.023,39
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE PSICOSSOCIAL (RSM-CRAC)	104	004111	0066240082	56.101,10
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE SAÚDE MENTAL (RSME)	104	004111	0066240082	106.169,28
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INC-AS AÇÕES DE VIG.PREV E CONT DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVVS)	104	004111	0066240090	16.583,33
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INC.PARA IMPLANT.E MANUT.AÇÕES SERV.PUBLIC. ESTRAT.DE VIG.(PVVS)	104	004111	0066240090	5.000,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PFVS)	104	004111	0066240090	83.915,91
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA	104	004111	0066240090	3.943,68
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA	104	004111	0066240090	3.943,68
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PARTE ANVISA	104	004111	0066240090	3.943,68
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARTE - FNS	104	004111	0066240090	12.756,42
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARTE - FNS	104	004111	0066240090	12.756,42
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARTE - FNS	104	004111	0066240090	12.756,42

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 09/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 09/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço ofertado por lote.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de água mineral, gêneros alimentícios, produtos de limpeza e copos plásticos, conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 29/05/2015

HORÁRIO: 09 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 18 de maio de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 08/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 08/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço ofertado por lote.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material de expediente conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 28/05/2015

HORÁRIO: 14 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 18 de maio de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 07/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 07/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço ofertado por lote.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material gráfico conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 28/05/2015

HORÁRIO: 10 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 18 de maio de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 10/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 10/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço ofertado por lote.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de suprimentos de informática, conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 29/05/2015

HORÁRIO: 14 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 18 de maio de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 06/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 06/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço ofertado por lote.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de sinalização predial, adesivos, crachás e placas para homenagens, conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 28/05/2015

HORÁRIO: 08:00 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 18 de maio de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

RESOLUÇÃO MD Nº 2.330

RESOLUÇÃO MD Nº 2.330

RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONCEDIDA AO SERVIDOR PÚBLICO FERNANDO CELA NETO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É retirada, em 13 de maio de 2015, a Gratificação de Função de Motorista Oficial da Presidência, concedida ao servidor público efetivo Fernando Cella Neto, pela Resolução MD nº 2.276, de 6 de abril de 2015.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.331

RESOLUÇÃO MD Nº 2.331

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO JOSÉ FABIANO MIREIDER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 14 de maio de 2015, Gratificação de Função de Motorista Oficial da Presidência ao servidor público efetivo José Fabiano Mireider, de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada no Gabinete da Presidência, para exercer as funções previstas no § 4º do art. 9º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º É revogada a Resolução MD nº 1.954, de 1º de junho de 2013.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

Bom Jardim da Serra**PREFEITURA****RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 1**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

PREVISÃO
INICIAL**RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)****RECEITAS CORRENTES****RECEITA TRIBUTÁRIA****IMPOSTOS****TAXAS****RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES****CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO****RECEITA PATRIMONIAL****RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS****TRANSFERÊNCIAS CORRENTES****TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS****Transf. de Conv.****OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PREVISÃO
INICIAL**RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)**

Multas e Juros de Mora

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

RECEITAS DIVERSAS

RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS

Continua 2/5

Continuação 3/5

PREVISĂ
INICIAL

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)

Operações de Crédito Internas

Mobiliária

Contratual

Operações de Crédito Externas

Mobiliária

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	PREVISÃO INICIAL
Contratual	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	
DÉFICIT (VI)	
TOTAL (VII) = (V + VI)	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.967.000,00	15.546.581,61	2.197.004,80	4.255.305,90	11.291.275,71	2.231.167,73	4.133.557,96	11.413.023,65	3.509.516,10
DESPESAS CORRENTES	10.305.500,00	10.944.678,53	2.165.245,65	4.091.954,77	6.852.723,76	2.199.282,84	3.973.229,80	6.971.448,73	3.354.089,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.974.000,00	5.136.684,40	1.106.535,36	2.155.654,45	2.981.029,95	1.110.058,50	2.141.561,86	2.995.122,54	2.087.580,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.251.500,00	5.727.994,13	1.058.710,29	1.936.300,32	3.791.693,81	1.089.224,34	1.831.667,94	3.896.326,19	1.266.508,34
DESPESAS DE CAPITAL	4.621.500,00	4.561.903,08	31.759,15	163.351,13	4.398.551,95	31.884,89	160.328,16	4.401.574,92	155.426,83
INVESTIMENTOS	4.471.500,00	4.411.903,08	15.885,47	125.235,93	4.286.667,15	16.011,21	122.212,96	4.289.690,12	117.311,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	150.000,00	150.000,00	15.873,68	38.115,20	111.884,80	15.873,68	38.115,20	111.884,80	38.115,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00

Continuação 4/5

Continuação 5/5

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.967.000,00	15.546.581,61	2.197.004,80	4.255.305,90	11.291.275,71	2.231.167,73	4.133.557,96	11.413.023,65	3.509.516,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.967.000,00	15.546.581,61	2.197.004,80	4.255.305,90	11.291.275,71	2.231.167,73	4.133.557,96	11.413.023,65	3.509.516,10
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	313.916,63	—	—	435.664,57	—	4.569.222,53
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.967.000,00	15.546.581,61	2.197.004,80	4.569.222,53	—	2.231.167,73	4.569.222,53	—	8.078.738,63

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 10

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 11

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/MÊS ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)						
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	271.585,59	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	271.585,59	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	271.585,59	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	469,94		-271.115,65

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 12

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			2.045.500,00	2.177.877,76	982.387,37	45,11	950.310,10	43,63
Pessoal e Encargos Sociais			1.177.000,00	1.277.000,00	717.743,59	56,21	717.743,59	56,21
Outras Despesas Correntes			868.500,00	900.877,76	264.643,78	29,38	232.566,51	25,82
DESPESAS DE CAPITAL			144.000,00	228.861,00	80.449,52	35,15	80.449,52	35,15
Investimentos			144.000,00	228.861,00	80.449,52	35,15	80.449,52	35,15

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	144.000,00	228.861,00	80.449,52	35,15	80.449,52	35,15
	144.000,00	228.861,00	80.449,52	35,15	80.449,52	35,15
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.189.500,00	2.406.738,76	1.062.836,89	44,16	1.030.759,62	42,83
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.189.500,00	2.406.738,76	1.062.836,89	100,00	1.030.759,62	100,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						1.030.759,62

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00			0,00	0,00	
TOTAL (VIII)	0,00			0,00	0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.196.500,00	2.437.135,04	1.117.460,25	99,71	1.085.382,98	99,70
Vigilância Sanitária	16.500,00	16.500,00	3.272,92	0,29	3.272,92	0,30
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.224.000,00	2.464.635,04	1.120.733,17	100,00	1.088.655,90	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula [(h+h) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 13

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		Até o Bimestre(b)	(c) = (a + b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	REGISTROS EFETUADOS EM 2015									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023

NADA A DECLARAR

FONTE:

BOM JARDIM DA SERRA , 15/05/2015

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 14

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.967.000,00		
Previsão Atualizada		14.967.000,00		
Receitas Realizadas		4.569.222,53		
Déficit Orçamentário		3.073.851,53		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		70.971,43		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.967.000,00		
Créditos Adicionais		579.581,61		
Dotação Atualizada		15.546.581,61		
Despesas Empenhadas		4.255.305,90		
Despesas Liquidadas		4.133.557,96		
Despesas pagas		3.509.516,10		
Superavit Orçamentário		435.664,57		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		4.255.305,90		
Despesas Liquidadas		4.133.557,96		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		12.788.966,28		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-343.147,12	0,00
Resultado Primário		0,00	282.790,20	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	161.920,39	97,25	6.680,52	155.142,62
EXECUTIVO	161.920,39	97,25	6.680,52	155.142,62
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.912.380,77	0,00	1.037.246,67	875.134,10
EXECUTIVO	1.912.380,77	0,00	1.037.246,67	875.134,10
TOTAL:	2.074.301,16	97,25	1.043.927,19	1.030.276,72
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		235.781,50	25%	9,05
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	766.000,00	
Despesa de Capital Líquida		160.328,16	4.401.574,92	

Continua 1/2

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 2

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) RS 1,00											
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	%	SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)				No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.967.000,00	15.546.581,61	2.197.004,80	4.255.305,90	100,00	100,00	11.291.275,71	2.231.167,73	4.133.557,96	100,00	11.413.023,65
Legislativa	700.000,00	700.000,00	85.333,48	169.338,16	3,98	3,98	530.661,84	85.333,48	169.338,16	4,10	530.661,84
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	85.333,48	169.338,16	3,98	3,98	530.661,84	85.333,48	169.338,16	4,10	530.661,84
Administração	1.427.000,00	1.427.000,00	288.194,03	572.517,54	13,45	13,45	854.482,46	288.194,03	572.517,54	13,85	854.482,46
Administração Geral	550.000,00	550.000,00	95.336,41	172.714,17	4,06	4,06	377.285,83	95.336,41	172.714,17	4,18	377.285,83
Administração Financeira	847.000,00	847.000,00	192.247,96	398.584,05	9,37	9,37	448.415,95	192.247,96	398.584,05	9,64	448.415,95
Controle Interno	30.000,00	30.000,00	609,66	1.219,32	0,03	0,03	28.780,68	609,66	1.219,32	0,03	28.780,68
Segurança Pública	39.000,00	39.000,00	2.271,09	3.224,99	0,08	0,08	35.775,01	2.271,09	3.224,99	0,08	35.775,01
Policimento	19.000,00	19.000,00	2.271,09	3.224,99	0,08	0,08	15.775,01	2.271,09	3.224,99	0,08	15.775,01
Defesa Civil	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência Social	602.000,00	679.000,00	72.600,39	201.063,20	4,72	4,72	477.936,80	93.600,39	145.063,20	3,51	533.936,80
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	822,14	822,14	0,02	0,02	19.177,86	822,14	822,14	0,02	19.177,86
Assistência à Criança e ao Adolescente	108.000,00	108.000,00	12.417,43	23.267,51	0,55	0,55	84.732,49	12.417,43	23.267,51	0,56	84.732,49
Assistência Comunitária	474.000,00	551.000,00	59.360,82	176.973,55	4,16	4,16	374.026,45	80.360,82	120.973,55	2,93	430.026,45
Saude	2.405.000,00	2.659.581,61	578.738,17	1.173.456,51	27,58	27,58	1.486.125,10	580.613,11	1.141.379,24	27,61	1.518.202,37
Atenção Básica	2.196.500,00	2.437.135,04	523.513,41	1.117.460,25	26,26	26,26	1.319.674,79	525.388,35	1.085.382,98	26,26	1.351.752,06
Vigilância Sanitária	16.500,00	16.500,00	2.501,42	3.272,92	0,08	0,08	13.227,08	2.501,42	3.272,92	0,08	13.227,08
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Alimentação e Nutrição	181.000,00	194.946,57	52.723,34	52.723,34	1,24	1,24	142.223,23	52.723,34	52.723,34	1,28	142.223,23
Educação	3.380.500,00	3.593.500,00	522.210,63	898.404,86	21,11	21,11	2.695.095,14	523.181,82	886.001,40	21,43	2.707.498,60
Ensino Fundamental	2.440.500,00	2.520.500,00	481.828,98	811.922,38	19,08	19,08	1.708.577,62	481.000,17	806.718,92	19,52	1.713.781,08
Educação Infantil	687.000,00	820.000,00	40.381,65	86.482,48	2,03	2,03	733.517,52	42.181,65	79.282,48	1,92	740.717,52
Educação de Jovens e Adultos	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	78.000,00
Educação Especial	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00
Cultura	90.000,00	90.000,00	12.565,12	19.561,26	0,46	0,46	70.438,74	12.565,12	19.561,26	0,47	70.438,74
Diffusão Cultural	90.000,00	90.000,00	12.565,12	19.561,26	0,46	0,46	70.438,74	12.565,12	19.561,26	0,47	70.438,74
Urbanismo	1.211.000,00	1.231.000,00	24.679,92	44.637,86	1,05	1,05	1.186.362,14	24.679,92	44.637,86	1,08	1.186.362,14
Infra-Estrutura Urbana	1.072.000,00	1.072.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.072.000,00	0,00	0,00	0,00	1.072.000,00
Serviços Urbanos	139.000,00	159.000,00	24.679,92	44.637,86	1,05	1,05	114.362,14	24.679,92	44.637,86	1,08	114.362,14
Habituação	368.000,00	368.000,00	140.889,14	253.119,16	5,95	5,95	114.880,84	140.889,14	253.119,16	6,12	114.880,84
Habituação Urbana	368.000,00	368.000,00	140.889,14	253.119,16	5,95	5,95	114.880,84	140.889,14	253.119,16	6,12	114.880,84
Saneamento	680.000,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00
Saneamento Básico Urbano	680.000,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00
Agricultura	765.000,00	765.000,00	53.791,35	92.791,32	2,18	2,18	672.208,68	53.791,35	92.791,32	2,24	672.208,68
Extensão Rural	765.000,00	765.000,00	53.791,35	92.791,32	2,18	2,18	672.208,68	53.791,35	92.791,32	2,24	672.208,68

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Indústria	14.967.000,00	15.546.581,61	2.197.004,80	4.255.305,90	11.291.275,71	2.231.167,73	4.133.557,96	11.413.023,65
Produção Industrial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Comércio e Serviços	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Turismo	215.000,00	230.000,00	27.103,31	50.069,38	179.930,62	27.103,31	50.069,38	179.930,62
Comunicações	215.000,00	230.000,00	27.103,31	50.069,38	179.930,62	27.103,31	50.069,38	179.930,62
Telecomunicações	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
Energia	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
Energia Elétrica	75.000,00	75.000,00	27.963,75	55.669,53	19.330,47	27.963,75	55.669,53	19.330,47
Transporte	75.000,00	75.000,00	27.963,75	55.669,53	19.330,47	27.963,75	55.669,53	19.330,47
Transporte Rodoviário	2.380.000,00	2.380.000,00	294.220,83	581.067,13	1.798.932,87	304.537,63	559.799,92	1.820.200,08
Desporto e Lazer	2.380.000,00	2.380.000,00	294.220,83	581.067,13	1.798.932,87	304.537,63	559.799,92	1.820.200,08
Desporto Comunitário	190.500,00	190.500,00	17.471,69	41.244,17	149.255,83	17.471,69	41.244,17	149.255,83
Encargos Especiais	190.500,00	190.500,00	17.471,69	41.244,17	149.255,83	17.471,69	41.244,17	149.255,83
Serviço da Dívida Interna	390.000,00	390.000,00	48.971,90	99.140,83	290.859,17	48.971,90	99.140,83	290.859,17
Outros Encargos Especiais	230.000,00	230.000,00	15.873,68	38.115,20	191.884,80	15.873,68	38.115,20	191.884,80
TOTAL (III) = (I + II)	14.967.000,00	15.546.581,61	2.197.004,80	4.255.305,90	11.291.275,71	2.231.167,73	4.133.557,96	11.413.023,65

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 3

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.165.879,29	1.601.126,43	990.412,33	1.057.100,28	1.031.800,76	1.091.003,88	1.171.682,51	1.471.687,33	1.477.909,15	1.300.627,43	1.147.680,01	1.276.895,75	14.784.204,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	59.771,09	59.055,84	69.776,61	63.642,00	74.931,16	84.655,68	42.775,41	82.916,03	107.225,65	31.114,59	30.689,11	53.715,94	1.237.000,00
IPTU	11.175,78	5.393,63	4.037,27	1.019,93	729,27	1.387,24	2.381,24	407,84	290,07	0,00	0,00	0,00	780.276,11
IP.R.F	3.681,01	3.302,74	3.054,68	2.203,35	3.094,43	4.176,20	3.277,99	3.441,01	1.757,27	1.810,12	2.432,69	3.402,37	26.767,27
I.S.S.	39.213,51	43.571,33	47.246,19	52.143,39	50.079,05	51.814,57	21.665,05	27.816,37	102.405,07	22.386,18	22.214,52	34.047,79	35.603,88
I.T.B.I.	0,00	400,00	7.096,80	4.050,20	15.748,46	22.080,44	10.569,80	46.570,67	620,00	5.293,96	2.862,48	11.894,93	514.765,03
Outras Receitas Tributárias	5.700,79	6.416,14	8.253,67	4.225,13	5.399,95	5.197,23	4.882,32	4.690,14	2.163,24	1.624,34	3.079,42	4.390,95	127.166,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.604,19	14.046,05	14.716,80	11.614,86	17.376,35	14.949,41	18.316,32	15.341,10	16.028,09	13.318,49	10.732,54	17.055,39	42.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	43.269,54	46.696,67	66.038,19	46.820,83	50.035,78	47.820,81	47.268,11	47.973,77	42.843,69	46.366,89	43.441,42	47.003,21	181.099,60
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.043.046,32	1.478.472,73	834.652,46	913.846,26	889.032,51	941.520,04	1.057.024,02	1.324.135,18	1.307.980,96	1.200.665,08	1.053.951,25	1.154.249,40	13.198.072,01
Cota-Parte do FPM	573.069,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.303,84	491.732,86	790.906,07	596.335,67	611.805,61	446.610,52	480.931,62	6.400.000,00
Cota-Parte do ICMS	255.195,95	258.902,51	240.894,18	252.406,73	270.644,94	279.035,31	307.851,28	296.528,87	428.497,93	384.254,13	385.919,25	414.835,47	3.200.000,00
Cota-Parte do IRPVA	21.622,30	21.149,92	28.288,42	19.910,78	19.590,26	21.831,66	13.756,71	13.053,48	11.354,96	14.245,57	19.517,19	24.139,93	210.000,00
Cota-Parte do ITR	1.279,24	1.468,88	4.290,81	1.793,67	12.193,53	74.800,57	47.451,55	9.809,59	7.272,26	1.592,37	4.148,19	1.216,55	167.257,67
Outras Transferências Correntes	70.318,13	652.053,26	85.381,64	77.009,30	76.376,04	72.807,52	68.993,47	66.271,05	111.410,20	52.721,26	66.851,95	82.928,10	1.077.500,00
Transferências da LC 61/1989	4.219,91	4.019,23	4.129,01	4.255,10	4.005,21	4.289,52	4.925,34	4.859,87	9.066,81	5.405,19	5.303,32	5.554,75	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.126,14	1.126,14	1.126,14	1.126,14	1.126,14	1.126,14	1.126,14	2.252,28	0,00	0,00	0,00	6.593,20	12.000,00
Transferências do FUNDEC	116.191,35	108.665,75	101.515,63	108.911,69	111.146,25	116.125,95	121.226,26	120.453,97	141.023,13	130.630,56	127.600,53	138.073,58	1.240.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.072,15	3.051,63	5.126,27	21.176,33	1.425,16	2.057,94	5.677,65	1.319,25	4.090,76	0,00	8.942,38	4.871,81	391.500,00
DEDUÇÕES (II)	171.306,32	143.293,16	129.510,79	145.594,94	140.113,80	150.917,10	168.265,57	173.327,10	211.109,34	203.460,61	172.089,49	186.649,35	2.007.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	171.306,32	143.293,16	129.510,79	145.594,94	140.113,80	150.917,10	168.265,57	173.327,10	211.109,34	203.460,61	172.089,49	186.649,35	2.007.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	994.572,97	1.458.032,97	861.101,54	911.515,34	891.686,96	940.086,78	1.003.415,94	1.298.360,23	1.266.799,81	1.057.166,82	975.590,52	1.090.246,40	11.980.000,00

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Caixa			0,00		0,00	Continua 2/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
Bancos Conta Movimento				0,00
Investimentos			0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (MII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (V + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 5

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	55.354,03	77.248,05	76.239,12
DEDUÇÕES (II)	6.050.353,09	6.517.256,25	6.414.385,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.961.878,70	8.177.393,51	7.995.515,48
Demais Haveres Financeiros	855,16	855,16	855,16
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.912.380,77	1.660.992,42	1.581.985,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.994.999,06	-6.440.008,20	-6.338.146,18
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.994.999,06	-6.440.008,20	-6.338.146,18

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	101.862,02	-343.147,12

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 6

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.641.000,00	4.275.953,07	3.983.192,31
Receita Tributária	1.237.000,00	222.745,29	353.364,34
I.P.T.U.	84.000,00	260,07	51.469,24
I.S.S.	820.000,00	181.173,56	261.689,21
I.T.B.I.	42.000,00	20.661,36	2.515,77
I.R.R.F.	189.000,00	9.402,45	7.796,83
Outras Receitas Tributárias	102.000,00	11.247,85	29.893,29
Receita de Contribuição	73.000,00	57.134,51	55.298,01
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	73.000,00	57.134,51	55.298,01
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	39.000,00	190.989,57	178.048,63
(-) Aplicações Financeiras	39.000,00	190.989,57	178.048,63
Transferências Correntes	10.939.500,00	3.969.362,63	3.442.143,65
F.P.M.	5.100.000,00	1.710.147,02	1.629.491,04
I.C.M.S.	2.560.000,00	1.290.806,60	822.756,84
Convênios	603.500,00	24.827,18	144.643,63
Outras Transferências Correntes	2.676.000,00	943.581,83	845.252,14
Demais Receitas Correntes	391.500,00	26.710,64	132.386,31
Dívida Ativa	46.000,00	26.575,35	17.754,86
Diversas Receitas Correntes	345.500,00	135,29	114.631,45
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.287.000,00	102.279,89	1.450.234,99
Operações de Crédito (III)	766.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.521.000,00	102.279,89	1.450.234,99
Convênios	1.521.000,00	102.279,89	1.450.234,99
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.521.000,00	102.279,89	1.450.234,99
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.162.000,00	4.378.232,96	5.433.427,30

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.944.678,53	4.091.954,77	3.619.911,75	3.973.229,80	3.561.601,45
Pessoal e Encargos Sociais	5.136.684,40	2.155.654,45	1.994.879,43	2.141.561,86	1.983.965,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.727.994,13	1.936.300,32	1.625.032,32	1.831.667,94	1.577.636,09
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.864.678,53	4.091.954,77	3.619.911,75	3.973.229,80	3.561.601,45
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.561.903,08	163.351,13	964.872,94	160.328,16	890.694,05
Investimentos	4.411.903,08	125.235,93	942.468,99	122.212,96	868.290,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	150.000,00	38.115,20	22.403,95	38.115,20	22.403,95
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.411.903,08	125.235,93	942.468,99	122.212,96	868.290,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	40.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.316.581,61	4.217.190,70	4.562.380,74	4.095.442,76	4.429.891,55
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.154.581,61	161.042,26	871.046,56	282.790,20	1.003.535,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 7

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Cancelados	Pagos	Liquidados	Saldo (b)
		En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014				En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014				
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
	EXECUTIVO											
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	146.559,29	1.765.821,48		1.037.246,67	875.134,10	1.974,54	159.945,85		6.680,52	89.469,90	155.142,62
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.526,67	40.013,27	0,00	39.674,66	875.134,10	1.974,54	159.945,85		6.680,52	89.469,90	155.142,62
	GABINETE DO PREFEITO	78.883,69	133.474,65	0,00	122.031,99	5.865,28	0,00	44.979,40		3.900,17	3.900,17	41.079,23
	SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TUR	0,00	59.698,33	0,00	50.511,03	90.326,75	1.211,54	12.790,48		2.755,99	7.905,37	11.246,03
	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA, AGRIC. E MEIO AMBI	6.117,14	494.972,98	0,00	167.690,71	9.157,30	0,00	0,00		0,00	0,00	9.157,30
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	54.244,80	984.256,39	0,00	617.570,82	333.399,41	13,00	101.954,35		0,00	77.990,00	101.967,36
	SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO	1.786,99	51.596,65	0,00	38.256,86	420.930,37	0,00	100,00		24,36	24,36	100,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	1.849,21	0,00	1.511,00	15.116,78	750,00	121,61		0,00	24,36	750,00
						338,21	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
						-	-	-		-	-	-
	TOTAL (III) = (I + II):	146.559,29	1.765.821,48	0,00	1.037.246,67	875.134,10	1.974,54	159.945,85	89.469,90	6.680,52	89.469,90	155.142,62

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 8

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	20.500,00	20.500,00	10.582,57	51,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	17.250,00	17.250,00	10.503,18	60,89
1.1.1- IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	16.000,00	16.000,00	10.503,18	65,64
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.250,00	3.250,00	79,39	2,44
1.3.1- ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.250,00	1.250,00	79,39	6,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.351.550,00	7.351.550,00	2.593.660,75	35,28
2.1- Cota-Parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	2.137.683,62	33,40
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.400.000,00	6.400.000,00	2.137.683,62	33,40
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	800.000,00	800.000,00	403.377,01	50,42
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	3.000,00	3.000,00	1.642,05	54,74
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	42.500,00	42.500,00	21.548,58	50,70
2.5- Cota-Parte ITR	53.550,00	53.550,00	12.094,96	22,59
2.6- Cota-Parte IPVA	52.500,00	52.500,00	17.314,53	32,98
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	7.372.050,00	7.372.050,00	2.604.243,32	35,33
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.500,00	2.500,00	36.826,59	1.473,06
6.1- Transferências de Convênios	2.500,00	2.500,00	36.826,59	1.473,06
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	231.500,00	231.500,00	90.626,24	39,15
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	234.000,00	234.000,00	127.452,83	54,47
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.007.000,00	2.007.000,00	773.318,79	38,53
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.300.000,00	1.300.000,00	427.536,60	32,89
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	640.000,00	640.000,00	322.701,18	50,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.400,00	2.400,00	1.313,64	54,74
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	5.070,26	50,70
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	12.600,00	12.600,00	2.845,84	22,59
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	42.000,00	42.000,00	13.851,27	32,98
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.240.000,00	1.240.000,00	537.537,29	43,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.240.000,00	1.240.000,00	537.537,29	43,35
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-767.000,00	-767.000,00	-235.781,50	30,74
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 2						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	1.843.012,50		1.843.012,50		651.060,83	35,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-235.781,50
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-235.781,50
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						235.781,50
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						9,05
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.380.500,00	3.593.500,00	898.404,86	25,00	886.001,40	24,66
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.380.500,00	3.593.500,00	898.404,86	25,00	886.001,40	24,66
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.380.500,00	3.593.500,00	898.404,86	25,00	886.001,40	24,66

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.908,96	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		537.537,29	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		400.225,58	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		399.973,50	0,00
49.2 Restos a Pagar		252,08	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		139.220,67	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2015 ANEXO 9

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	766.000,00	0,00	766.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS DE CAPITAL	4.561.903,08	163.351,13	160.328,16
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.561.903,08	163.351,13	160.328,16
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.795.903,08	-163.351,13	-3.632.551,95

FONTE:

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 100/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 100/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA ME

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 976/2015

Objeto: Execução de passeio público em paver nas ruas Padre Júlio trecho I e II e Avenida Cristo Rei trecho I no perímetro urbano do município de Bom Jesus do oeste/SC.

Valor: R\$ 110.653,30 (Cento e dez mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta centavos).

Vigência: 14 de Maio de 2015 a 14 de Novembro de 2015.

Assinatura: 14 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4713/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

DECRETO Nº 4713/2015 de 14 de maio de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0976/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº 0976/2015, que tem por objeto Execução de pavimentação de passeio publico em paver em ruas e avenidas do perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste/SC totalizando 1030,90 M².

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Marteplan Terraplanagens & Serviços Ltda ME	Execução de pavimentação de passeio publico em paver nas ruas Padre Júlio trecho I e II e Avenida Cristo Rei trecho I, conforme memorial descrtivo,planilha orçamentária e projetos da obra anexo ao presente processo licitatório totalizando uma área de 1.030,90 M²	1,00	110.653,30

cento e dez mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta centavos

110.653,30

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 14/05/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

ERRATA PP 13/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

ERRATA MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde vem a público retificar o Edital Pregão Presencial 13/2015 de 14 de maio de 2015, Aquisição de Material de Expediente e Suprimentos de Informática para atender as necessidades do FMS de Bom Retiro no exercício de 2015. Alterar no Anexo I Termo de Referencia e no Anexo IV Modelo Proposta de Preços:

No Item 49 "Onde se lê": Microcomputador: Quantidade 01.

Leia-se: Microcomputador: Quantidade 07.

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 15 de maio de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 062/2015

DECRETO Nº 062/2015

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão Organizadora do Concurso Rainha e Princesas da Festa da Integração do município de Braço do Trombudo.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art.1º Fica constituída a Comissão Organizadora do Concurso Rainha e Princesas da Festa da Integração do município de Braço do Trombudo, integrada pelos (as) Sr. (as) Iracema Cristina Hübes de Oliveira Stüpp, Egídio Hubner, Luciana Meurer, Gilson Junior da Silva, Ralf Krüger e Marisol Regiane Silva, sob a presidência da primeira, para organização e realização do referido evento que será realizado no dia 18 de julho de 2015.

Art.2º Fica revogado o Decreto nº 061/2014 de 03 de junho de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 14 de maio de 2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito MunicipalW

RESULTADO DE JULGAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 20/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial 20/2015 Processo licitatório 26/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de sondagem do tipo SPT para fins de reconhecimento de solo, conforme especificações constantes neste edital nos anexos VII e VIII, conforme especificado no Anexo I deste Edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: AZIMUTE ENGENHARIA LTDA - ME CNPJ: 80.095.425/0001-60 Item: 1, no valor total de R\$ 15.560,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 15/05/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 2014 PMBT

Página: 1/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	RÉGUA ACRÍLICO RÍGIDO, transparente, espessura mínima de 3mm 30cm. (13922)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	WALEU	0	0,6100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	WALEU	0	0,5400	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	WALEU	0	0,8500	3
2	RÉGUA DE MADEIRA. 1 metro (13921)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	STALO	0	2,9700	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SOUZA	0	1,5500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SOUZA	0	3,8500	3
3	Régua com 30 cm em alumínio (11130)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	1,2700	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	1,4300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	1,6200	3
4	LÁPIS PRETO. Madeira reflorestada. Ponta MAX resistente: fórmula com exclusivas micropartículas ativas que garante a mais alta resistência, maciez e apagabilidade. N° 2. Caixa com 50 unidades. Aprovado pelo INMETRO. (13920)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LABRA	0	25,3600	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	LABRA	0	10,0000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	labra	0	15,0000	3

Página: 2/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	LAPIS BORRACHA (12 UN) (1635)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	12,2800	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	19,1800	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ECOLE	0	19,1800	3
6	APONTADOR FORMA DE TUBO, apontador para lápis, material plástico, tipo escolar, cor preta. (13913)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,0200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	TRIS	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	hansas	0	1,5600	3
7	APONTADOR DE METAL - para lápis nº02. Ótima qualidade, fio e corte. Lâmina eficiente que não mastigue a madeira do lápis. (13914)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	0,6100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	KAZ	0	0,6000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jocar	0	1,1600	3
8	Apontador de lápis pequeno em plástico, com um furo, sem estijo, em cores variadas (11139)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,0900	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	LEO E LEO	0	0,1500	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	foska	0	0,4300	3
9	CANETA ESFEROGRAFICA BPS GRIP F 0,7 MM AZUL (5464)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	1,6794	1

Página: 3/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
10	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM PRETA (5465)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7226	2		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	1,6794	1		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7227	2		
11	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM VERMELHA (5466)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	1,6794	1		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7227	2		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3		
12	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 1,0 MM AZUL (5747)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	pelikan	0	2,9389	1		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7227	2		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	injeppen	0	38,6260	1		
13	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cores: azul. Esfera de tungstênio tampa ventilada. Escrita fina, 0,7 mm, tampa e tampinha na cor da tinta, ponta de latão, resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes. (9370)	CX	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)						
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	16,7072	2		

Página: 4/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	COMPACTOR	0	41,8600	3
14	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cores: preto, Esfera de tungstênio, tampa ventilada. Escrita fina, 0,7 mm, tampa e tampinha na cor da tinta, ponta de latão, resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes. (9371)	CX	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	injeepen	0	38,6280	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	16,7072	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	COMPACTOR	0	41,8600	3
15	CANETA PARA RETROPROJETOR 1.0 Azul -Ponta poliacetal 1.0mm (9480)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7606	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	master	0	1,2000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	1,3184	3
16	CANETA PARA RETROPROJETOR 1.0 Preto -Ponta poliacetal 1.0m (9482)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7606	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	master	0	1,2000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	1,3184	3
17	CANETA CORRETIVO (4610)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	MASTER	0	1,0397	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	1,7086	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,1200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 5/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Lapiseira 0,7 mm cor preta (tipo super grip 0.7) (8582)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,9600	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,2000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	aplus	0	2,9000	3
19	Lapiseira 0,5 mm cor preta (tipo super grip 0.5) (8583)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,9600	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,1600	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	aplus	0	2,9000	3
20	Grafite extra macia - 0,5mm c/ 24und (7721)	TUBO	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	0,6100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FABER	0	2,3800	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	dis	0	2,3800	3
21	Grafite extra macia - 0,7mm c/ 24und (7722)	TUBO	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	0,6100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FABER	0	2,3500	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	dis	0	2,3800	3
22	BORRACHA BRANCA Nº 20 (C/20 UND) (3618)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SERELEPE	0	4,0500	1

Página: 6/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ZAP	0	5,0600	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	5,8700	3
23	DESTACA TEXTO FLUORESCENTE AMARELO (12 UND.) (1681)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	MASTER	0	5,4718	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	7,3582	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jocar	0	10,0000	3
24	Caneta marca texto, amarela fluorescente, papel, fax e cópias, traço 4 mm. (11131)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	MASTER	0	0,4615	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jocar	0	1,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,3184	3
25	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs Tinta resistente a luz secagem rápida resistente a água e umidade, cor preta, ponta 1.0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de poliéster. (14047)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	HELIOS	0	12,2375	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	slim	0	14,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	15,8744	3
26	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs. Tinta resistente a luz, secagem rápida resistente a água e umidade, cor vermelha, ponta 1.0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de poliéster. (10392)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	HELIOS	0	12,2375	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 7/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	slm	0	14,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	15,8744	3
27	COLA BRANCA ESCOLAR, a base de água e PVA: tipo escolar, lavável e atóxica, embalagem com 110g. (14108)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	APLICOLA	0	0,8841	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PIRATININGA	0	1,1200	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PIRATININGA	0	1,1300	3
28	COLA EM BASTÃO, que contém 20g. Aprovado pelo INMETRO. (10489)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LEONORA	0	0,4994	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0,5971	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	LEO E LEO	0	0,6200	3
29	FITA CORRETIVO - 4mmX10m, não tóxico, secagem rápida, com tampa protetora. (14179)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	1,9483	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,7088	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,5000	3
30	Fita Adesiva Durex Transparente 12 mm x 50m - 3M, resistente a umidade (14952)	RL	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EMBALANDO	0	0,8800	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,4700	2

Página: 8/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FLAX	0	0,6800	3
31	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - larga, transparente, medindo 25mm X 50m. Dorso de filme de polipropileno bi orientado e adesivo acrílico à base d'água. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (14170)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EMBALANDO	0	1,3200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FLAX	0	1,2600	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	3,6900	3
32	FITA ADESIVA KRAFT - papel Kraft liso saturado com soluções que torna resistente e impermeável, coberto com adesivo de borracha e resina sintética, medidas 50mmX50m. Deve suportar até 60kg. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (14166)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EUROCEL	0	7,3700	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	10,2600	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	EUROCELL	0	12,2400	3
33	Fita adesiva de papel marrom, altura: 48 mm comprimento: 50 m diâmetro: 12 mm, cor interna: pardo cor externa: pardo. (11140)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EMBALANDO	0	1,8100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	2,9000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	EUROCELL	0	7,9000	3
34	Fita adesiva transparente, 45 mm x 45 m. (11141)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LEONORA	0	1,5100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FLAX	0	1,6200	2

Página: 9/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

35	FITA ADESIVA DUPLA FACE, branco/creme; medindo aproximadamente 12mmX30m. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (14165)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EUROCEL	0	2,5000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	EUROCELL	0	2,5000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	2,7500	3
36	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas. nº 2/0. (14097)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	7,0100	3
37	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas. nº 8/0. (14098)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	6,5500	3
38	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas. nº 4/0. (14099)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	2,5000	2

Página: 10/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 0. (14100)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	7,0100	3
40	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 6/0. (14101)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	6,5500	3
41	PERCEVEJO (CX C/100 UND) (4648)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	1,0500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	2,2300	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	JOCAR	0	2,9000	3
42	PERFURADO DE PAPEL, capacidade de 20 folhas. (14102)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	8,0750	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LYKE	0	5,7330	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	8,5300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 11/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	PERFURADOR DE PAPEL Capacidade: 50 folhas. (9496)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	46,8918	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LYKE	0	36,4861	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	41,8200	3
44	PERFURADOR DE PAPEL Capacidade: 100 folhas. (9497)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	CAVIA	0	89,9282	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CONCEPT	0	105,8197	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	162,6800	3
45	PERFURADO DE PAPEL, capacidade de 10 folhas. (14104)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,8279	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	2,6300	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SLIM	0	3,9027	3
46	GRAMPEADOR metal preto, com capacidade de 20 folhas (14105)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	4,1100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	4,0200	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CIS	0	8,6636	3
47	GRAMPEADOR metal preto, com capacidade de 25 folhas (14106)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	11,4206	1

Página: 12/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015						
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	GOLLER	0	10,0250
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	13,4600
48	Grampeador grande de mesa 26/6 - Grampos: 26/6 - Grampeador para papéis em estrutura metálica-trava de segurança. dimensões: comprimento: 20 cm largura: 5 cm e altura: 8,5cm. (11117)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	13,8484
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	GOLLER	0	24,5056
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	28,2300
49	CD-RW VIRGEM REGRAVAVEL 700MB 80 MINUTOS C/CAPA (3638)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	1,3962
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ELGIN	0	2,4300
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ELGIN	0	2,6600
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	multilaser	0	3,1100
50	CD-R VIRGEM 700 MB 80 MINUTOS (2664)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	0,5744
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ELGIN	0	0,4100
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ELGIN	0	0,5800
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	elgin	0	1,2800

Página: 13/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	DVD+RW VIRGEM 4,7GB C/ CAPA (6574)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	1,6810	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SLIM	0	2,2300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAX PRINT	0	3,3200	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	multilaser	0	3,7500	4
52	DVD/R VIRGEM 120 min, 4,7GB. (14129)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	0,6164	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ELGIN	0	0,4300	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ELGIN	0	0,6100	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	elgin	0	1,3700	4
53	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa c/5040 unidades, tamanho 26/06 galvanizado espiral, tratamento anti-ferrugem. (14150)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	1,7185	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	1,3367	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	1,9200	3
54	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa, c/3000 unidades, tamanho 106/06galvanizado. (14151)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	BRW	0	3,9554	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	3,7460	2

Página: 14/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	9,2400	3
55	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa c/3000 unidades, tamanho 106/08 galvanizado. (10442)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	BACCHI	0	5,4739	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	4,9011	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	9,5800	3
56	ESTILETE - corpo totalmente de aço revestido de borracha, lâmina de aço: sistema deslizante com trava; lâmina tamanho grande (14147)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,7000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	molin	0	8,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	8,9000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	8,9900	4
57	ESTILETE -corpo totalmente de aço revestido de borracha, lâmina de aço: sistema deslizante com trava; lâmina de 9mm. (14148)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,4500	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	molin	0	6,8000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	6,8500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	6,8500	4
58	GRAMPO TRILHO 80MM (PCT C/50 UND) PLÁSTICO (6581)	PCT	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	BACCHI	0	5,1300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 15/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

59	Pendrive 4 GB (6724)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	4,1600	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DELLO	0	10,2800	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANDISK	0	17,2213	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SANDISK	0	16,8900	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANDISK	0	17,5500	3
60	Pendrive 8GB (7710)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	sandisk	0	19,0000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANDISK	0	17,9871	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SANDISK	0	17,6200	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANDISK	0	20,2500	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	sandisk	0	22,0000	4
61	Tesoura profissional com lâmina em aço inox 8", cabo em polipropileno na cor preta. Medidas: 275mm de comprimento, 105mm largura e 16mm altura. (7711)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	3,7800	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	stlapless	0	12,8000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	DESART	0	12,8000	3

Página: 16/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	12,8400	4
62	TESOURA, ambidestra, pequena, ponta arredondada, tipo escolar, tamanho aproximadamente de 14 cm, certificação do Inmetro. (apresentar amostra na sessão) (14144)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,8100	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LEONORA	0	5,2000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jocar	0	5,2000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	5,2400	4
63	Tesoura grande, 21 cm, lâmina de aço inoxidável, corpo plástico. (11132)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	3,3800	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jocar	0	6,3000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	6,3000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	6,3400	4
64	CALCULADORA 12 dígitos, eletrônica, cor preta (9413)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	6,2500	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leotec	0	14,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE	0	14,1000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	14,2000	4

Página: 17/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

65	ENVELOPES KRAFT 250X353 (1648)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IPECOL	0	0,1000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FORONI	0	0,1400	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCRITY	0	0,1600	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,3100	4
66	ENVELOPE KRAFT 310 X 410 (2238)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IPECOL	0	0,1500	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FORONI	0	0,1700	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCRITY	0	0,2700	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,4300	4
67	ENVELOPE KRAFT 240 X 340 (7757)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IPECOL	0	0,1000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FORONI	0	0,1100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCRITY	0	0,1400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,2400	4
68	ENVELOPE BRANCO 12X16 (6577)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IPECOL	0	0,1100	1

Página: 18/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

69	Cartolina branca, tamanho 48x66 cm, 240 gramas. (14953)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FORONI	0	0,0400	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCRITY	0	0,1000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,1900	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BIGNARD	0	0,0772	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PILAR	0	0,3700	2
70	CARTAO PONTO KRAFT 86X180 MM (1688)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MV	0	0,3840	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jandaia	0	1,1500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	REIPEL	0	1,1600	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SAO DOMING	0	0,3990	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	tilibra	0	0,4000	2
71	PAPEL CARTAO AMARELO (1771)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,0746	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,5500	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	VMP	0	0,5531	3

Página: 19/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

72	Papel cartão, tamanho A4, na cor branca (11179)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	REIPEL	0	1,1100	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,3626	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	OFF PAPER	0	0,1338	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ROMITEC	0	0,2500	3
73	Papel cartão, tamanho A4, na cor bege. (11181)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INFOPEL	0	5,4200	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,3626	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	OFF PAPER	0	0,1338	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ROMITEC	0	0,2500	3
74	Papel cartão, tamanho A4, na cor areia. (11180)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INFOPEL	0	5,4200	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,3626	1

Página: 20/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)		OFF PAPER		0	0,1338	2
	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)		ROMITEC		0	0,2500	3
	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)		infopel		0	1,1000	4
	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)		INFOPEL		0	5,4200	5
	UND BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)		BOREAL		0	2,3946	1
	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)		SOL COPY		0	9,5151	2
	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)		NOBILY		0	13,2300	3
	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)		report		0	17,0000	4
	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)		SOL COPY		0	17,9200	5
	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)		nobily		0	18,6700	6
	UND BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)		CHAMEX		0	3,7243	1
	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)		REPORT		0	13,6178	2
	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)		report		0	19,0000	3

75 PAPEL OFICIO A4 - 210X297MM (75G/M²) resma (6726)

76 PAPEL OFICIO 2 - 216X330 MM (75 G/M²) resma (6726)

Página: 21/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 **Data do Registro:** 17/11/2014 **Válido até:** 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Folhas de papel A4 colorida cor azul (pacote com 200 unidades) (14982)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHAMEX	0	27,0000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REPORT	0	72,3200	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	report	0	75,3300	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	1,0765	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	REPORT	0	6,1280	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SENINHA	0	6,2800	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REPORT	0	10,8400	4
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	report	0	11,2000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CHAMEQUIN-	0	11,2900	6
78	Folha de papel branco A4, uso profissional, 210mmx297mm, 75gm/m², embalagem com 500 folhas. (11186)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	22,6739	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SOL COPY	0	9,5150	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBILY	0	13,2500	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	boreal	0	17,0000	4

Página: 22/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE, rolo com 45cmx25m. (10469)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SOLCOPY	0	95,4400	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobily	0	99,4200	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	24,3300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	INFORMS	0	24,8402	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INFORMS	0	27,5000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ALAPLAST	0	1,3663	1
80	PASTA PLASTICA POLIAMIDA C/ABAS ELASTICAS 335X250X35MM, NA COR GRAFITE (11109)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ALAPLAST	0	1,3876	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ALAPLAST	0	1,6300	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ALAPLAST	0	2,6700	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DAC	0	5,5400	1
81	PASTA CATÁLOGO C/ 50 ENVELOPES (2233)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	DAC	0	5,5239	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DAC	0	14,2600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	14,5600	4

Página: 23/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

82	Pasta catálogo, capa preta com 50 envelopes. (11189)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DAC	0	5,5400	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	DAC	0	5,5239	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	14,5600	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DAC	0	17,7400	4
83	Pasta catálogo, capa preta com 100 envelopes. (11190)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DAC	0	9,6202	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	DAC	0	9,3509	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	20,6300	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DAC	0	26,3700	4
84	PASTA SUSPensa KRAFT (CX C/ 50) (2384)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DELLO	0	33,4741	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	DELLO	0	32,2508	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	COLORPRES	0	55,3500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	107,0600	4
85	Pasta Poliamida com abas elasticas 335x250x35mm. Cores diversas (14954)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ALAPLAST	0	1,4412	1

Página: 24/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

86	PASTA C/ ABAS E ELÁSTICO, PAPEL (23X33 CM) (2874)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ALAPLAST	0	1,5732	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ALAPLAST	0	1,6400	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	2,6500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ALAPLAST	0	1,6470	1
87	REGISTRADOR A/Z 285X345X75 MM (1671)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ICL	0	0,6364	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ICL	0	1,3500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	2,0700	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FRAMA	0	4,0708	1
88	Pastas A-Z material: cartão 1,77mm coberto c/ papel monolucido, formato p/ utilização: memorando (28,5 X 34,5 cm), lombada (cm): 8,0 divisão interna: Não, dados complementares: mecanismo níquelado/compressor plástico. (11178)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FRAMA	0	4,1363	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	6,6800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	10,1800	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FRAMA	0	4,3500	1
88		UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FRAMA	0	4,6700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 25/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

89	LIVRO ATA capa dura contendo 200 páginas. (10479)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	6,6800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SAO DOMING	0	10,4100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PAG BRASIL	0	10,2600	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	10,3300	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	P.B	0	18,3200	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tamolo	0	19,0800	5
90	LIVRO ATA capa dura contendo 50 páginas. (10480)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SAO DOMING	0	3,7000	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	3,5100	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PAG BRASIL	0	5,4000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	P.B	0	7,8400	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tamolo	0	8,1700	5
91	CAIXA ARQUIVO MORTO de polionda com aproximadamente 390mmx30mmx180mm cores diversas. (10478)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ALAPLAST	0	2,2300	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ALAPLAST	0	2,0100	2

Página: 26/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ALAPLAST	0	4,3500	3
92	Caixa de Arquivo Morto Material: Papelão Cor: marrom, Tamanho: Ofício, Medidas da caixa montada: Comprimento 35 cm Largura 13 cm Altura 24,5 cm (11187)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DELCRIS	0	1,1200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SC	0	1,0900	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BRAGAGNOLI	0	1,1200	3
93	Carbono filme manual formato A4 21x29,7 cm, caixa com 100 folhas. (14955)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	KAZ	0	23,9900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ADMIRAL	0	47,1200	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIS	0	56,6300	3
94	Bloco para recado em papel 90g/m² PAUTADO com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 101mmx101mm, com mínimo de 90 a 100 folhas. (7707)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INFORMS	0	6,7500	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	3M	0	13,5200	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	16,2000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	16,2700	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	16,9500	5

Página: 27/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

95	Bloco para recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afin de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. (14956)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,4700	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	2,8400	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	5,4100	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	3M	0	5,6400	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,6400	5
96	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS 200 FLS CAPA DURA (5075)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PANAMERICA	0	5,3000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PANAMERICA	0	5,2700	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CREDEAL	0	5,2700	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PANAMERICA	0	11,6800	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CREDEAL	0	12,1700	5
97	Caderno pequeno 96 folhas capa dura (7712)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PANAMERICA	0	2,0300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PANAMERICA	0	2,0200	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CREDEAL	0	3,0800	3

Página: 28/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

98	Caderno brochura grande capa dura, com 96 folhas. Capa colorida. (11137)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CREDEAL	0	5,1200	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CREDEAL	0	5,3300	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PANAMERICA	0	3,1000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PANAMERICA	0	2,9900	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CREDEAL	0	3,2400	3
99	Prancheta c/prendedor dimensões 33x23cm p/papel A4 (10559)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CREDEAL	0	6,2100	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CREDEAL	0	6,4700	5
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	CARBRINK	0	2,8900	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CARBRNK	0	5,2900	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	WALEU	0	5,5100	3
100	Extrator de grampos zingada (10558)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JAPAN	0	0,9000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JAPAN	0	0,8100	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	J.STAMP	0	1,9300	3

Página: 29/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Porta canetas, borracha, clips etc (11116)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	WALEU	0	5,1800	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	WALEU	0	6,0800	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DELLO	0	16,8500	3
102	Bandeja plástica 30x20, com bordas mais altas e em cores claras (11115)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	WALEU	0	9,9600	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	BIO	0	23,6000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	lasplast	0	23,6000	3
103	Suporte para copos, para afixar na parede, poupa copos, 180 ml. (11119)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	21,1900	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JSN	0	68,0000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	globo	0	68,0000	3
104	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR. Peso: 260gr. Na cor preta (11126)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,3500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3,6400	3
105	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR. Peso: 260gr. Na cor azul (11127)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,3500	1

Página: 30/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR . Peso: 260gr. Na cor vermelha (11128)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3,6400	3
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,3500	1
107	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR. Peso: 260gr. Na cor verde. (11129)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3,6400	3
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,3500	1
108	Pincel lixado número 2. (11172)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3,6400	3
		UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0,6700	1
109	Pincel lixado número 4. (11173)		LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	3,3400	3
		UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0,7500	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 31/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

110	Pincel lixado número 6. (11174)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	4,0600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0,8100	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	4,8400	3
111	Pincel lixado número 10. (11175)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0,9500	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	6,5500	3
112	Tinta para tecido na cor vermelho escarlate, embalagem com 37 ml. (11142)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5510	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
113	Tinta para tecido na cor púrpura, embalagem com 37 ml. (11143)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2

Página: 32/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
114	Tinta para tecido na cor vinho, embalagem com 37 ml. (11144)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
115	Tinta para tecido na cor laranja, embalagem com 37 ml. (11145)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
116	Tinta para tecido na cor salmão, embalagem com 37 ml. (11146)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	

Página: 33/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
117	Tinta para tecido na cor amarelo pele, embalagem com 37 ml. (11147)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
118	Tinta para tecido na cor amarelo ouro, embalagem com 37 ml. (11148)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
119	Tinta para tecido na cor amarelo limão, embalagem com 37 ml. (11149)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
120	Tinta para tecido na cor, amarelo bebê embalagem com 37 ml. (11150)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4

Página: 34/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Tinta para tecido na cor rosa bebê, embalagem com 37 ml. (11151)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
122	Tinta para tecido na cor rosa escuro, embalagem com 37 ml. (11152)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
123	Tinta para tecido na cor coral, embalagem com 37 ml. (11153)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2

Página: 35/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
124	Tinta para tecido na cor azul cobalto, embalagem com 37 ml. (11154)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
125	Tinta para tecido na cor azul mar, embalagem com 37 ml. (11155)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
126	Tinta para tecido na cor azul celeste, embalagem com 37 ml. (11156)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
127	Tinta para tecido na cor azul marinho, embalagem com 37 ml. (11157)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2

Página: 36/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
128	Tinta para tecido na cor violeta, embalagem com 37 ml. (11159)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
129	Tinta para tecido na cor violeta cobalto, embalagem com 37 ml (11159)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
130	Tinta para tecido na cor lilás, embalagem com 37 ml. (11160)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 37/49

Número do Registro de Preços: 30/2014 **Data do Registro:** 17/11/2014 **Válido até:** 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
131	Tinta para tecido na cor rosa ciclame, embalagem com 37 ml. (11161)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
132	Tinta para tecido na cor verde folha, embalagem com 37 ml. (11162)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
133	Tinta para tecido na cor verde musgo, embalagem com 37 ml. (11163)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
134	Tinta para tecido na cor verde pinheiro, embalagem com 37 ml (11164)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 38/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

135	Tinta para tecido na cor verde bandeira, embalagem com 37 ml (11165)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
136	Tinta para tecido na cor verde oliva, embalagem com 37 ml. (11166)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
137	Tinta para tecido na cor preta, embalagem com 37 ml. (11167)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4

Página: 39/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	Tinta para tecido na cor marrom, embalagem com 37 ml. (11168)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
139	Tinta para tecido na cor branca, embalagem com 250 ml. (11169)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	5,9381	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	1,5000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	7,4400	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	15,0000	4
140	Folha de EVA vermelha (14957)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7760	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8760	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
141	Folha de EVA preta (14958)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 40/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

142	Folha de EVA branca (14959)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1
143	Folha de EVA amarela (14960)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1

Página: 41/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

144	Folha de EVA verde (14961)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
145	Folha de EVA azul (14962)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
146	Folha de EVA rosa pink (14963)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2

Página: 42/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014								Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015	
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

147	Folha de EVA rosa claro (14964)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
148	Folha de EVA cor de pele (14965)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FK	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5

Página: 43/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
149	Cola Loctite Power Flex Gel, tubo de 3 gramas, ideal para aplicações na vertical e materiais flexíveis. (14966)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	HENKEL	0	5,5100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	EXTRA BOND	0	2,1500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HENKEL	0	8,6600	3
150	Refil para cola quente tubo pequeno (14967)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RENDICOLA	0	0,1425	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,1988	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAKE	0	0,3100	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	0,4059	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	0,6200	5
151	Refil para cola quente tubo grande (14968)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RENDICOLA	0	0,2518	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,4381	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAKE	0	0,5700	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	0,6851	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	1,1000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 44/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

152	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE (5472)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CLASSE	0	7,2970	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	6,6436	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	6,8507	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAKE	0	8,3300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	32,0000	5
153	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA (5473)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CLASSE	0	5,0143	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	4,5672	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	5,2666	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAKE	0	6,5900	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	21,9900	5
154	TNT vermelho rolo de 50 metros (14969)	RL	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SUL BRASIL	0	34,3750	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SUL BRASIL	0	35,0000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SB	0	43,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 45/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

155	TNT branco rolo de 50 metros (14970)	RL	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SUL BRASIL	0	34,3750	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SUL BRASIL	0	35,0000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SB	0	43,2000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANTA FÉ	0	78,6600	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SUL BRASIL	0	81,9400	5
156	TNT verde rolo de 50 metros (14971)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SUL BRASIL	0	34,3750	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SUL BRASIL	0	35,0000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SB	0	43,2000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANTA FÉ	0	78,6600	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SUL BRASIL	0	81,9400	5
157	TNT preto rolo de 50 metros (14972)	RL	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SUL BRASIL	0	34,3750	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 46/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

158	Bobina de papel Kraft, largura = 90 cm e comprimento 50 metros (14973)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SAFRA	0	23,8998	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	TRENTA	0	23,8661	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PILAR	0	64,1900	3
159	Tinta spray 400 ml na cor vermelho (14974)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3
160	Tinta spray 400 ml na cor verde (14975)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3

Página: 47/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015					
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
161	Tinta spray 400 ml na cor dourado (14976)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3		
162	Tinta spray 400 ml na cor amarelo (14977)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3		
163	Tinta spray 400 ml na cor branca (14978)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3		
164	Placa de Isopor 1,00 x 0,50, 10 mm de espessura (14979)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PLACTERM	0	2,1000	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PLACK TERM	0	4,5000	2		

Página: 48/49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014 Data do Registro: 17/11/2014 Válido até: 17/11/2015
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738) STYROVILLE 0 6,2000 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2014
PROCESSO Nº 53/2014

- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8801) - LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
- (8927) - ELMO PAPELARIA LTDA
- (8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (9113) - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

Braço do Trombudo, 17 de Novembro de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 26/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 24/2015

Objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 29/05/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 9.966, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.966, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Tannay Vaz Júnior, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015

TOMADA DE PREÇOS nº 006/2015

Processo Licitatório nº 062/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução de trabalho técnico social no Bairro Bateas, alusivo as obras de urbanização na Rua Ana Duarte e transversais.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/06/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 13/05/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 9.971, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.971, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.174/97 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Aichha Carolina Pereira, gratificação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.990, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.990, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Anita Schavarski, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.995, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.995, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Delmar Alberto Tondolo, ocupante do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.996, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.996, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Cláudia Aline da Silva Cesari, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2015 – AD01.2015-1

TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 01/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

PREÂMBULO

1. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria de Saúde, situada na Praça das Bandeiras, nº 77, cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 11.188.015/0001-41, neste ato representado pela Secretária de Saúde IVONIR ZANATTA WEBSTER, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Botuverá, n. 202, Bairro Dom Joaquim, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.991.860/0001-07, neste ato representado por seu Presidente em exercício, Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH, brasileiro, portador do RG n. 890.177-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 504.930.279-04, abaixo assinado,

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 13/03/2015, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8666/93, para incorporar complementação financeira na realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em oftalmologia, ampliando, desta forma, a capacidade de oferta dos serviços, sistematizado de acordo com a Tabela I.

TABELA I – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM OFTALMOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTU- ADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Facoemulsificação (catarata)	50	200,00	10.000,00	120.000,00
TOTAL	10.000,00	120.000,00		

1.1. A complementação financeira do serviço profissional definido na Tabela I do presente Termo Aditivo, deverão ser reguladas, autorizadas e encaminhadas pela DPRCAA ao CONTRATADO.

1.2. O presente Temo Aditivo também visa o acréscimo quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, §1º, da Lei 8666/93, para incorporar complementação financeira na realização de procedimentos cirúrgicos que necessitam de órteses, próteses, e materiais, cujo os valores de compra ultrapassem os da tabela SIGTAP do SUS, sistematizado de acordo com a Tabela II.

TABELA II – INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS QUE NECESSITAM DE OPM (RECURSO PRÓPRIO)

SADT	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
OPM – cirurgia em ortopedia, cirurgia em otorrinolaringologia, cirurgia em urologia, cirurgia em ginecologia, cirurgia em proctologia.	10.000,00	120.000,00
TOTAL	10.000,00	120.000,00

1.2.1. O repasse financeiro dos valores à maior praticados pelo mercado em relação aos valores constantes na tabela SIGTAP/SUS, será realizado, pós-fixado, mediante comprovação da utilização da OPM, sendo que o CONTRATADO, deverá encaminhar para a DPRCAA mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente a realização do procedimento, os seguintes documentos: a) fatura mensal, com descrição do nome do usuário, número da AIH, data da realização da cirurgia, descrição da OPM utilizada, quantidade, valor constante na tabela SIGTAP/SUS, valor praticado pelo fornecedor, e o valor a maior pago ao fornecedor (diferença entre o valor da tabela e o pago), e b) cópia da nota fiscal emitida pelo fornecedor.

CLÁUSULA SEGUNDA

VALOR CONTRATUAL

2.0. O valor anual total do presente Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2015 é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), para pagamento pós-fixado, ressaltando o período necessário aos trâmites legais junto ao setor financeiro do CONTRATANTE e levando em consideração o período de vigência do contrato n. 001/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro: 2501.2273.33903950/10.200.

CLÁUSULA QUARTA

DISPOSIÇÕES GERAIS

4.0. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 13/03/2015.

4.1. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), em 05 de maio de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

CONTRATANTE
Ivonir Zanatta Webster

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM
CONTRATADO
Pe. Timóteo José Steinbach

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 016/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 016/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 016/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aq. papel A4. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 03 de junho de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 017/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 017/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 017/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de impressão e envelopamento das faturas de água do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 04 de junho de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2015 - FMS

PREGÃO nº 007/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 011/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de materiais de consumo para exames laboratoriais.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/06/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 14/05/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER
Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015

PREGÃO nº 015/2015

Processo Licitatório nº 034/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de eletrodomésticos (câmaras frigoríficas; geladeiras; balcões resfriados; mesas de apoio em inox; fogões industriais e coifas) para o Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 29/05/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 14/05/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2015

CONCORRÊNCIA nº 007/2015

Processo Licitatório nº 063/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de tratamento (acolhimento) de pessoas idosas através da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/06/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 14/05/2015

RODRIGO VOLTOLINI

Secretário de Assistência Social e Habitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2015

CONCORRÊNCIA nº 008/2015

Processo Licitatório nº 064/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de tratamento (acolhimento) de pessoas com deficiência através da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/06/2015, às 10h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 14/05/2015

RODRIGO VOLTOLINI

Secretário de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 10.000, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.000, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo II - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Roberto Morsh, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.001, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.001, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Antônio Flávio Ramos dos Santos, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.003, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.003, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Hélio Severino para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I – E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.010, DE 15 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.010, DE 15 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominado:

AGENTE ADMINISTRATIVO

CARLA APARECIDA BODENMULLER

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 171/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 171/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Paternidade de 05 (cinco) dias ao servidor MAURECI ZANCANELA, ocupante do cargo de Mecânico, devido ao nascimento de seu filho, MIGUEL DA SILVA ZANCANELA no dia 30 de abril de 2015, conforme Certidão de nascimento, Nº 108928 01 55 2015 1 00112 143 0051235 10 no Hospital Maternidade Dom Joaquim - Brusque – SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 30.04.2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 15 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

PORTARIA Nº 9.967, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.967, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Maturino Marcos Neto, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.969, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.969, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 9.355, de 25 de setembro de 2014, que concede ao servidor Guilherme Boeing Ouriques, ocupante do cargo de Auditor Fiscal Tributário, gratificação de função de confiança no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.972, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.972, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rafael Lopes de Lima para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras - PAC, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I – E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.457/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/2015, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.973, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.973, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Eddy Ribeiro de Souza, do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.974, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.974, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Flávia dos Santos Cunha para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Saúde, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I – E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.457/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/2015, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.975, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.975, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Luciana Gomes, do cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Turismo, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.976, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.976, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Célia Ávila de Souza, do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.977, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.977, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luciana Gomes para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Turismo, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.457/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/2015, e conceder gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de 05 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.978, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.978, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Célia Ávila de Souza para ocupar o cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Educação, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.457/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/2015, a partir de 05 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.979, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 9.979, DE 12 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA Secretário de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ivanor de Mendonça para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretário de Educação, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.980, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.980, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Geane Elisa Dias, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.981, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.981, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Breno Nunes Neves, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.983, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.983, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Vilmar Araldi, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.984, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.984, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Josemeri Machado, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.985, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.985, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Ivon Isaias Pereira de Mello, do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.986, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.986, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Rafael Kohler Amorim, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.987, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.987, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Rubens Merizio, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.988, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.988, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Raquel Medeiros Souza da Silva, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.989, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.989, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Edna Maria Kuhnlen, do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.991, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.991, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo IV - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Cheila Carminatti, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.992, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.992, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo IV - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Sandro de Souza Pereira, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.993, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.993, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor João Luiz de Lima Moreira, do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.994, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.994, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor André Luiz da Silva, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.997, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.997, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Ingrid Saporito da Silva, do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Fazenda, a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

PORTARIA Nº 9.998, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.998, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marina Bürger Beuting para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Educação, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 05 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.999, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 9.999, DE 12 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 8.452, de 01 de fevereiro de 2013, que concede ao Sr. Evandro de Mello do Amaral, servidor cedido temporariamente pela Administração Pública Estadual, gratificação por exercício de atividade especial, em face do exercício das funções inerentes ao cargo de Diretor-Geral da Defesa Civil do Município de Brusque, a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.399

DECRETO Nº 6.399, de 13 de maio de 2015.

Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 6.044/2014, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador – CDC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.044, de 24 de junho de 2014, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador – CDC, na forma que segue:

1- Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico

Titular: ALDONIR ANCIUTTI

Suplente: JOVANI SCREMIN

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.400

DECRETO Nº 6.400, de 15 de maio de 2015.

Altera e acrescenta dispositivos no art. 3º do Decreto nº 5.401/2012, que Adota o sistema de taxímetro, institui tabela de preços para cobrança de tarifas e estabelece a localização de pontos de veículos de aluguel – táxis, no Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Municipal nº 1.012, de 19/06/1996, que Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de táxi no Município de Caçador, estabelece normas para permissão e funcionamento,

D E C R E T A:

Art. 1º O art. 3º do Decreto nº 5.401, de 21 de novembro de 2012, que Adota o sistema de taxímetro, institui tabela de preços para cobrança de tarifas e estabelece a localização de pontos de veículos de aluguel – táxis, no Município de Caçador, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

I –

III – Ponto nº 03 – 04 carros – Rua Luiz Caramori; (NR)

IV –

IX – Ponto nº 10 – 02 carros – estacionamento do Pronto Atendimento do Município (antigo Hospital Jonas Ramos). (AC)

Parágrafo único. Os dois carros que farão parte do Ponto nº 10, serão os mesmos que faziam parte do Ponto nº 07, extinto pelo Decreto nº 5.401/2012.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.331, de 10 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.253

PORTARIA Nº 25.253, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

ALTERAR PORTARIA Nº 23.756, de 11 de Abril de 2014, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, para atuarem em Diversas Unidades Escolares, a seguir relacionados, com relação ao local de trabalho, a vaga vinculada e a data fim do contrato, especificando: código, nome dos servidores, cargo, escola de lotação, vaga e período da contratação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Escola de Lotação	Vaga	Data fim Contrato
13334	Rosa Maria Bitencourt	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	31/07/2015
13343	Rosângela Aparecida Ribas de Mello	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga vinculada a da servidora Marilene Escher	18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Fevereiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.414

PORTARIA Nº 25.414, de 20 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARCIA INEZ GONÇALVES CORDEIRO RUPPEL MELLO, Matrícula 843, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, a conversão de 1/3 (um terço) de sua licença prêmio, referente ao período de aquisição de 15/03/1994 a 15/03/1999, por motivos pessoais.

a

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 20 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.430

PORTARIA Nº 25.430, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal SILVANA SIMONE ADIERS, Matrícula 4134, lotada na Secretaria Municipal da Administração, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade, a conversão de 1/3 (um terço) de sua licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 01/12/2008 a 01/12/2013, por motivos pessoais.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 25 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Jovani Scremin
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.432

PORTARIA Nº 25.432, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/02/2015 a 14/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	60hs
10501	Antonio Carlos Buller	45hs
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	45hs
854	Claudio Antonio Machado	50hs
1089	Francisco de Assis Machado	60hs
624	Mardionice Helena Pares	37hs
7686	Neiva Teixeira da Rosa	45hs
891	Nilton Antonio de Lima	45hs
69	Robson Rosa de Oliveira	15hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Eduardo Scapinelli
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL.

PORTARIA Nº 25.433

PORTARIA Nº 25.433, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 12/02/2015 a 11/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1210	Ivanir Baseggio	60h
1993	Parcival Antonio Pinzigher	60h
2628	Rui Mattana	60h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.445

PORTARIA Nº 25.445, de 30 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal JOSÉ ALDO MORAES DA SILVA, Matrícula 1242, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, em exercício na Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, auxílio-natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, em virtude do nascimento de seu filho Lucas Moraes da Silva, ocorrido no dia 06 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.450

PORTARIA nº 25.450, de 30 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, em exercício na Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestados no período de 15/02/2015 a 14/03/2015, especificando: código, nomes dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1303	Dioclécio Alves de Moura	120hs
1242	José Aldo Moraes da Silva	112hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.456

PORTARIA nº 25.456, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
337	Justina Ines Zambonin Castilho	Auxiliar de Contabilidade	023	17/02/2010 a 16/02/2011
12140	Rodrigo Colussi Cordeiro	Assessor de Secretário	023	01/01/2013 a 31/12/2013
10895	Sandra Mara Amadori Nunes	Assistente Administrativo	002	13/04/2014 a 12/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Jovani Scremin

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO e DA FAZENDA, em exercício.

PORTARIA Nº 25.457

PORTARIA nº 25.457, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome, Secretaria/Órgão de lotação e nível ascendido no mês de março de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Secr. Lotação	Nível Ascendido
10131	Adriana Marielouise Van Passel	023	Nível I – Nível II
11056	Carla Ribeiro	006	Nível 0 – Nível I
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	032	Nível II – Nível III
11351	Juliana Nurilles Garbozza	012	Nível 0 – Nível I
10459	Marilena Tibes Kemp	006	Nível 0 – Nível I
10099	Paulo Voleinik	003	Nível I – Nível II
10097	Vinicius Marcelino Piccoli	006	Nível 0 – Nível I

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.462

PORTARIA Nº 25.462, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/02/2015 a 14/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
51	Adair Ferreira da Luz	40 horas
76	Adriano de Oliveira Lourenço	14h35min
324	Aldair José de Lima	40 horas
476	Altair Jorge Machado	40 horas
2647	Altenir Ferreira	30 horas
3282	Angelo Edair Fantin	20 horas
53	Antonio Galvão Varela	30 horas
1384	Antonio Vanderlei Pires	34h30min
1552	Antonio Voitach	40 horas
10179	Carlos Alberto Machado	20 horas
3391	Carlos Carlim de Lara	40 horas
94	Cecília Aparecida dos Santos	10 horas
1793	Cicero Brasil Moreira	30 horas
72	David Rodrigues Rocha	26 horas
8481	Dineya Padilha Cordeiro	20 horas
11076	Edina Aparecida Domingues	10 horas
10483	Eliane Yuki Uehara	15 horas
2504	Ezio Ferreira dos Santos	20 horas
2508	Gilberto Rodrigues Ribeiro	30 horas
1026	Ilario Bachi	24 horas
73	Izaltino Fernandes	16 horas
91	João Brusque	04 horas
93	Jocelim Gonçalves de Freitas	25h30min
1311	Joel Monteiro	09 horas
896	José Alves Ribeiro	40 horas
89	José Maria Gomes	10 horas
1451	José Vandir Mroz	10 horas
56	Loreli Aparecida Varela	40 horas
13356	Madionir Bassani	28h15min
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	12h30min
70	Marcio Silveira Pinto	12 horas
87	Marcos Antonio dos Santos	40 horas
74	Maria Aparecida de Lima	16 horas
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	21h50min
9615	Marilene de Lima Fagundes	27 horas
83	Mauri Bueno de Oliveira Andrade	40 horas
9693	Moacir Cardoso	30 horas
546	Nery Oliveira Guerin	30 horas
82	Nilson Roberto Goes	20 horas
11138	Noeli Gonçalves de Queiroz	40 horas
60	Roseli Aparecida Gribinski	40 horas
2648	Seleme Luiz Scolaro	30 horas
10928	Serly de Goes dos Santos	40 horas
61	Solange Vieira da Silva	40 horas
3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	40 horas
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	40 horas
786	Vilmar Moreira dos Santos	40 horas
3418	Zenita Aparecida Antunes de Moraes	40 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 25.464

PORTARIA Nº 25.464, de 31 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, em razão de faltas injustificadas no período de 15/02/2015 a 15/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e número de falta, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
94	Cecilia Aparecida dos Santos	06 horas
87	Marcos Antonio dos Santos	12 horas
9615	Marilene Lima Fagundes	12 horas
10484	Vinicius Alexandre Soares	06 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 25.485

PORTARIA Nº 25.485, de 13 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, abaixo citados, no dia 29 de abril de 2015, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

1) Servidor: ALOIR FERREIRA DE ALMEIDA

Médicos Peritos: Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi, Maria Lucia Bertolini, Raul Fernandes Bridi

2) Servidora: EDITE DA SILVA BIGAS

Médicos Peritos: Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi, Maria Lucia Bertolini, Raul Fernandes Bridi

3) Servidor: JOÃO DE OLIVEIRA PRESTES

Médicos Peritos: Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi, Maria Lucia Bertolini, Raul Fernandes Bridi

4) Servidor: JOSÉ LUIZ CARVALHO

Médicos Peritos: Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi, Maria Lucia Bertolini, Raul Fernandes Bridi

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.494

PORTARIA Nº 25.494, de 28 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

R E S O L V E:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Ref.	Local de Atuação	Período
12931	Adeline Aparecida Ferrasso	Auxiliar de Creche e Berçário	40	2.1/A	CMEI Pierina Adami, VV Zeli de Moraes, Lic Trat. Saúde	15/04/2015 a 18/12/2015
13631	Laurici Terezinha de Paulo	Professora de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Morada do Sol, Luiza Samira Fores	02/04/2015 a 18/12/2015
12928	Michellen Azeredo de Moraes	Secretária Escolar	40	3.4/A	EMEB Hilda Grane-mann de Sousa	31/03/2015 a 17/09/2015
13813	Janete Kuczer Mandelli	Professora de Artes	16	1.1/A	EMEB Pe. José Chamot EMEB Ulysses Guimarães	27/04/2015 a 31/07/2015

13048	Mariana Susin Frigotto	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, VV Greci Salete Coelho, férias	08/04/2015 a 08/05/2015
13281	Rejany Carolina Lopes	Auxiliar de Creche e Berçário	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami	07/04/2015 a 06/05/2015
13788	Marivete Aparecida Boff Pereira	Professora 1º ao 5º Ano	20	1.3/A	EMEB Morada do Sol, VV Marizete Zago, Lic Trat. Saúde	11/04/2015 a 18/12/2015
13797	Marinei Aparecida Cardoso Saldanha	Professora de Artes	40	1.1/a	EMEB Henrique Julio Berger, VV Josete de Lemos Strowispy, Lic Nojo	21/03/2015 a 23/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.501

PORTARIA Nº 25.501, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 99, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme perícias médicas realizadas durante o mês de abril de 2015, especificando: nome, cargo, data de afastamento e período, conforme segue:

Nome do Servidor	Cargo	Início do Afastamento	Período de Afastamento
Aloir Ferreira de Almeida	Auxiliar de Serviços Obras Públicas	29/04/2015	60 dias
João de Oliveira Prestes	Mecânico	29/04/2015	90 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 30 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 027/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 030/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO, PARA SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS PARA APLICAÇÃO A FRIO EM OPERAÇÃO TAPA BURACOS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/05/2016

1ª Publicação.

CC 005/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 005/2015 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA RIO AMAZONAS, TRECHO I: ESTACA PP - 00,00 A ESTACA PF - 12+10M = 250,00M, BAIRRO RIO PEQUENO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONTRATO CAIXA ECONÔMICA Nº 792806/2013, PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 17 (Dezessete) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Maio de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 2.046/2015

DECRETO N.º 2.046/2015

Decreta Luto Oficial no Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o falecimento do Ex-Prefeito de Camboriú, Sr. Luiz Todesco, aos 82 (oitenta e dois) anos de idade, na data de 15/05/15, o qual entristece e enluta a nossa comunidade;

CONSIDERANDO sua destacada participação na vida política camboriuense, como Prefeito e Vereador, constituindo-se em referência para as futuras gerações;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, exemplo e dedicação contribuíram para o bem-estar da coletividade;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em Camboriú, pelo período de 03 (três) dias, a contar do dia 15 de maio do corrente ano, em sinal de pesar pelo falecimento do Ex-Prefeito Luiz Todesco.

Art. 2º Todos os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Município manterão Luto Oficial durante o período de que trata o artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 15 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 19/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2015-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LAVAÇÃO COMPLETA NAS AMBULÂNCIAS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 08 (Oito) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 17/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2015-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 15 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA ECM 018/2011

TERMO DE ERRATA

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº018/2011

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar que o edital de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº018/2011, tendo como objeto a demonstração dos custos da obra, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos na obra de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a RUA SANTA RITA, sofreu as seguintes alterações:

Foi alterada a cotização do anexo 1 do edital, estando seu conteúdo na íntegra na mural público no Paço Municipal ou pode ser retirado no Departamento de Compras situada na rua Getúlio Vargas nº 77, Centro de Camboriú/SC.

Camboriú, 15 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO FABRÍCIO WEBER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo de Sindicância Investigatória n.º 008/2014, apresentado pela Comissão de Processo Sindicância Investigatória instaurada pela portaria n.º 1037/2014, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, diante do vínculo de precariedade estabelecido entre o servidor e a Administração Pública Municipal, assim como com base no conjunto probatório existente no processo, recomendamos que a Excelentíssima Prefeita Municipal rescinda o contrato de prestação de serviços firmado com o Sr. Fabrício Weber por justo motivo, devendo este ser notificado com antecedência de 30 (trinta) dias da rescisão do contrato.

Dessa forma, determino o envio de cópia deste processo para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Departamento de Gestão de Pessoas, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências quanto à rescisão do contrato.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 04 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO VICTOR RIBEIRO DO NASCIMENTO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo de Sindicância Investigatória n.º 009/2014, apresentado pela Comissão de Processo Sindicância Investigatória instaurada pela portaria n.º 1038/2014, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, diante do vínculo de precariedade estabelecido entre o servidor e a Administração Pública Municipal, assim como com base no conjunto probatório existente no processo, recomendamos que a Excelentíssima Prefeita Municipal rescinda o contrato de prestação de serviços firmado com o Sr. Victor Ribeiro do Nascimento por justo motivo, devendo este ser notificado com antecedência de 30 (trinta) dias da rescisão do contrato.

Dessa forma, determino o envio de cópia deste processo para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Departamento de Gestão de Pessoas, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências quanto à rescisão do contrato.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 04 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO 61/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 61/2015
TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 022PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 74/2014, originado do Processo Licitatório nº 56/2014. Modalidade Tomada de Preços;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 74/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 74/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 74/2014 fica prorrogado por 90 (noventa) dias, até o dia 26 de junho de 2015, contando a partir de 27 de março de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 74/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 27 de março de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	EDINALDO A. MARTINS DE LIMA Perfugel Perfurações Geológicas Ltda CONTRATADA
---	---

ADITIVO 64/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 64/2015
TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 017PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 26/2014 (originado do Processo Licitatório nº 05/2014, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 26/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TMK ENGENHARIA EIRELI, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 26/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 26/2014 fica prorrogado por 45(quarenta) dias até o dia 29 de maio de 2015, contando a partir de 14 de abril de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 26/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 10 de abril de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

OTAVIO FERNANDO TOMCZYK
TMK ENGENHARIA EIRELI - ME
CONTRATADA

ADITIVO 65/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 65/2015
TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 019PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 55/2014 (originado do Processo Licitatório nº 55/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 55/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA VILMAR CONSTRUÇÕES LTDA A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 55/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 55/2014 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias até o dia 22 de junho de 2015, contando a partir de 23 de abril de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 55/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 17 de abril de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	VILMAR LINO DE LIMA Vilmar Construções Ltda CONTRATADA
---	--

ADITIVO 69/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 69/2015.

Considerando o Ofício nº 020/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 101/2014;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 101/2014 (originado do Processo Licitatório nº 109/2014, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescer quantitativos e prorrogar o Contrato nº 101/201, conforme segue:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.834.999/0001-28, Rua Iracema, nº. 349, Sala 2, Bairro Cruzeiro, cidade de São Bento do Sul - SC, representada por Lourival Negreli, CPF nº 420.543.899-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 101/2014, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE do contrato nº 101/2014 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%) - 25,22%	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
14.0	SERVIÇOS FINAIS					SUBTOTAL	R\$ 20.239,20
14.3	Plantio de Grama em placas	m2	150,00	R\$ 8,50	25,22%	R\$ 10,64	R\$ 1.596,00
14.4	Revolvimento manual de solo, profundidade até 20cm (Gramado)	m2	150,00	R\$1,77	25,22%	R\$ 2,22	R\$ 333,00
14.5	Retirada de grama (Gramado)	m2	150,00	R\$ 2,95	25,22%	R\$ 3,69	R\$ 553,50
14.6	Pavimentação em blocos de concreto sextavado, espessura 8cm	m2	230,00	R\$ 58,00	25,22%	R\$ 72,63	R\$ 16.704,90
14.7	Meio Fio (guia) de concreto pré moldado, incluindo escavação e Reaterro	m	30,00	R\$ 28,00	25,22%	R\$ 35,06	R\$ 1.051,80
							R\$ 20.239,20

Considerando o valor a ACRESCER, EMPENHE-SE o valor de R\$ 20.239,20 (vinte mil duzentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato nº 101/2014 fica prorrogado por 20 (vinte) dias, até o dia 25 de maio de 2015, contando a partir de 06 de maio de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 101/2014, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 30 de abril de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LOURIVAL NEGRELI LN Construções Ltda CONTRATADA
---	---

DECRETO Nº 9.014 DE 15 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.014 DE 15 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 16.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 16.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.015 DE 15 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.015 DE 15 DE MAIO DE 2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO PROCESSANTE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando que o interesse maior da Administração Pública enquanto julgadora de possíveis ilícitos administrativos é a busca da verdade sem prejuízo aos direitos Constitucionais do servidor indiciado, devendo, para tanto, possibilitar-lhe ainda mais do que já possibilitado, a ciência inequívoca de todos os fatos contra si imputados, bem como das penalidades a que estará sujeita;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; e Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, em seu Capítulo X e XI; DECRETA:

Art.1º Fica Instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis ilícitos penais e administrativos (infrações disciplinares), supostamente praticados pelo servidor Público Municipal, ZENILDO PYKOSZ, matrícula nº 000745, Registro no Sistema sob nº 955290, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo Único – O Processo Administrativo Disciplinar deverá apurar os fatos narrados no Processo Administrativo de Sindicância nº 772/2014, que trata de acidente de trânsito envolvendo o caminhão Ford Cargo 2422, placa MBT 1723, ocorrido em data de 30 de Maio de 2014, na Rua Principal, snº na localidade de Saltinho, neste Município, conduzido pelo Servidor Público Municipal ZENILDO PYKOSZ. A Comissão de Sindicância concluiu que houve materialização dos fatos apurados, e que deve ser apurada a culpa do servidor, bem como o prejuízo causado ao erário.

Art.2º Ficam designados para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar os seguintes Servidores, efetivos e estáveis, sob a Presidência do primeiro.

I – PATRICK ONGHERO, brasileiro, Matrícula Funcional nº 000609; registro no sistema sob nº 954897, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II;

II – LUIZ ERNANDES, brasileiro, Matrícula Funcional nº 000569; registro no sistema sob nº 954726, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II;

III – MARLI AUGUSTIN, brasileira, Matrícula Funcional nº 000379; registro no sistema sob nº 832910, ocupante do cargo público e

exercendo a função de Agente Administrativo II.

Parágrafo Único – A Comissão de que trata o caput, contará com a assessoria do DD. Assessor Jurídico, Dr. JEISON MAIKEL KWITSCHAL.

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º Com a conduta descrita no artigo 1º, o INDICIADO supostamente incorreu no ilícito administrativo ao deixar de observar os seguintes comandos da Lei Complementar Municipal nº 006/02, que definem os deveres funcionais de conduta dos servidores municipais.

I – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público, infringindo o disposto no Art. 207, inciso VII;

II – pelas faltas, danos, avarias e qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização, infringindo o disposto no Art. 210, Inciso III; e

III – improbidade administrativa, infringindo o disposto no Art. 228, Inciso IV.

Art.4º Com as condutas descritas nos Incisos I e II do artigo anterior deste Decreto, o INDICIADO, está sujeito a pena de demissão, com fulcro no Art. 228, Inciso IV, além das penalidades descritas no Art. 235, Inciso II por inobservância ao Art. 233 todos da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.5º A citação pessoal do Servidor ZENILDO PYKOSZ, deverá conferir direito ao contraditório e ampla defesa, inclusive relatando os fatos que pesam contra o mesmo, dando-lhe conhecimento dos documentos mencionados no Parágrafo único do Artigo 1º deste Decreto, onde encontram-se detalhadamente relatados os fatos contra si imputados.

Art.6º Os membros da Comissão de que trata o Art. 2º deste Decreto, reunir-se-ão na Sala de Reuniões no Prédio “Manoel Vieira Piske” Anexo da Sede Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro neste Município.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de Maio de 2015.

Art.8º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.901 DE 15 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.901 DE 15 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal CAROLINA FAGOTTI DE ALMEIDA LODETTI, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Odontóloga I, Matrícula Funcional nº 000709, Registro no Sistema sob nº 955154, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de Maio de 2015 a 14 de Julho de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC, 15 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2004

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.536 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2004

APROVA SEDE PROVISÓRIA DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.536 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004.

Rosani Aparecida da Silva Scholze, Presidente da Comissão Municipal de Sindicância instituída pelo Decreto Municipal nº 3.536 de 20 de Outubro de 2004, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os membros da Comissão aprovaram e ela promulga a seguinte Resolução:

Art.1º) Fica estabelecida como sede provisória da Comissão Municipal de Sindicância instituída pelo Decreto Municipal nº 3.536 de 20 de Outubro de 2004, a Sala de reuniões do Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, sita a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 620, Centro de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Art.2º) A Comissão de Sindicância utilizará a referida Sala somente para realizar a oitiva de pessoas citadas nos Autos do Processo de Sindicância nº 490/04, que não fazem parte do quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) A Comissão de Sindicância fará a oitiva no dia doze de novembro do corrente ano, a partir das oito hora e trinta minutos.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 08 de Novembro de 2004.

ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE

Presidente da Comissão de Sindicância

ROSANA EMÍLIA GREIPEL

Secretária da Comissão de Sindicância

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 10 DE MAIO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 10 DE MAIO DE 2004

APROVA RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2003.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Relatório de Gestão do Exercício de 2003.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de Maio de 2004.

IMELDA JÚLIA WATZKO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 13 DE OUTUBRO DE 2004

COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE DOAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 13 DE OUTUBRO DE 2004

DECLARA IMPRESTÁVEIS OS BENS MÓVEIS QUE MENCIONA

A Comissão Municipal Provisória de Seleção, Avaliação, Destinação de Bens Públicos Móveis do Município de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 3.531/2004; Resolve:

Art.1º) Declarar imprestáveis ao Serviço Público Municipal, os Bens Móveis mencionados nos Anexos, parte integrante desta Resolução, avaliados em R\$ 139,30 (Cento e trinta e nove reais, trinta centavos).

Parágrafo Único – Os bens são provenientes da Administração Pública do Município, identificados e avaliados pela Comissão Permanente, designada pelo Decreto Municipal nº 3.531 de 06 de outubro de 2004, o qual deverá coordenar, acompanhar a doação e venda ou eliminação dos bens imprestáveis relacionados no Anexo I.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 13 de Outubro de 2005.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH

JARBAS JORGE CATONI

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO

ZURITA MARIA PACHECO HASS

ROSANA EMÍLIA GREIPEL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

APROVA A SUBSTITUIÇÃO PARA SECRETARIAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Designar a Srª. Zurita Maria Pacheco Haas para responder pelos serviços de Secretária do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Fevereiro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 18 DE JUNHO DE 2003**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 18 DE JUNHO DE 2003

APROVA O PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES SOCIAIS CADASTRADAS NO CMAS.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Plano de Monitoramento das Entidades Sociais Cadastradas CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de Junho de 2003.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e três.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004

CRIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMPRESTÁVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica criada a Comissão para avaliação e eliminação de Bens imprestáveis do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., designa os seguintes nomes: Verônica Gorniack Schroeder, Silmara Malinovski; Zurita Maria Pacheco Haas; Marli Lucia Michalsky e Eliana Pessoa Machado Collêt.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 28 DE MAIO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 28 DE MAIO DE 2003

APROVA O BALANCETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE AO MÊS DEZEMBRO DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Balancete do Fundo Municipal de Saúde e da Divisão de Assistência a Saúde do Município de Campo Alegre/SC., referente ao mês de Dezembro do ano de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de maio de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde

de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 29 DE SETEMBRO DE 2005

COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE DOAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 29 DE SETEMBRO DE 2005

DECLARA IMPRESTÁVEL O BEM MÓVEL QUE MENCIONA

A Comissão Municipal Provisória de Seleção, Avaliação, Destinação de Bens Públicos Móveis do Município de Campo Alegre/SC, por solicitação da Diretoria da APP da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “WILLY FRANZ”, situada na localidade de Rio Represo, neste Município, foi ao local vistoriar e selecionar aproximadamente 1500 (mil e quinhentas) telhas usadas.

Assim sendo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 3.531/2004; Resolve:

Art.1º) Declarar impréstável ao Serviço e do Patrimônio Público Municipal, as Telhas de retiradas da cobertura do prédio sede da Escola acima epigrafada, as referidas telhas foram substituídas por novas telhas.

Parágrafo Único – As Telhas declaradas impréstáveis, não possuem valor de mercado em razão de seu péssimo estado de conservação.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 29 de Setembro de 2005.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH

JARBAS JORGE CATONI

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO

ZURITA MARIA PACHECO HASS

ROSANA EMÍLIA GREIPEL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 10 DE MAIO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 25 DE MAIO DE 2004

CRIA A COMISSÃO DE CADASTRO E INSCRIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE/SC.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica criada a Comissão de Cadastro e Inscrição do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 25 de Maio de 2004.

IMELDA JÚLIA WATZKO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

APROVA OS BALANCETES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2003.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) aprova os Balancetes do Fundo Municipal de Saúde e da Divisão de Assistência a Saúde do Município de Campo Alegre/SC., referente aos meses de Novembro e Dezembro do ano de 2003.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Fevereiro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004

DECLARA IMPRESTÁVEIS OS BENS QUE MENCIONA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Declarar imprestáveis os bens móveis relacionados no Anexo I, do Fundo Municipal de Saúde, avaliados em R\$ 84,80 (oitenta e quatro reais, oitenta centavos).

Parágrafo único – Os bens são provenientes do Fundo Municipal de Saúde, identificados e avaliados pela Comissão designada na Resolução nº 01, a qual deverá coordenar e acompanhar a eliminação dos bens imprestáveis relacionados no Anexo I.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2004.

VERONICA GORNIACK SCHROEDER

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 28 DE MAIO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 28 DE MAIO DE 2003

APROVA O BALANCETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE AO MÊS JANEIRO DE 2003.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Balancete do Fundo Municipal de Saúde e da Divisão de Assistência a Saúde do Município de Campo Alegre/SC., referente ao mês de Janeiro do ano de 2003.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de maio de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 13 DE AGOSTO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 13 DE AGOSTO DE 2004

APROVA NORMAS PARA CONCESSÃO DA INSCRIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE/SC.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova as normas para Concessão da Inscrição das Entidades e organizações de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de Agosto de 2004.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

APROVA RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS A SEREM ADQUIRIDOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a relação de equipamentos e mobiliários a serem adquiridos para vários setores da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Fevereiro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 28 DE MAIO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 28 DE MAIO DE 2003

APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Calendário de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.,

para o Exercício de 2003.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de maio de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 13 DE AGOSTO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 13 DE AGOSTO DE 2004

APROVA OS BALANÇOS MENSAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova os Balanços Mensais do Fundo Municipal de Assistência Social, referente aos meses de Janeiro a Junho do ano de 2004.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de Agosto de 2004.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

APROVA RELAÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS A SEREM ADQUIRIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA AS COMEMORAÇÕES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/

SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a relação de Materiais Educativos a serem adquiridos com recursos da PPI Epidemiológica, pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social para serem distribuídos durante as comemorações de aniversário do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Fevereiro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 28 DE MAIO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 28 DE MAIO DE 2003

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC., referente ao Exercício de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de maio de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 06 DE JUNHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 06 DE JUNHO DE 2003

APROVA RELATÓRIO DE APLICAÇÃO PARA USO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Relatório de aplicação para uso dos Recursos oriundos do Superávit Financeiro, do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC., referente ao Exercício Financeiro de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 15 DE OUTUBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 15 DE OUTUBRO DE 2004

APROVA OS BALANÇOS MENSAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova os Balanços Mensais do Fundo Municipal de Assistência Social, referente aos meses de Julho; Agosto e Setembro do ano de 2004.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Outubro de 2004.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo

Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 30 DE ABRIL DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 30 DE ABRIL DE 2004

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO 2004, EXERCÍCIO 2003 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Relatório de Gestão de 2004, exercício de 2003 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 06 DE JUNHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 06 DE JUNHO DE 2003

APROVA AS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova as Contas do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC., referente ao Exercício Financeiro de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 15 DE OUTUBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 15 DE OUTUBRO DE 2004

APROVA OS BALANÇOS MENSIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova alterações no Programa Cesta Básica que agora passa ser concedido preferencialmente às famílias que ainda não recebem o Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Governo Federal.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Outubro de 2004.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 30 DE ABRIL DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 30 DE ABRIL DE 2004

APROVA O RELATÓRIO DE RECURSOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Relatório de Recursos da Execução Orçamentária do ano de 2003 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 06 DE JUNHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 06 DE JUNHO DE 2003

APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC., PARA O EXERCÍCIO DE 2003.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Calendário de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC., para o Exercício de 2003.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2004

APROVA NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE CADASTRO E INSCRIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CAMPO ALEGRE/SC.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam nomeados os seguintes Conselheiros Municipais de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC:

GOVERNAMENTAL:

Viviane Marta Berlatto de Miranda - Serviço de Bem Estar Social;
Sirley Drancka de Souza Freitas - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
Acácio Anderson Droszczaka - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras;

NÃO GOVERNAMENTAL:

Maria Luiza Fachinetto Brunello – Fundação Educacional de Campo Alegre – FECAMPO;
Marli Cubas – Clube Idosos;
Rozeli Maria Fuckner – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Outubro de 2004.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 30 DE ABRIL DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 30 DE ABRIL DE 2004

APROVA O PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE EXAMES/CONSULTAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Protocolo de Autorização de Exames/Consultas do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 06 DE JUNHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 06 DE JUNHO DE 2003

APROVA AS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2003.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova as contas do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC, referente aos meses de janeiro e Fevereiro de 2003.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 30 DE ABRIL DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 30 DE ABRIL DE 2004

APROVA O PACTO 2004 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Pacto do ano de 2004 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 04 DE MAIO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 04 DE MAIO DE 2004

APROVA A PPI EPIDEMIOLÓGICA E PPI DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a PPI Epidemiologica e PPI da Vigilância Sanitária do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 04 de Maio de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 06 DE JUNHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 06 DE JUNHO DE 2003

APROVA A LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2004.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias da Divisão de Assistência a Saúde e do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC., para o exercício financeiro 2004.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 26 DE AGOSTO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 26 DE AGOSTO DE 2005

ESTABELECE REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS DO MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte Resolução:

Art.1º) Ficam estabelecidos os requisitos e critérios para Avaliação Sócio Econômica e para a Concessão de Benefícios Sociais aos Usuários da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) São requisitos para a Concessão de Benefícios Sociais aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC.

a) Ser residente e domiciliado no Município de Campo Alegre/SC., a pelo menos dois anos;

- b) Comprovar que a renda atual familiar per capita seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente do país;
- c) Não ser beneficiário do Programa Bolsa Família, para concessão de benefício de Cesta Básica;
- d) Receita Médica e Estudo Nutricional para a solicitação de benefício no caso de complementação alimentar;
- e) Participação em reuniões informativas da Cesta Básica e nos Programas de Educação em Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) São critérios para a concessão de Benefício Social:

I – Responsável pela família:

- 1- Carteira de Identidade;
- 2- Cadastro de Pessoa Física Junto ao Ministério da fazenda – CPF/MF
- 3- Título de Eleitor;
- 4- Carteira de Trabalho;
- 5- Comprovantes atualizados de rendimentos oriundos de trabalho remunerado e ou benefícios (aposentadoria e pensões);
- 6- Comprovante de Residência;
- 7- Certidão de Casamento ou de Nascimento conforme o caso;
- 8- Comprovante do recebimento de Bolsa Família;
- 9- Comprovante atualizado de despesas tais como: água; energia elétrica; telefone; aluguel etc...

II – Dos demais membros da Família:

- 1- Carteira de Identidade;
- 2- Cadastro de Pessoa Física Junto ao Ministério da fazenda – CPF/MF
- 3- Título de Eleitor;
- 4- Carteira de Trabalho;
- 5- Comprovantes atualizados de rendimentos oriundos de trabalho remunerado e ou benefícios (aposentadoria e pensões) de todos os membros da família;
- 6- Certidão de Casamento ou de Nascimento conforme o caso;
- 7- Cartão de vacinas das crianças, rigorosamente em dia;
- 8- No caso de gestante na casa, comprovar através do Cartão Gestante que está fazendo o acompanhamento pré-natal rigorosamente.

b) Relatório de visita técnica realizada pela Assistente Social do Município.

Parágrafo único – Para efeitos desta Resolução considera-se família todos os parentes consanguíneos ou afins, que residam juntos e que cuja economia e mantida pela contribuição de seus integrantes.

Art.4º)Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 26 de Agosto de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
1ª Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 04 DE MAIO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 04 DE MAIO DE 2004

APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Calendário de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 04 de Maio de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 06 DE JUNHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 06 DE JUNHO DE 2003

APROVA A RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ÁREA CONSTRUÍDA, BEM COMO DOS EQUIPAMENTOS PARA IMPLEMENTAR AS UNIDADES DE SAÚDE JÁ EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova relação de equipamentos a serem adquiridos para instalação e funcionamento da área construída, bem como dos equipamentos para implementar as Unidades de Saúde já existentes no Município.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

APROVA BALANÇOS MENSAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Viviane Marta Berlatto de Miranda Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Aprova os Balanços Mensais do Fundo Municipal de Assistência Social referente aos meses de Janeiro a Setembro do ano de 2005.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 31 de Outubro de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de
Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 04 DE MAIO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 04 DE MAIO DE 2004

APROVA BALANÇOS DOS MESES DE JANEIRO A MARÇO DE 2004 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Balancete Financeiro dos meses de Janeiro; Fevereiro e Março do ano de 2004, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 04 de Maio de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 06 DE JUNHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 06 DE JUNHO DE 2003

APROVA A RELAÇÃO DE ATENDIMENTOS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova relação de Atendimentos efetuados por intermédio do CIS/AMUNESC – Consórcio Intermunicipal de Saúde, referente aos meses de Novembro de Dezembro de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 31 DE OUTUBRO DE 2005ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

APROVA ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CADASTRO/INSCRIÇÃO DE ENTIDADES E OU ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Viviane Marta Berlatto de Miranda Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Aprova a alteração da Composição da Comissão de Cadastro /Inscrição de Entidades e/ou Organizações de Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC., ficando assim constituída:

GOVERNAMENTAL:Viviane Marta Berlatto de Miranda (titular);
Sirley Drancka de Souza Freitas (suplente);
Gilson Omar Brunnquell (titular);
Sirlone de Souza (suplente);
Auriene Roepke (suplente).**NÃO GOVERNAMENTAL:**Rosemir Drancka (titular);
Sandra Maria Pereira Dana (suplente);
Marli Cubas (titular);
Anídia Stolf (suplente);
Rozeli Maria Fuckner (titular);
Valdete Arbighaus Bahr (suplente).

Art.2º)Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 31 de Outubro de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência
Social de Campo Alegre/SC**RESOLUÇÃO Nº 12 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005

APROVA BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Viviane Marta Berlatto de Miranda Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Aprova o Balanço Mensal do Fundo Municipal de Assistência Social do mês de outubro de 2005.

Art.2º)Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Dezembro de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência
Social de Campo Alegre/SC**RESOLUÇÃO Nº 12 DE 25 DE JUNHO DE 2004**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 25 DE JUNHO DE 2004

APROVA A DISCUSSÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado a discussão sobre as alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 25 de Junho de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005

APROVA BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Viviane Marta Berlatto de Miranda Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art.1º) Aprova o Balanço Mensal do Fundo Municipal de Assistência Social do mês de Novembro de 2005.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Dezembro de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência
Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 25 DE JUNHO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 25 DE JUNHO DE 2004

APROVA A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS QUE INTEGRAM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições os novos Conselheiros para o Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., Decreto nº 3.441 de 04 de junho de 2004, Andréa Schmelzer – Associação de Moradores e Bairros. Marisa Veng – Entidades Religiosas. Doroti Inês Zimermann Primn – Associação de Pais e Professores.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 25 de Junho de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 25 DE JUNHO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 25 DE JUNHO DE 2004

APROVA BALANCETES DOS MESES DE ABRIL E MAIO DE 2004 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Balancete Financeiro dos meses de abril e maio de 2004, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 25 de Junho de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 25 DE JUNHO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 25 DE JUNHO DE 2004

APROVA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO BÁSICOS COM RECURSOS DO PSF E PAB PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a compra de medicamentos para a Farmácia Básica do Município de Campo Alegre/SC, com recursos do PSF, PAB Farmácia Básica do Estado e União.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 25 de Junho de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 20 DE AGOSTO DE 20046

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

APROVA A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS QUE INTEGRAM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições os novos Conselheiros para o Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC,, Decreto nº 3.464 de 07 de julho de 2004, Ricardo Rafael Koch – Área Odontológica; Roselina Munhoz – Associação dos Trabalhadores Rurais.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

APROVA O SIOPS REFERENTE AO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2004 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o SIOPS – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos do Município de Campo Alegre/SC., referente ao primeiro semestre de 2004.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

APROVA A COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado a complementação do Plano Municipal de Saúde, com dados dos Programas de Hanseníase; Saúde Bucal e Tuberculose, bem como alguns dados sobre educação e orçamento da saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

APROVA ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovadas as alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, Lei Municipal nº 1.600/82 que Cria o Conselho Municipal de Saúde, do Município de campo Alegre/SC., conforme Lei Federal nº 8149/90 e NOAS/SUS/01/02 e Resolução nº 333/03 do Conselho Nacional de Saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

APROVA PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO HOSPITAL SÃO LUIZ PARA REALIZAR PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS CIRURGICOS DE OFTALMOLOGIA.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o perdido de credenciamento do Hospital

São Luiz, para realizar procedimentos ambulatoriais/cirúrgicos de oftalmologia.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

APROVA A CRIAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSUMINDO O CARGO DE SECRETÁRIA FLÁVIA NUNES PATRÍCIO.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a Criação da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, assumindo o cargo de Secretária: Flávia Nunes Patrício.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 27 DE AGOSTO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 27 DE AGOSTO DE 2005

APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições, alterações no Protocolo de Medicamentos Excepcionais.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 27 de Agosto de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e sete dias do mês de Agosto do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 22 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 22 DE 20 DE AGOSTO DE 2004

APROVA O REAJUSTE DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS E PAGAMENTO DIFERENCIADO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE OTORRINOLARINGOLOGIA DO CIS/AMUNESC PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o reajuste para R\$ 15,00 (quinze reais), em consultas reprimidas de otorrinolaringologia e urologia, a partir de Janeiro do ano de 2004 e pagamento diferenciado nos procedimentos ambulatoriais de otorrinolaringologia do CIS/AMUNESC que não constam na tabela SAI/SUS videoendoscopia nasal e cauterização química de vasos septais para sangramento no valor de R\$ 35,00 para o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 22 DE 27 DE AGOSTO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 22 DE 27 DE AGOSTO DE 2005

APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS BALANCETES FINANCEIROS DOS MESES DE ABRIL A JULHO/2005 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, os Balancetes Financeiros relativo aos meses de abril a julho de 2005, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 27 de Agosto de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e sete dias do mês de Agosto do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 06 DE OUTUBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 06 DE OUTUBRO DE 2004

APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DO HOSPITAL SÃO LUIZ PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz

saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Projeto do Hospital São Luiz, para aquisição de equipamentos e material permanente no valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de Outubro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 27 DE AGOSTO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 27 DE AGOSTO DE 2005

APROVAÇÃO DA COMPRA DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, a aquisição de Medicamentos Básicos para suprir as necessidades da Farmácia Básica do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 27 de Agosto de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e sete dias do mês de Agosto do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 06 DE OUTUBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 06 DE OUTUBRO DE 2004

APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA LOA/2005 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a LOA/2005 – Lei Orçamentária Anual para o ano de 2005, com o valor total de R\$ 1.782,002,65 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, dois reais e sessenta e cinco centavos).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de Outubro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS NOVOS CONSELHEIROS.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, a alteração da composição de nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 25 DE 06 DE OUTUBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 25 DE 06 DE OUTUBRO DE 2004

APROVAÇÃO DO REAJUSTE PERCÁPITA DO CIS/AMUNESC.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o reajuste percapita do CIS/AMUNESC de R\$ 04,0 (quarenta centavos de reais) para R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos de reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de Outubro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 25 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 25 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

APROVAÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO PACS/PSF E IMPLANTAÇÃO DO PACS NA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, a ampliação do PACS/PSF na Região Central do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004

APROVAÇÃO DO PROJETO DO I.E.A.S HOSPITAL SÃO LUIZ, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Projeto do Hospital São Luiz, para aquisição de equipamentos e material permanente no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de Dezembro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

APROVAÇÃO DO SIOPS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;

RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o SIOPS referente ao Primeiro Semestre do ano de 2005 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 27 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 27 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004

APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS BALANCETES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, DOS MESES DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2004.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; **RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições os Balancetes do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, referente aos meses de Junho a Novembro de 2004.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de Dezembro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 27 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 27 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

APROVAÇÃO DA LDO/2006 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; **RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a LDO/2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do Município de Campo Alegre/SC., perfazendo o total de R\$ 2.131,024,00 (dois milhões, cento e trinta e um mil, vinte e quatro reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004

APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; **RESOLUÇÃO:**

Art.1º) Fica aprovado sem restrições as alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de Dezembro de 2004.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

APROVAÇÃO DO REAJUSTE NO VALOR DO PROCEDIMENTO DE RETINOGRRAFIA FLUORESCENTE BINOCULAR CIS/AMUNESC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o reajuste no valor do procedimento de Retinografia Binocular de R\$ 38,17 (trinta e oito reais, dezessete centavos), para R\$ 88,17 (oitenta e oito reais, dezessete centavos), realizado pelo CIS/AMUNESC para p Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 29 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 29 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Credenciamento SUS, para os procedimentos realizados pelo Consórcio Intermunicipal de

Saúde (Deliberação da CIB nº 35/05).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 30 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 30 DE 20 DE OUTUBRO DE 2005

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Reestruturação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de Outubro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 31 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 31 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Plano de Assistência Farmacêutica do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Dezembro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 32 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 32 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

APRECIACÃO E DISCUSSÃO SOBRE OS MEDICAMENTOS APREEN-
DIDOS PELA VISA ESTADUAL E DESTINO DOS MESMOS.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o envio de documento para uma consulta a VISA Estadual, sobre o destino dos medicamentos apreendidos no Município de Campo Alegre, solicitando o esclarecimento, se existe a possibilidade de devolver os referidos medicamentos para os distribuidores, e que os mesmos possam ressarcir os estabelecimentos comerciais.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Dezembro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 33 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 33 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

APROVAÇÃO DE REAJUSTE DOS VALORES DOS PROCEDIMENTOS DO CIS/AMUNESC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, dos valores dos procedimentos do CIS/AMUNESC; exames genéticos e reajuste nos procedimentos de agulhamento de mama guiado por ultra-sonografia e Retinografia fluorescente binocular (com anestesia) para R\$ 230,00 e R\$ 88,17, respectivamente.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Dezembro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 34 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 34 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

INDICAÇÃO DE UM CONSELHEIRO PARA O COMITÊ DE PREVENÇÃO DE ÓBITO INFANTIL E FETAL.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, a indicação do Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde, Senhor Rogério Nelson Tremi para integrar o Comitê de Prevenção de Óbito Infantil e Fetal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Dezembro de 2005.
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 35 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 35 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DOS BALANCETES FINANCEIROS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO A NOVEMBRO/2005.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, os Balancetes Financeiros do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de agosto a novembro de 2005 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Dezembro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 36 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 36 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PEDIDO DE MATERIAS DE CONSUMO.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, a aquisição dos seguintes materiais de consumo: medicamentos, ambulatorial; odontologia; expediente; higiene e limpeza, para o ano de 2006, para a Secretaria Municipal de Saúde e Postos de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Dezembro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 37 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 37 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

APRECIACÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições, o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos para adesão do Hospital São Luiz, conforme Portaria Ministerial nº 1.721/GM de 21 de setembro de 2005.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de Dezembro de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde
de Campo Alegre/SC

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 06/2015 - SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº10/2015

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 28 de Maio de 2015 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NA APAE, NO CONSELHO TUTELAR, PROJETO OLHO NO FUTURO E NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS. Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00 horas, e das 13h30min às 17 horas diariamente.

Campos Novos, 18 de Maio de 2015.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO MURAL Nº 10/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE

VALOR MENSAL: R\$ 1.129,29

DATA: 13/05/2015

VIGENCIA: 24/05/2016

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 04/FCC/2015

PORTARIA Nº 04/FCC/2015

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº 3.803 de 18/03/2005;

Resolve:

NOMEAR APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Instrutor de Teclado, com lotação na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", a profissional JOSIELI ALVES PEREIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital nº 001/2014, inscrita sob nº 44098, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 11/05/2015.

Art.2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Instrutor de Violino e Violoncelo, com lotação na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", a profissional LORAINE DUBENA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital nº 001/2014, inscrita sob nº 46890, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 11/05/2015.

Art.3º - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de Violão, com lotação na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", o profissional TIAGO SCHERMAK, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital nº 001/2014, inscrito sob nº 44137, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 11/05/2015.

Folha 1

Art.4º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos do artigo 18 e seus parágrafos da Lei nº 2.305 de 03/07/1990.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas(SC), 06 de maio de 2015.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente da Fundação Cultural
"Helmy Wendt Mayer"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 06/05/2015.

Portaria nº 04/2015 - Folha 2

PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 46/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO, protocolada pela AMANDA COM. DE PAPÉIS E BEM. LTDA contra o edital de Pregão Presencial n.º 46/2015.

Inclusão da exigência da apresentação da AFE (Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA)- Impugnação acolhida e negado provimento.

Atendimento a Lei Complementar n.º 147/2014 - Impugnação acolhida e dado provimento.

Protocolo n.º 3356 de 12/05/2015.

Processo de licitação n.º PMC 76/2015 na modalidade de Pregão Presencial n.º 46/2015.

O teor da resposta do Pregoeiro está a disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI

Pregoeiro

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 60/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 60/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PMC 58/2015

TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 15/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 60/2015. Data de assinatura: 06/05/2015. Contratada: J. LOPES CONTRUÇÕES LTDA, CNPJ n.º 10.912.255/0001-84. Objeto Contratado EXECUÇÃO DA OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE PALCO EM ALVENARIA, COM ÁREA TOTAL DE 541,71 M², NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NO BAIRRO PIEDADE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 523.617,37 (quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e sete centavos). Vigência: 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO RESULTADO JULGAMENTO DA
HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC
20/2015**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 72/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 20/2015, QUE TEM POR OBJETO SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR COM 242,35M², SITUADA NA AVENIDA MOISES DAMASO DA SILVEIRA, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Aos 15 (quinze) dias, do mês de maio do ano de 2015, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Sr. José Marcos Carvalho, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA. - ME, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, representada pelo Sr. Elvino Augusto Junior, J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, JRD - A CONSTRUTORA LTDA.- ME, F. F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - EPP, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA e FERNANDO SIMÃO MARON EIRELI - ME, representada pelo Sr. Fernando Simão Maron. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. As empresas F. F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - EPP, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA. - ME, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, JRD - A CONSTRUTORA LTDA e J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - EPP participam da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. A empresa FERNANDO SIMAN MARON EIRELI - ME, não apresentou Atestado(s) de Capacidade Técnica exigidos nos itens 6.2.2.1 e 6.2.2.4. A empresa KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - ME apresentou Atestado de Capacidade Técnica-operacional (item 6.2.2.1) referente conclusão da construção de escola para a Prefeitura Municipal de Ilhota - SC. A empresa F. F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP apresentou Contrato Social, Carteira Profissional do engenheiro, ficha de Registro de Empregados, Balanço Patrimonial, Negativa de Falência e Concordata, Certidão simplificada da Junta Comercial, Alvará de Localização e Certificado de Registro Cadastral sem a devida autenticação. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA. - ME, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, JRD - A CONSTRUTORA LTDA e J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - EPP habilitadas no certame e as empresas FERNANDO SIMÃO MARON EIRELI - ME, KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA e F. F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. inabilitadas. A empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentou Atestado de Capacidade Técnica de Execução de Obra para a empresa ABI BELEM E CIA. LTDA., porém o mesmo não foi utilizado para habilitação da empresa pelo fato de que o referido Atestado está sob suspeita de ter sido emitido de forma irregular e estar sob investigação judicial e policial (não conclusa até o presente momento), porém apresentou Atestado da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - SC, o qual o habilita para o certame. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação de habilitação. Não havendo interposição de recursos no prazo estipulado, a comissão de licitação procederá a abertura das propostas das licitantes habilitadas às 14h15min. do dia 27 de maio de 2015. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

José Marcos Carvalho
Membro

J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME
Elvino Augusto Junior

FERNANDO SIMÃO MARON EIRELI - ME
Fernando Simão Maron

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0180/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0180/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: ALF MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP Valor.....: 108.201,52 (cento e oito mil duzentos um reais e cinquenta e dois centavos) Vigência.....: Início: 15/05/2015 Término: 16/05/2016 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2015 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção e ferramentas, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura (consertos, limpezas, reformas, reformas, reparos na Área de Lazer, Rodoviária Municipal, praças, semitérios, manutenção da área Urbana e Interior do Município)		
Capinzal, 15 de Maio de 2015		

PMC CONTRATO 0181/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0181/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: SE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP Valor.....: 74.185,95 (setenta e quatro mil cento e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) Vigência.....: Início: 15/05/2015 Término: 16/05/2016 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2015 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção e ferramentas, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura (consertos, limpezas, reformas, reformas, reparos na Área de Lazer, Rodoviária Municipal, praças, semitérios, manutenção da área Urbana e Interior do Município)		
Capinzal, 15 de Maio de 2015		

PORTARIA 248/2015

PORTARIA Nº 248, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Izoete dos Santos Riquetti, matrícula nº 311502/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência D, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Diretoria de Ensino da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 249/2015

PORTARIA Nº 249, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Inês Rossetti Baron, matrícula nº 310794/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência E, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Diretoria do Conjunto das Escolas do Interior da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 250/2015

PORTARIA Nº 250, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Carmem Maletzke Markus, matrícula nº 327131/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 3/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 251/2015

PORTARIA Nº 251, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Niane de Azeredo, matrícula nº 332283/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 3/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 252/2015

PORTARIA Nº 252, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Lilian Mendes Moreira Dalamaria, matrícula nº 323721/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 3/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 253/2015

PORTARIA Nº 253 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Tânia Luci Bazzi Angeli, matrícula nº 319694/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 9, referência E, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º Fica concedida FC –2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 254/2015

PORTARIA Nº 254 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Christiane Oliveira de Jesus, matrícula nº 327220/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Ivo Silveira

Art. 2º Fica concedida gratificação de 25% à servidora, conforme o inciso I do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 3º . Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 255/2015

PORTARIA Nº 255 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Cássia Maris Wilbert Souza, matrícula nº 307157/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Fica concedida gratificação de 50% à servidora, conforme o inciso II do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 256/2015

PORTARIA Nº 256 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Andrea Aparecida de Azevedo Scheuermann, matrícula nº 326623/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica das Séries Iniciais da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Fica concedida FC –2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 257/2015

PORTARIA Nº 257 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Vivian Mafisa Golin, matrícula nº 320890/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 8, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Fica concedida FC –2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 258/2015

PORTARIA Nº 258 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Marcia Regina Melloto, matrícula nº 324116/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Fica concedida gratificação de 50% à servidora, conforme o inciso II do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 259/2015

PORTARIA Nº 259 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Jociane Morosini Andreoni, matrícula nº 323357/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 8, referência C, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Fica concedida FC –2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 260/2015

PORTARIA Nº 260, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Marcela Darga Paza, matrícula nº 331309/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 3/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 261/2015

PORTARIA Nº 261, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Giceli Aparecida Bergamo Dambros, matrícula nº 328952/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 3/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 262/2015

PORTARIA Nº 262, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Simone Salete Zapalalio de Oliveira Luz, matrícula

nº 333492/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 3/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 263/2015

PORTARIA Nº 263, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Aldecir Jose de Souza, matrícula nº 321419/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 3/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 264/2015

PORTARIA Nº 263, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Aldecir Jose de Souza, matrícula nº 321419/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 3/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 265/2015

PORTARIA Nº 265 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Iliane Aparecida dos Santos, matrícula nº 310743/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 8, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da extensão do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Fica concedida gratificação de 50% à servidora, conforme o inciso II do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 266/2015

PORTARIA Nº 266, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, em caráter definitivo, conforme requerimento protocolado sob o nº 363/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Léia Ster Pelegrini, matrícula nº 313157/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de dez (10) horas semanais, a contar de 01 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 267/2015

PORTARIA Nº 267, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, em caráter temporário, conforme requerimento protocolado sob o nº 220/2015, em dez (10) horas semanais, da servidora Jussara Biazotto, matrícula nº 312770/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de dez (10) horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 268/2015

PORTARIA Nº 268, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Léia Ster Pelegrini, matrícula nº 313157/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 269/2015

PORTARIA Nº 269, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 78/2015, à servidora Terezinha Ruivo Andrioni, matrícula nº 320005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 22 de fevereiro de 2007 a 20 de julho de 2014, pelo período de 01 de fevereiro a 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 270/2015

PORTARIA Nº 270, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4236/2014, ao servidor Nelson Nordt, matrícula nº 316512/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 28 de agosto de 1996 a 27 de agosto de 2001, pelo período de 01 de fevereiro a 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 271/2015

PORTARIA Nº 271, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4195/2014, ao servidor Sérgio Rodrigues dos Santos, matrícula nº 318949/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 02 de fevereiro de 2004 a 01 de fevereiro de 2009, pelo período de 02 de fevereiro a 01 de maio de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 272/2015

PORTARIA Nº 272, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 3/2015, à servidora Ivani Dezan Pissolatto, matrícula nº 311146/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 18 de outubro de 1998 a 17 de outubro de 2003, pelo período de 01 de fevereiro a 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 273/2015

PORTARIA Nº 273, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4108/2014, à servidora Nancy Grisner Franke, matrícula nº 316296/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 07 de março de 1994 a 28 de fevereiro de 2001, pelo período de 01 de fevereiro a 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 274/2015

PORTARIA Nº 274, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Francieli Aparecida Cazara Facin, matrícula nº 328758/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 275/2015

PORTARIA Nº 275, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Ariane Surdi, matrícula nº 326917/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, para atuar junto à Secretaria da Escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 276/2015

PORTARIA Nº 276, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Letícia Palinski, matrícula nº 330647/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em substituição a titular Jocilei Dorigon Helt, que está à disposição da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 277/2015

PORTARIA Nº 277, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Silvia Maria da Rosa, matrícula nº 333409/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Vivian Mafisa Golin, que está à disposição da Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 278/2015

PORTARIA Nº 278, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Rosane Rodrigues Silva de Souza Duarte, matrícula nº 332933/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Andrea Aparecida de Azevedo Scheuermann, que está à disposição da Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 279/2015

PORTARIA Nº 279, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Sara Lopes Duarte, matrícula nº 333239/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 280/2015

PORTARIA Nº 280, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, em caráter temporário, a servidora Sara Lopes Duarte matrícula nº 333239/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe, 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho para o Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 281/2015

PORTARIA Nº 281, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Karen Alberti Helt, matrícula nº 312835/11, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Luciane Albina Viecelli Thomazoni, que está à disposição da Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 282/2015

PORTARIA Nº 282, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mirian Mascarello Fracaro, matrícula nº 324574/07, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena, para atuar com aulas de leitura.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 282/2015

PORTARIA Nº 282, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mirian Mascarello Fracaro, matrícula nº 324574/07, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena, para atuar com aulas de leitura.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 283/2015

PORTARIA Nº 283, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Charly Marcon, matrícula nº 327212/06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 284/2015

PORTARIA Nº 284, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Eliane Marcia Bevilaqua Bernardi, matrícula nº 328073/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Lilian Aparecida Dorini, que está à disposição da Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 286/2015

PORTARIA Nº 286, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 413/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Luciana Silva Amorim, matrícula nº 323870/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 287/2015

PORTARIA Nº 287, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 413/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Iracema Machado, matrícula nº 310832/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo, nível 98, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 98, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 288/2015

PORTARIA Nº 288, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 457/2015, Fabia Lais Cesa do Amaral, matrícula nº 187921/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 289/2015

PORTARIA Nº 289, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 491/2015, Glecia da Silva, matrícula nº 329053/01, ocupante do

cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 817/2014

PORTARIA Nº 817, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 165/2013, conforme requerimento protocolado sob o nº 4225/2014, que designou a servidora Valquíria Maria da Silva Moresco para responder pela Diretoria de Ensino, a contar de 01 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 31 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário Administração e Finanças

PORTARIA 818/2014

PORTARIA Nº 818, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 166/2013, que concedeu FC – 1 à servidora Izoete dos Santos Riquetti, a contar de 01 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 31 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário Administração e Finanças

RESOLUÇÃO CIALAR 11/2015

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 14 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a Comissão Especial do Processo Seletivo

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam designados os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial para o Processo Seletivo de que trata o Edital n.º 002/2015 do CIALAR:

I – Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama;

II – Leandro Jacó Paza;

III – Sidnei Mantovani;

IV – Aline Rosseti; e

V – Hermes Felis Pissolo.

Art. 2.º A Comissão fica encarregada, sob a presidência do primeiro, de exercer as atribuições necessárias à realização do referido processo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do Edital, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 14 de maio de 2015.

VITOR JOAO FACCIN

Prefeito de Ouro

Presidente do CIALAR

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL ILUMINAÇÃO PUBLICA 53/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

PROCESSO: 53/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 36/2015, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA A REFERIDA MANUTENÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO VII, e referente o LOTE 01, a contratada tem a responsabilidade com fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações contidas no edital.

Entrega da documentação e proposta até as 16H do dia 01/06/2015, na SALA DE LICITAÇÕES
Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 de maio de 2015
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PROCESSO: 53/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS – TERMO DE REFERÊNCIA

A presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos Ianara Weber França de Azevedo e a Pregoeira Larissa Fabiane de Oliveira, tornam público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial n. 36/2015 com a consequente inclusão da exigência de apresentação de homologação pela Celesc dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 12, 14, 18, 20, 21, 22, 24 e 25 do LOTE 02.

Deste modo, as proponentes deverão apresentar produtos HOMOLOGADOS PELA CELESC S.A para os itens acima relacionados.

Caso a CELESC S.A. não possua especificação técnica do material, devem ser obedecidas as normas técnicas brasileiras (ABNT NBR) aplicáveis.

Destaca-se que a mudança na descrição dos itens, atenderá aos princípios concernentes à legislação licitatória e ao interesse público, tendo em vista que irá satisfazer os interesses da administração pública em adquirir apenas materiais elétricos de qualidade, certificados pela CELESC e que venham a suprir às necessidades da administração em prestar um serviço de qualidade aos moradores.

Celso Ramos, 15 de maio de 2015.
Ianara Weber França de Azevedo
Presidente da Comissão de Licitações

Larissa Fabiane de Oliveira
Pregoeira

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO nº 16/2015 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 16/2015.

Vigência: 15/05/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 6/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALCIDES VIEIRA

Valor: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais);

Objeto: O presente contrato tem por objeto à contratação de serviços de pedreiro para manutenção, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas (pontes, pontilhões, muros...), localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC.

DATA DA ASSINATURA: 15 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 28 de maio de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a contratação de serviços para execução de Oficinas de Dança, Iniciação Esportiva, Teatro e Culinária a ser desenvolvida para: 1) as crianças e adolescentes integrantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 2) os Idosos e 3) os Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, de conformidade com o Termo de Referência – Anexo II e os Projetos de Execução - Anexo X, elaborados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 18 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 28 de maio de 2015, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a a formação de registro de preços para à aquisição de toners e cartuchos, originais e remanufaturados para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 18 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2015-PMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2015 – PMC

Objeto: Aquisição de mobiliários a serem utilizados nas Unidades Escolares da Rede Municipal conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das propostas: até as 16 h e 00 min do dia 01/06/2015

Início da Sessão: dia 02/06/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 15 de maio de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal De Educação

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2015 FUMDEMA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2015 FUMDEMA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA, inscrito no CNPJ sob nº 04.050.313/0001-05 e ASSOCIAÇÃO DE NATUREZA SEMPRE VIVA, inscrita no CNPJ sob nº 17.237.323/0001-04, com sede no Bairro Nações, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Honório Selvino Massocco.

OBJETO: A entidade irá trabalhar a educação ambiental no município de Concórdia, proporcionando conhecimento do meio ambiente e medidas de preservação ambiental em escola e entidades.

VALOR: R\$ 15.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 15 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2015 FUMDEMA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2015 FUMDEMA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA, inscrito no CNPJ sob nº 04.050.313/0001-05 e ASSOCIAÇÃO DE CATADORES BENTEVI, inscrita no CNPJ sob nº 17.620.235/0001-89, com sede no Bairro Colibri, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor LAURI GONÇALVES DE CANDIDO.

OBJETO: A entidade deverá coletar o material reciclado no centro da cidade de segunda à sexta-feira que consequentemente dará mais vida útil ao aterro sanitário e mantendo uma cidade mais limpa, gerando uma qualidade de vida para a população;

VALOR: R\$ 30.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 15 de maio de 2015.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA - 1º QUADRIMESTRE/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, convida os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e demais integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 29 de Maio de 2015, às 19:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, para avaliar as metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2015.

Cordilheira Alta SC, 15 Maio de 2015
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 51/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2015

Contratado: NILCE TEREZINHA WADENPHUL DAL PIVA

Objeto: CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO DO GINÁSIO
DE ESPORTES AQUILO GOLO DO BAIRRO FLORESTA II

Valor: R\$ 50,00 (Cinquenta reais) mensal

Vigência: 31/12/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

CONVITE

CONVITE

A Administração Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, convida a todos os munícipes para participarem de Audiência Pública, a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Clevelândia, centro, no dia 28 de maio, às 15:00 horas, onde serão tratados assuntos referente a avaliação das metas do Primeiro Quadrimestre de 2015.

Certos de contar com presença de todos, onde terão a oportunidade de exercer a cidadania e estar informados sobre a aplicação dos recursos públicos de nosso Município.

Coronel Martins, 14 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 096 DE 04 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 096 DE 04 DE MAIO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada ocupante do Cargo de provimento em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, a partir de 04 de maio de 2015.

Nome Cargo

Daniela Smaniotto Assessor de Administração

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 04 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 097, DE 04 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 097, DE 04 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. PAULO ROBERTO DA SILVA, para exercer o Cargo de MOTORISTA – 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 – Serviços Operacionais – SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 04 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 098, DE 05 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 098, DE 05 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Daniela Smaniotto para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Administração de Material e Patrimônio, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 100 DE 05 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 100 DE 05 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA/ COORDENADORA DO CONCURSO MUNICIPAL PARA ESCOLHA DA COMPOSIÇÃO DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os munícipes abaixo relacionados para organizarem/coordenarem o Concurso Municipal para a escolha da Composição do Hino Oficial de Coronel Martins -SC:

- I- Evandro Belatto - presidente
- II- Raquel Adriana Souza – vice-presidente
- III- Katia Ramos de Amaral – membro
- IV- Gilson Eduardo Pahl – membro
- V- Sandra Mara Bolzan – membro
- VI- Geneci da Costa Pertussatti – membro
- VII- Sandra Regina Previatti – membro
- VIII- Maria Nilce Marmentini Somavila – membro

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o vice-presidente para substituí-lo.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do Concurso para a escolha da Composição do Hino Oficial do Município.

Art. 3º A comissão terá a competência de requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, mediante autorização do Chefe do Executivo.

Parágrafo único – A Comissão fica responsável pela correta aplicação dos recursos e de efetuar a devida prestação de contas, de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração pelos serviços prestados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

EDITAL Nº. 004, DE 12 DE MAIO DE 2015.

EDITAL Nº. 004, DE 12 DE MAIO DE 2015.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca as candidatas aprovadas para assumirem a vaga, conforme Processo de Seleção referente ao Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015 e conforme Divulgação de Resultado Final de 02 de março de 2015, nos seguintes termos:

2 – Ficam convocadas as seguintes candidatas, em seus respectivos cargos, para comparecerem no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, no dia 14 de maio de 2015, as 13:00 horas, para assumir a vaga a partir do dia 15 de maio de 2015:

ESTAGIARIAS:

5º ELIANE ALVES BRENA

6º BRUNA D´SANTI

3 – Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 12 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

LEI Nº 651/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 651/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015

DÁ NOVA REDAÇÃO À DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 644, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE INSTITUIU O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso VI, do artigo 3º, da Lei Municipal n. 644, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

VI - A organização e implementação das Conferências Municipais e/ou regionais de Segurança Alimentar e Nutricional.”

Art. 2º O caput do artigo 4º, da Lei Municipal n. 644, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Coronel Martins SC. será composto por 15 (quinze) conselheiros(as), entre seus membros titulares e respectivos suplentes

sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do Governo Municipal, e respeitará os seguintes critérios:

I – 05 (cinco) representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes, e que sejam servidores que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública, da seguinte forma:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- c) um representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.
- e) um representante da secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II – 10 (dez) representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um representante de Cooperativas de Produção;
 - b) um representante do Grupo de Idosos;
 - c) um representante de Associações de bairro;
 - d) um representante de Associações Religiosas;
 - e) um representante do Clube de Mães;
 - f) um representante da APAE do Município;
 - g) um representante de Cooperativas de Crédito;
 - h) um representante das Associações de Pais e Professores do Município;
 - i) um representante do Movimento Sindical, de empregados ou patronal, urbano e/ou rural;
 - j) um representante de movimentos populares organizados, associações comunitárias ou organizações não governamentais.
- ”

Art. 3º Ficam acrescidos ao artigo 4º, da Lei Municipal n. 644, de 12 de dezembro de 2014, os §§ 9º e 10, com a seguinte redação:

“Art. 4º
.....

§ 9º O COMSEA será presidido por um(a) conselheiro(a) representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do Conselho.

§ 10. Na ausência do presidente será escolhido pelo plenário presente um representante da sociedade civil para presidir a reunião.”

Art. 4º O caput do artigo 5º, da Lei Municipal n. 644, de 12 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA do Município de Coronel Martins poderá contar com câmaras temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por eles apreciadas.
..... ”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins em, 12 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 062 DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 062 DE 11 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA CASAMENTO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 120 da Lei Complementar Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando requerimento protocolado no dia 08/05/2015 sob o nº876

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

CONCEDER:

Art. 1º Licença em razão de seu casamento a Servidora Pública Municipal Senhora Raqueli de Oliveira Dias da Silva, ocupante do Cargo de Professora – Área V – Educação Especial, por um período de 08 (oito) dias consecutivos, a partir do dia 11 à 18 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 063 DE 14 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 063 DE 14 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 14/05/2015 á 12/06/2015.

Nome Cargo Referência

Nilce Cassol Telefonista 02/03/2014 à 01/03/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 14 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 18/2015 PMCP - FMEC**

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 18/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE PALCOS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, BANHEIROS QUÍMICOS COM SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA A FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I deste edital (Termo de Referência).

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

ECOBAM BANHEIROS QUÍMICOS LTDA ME

CNPJ: 09.158.348/0001-86

Instrumento: Contrato nº 0259/2015 PMCP

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
9	12	BANHEIROS QUÍMICOS - Locação, transporte, montagem e desmontagem de 12 banheiros químicos masculinos e femininos higienizados e limpos.	190,9091	2.290,91
10	2	TENDA - Duas tendas medindo 5 metros de largura e 5 metros de profundidade, altura mínima de 2,5 metros, instaladas juntas, fechamentos laterais e porta/abertura em uma das laterais, com tablado em madeira, forrada em carpete. Iluminação interna da tenda por conta do contratado. As lonas deverão estar perfeitamente limpas em seu interior. A tenda deverá ser montada atrás do palco para atender aos convidados da área VIP.	429,5455	859,09
		VALOR TOTAL		3.150,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

TOK LIGHT SONORIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP

CNPJ: 02.512.179/0001-91

Instrumento: Contrato nº 0260/2015 PMCP e 0261/2015 FMEC

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
6	1	PALCO NACIONAL Sonorização, iluminação conforme Rider Técnico para show Nacional João Neto e Frederico, dia 09 de maio de 2015 a partir das 22:00, em anexo, na arena de shows. A sonorização e iluminação deverá estar montada e testada até as 12:30 horas do dia 09.05.2015 e entregue a produção da dupla. A empresa deverá disponibilizar técnicos de som e de iluminação de acordo com o rider que ficarão a disposição da contratante e da dupla João Neto e Frederico.	8.275,5287	8.275,53
7	2	PALCO CULTURAL Sonorização, iluminação conforme Rider Técnico do Conjunto Fogo de Chão - em anexo (show de maior expressividade que se apresentará nesse palco). A sonorização e iluminação deverá estar montada e testada até as 12:30 horas do dia 09.05.2015 quando iniciarão as apresentações culturais nesse palco. A empresa deverá fornecer técnico de som/iluminação de acordo com o rider do conjunto fogo de chão, sendo no mínimo um, e deverá ficar a disposição da contratante e de TODOS os artistas que se apresentarão no palco cultural desde as 13:30 até 22:00horas.	2.900,3021	2.900,30
8	1	GERADOR Locação de 01 grupo gerador de energia, móvel, silencioso, com capacidade mínima de 250 KVA de trifásico, operador e cabos elétricos para ligação do PALCO PRINCIPAL. A empresa deverá fornecer todo o suporte, tal como ligação, montagem, desmontagem e operação.	1.624,1692	1.624,17

11	2	TELÕES E FILMAGEM - 02 telões medindo 4 x 3 com projetor acompanhados de Note Book e DVD REC/PLAY estrutura de box trus para telões. Ligações AV Filmagem Digital com câmera profissional para transmissão simultânea do show nacional (Câmeras para CAPTURAÇÃO DE IMAGENS). O telão deverá ficar disponível para uso da contratante a partir das 19:00 horas quando será transmitido um vídeo promovido pela contratante. O vídeo poderá contar com som, então o telão deverá ser ligado ao sistema de sonorização do palco nacional ou outra forma que atenda as necessidades do contratante.	575,00	1.150,00
12	1	SKY WALKER - Um aparelho de Sky Walker.	1.150,00	1.150,00
		VALOR TOTAL		12.800,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP

CNPJ: 05.399.372/0001-58

Instrumento: Contrato nº 0258/2015 PMCP

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	1	PALCO PARA SHOW EXPRESSÃO NACIONAL. Locação, com montagem e desmontagem, de PALCO MODULAR, obedecendo às seguintes especificações mínimas: - Dimensões: 12 metros de frente x 10 metros de profundidade; Altura do piso mínima 1,60 metros; Cobertura tipo duas águas em lona; Altura mínima do pé direito de 6,5 metros; Fechamento lateral e fundos do palco em Sanete cor preta, com porta de acesso e escada com corrimões; Forração do tablado e saias na cor preta. O Staiamento deverá ser feito através de cabos de aço fixados ao solo por meio de estacas enterrados/chumbados no solo ou de outra forma que dê segurança ao objeto. ATENÇÃO. Palco deverá ser instalado em uma Avenida cujo solo é em asfalto e desnível - verificar na vistoria do local. Deverá ser fornecida ART de montagem e desmontagem bem como laudo antichamas/flammabilidade (padrão bombeiro/CREA) de toda estrutura. Torre de PA: Estrutura treliçada em alumínio para fixação e sustentação de sistema de áudio Line Array medindo 11mts altura, 1,5 largura e 1,5 de profundidade, formato de quadrado, em quatro pés, fixadas nas duas extremidades da cobertura formando uma estrutura única. House Mix: 01 House Mix 5mts largura por 5 mts profundidade, montada em estrutura de alumínio, coberta com lona, com atestado antichama/flammabilidade (padrão bombeiro/CREA) - ATENÇÃO: o licitante deverá verificar o Rider Técnico da Dupla João Neto e Frederico (anexo ao edital) e adequar a House Mix de acordo com o solicitado pela produção da Dupla.	7.646,8734	7.646,87
2	1	PALCO CULTURAL Locação, com montagem e desmontagem, de PALCO, obedecendo às seguintes especificações mínimas: -Dimensões: 08 metros de frente x 06 metros de profundidade; Altura do piso mínima 1,20 metros; Cobertura tipo duas águas em lona; Altura mínima de 4,0 metros; Fechamento lateral e fundos do palco em Sanete cor preta, com porta de acesso e escada com corrimões; Forração do tablado e saias na cor preta. O Staiamento deverá ser feito através de cabos de aço fixados ao solo por meio de estacas enterrados/chumbados no solo ou de outra forma que dê segurança ao objeto. ATENÇÃO. Palco deverá ser instalado em uma Avenida cujo solo é em lajotas - verificar na vistoria do local. Deverá ser fornecida ART de montagem e desmontagem bem como laudo antichamas/flammabilidade (padrão bombeiro/CREA) de toda estrutura. PA anexo ao palco e House Mix para shows de porte regional (vide rider do Conjunto Fogo de Chão - anexo ao edital, que será o grupo com maior expressividade que se apresentará sobre esse palco.	3.374,1829	3.374,18
3	3	CAMARINS Locação, montagem e desmontagem de três camarins, sendo dois atrás do palco nacional e um atrás do palco cultural. Todos medindo no mínimo 5x5m cada em octanorm (que deverão estar limpos), cobertos com tenda na cor branca, tablado nivelado com carpet, com fechamento total, e uma porta de entrada cada. Deverá ser incluído sistema de ar condicionado de janela nos camarins, duas lâmpadas, duas tomadas 220v. Deverão ainda conter os camarins: um espelho em cada, um tapete em cada, pufs, cadeiras e mesas. A empresa contratada é responsável pela instalação elétrica e deverá dar manutenção durante o evento caso solicitado.	1.433,788	4.301,37

4	4	TORRES DE OBSERVAÇÃO 04 torres de observação para uso da Polícia Militar com 4 metros de altura, 2,0 metros de largura e 2,0 metros de profundidade, com escada e guarda corpo.	477,9296	1.911,72
5	100	GRADES DE CONTENÇÃO Locação de 100mt Gradil de Proteção medindo no mínimo 1,20m de altura, que servirá como grades de contenção, circundando a área VIP em frente ao palco, os camarins/escada e direcionamento do público.	9,5586	955,86
		VALOR TOTAL		18.190,00

Vigência: 27/04/2015 à 09/05/2015
Correia Pinto/SC 18 de maio de 2015
VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO - PROCESSO TP 13/2015 PMCP

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 13/2015 PMCP – TOMADA DE PREÇOS

Anulação de processo Licitatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações;

CONSIDERANDO que em razão de prever exigência descompensada da lei, o processo licitatório 13/2015 PMCP torna-se anulado.

RESOLVE:

ANULAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 13/2015 PMCP, e consequentemente a licitação por Tomada de Preços com o mesmo número, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA, REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE TREVO DE ACESSO NA RODOVIA BR 116, KM 237,00, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Correia Pinto, SC, 18 de maio de 2015.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 071/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 071/15

Processo Licitatório nº 043/15

Dispensa de Licitação nº 020/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ROSANGELA FATIMA ZARICHTA E CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.612.050/0001-79, situada na Rua João Ambrosio da Silva, nº 824, Bairro Ipiranga, CEP 88111-550, Município de São José - Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratificação e higienização e desinfecção de Caixa d'água nos postos de Saúde, Farmácia Básica, fisioterapia e Secretaria de saúde do Município.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.825,00 (cinco mil e oitocentos e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 11/05/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3329/15

PORTARIA Nº 3329/15

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com o artigo 9º da Lei Municipal nº 2141 de 04 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

I – JONEY CÍCERO MOROZINI – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

II – FELIPE RAFAELI RODRIGUES – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

III - ALCEU GILMAR MORETTI – Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

IV – BERNADETE CORREA HILLBRECHT – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V- WILSON GEAN GESSNER - Representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

VI – JEAN MARCEL BERTOLDI DIEHL – Representante da Secretaria

de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

VII – CELSO GARCIA – Representante da Autarquia Águas de Corupá;

VIII – MARIA CELI DA COSTA – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

IX - FERNANDO GEAN LUNELLI – Representante da Assessoria Jurídica;

X- SARGENTA DANIELA KREUSBERG KNAPIK – Representante do Bombeiro Militar;

XI- SARGENTO MAURÍCIO MARCARINI – Representante da Polícia Militar;

XII- CLÓBIO MAURICIO FRANCISCO – Representante da Polícia Civil;

XIII- GEORGE LIVRAMENTO – Representante da EPAGRI;

XIV- PAULO QUADROS – Representante da CELESC;

XV – ANÉSIO MEES – Representante da ACIAC;

XVI – CRISTIAN HERMANN - Representante do JEEP CLUB;

XVII – ALISON SIQUEIRA - Representante do BANANALAMA;

XVIII – ANDRÉ SPAIT - Representante do LIONS CLUB;

XIX – GILBERTO KAZUBOWSKI - Representante do ROTARY CLUB;

XX – MAURO GAERDTNER – Representante Rádio Amador;

XXI – CESAR HUMBERTO ROCHA – Representante do CREA Del. Jaraguá do Sul;

XXII – SANDRO ROGÉRIO GLATZ – Representante da OAB Regional de Jaraguá do Sul;

XXIII – ERNESTO FELIPE BLUNK – Representante do COMPDEC;

XXIV – CELSO DOS SANTOS BERLATO – Representante dos Nucleos;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de maio de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 90/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 90/2015

Aos quinze dias do mês de Maio de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 90/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO NA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)
§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 15 de Maio de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2015

EDITAL DE PREGÃO
PRESENCIAL Nº25/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PISO MOLHADO, CARRO MULTIFUNCIONAL COMPLETO, CONJUNTO LIXEIRAS COM SUPORTE, ENCERADEIRA INDUSTRIAL PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 01/06/2015, às 09h00, e início da sessão do Pregão no dia 01/06/2015, às 09h30 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. Os interessados poderão ter acesso a integral do Edital em www.curitiba.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 12 de maio de 2015.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Mun. Saúde

Gabriela Q. Almeida Martarello
Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais odontológicos para manutenção dos atendimentos em Unidades de Saúde do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 01/06/2015, às 13:30h, e início da sessão do Pregão no dia 01/06/2015, às 14h00 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. Os interessados poderão ter acesso a integral do Edital em www.curitiba.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 05 de maio de 2015.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Mun. Saúde

Gabriela Q. Almeida Martarello
Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE CARREGADEIRA L60F DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 02/06/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 02/06/2015, será realizada sessão

pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.gov.br.

Curitiba, 14 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 138/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 138/2015

Aditivo Nº : 138/2015 - Contrato Nº: 186/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: PEFON CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 01/06/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 34/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA QUADRA DO NUCLEO MUNICIPAL ROTARY E DO NUCLEO MUNICIPAL DE CAMPO ARISTILIANO ALVES DOS SANTOS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 139/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 139/2015

Contrato Nº.: 139/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: CURITIBANOS CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRRELI - ME

Valor : 5.837,00 (cinco mil oitocentos e trinta e sete reais)

Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 06/07/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 442.372,36

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO, INCLUINDO O REBOBINAMENTO DO TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 23.1 KV DA SUBSTACÃO DO PRÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 140/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 140/2015

Contrato Nº.: 140/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SANDRI COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME
Valor : 1.474,88 (um mil quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)
Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 141/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 141/2015

Contrato Nº.: 141/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: Dimep Com. Assist. Técnica Ltda
Valor : 3.855,00 (três mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 15/06/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (42)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA E CONFIGURAÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 142/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 142/2015

Aditivo Nº : 142/2015 - Contrato Nº: 207/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇOES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 24/06/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 39/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GETULIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 143/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 143/2015

Contrato Nº.: 143/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: CONTROLLER TECNOLOGIA E SIST. DE INFORMAÇÃO LTDA
Valor : 75.824,20 (setenta e cinco mil oitocentos e vinte e quatro reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 27/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO EDUCACIONAL, COMPOSTO POR MÓDULOS PARA GESTÃO E CONTROLE DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I, II E III DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 16/2015

Aditivo Nº : 16/2015 - Contrato Nº: 4/2015

Contratante...: IPESMUC

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 3.634,92 (três mil seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO303/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato303/2015

Contrato Nº.: 303/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME

Valor : 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 19/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO304/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato304/2015

Contrato Nº.: 304/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA

Valor : 2.380,50 (dois mil trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 19/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO305/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato305/2015

Contrato Nº.: 305/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME

Valor : 259,31 (duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos)

Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 19/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO305/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato305/2015

Contrato Nº.: 305/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: ELMO PAPELARIA LTDA - ME

Valor : 259,31 (duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos)

Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 19/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO306/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato306/2015

Contrato Nº.: 306/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: Bozzano e Bozzano LTDA - ME

Valor : 31,74 (trinta e um reais e setenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS,

AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO307/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato307/2015

Contrato Nº.: 307/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME

Valor : 82,64 (oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO308/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato308/2015

Contrato Nº.: 308/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA

Valor : 1.245,20 (um mil duzentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00

(109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO309/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato309/2015

Contrato Nº.: 309/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
Valor : 82,28 (oitenta e dois reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO310/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato310/2015

Contrato Nº.: 310/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME
Valor : 52,60 (cinquenta e dois reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),

2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO311/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato311/2015

Contrato Nº.: 311/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: KLEBER MACHADO & CIA LTDA
Valor : 172,60 (cento e setenta e dois reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO312/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato313/2015

Contrato Nº.: 313/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA

ESCRITORIO LTD

Valor : 6,30 (seis reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO313/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato313/2015

Contrato Nº.: 313/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD
 Valor : 6,30 (seis reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO314/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato314/2015

Contrato Nº.: 314/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: TELEAR TECNOL. ELETRO ELETRON. CONST. CIVIL LTDA.
 Valor : 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/05/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 61/2015
 Recursos : Dotação: 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS INCANDESCENTES PARA REPOSIÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DO BALIZAMENTO NOTURNO DO AEROPORTO MUNICIPAL, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NA

LICITAÇÃO Nº 51/2015, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO315/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato315/2015

Contrato Nº.: 315/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: JK PNEUS LTDA.
 Valor : 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais)
 Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 30/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),
 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO316/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato316/2015

Contrato Nº.: 316/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA
 Valor : 280,00 (duzentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),
 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,

ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO317/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato317/2015

Contrato Nº.: 317/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME
Valor : 16.800,00 (dezesseis mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 303/2014
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO CERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO318/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato318/2015

Contrato Nº.: 318/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME
Valor : 9.100,00 (nove mil e cem reais)
Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 284/2014
Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO CERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO319/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato319/2015

Contrato Nº.: 319/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: REUNIDAS TURISMO S/A
Valor : 18.350,00 (dezoito mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 284/2014
Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO CERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO320/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato320/2015

Contrato Nº.: 320/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JL- COMERCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PE-CAS E A
Valor : 40.715,20 (quarenta mil setecentos e quinze reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 279/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO EM VEICULOS DO GABINETE, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO322/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato322/2015

Contrato Nº.: 322/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA
Valor : 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO323/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato323/2015

Contrato Nº.: 323/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 2.214,00 (dois mil duzentos e quatorze reais)
Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015
Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto de VIA-TURA EM USO NA UNIDADE MILITAR DE CURITIBANOS E DE CAMINHÕES DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO324/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato324/2015

Contrato Nº.: 324/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 5.978,00 (cinco mil novecentos e setenta e oito reais)
Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015
Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto de VIA-TURA EM USO NA UNIDADE MILITAR DE CURITIBANOS E DE CAMINHÕES DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO325/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato325/2015

Contrato Nº.: 325/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900
Valor : 1.695,00 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 277/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULO LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SEC. DA ADMINISTRAÇÃO, SEC. DE ESPORTES, SEC. DE AGRICULTURA, FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, FUNDO MUN. DE SAÚDE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SEC. TRANSPORTES E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DE TRABALHO, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, 2º BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO326/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato326/2015

Contrato Nº.: 326/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JL- COMERCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A
Valor : 2.420,80 (dois mil quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 279/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO EM VEÍCULOS DO GABINETE, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, POLÍCIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO327/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato327/2015

Contrato Nº.: 327/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME
Valor : 404,40 (quatrocentos e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 24/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO328/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato328/2015

Contrato Nº.: 328/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LINCK MAQUINAS SA
Valor : 3.729,88 (três mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos)
Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 24/05/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 64/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MOTONIVELADORA VOLVO G930, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO329/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato329/2015

Contrato Nº.: 329/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 750,00 (setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 24/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO330/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato330/2015

Contrato Nº.: 330/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: Globo Planalto Comércio de Veículos Ltda.

Valor : 50.180,00 (cinquenta mil cento e oitenta reais)

Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 24/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2015

Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (73)

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO PARA A SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MINIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO331/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato331/2015

Contrato Nº.: 331/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: JULIO RAMOS LUZ

Valor : 0,01 (um centavo)

Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 25/07/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONSULTORIA, ASSESSORIA, ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS pertencentes ao Município supracitado, que deverão ser executados no dia 17 de abril do corrente ano, às 14 horas, podendo ser adiado pela contratante.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO332/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato332/2015

Contrato Nº.: 332/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.

Valor : 231,20 (duzentos e trinta e um reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO333/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato333/2015

Contrato Nº.: 333/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: GERHARDT & PELEGRINI LTDA.

Valor : 470,00 (quatrocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO334/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato334/2015

Contrato Nº.: 334/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME

Valor : 52,00 (cinquenta e dois reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS,

POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO335/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato335/2015

Contrato Nº.: 335/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PNEUFORT COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA
Valor : 1.174,00 (um mil cento e setenta e quatro reais)
Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),
2.009.3.3.90.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO336/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato336/2015

Contrato Nº.: 336/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RODA BRASIL -DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACES-SÓRIOS L
Valor : 310,00 (trezentos e dez reais)
Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),
2.009.3.3.90.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA

DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO337/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato337/2015

Contrato Nº.: 337/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
Valor : 1.390,00 (um mil trezentos e noventa reais)
Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2015
Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (35)

Objeto : AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS PARA USO DA POLICIA MILITAR, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MINIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO338/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato338/2015

Contrato Nº.: 338/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900
Valor : 138,00 (cento e trinta e oito reais)
Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 277/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),
2.009.3.3.90.00.00.00.00 (30), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84),
2.007.3.3.90.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULO LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SEC. DA ADMINISTRAÇÃO, SEC. DE ESPORTES, SEC. DE AGRICULTURA, FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, FUNDO MUN. DE SAÚDE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SEC. TRANSPORTES E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DE TRABALHO, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA MILITAR, POLICIA CIVIL, 2º BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO339/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato339/2015

Contrato Nº.: 339/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
Valor : 210,60 (duzentos e dez reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00
(32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO340/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato340/2015

Contrato Nº.: 340/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
Valor : 3.052,00 (três mil e cinqüenta e dois reais)
Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00
(32), 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (78),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLÍCIA CIVIL, MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO341/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato341/2015

Contrato Nº.: 341/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 650,00 (seiscentos e cinqüenta reais)
Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCADERNAÇÃO GRANDE ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL COMPATÍVEL, CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA, PARA USO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO342/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato342/2015

Contrato Nº.: 342/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 910,00 (novecentos e dez reais)
Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCADERNAÇÃO GRANDE ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL COMPATÍVEL, CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA, PARA USO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO343/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato343/2015

Contrato Nº.: 343/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: AGROPECUARIA E PLANEJAMENTO MARTINS LTDA

Valor : 105,80 (cento e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO344/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato344/2015

Contrato Nº.: 344/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME

Valor : 36,00 (trinta e seis reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO345/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato345/2015

Contrato Nº.: 345/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN

Valor : 1.215,00 (um mil duzentos e quinze reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO346/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato346/2015

Contrato Nº.: 346/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME

Valor : 194,00 (cento e noventa e quatro reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 26/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO347/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato347/2015

Contrato Nº.: 347/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: MARCIA GIRARDI - ME

Valor : 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 27/05/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 67/2015

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TÁTICOS PARA A POLÍCIA MILITAR, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO Nº 55/2015, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO348/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato348/2015

Contrato Nº.: 348/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: JL- COMERCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A

Valor : 722,00 (setecentos e vinte e dois reais)

Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 23/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 279/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO EM VEICULOS DO GABINETE, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO349/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato349/2015

Contrato Nº.: 350/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.

Valor : 1.342,50 (um mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

(84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO350/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato350/2015

Contrato Nº.: 350/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.

Valor : 1.342,50 (um mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO351/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato351/2015

Contrato Nº.: 351/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA
Valor : 995,00 (novecentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00
(30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00
(84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00
(109)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO352/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato352/2015

Contrato Nº.: 352/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda
Valor : 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLÍCIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO353/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato353/2015

Contrato Nº.: 353/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME
Valor : 20,88 (vinte reais e oitenta e oito centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00
(32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO354/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato354/2015

Contrato Nº.: 354/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
Valor : 24,51 (vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos)
Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00
(32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO355/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato355/2015

Contrato Nº.: 355/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME
 Valor : 0,72 (setenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00
 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00
 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO356/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MARÇO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato356/2015

Aditivo Nº : 356/2015 - Contrato Nº: 155/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
 Valor : 3.033,62 (três mil e trinta e três reais e sessenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 30/03/2015 Término: 21/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2014
 Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, FIA, SEGURO DO EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SEGURO AOS ESTAGIÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NO PERÍODO DE UM ANO COM FRANQUIA NORMAL CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO73/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato73/2015

Contrato Nº.: 73/2015
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: AUTO MECANICA GERAL LTDA - Curitiba

Valor : 511,00 (quinhentos e onze reais)
 Vigência : Início: 08/04/2015 Término: 04/06/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2015
 Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 127.016,54

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 40.000KM DO VEÍCULO CHEVROLET SPIN PLACA MLJ 4754, EM USO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO74/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato74/2015

Contrato Nº.: 74/2015
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: WALDEMAR DEOLA
 Valor : 12.000,00 (doze mil reais)
 Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 13/04/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 125.679,04

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL A SER UTILIZADO PARA AS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE CONFORME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1/2015, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO75/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato75/2015

Contrato Nº.: 75/2015
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: PREVINE DEDETIZADORA LTDA
 Valor : 750,00 (setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA DA SEDE DO CRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO76/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato76/2015

Contrato Nº.: 76/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME

Valor : 1.970,00 (um mil novecentos e setenta reais)

Vigência : Início: 14/04/2015 Término: 14/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 7.180,10

Objeto : AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO TIPO BIOMÉTRICO PARA CONTROLE DE FUNCIONARIOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTE E LAZER, PLANEJAMENTO E URBANISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO77/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato77/2015

Contrato Nº.: 77/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME

Valor : 1.970,00 (um mil novecentos e setenta reais)

Vigência : Início: 16/04/2015 Término: 16/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO TIPO BIOMÉTRICO PARA CONTROLE DE FUNCIONARIOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTE E LAZER, PLANEJAMENTO E URBANISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO78/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato78/2015

Contrato Nº.: 78/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor : 15.960,00 (quinze mil novecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 17/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2014

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 228.116,61

Objeto : AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS DE HIGIENE PARA O ANO DE 2015 PARA A DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, CONFORME PREVISTO NA LEI MUNICIPAL 5.147/2013 E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO79/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato79/2015

Contrato Nº.: 79/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: NARCIZO KRIEGER ORTIZ

Valor : 667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais)

Vigência : Início: 22/04/2015 Término: 13/05/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 97.337,52

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A CASA LAR PELO PERÍODO DE 20 DIAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE USO DO IMÓVEL PARA A REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS E MANUTENÇÃO, DEVIDO À DEPREDACÃO DO LOCAL PELOS MENORES INSTITUCIONALIZADOS, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO80/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato80/2015

Contrato Nº.: 80/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: STANG & STANG LTDA.

Valor : 8.806,00 (oito mil oitocentos e seis reais)

Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),

2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO81/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato81/2015

Contrato Nº.: 81/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME

Valor : 32.956,00 (trinta e dois mil novecentos e cinquenta e seis reais)

Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 284/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE,

TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO SERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO82/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato82/2015

Contrato Nº.: 82/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: SANDRO ALMEIDA

Valor : 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 27/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.090.3.3.90.00.00.00.00.00 (40)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO NO ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2015

Autoriza o Chefe do Poder Legislativo Municipal a firmar convênio com o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara de Vereadores de Curitiba aprovou, e eu, Arcilio Alves, Presidente, nos termos do Artigo 51 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e do Artigo 133 do Regimento Interno, promulgo o presente Decreto Legislativo:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC.

Art. 2º O Convênio mencionado no artigo anterior, tem por finalidade proporcionar a integração de alunos regularmente matriculados em Instituições de Ensino reconhecidas pelo MEC, através de estágio nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

Art. 3º O número de vagas e a área de atuação dos estagiários, respeitando-se os limites fixados pela Lei Municipal nº 4384/2009, será definido através de ato próprio do Chefe do Poder Legislativo Municipal e de acordo com a Lei Federal 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 4º As despesas oriundas do presente Convênio correrão por conta dos recursos próprios, constantes do orçamento vigente.

Art. 5º O Convênio a que se refere este Decreto poderá ter prazo de vigência de 04 (quatro) anos, contados a partir da data da publicação deste Decreto, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, ou por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

Parágrafo Único: Este Convênio poderá ainda, ser implementado, alterado e/ou prorrogado mediante Termo Aditivo.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2015.

Arcilio Alves

Presidente

Vilma Natalina Fontana Maciel

1ª Secretária

João Réus de Camargo

Vice-presidente

Odete Maria Ortiz Kern

2ª Secretária

MINUTA DE CONVÊNIO ...

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES

DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.493.632/0001-21, com sede à Rua Achias Gans, nº 288, Centro, CEP 89520-000, doravante designado simplesmente CÂMARA DE VEREADORES, neste ato representado por seu Presidente, o Vereador ARCILIO ALVES, e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, associação de assistência social, sem intuito lucrativo de utilidade pública estadual e federal, inscrito no CNPJ sob o nº 04.310.564/0001-81, com sede central à Rua Antônio Dib Mussi nº 473, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-110, doravante designado simplesmente CIEE/SC neste ato representado por seu Superintendente Executivo Sr. ANIBAL DIB MUSSI, RG nº 3656339-0, CPF nº 157.229.299-72 tem entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, CONVÊNIO, elaborado de acordo com a lei federal 11.788/08, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este convênio estabelece cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, e a “formação para o trabalho”, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIEE/SC

- Manter convênios específicos com as Instituições de Ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- Obter da Unidade Concedente a identificação e características das oportunidades de estágio e sobre os respectivos Programas de Atividades a serem oferecidos;
- Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas Instituições de Ensino para emissão do Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- Encaminhar à Unidade Concedente do Estágio os estudantes cadastrados e interessados na(s) oportunidade(s);
- Providenciar toda documentação referente ao estágio e encaminhar a negociação do Seguro Contra Acidentes Pessoais em favor do estagiário;
- Assessorar a Instituição de Ensino, quando acordado, em sua sistemática de acompanhamento e avaliação do Programa do Estágio;
- Notificar à Unidade Concedente do Estágio, qualquer irregularidade informada pela Instituição de Ensino constatada no Programa do Estágio e/ou na situação escolar dos estagiários;
- Efetuar o pagamento da Bolsa-Auxílio mensal ao estagiário no máximo até 5 (cinco) dias após a confirmação da transferência dos respectivos valores pela Unidade Concedente do Estágio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES

- Assinar os documentos concernentes ao estágio, na forma da lei;
- Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, bem como fornecer os dados necessários à avaliação das respectivas instalações;
- Designar um supervisor, de seu quadro de pessoal, com formação

- ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar os estagiários;
- Manter em favor do estagiário, Seguro Contra Acidentes Pessoais no valor de mercado, podendo ser apólice coletiva, encaminhada em conjunto com o CIEE/SC;
- Entregar ao estagiário, por ocasião de seu desligamento, um Termo de Realização do Estágio, contendo a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação do desempenho;
- Manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- Enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- Formalizar as oportunidades de estágio com as Instituições de Ensino, adequando suas condições às exigências da legislação com assessoria do CIEE/SC nos limites do Art. 5 da Lei 11.788/08;
- Receber os estudantes encaminhados mantendo entendimentos sobre as condições de realização de estágio, informando ao CIEE/SC os nomes dos selecionados para o estágio;
- Informar mensalmente ao CIEE/SC a frequência dos estagiários;
- Transferir ao CIEE/SC, mensalmente, os valores correspondentes para aplicação exclusiva na concessão da Bolsa-Auxílio aos estagiários da Unidade Concedente;
- Informar ao CIEE/SC, por meio do Termo de Rescisão do Estágio, imediatamente, toda vez que ocorrer rescisão de qualquer Termo de Compromisso do Estágio - TCE;
- Exercer, em plenitude, a parceria educacional a ser estabelecida, não permitindo o descumprimento das cláusulas pactuadas no Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- Reduzir, pela metade, a jornada de estágio, durante o período de provas escolares, cujo calendário será fornecido antecipadamente pela Instituição de Ensino;
- Somente permitir que o estudante inicie o estágio quando o Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio estiver devidamente assinado por todas as partes envolvidas;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

A Câmara de Vereadores concederá ao CIEE/SC uma contribuição institucional no valor de R\$ 54,00 (Cinquenta e quatro Reais) por estudante/mês que estiver realizando estágio em suas dependências, ao abrigo deste convênio, para ressarcimento das despesas com a implementação e operacionalização do estágio.

§ 1º Esse valor de contribuição prevalecerá até o momento em que contingências econômicas justifiquem sua alteração;

§ 2º As partes ajustam que os valores mensais das Bolsas Auxílio serão as seguintes:

Nível	Valor Mensal (R\$)
Nível Médio	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 879,97
Nível Médio Técnico	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 879,97
Nível Superior	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 879,97

Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste convênio ficarão a cargo das dotações orçamentárias próprias da Câmara de Vereadores.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará por 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, ou rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, ou por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Federal de Florianópolis, Seção Judiciária do

Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este convênio, em 4 (quatro) vias de igual teor.

Curitibanos/SC, xx de xxxxxxxx de 2015.

Arcílio Alves CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC	ANIBAL DIB MUSSI CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC
--	---

1ª Testemunha: _____
CPF nº: _____

2ª Testemunha: _____
CPF nº: _____

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2015

APROVA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ALTERANDO O INCISO I DO § 2º E O § 3º DO ARTIGO 155 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O FIM DE FIXAR PERCENTUAL DE RECURSOS A SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber, que a Câmara de Vereadores de Curitibanos aprovou, e eu, Arcilio Alves, Presidente, nos termos do Artigo 51 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e do Artigo 133 do Regimento Interno, promulgo o presente Decreto Legislativo:

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, da Proposta de Emenda à Constituição do Estado consoante ao anexo único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do artigo 49 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A aprovação do presente Decreto Legislativo constitui a manifestação da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC pela apresentação da Proposta de Emenda à Constituição do Estado, consoante ao Anexo Único deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de maio de 2015.

Arcilio Alves Vilma
Presidente

Natalina Fontana Maciel
1ª Secretária

João Réus de Camargo
Vice-presidente

Odete Maria Ortiz Kern
2ª Secretária

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 036/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Edio Murer -ME
Objeto Contratação de empresa para produção de vídeo institucional para a Administração Municipal.. Origem: CV 056/2015 PMDC.
Vigência: 24/05/2015 à 30/07/2015
Dionísio Cerqueira 14/05/2015
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 046/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Knapp Cia Ltda.
Objeto Prestação de serviços de perfuração e desmonte de rochas, nivelamento 4 x 6 e 03 sapatas – referente a adequação de área onde será construída a quadra coberta da Escola Municipal Jacob Maran.
Origem: DL 072/2015 PMDC. Vigência: 14/05/2015 à 13/06/2015

Dionísio Cerqueira 14/05/2015
Altair Rittes
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO EMPREGO PUBLICO Nº 03 CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para Emprego Público Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

ODONTÓLOGA
Maria Kateryne Fiuza

Dionísio Cerqueira -SC, 14 maio de 2015.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO EMPREGO PUBLICO Nº 04 CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para Emprego Público Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

ODONTÓLOGA
Franciele Vieira Ramos

Dionísio Cerqueira -SC, 15 maio de 2015.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 073/2015. Objeto: Aquisição de trator agrícola para o Município de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 28/05/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 15/05/2015.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 014/2015. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente e pedagógico e materiais de cama, mesa e banho para o, Fundo Municipal de Assistencial Social de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 28/05/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 15/05/2015.
Marilene Limberger
Gestora do FMAS

RESULTADO PRELIMINAR TESTE SELETIVO Nº 001/2015**RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR****TESTE SELETIVO 001/2015**

cod	Candidatos	Port	Mat	Esp	Total	Classif.
25	IVANILDA P. RODRIGUES	2.0	1.6	6.0	9.6	1º
09	ROSILENE FATIMA KNOB	1.6	2.0	6.0	9.6	2º
47	ANA CRIS BINSFELD	1.6	1.6	6.0	9.2	3º
24	JOSIANE A. FRANÇA	2.0	1.6	5.4	9.0	4º
20	MARILEI KAISEKAMP BINO	1.6	2.0	5.4	9.0	5º
41	ERINEIDE DE ARRUDA MOTTA	1.6	2.0	5.4	9.0	6º
30	MARCIA ADRIANA HAEFLINGER	2.0	0.8	6.0	8.8	7º
38	EMILI CHAIANI BENEDITO	2.0	1.2	5.4	8.6	8º
14	NATIELI DOS SANTOS LEAL	1.6	1.6	5.4	8.6	9º
16	RAQUEL GOMES BARBOSA	1.6	1.6	5.4	8.6	10º
19	RAQUEL DA SILVA CASTILHO	1.2	2.0	5.4	8.6	11º
33	KELI FREO	1.6	0.8	6.0	8.4	12º
37	EDINA S. FERNANDES FIGER	0.8	1.6	6.0	8.4	13º
45	ANDRÉ FORTES	2.0	1.6	4.8	8.4	14º
17	MARCIELI ELANIR ROOS	2.0	0.8	5.4	8.2	15º
53	EUNICE LOPES L. DE LARA	1.2	0.8	6.0	8.0	16º
29	JAQUELINE BONENBERGUE PRADO	0.8	1.2	6.0	8.0	17º
32	GESSICA PERINS	1.6	1.6	4.8	8.0	18º
52	ALINE MIERES PAZIN	1.2	2.0	4.8	8.0	19º
06	ROSENILDA DOS SANTOS BETIM	1.6	0.8	5.4	7.8	20º
07	TAMYLLES RAMALHO PINHEIRO	1.6	0.8	5.4	7.8	21º
31	JOCEMARA LEMOS	1.6	0.8	5.4	7.8	22º
51	FRANCIELI POLESELO	0.8	1.6	5.4	7.8	23º
13	VIVIANE SUTEL MAIER	0.8	0.8	6.0	7.6	24º
48	ELIZIANE MARLETE RENNER	1.6	1.2	4.8	7.6	25º
10	MONICA SAMARA GOMES	2.0	2.0	3.6	7.6	26º
44	CRISTIANE DA COSTA SILVA	1.6	1.6	4.2	7.4	27º
08	ROSELI DE FATIMA DA SILVA	1.2	1.2	4.8	7.2	28º
49	GABRIELA NUNES DE ALMIRON	0.8	1.6	4.8	7.2	29º
03	MIRIA DE SOUZA AMARAL	1.2	0.4	5.4	7.0	30º
15	ZENILDA MENDES	0.4	1.2	5.4	7.0	31º
42	CLERIA ZANARDI DORNELES	0.8	2.0	4.2	7.0	32º
26	LUCIANE SALDANHA	1.6	0.4	4.8	6.8	33º
02	SOLANGE GULARTE PIMENTEL	0.4	1.6	4.8	6.8	34º
22	GENESSI DUTRA OLIVEIRA	0.8	0.4	5.4	6.6	35º
12	SANDRA DE COUTO	0.8	0.4	5.4	6.6	36º
50	ESTER DA SILVA MULLER	0.8	0.8	4.2	5.8	37º
05	MARLI PIRES DA SILVA	0.4	1.2	4.2	5.8	38º
46	ELTON JOSÉ EBERHARD	0.8	1.2	3.6	5.6	39º
11	ROSELI DE COUTO	1.2	0.8	3.0	5.0	40º
40	CLEONARA MACHADO	1.2	0.0	3.6	4.8	41º
01	SILVANA G. FERNANDES	0.8	0.4	3.6	4.8	42º
21	MARIA IRENE BATISTA	0.4	0.8	3.6	4.8	43º
27	JAIMIR BEAL	0.4	0.8	3.6	4.8	44º
18	IVETE DE FATIMA FAÉ	0.0	0.4	3.6	4.0	45º
43	CRISTIANE PEREIRA FORTES	0.4	1.2	2.4	4.0	46º
23	IZALETE GRAFF	0.4	0.4	1.8	2.6	47º

OBS: OS CANDIDATOS GRIFADOS EM VERMELHO ESTÃO CONVIDADOS A COMPARECER NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, NO DIA 20/05/2015 AS 14HS. PARA REALIZAÇÃO DE SORTEIO PÚBLICO – COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE, CONFORME CAP. V ITEM 5.6.

DIONISIO CERQUEIRA, SC 15 DE MAIO DE 2015
 ALTAIR CARDOSO RITTES
 PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL Nº 072/2015 PMDC Objeto Prestação de serviços de perfuração e desmonte de rochas, nivelamento 4 x 6 e 03 sapatas – referente a adequação de área onde será construída a quadra coberta da Escola Municipal Jacob Maran.

Origem: DL 072/2015 PMDC. Vencedor Knapp Cia Ltda. Valor R\$ 7.800,00.

Dionísio Cerqueira 14/05/2015

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

RECIBO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - PREGÃO 58/PMF/2015

Vistos, etc.

Recebo o Recurso Administrativo do Pregão 58/PMF/2015 interposto pela licitante WALMIR DE SOUZA WS ME. contra teor da Errata 3 – Retificação do Edital publicada em 08/05/2015, e, conseqüentemente, contra todos os atos posteriormente decorridos.

Recebo o Recurso Administrativo do Pregão 58/PMF/2015 interposto pela licitante ROSANGELA REZIN DOS SANTOS LTDA. ME contra decisão da Comissão de Pregão que habilitou as demais empresas e declarou vencedora a empresa Walmir de Souza WS.

Recebo o Recurso Administrativo do Pregão 58/PMF/2015 interposto pela licitante KAF RIO SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA. contra decisão da Comissão de Pregão que habilitou e declarou vencedora a empresa Comercial de Urnas Santo Antônio Ltda. ME.

Comunique-se os demais licitantes, nos termos do Art. 4, Inciso XVIII, da Lei nº. 10.520/02, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis. Retornem os autos à Comissão de Pregão para processamento devido.

Forquilha/SC, 15 de maio de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0015_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0095/2015 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0015/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação, visando a despesa com 06 (seis) inscrições para os servidores públicos Jaqueline M. N. Hoppen dos Santos, Elton Luiz Borrachini, Elma Neli dos Santos Furtado, Silvia Vargas Glaner, André Luiz de Oliveira e Viridiane Mohr, para participação no curso "Lei 123/2006 e suas alterações, em especial as alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014" a ser realizado na cidade de Fraiburgo/SC, no dia 18 de maio de 2015. Contratada: CEAP TREINAMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA inscrita no CNPJ sob nº 13.891.611/0001-19 Valor e pagamento: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) até 22/05/2015. Fundamento Legal: Art. 25, CAPUT, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 15 de abril de 2015.

Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0016_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0097/2015 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0016/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso III do art. 25 da lei 8.666/93, visando a contratação da banda J.E. Fontinhas – Me, sob o nome artístico "FONTE LUMINOSA" para animação do baile de escolha da Rainha da Maçã de Fraiburgo, que será realizado no dia 13 de junho de 2015 com início às 23:00 horas e término às 04:30 horas, no Clube Fraiburguense. Contratada: J.E. FONTINHAS – ME inscrita no CNPJ sob nº 09.245.220/0001-50 Valor e pagamento: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) até 19/06/2015. Fundamento Legal: Art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 15 de abril de 2015.

Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0066_2015-PMF RP 0045

Aviso do Pregão Presencial nº 0066/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0045/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Registro de Preços para aquisições em contratações futuras de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino de Fraiburgo, durante os meses de Junho a Outubro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: Junho a outubro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:45 horas do dia 29.05.2015. Abertura: às 09:45 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de maio de 2015.

Ivo Biazolo
Prefeito

DECRETO Nº 086/2015

DECRETO Nº 086, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de infraestrutura		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (118)	R\$	6.000,00
TOTAL	R\$	6.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de infraestrutura		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (119)	R\$	6.000,00
TOTAL	R\$	6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 15 DE MAIO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 087/2015

DECRETO Nº 087, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0218 (270)	R\$	2.000,00
Total	R\$	2.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

419909908 – Outras Receitas – FORUM – PMSC	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 15 DE MAIO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 088/2015

DECRETO Nº 088, DE 15 DE MAIO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2282 de 13 de Fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (271)	R\$	5.000,00
Total	R\$	5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2014, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 15 DE MAIO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1140/2015

PORTARIA Nº 1140, DE 15 DE MAIO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MÁRCIA TEREZINHA HUNING, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 056.071.629-07, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de maio de 2015 até 17 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de maio de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1141/2015

PORTARIA Nº 1141, DE 15 DE MAIO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIZETE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.477.479-43, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de maio de 2015 até 17 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de maio de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1142/2015

PORTARIA Nº 1142, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0057/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 12 (doze) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora JOYCE CRISTINE DE CASTILHO FRANÇA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.566.389-88, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, no período de 18 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0007_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços construção de cabines de arbitragem, radialista e depósito, com área total de 36,00 m² no Estádio Macieirão Edir Preste Valin, com fornecimento de todo material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP enquadrada como empresa de pequeno porte, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 15 de maio de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0007_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de cabines de arbitragem, radialista e depósito, com área total de 36,00 m² no Estádio Macieirão Edir Preste Valin, com fornecimento de todo material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS ao PAL) quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a licitante DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP com o valor global de R\$ 76.003,52 (setenta e seis mil, três reais e cinquenta e dois centavos), ficando este valor abaixo do estipulado pelo Município no item 1.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 15 de maio de 2015.

Ivo Biazolo Prefeito.

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 032/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 032/2015, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 023/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 28 de maio de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE TECLADO, MOUSE, HD EXTERNO, ROTEADOR MONITOR 18,5" E 21,5", KIT MICRO COMPUTADOR, NOBREAK ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA SER UTILIZADO EM DEPARTAMENTOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 15 de maio de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2015

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 033/2015

TOMADA DE PREÇO 003/2015

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 033/2015, Edital de Tomada de Preço 003/2015, tipo menor preço global até às 09h:00min. do dia 02 de junho de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO, OBRAS DE DRENAGEM E IMPLANTAÇÃO DE ESTUFA PARA HORTA, ENTRE OUTROS, conforme memorial descritivo, orçamento e descrição no edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 15 de maio de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Edijane Borella de Almeida

Secretária Mun. de Educação

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 086/2015

DECRETO N.º 086, DE 15 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 35.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	35.000,00
10301251.074 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saude	35.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	35.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2015

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas temporários que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX – Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 18/05/2015 à 01/06/2015, das 13h às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde, situado Antonio José Botelho nº 167 - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

MÉDICOS ESPECIALISTAS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Diploma de especialista na área solicitada; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
TÉCNICO DE ENFERMAGEM – SAMU	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
mOTORISTA SOCORRISTA - SAMU	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); CNH profissional, tipo "D" (na validade) Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.

3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
MÉDICO UROLOGISTA	Habilitação: Portador do diploma de médico, na área específica, com registro, inclusive na especialidade no Conselho Regional de Medicina. Atribuições: Diagnosticar e tratar das moléstias e anormalidades relativas ao sistema urinário, empregando processos adequados e instrumentação específica; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes.	10 horas	R\$ 2.445,36	01
MÉDICO ORTOPEDISTA	Habilitação: Portador do diploma de médico, na área específica, com registro, inclusive na especialidade no Conselho Regional de Medicina. Atribuições: Diagnosticar e tratar traumatismos músculos-esqueléticos e outras afecções agudas do aparelho locomotor e da coluna vertebral; preencher fichas médicas dos pacientes; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes.	10 horas	R\$ 2.445,36	01

MÉDICO GINECOLOGISTA/ OBSTETRA	Habilitação: Portador do diploma de médico, na área específica, com registro, inclusive na especialidade no Conselho Regional de Medicina. Atribuições: Realizar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamento e outras formas de tratamento das afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos, atende a mulher no grávidico -puerperal, prestando assistência médica específica, para prevenção da vida da mãe e do filho; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes.	10 horas	R\$ 2.445,36	01
MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA DE CABEÇA / PESCOÇO	Habilitação: Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, e título de Especialista em Cirurgia de Cabeça e Pescoço. Atribuições: Realizar consultas ambulatoriais dentro de sua especialidade; indicar, realizar e acompanhar cirurgias; analisar e definir terapias, observando custos e benefícios; identificar a gravidade dos casos, garantindo atendimento imediato ao paciente grave; participar de reuniões clínicas multidisciplinares; preencher adequadamente os prontuários; preencher os documentos, formulários e relatórios inerentes a atividade; cumprir e fazer cumprir os requisitos legais normativos e institucionais.	20 horas	R\$ 5.163,54	01

MÉDICO CARDIO- LOGISTA	Habilitação: Portador do diploma de médico, na área específica, com registro, inclusive na especialidade no Conselho Regional de Medicina. Atribuições: Realizar diagnóstico e tratamento das afecções cardíacas congênitas ou adquiridas; fazer diagnósticos e tratamento das moléstias e anormalidades relativas à especialidade, bem como de doenças e acidentes; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes.	20 horas	R\$ 5.163,66	01
MÉDICO PEDIATRA	Habilitação: Portador do diploma de médico, na área específica, com registro, inclusive na especialidade no Conselho Regional de Medicina. Atribuições: Realizar diagnóstico e tratamento pediátrico; fazer diagnósticos e tratamento das moléstias e anormalidades relativas à especialidade, bem como de doenças e acidentes; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de juntas médicas; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; efetuar procedimentos ambulatoriais; executar outras tarefas semelhantes.	20 horas	R\$ 5.163,66	01

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU	Habilitação Profissional: Curso Técnico de Enfermagem e registro no respectivo órgão de classe – COREN/SC – Idade mínima 21 anos. Atribuições: Além das atribuições previstas para o cargo de Técnico de Enfermagem, na Lei Complementar nº 655/99, são as seguintes: realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e àquelas previstas na Política Nacional de Atenção às Urgências – Portaria GM nº 2.048, de 05 de novembro de 2002.	38 horas semanais, sendo realizados em 3 plantões de 12 horas (diurnos e/ou noturnos) acrescidos de 2(duas) horas de capacitação/treinamento por semana, distribuídos por escala de serviço mensal.	R\$ 1.007,60	01
mOTO- RISTA SO- CORRISTA - SAMU	Habilitação Profissional: Carteira Nacional de Habilitação – CNH, tipo “D” – Idade mínima 21 anos. Atribuições: Conduzir veículos de urgência padronizados pelo código sanitário (transporte de pacientes), obedecendo aos padrões de capacitação, possuir equilíbrio emocional e autocontrole, realizar transporte de pacientes com condução de maca rígida e/ou outro equipamento para transporte do paciente imobilizado, disposição para cumprir ações orientadas e capacidade de trabalhar em equipe.	38 horas semanais, sendo realizados em 3 plantões de 12 horas (diurnos e/ou noturnos) acrescidos de 2(duas) horas de capacitação/treinamento por semana, distribuídos por escala de serviço mensal.	R\$ 1.113,66	01

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

- 4.1.1. Análise dos documentos apresentados.
- 4.1.2. A qualquer tempo os candidatos poderão ser convocados para entrevista estruturada visando dirimir dúvidas da comissão de avaliação.
- 4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho da função.

6. DO DESEMPATE:

6.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

- a. mais idoso.

7. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

7.1. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao

Regime Geral da Previdência Social.

7.2. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- a. Classificação no processo seletivo simplificado;
- b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- c. Cédula de Identidade;
- d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;
- e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);
- g. Carteira de Trabalho;
- h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- n. Comprovante de residência;
- o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- p. Uma foto 3X4, de frente e recente;
- q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- r. Declaração de bens;
- s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

8. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

8.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a. pelo término do prazo contratual;
- b. por iniciativa do contratado;
- c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. DOS RECURSOS

9.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

9.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
- b. Cargo a que concorre;
- c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e. Identificação do candidato.

9.1.1. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

9.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

9.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

9.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

9.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 18/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO I

AVALIAÇÃO CARGOS: MÉDICOS ESPECIALISTAS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	2 pontos
Curso de Mestrado	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de Serviço como Técnico de Enfermagem (UTI Móvel) e/ou na atividade de atendimento a urgência e emergência em instituição hospitalar	- Até 2 anos 0,25 ponto (por ano) - A partir de 2 anos 1 ponto por ano	4 pontos
Capacitação inicial SAMU	1,5 ponto	1,5 ponto
Capacitação Suporte Básico de Vida	1,5 pontos	1,5 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência na condução de veículos que atendem serviços de emergência	- Até 2 anos 0,25 ponto por ano - A partir de 2 anos 1 ponto por ano	4 pontos
Capacitação para condução de veículo de emergência	1 ponto	1 ponto
Capacitação inicial SAMU	1 ponto	1 ponto
Capacitação Suporte Básico de Vida	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL 010/2015

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____

CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

- () Carteira de Identidade;
 () CPF;
 () Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
 () Registro no órgão de classe;
 () Diploma conforme formação exigida para o cargo;
 () Comprovante de Residência.

Garopaba – SC, ____/ ____/2015

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável
pela inscrição

LEI Nº 1.886, DE 13 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1.886, DE 13 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 114.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00	
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	50.000,00	
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00	
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	64.000,00	
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	64.000,00	
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	64.000,00	

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	50.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	64.000,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	64.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	64.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 18/ 05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 356/2015.

PORTARIA N.º 356, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 12/05/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor HONORATO TIMÓTEO PACHECO, Matrícula Funcional n.º 5554, concedidas através da Portaria n.º 313/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/05 2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 363/2015.

PORTARIA N.º 363, DE 15 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 313/2015 e suspensas através da Portaria n.º 356/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor HONORATO TIMÓTEO PACHECO, Matrícula Funcional n.º 5554, no período de 18/05/2015 a 01/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/05 2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 368/2015.

PORTARIA N.º 368, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração o Ofício SMS n.º 241/2015, solicitando a abertura de sindicância administrativa para apurar a responsabilidade sobre a multa de trânsito do veículo placa MID 9676 de uso do Serviço Móvel de Urgência – SAMU, em 01/12/2012.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão Sindicante, os servidores: JOÃO LUIZ GREGÓRIO, mat. 3770, FÁBIO DE SOUZA, mat. 3269 e MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO, mat. 5062, com a presidência do primeiro.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 15/2015 CMS

Resolução nº 15 de 08 de maio de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 1º quadrimestre de 2015.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 08 de maio de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 1º quadrimestre de 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 08 de maio de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 16/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMA Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMA nº005/2015 – Credenciamento

Objeto: Contratação de Clínicas Veterinárias para prestação de serviços, para atender as necessidades do programa permanente de controle reprodutivo de cães e gatos, conforme Lei 1774/14 de 25 de fevereiro de 2014, conforme tabela e memorial descritivo em anexo.

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 28/05/2015.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 11 de maio de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº026/2015 – Credenciamento

Objeto: Contratação, por meio de sistema de credenciamento, dos serviços de publicidade dos atos, Campanhas de Utilidade Pública bem como divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas da Administração Pública Municipal, por meio de mídias impressas gratuitas à população, com veiculação máxima quinzenal, conforme item 3.2 deste edital.

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 28/05/2015.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 11 de maio de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO PMG Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO

Processo Licitatório PMG nº022/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para aquisição de armários para as unidades escolares municipais e mobiliários para as bibliotecas das Escolas Municipais Vicente Vieira e Tancredo de Almeida Neves.

Devido a alterações nos descritivos dos itens a serem adquiridos, fica suspensa a referida abertura do processo, e será publicado edital alterado, com nova data de abertura.

GARUVA, 15 de maio de 2015.
IVANDRO SÉRGIO LOPES
Pregoeiro do Município

DECRETO Nº 76/2015

DECRETO Nº 76 de 14 de Maio de 2015
"REGULAMENTA A POSSE/NOMEAÇÃO DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1o. – Os candidatos quando convocados a ingressar no serviço público municipal, decorrentes de aprovação em Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado, deverão apresentar-se no prazo e horário estimulado quando da convocação na Diretoria de Recursos Humanos e entregar os seguintes documentos obrigatórios:

A) Cópias legíveis dos seguintes documentos:

1. Certidão de nascimento (se solteiro)
2. Certidão de casamento (se casado)
3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)
4. RG e CPF
5. Título de eleitor
6. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)
7. Cartão do PIS/PASEP
8. Certificado de reservista (p/ homens)
9. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos
10. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
11. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
12. Carteira de habilitação (quando o cargo requerer)
13. Certidão negativa de antecedente criminal – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo:
(<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
14. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:
(<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/>)

certidão-de-quitacao-eleitoral)

15. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:

(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

16. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)

17. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição

18. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício amparado pela Constituição, constando o nome do cargo, carga horária semanal e mensal, horário de trabalho e, inclusive regime de plantões

19. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário

20. 01 foto 3x4 RECENTE

21. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)

22. Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)

23. Demais declarações para investidura em cargo comissionado previsto na Lei Municipal nº 1877/2015.

B) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

1. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA)

2. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)

3. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)

4. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

C) ASO – Atestado de Saúde Ocupacional

D) Parecer emitido pelo controle interno

Parágrafo Único – Poderão ser exigidos outros documentos não citados acima, conforme dispuser o Edital de Concurso ou Processo Seletivo.

Art. 2º - Após a entrega e conferência de todos os documentos, o candidato deverá submeter-se a exame médico admissional, descrito no item "C", a ser promovido pelo Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal de Garuva.

Art. 3º - Os candidatos convocados para exame médico deverão comparecer aos locais previamente indicados, para avaliação médica.

Parágrafo Único – O exame médico admissional avalia o estado de saúde física e mental do candidato, o qual deverá apresentar capacidade laborativa para o desempenho do cargo ou função.

Art. 4º - Após o recebimento de todos os documentos descritos nos itens A, B e C do artigo 2º, estes, serão encaminhados ao Controle Interno do Município que emitirá no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis parecer sobre a regularidade da documentação e processo admissional/nomeação.

Art. 5º - Se o parecer do Controle Interno for pela regularidade da documentação e do processo, este será encaminhado para o Departamento de Recursos Humanos qual procederá à elaboração da documentação de posse/nomeação/contratação.

Parágrafo Único - Se o parecer do Controle Interno for desfavorável a documentação ou tramitação do processo, este será devolvido para ao Departamento de Recursos Humanos qual notificará o interessado, para que no prazo único e improrrogável de 05 (cinco)

dias após a notificação, regularize todos os apontamentos feitos pelo Controle Interno Municipal.

Art. 6º - A não apresentação do Atestado de Saúde Ocupacional no prazo estipulado pelo Departamento de Recursos Humanos e a reprovação no exame médico a ser comprovada através do Atestado de Saúde Ocupacional, será causa de inaptidão para posse/admissão e exercício de qualquer cargo ou função pública no Município de Garuva.

Art. 7º - Este decreto aplica-se aos cargos comissionados de livre nomeação e exoneração.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1886/2015

LEI Nº 1886, DE 15 DE MAIO DE 2015

"Dispõe sobre a concessão de subvenção a Associação dos Idosos de Garuva".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2015, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para a Associação dos Idosos de Garuva. Parágrafo Único – O repasse será efetuado em 04 (quatro) parcelas de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 2º - A Associação dos Idosos de Garuva é obrigada a apresentar à Secretaria de Administração do Município de Garuva e para a Câmara Municipal de Garuva a correspondente prestação de contas, impreterivelmente até o último dia do mês subsequente a qual tenha recebido qualquer parcela da subvenção.

Art. 3º - Fica vedado a utilização dos recursos da presente subvenção social para contratação conforme plano de aplicação de pessoa jurídica ou física, em que o contratado, dirigente da pessoa jurídica, ou cotista da pessoa jurídica tenha relação de parentesco até terceiro grau direto ou por afinidade com qualquer membro investido em cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal ou de dirigente da associação beneficiada.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 – Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 – Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 – Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1887/2015

LEI Nº 1887, DE 15 DE MAIO DE 2015

"Dispõe sobre a concessão de subvenção à Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda Esperança".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2015, no valor de R\$ 66.600,00 (Sessenta e seis mil e seiscentos reais), para a Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda Esperança.

Parágrafo Único – O repasse será efetuado em 12 (doze) parcelas de R\$ 5.550,00 (Cinco mil quinhentos e cinquenta reais), devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 2º - A Obra Social Nossa Senhora da Glória é obrigada a apresentar à Câmara Municipal de Garuva a correspondente prestação de contas, impreterivelmente até o último dia do mês subsequente a qual tenha recebido qualquer parcela da subvenção.

Art. 3ª – Fica vedado a utilização dos recursos da presente subvenção social para contratação conforme plano de aplicação de pessoa jurídica ou física, em que o contratado, dirigente da pessoa jurídica, ou cotista da pessoa jurídica tenha relação de parentesco até terceiro grau direto ou por afinidade com qualquer membro investido em cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal ou de dirigente da associação beneficiada.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 – Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 – Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 – Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1888/2015

LEI Nº 1888, DE 15 DE MAIO DE 2015

"Dispõe sobre a concessão de subvenção ao Rotary Clube de Garuva".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2015, no valor de R\$ 5.995,00 (Cinco mil novecentos e noventa e cinco reais), para o Rotary Clube de Garuva.

Parágrafo Único – O repasse será efetuado em parcela única.

Art. 2º - O Rotary Club de Garuva é obrigado a apresentar à Secretaria de Administração do Município de Garuva à Câmara Municipal de Garuva a correspondente prestação de contas, impreterivelmente até o último dia do mês subsequente a qual tenha recebido qualquer parcela da subvenção.

Art. 3ª – Fica vedado a utilização dos recursos da presente subvenção social para contratação conforme plano de aplicação de pessoa jurídica ou física, em que o contratado, dirigente da pessoa jurídica, ou cotista da pessoa jurídica tenha relação de parentesco até terceiro grau direto ou por afinidade com qualquer membro investido em cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal ou de dirigente da associação beneficiada.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 – Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 – Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 – Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

ERRATA PREGÃO 009/2015

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 009/2015

OBJETO: O PRESENTE PREGÃO PRESENCIAL TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ONDE SE LÊ: DA PROPOSTA ANEXO I

ITEM 1 - DESKTOP DUAL CORE 4GB RAM 500 GB HD 18,5 WINDOWS 8.1
QUANTIDADE – 02 (DOIS)

ITEM 2 - NOTBOOK ONE 23 SÉRIE 5000 COMPUTADOR – 4ª GERAÇÃO DO PROCESSADOR INTEL® CORE™ i5 – 4460S 2.9GHz 4GB DE MEMÓRIA WINDOWS 8.1, 64bit, EM PORTUGUES (BRASIL) DISCO RÍGIDO DE 1 TB GRAVADOR DE DVD/CD DUAL LAYER.

LEIA-SE: DA PROPSTA ANEXO I - ALTERAÇÃO DESCRIÇÃO E QUANTIDADE

ITEM 1 – ALL IN ONE DUAL CORE 4GB RAM 500 GB HD 18,5 WINDOWS 8.1
QUANTIDE – 05 (CINCO)

ITEM 2 – ALL IN ONE 23 SÉRIE 5000 COMPUTADOR – 4ª GERAÇÃO DO PROCESSADOR INTEL® CORE™ i5 – 4460S 2.9GHz 4GB DE MEMÓRIA WINDOWS 8.1, 64bit, EM PORTUGUES (BRASIL) DISCO RÍGIDO DE 1 TB GRAVADOR DE DVD/CD DUAL LAYER

TENDO EM VISTA QUE AS ALTERAÇÕES ACIMA MENCIONADAS, AFETARÃO NA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS POR PARTE DOS LICITANTES, FICA ESTABELECIDO NOVO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME, QUAL SEJA 27.05.2015 ÀS 09:00 HRS, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 21, § 4º, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, ENCERRANDO O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ÀS 08:45 HRS, PERMANECENDO INALTERADOS OS DEMAIS DISPOSITIVOS ESPOSADOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Governador Celso ramos, 15 de Maio de 2015
ALCIDES PEREIRA
DIRETOR GERAL

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATO 53, 54, 55, 56.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 53/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: EGIDIO FRANZOZI - EPP
Valor : 4.385,00 (quatro mil trezentos e oitenta e cinco reais)
Vigência : Início: 15/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL (BALÇÕES SUSPENSOS, ESTRADOS E TANQUE) DESTINADO A MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO POSTO CENTRAL, LOCALIZADA NA RUA PRESIDENTE KENEDY Nº 455, NA CIDADE DE GUARACIABA/SC. O MOBILIARIO SERÁ UTILIZADO CONFORME NORMAS DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA

Contrato Nº.: 54/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
Valor : 1.548,00 (um mil quinhentos e quarenta e oito reais)
Vigência : Início: 15/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL (ESTANTES DE AÇO) DESTINADO A MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO POSTO CENTRAL, LOCALIZADA NA RUA PRESIDENTE KENEDY Nº 455, NA CIDADE DE GUARACIABA/SC.
O MOBILIARIO SERÁ UTILIZADO CONFORME NORMAS DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA

Contrato Nº.: 55/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME
Valor : 6.030,00 (seis mil e trinta reais)
Vigência : Início: 15/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL (BALÇÕES) DESTINADO A MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO POSTO CENTRAL, LOCALIZADA NA RUA PRESIDENTE KENEDY Nº 455, NA CIDADE DE GUARACIABA/SC. O MOBILIARIO SERÁ UTILIZADO CONFORME NORMAS DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA

Contrato Nº.: 56/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME
Valor : 1.737,00 (um mil setecentos e trinta e sete reais)
Vigência : Início: 15/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL MESAS DE ESCRITÓRIO DESTINADO A MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES

DA
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO POSTO CENTRAL, LOCALIZADA NA RUA PRESIDENTE KENEDY Nº 455, NA CIDADE DE GUARACIABA/SC.

O MOBILIARIO SERÁ UTILIZADO CONFORME NORMAS DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 36.2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015
PROCESSO Nº 36/2015 HOMOLOGAÇÃO: 15/05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL (BALÇÕES, ESTANTES E ESTRADOS) DESTINADO A MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO POSTO CENTRAL, LOCALIZADA NA RUA PRESIDENTE KENEDY Nº 455, NA CIDADE DE GUARACIABA/SC. O MOBILIARIO SERÁ UTILIZADO CONFORME NORMAS DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA

CONTRATADO: EGIDIO FRANZOZI - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.385,00 (quatro mil trezentos e oitenta e cinco reais)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.548,00 (um mil quinhentos e quarenta e oito reais)

CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.030,00 (seis mil e trinta reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.737,00 (um mil setecentos e trinta e sete reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 474/2015

DECRETO Nº. 474/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 62.692,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 62.692,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais), constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4217/2015, a saber:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

10.302.0006.2038 – Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde

3449000000000000

10000 R\$ 62.692,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

01.00 – Câmara de Vereadores

01.001

001.031.0001.2001 – Manutenção das atribuições da Câmara Municipal

3339000000000000

10000 R\$ 62.692,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 475/2015

DECRETO Nº. 475/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4213/2015, a saber:

17.00 – Hospital Municipal Santo Antônio

17.001

10.302.0006.2036 – Atendimento em unidades de urgência e emergência HMSA

3339000000000000

13823 R\$ 400.000,00

13824 R\$ 800.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

10.302.0006.2038 – Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde

3339000000000000

13823 R\$ 400.000,00

13824 R\$ 800.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 476/2015

DECRETO Nº. 476/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 9.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) constante do orçamento Municipal, conforme lei nº. 4215/2015, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3339300000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3337100000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 477/2015

DECRETO Nº. 477/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.668.565,90.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.668.565,90 (dois milhões seiscentos e sessenta e oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos), constante do orçamento Municipal, conforme lei nº. 4216/2015, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0022	Indústria
09.001.0022.0661	Promoção Industrial
09.001.0022.0661.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0022.0661.0012.1027	Construção, Implementação de Condomínios Industriais
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	200.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1018	Ampliação da Rede de Iluminação Pública
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Serviços Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.2050	Manutenção das Ações de Limpeza e Conservação de Espaço
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	368.565,90

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construção de Pontes e Pontilhões
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transferências convênios-união/outras Não Rel
Total Ação	2.040.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio à indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Realização de Eventos, Feiras e Exposições
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	200.000,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.2120	Ajardinamento de Parques e Praças
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1018	Ampliação da Rede de Iluminação Pública
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construção de Pontes e Pontilhões
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	249.990,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1015	Construção, Implementação e Melhoria de Ciclovias
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.990,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana

08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, Melhoria de Calçadas (pas-seios Publico
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, Melhoria de Calçadas (pas-seios Publico
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	39.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1013	Pavimentacao e Urbanizacao de Vias Publicas
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.2094	Manuntecao de Pracas, Trevos e Demais Locais Ajard
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das Acoes de Limpeza e Conserva-cao de Espac
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.2089	Manutencao e Conservacao de Cemiterios
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.1026	Construcao, Implementacao e Reforma de Cemiterios
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0453	Transportes Coletivos Urbanos
08.001.0015.0453.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0453.0011.1016	Construcao, Ampliacao e Reforma de Abrigo de Passa
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	26.715,90
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0453	Transportes Coletivos Urbanos
08.001.0015.0453.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0453.0011.1016	Construcao, Ampliacao e Reforma de Abrigo de Passa
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0541	Preservação e Conservação Ambiental
08.001.0015.0541.0013	Meio ambiente
08.001.0015.0541.0013.2102	Manutencao dos Servicos de Coleta Sele-tiva de Lixo
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0542	Controle Ambiental
08.001.0015.0542.0007	Saneamento básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos Servicos da Coleta de Lixo
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura

08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.1025	Aquisicao de Veiculos, Maquinas e Equipamentos Rod
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de Equipamentos Rodoviaris
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016	Habitação
07.003.0016.0482	Habitacao Urbana
07.003.0016.0482.0009	Assistência social
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de Unidades Habitacionais
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	499.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1015	Construcao, Implementacao e Melhoria de Ciclovias
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	399.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, Melhoria de Calçadas (passaios Publico
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	299.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura

08.001.0026.0782.0011.1025	Aquisicao de Veiculos, Maquinas e Equipamentos Rod
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	499.990,00

Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0011	Trabalho
09.001.0011.0333	Empregabilidade
09.001.0011.0333.0011	Infra-estrutura
09.001.0011.0333.0011.1022	Construcao, Implem., Ampliacao e Reforma de Qualif
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	199.990,00

Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0015	Urbanismo
09.001.0015.0695	Turismo
09.001.0015.0695.0011	Infra-estrutura
09.001.0015.0695.0011.1021	Reforma do Prédio da Rodoferroviária
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	40.060,00

Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0015	Urbanismo
09.001.0015.0695	Turismo
09.001.0015.0695.0011	Infra-estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e Implementacao de Portais Turisticos
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	99.990,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4211/2015

LEI Nº. 4211/2015

Denomina Servidão desta Cidade.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Servidão Henrique Paulo Ricardo", a servidão que tem seu início na Rua nº. 438 – Verônica Venera, em direção norte com extensão média de 46,00 metros e largura de 5,00 metros, Bairro Amizade.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaramirim/SC, 14 de maio de 2015.

Lauro Frohlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4212/2015

LEI Nº. 4212/2015

Acrescenta dispositivos na Lei nº. 561/1978, que estabelece normas para o serviço de transporte de passageiros em veículos das categorias automóveis e utilitários de aluguel e dá outras providências.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta alíneas "f" e "g" ao artigo 10, da lei nº. 561/1978, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. [...]

f) cor predominantemente branca;

g) plotagem de películas adesivas nas laterais do veículo, conforme imagens anexas nesta lei, sob pena de suspensão do alvará de licença."

Art. 2º. Inclui o anexo da presente lei como Anexo da Lei nº. 561/1978.

Art. 3º. A condição disposta na alínea "f" do art. 10 da Lei nº. 561/1978 será imposta para a próxima substituição de veículo.

Art. 4º. Os proprietários de táxis têm o prazo de 6 (seis) meses, a partir da publicação desta lei, para satisfazerem a condição disposta na alínea "g" do art. 10 da Lei nº. 561/1978.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de maio de 2015.

Lauro Frohlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4213/2015

LEI Nº. 4213/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

17.00 – Hospital Municipal Santo Antônio

17.001

10.302.0006.2036 – Atendimento em unidades de urgência e emergência HMSA

3339000000000000

13823 R\$ 400.000,00

13824 R\$ 800.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

10.302.0006.2038 – Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde

3339000000000000

13823 R\$ 400.000,00

13824 R\$ 800.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Frohlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4214/2015

LEI Nº. 4214/2015

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com o Conselho de Líderes Comunitários – CLIC, para o desenvolvimento do Projeto Resgate da Cultura do Boi de Mamão.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de convênio com o Conselho de Líderes Comunitários – CLIC, declarado de utilidade pública através da Lei nº. 2328/2000, de 13 de dezembro de 2000, para o desenvolvimento do Projeto Resgate da Cultura do Boi de Mamão.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Infância e Adolescência – FIA à entidade, subvenção social no valor de até R\$ 2.156,25 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), em parcelas mensais, de maio até dezembro de 2015.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento e avaliação do Projeto Resgate da Cultura do Boi de Mamão, desenvolvido pelo Conselho de Líderes Comunitários – CLIC.

Art. 4º. A prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Frohlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4215/2015

LEI Nº. 4215/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 9.000,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3339300000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3337100000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Frohlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4216/2015

LEI Nº. 4216/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.668.565,90.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.668.565,90 (dois milhões seiscentos e sessenta e oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0022	Indústria
09.001.0022.0661	Promoção Industrial
09.001.0022.0661.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0022.0661.0012.1027	Construcao, Implementacao de Condomínios Industria
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	200.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1018	Ampliacao da Rede de Iluminacao Publica
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das Acoes de Limpeza e Conservacao de Espac
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	368.565,90

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	2.040.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Realizacao de Eventos, Feiras e Exposicoes
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	200.000,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.2120	Ajardinamento de Parques e Pracas
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1018	Ampliacaoda Rede de Iluminacao Publica
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00

Código	Descrição
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	249.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1015	Construcao, Implementacao e Melhoria de Ciclovias
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura

08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, Melhoria de Calçadas (passeios Publico)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura

08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, Melhoria de Calçadas (passeios Publico)
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	39.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura

08.001.0015.0451.0011.1013	Pavimentacao e Urbanizacao de Vias Publicas
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura

08.001.0015.0452.0011.2094	Manuntecao de Pracas, Trevos e Demais Locais Ajard
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura

08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das Acoes de Limpeza e Conservacao de Espac
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura

08.001.0015.0452.0011.2089	Manutencao e Conservacao de Cemite-rios
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0452	Servicos Urbanos
08.001.0015.0452.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0452.0011.1026	Construcao, Implementacao e Reforma de Cemiterios
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0453	Transportes Coletivos Urbanos
08.001.0015.0453.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0453.0011.1016	Construcao, Ampliacao e Reforma de Abrigo de Passa
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	26.715,90
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0453	Transportes Coletivos Urbanos
08.001.0015.0453.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0453.0011.1016	Construcao, Ampliacao e Reforma de Abrigo de Passa
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0541	Preservação e Conservação Ambiental
08.001.0015.0541.0013	Meio ambiente
08.001.0015.0541.0013.2102	Manutencao dos Servicos de Coleta Seletiva de Lixo
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0542	Controle Ambiental
08.001.0015.0542.0007	Saneamento básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos Servicos da Coleta de Lixo
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura

08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.1025	Aquisicao de Veiculos, Maquinas e Equipamentos Rod
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de Equipamentos Rodovia-rios
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	990,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016	Habitação
07.003.0016.0482	Habitacao Urbana
07.003.0016.0482.0009	Assistência social
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de Unidades Habitacionais
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	499.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1015	Construcao, Implementacao e Melhoria de Ciclovias
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	399.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, Melhoria de Calçadas (pas-seios Publico
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	299.990,00

Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura

08.001.0026.0782.0011.1025	Aquisicao de Veiculos, Maquinas e Equipamentos Rod
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	499.990,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0011	Trabalho
09.001.0011.0333	Empregabilidade
09.001.0011.0333.0011	Infra-estrutura
09.001.0011.0333.0011.1022	Construcao, Implem., Ampliacao e Reforma de Qualif
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	199.990,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0015	Urbanismo
09.001.0015.0695	Turismo
09.001.0015.0695.0011	Infra-estrutura
09.001.0015.0695.0011.1021	Reforma do Prédio da Rodoferroviária
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	40.060,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0015	Urbanismo
09.001.0015.0695	Turismo
09.001.0015.0695.0011	Infra-estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e Implementacao de Portais Turisticos
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	99.990,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Frohlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4217/2015

LEI Nº. 4217/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 62.692,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 62.692,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

10.302.0006.2038 – Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde

3449000000000000

10000 R\$ 62.692,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

01.00 – Câmara de Vereadores

01.001

001.031.0001.2001 – Manutenção das atribuições da Câmara Municipal

3339000000000000

10000 R\$ 62.692,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2015.

Lauro Frohlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 284/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 284/2015

Publicação realizada no dia 14/05/2015 (quinta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1742, página 140.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Luis Lemke"

Leia-se: "Ricardo Luis Lemke".

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 384/2015

EXONERA Ricardo Luis Lemke.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Ricardo Luis Lemke, do cargo de Médico PSF, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.414/2015

DECRETO Nº 3.414/2015.

"NOMEIA COMISSÃO ELEITORAL PARA ATUAR NO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Andréia Pinto Campos, Lourdes Ferreira Brandão, Ivone Debus, João Belló, Sérgio Martins, Célis Rebelatto para comporem a Comissão eleitoral responsável para atuar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Herval d'Oeste/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e em conformidade com a Resolução CMDCA nº 004/2015 publicada no Diário Oficial dos Municípios em 15 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 14 de maio de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

DECRETO Nº 3.415/2015

DECRETO Nº 3.415/2015.

NOMEIA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIEDUCATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO que a política pública de atendimento ao adolescente em conflito com a lei está inserida entre as principais metas de atuação deste CMDCA;

CONSIDERANDO que a implementação do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo – SINASE requer esforço conjunto dos diversos órgãos das políticas setoriais, sendo de competência do CMDCA, enquanto órgão gestor e controlador da política municipal de proteção à crianças e adolescentes, concentrar esforços no sentido de promover a sua efetivação;

CONSIDERANDO que a responsabilidade precípua do Município, no âmbito do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo – SINASE, é a de execução das medidas em meio aberto (art. 5º, III da Lei 12.594/2012);

CONSIDERANDO que o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGD inclui em seu funcionamento a articulação entre os Conselhos de Direitos e Tutelares, o Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e que o atendimento ao adolescente em conflito com a lei engloba os programas e ações vinculados ao SGD;

CONSIDERANDO que a instituição desta Comissão Intersetorial possibilita a articulação necessária à implantação, execução, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, facilitando a pactuação de compromissos institucionais, bem como sua efetivação.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, sem ônus para o Município, a Comissão Intersetorial de acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no Município de Herval d'Oeste/SC, conforme segue:

a) Representantes da Secretaria de Educação
Titular: Adriane Bernardo
Suplente: Loreli Campanholo

b) Representantes da Secretaria de Saúde
Titular: Edna Maria Mendes
Suplente: Fabiana Pozza

c) Representantes da Secretaria de Assistência Social
Titular: Tatiana Schuh
Suplente: Roseli Rolim da Silva

d) Representes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Titular: Jiana Glaucia Cella
Suplente: Andréia Pinto Campos

e) Representantes do Conselho Tutelar
Titular: Sidinei de Lima
Suplente: Márcia dos Santos

Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial de acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo:

I – pactuar estratégias de implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no âmbito do município de Herval d'Oeste;

II – estabelecer pauta e agenda de compromissos conjuntos para implementação deste Plano;

III – estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações prevista no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;

IV - articular com os órgãos das políticas setoriais para a assunção de suas competências e atribuições no SINASE, formalizando, em instrumentos de cooperação, as responsabilidades institucionais;

V – participar na elaboração de propostas dos documentos que poderão ser apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou demais órgãos municipais, no intuito de garantir a implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

VI – outras atribuições pertinentes e relevantes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e em conformidade com as Resoluções CMDCA nº 005/2015 e nº 006/2015, publicadas no Diário Oficial dos Municípios em 15 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 14 de maio de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

DECRETO Nº 3.416/2015

DECRETO Nº 3.416/2015.

"NOMEIA EQUIPE TÉCNICA PARA CONJUNTAMENTE COM O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, ATUAR NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ESPECIFICA".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, Marisa Langer; Douglas Gonçalves e Carine Panerai de Lavi, para conjuntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, atuarem no Processo Licitatório nº 029/2015 - Modalidade de Pregão Presencial nº 011/2015, cujo objeto é o Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alcício Mascarello - UPA 24Hs pelo período de 06 meses para realizarem a análise das amostras destes materiais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 15 de maio de 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 630/2015

PORTARIA Nº 630/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora MARIVALDA DE ANDRADE DA SILVA (Matr. 4130), a contar de 13 de maio de 2015, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 631/2015

PORTARIA Nº 631/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 15 de maio de 2015, da servidora FABIANA FABRIN POZZA (Matr. 2791), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de preços para a eventual aquisição de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13h00min horas do dia 28/05/2015

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 14 de maio de 2015.

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Ibiam

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 12/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 012/2015

Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 482 de 27 de Outubro de 2011, complementadas nos termos da reunião extraordinária realizada em 13/05/2015.

RESOLVE:

Art.1º-Convocar a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de avaliar a Política Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, propondo diretrizes para o aprimoramento na perspectiva do fortalecimento do Conselho de Direito no contexto da corresponsabilidade do Estado e da Sociedade conforme estabelece a Lei 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Art. 2º - A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á, em Ibiam, no dia 20 de Maio de 2015, na Câmara de Vereadores.

Art.3º A Conferência tem como tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art.4º-A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá promover todos os procedimentos para a realização da X Conferência Municipal, especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros para a realização da Conferência.

Art. 5º-Caberá à Comissão Organizadora:

Propor e submeter ao Plenário da Conferência, regimento, instrumentos normativos e legais para a realização da Conferência;

Art. 6º - A Comissão Organizadora da X Conferência deverá promover todas as atividades necessárias ao cumprimento desta Resolução especialmente nos

Aspectos técnicos, administrativos e financeiros, além de elaborar a sua programação.

Art. 7º - A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será desenvolvida em consonância com as diretrizes estabelecidas no Texto Base elaboradas pelo CONANDA.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

IBIAM, 13 de MAIO de 2015.

Marcelo Luiz Rinaldi

Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA

Homologada em: _15___/_05___/2015___

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal em Exercício

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 036 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL PARA MAN. DE BENS IMÓVEIS (MAT. DE CONSTRUÇÃO)

PROCESSO Nº. 171/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2015 – MULTIENTIDADES REGISTRO DE PREÇO Prefeitura Municipal de Ilhota Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Educação Fundo Municipal de Assistência Social Fundo Municipal de Esporte Fundação Municipal Cultural	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 29/05/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 29/05/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 18 de maio de 2015.

ERRATA PRG 033 - 2015 PMI - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS (PNEUS, CAMARAS COM SERVIÇO DE MONTAGEM)

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2015 - PMI

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 033/2015 - PMI, que o item abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

1	6	PNEU nº 1,75 ARO 13 - (MONTADO, BALANCEADO E COM ALINHAMENTO DIANTEIRO)	10,00	UN	152,93	1.529,30
---	---	---	-------	----	--------	----------

LEIA-SE:

1	6	PNEU nº 175 ARO 13 - (MONTADO, BALANCEADO E COM ALINHAMENTO DIANTEIRO)	10,00	UN	152,93	1.529,30
---	---	--	-------	----	--------	----------

Demais prazos permanecem os mesmos.

Ilhota, 15 de maio de 2015.
Alex Miranda
Pregoeiro Oficial

Imbituba

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 019/15

Ato da Presidência nº 019/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 14ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 11 de maio de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PL nº 4.701/2015	24/04/2015	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Dispõe sobre o tratamento e destinação final diferenciada de resíduos especiais que especifica e dá outras providências correlatas.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	REQ nº 014/2015	02/03/15	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Requer à Secretária Municipal da Saúde, Senhora Maria Martins dos Passos, informações sobre os exames de alta e média complexidade que foram pagos pelo município nos anos de 2012, 2013 e 2014.	Ordinário	Única	Única
	MOÇÃO nº 005/2015	29/04/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer o encaminhamento de Moção de Apoio ao Excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina, Senhor Raimundo Colombo, para a convocação imediata dos aprovados no Concurso Público Edital nº 002/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014, para o cargo de Agente de Polícia Civil.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 07 de maio de 2015.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 021/15

Ato da Presidência nº 021/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 15ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 18 de maio de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
052	PLC nº 341/2015	07/05/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Cria vagas de Emprego Publico no Programa Casa Lar.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
053	PL nº 4.702/2015	07/05/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Convênio com a Sociedade Educacional Leonardo Da Vinci S/S Ltda – UNIASSELVI, Instituto de Educação do Planalto Ltda – IEP e UNIASSELVI Sociedade de Pós-Graduação e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 342/2015	13/05/15	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Imbituba e dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 1.145/91 que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
056	PL 4.703/2015	14/05/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à ASI - Associação de Surf de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 14 de maio de 2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 101/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 101/2015

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

OBJETO DO CONTRATO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: I – REGIN; e II – Simples Nacional.

PRAZO: 05 de maio de 2015 até 05 de maio de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 05/05/2015.

CONTRATO Nº 102/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 102/2015

CONTRATADA: SIMONE RISKE KOCH.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da profissional Professora Simone Riske Koch, graduada em ciências da religião, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Ensino Religioso, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 20 (vinte) horas/aula.

PRAZO: 06 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 06/05/2015.

CONTRATO Nº 103/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 103/2015

CONTRATADA: ROSINETE GAERTNER.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da profissional Professora Rosinete Gaertner, doutora em Educação Matemática, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Matemática, com o objetivo de propiciar aos professores a confecção de jogos matemáticos. Formação continuada com duração de 20 (vinte) horas/aula.

PRAZO: 06 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 06/05/2015.

CONTRATO Nº 104/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 104/2015

CONTRATADA: OTÍLIA LIZETE DE OLIVEIRA MARTINS HEINIG.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Otília Lizete de Oliveira Martins Heinig, doutora em linguística, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Língua Portuguesa, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 20 (vinte) horas/aula.

PRAZO: 06 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 06/05/2015.

CONTRATO Nº 105/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 105/2015

CONTRATADA: MELITA BONA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Melita Bona, mestre em Educação, professora e pesquisadora do Departamento de Artes com pesquisa direcionada para a formação do professor de música, para realizar formação continuada aos professores da área de ensino da música, visando o atendimento à Lei Federal no 11.769/08. Carga horária de 20 (vinte) horas/aula.

PRAZO: 06 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 06/05/2015.

CONTRATO Nº 106/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 106/2015

CONTRATADA: ELISANA FLAVIANE MENDONÇA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Elisana Flaviane Mendonça, pós-graduada em Letras e Inglês, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Língua Inglesa, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 20 (vinte) horas/aula.

PRAZO: 06 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 06/05/2015.

CONTRATO Nº 107/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 107/2015

CONTRATADA: ROZENEI MARIA WILVERT CABRAL.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Rozenei Maria Wilvert Cabral, mestre em Educação e Cultura, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Artes, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 20 (vinte) horas/aula.

PRAZO: 06 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 06/05/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 102/2015.

Pregão Presencial nº 045/2015-10430

Com Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de materiais para sinalização viária.

Entrega dos envelopes: 02/06/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 02/06/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 103/2015.

Pregão Presencial nº 046/2015-10430

Com Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de serviços de demarcação viária para sinalização horizontal.

Entrega dos envelopes: 02/06/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 02/06/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 011/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 011/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETÁRIO DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, com sede na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rafael Busarello, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 049.802.169-60 e Cédula de Identidade nº 5.053.008, com endereço na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1. e quarta, item 4.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	EQUIP.	FRAN- QUIA/ CÓPIAS	PRODUTO/ESPECIFICA- ÇÕES	VALOR UNIT. EM (R\$)	VALOR TOTAL EM (R\$)
LOTE 01					
01	23	69.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo I.	0,036	2.484,00
02	49	98.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo II.	0,036	3.528,00
03	31	49.600	Impressora, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo III.	0,036	1.785,60

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$7.797,60 (sete mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

4.1.1. Da franquia:

4.1.1.1. Item 01 – valor mensal de R\$ 2.484,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), perfazendo valor anual de R\$ 29.808,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oito reais).

4.1.1.2. Item 02 – valor mensal de R\$ 3.528,00 (três mil, quinhentos e vinte e oito reais), perfazendo valor anual de R\$ 42.336,00 (quarenta e dois mil, trezentos e trinta e seis centavos).

4.1.1.3. Item 03 – valor mensal de R\$ 1.785,60 (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), perfazendo valor anual de R\$ 21.427,20 (vinte e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

4.1.2. Valor da cópia excedente:

4.1.2.1. Item 01 – valor unitário de R\$ 0,036 (três centavos e seis milésimo de real).

4.1.2.2. Item 02 – valor unitário de R\$ 0,036 (três centavos e seis milésimo de real).

4.1.2.3. Item 03 – valor unitário de R\$ 0,036 (três centavos e seis milésimo de real).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
--	---

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETÁRIO DE SAÚDE Enilson Erley de Freitas Secretário Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CUL- TURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPOR- TES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador de Defesa Civil

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 036/2014
 TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 036/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE SANEAMEN- TO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 Procuradora Geral

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 104/2013
 TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 104/2013

Pelo presente instrumento o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e pelo Sr. Enilson Erley de Freitas, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA – GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 04.813.163/0001-44, localizada na Avenida Martin Luther, nº 11, sala 312, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seus representantes legais Sra. Rosângela Maria Müller, brasileira, Sócio - gerente comercial, inscrita no CPF sob nº 947.601.879/87, residente e domiciliada na rua Marechal Deodoro, nº 231, bairro Asilo, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, e Sr. José Luiz Knihs, brasileiro, Sócio - Gerente Administrativo, inscrito no CPF sob nº 309.813.799/15 e Cédula de Identidade nº 756.708, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos e infectantes de serviços de saúde, em quantidade aproximada de 320 kg mês, gerados em estabelecimentos públicos da área de saúde do Município de Indaial, conforme anexos VI, VII, VIII e IX do Edital de Tomada de Preços nº 002/2013-19208, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução dos serviços é de 13 de maio de 2015 até 13 de maio de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 13 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GTA – GESTÃO AMBIENTAL LTDA Rosângela Maria Müller Contratada
GTA – GESTÃO AMBIENTAL LTDA José Luiz Knihs Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enilson Erley de Freitas Secretário de Saúde	

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 008 DO CONTRATO Nº 122/2014
TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 122/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade

de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 026/2013
TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 026/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante

Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA
Sérgio Almir dos Santos	Denilson Hoepers
Contratante	Contratada

SECRETARIA DE OBRAS PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Carlos Henrique Nagel	Silmara Fruet
Secretário Municipal	OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 027/2013

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 027/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa

Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA
Sérgio Almir dos Santos	Denilson Hoepers
Contratante	Contratada

SECRETARIA DE OBRAS PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Carlos Henrique Nagel	Silmara Fruet
Secretário Municipal	OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CAMARA DE VEREADORES DE INDAIAL**PORTARIA 20/2015**

Portaria Nº 20/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Diretor da Escola do Legislativo / Maria Helena Theiss.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Maria Helena Theiss, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, símbolo CPC/CC-2, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Diretor da Escola do Legislativo, símbolo – CC2 - DEL, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 21/2015

Portaria Nº 21/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Comunicação da Presidência / Maria Cecília da Silva Largura.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Maria Cecília da Silva Largura, ocupante do cargo de Assessor da Presidência, símbolo CPC/CC-3, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Comunicação da Presidência, símbolo – CC3 - ACP, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 22/2015

Portaria Nº 22/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Andrey Cristovão.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Andrey Cristovão, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 23/2015

Portaria Nº 23/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Ana Paula Reiter.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Ana Paula Reiter, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 24/2015

Portaria Nº 24/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Arlete Toretti.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Arlete Toretti, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 25/2015

Portaria Nº 25/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Ditmar Schwarzwald.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Ditmar Schwarzwald, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 26/2015

Portaria Nº 26/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Jonatas Mizael Rosenbrock.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Jonatas Mizael Rosenbrock, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 27/2015

Portaria Nº 27/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Jacqueline Buchner.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Jacqueline Buchner, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 28/2015

Portaria Nº 28/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Marco Aurélio Sucharski Barg.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Marco Aurélio Sucharski Barg, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 29/2015

Portaria Nº 29/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Osmar da Silva.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Osmar da Silva, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 30/2015

Portaria Nº 30/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Vanusa Cristina Soster.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Vanusa Cristina Soster, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 31/2015

Portaria Nº 31/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Walter Tomasoni.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Walter Tomasoni, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 32/2015

Portaria Nº 32/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Giovani Giovanella.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Giovani Giovanella, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 33/2015

Portaria Nº 33/15

Adequação de nomenclatura de cargo – Assessor de Gabinete / Rodrigo Rafael Giovanella.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara, e, Lei Complementar 167/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Rodrigo Rafael Giovanella, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo CPC/APP, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, tem a nomenclatura de seu cargo adequada para Assessor de Gabinete, símbolo – CC6 - AG, com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Complementar 167/2015, de 14 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 04 de Maio de 2015.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PROCESSO LICITATÓRIO 06/2015 - TERMO DE DISPENSA 03/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

TERMO DE DISPENSA Nº 03/2015

DATA DE EMISSÃO: 12/05/2015

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO:	
Constitui-se como objeto a aquisição de 300 bolsas de algodão cru, tamanho 34cm X 38cm, para integrar kit para divulgação do Parlamento Jovem, da Câmara Municipal de Indaial.	

UNIDADE REQUISITANTE:

Câmara Municipal de Indaial.

- Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 09h00min às 11h00min e das 14h30min às 17h30min., ou através do Telefone: (47) 3333-0795; Fax: (47) 3333-0795; ou através dos e-mails: camaraid@terra.com.br; secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

- O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: www.camaraindaial.sc.gov.br.

Vereador Anderson Luz dos Santos Presidente da Câmara	Carimbo de Publicação
--	-----------------------

PROCESSO LICITATÓRIO 07/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 03/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL-SC.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 07/2015 –Modalidade:Pregão Presencial nº 03/2015 –Tipo: Objeto: contratação de link de acesso à internet, link para transmissão de áudio on line e plano de telefonia fixa para a Câmara Municipal de Indaial. – Entrega dos envelopes da documentação/proposta: 01/06/2015 até às 14h30min. Abertura da sessão: 01/06/2015 às 14h30min. Demais informações no endereço: ua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro - Indaial.- Local para obtenção do Edital: o mesmo ou pelo site www.camaraindaial.sc.gov.br, ou através telefone/e-mail:(47)3333-0795 camaraid@terra.com.br.

Indaial, 15/05/2015

Anderson Luz dos Santos
Presidente Câmara.

Iomerê

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 042/2015

LEI COMPLEMENTAR N.042, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Iomerê e os cargos de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a organização da estrutura e das atribuições gerais das unidades administrativas do Poder Executivo do Município de Iomerê, disciplina o seu quadro de pessoal de provimento em comissão, além de outras matérias correlatas, em respeito à ordem constitucional, orgânica e legal.

Art. 2º O Município de Iomerê é ente federado, pessoa jurídica de direito público interno, que forma união indissolúvel com os demais entes da Federação, rege-se por Lei Orgânica própria e goza de autonomia político-administrativa, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O exercício dos cargos de direção, chefia e assessoramento, em cada um dos níveis e na amplitude determinada pelas limitações hierárquicas das atividades, estará voltado às funções de direção, planejamento, orientação e coordenação.

Art. 4º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Direção: o efetivo comando das ações do órgão, tomando as ações pertinentes e sua posição hierárquica e acionando todos os mecanismos, métodos e sistemas necessários à plena realização dos fins a que se destina a Administração Pública Municipal, com o máximo de produtividade;

II - Planejamento: a preparação dos planos de trabalho a serem desenvolvidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal, definindo e discriminando com precisão as tarefas a ser realizadas, o tempo necessário à execução, os recursos de pessoal, o material necessário, avaliando seus resultados e custos;

III - Orientação: a atividade de supervisionar a execução de tarefas, a apuração dos eventuais erros e o aconselhamento de medidas necessárias a sua correção e ao aperfeiçoamento do trabalho;

IV - Coordenação: o acompanhamento de trabalhos e tarefas dos órgãos administrativos, para que as várias etapas se completem harmonicamente, promovendo a atenuação das adversidades materiais, funcionais e de relações humanas, suscetíveis de prejudicar a sua realização, conforme a programação pré-estabelecida, harmonizando atividades e pessoas, com vistas a assegurar o funcionamento regular da atividade administrativa;

V - Controle: a constante verificação do desenvolvimento das atividades, o exame periódico e sistemático das etapas em execução e da correspondência entre o programado e o efetivamente realizado, e, quando for o caso, a revisão final dos trabalhos prontos, devendo exercer-se mediante o exame de relatórios, reuniões e a

realização de inspeções nos órgãos; e

VI - Informação: a preparação de relatórios periódicos das atividades dos órgãos, relatórios verbais aos superiores e o esclarecimento aos subordinados e ao público, nos estritos limites de suas atribuições, dos informes convenientes e autorizados sobre os programas e trabalhos processados ou em curso.

Art. 5º As unidades administrativas do Poder Executivo Municipal, seus órgãos de assessoria, diretoria e departamentos, instituídos por esta Lei, são dotadas de autonomia administrativa e funcional.

CAPÍTULO I Dos Princípios e Instrumentos Norteadores da Ação Administrativa

Art. 6º As atividades da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do fiel cumprimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de outros previstos pela Constituição da República, devem ser norteadas pelos seguintes princípios:

I - Planejamento;

II - Execução;

III - Coordenação;

IV - Controle;

V - Delegação de competência ou atribuições; e

VI - Descentralização.

Seção I Do Planejamento

Art. 7º A Administração Pública Municipal adotará o planejamento como princípio instrumental de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a aplicação de seus recursos humanos, materiais e financeiros.

§ 1º O planejamento compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos serviços e dos seguintes instrumentos básicos:

I - Plano Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentárias;

III - Orçamentos Anuais;

IV - Plano Diretor físico-territorial e de desenvolvimento; e

V - Plano Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Pecuária e Programa Anual de Trabalho.

§ 2º A elaboração e execução do Plano Municipal deverão, sempre que possível, guardar inteira consonância com os planos e programas da União e do Estado de Santa Catarina.

Seção II Da Execução

Art. 8º Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos e disposições legais e regulamentares pertinentes, observados os critérios de organização, racionalização e produtividade.

§ 1º Os serviços de execução devem respeitar, na solução de todo e qualquer caso e no desempenho de suas competências, os princípios, critérios, normas e programas estabelecidos pelos órgãos de direção aos quais estejam subordinados, vinculados ou pelos quais sejam supervisionados.

§ 2º A Administração Pública Municipal obriga-se à permanente atualização das atividades do Município, com o objetivo a racionalizar e modernizar os métodos de trabalho e proporcionar melhor atendimento ao público, com rapidez nas decisões e desconcentração executiva.

Seção III Da Coordenação

Art. 9º As atividades da Administração Pública Municipal, especialmente a execução de Planos de Governo, serão de permanente coordenação.

Art. 10. A coordenação será exercida em todos os níveis da Administração, mediante a atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas, além da instituição e funcionamento de Comissões em cada nível da estrutura administrativa.

Seção IV Do Controle

Art. 11. O controle das atividades da Administração Pública Municipal deverá ser exercido em todos os órgãos e em todos os níveis, compreendendo:

I - o controle, pela chefia competente, da execução dos planos e dos programas e da observância das normas que norteiam a atividade específica do órgão controlado; e

II - o controle da aplicação dos recursos públicos e da guarda de bens do Município pelos órgãos de administração financeira e patrimonial.

Seção V Da Delegação de Competências ou Atribuições

Art. 12. A delegação de competências ou atribuições será utilizada como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez e efetividade às decisões, situando-se na proximidade dos órgãos controlados.

Art. 13. É facultado ao Chefe do Poder Executivo Municipal delegar competências ou atribuições a órgãos, dirigentes e agentes públicos subordinados, bem como ao Vice-Prefeito, para a prática de atos administrativos.

Parágrafo único. O ato de delegação indicará com precisão o órgão ou autoridade delegante, o órgão ou autoridade delegada e as competências ou atribuições objeto da delegação.

Art. 14. É indelegável a competência decisória do Prefeito, sem prejuízo de outras previstas em disposições normativas específicas, quando relacionada a:

I - autorização de despesa e homologação de licitações, salvo para os casos expressamente previstos na Lei n. 8666/93 e suas alterações;

II - contratação de servidores;

III - nomeação, admissão e contratação de agentes públicos, a qualquer título, bem como sua exoneração, dispensa, demissão, promoção, reajuste de vencimentos e concessão de aposentadoria; IV - concessão para exploração de serviços públicos ou de utilidade pública; e

V - permissão de serviço público ou de utilidade pública a título precário.

Seção VI Da Descentralização

Art. 15. A execução das atividades da Administração Pública Municipal deverá ser, tanto quanto possível, descentralizada.

Art. 16. O Poder Executivo Municipal recorrerá, para a execução de obras e serviços, sempre que admissível e aconselhável, mediante concessão, permissão ou convênio, a órgãos ou entidades do setor público estadual ou entidades do setor privado, de forma a alcançar o melhor cumprimento da função pública, evitando novos encargos permanentes e ônus desnecessário ao quadro de servidores.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 17. A organização administrativa do Poder Executivo do Município de Iomerê é assim constituída:

I - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR:

- a) Gabinete do Prefeito; e
- b) Gabinete do Vice-Prefeito.

II - UNIDADES VINCULADAS AO GABINETE DO PREFEITO:

- a) Assessor de Gabinete; e
- b) Assessoria Jurídica.

III - UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES-MEIO:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sendo a ela vinculados:

- I - Assessor de Projetos e Convênios; e
- II - Assistente da Secretaria de Administração e Finanças

IV - UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES-FIM:

- a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, sendo a ela vinculados:

- I - Diretoria Escolar;
- II - Departamento Municipal de Esportes;
- III - Departamento Municipal de Cultura e Turismo;
- IV - Assessoria de Secretaria Escolar; e
- V - Assistente de Cultura e Esportes.

- b) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sendo a ela vinculados:

- I - Chefe de Departamento de Saúde;
- II - Assistente da Secretaria de Saúde; e
- III - Assistente para Programas e Ações da Terceira Idade.

- c) Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, sendo a ela vinculados:

- I - Diretoria Municipal de Infra-Estrutura; e
- II - Encarregado de Serviços Gerais.

- d) Secretaria Municipal de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente, sendo a ela vinculados:

- a) Diretoria de Urbanismo; e

b) Assistente de Agricultura e Urbanismo.

CAPÍTULO II

Da Administração Pública Municipal indireta

Art. 18. O Poder Executivo Municipal poderá, nos termos do artigo 37, XIX, da Constituição da República, criar e autorizar a instituição de entidades, que passarão a integrar a Administração Pública Municipal indireta, com personalidade jurídica de direito público ou privado, conforme o caso, patrimônio e receita própria, com base em gestão administrativa e financeira descentralizada.

CAPÍTULO III

Das Competências dos Órgãos de Assessoramento Superior e Unidades Vinculadas ao Gabinete do Prefeito

Art. 19. As unidades vinculadas e diretamente subordinadas ao Gabinete do Prefeito são unidades administrativas de execução, assistência, assessoria, informação e coordenação de atividades específicas.

Seção I

Do Gabinete do Prefeito

Art. 20. À Assessoria de Gabinete do Prefeito compete:

I - planejar as atividades do Gabinete;

II - organizar e proceder aos atos do cerimonial;

III - administrar a agenda do Prefeito, mantendo-o, antecipadamente, informado sobre seus compromissos;

IV - receber e encaminhar as audiências;

V - promover, tempestivamente, a emissão, o recebimento, o encaminhamento e o arquivamento da correspondência oficial do Gabinete, segundo seu destino;

VI - articular-se com todos os órgãos e sistemas da Administração Pública Municipal, transmitindo informações ao Prefeito, quando for o caso;

VII - promover condições para locomoção e viagens do Prefeito, seu atendimento, suprimento e apoio logístico;

VIII - produzir informações, pareceres e outros documentos de natureza técnica e administrativa;

IX - executar tarefas e missões que lhe forem determinadas;

X - assistir o Prefeito no seu relacionamento com o Poder Legislativo Municipal;

XI - remeter mensagens do Prefeito à Câmara de Vereadores acerca de projetos de leis de sua autoria; e

XII - missões de representação e outras atividades, quando assim lhe forem delegadas.

Parágrafo único. A Assessoria de Gabinete do Prefeito é cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Seção II

Da Assessoria Jurídica do Gabinete do Prefeito

Art. 21. Compete à Assessoria Jurídica:

I - exercer a representação judicial e extrajudicial do Município, em

qualquer juízo ou instância, nas causas em que for réu, assistente, oponente ou de qualquer forma interessado, bem como a consultoria jurídica do Poder Executivo;

II - exercer as funções e assessoria técnico-jurídica do Poder Executivo;

III - promover a cobrança da Dívida Ativa e todos os demais créditos do Município;

IV - emitir parecer em consultoria formulada pelo Prefeito ou por Secretário Municipal;

V - opinar previamente sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Pública Municipal;

VI - propor ao Prefeito ou aos Secretários Municipais as medidas que julgar necessárias à uniformização da jurisprudência administrativa, na Administração direta;

VII - auxiliar a Controladoria Interna do Município no controle dos atos administrativos;

VIII - propor ao Prefeito a declaração de nulidade de atos administrativos da Administração Pública Municipal;

IX - propor ao Prefeito a arguição de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, para fins previstos na Constituição da República;

X - desistir, transigir, firmar compromissos e confessar nas ações de interesse do Município, autorizado pelo Prefeito;

XI - assessorar a Secretaria Municipal de Administração e Finanças na elaboração da proposta orçamentária;

XII - elaborar informações a serem prestadas pelas autoridades do Poder Executivo em mandados de segurança ou mandados de injunção;

XIII - apreciar previamente os processos de licitação, as minutas de contratos, convênios, acordos, editais e demais atos relativos a obrigações assumidas pelos órgãos do Poder Executivo;

XIV - oferecer parecer em atos de pessoal relacionados à nomeação, promoções, progressões, afastamentos, licenças em geral, exonerações, demissões, aposentadorias e demais atos relacionados à relação funcional dos servidores públicos municipais, bem como funcionar em sindicâncias e processos administrativos em geral; e

XV - apreciar todo e qualquer ato que implique alienação do patrimônio imobiliário municipal, bem como autorização, permissão e concessão de uso; subsidiar os demais órgãos em assuntos jurídicos e desempenhar outras funções correlatas.

Parágrafo único. A Assessoria Jurídica do Gabinete do Prefeito é cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

CAPÍTULO IV

Das Competências das Unidades Administrativas de Atividades-Meio

Seção I

Da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 22. À Secretaria Municipal de Administração e Finanças compete:

I - definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros, com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com as demais Secretarias Municipais;

II - desenvolver as atividades relacionadas com:

- a) tributação, arrecadação e fiscalização;
- b) administração financeira e controle interno;
- c) despesa e dívida pública; e
- d) contencioso administrativo-tributário.

III - coordenar e controlar a cobrança da dívida ativa na esfera administrativa, em conjunto com a Assessoria Jurídica do Município;

IV - administrar os encargos gerais do Município;

V - apoiar e orientar as Secretarias Municipais e demais dirigentes nas atividades referentes à administração financeira, contábil e de auditoria nas respectivas áreas de atuação;

VI - definir os prazos, critérios e procedimentos para os fechamentos contábeis necessários à elaboração dos balancetes mensais e à consolidação do balanço geral do Município;

VII - coordenar o desenvolvimento e a manutenção evolutiva do sistema de gestão fiscal;

VIII - planejar, coordenar, supervisionar, normatizar, controlar, orientar e formular políticas públicas de gestão de pessoas, envolvendo:

- a) benefícios funcionais que não tenham natureza previdenciária;
- b) ingresso, movimentação e lotação de pessoal;
- c) programas de capacitação e de educação continuada de servidores;
- d) planos de carreira, cargos e vencimento;
- e) progressão funcional;
- f) remuneração;
- g) perícia médica e saúde do servidor;
- h) melhoria das condições de saúde ocupacional dos servidores públicos municipais e prevenção contra acidentes de trabalho;
- i) adoção de estratégias de comprometimento dos servidores, em substituição às estratégias de controle;
- j) programas de atração e permanência dos servidores públicos; e

l) programas de valorização do servidor público calcados no desempenho.

IX - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de materiais e serviços, envolvendo:

- a) licitações de material e serviços;
- b) contratos de material e serviços; e
- c) estocagem e logística de distribuição de material.

X - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão patrimonial, envolvendo:

a) material adjudicado;

b) bens móveis; e

c) transportes oficiais.

XI - normatizar, supervisionar, orientar e formular as ações relacionadas com publicações oficiais;

XII - propor e apoiar as ações voltadas ao desenvolvimento de um processo contínuo e permanente de modernização administrativa, com vistas à integração, racionalização e eficiência das rotinas, métodos e processos de trabalho, no âmbito da Administração Municipal, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos;

XIII - coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumentos do Sistema de Planejamento Público Brasileiro;

XIV - coordenar, compartilhar e avaliar a alocação de recursos orçamentários necessários ao cumprimento dos objetivos e metas governamentais, bem como o acompanhamento de sua execução; e

XV - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

§ 1º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças terá como titular o Secretário Municipal de Administração e Finanças, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

§ 2º O Secretário Municipal de Administração e Finanças será auxiliado diretamente pelo Assessor de Projetos e Convênios e o Assistente da Secretaria de Administração e Finanças

Subseção I

Da Assessoria de Projetos e Convênios

Art. 23. À Assessoria de Projetos e Convênios compete:

I - receber e analisar a documentação necessária à elaboração de convênios administrativos;

II - elaborar os termos de convênios;

III - controlar aplicação de verbas de convênios e repasses de programas municipais nas diversas áreas, diante do repasse de valores a entidades públicas ou privadas;

IV - coordenar e supervisionar as atividades da Comissão Especial designada à conferência da prestação de contas das entidades;

V - auxiliar e orientar as Secretarias Municipais, bem como as entidades em situações relacionadas à aplicação de verbas de convênios; e

VI - propor a abertura de processo administrativo para tomada de contas caso a entidade beneficiada não preste contas voluntariamente ou não regularize pendências e irregularidades apontadas pela Comissão Especial.

Parágrafo único. A Assessoria de Projetos e Convênios será exercida pelo Assessor de Projetos e Convênios, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção II

Do Assistente da Secretaria de Administração e Finanças

Art. 24. Ao Assistente da Secretaria de Administração e Finanças

competes:

I - Examinar e preparar os expedientes encaminhados ao Titular da Pasta;

II - Executar as atividades relacionadas com as audiências e representações do Secretário;

III - Assistir o Secretário em sua representação e contatos com o público e organismos do governo;

IV - Orientar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades do gabinete;

V - Transmitir aos colaboradores da Secretaria as determinações, ordens e instruções do titular da pasta;

VI - Exercer encargos especiais que lhe forem cometidos pelo Secretário;

VII - Coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos da Secretaria;

VIII - Supervisionar e coordenar as atividades de administração geral da Pasta; e

IX - Outras atribuições afins.

Parágrafo único. A Assistente da Secretaria de Administração e Finanças será exercida pelo Assistente da Secretaria de Administração e Finanças, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

CAPÍTULO V

Das Competências das Unidades de Atividades-Fim

Seção I

Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

Art. 25. À Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo compete:

I - a organização, administração, supervisão, controle e avaliação da política municipal de educação, desenvolvendo programas voltados, prioritariamente, à educação infantil e ao ensino fundamental, em cumprimento ao disposto na legislação vigente;

II - organizar, manter e desenvolver as instituições do Sistema Municipal de Ensino, integrando-se às políticas e aos planos educacionais da União e do Estado;

III - a supervisão dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;

IV - a implantação de políticas de erradicação do analfabetismo, oportunizando ensino fundamental para jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

V - a promoção do levantamento de censo escolar, estudos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

VI - ofertar e promover Educação Especial aos alunos portadores de necessidades especiais;

VII - a administração dos fundos e recursos específicos de sua Secretaria;

VIII - a manutenção regular e adequada da guarda dos registros da

documentação escolar geral e individual dos alunos e professores;

IX - a gestão das atividades relativas à merenda escolar;

X - a permanente interação com os Municípios da região, visando à promoção de políticas de desenvolvimento regional na área da educação;

XI - a conservação e manutenção da Secretaria e das unidades escolares;

XII - dar suporte para o funcionamento de Conselho cuja área de atuação está afeta à Secretaria;

XIII - o planejamento, organização, promoção, articulação, coordenação, integração, execução e avaliação das políticas municipais relativas à área da cultura, esporte e turismo;

XIV - o fomento e estímulo à cultura em todas as suas manifestações, com o acesso aos bens culturais e a expansão do potencial criativo dos cidadãos;

XV - preservar a herança cultural de Iomerê, por meio da pesquisa, proteção e restauração do seu patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico;

XVI - promover o intercâmbio cultural, por meio de convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;

XVII - interagir com os Municípios da região, visando à promoção de políticas de desenvolvimento regional na área da cultura;

XVIII - planejar, organizar, coordenar e controlar os programas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte em todas as suas modalidades;

XIX - planejar, formular e normatizar as políticas integradas de turismo e lazer, apoiando e incentivando a realização de eventos e manifestações turísticas, bem como intercambiando experiências e elaborando estudos e análises específicas, com vistas à proposição de planos, diretrizes e metas para o desenvolvimento integrado do lazer;

XX - captar recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico, com ampliação e diversificação da infraestrutura municipal na área;

XXI - promover intercâmbio, convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, em assuntos relativos ao desenvolvimento turístico do Município;

XXII - interagir com os Municípios da região visando à concepção, promoção e implementação de políticas de desenvolvimento turístico, em especial as relacionadas ao turismo integrado;

XXIII - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo terá como titular o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

§ 2º O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo será auxiliado diretamente pelo Diretor Escolar, Chefe de Departamento Municipal de Esportes, Chefe de Departamento Municipal de Cultura e Turismo, Assessoria de Secretaria Escolar, Assistente de Cultura e Esportes e indiretamente pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Subseção I
Da Diretoria Escolar

Art. 26. Compete à Diretoria Escolar:

I - cuidar das finanças da escola;

II - prestar contas à comunidade;

III - conhecer a legislação e as normas da Secretaria Municipal de Educação, para reivindicar ações junto a esse órgão;

IV - identificar as necessidades da instituição e buscar soluções junto às comunidades interna e externa e à Secretaria Municipal de Educação;

V - prezar pelo bom relacionamento entre os membros da equipe escolar, garantindo um ambiente agradável;

VI - garantir a integridade física da escola, tanto na manutenção dos ambientes quanto dos objetos e equipamentos;

VII - conduzir a elaboração do projeto político-pedagógico, mobilizando toda a comunidade escolar nesse trabalho e garantindo que o processo seja democrático até o fim;

VIII - acompanhar o cotidiano da sala de aula e o avanço na aprendizagem dos alunos;

IX - colaborar com o coordenador pedagógico na gestão da aprendizagem dos alunos;

X - incentivar e apoiar a implantação de projetos e iniciativas inovadoras, provendo o material e o espaço necessários para seu desenvolvimento;

XI - gerenciar e articular o trabalho de professores, coordenadores, orientadores e servidores; e

XII - manter a comunicação com os pais e atendê-los quando necessário.

Parágrafo único. A Diretoria Escolar terá como titular um Diretor Escolar, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção II
Departamento Municipal de Esportes

Art. 27. Compete ao Departamento Municipal de Esportes:

I - desenvolver programas e projetos voltados ao incentivo da prática esportiva entre crianças e adolescentes;

II - captar recursos e participar de eventos em nível municipal, estadual e nacional vinculados à prática esportiva;

III - promover a articulação com os demais órgãos da Administração Pública Municipal e com a iniciativa privada, visando o fomento de programas e políticas de integração social por meio do esporte;

IV - promover a manutenção do equipamento e do patrimônio público vinculado ao desenvolvimento da atividade esportiva;

V - organizar jogos, campeonatos, torneios e demais formas de competições esportivas, em diferentes modalidades e visando à ampla participação da comunidade, em todas as suas faixas etárias;

VI - desenvolver atividades voltadas ao fomento do esporte como veículo de inclusão social e promoção da igualdade social em todos

os seus termos, inclusive fomentando a educação ambiental e o repúdio a qualquer prática de racismo ou discriminação;

VII - estimular a organização comunitária, objetivando a instituição de associações com fins desportivos, recreativos e de lazer;

VIII - incentivar as atividades esportivas com a comunidade, estimulando as competições com equipes da própria comunidade ou com comunidades vizinhas; e

IX - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. O Departamento Municipal de Esportes terá como titular um Chefe de Departamento, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção III
Departamento Municipal de Cultura e Turismo

Art. 28. Compete ao Departamento Municipal de Cultura e Turismo:

I – incentivar a integração das ações desenvolvidas pelos diversos grupos, clubes de serviço, entidades, grêmios estudantis e demais associações representativas da classe artística e cultural do Município;

II - estimular e promover a cultura no Município;

III - incentivar e promover manifestações artísticas, culturais e literárias;

IV - incentivar eventos folclóricos, típicos e tradicionais;

V - programar o calendário dos eventos culturais e festivos do Município;

VI - fixar as datas comemorativas de alta significação para a comunidade;

VII - promover e proteger o patrimônio cultural do Município, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamento, e de outras formas de acatamento e preservação;

VIII - apoiar e incentivar a realização de eventos e manifestações turísticas; e

IX - executar as políticas públicas voltadas ao turismo.

Parágrafo único. O Departamento Municipal de Cultura e Turismo terá como titular um Chefe de Departamento, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção IV
Da Assessoria de Secretaria Escolar

Art. 29. Compete à Assessoria de Secretaria Escolar:

I - coordenar a unidade escolar, acompanhando e monitorando os trabalhos desenvolvidos pelos professores;

II - coordenar a manutenção da infraestrutura da unidade escolar, buscando atender às necessidades de espaço e qualidade para a comunidade escolar;

III - exercer a coordenação do relacionamento entre os servidores lotados na unidade escolar e os dirigentes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

IV - manter a ordem e a disciplina na unidade escolar, realizando o controle de horário e o cumprimento das obrigações de todos os servidores que estiverem sob a sua responsabilidade;

V - solicitar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes as compras necessárias para o bom funcionamento da unidade escolar; e

VI - prestar informações aos seus superiores hierárquicos acerca do funcionamento da unidade escolar.

Parágrafo único. A Assessoria de Secretaria Escolar terá como titular um Assessor de Secretaria Escolar, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção V

Do Assistente de Cultura e Esportes

Art. 30. Ao Assistente de Cultura e Esportes compete:

I - Examinar e preparar os expedientes encaminhados ao Titular da Pasta;

II - Executar as atividades relacionadas com as audiências e representações do Secretário;

III - Assistir o Secretário em sua representação e contatos com o público e organismos do governo;

IV - Orientar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades do gabinete;

V - Transmitir aos colaboradores da Secretaria as determinações, ordens e instruções do titular da pasta;

VI - Exercer encargos especiais que lhe forem cometidos pelo Secretário;

VII - Coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos da Secretaria;

VIII - Supervisionar e coordenar as atividades de administração geral da Pasta; e

IX - Outras atribuições afins.

Parágrafo único. A assistência de Cultura e Esportes será exercida pelo Assistente de Cultura e Esportes, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Seção II

Da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Art. 31. À Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social compete:

I - formular e executar a Política Municipal de Saúde, priorizando as ações preventivas;

II - desenvolver ações que objetivem o aumento da efetividade na prestação de serviços de saúde à sociedade;

III - desenvolver ações que objetivem o crescimento e desenvolvimento institucional e aprendizagem de toda a Secretaria Municipal da Saúde, construindo uma base de pessoal competente, tecnologia da informação coerente e mecanismos de gestão efetivos para suportar e fomentar o desenvolvimento da organização;

IV - aumentar a integração e articulação entre os níveis da Secretaria Municipal da Saúde por meio do estabelecimento de metas bilaterais orientadas mutuamente no sentido de gerar, subsidiar e acompanhar as programações de atividades num ciclo contínuo de integração;

V - executar a política de saneamento básico do Município;

VI - executar todas as ações de vigilância sanitária, inclusive em colaboração com os órgãos das esferas estadual e federal;

VII - coordenar e gerir as ações relativas à Assistência Social no Município, implementando e executando a Política Municipal de Assistência Social;

VIII - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, submetendo-o à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social;

IX - executar as ações de Assistência Social de forma integrada às demais políticas no âmbito dos outros órgãos do Município de Iomerê, com vistas a organizar os serviços de Proteção Social e ações de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;

X - organizar e gerir a rede municipal de inclusão e proteção social, composta de serviços com entidades governamentais e não governamentais;

XI - organizar os serviços de Assistência Social com base no tipo de Proteção Social Básica e Especial referente aos níveis de complexidade do atendimento, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos;

XII - planejar, gerenciar, executar e prover programas, projetos, serviços e benefícios de serviços básicos que têm como objetivo prevenir situações de risco;

XIII - participar na formulação e na execução da política de capacitação e desenvolvimento dos trabalhadores da Assistência Social, com o objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade do serviço público; e

XIV - desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social terá como titular o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

§ 2º O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social será auxiliado diretamente pelo seu Chefe de Departamento Municipal de Saúde, Assistente da Secretaria de Saúde e Assistente para Programas e Ações da Terceira Idade e indiretamente pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Subseção I

Do Departamento Municipal de Saúde

Art. 32. Compete ao Departamento Municipal de Saúde:

I - a assistência médica e sanitária, o controle e erradicação das doenças transmissíveis, a fiscalização e inspeção sanitária, conveniadas ou concorrentemente com outros órgãos;

II - o levantamento dos problemas de saúde da população, a fim de identificar as causas e combater, com eficácia, as doenças;

III - campanhas de esclarecimento e orientação sobre vacinação,

educação sanitária, combate ao câncer, verminose, etc.;

IV - articular-se com os órgãos e entidades de saúde estadual e federal, visando ao atendimento dos serviços de assistência médico-social e de defesa comunitária do Município;

V - proporcionar atendimento odontológico à população;

VI - providenciar o encaminhamento de pessoas doentes a outros centros de saúde fora do Município, quando os recursos médicos locais forem insuficientes;

VII - coordenar o Sistema Único de Saúde e executar os programas específicos de saúde, como PACS, PSF, DST/AIDS e outros;

VIII - executar, em parceria com a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a política de saneamento básico do Município;

IX - distribuir os medicamentos da farmácia básica;

X - dirigir, orientar e supervisionar as atividades das Unidades Sanitárias e de programas especiais de nível ambulatorial; e

XI - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. O Departamento Municipal de Saúde terá como titular um Chefe de Departamento, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção II

Do Assistente da Secretaria de Saúde

Art. 33. Compete ao Assistente da Secretaria de Saúde:

I - Examinar e preparar os expedientes encaminhados ao Titular da Pasta;

II - Executar as atividades relacionadas com as audiências e representações do Secretário;

III - Assistir o Secretário em sua representação e contatos com o público e organismos do governo;

IV - Orientar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades do gabinete;

V - Transmitir aos colaboradores da Secretaria as determinações, ordens e instruções do titular da pasta;

VI - Exercer encargos especiais que lhe forem cometidos pelo Secretário;

VII - Coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos da Secretaria;

VIII - Supervisionar e coordenar as atividades de administração geral da Pasta;

IX - Outras atribuições afins.

Parágrafo único. A assistência da Secretaria de Saúde será exercida pelo Assistente de Saúde, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção II

Do Assistente para Programas e Ações da Terceira Idade

Art. 34. Compete ao Assistente para Programas e Ações da Terceira

Idade

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar os serviços, programas e projetos socioassistenciais que possuem como objetivo prevenir situações de risco aos idosos;

II - orientar os idosos quanto ao direito à fruição dos benefícios eventuais e dos benefícios de prestação continuada;

III - coordenar os serviços, programas e projetos que oferecem atendimentos aos idosos;

IV - Prestar assessoramento ao Prefeito do Município de Iomerê em questões que digam respeito aos direitos do idoso;

V - Acompanhar o cumprimento da legislação que assegura os direitos do idoso e orientar o encaminhamento de denúncias relativas a qualquer violação de direitos; e

VI - Desenvolver outras atividades inerentes a sua área de competência que lhe forem designadas.

Parágrafo único. A assistência para Programas e Ações da Terceira Idade será exercida pelo Assistente para Programas e Ações da Terceira Idade, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Seção III

Da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

Art. 35. À Secretaria Municipal de Infra-Estrutura compete:

I - a construção de novos equipamentos, acessos viários e implantação de serviços públicos essenciais, visando à melhoria na qualidade de vida dos municípios;

II - executar e fiscalizar, direta ou indiretamente, as obras públicas de responsabilidade do município de Iomerê;

III - inspecionar sistematicamente equipamentos públicos, ruas, avenidas, obras e estradas municipais, promovendo as medidas necessárias à sua conservação e manutenção;

IV - promover a conservação das praças, jardins, logradouros, obras e vias públicas, bem como dos prédios públicos, quando determinada pelo Chefe do Poder Executivo;

V - articular e acompanhar a realização de obras e ações correlatas de interesse comum à União e ao Estado em território do Município, estabelecendo instrumentos operacionais comuns, quando for o caso;

VI - acompanhar e monitorar os serviços realizados nas vias públicas pelas concessionárias de serviços públicos;

VII - promover os estudos tecnológicos, orçamentos e projetos de engenharia necessários ao planejamento e à execução das atividades de sua competência; e

VIII - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante decreto do Poder Executivo.

§1º A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos terá como titular o Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

§2º O Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos será auxiliado diretamente pelo Diretor Municipal de Infra-Estrutura, Encarregado de Serviços Gerais e indiretamente pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Subseção I
Da Diretoria Municipal de Infra-Estrutura

Art. 36. Compete ao Diretor Municipal de Infra-Estrutura:

I - providenciar e executar a construção de obras municipais em geral, como pavimentação, pontes, prédios públicos, etc.;

II - inspecionar as obras em andamento, de execução direta ou contratada com terceiros, por profissionais designados com essa finalidade, desde que não afete a área sob a responsabilidade do Departamento de Serviços Públicos;

III - recuperar e conservar prédios e instalações pertencentes ao Município que não demandem serviços de engenharia;

IV - executar os planos sobre extensão, largura, natureza da pavimentação, localidades a serem servidas e outros dados necessários à identificação das rodovias vicinais e vias urbanas;

V - coordenar os serviços de manutenção das obras executadas e estoques em almoxarifado de materiais de obras;

VI - promover o abastecimento das unidades rodoviárias do Parque Rodoviário Municipal, quando sob sua guarda e responsabilidade;

VII - executar, nas condições permitidas por pessoal próprio ou, na falta destes, mediante prestação de serviços, a manutenção e recuperação dos veículos e máquinas da Secretaria;

VIII - informar à Secretaria Municipal de Administração e Finanças o controle de quilometragem dos veículos; consumo de combustível; custo por quilômetro rodado; controle de serviços de manutenção de peças, pneus, de cada equipamento;

IX - controlar o custo por hora de máquinas;

X - manter atualizados os registros individuais com os dados apurados ou coletados no item anterior;

XI - sugerir medidas quanto à ampliação, recuperação e renovação da frota do Parque Rodoviário Municipal;

XII - elaborar e analisar orçamentos de custos de manutenção;

XIII - estabelecer programas de manutenção preventiva;

XIV - conhecer e apurar, junto a cada operador, as irregularidades de cada unidade rodoviária;

XV - propor a abertura de processo administrativo ou de sindicância, considerando as circunstâncias em danos ocasionados nos veículos ou máquinas da Secretaria;

XVI - propor, quando os recursos forem insuficientes, a manutenção por terceiros;

XVII - responder pela guarda, segurança e manutenção do equipamento a sua disposição; e

XVIII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. A Diretoria de Obras Públicas terá como titular um Diretor Municipal de Infra-Estrutura, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção II
Do Encarregado de Serviços Gerais

Art. 37. Ao Encarregado de Serviços Gerais compete:

I – coordenar os serviços de manutenção das obras executadas, estoques em almoxarifado de materiais de obras;

II – controlar a manutenção da frota municipal;

III - controle e recebimento de mercadorias;

IV - promover o abastecimento das unidades rodoviárias do Parque Rodoviário Municipal, quando sob sua guarda e responsabilidade;

V - executar, nas condições permitidas por pessoal próprio, ou na falta destes, mediante prestação de serviços, a manutenção e recuperação dos veículos e máquinas da Secretaria;

VI - informar à Secretaria Municipal de Administração e Finanças o controle de quilometragem dos veículos; consumo de combustível; custo por quilometro rodado; controle de serviços de manutenção de peças, pneus, lanternagem, de cada equipamento;

VII - controlar o custo por hora de máquinas;

VIII - manter atualizado os registros individuais com os dados apurados ou coletados no item anterior;

IX - sugerir medidas quanto à ampliação, recuperação e renovação da frota do Parque Rodoviário Municipal;

X - estabelecer programas de manutenção preventiva;

XI - responder pela guarda, segurança e manutenção do equipamento a sua disposição

Parágrafo único. O Encarregado de Serviços Gerais terá como titular um Encarregado de Serviços Gerais, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Seção IV

Da Secretaria Municipal de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente

Art. 38. À Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente compete:

I - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da Patrulha Mecanizada, da Assistência Técnica e de Programas Especiais dos setores de Agricultura e Pecuária;

II - promover a manutenção do equipamento da Patrulha Mecanizada;

III - prestar assistência técnica aos agricultores;

IV - organizar a feira livre, fazendo agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadorias, tomando as medidas necessárias à padronização das barracas e dos locais;

V - promover e ampliar os serviços de extensão do Município, integrando-se com as Secretarias Municipais de Educação e Saúde;

VI - promover a implantação de viveiros para a produção de mudas de essências florestais, visando ao florestamento e reflorestamento;

VII - apoiar e desenvolver campanhas, visando à conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente sadio;

VIII - promover e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, no que for

de competência do Município; e

IX - promover a fiscalização, articuladamente com outros órgãos do governo, de saúde e vigilância sanitária.

X - coordenar e gerir o processo de planejamento e desenvolvimento urbano, meio ambiente e serviços públicos de Iomerê, por meio de ações estratégicas que visem soluções integradas para o desenvolvimento sustentável da região;

XI - coordenar a prestação dos serviços municipais aos cidadãos no que se refere à sua área de atuação; e

XII - desenvolver projetos urbanísticos que visem o desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente terá como titular o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção I

Da Diretoria Municipal de Urbanismo

Art. 39. Compete ao Diretor Municipal de Urbanismo:

I - prover as vias e logradouros públicos com equipamentos para coleta de lixo;

II - executar os serviços de coleta, triagem e aterro sanitário do lixo, com fixação de itinerários, horários e frequência;

III - conservar e manter o sistema de drenagem, escoamento pluvial e esgoto;

IV - executar o planejamento viário e a sinalização vertical e horizontal das vias públicas do Município;

V - executar e manter o serviço de iluminação pública e fiscalizá-lo quando delegado;

VI - fiscalizar os serviços de estacionamento e de transportes de pessoas;

VII - planejar, normatizar e dirigir as atividades de engenharia de tráfego;

VIII - requisitar materiais e peças necessárias à execução de seus serviços; e

IX - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. A Diretoria Municipal de Urbanismo terá como titular o Diretor Municipal de Urbanismo, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, com vencimento definido no Anexo I.

Subseção II

Do Assistente da Secretaria de Agricultura e Urbanismo

Art. 40. Compete ao Assistente da Secretaria de Agricultura e Urbanismo:

I - Examinar e preparar os expedientes encaminhados ao Titular da Pasta;

II - Executar as atividades relacionadas com as audiências e representações do Secretário;

III - Assistir o Secretário em sua representação e contatos com o público e organismos do governo;

IV - Orientar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades do gabinete;

V - Transmitir aos colaboradores da Secretaria as determinações, ordens e instruções do titular da pasta;

VI - Exercer encargos especiais que lhe forem cometidos pelo Secretário;

VII - Coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos da Secretaria;

VIII - Supervisionar e coordenar as atividades de administração geral da Pasta;

IX - Outras atribuições afins.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I

Dos Dirigentes de Órgãos Subordinados Diretamente ao Prefeito

Art. 41. Além das atribuições específicas mencionadas nesta Lei, compete ainda aos Secretários, Diretores Municipais e Chefes de Departamento subordinados diretamente ao Prefeito:

I - orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos dos órgãos que lhe são subordinados, exercendo a direção geral;

II - despachar pessoalmente com o Prefeito, nos dias e horas determinados, todo o expediente das repartições que dirigem;

III - participar de reuniões, quando convocados;

IV - apresentar ao Prefeito, na época própria, o programa anual dos trabalhos e o relatório das atividades a cargo das Unidades sob sua direção;

V - proferir despachos interlocutórios em processos e papéis cuja decisão caiba ao Prefeito e em processos decisórios de sua competência;

VI - referendar os Decretos atinentes aos órgãos que dirigem;

VII - elaborar instruções, de acordo com as orientações do Prefeito, para a boa execução dos atos normativos baixados pelo Governo Municipal;

VIII - assessorar o Prefeito em assuntos referentes aos órgãos sob sua direção;

IX - abonar as faltas ou atrasos dos servidores sob sua subordinação, desde que sejam devidamente justificadas;

X - movimentar, de acordo com as conveniências do serviço, o pessoal com atribuição nos órgãos sob sua direção;

XI - preencher, quando for o caso, boletins que permitam a apuração do mérito dos servidores sob suas ordens, para efeito de promoção, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e os regulamentos próprios;

XII - determinar a realização de sindicâncias para a apuração de faltas e irregularidades;

XIII - promover o treinamento de seus subordinados, por meio da elaboração e execução de programas de treinamento no âmbito da própria repartição, utilizando métodos de rodízios, treinamento em serviço, reuniões para estudo e discussão de problemas relacionados com os trabalhos, bem como promover leitura e divulgação de informações pertinentes;

XIV - propor à Divisão de Recursos Humanos a organização de cursos de treinamento para atender às necessidades, cooperando na execução;

XV - promover reuniões com seus subordinados imediatos, para tratar de assuntos de interesse dos órgãos que dirigem, visando o aperfeiçoamento dos serviços;

XVI - fazer e informar convenientemente e nos prazos estabelecidos os processos e papéis que forem dirigidos aos órgãos que administram;

XVII - manter rigoroso controle das despesas dos órgãos sob sua responsabilidade;

XVIII - prorrogar ou antecipar, pelo tempo que julgarem necessário, o expediente dos órgãos que dirigem e autorizar a realização de serviços extraordinários;

XIX - solicitar à Secretaria Municipal de Administração e Finanças a admissão de pessoal, quando for o caso;

XX - zelar pela fiel observância e execução das normas previstas nesta Lei e das instruções para execução dos serviços; e

XXI - resolver os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução desta Lei.

Parágrafo único. Além das atribuições acima enunciadas, compete ainda aos titulares dos órgãos que integram a estrutura administrativa do Poder Executivo encaminhar, na época própria, à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a proposta orçamentária dos órgãos que dirigem, bem como dados e informações estatísticas relativas às suas atividades, mantendo-se permanentemente articulados com aquela.

CAPÍTULO II

Dos Diretores Municipais e Chefes de Departamento

Art. 42. Além das atribuições específicas já mencionadas, compete ainda aos Diretores Municipais e Chefes de Departamento:

I – promover, por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua incumbência;

II - realizar reuniões com seus subordinados imediatos, para tratar de assuntos de interesse dos órgãos que dirigem;

III - promover o treinamento de seus subordinados, por meio da elaboração e execução de programas de treinamento no âmbito da própria repartição, utilizando métodos de rodízio, treinamento em serviço, reuniões para estudo e discussão dos problemas relacionados com os trabalhos;

IV - cooperar com o Departamento de Pessoal na elaboração e execução dos programas gerais de treinamento dos servidores do Poder Executivo Municipal;

V - proferir despachos interlocutórios em processos e papéis cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios em processos de sua competência;

VI - despachar diretamente com o chefe imediato;

VII - apresentar ao superior imediato, na época própria, o programa de trabalho dos órgãos sob sua direção, apresentar dados para a elaboração da proposta orçamentária e, trimestralmente, emitir relatório das atividades dos órgãos sob sua jurisdição, sugerindo medidas para a melhoria dos serviços;

VIII - participar de reuniões das Diretorias e Chefias, quando convocados;

IX - manter a disciplina do pessoal;

X - aplicar penas de advertência ou repreensão aos servidores que lhes forem subordinados e propor ao superior hierárquico a aplicação nos casos que excederem a sua competência;

XI - distribuir o serviço ao pessoal, examinando o andamento diário dos trabalhos, providenciando a sua rápida efetivação e promovendo a unificação das normas de execução, em colaboração direta com os seus superiores imediatos;

XII - preencher os boletins que permitam a apuração de mérito dos servidores sob suas ordens, para efeito de promoção, quando for o caso;

XIII – organizar, na periodicidade determinada, a escala de férias para o ano seguinte e remeter ao Departamento de Pessoal;

XIV – propor, em nível de direção imediatamente superior, a realização de sindicâncias para apuração de faltas ou irregularidades;

XV - fazer cumprir rigorosamente o horário de trabalho do pessoal a seu cargo, bem como as disposições regulamentares e as instruções para a execução dos serviços;

XVI - visar os pedidos de compras e as requisições de material de expediente, quando for o caso; e

XVII - atender as pessoas ou determinar o atendimento, durante o expediente, dos que os procurarem para tratar de assuntos relacionados às suas atividades profissionais.

CAPÍTULO III

Dos Demais Servidores e das Questões Gerais

Art. 43. Aos servidores cujas atribuições não foram especificadas nesta Lei cumpre observar as prescrições legais e regulamentares, especialmente aquelas expressas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como executar com eficiência, zelo e presteza as tarefas que lhe forem cometidas, e ainda cumprir as ordens, determinações e instruções superiores, formulando sugestões com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho.

Art. 44. O regime jurídico dos servidores públicos do Município de Iomerê é o estatutário, nos termos da legislação municipal específica, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 45. Para obter o máximo de eficácia nas ações do Governo Municipal, é livre a comunicação hierárquica horizontal, obedecidos aos fundamentos do planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências, racionalização e produtividade.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46. São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:

I - Anexo I: Tabela de vagas, subsídio e vencimentos do Poder Executivo; e

II - Anexo II: Tabela de vagas e vencimentos do Poder Legislativo Municipal.

Art. 47. O quadro de vagas e vencimentos dos cargos de provimento em comissão criados por esta Lei são os constantes nas Tabelas dos Anexos I e II.

Parágrafo único. O valor dos subsídios dos Secretários Municipais será fixado para cada gestão, mediante lei específica.

Art. 48. Esta Lei será implantada de forma gradativa, segundo a conveniência e a oportunidade administrativa, sem solução de continuidade para as atividades da Administração Pública Municipal, especialmente seus serviços e obras.

Art. 49. Extintos os órgãos competentes da estrutura administrativa anterior, extinguir-se-ão automaticamente os cargos em comissão correspondentes a sua chefia.

Art. 50. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, por Decreto, a remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários dos órgãos extintos ou desmembrados por esta Lei.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial, a Lei Municipal n. 5, de 9 de janeiro de 1997.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 15 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

TABELA DE VAGAS, SUBSÍDIO E VENCIMENTOS DO PODER EXECUTIVO

O quadro de vagas e os vencimentos dos Cargos de Provimento em Comissão criados por esta Lei são os constantes da tabela a seguir:

CARGO	VAGAS	VALORES
SECRETÁRIO MUNICIPAL	5	R\$ 4.753,35
ASSESSOR JURÍDICO	1	R\$ 6.014,18
DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA	1	R\$ 4.100,00
DIRETOR DE ESCOLA	2	R\$ 4.100,00
DIRETOR DE URBANISMO	1	R\$ 4.100,00
CHEFE DE DEPARTAMENTO ESPORTIVO	1	R\$ 3.500,00
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE	1	R\$ 3.500,00
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	1	R\$ 3.500,00
ASSESSOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS	1	R\$ 2.500,00
ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR	2	R\$ 2.500,00
ASSESSOR DE GABINETE	1	R\$ 2.500,00
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	1	R\$ 2.400,00
ASSISTENTE PARA PROGRAMAS E AÇÕES DA TERCEIRA IDADE	1	R\$ 1.800,00
ASSISTENTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	R\$ 1.800,00
ASSISTENTE DE SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	1	R\$ 1.800,00
ASSISTENTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E URBANISMO	1	R\$ 1.800,00
ASSISTENTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, URBANISMO E MEIO AMBIENTE	1	R\$ 1.690,00

LEI COMPLEMENTAR 043/2015

LEI COMPLEMENTAR N. 043, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Iomerê, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Iomerê, integrado por cargos permanentes, em provimento efetivo, e por cargos em comissão, classificados na forma desta Lei.

Parágrafo único. Não são regidos por esta Lei Complementar os cargos de provimento efetivo da carreira do magistério.

Art. 2º O regime jurídico aplicado aos servidores de carreira regidos por esta Lei é o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Administração Pública Municipal: a Administração Pública do Município de Iomerê, abrangendo sua Administração direta;

II - Aposentadoria: ato pelo qual a Administração Pública Municipal investe o ocupante de cargo de provimento efetivo na condição de servidor público inativo, sendo que seus proventos serão pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tanto no caso de aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez, com proventos integrais ou proporcionais, conforme o direito que tenha adquirido;

III - Áreas de Atividade: centros de serviços especializados que compõem as unidades administrativas da Administração direta;

IV - Cargo Público: posição jurídica estabelecida na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente pago pelo erário municipal, para ser provida e exercida por um titular, na forma estabelecida em lei;

V - Carreira: conjunto de cargos, do menor para o maior nível de classe, de maneira ascendente, pertencentes ao quadro único dos servidores públicos da Administração direta;

VI - Classe: conjunto de cargos da mesma complexidade e/ou especificações exigidas, de igual padrão de vencimentos, com base na graduação vertical ascendente em cada nível, indicando a progressão por merecimento, representado pelos números 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09;

VII - Gratificações: vantagens pecuniárias atribuídas precariamente ao servidor que esteja prestando serviços comuns em condições anormais de segurança, salubridade ou onerosidade, ou concedidas como ajuda ou incentivo ao servidor que apresente encargos pessoais ou peculiaridades funcionais que a lei especificar;

VIII - Grupo Ocupacional: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

IX - Lotação: número de servidores que podem ser classificados num órgão ou numa unidade administrativa, representando a força de trabalho da Administração Pública Municipal;

X - Nível: graduação ascendente existente no grupo ocupacional dos profissionais do serviço público;

XI - Órgãos: centros de serviços complexos e de processamento de competências, formados por diversas unidades administrativas, responsáveis pelo exercício de funções típicas da Administração Pública Municipal;

XII - Quadro: conjunto de carreiras, cargos isolados e funções gratificadas de um mesmo serviço, órgão ou Poder;

XIII - Plano de Carreira: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e os procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos servidores;

XIV - Progressão Funcional por Merecimento: avanço horizontal do servidor na escala salarial horizontal, conforme avaliação de desempenho estipulada por essa lei;

XV - Progressão Funcional por Tempo de Serviço: avanço horizontal do servidor na escala horizontal que ocorre a cada 3 (três) anos de efetivo serviço na Administração Pública Municipal;

XVI - Referência: letra que estabelece a linha horizontal de progressão funcional por tempo de serviço, designada pelas letras "A" a "I";

XVII - Remuneração ou Vencimentos: somatório do valor mensal pago ao servidor público correspondente ao vencimento do cargo mais vantagens pecuniárias;

XVIII - Servidor Público ou Servidor: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão da Administração

Pública Municipal, mantendo com o poder público relação de trabalho de natureza profissional e caráter não eventual, sob vínculo de dependência;

XIX - Unidades Administrativas: centros de serviços que reúnem uma ou mais áreas de atividade e compõem os órgãos da Administração Direta;

XX - Vantagens Pecuniárias: acréscimos aos vencimentos constituídos em caráter definitivo ou em caráter transitório, a título de adicionais, gratificações e indenizações, na forma da lei;

XXI - Vencimento: retribuição pecuniária mensal, fixada em lei, paga ao servidor em efetivo exercício do cargo ou função pública, correspondente ao valor previsto na respectiva tabela de vencimentos;

XXII - Vencimento-Base: considera-se o menor vencimento pago pelo Município, para fins de cálculo dos adicionais, na forma da lei.

CAPÍTULO II DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 4º O quadro de pessoal da Administração Pública Municipal de Iomerê compõe-se de cargos permanentes, de provimento efetivo ou temporário, e cargos em comissão, distribuídos nos seguintes grupos ocupacionais:

I - Grupo I: GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GOP);

II - Grupo II: GRUPO OCUPACIONAL SEMIPROFISSIONAL (GOS);

III - Grupo III: GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO (GOA);

IV - Grupo IV: GRUPO OCUPACIONAL DE SERVIÇOS GERAIS (GOG);

V - Grupo V: GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS ISOLADOS E CARGOS EM EXTINÇÃO (GOI);

VI - Grupo VI: GRUPO OCUPACIONAL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR – COMISSIONADOS (GOC); e

VII - Grupo VII: GRUPO OCUPACIONAL TEMPORÁRIO (GOT).

§ 1º Integram os cargos permanentes, de provimento efetivo, do Poder Executivo Municipal:

a) GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GOP): abrange os cargos cujas tarefas requeiram grau elevado de atividade mental, que exijam conhecimentos técnico-científicos e práticos de nível de 3º grau, indispensáveis ao pleno funcionamento dos órgãos que integram a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal;

b) GRUPO OCUPACIONAL SEMIPROFISSIONAL (GOS): compreende os cargos que exigem conhecimentos em nível de ensino médio ou cursos específicos profissionalizantes;

c) GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO (GOA): congrega os cargos ligados a preparação, transferência, sistematização e preservação de papéis e outras atividades relacionadas ao âmbito administrativo e organizacional;

d) GRUPO OCUPACIONAL DE SERVIÇOS GERAIS (GOG): reúne os cargos cujas tarefas requeiram conhecimento prático do trabalho, limitados a rotina e predominância do esforço físico; e

e) GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS ISOLADOS E CARGOS EM EXTINÇÃO (GOI): reúne os cargos isolados e em extinção, cujos servidores permanecerão na função até sua aposentadoria ou seu aproveitamento em função com atribuições similares.

§ 2º O GRUPO OCUPACIONAL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR – COMISSIONADOS (GOC) integra os cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento, regidos pelos critérios de confiança, de acordo com o disposto no art. 37 da Constituição da República, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Os vencimentos e as demais disposições referentes aos cargos de provimento em comissão do GRUPO OCUPACIONAL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR – COMISSIONADOS (GOC) serão regulados na legislação referente à estrutura administrativa do Município de Iomerê.

§ 4º O GRUPO OCUPACIONAL TEMPORÁRIO (GOT) será integrado por servidores contratados em caráter substitutivo, emergencial e excepcional, por prazo determinado, para o exercício de cargos, empregos e funções temporárias ou emergenciais, de excepcional interesse público, nos termos do art. 25 desta Lei Complementar.

§ 5º Ficam extintos automaticamente os cargos criados por leis anteriores, desde que não mencionados nesta Lei e seus respectivos Anexos, com exceção daqueles previstos no § 1º, alínea “e”, e § 2º deste artigo.

§ 6º Mediante opção funcional e conveniência da Administração Pública Municipal, quando da contratação dos servidores integrantes do Grupo Ocupacional Temporário, poderão ser adotadas cargas horárias de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas, com vencimentos proporcionais.

Seção I

DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 5º Os cargos de provimento em comissão obedecerão às previsões de quantidades e vencimentos estabelecidos na legislação referente à estrutura administrativa do Município de Iomerê.

Parágrafo único. As vagas dos cargos de provimento em comissão deverão ser preenchidas com, no mínimo, percentual de 20% (vinte por cento) de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Seção II**DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Art. 6º Ficam criados os cargos permanentes, de provimento efetivo, nas quantidades e com vencimentos constantes dos Anexos I a V desta Lei.

CAPÍTULO III**DO INGRESSO E DA LOTAÇÃO**

Art. 7º A investidura em cargo público, em nível de referência e classe inicial de carreira, dependerá de prévia aprovação em concurso público de provas, ou de provas e títulos.

Parágrafo único. A habilitação exigida para a posse em cada cargo do quadro de pessoal permanente da Administração Pública Municipal é a consignada no Anexo XI desta Lei.

Art. 8º Os servidores terão lotação na estrutura central da Administração Pública Municipal e exercício nos órgãos e unidades administrativas para onde forem designados, observado o interesse público.

Parágrafo único. Excetuam-se das disposições contidas neste artigo os profissionais da área do magistério público municipal, que deverão observar os critérios estabelecidos em lei própria da categoria.

CAPÍTULO IV**DA REMUNERAÇÃO, TETO E REVISÃO GERAL**

Art. 9º Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescida de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas nesta Lei e demais legislações específicas.

§ 1º A remuneração mensal dos servidores ativos e inativos não poderá ultrapassar o limite do teto, no caso, os subsídios do Prefeito Municipal, conforme definido em lei específica.

§ 2º Define-se o mês de abril como data-base para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, servindo o INPC como índice de referência.

§ 3º O vencimento é irredutível, salvo nos casos de erro administrativo ou nulidade anterior na sua fixação, devidamente apurado em regular processo administrativo, inclusive com direito a contraditório e a ampla defesa dos respectivos interessados.

CAPÍTULO V**DOS DESCONTOS**

Art. 10. Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre remuneração ou provento, exceto descontos legais e multa de trânsito.

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da Administração Pública Municipal e com reposição dos custos, quando significativamente onerosos.

§ 2º Ocorrendo demissão ou exoneração do servidor e havendo consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, aquele deverá assinar termo de responsabilidade pelas parcelas restantes, isentando o ente municipal de qualquer responsabilidade ou ônus sobre o saldo devedor.

CAPÍTULO VI**DAS PROGRESSÕES FUNCIONAIS E DAS INCORPORAÇÕES**

Art. 11. Incorpora-se ao patrimônio do servidor, passando a integrar sua remuneração, a expressão monetária das progressões funcionais por merecimento e por tempo de serviço, sendo que em nenhum caso poderão ultrapassar os limites percentuais estabelecidos nesta Lei.

Art. 12. A concessão de qualquer espécie de progressão funcional poderá ser suspensa, temporariamente, em razão de limitações das disponibilidades orçamentárias do Município e de excesso de gastos com a folha de pagamento dos servidores, conforme previsto na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, respeitado o disposto no art. 169 da Constituição da República.

§ 1º Não havendo recursos financeiros disponíveis para concessão da progressão funcional por merecimento a todos os servidores que tenham alcançado o direito, terão preferência os servidores detentores das maiores pontuações na respectiva avaliação de desempenho.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, havendo empate, os critérios de desempate serão, respectivamente, maior tempo de serviço público no cargo, maior grau de escolaridade, maior idade e maior número de filhos.

Art. 13. Acarretam suspensão ou interrupção da contagem do tempo de serviço para efeito de progressão funcional por merecimento ou por tempo de serviço:

I - suspensão, quando no curso do período aquisitivo o servidor tenha gozado as seguintes licenças e afastamentos:

- a) licença para tratamento de saúde, decorrente ou não de acidentes de trabalho, quando superiores a 30 dias;
- b) licença por motivo de doença em pessoa da família;
- c) licença para concorrer a cargo eletivo;
- d) licença para serviço militar obrigatório;
- e) licença para tratar de interesses particulares;
- f) licença para acompanhar cônjuge servidor público;
- g) licença para desempenho de mandato classista;
- h) afastamento para exercício de mandato eletivo, desde que a remuneração fique a cargo do Município de Iomerê;
- i) afastamento sem remuneração para exercício de mandato eletivo;
- j) quaisquer outras licenças e afastamentos não remunerados não previstos nos itens anteriores;

II – interrupção, quando no curso do período aquisitivo o servidor tenha:

- a) sido condenado a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
- b) recebido conceito insatisfatório ou regular nas avaliações bianuais de desempenho;
- c) recebido 02 (duas) penalidades de advertência;
- d) recebido penalidade de suspensão disciplinar; e
- e) contado com mais de 03 (três) faltas injustificadas durante o período aquisitivo.

§ 1º O servidor poderá, a qualquer momento, solicitar informações acerca do seu tempo de serviço para efeitos de progressão funcional por merecimento e por tempo de serviço, bem como da suspensão ou interrupção da respectiva contagem, podendo apresentar pedido de reconsideração ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, no prazo de 10 (dez) dias, cujo pedido será decidido em igual prazo.

§ 2º Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico voluntário, ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação da suspensão ou interrupção do prazo para progressão funcional por merecimento ou por tempo de serviço, cujo pedido será decidido em igual prazo.

§ 3º Nos casos de suspensão, os períodos previstos no inciso I deste artigo serão excluídos da contagem do prazo para a progressão funcional por merecimento ou por tempo de serviço, e nos casos de interrupção, previstos no inciso II desse artigo, a contagem do prazo para a progressão funcional por merecimento e por tempo de serviço terá início após a cessação do motivo que impediu sua anterior concessão.

SEÇÃO I DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO

Art. 14. A progressão funcional por merecimento dar-se-á com o avanço progressivo na escala salarial horizontal, correspondente a 3% (três por cento) sobre o vencimento inicial fixado para a classe respectiva do servidor, após prévia avaliação de desempenho, levando-se

em consideração os critérios previstos nesta Lei, e ocorrerá a cada 3 (três) anos, sempre no mês de maio, até o limite de 21% (vinte e um por cento) do vencimento inicial do respectivo cargo, conforme tabela constante do Anexo VIII desta Lei.

§ 1º O servidor público estável fará jus à progressão funcional por merecimento no ano em que completar o período aquisitivo, respeitada a data-base prevista no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito da progressão funcional por merecimento, somente será computado o tempo de serviço prestado ao serviço público do Município de Iomerê.

§ 3º A primeira avaliação para fins de progressão funcional por merecimento será realizada depois de preenchidos os requisitos legais, a contar da publicação desta Lei, mediante requerimento dirigido ao Chefe do Poder Executivo.

§ 4º Caso não alcance o grau de merecimento mínimo durante o período avaliado, que é de 3 (três) anos, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontrava anteriormente à avaliação de desempenho, devendo cumprir o interstício exigido de efetivo exercício

nesse padrão, para efeito de nova avaliação de desempenho.

§ 5º A vantagem pecuniária de que trata o caput será devida apenas aos servidores públicos municipais de carreira, ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis no serviço público municipal, sendo incorporável aos seus proventos de aposentadoria.

§ 6º Não será contado como tempo de serviço, para os fins do disposto no caput deste artigo, o período de atuação do servidor em estágio probatório e em contratos por prazo determinado, bem como em cargo de provimento em comissão, exceto, neste último caso, quando o servidor for ocupante de cargo de provimento efetivo e estável.

Art. 15. A avaliação de desempenho para fins de progressão funcional por merecimento deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, contraditório e ampla defesa.

§ 1º O Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, ou órgão equivalente, dará conhecimento prévio ao servidor dos critérios, normas e padrões para avaliação de desempenho.

§ 2º A avaliação de desempenho será realizada mediante a observância dos seguintes critérios de julgamento:

I - Qualidade de trabalho: verificação do grau de perfeição dos resultados obtidos com o esforço do servidor aplicado ao trabalho, traduzido em exatidão, produtividade, confiabilidade, clareza, ordem e boa apresentação das tarefas executadas;

II - Pontualidade: verificação do cumprimento, pelo servidor, dos horários estabelecidos no local de trabalho;

III - Assiduidade: verificação da frequência do servidor ao local de trabalho;

IV - Responsabilidade: verificação do grau de cumprimento dos deveres e obrigações inerentes às tarefas desenvolvidas pelo servidor, nos termos da legislação específica;

V - Relacionamento interpessoal: análise do relacionamento do servidor com colegas, chefes e público em geral;

VI - Zelo pelos recursos financeiros e materiais: verificação do cuidado que o servidor dispensa aos recursos financeiros e materiais sob sua responsabilidade, nos termos da legislação específica;

VII - Iniciativa: análise da capacidade de pensar e agir diante de eventual ausência de normas e orientações superiores, ou em situações imprevistas de trabalho, bem como de se adaptar às mudanças nos objetivos e rotinas a que vêm sendo submetido;

VIII - Criatividade: verificação da capacidade do servidor de desenvolver novos padrões de pensamento, ter ideias originais e propor soluções alternativas aos problemas surgidos no trabalho;

IX - Cooperação: análise do interesse e da predisposição do servidor em colaborar com os colegas de trabalho, com a chefia e com os representantes dos demais órgãos da Administração Pública Municipal na execução do trabalho diário, no desenvolvimento de projetos ou na formulação de políticas institucionais.

§ 3º O sistema de avaliação observará a seguinte ponderação para a avaliação de desempenho:

FATORES – CONCEITOS:	PESO POR FATOR (%)
Qualidade de trabalho:	15
Pontualidade:	5
Assiduidade:	5
Responsabilidade:	15
Relacionamento interpessoal:	10
Zelo pelos recursos financeiros e materiais:	15
Iniciativa:	15
Criatividade:	10
Cooperação:	10
TOTAIS DOS FATORES:	100

§ 4º Observando a ponderação para a avaliação de desempenho prevista no parágrafo anterior, o servidor terá a seguinte avaliação:

I – Excelente (E);

II– Bom (B);

III– Regular (R);

IV– Insatisfatório (I).

§ 5º O servidor, considerados todos os critérios de julgamento, receberá os seguintes conceitos:

I - Excelente: de 80% (oitenta por cento) a 100% (cem por cento) da pontuação máxima admitida;

II - Bom: de 60% (sessenta por cento) a 79% (setenta e nove por cento) da pontuação máxima admitida;

III - Regular: de 50% (cinquenta por cento) a 59% (cinquenta e nove por cento) da pontuação máxima admitida; e

IV - Insatisfatório: até 49% (quarenta e nove por cento) da pontuação máxima admitida.

§ 6º Somente fará jus à progressão funcional por merecimento o servidor público que obtiver, em todas as avaliações anuais, o conceito excelente (E), que deverá ser obtido da seguinte forma:

I - O número de fatores de desempenho (9) estabelecidos no § 2º deste artigo, multiplicado por 100 (cem), estabelece o número máximo de pontos (900) para a situação de excelente (E), ao qual se aplica o peso percentual estabelecido no § 3º deste artigo para estabelecer a pontuação máxima dos fatores;

II - Os fatores finais divididos por 4 (quatro) números de graduações de desempenho, excelente (E), bom (B), regular (R) e insatisfatório (I), com arredondamento imediatamente superior ou inferior, estabelece a pontuação mínima, insatisfatória (I), e a partir desta calcula-se a pontuação intermediária, aproximadamente o dobro para regular (R) e o triplo para bom (B).

§ 7º Conforme critérios estabelecidos nos incisos do parágrafo anterior, os servidores receberão as seguintes pontuações atribuídas aos fatores de desempenho:

FATORES – CONCEITO	INSATIFATÓRIO (I)	REGULAR (R)	BOM (B)	EXCELENTE (E)
Qualidade de trabalho	34	68	102	135
Pontualidade	11	22	33	45
Assiduidade	11	22	33	45
Responsabilidade	34	68	102	135
Relacionamento interpessoal	23	46	69	90
Zelo pelos recursos financeiros e materiais	34	68	102	135
Iniciativa	34	68	102	135
Criatividade	23	46	69	90
Cooperação	23	46	69	90
TOTAIS DOS FATORES	227	454	681	900

§ 8º Conforme a tabela do parágrafo anterior e percentuais estabelecidos no § 5º deste artigo, os servidores receberão os seguintes conceitos:

I - Excelente (E): de 720 a 900 pontos (de 80% a 100%);

II - Bom (B): de 540 a 720 pontos (de 60% a 79%);

III - Regular (R): de 450 a 540 pontos (de 50% a 59%); e

IV - Insatisfatório (I): até 450 pontos (até 49%).

Art. 16. A avaliação de desempenho para progressão funcional por merecimento será realizada por comissão de avaliação composta por 03 (três) membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo 01 (um) o secretário municipal da respectiva pasta, na qualidade de presidente, e outros dois servidores de carreira com estabilidade e, pelo menos, 3 (três) anos de exercício no respectivo órgão ou entidade, vinculados à área de atuação do servidor em avaliação.

§ 1º Para obtenção da progressão funcional por merecimento, o servidor terá que se submeter anualmente à avaliação de desempenho.

§ 2º A avaliação será homologada pela autoridade imediatamente superior, dela dando-se ciência ao interessado.

§ 3º O conceito de avaliação de desempenho será motivado, exclusivamente, com base na aferição dos critérios previstos nesta Lei, sendo obrigatória a indicação de fatos, circunstâncias e demais elementos de convicção no termo final de avaliação, inclusive o relatório do colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

§ 4º O servidor será notificado do conceito atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo de 10 (dez) dias, cujo pedido será decidido em igual prazo.

§ 5º Contra a decisão que apreciar o pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico voluntário, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor público.

Art. 17. O conceito da avaliação por desempenho atribuído ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e provas dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação, serão arquivados em pasta individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo.

Art. 18. O servidor que obtiver conceito insatisfatório ou regular poderá participar de treinamento técnico destinado a promover a respectiva capacitação.

Parágrafo único. Os custos financeiros decorrentes da capacitação serão suportados integralmente pelo servidor público interessado.

Art. 19. Caso o servidor não alcance os requisitos necessários para aprovação na avaliação por desempenho, não terá a respectiva progressão e não poderá requerê-la com efeitos retroativos, nem nos anos seguintes, antes de novo período de aquisição.

Seção II

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 20. A progressão funcional por tempo de serviço será concedida de ofício pela autoridade competente, independentemente de qualquer requerimento do servidor público estável, sempre que este completar 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo, por meio do avanço progressivo na escala salarial horizontal correspondente a 3% (três por cento) sobre o vencimento inicial fixado para a classe respectiva do servidor, até o limite de 21% (vinte e um por cento) do vencimento inicial do respectivo cargo, conforme tabela constante do Anexo VIII desta Lei.

§ 1º Os servidores públicos municipais, nomeados para cargo de provimento efetivo até a publicação desta Lei, terão direito à contagem do respectivo tempo de serviço, retroativamente, para fins de concessão da progressão funcional por tempo de serviço.

§ 2º Para efeito da progressão funcional por tempo de serviço, somente será computado o tempo de serviço prestado ao serviço público do Município de Iomerê, em cargo de provimento efetivo.

§ 3º A vantagem pecuniária de que trata o caput é devida apenas aos servidores públicos municipais de carreira, ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis no serviço público municipal, sendo incorporável aos seus proventos de aposentadoria.

§ 4º Não será contado como tempo de serviço, para os fins do disposto no caput deste artigo, o período de atuação do servidor em estágio probatório e em contratos por prazo determinado, bem como em cargo de provimento em comissão, exceto, neste último caso, quando o servidor for ocupante de cargo de provimento efetivo e estável.

§ 5º As progressões funcionais por tempo de serviço obtidas por servidor na vigência de leis anteriores serão computadas para efeito da limitação fixada no caput deste artigo, que é de 21% (vinte e um por cento) do vencimento inicial do respectivo cargo.

CAPÍTULO VII

DAS GRATIFICAÇÕES

Seção I

DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Art. 21. Fica estabelecida a gratificação de função, conforme disposto no Anexo IX desta Lei, concedida pelo Chefe do Poder Executivo exclusivamente para servidores do quadro permanente do Município ocupantes de cargos de provimento efetivo.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese.

§ 2º O valor da gratificação, previsto no caput deste artigo, deverá ser corrigido na mesma data e no mesmo índice da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, por ato do Poder Executivo.

§ 3º O servidor em estágio probatório não poderá desempenhar cargos em comissão nem funções de confiança no âmbito do Poder Executivo.

Art. 22. A função gratificada será concedida quando ao servidor forem cometidos os encargos de chefia, direção e assessoramento, bem como comissões especiais temporárias e permanentes, serviços técnicos ou especiais, ou serviços estranhos a sua competência específica, vedado o acúmulo de gratificação, na forma estabelecida em lei.

Parágrafo único. O exercício de função gratificada ou de cargo de provimento em comissão só assegura direitos ao servidor durante o período em que estiver exercendo o cargo ou função.

CAPÍTULO VIII**DA JORNADA DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 23. A jornada de trabalho dos servidores municipais, observados o limite semanal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e as peculiaridades de determinados cargos, está fixada em conformidade com o estabelecido no Anexo XI desta Lei.

§ 1º Os cargos do quadro de pessoal cujas peculiaridades indiquem a redução de carga horária poderão ter jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, mediante requerimento específico e apurado o interesse público justificado, com diminuição proporcional da respectiva remuneração.

§ 2º Desde que haja interesse público devidamente justificado, poderá ser estabelecido regime de jornada de trabalho diferenciada para grupos de servidores ou órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive com fixação de escalas de revezamento de horários, de 12 (doze) horas trabalhadas por 24 (vinte e quatro) horas de descanso, sendo que, para efeitos de pagamento de horas extraordinárias, somente serão consideradas as horas que ultrapassarem a carga horária normal de trabalho.

Art. 24. A Administração Pública Municipal promoverá a valorização dos seus servidores, assegurando-lhes, nos termos do estatuto e do plano de carreira e remuneração dos servidores públicos municipais:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;

II - piso salarial profissional de acordo com os Anexos II a VI desta Lei;

III - dedicação exclusiva ao cargo;

IV - qualificação profissional em instituições credenciadas; e

V - progresso funcional, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO IX**DA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

Art. 25. Fica autorizada a contratação de servidores em caráter temporário, observando-se os vencimentos iniciais e o quadro de vagas desta Lei, no caso de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição da República e nas situações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º O vencimento do pessoal contratado em caráter temporário será o mesmo fixado para o cargo idêntico ou assemelhado do quadro de pessoal previsto nesta Lei, no nível de referência salarial e respectiva classe iniciais, vedada qualquer forma de progressão funcional por tempo de serviço ou merecimento.

§ 2º A contratação de pessoal em caráter temporário, nos casos e situações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º No caso de contratação de pessoal para cumprir jornada de trabalho diversa da prevista para os servidores do quadro permanente, os vencimentos serão reduzidos na mesma proporção.

§ 4º O pessoal contratado na forma do caput deste artigo estará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, nos termos estabelecidos na Constituição da República e em legislações específicas.

CAPÍTULO X**DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 26. Os servidores públicos, ocupantes de cargos de provimento efetivo ou estáveis nos termos da Constituição da República, ainda que não cumprido o estágio probatório, serão enquadrados nos respectivos cargos, constantes nos Anexos I a VI, observado o vencimento inicial atual, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei.

§ 1º O servidor público, já enquadrado por força de legislações anteriores, será re-enquadrado na forma estabelecida no caput deste artigo.

§ 2º No enquadramento, se o valor do vencimento inicial atual do servidor público, acrescido das respectivas progressões funcionais, for menor que o valor de enquadramento, será enquadrado no nível de referência salarial imediatamente superior, na mesma classe, e mantendo-se o decesso remuneratório, a diferença será considerada como vantagem pessoal nominalmente identificada, sob a rubrica "diferença nominal de vencimentos".

§ 3º Os percentuais de revisão salarial geral e aumento de vencimentos concedidos por leis específicas incidirão também sobre as "diferenças nominais de vencimentos", nos termos do parágrafo anterior.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS
Seção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. São assegurados aos servidores públicos municipais os direitos de livre associação profissional ou sindical, na forma da lei.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá firmar ajustes ou acordos coletivos com o sindicato representativo da categoria profissional, sendo instituído o mês de abril de cada ano para a negociação da política de remuneração do Quadro de Pessoal vinculado a presente Lei.

§ 2º Será constituída comissão de negociação, permanente e paritária, composta por representantes do Poder Executivo Municipal e do sindicato representativo da categoria profissional, indicados pelas respectivas instituições, para discutir e encaminhar soluções relacionadas à relação de trabalho, política de remuneração e demais assuntos firmados em acordos coletivos.

§ 3º A constituição e funcionamento da comissão de negociação será regulamentada mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 28. O Chefe do Poder competente, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, poderá autorizar que servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis prestem, com ou sem ônus, serviços a entidades de direito público ou filantrópicas e sem fins lucrativos, desde que os serviços executados sejam do interesse da comunidade.

Art. 29. Os servidores do quadro permanente nomeados para cargos de provimento em comissão farão opção de vencimento, na forma estabelecida em lei específica.

Art. 30. O servidor público municipal terá que arcar com os custos financeiros decorrentes de anuidade cobrada pelos órgãos de classe e demais obrigações exigidas pela legislação para o exercício do cargo ocupado.

Seção II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 31. Os valores da escala de referência e das classes de vencimentos expressos nos Anexos I a VI e VIII desta Lei serão modificados automaticamente pela incidência dos limites percentuais, na mesma proporção e na mesma data, sempre que forem reajustados os vencimentos iniciais dos servidores.

Art. 32. Os atuais servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo serão enquadrados conforme a tabela de cargos de provimento efetivo mantidos, alterados, criados ou extintos, constante do Anexo VII, nas respectivas categorias funcionais, ou assemelhadas, nas faixas de vencimentos iniciais e respectivos níveis de referência e classes, ou no nível de referência imediatamente superior.

Art. 33. A nomenclatura dos cargos que integram o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais passa a designar-se conforme o estabelecido nos Anexos I e VIII, ficando extintos os atuais cargos decorrentes da transformação de que trata esta Lei.
Parágrafo único. Compete ao Chefe do Poder Executivo baixar os atos competentes, visando à adequação da norma contida no caput deste artigo e corrigir eventuais irregularidades cometidas quando do enquadramento dos servidores públicos municipais.

Art. 34. Os atuais servidores que tiveram seus cargos transformados em cargos isolados e em extinção permanecerão no grupo ocupacional de cargos isolados e de cargos em extinção.

Parágrafo único. Os integrantes desse grupo ali permanecerão até a aposentadoria, morte, exoneração ou demissão.

Art. 35. O Chefe do Poder competente, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixará ato procedendo ao enquadramento dos servidores segundo o estabelecido nesta Lei.

Art. 36. O servidor que se julgar prejudicado em seu enquadramento poderá, mediante requerimento fundamentado, solicitar reconsideração do ato que o enquadrou, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que deverá decidir motivadamente em até 30 (trinta) dias.

Art. 37. O pagamento do adicional de insalubridade e de periculosidade somente poderá ocorrer com base em laudo técnico, emitido por empresa ou órgão devidamente qualificado, na forma prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 38. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar concurso público para o preenchimento dos cargos constantes nos anexos desta Lei.

Art. 39. O Chefe do Poder Executivo expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta Lei.

Art. 40. São partes integrantes desta Lei os Anexos I a XI, dentre eles o quadro de descrição de cargos, o quadro de habilitação necessária a cada cargo, a relação de cargos, o número de vagas, a jornada de trabalho e os vencimentos dos respectivos cargos.

Art. 41. Ficam criados, na estrutura administrativa da Administração Pública Municipal, os cargos e vencimentos constantes do Anexo I, a terem exercício nas Secretarias e órgãos do Poder Executivo Municipal, respeitada a lotação no órgão da Administração Pública Municipal central.

Parágrafo único. Caberá aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, nas respectivas esferas de competência, expedir os atos de regulamentação necessários à plena execução desta Lei, quando necessários.

Art. 42. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes que se fizerem necessários no orçamento do Município para a fiel aplicação desta Lei.

Art. 43. Sempre que a despesa de pessoal alcançar o limite previsto na Lei n. 101, de 4 de maio de 2000, serão adotadas as providências previstas nos §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art.169 da Constituição da República.

Art. 44. Ficam revogadas expressamente as seguintes Leis Municipais:

- a) Lei n. 186, de 20/3/2002;
- b) Lei n. 320, de 13/7/2005;
- c) Lei n. 426, de 19/9/2007;
- d) Lei Complementar n. 23, de 3/3/2010;
- e) Lei Complementar n. 24, de 26/5/2010;
- f) Lei Complementar n. 25, de 1º/9/2010;
- g) Lei Complementar n. 26, de 16/2/2011;
- h) Lei Complementar n. 27, de 30/3/2011; e
- i) Lei Complementar n. 29, de 28/12/2011.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação, dispondo o Poder Executivo do prazo de 90 (noventa) dias para prover todos os atos administrativos e normativos necessários a sua fiel execução.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 15 de maio de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Jornada						
Agente de Serviços Gerais	5	40						
Agente Administrativo	10	40						
Agente Comunitário de Saúde	7	40						
Assistente Social	1	20						
Contador	1	40						
Controlador Interno	1	40						
Enfermeiro	2	40						
Engenheiro Ambiental	1	20						
Farmacêutico	1	40						
Faxineiro	10	40						
Fiscal de Tributos	1	20						
Fisioterapeuta	1	20						
Fonoaudiólogo	1	20						
Médico Clínico Geral	1	40						
Médico Veterinário	1	40						
Merendeira	4	40						
Motorista de Ambulância	5	40						
Motorista de Caminhão	5	40						
Motorista de Ônibus	3	40						
Nutricionista	1	30						
Odontólogo	1	40						
Operador de Máquina	Pequeno Porte - Nível I	3	40					

	Médio Porte - Nível II	3	40						
	Grande Porte - Nível III	2	40						
Psicólogo	1	30							
Técnico Agrícola	1	40							
Técnico de Tributos	1	40							
Técnico de Enfermagem	3	40							
Técnico da Vigilância Sanitária	1	40							
Técnico em Tesouraria	1	40							
Técnico em Recursos Humanos	1	40							
Técnico em Informática	1	20							
TOTAL	80	-							
ANEXO II									
GRUPO I - GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL									
Código	Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Vencimentos						
	Assistente Social	1	R\$ 1.811,50						
	Contador	1	R\$ 4.100,00						
	Controlador Interno	1	R\$ 2.500,00						
	Enfermeiro	2	R\$ 4.347,60						
	Engenheiro Ambiental	1	R\$ 2.536,10						
	Farmacêutico	1	R\$ 2.608,55						
	Fiscal de Tributo	1	R\$ 1.500,00						
	Fisioterapeuta	1	R\$ 1.594,12						
	Fonoaudiólogo	1	R\$ 1.594,12						
	Médico Clínico Geral	1	R\$ 16.665,80						
	Médico Veterinário	1	R\$ 4.130,22						
	Nutricionista	1	R\$ 2.391,18						
	Odontólogo	1	R\$ 5.796,80						
	Psicólogo	1	R\$ 2.173,80						
	Técnico em Recursos Humanos	1	R\$ 3.500,00						
	TOTAL	17							

ANEXO III

GRUPO II – GRUPO OCUPACIONAL SEMIPROFISSIONAL

Código	Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Vencimentos						
	Técnico Agrícola	1	R\$ 2.318,72						
	Técnico de Tributos	1	R\$ 2.391,18						
	Técnico de Enfermagem	3	R\$ 1.850,00						
	Técnico de Vigilância Sanitária	1	R\$ 1.594,12						
	Técnico em Informática	1	R\$ 1.450,00						
	TOTAL	07							

ANEXO IV

GRUPO III – GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO

Código	Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Vencimentos						
	Agente Administrativo	10	R\$ 1.811,50						
	Agente Comunitário de Saúde	7	R\$ 1.015,00						
	Técnico em Tesouraria	1	R\$ 3.500,00						
	TOTAL	18	-						

ANEXO V

GRUPO IV – GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS

Código	Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Vencimentos						
	Agente de Serviços Gerais	5	R\$ 1.450,00						
	Faxineiro	10	R\$ 1.304,28						
	Merendeira	4	R\$ 1.304,28						
	Motorista de Ambulância	5	R\$ 2.200,34						
	Motorista de Caminhão	5	R\$ 2.100,00						
	Motorista de Ônibus	3	R\$ 2.200,34						
	Operador de Máquina	– Pequeno Porte - Nível I	3	R\$ 1.850,00					

		– Médio Porte - Nível II	3	R\$ 2.100,00						
		– Grande Porte - Nível III	2	R\$ 2.600,00						
-	TOTAL	40	-							

ANEXO VI

GRUPO IV – GRUPO OCUPACIONAL DE CARGOS ISOLADOS E EM EXTINÇÃO

Código	Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Vencimentos		
	Auxiliar Administrativo	1	R\$ 2.318,72		
	Bibliotecário	1	R\$ 2.753,48		
	Técnico em Contabilidade	1	R\$ 4.347,60		
	Técnico de Expediente	1	R\$ 2.753,48		
	TOTAL	04			

ANEXO VII

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO MANTIDOS, ALTERADOS, NOVOS, ISOLADOS OU EXTINTOS

Cargos Atuais	Cargos Mantidos, Alterados, Novos, Isolados e em Extinção ou Extintos								
Agente de Serviços Gerais	Agente de Serviços Gerais								
Agente Administrativo	Agente Administrativo								
Novo	Agente Comunitário de Saúde								
Assistente Social	Assistente Social								
Auxiliar Administrativo	Isolado e em extinção								
Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem								
Bibliotecário	Extinto								
Contador	Contador								
Controlador Interno	Controlador Interno								
Dentista	Odontólogo (alterado)								
Enfermeiro	Enfermeiro								
Engenheiro Sanitarista e Ambiental	Engenheiro Ambiental								
Farmacêutico	Farmacêutico								
Faxineiro	Faxineiro								
Fiscal de Tributos	Fiscal de Tributos								
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta								
Novo	Fonoaudiólogo								
Médico Clínico Geral	Médico Clínico Geral								
Médico Ginecologista/Obstetra	Extinto								
Médico Pediatra	Extinto								
Médico Veterinário	Médico Veterinário								
Merendeiro	Merendeiro								
Motorista de Ambulância	Motorista de Ambulância								
Motorista de Automóvel	Extinto								
Motorista de Caminhão	Motorista de Caminhão								
Motorista de Ônibus	Motorista de Ônibus								
Nutricionista	Nutricionista								
Operador de Motoniveladora	Operador de Máquinas								
Operador de Pá Carregadeira	Operador de Máquinas								
Operador de Retroescavadeira	Operador de Máquinas								
Operador de Trator de Esteiras	Operador de Máquinas								
Operador de Trator de Pneu	Operador de Máquinas								
Psicólogo	Psicólogo								
Técnico Agrícola	Técnico Agrícola								
Técnico de Expediente	Isolado e em extinção								
Técnico de Nível Superior	Técnico em Recursos Humanos								
Técnico de Tributos	Técnico de Tributos								
Técnico em Contabilidade	Isolado e em extinção								
Técnico de Enfermagem	Técnico de Enfermagem								
Técnico de Vigilância Sanitária	Técnico de Vigilância Sanitária								
Técnico em Informática	Técnico em Informática								
Tesoureiro	Técnico em Tesouraria								
ANEXO VIII									
PROGRESSÃO FUNCIONAL									

TABELA DE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO									
Classe	Tempo de Serviço	Progressão (%)							
A	3 anos	0%							
B	6 anos	3%							
C	9 anos	6%							
D	12 anos	9%							
E	15 anos	12%							
F	18 anos	15%							
G	21 anos	18%							
H	24 anos	21%							
I	27 anos	24%							

TABELA DE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO				
CLASSE	ANOS	Progressão (%)		
1	3 anos	0%		
2	6 anos	3%		
3	9 anos	6%		
4	12 anos	9%		
5	15 anos	12%		
6	18 anos	15%		
7	21 anos	18%		
8	24 anos	21%		
9	27 anos	24%		

ANEXO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

FUNÇÃO GRATIFICADA(FG)	VALOR
FG I – Serviços Gerais Estranhos a Competência Específica	380,00
FG II – Serviços Técnicos e/ ou Especiais Estranhos a Competência	650,00
FG III – Chefia e Assessoramento	1.000,00
FG IV - Direção, Serviços Técnicos e/ou Específicos com Nível Superior	1.300,00

ANEXO X DESCRIÇÃO SINTÉTICA DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

N.	CARGOS	DESCRIÇÃO		
ALFABETIZADO E SÉRIES INICIAIS				
1	Agente de Serviços Gerais	Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos; executar serviços de limpeza e manutenção de praças, ruas e ajardinamento de canteiros públicos, inclusive nas funções típicas de gari; executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das placas; manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outros relativos à segurança do órgão; receber, protocolar e entregar correspondências internas e externas; requisitar material necessário aos serviços; processar cópias de documentos; receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão; receber e transmitir mensagens; encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão; encarregar-se da limpeza e polimento dos veículos e máquinas; relatar as anormalidades verificadas; atender telefone e transmitir ligações; realizar pequenos trabalhos relacionados à construção civil, tais como alvenaria em geral, reparos hidráulicos, serviços de pavimentação, pintura, carpintaria; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho que estão sob sua responsabilidade; executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades do órgão.		
2	Faxineiro	Fazer trabalhos de limpeza nas diversas dependências dos prédios públicos ou nos locais determinados pela administração; proceder à conservação e manutenção de móveis, máquinas, equipamentos e materiais em geral; transportar volumes; zelar para que os materiais e equipamentos de cozinha estejam sempre em perfeitas condições de utilização, funcionamento, higiene e segurança; fazer trabalhos de zeladoria, como ronda de inspeção em intervalos fixados, adotando providências pendentes a evitar roubos, incêndios e danificações nos edifícios e materiais sob sua guarda; fiscalizar a entrada e a saída de pessoas e veículos pelos portões ou portas de acesso ao local que estiver sob sua responsabilidade; manter livre de contaminação ou deterioração os víveres sob sua guarda; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho que estão sob sua responsabilidade; executar outras tarefas afins.		

3	Merenda	Verificar a ordem e a limpeza do local de trabalho antes de iniciar o serviço, bem como a existência dos utensílios necessários; consultar o cardápio diário, verificando se os gêneros alimentícios necessários a sua confecção estão devidamente separados; orientar e ajudar os auxiliares, se houver, sobre o pré-preparo dos gêneros; preparar refeições para funcionários públicos nas cozinhas da prefeitura, quando necessário; fazer o pré-preparo de carnes; fazer o preparo de arroz, feijão, grelhados, assados e/ou frituras; preparar merendas nas cozinhas municipais, preparando previamente os ingredientes nas quantidades adequadas, com base em cardápios indicados pelo nutricionista ou em dietas pré-estabelecidas, cozinhando, temperando e controlando tempo de cozimento e dosagem de ingredientes, para posterior distribuição aos comensais; colocar, à disposição dos usuários, talheres, bandejas, pratos, copos e outros; observar e manter as condições de higiene da cozinha e utensílios, bem como sua fiscalização e conservação; receber e conferir alimentos para preparo das refeições e merendas, verificando sua quantidade e qualidade; efetuar registros e controles relativos a merendas e refeições distribuídas, consumo de gêneros alimentícios e materiais de limpeza, solicitando sua requisição quando necessário; executar outras tarefas afins e correlatas quando determinadas pelo superior hierárquico.
4	Motorista de Ambulância	Dirigir veículos automotores, incluídos os utilitários, de transporte de pessoas e materiais, e conduzir enfermos nas ambulâncias ou micro-ônibus em transporte municipal e fora do Município; proceder a abastecimento, conservação e manutenção do veículo, verificando óleo, água, estado de funcionamento e pneus; realizar serviços de transporte e entrega de documentos, materiais e volumes em expedientes externos junto a estabelecimentos e repartições diversas; efetuar pequenos reparos no veículo sob a sua responsabilidade; limpar, lavar e manter sempre o veículo em condições de trafegabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o veículo sob a sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; auxiliar na carga e descarga de materiais ou equipamentos; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e informar ao chefe imediato a regularidade da documentação do veículo; executar as tarefas em conformidade com a legislação pertinente, respondendo pelas infrações cometidas; executar outras tarefas afins; manter atualizados todos os documentos que devem ser preenchidos dentro de sua função.
5	Motorista de Caminhão	Dirigir caminhões, zelando pelas cargas, conduzindo-os até local de destino, respeitando as regras de trânsito, bem como adotando medidas cabíveis na solução e prevenção de qualquer incidente; realizar limpeza do veículo quando necessário, bem como abastecê-lo com mercadorias e/ou outros materiais; vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo; evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo-as com documentos de recebimento ou entrega; prestar socorro mecânico e/ou guinchar veículos, quando necessário, bem como operar comandos e/ou mecanismos do veículo, possibilitando a execução da tarefa necessária; preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente; zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda; estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade; realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.
6	Motorista de Ônibus	Dirigir ônibus, zelando pela segurança de passageiros, valores e/ou cargas, conduzindo-os até local de destino, respeitando as regras de trânsito, bem como adotando medidas cabíveis na solução e prevenção de qualquer incidente; realizar a limpeza do ônibus que se encontra sob a sua responsabilidade; auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário, bem como abastecer o veículo com mercadorias e/ou outros materiais; vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo; evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo-as com documentos de recebimento ou entrega; prestar socorro mecânico e/ou guinchar veículos, quando necessário, bem como operar comandos e/ou mecanismos do veículo, possibilitando a execução da tarefa necessária; preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente; zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda; estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade; realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.
7	Operador de Máquinas	Pequeno Porte - Nível I - Operação de máquinas na execução de serviços públicos (pá carregadeira, retroescavadeira, minicarregadeira, miniescavadeira e trator de pneus e outros de pequeno porte); manutenção, limpeza e conservação do equipamento e local de trabalho que estão sob sua responsabilidade; pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; comunicação ao chefe imediato da ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob a sua responsabilidade; controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; atualização da sua Carteira Nacional de Habilitação e documentação da máquina; direção de veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; execução de outras tarefas afins; limpeza da máquina que se encontra sob a sua responsabilidade.

		Médio Porte - Nível II - Operação de máquinas na execução de serviços públicos (rolo compactador, escavadeira hidráulica até 15 toneladas e motoniveladora); manutenção, limpeza e conservação do equipamento e local de trabalho que estão sob sua responsabilidade; pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; comunicação ao chefe imediato da ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob a sua responsabilidade; controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; atualização da sua Carteira Nacional de Habilitação e documentação da máquina; direção de veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; execução de outras tarefas afins; limpeza da máquina que se encontra sob a sua responsabilidade.			
		Grande Porte - Nível III - Operação de máquinas na execução de serviços públicos (escavadeira hidráulica acima de 15 toneladas e trator de esteira); manutenção, limpeza e conservação do equipamento e local de trabalho que estão sob sua responsabilidade; pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; comunicação ao chefe imediato da ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob a sua responsabilidade; controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; atualização da sua Carteira Nacional de Habilitação e documentação da máquina; direção de veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; executar outras tarefas afins; e limpeza da máquina que se encontra sob a sua responsabilidade.			
ENSINO MÉDIO					
1	Agente Administrativo	Executar serviços internos e externos, entregando e/ou afixando documentos, correspondências, jornais e pequenos volumes, dirigindo-se aos locais indicados; executar serviços de apoio administrativo nos diversos órgãos e unidades da Administração Pública Municipal; entregar e receber documentos, assinando ou solicitando protocolo, para comprovar a execução do serviço; efetuar pequenas compras e pagamentos do órgão; auxiliar em serviços de escritório, separando e carimbando documentos, preparando etiquetas e realizando outras tarefas, sob orientação; atender pessoas, prestando-lhes as informações necessárias e encaminhando-as aos locais solicitados; anotar recados e telefonemas, comunicando posteriormente aos interessados; processar cópias de documentos; dirigir veículos leves e motocicleta, quando solicitado pela chefia imediata; realizar demais serviços relativos aos expedientes gerais.			
2	Agente Comunitário de Saúde	Realizar visitas domiciliares, dialogando com a população, observando o ambiente físico, avaliando as condições de higiene, verificando a existência de animais, observando o relacionamento entre os membros da família, detectando problemas de saúde e sociais, acompanhando o crescimento e desenvolvimento das crianças, acompanhando a evolução da gestação, realizando encaminhamentos para serviços de saúde, aferindo pressão arterial quando necessário, hidratando crianças em casos de desidratação leve, realizando esclarecimentos gerais sobre saúde bucal, entre outros, visando proporcionar um bom atendimento à comunidade, averiguando suas necessidades; orientar a comunidade para a promoção da saúde, instruindo pacientes acerca de tratamento médico, casos sobre planejamento familiar, adolescentes sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada, família sobre cuidados com bebês, parto e pós-parto, amamentação, vacinas, acidentes domésticos, alimentação, combate a insetos e roedores, entre outros, visando supri-los com informações pertinentes, que contribuam na melhoria da qualidade de vida; promover educação sanitária e ambiental, prestando esclarecimentos sobre o tratamento e o destino de dejetos, identificando os tipos de fossa existentes e orientando para a construção do tipo de fossa adequado, ensinando e demonstrando o acondicionamento correto e o destino adequado do lixo, conscientizando sobre a criação de animais, qualidade da água consumida, limpeza de caixas de águas, poços e fontes, entre outros, visando divulgação das condições básicas de higiene; rastrear focos de doenças, visitando o local do foco, verificando suas condições e as fontes de risco e informando aos órgãos competentes, coletando material para análise, repassando noções básicas sobre os cuidados na prevenção e tratamento de doenças infectocontagiosas e verminoses em geral; auxiliar em programas de promoção e proteção da saúde, atuando isoladamente ou com outros profissionais, em atendimentos grupais, individuais, ou por meio de visitas domiciliares, prestando serviços de suporte, de modo a colaborar no alcance dos objetivos propostos nesses programas; atuar junto a alunos da rede municipal de ensino na execução de programas de controle e promoção da saúde, orientando nas ações de higiene pessoal e primeiros socorros, verificando acuidade visual, controlando níveis de escabiose e pediculose, prevenindo contra doenças infectocontagiosas e acidentes, bem como encaminhando à rede básica de saúde as crianças que necessitem de ação médica; participar de campanhas preventivas, auxiliando em campanhas de vacinação, preparando o material de apoio, distribuindo material educativo, distribuindo preservativos, distribuindo material preventivo, clorando a água, convidando para participar de palestras, entre outros; promover comunicação entre unidades de saúde, autoridades e comunidade, participando de grupos e comitês representativos, encaminhando as reclamações da população, dando subsídio para os conselhos que elaboram políticas públicas, discutindo nos conselhos as necessidades e carências da comunidade, promovendo encontros e reuniões com autoridades; contribuir para o pleno funcionamento do ambiente de trabalho, materiais utilizados, organização e limpeza, mantendo a ordem, controlando e atualizando fichários, arquivos, formulários, fichas, recibos, consultas e outros, bem como realizando pedido de materiais de consumo, recebendo-os e conferindo-os; representar a Secretaria Municipal em que está lotado, quando solicitado; realizar outras atribuições compatíveis com sua área de atuação.			
3	Técnico Agrícola	Executar tarefas de caráter técnico relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agropecuários, orientando os agricultores nas tarefas de preparação do solo, plantio e beneficiamento de espécies vegetais, combate a parasitas e outras pragas, para auxiliar os especialistas de formação superior no desenvolvimento da produção agrícola e pecuarista; exercer as atividades e funções inerentes à profissão, de acordo com as normas técnicas; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho.			

4	Técnico de Tributos	<p>Prestar atendimento aos contribuintes, por meio de atendimento pessoal ou via telefone, esclarecendo dúvidas e informações, sempre que solicitado; oferecer assessoramento referente a sua formação técnica, organizando e coordenando trabalhos, instruindo servidores, acompanhando resultados e cumprimentos de objetivos; realizar consultas de cadastros, documentos e processos, a fim de possibilitar o andamento das solicitações de isenções de impostos para aposentados pensionistas do Município; possibilitar o fluxo dos processos em assuntos da Fazenda, emitindo pareceres, analisando variáveis e implicações, consultando normas, legislações, entre outros, sempre que necessário; fornecer subsídios para análises e tomadas de decisões, desenvolvendo e alimentando planilhas, gráficos, comparativos e demonstrativos referentes à receita municipal; promover a organização do banco de informações, manter atualizados todos os cadastros pertinentes ao setor, elaborando e/ou digitando memorandos, ofícios, guias de recolhimento e outros relacionados à área, garantindo sua expedição e/ou arquivamento; efetuar a inscrição de dívidas ativas, emitindo certidões, avisos de débitos e alvarás de funcionamento; orientar e informar bancos a respeito de cobranças de tributos; realizar análises de devoluções e desenvolvimento de processos relativos a tributos pagos indevidamente; calcular impostos e taxas, bem como elaborar e controlar pagamentos de parcelamento de dívidas; enquadrar empresas em relação a sua atividade econômica; elaborar recursos administrativos para interposição junto à Secretaria Estadual da Fazenda; realizar auditoria dos movimentos econômicos, por meio da análise de movimentações, processos, análise de livros fiscais, bem como prestar assessoria ao controle interno da Secretaria de Administração e Finanças; atender à fiscalização municipal, estadual e federal, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos solicitados; guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade; e realizar outras atribuições conforme sua formação profissional.</p>		
5	Técnico de Enfermagem	<p>Preparar pacientes para consultas e exames, orientando-os sobre suas condições de realização, para facilitar a atividade médica; realizar e registrar exames, posicionando adequadamente o paciente, manejando os dispositivos necessários segundo instruções médicas ou de enfermagem; orientar e auxiliar pacientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde; verificar em unidades hospitalares os sinais vitais e as condições gerais dos pacientes, segundo prescrição médica e de enfermagem; coletar leite materno no lactário ou no domicílio; colher e/ou auxiliar paciente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação médica ou de enfermagem; cumprir e fazer cumprir o código de ética e deontologia de enfermagem; cumprir as medidas de prevenção e controle de infecção hospitalar; auxiliar nos exames admissionais, periódicos e demissionais, quando solicitado; efetuar o controle diário do material utilizado, anotando quantidade e tipo e sua reposição; realizar visitas domiciliares; cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem; auxiliar o paciente em suas necessidades e solicitações; realizar imobilização do paciente mediante orientação do enfermeiro; realizar os cuidados com o corpo após a morte; realizar registros das atividades do setor, ações e fatos acontecidos com pacientes e outros dados, para realização de relatórios e controle estatístico; preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica; montar, circular a sala de cirurgia e instrumentar cirurgias, se necessário; executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização do material e equipamento, bem como seu preparo, armazenamento e distribuição; realizar procedimentos técnicos prescritos pelo médico ou pelo enfermeiro utilizando técnicas assépticas; e executar outras tarefas correlatas, sob supervisão do enfermeiro.</p>		
6	Técnico de Vigilância Sanitária	<p>Realizar inspeções sanitárias e vistorias sanitárias nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios ou outros relacionados direta ou indiretamente com a saúde, para concessão de alvará sanitário inicial, revalidação do alvará sanitário, selo de qualidade e/ou deferimento de consultas, inspecionando as condições físicas, higiênicas e sanitárias, visando garantir o cumprimento da legislação municipal, estadual e federal; fiscalizar os bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionam com a saúde, envolvendo todas as etapas e processos da produção até o consumo, compreendendo matérias-primas, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos e medicamentos, saneantes, domissanitários, produtos químicos, produtos agrícolas, produtos biológicos, drogas veterinárias, águas, bebidas, agrotóxicos, biocidas, sangue, hemoderivados, órgãos, correlatos, tecidos, leite humano, equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, insumos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, entre outros de interesse à saúde, visando garantir o cumprimento da legislação municipal, estadual e federal; fiscalizar, controlar e orientar a prestação de serviços que se relacionem, direta ou indiretamente, com a saúde, abrangendo, entre outros, serviços médico-hospitalares, veterinários, odontológicos, farmacêuticos, clínico-terapêuticos, diagnósticos, hemoterápicos, de radiações ionizantes e não ionizantes e de controle de vetores e roedores, visando garantir o cumprimento da legislação municipal, estadual e federal, em níveis de ações básicas de média e alta complexidade; executar ações de fiscalização e controle sobre o meio ambiente, estabelecendo relações entre os vários aspectos que interferem na sua qualidade, compreendendo tanto o ambiente e o processo de trabalho como habitação, lazer e outros, sempre que impliquem riscos à saúde, como aplicação de agrotóxico, edificações, parcelamento do solo, saneamento urbano e rural, lixo domiciliar, comercial, industrial e hospitalar, visando garantir o cumprimento da legislação municipal, estadual e federal; realizar a coleta de água, alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos de interesse à saúde para análise fiscal, de orientação e laboratorial; fiscalizar e orientar, baseado na legislação em vigor, os dizeres dos rótulos, bulas, prospectos de medicamentos e produtos de interesse da Vigilância Sanitária; fiscalizar e orientar o controle das prescrições de receitas de medicamentos e outras terapias, quanto à habilitação profissional legal, como tipo de talonário, quantidades e outras especificações previstas em lei; apreender, interditar em depósito, inutilizar ou coletar produtos, conforme determinação do Ministério da Saúde ou da Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, quando necessário.</p>		

7	Técnico em Tesouraria	<p>Desempenhar atividades relacionadas à execução financeira do Município, envolvendo todas as unidades gestoras da Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fundos Municipais, em conformidade com as normas de tesouraria e de contabilidade pública; realizar o acompanhamento dos recebimentos e pagamentos diários, disponibilizando informações gerenciais de tesouraria, para prover nos bancos recursos suficientes para os compromissos diários; realizar controle de informações financeiras oriundas de todos os departamentos do ente municipal, devidamente integrado com a Contabilidade e Arrecadação de Tributos; realizar pagamentos a fornecedores; realizar o mapa de vencimentos, emissão de cheques, operações bancárias; planejar a tesouraria, permitindo projetar temporariamente todas as receitas e despesas de recursos próprios ou vinculados; realizar outras atribuições correlatas, conforme demanda e solicitação do superior imediato; orientar as atividades desenvolvidas pelos demais servidores das seções financeiras no desenvolvimento de suas atribuições; elaborar o Resumo Diário de Caixa; assinar cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas; fazer conciliações bancárias e ordens de pagamento; efetuar depósitos, transferências e levantamentos, tendo atenção à rentabilização dos valores; assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registro no Diário de Caixa e no Resumo de Tesouraria; enviar diariamente à Contabilidade os originais e duplicados da Folha de Caixa (Diário de Tesouraria) e do Resumo Diário de Tesouraria, acompanhados dos duplicados das Guias de Recebimento (Guias de Receita), e de todos os restantes documentos à chefia imediata; recepcionar os duplicados dos Diários de Caixa e dos Resumos de Tesouraria e arquivá-los; montar, numerar e rubricar pastas diárias; arquivar documentos e pastas; executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira; efetuar pagamentos; ser responsável pelos valores entregues à sua guarda; movimentar fundos; efetuar, nos prazos legais, os recolhimentos devidos; conferir e rubricar livros; informar, dar pareceres e encaminhar processos relativos à competência da Tesouraria; confeccionar mapas de arrecadação; organizar o boletim da Tesouraria; realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional; alimentar sistema de informática existente ou que venha a ser implantado; encaminhar informações via sistema a órgãos fiscalizadores; portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza e ética, sendo discreto, observando e respeitando as normas do Município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado.</p>
8	Técnico em Informática	<p>Instalar, configurar e prestar manutenção lógica e/ou suporte aos equipamentos de comunicação de dados (ativos de rede), de toda a rede de dados do município, de acordo com as políticas de segurança, obedecendo a topologia estabelecida para a rede, visando sua estabilidade funcional e eficiência.</p> <p>Elaborar procedimentos de cópia de segurança e recuperação de informações, executando rotinas, definindo normas, perfil de usuários, padronizando códigos de usuários e tipos de autenticações, bem como monitorando o uso do ambiente computacional, com o intuito de resguardar a confidencialidade e segurança das informações/dados no ambiente de rede da Prefeitura.</p> <p>Diagnosticar problemas, atender e orientar usuários, registrar solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções e eliminar falhas, provenientes das Secretarias, fornecendo informações e suporte, bem como acompanhando a solução, a fim de manter o fluxo das atividades no que tange aos serviços informatizados.</p> <p>Pesquisar e apresentar propostas de aquisição de equipamentos de informática, visando prever e/ou solucionar problemas, bem como maximizar os resultados da área e/ou auxiliar tecnicamente nos procedimentos licitatórios necessários.</p> <p>Definir parâmetros de desempenho e disponibilidade de ambiente computacional, coletando indicadores de utilização, analisando parâmetros de disponibilidade, indicadores de capacidade e desempenho, entre outros, de modo a prevenir falhas.</p> <p>Controlar e documentar níveis de serviços, tanto internos quanto de fornecedores, automatizando rotinas, definindo procedimentos de migração, a fim de assegurar atualizações na área, conforme demanda e indicação dos superiores.</p> <p>Instalar e manter os softwares necessários para o correto funcionamento de servidores, tais como: Banco de Dados, correio eletrônico, web, aplicações, autenticação, entre outros.</p> <p>Montar e prestar manutenção a equipamentos, bem como instalar os sistemas utilizados pelas unidades de serviços do Município, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos pelos superiores. Treinar os usuários nos aplicativos de informática, dando suporte na solução de pequenos problemas em equipamentos e sistemas de informação e comunicação. Preparar inventário do hardware existente, controlando notas fiscais de aquisição, contratos de manutenção e prazos de garantia. Preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.</p>

NÍVEL SUPERIOR				
1	Assistente Social	<p>Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública direta e indireta, entidades e organizações populares dos Municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a legislação municipal, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população; elaborar e/ou executar programas e projetos de geração de renda, bem como orientar os usuários quanto à importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho; proporcionar, por meio de intervenção profissional, junto aos usuários e suas famílias, a discussão de seu projeto de vida, visando a busca de alternativas que venham a construir sua autonomia; alimentar sistemas de informática existentes ou que venham a ser instalados/implantados, visando a cadastro de pessoas, controle, acompanhamento, processos, atendimentos e outros; alimentar sistemas de informática de órgãos fiscalizadores; auxiliar na elaboração de lista de materiais/equipamentos para aquisições, contendo orçamentos e descrição completa dos itens, bem como quantidades e unidades; atividade profissional no campo do serviço social, na viabilização de ações assistenciais, com a aplicação dos princípios e técnicas pertinentes à área, aplicadas ao exame e solução dos problemas de ordem socioeconômica; planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área do desenvolvimento comunitário; participar do desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar, junto à equipe de saúde, a situação social do indivíduo e sua família; fornecer dados sociais para a elucidação de diagnósticos médicos e periciais; diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidade, grupos e indivíduos de atingir um nível satisfatório de saúde; desenvolver atividades que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, por meio da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais; mobilizar recursos da comunicação, para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população; prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividades do Serviço Social; participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde; orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições; esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação, e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar, facilitar e assessorar a elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões; planejar políticas sociais; elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades; pesquisar a realidade social; realizar estudo socioeconômico; pesquisar interesses da população, perfil dos usuários, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; monitorar as ações em desenvolvimento; acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar o cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar a satisfação dos usuários; articular recursos disponíveis: identificar equipamentos sociais disponíveis na instituição; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação de desempregados; desempenhar tarefas administrativas; cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos; utilizar recursos de informática; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; efetuar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais; dar informações e pareceres sobre materiais específicos; assistir menores, incapazes, doentes mentais, idosos etc; prestar serviços de âmbito social aos carentes e seus familiares, a fim de promover o bem-estar social; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho.</p>		
2	Contador	<p>Atuar em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de programas relativos à área de contabilidade; organizar e dirigir os serviços de contabilidade envolvendo todas as unidades gestoras da Prefeitura, Câmara Municipal de Vereadores e Fundos Municipais, planejando, supervisionando, orientando e participando da execução, de acordo com as exigências legais e administrativas; planejar os sistemas de registros e operações contábeis, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais; proceder à análise de contas; proceder ou orientar a classificação e avaliação das despesas; elaborar e analisar relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade; assessorar sobre problemas contábeis especializados da instituição, dando pareceres sobre práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação dos setores; elaborar e assinar balanços, balanços e demonstrativos econômicos financeiros; participar de projetos multidisciplinares que visem ao aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira da instituição; elaborar a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas; realizar treinamento na área de atuação, quando solicitado; solicitar certidões negativas de débitos a órgãos federais e estaduais; atuar na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior; operar equipamentos e sistemas de informática e outros, alimentar sistemas de informática, encaminhar via sistema informações a órgãos fiscalizadores; instruir os técnicos de contabilidade, orientando a realização de suas funções; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho que estão sob sua responsabilidade.</p>		

3	Controlador Interno	<p>Coordenar as atividades relacionadas ao Sistema de Controle Interno, promover a sua integração operacional e expedir atos normativos sobre procedimentos de controle; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, centralizando, a nível operacional, o relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, respondendo pelo encaminhamento das prestações de contas anuais; atender técnicos do controle externo; receber diligências e coordenar atividades para a elaboração de respostas; acompanhar a tramitação dos processos e coordenar a apresentação de recursos; assessorar a Administração Pública Municipal nos aspectos relacionados aos controles interno e externo e à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres; interpretar e pronunciar-se em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial; medir e avaliar eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelos Órgãos Setoriais do Sistema, por meio do processo de auditoria, a ser realizada nos Sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais sistemas administrativos da Administração Direta do Município, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles; avaliar, a nível macro, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos do Município, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos; acompanhar a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas nas ações e serviços públicos de saúde; estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; verificar a observância dos limites e condições para a realização de operações de crédito e sobre a inscrição de compromissos em Restos a Pagar; efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais, nos termos dos art. 22 e 23 da Lei Complementar n. 101/00; efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme o disposto no art. 31 da Lei Complementar n. 101/00; aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar n. 101/00; efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos da Emenda Constitucional n. 25; exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar n. 101/00, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos; participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos do Município; manter registros sobre composição e atuação das comissões de licitações; manifestar-se, quando inquinado pela Administração Pública Municipal, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres; propor melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da Administração Pública Municipal, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações; instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal; alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas, ou ainda quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos; dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a Administração Pública Municipal não tomou as providências cabíveis, visando à apuração de responsabilidade e ao ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário; revisar e emitir relatório sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos órgãos da Administração Direta, pelas Autarquias e pelas Fundações, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; executar outras tarefas correlatas.</p>
---	---------------------	---

4	Enfermeiro	<p>Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Enfermagem visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população; organizar e dirigir os serviços de Enfermagem e suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras de serviços, quando designado; planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem, visando o cumprimento de padrões e normas preestabelecidos; prestar consultas e cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica que exijam conhecimento científico adequado e capacidade de tomar decisões imediatas, bem como acompanhar a emissão de parecer sobre a matéria de Enfermagem; prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programa de Saúde Pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, bem como assistência de enfermagem; participar nos programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, bem como de programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais; participar nas bancas examinadoras, em matérias específicas de Enfermagem, nos cursos para provimento do cargo ou contratação de Enfermeiro, ou profissional Técnico ou Auxiliar de Enfermagem; promover ações inter setoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; incentivar a formação e ou participação ativa da comunidade nos Conselhos Locais, Regionais e Municipal de Saúde; contribuir para que as ações de saúde estejam em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e do plano Municipal de saúde; possibilitar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde e vigilância, sempre que necessário, colaborando na elaboração, desenvolvimento e implementação de programas no seu campo de atuação; participar no processo de aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos, entre outros, necessários para assistência à saúde; viabilizar a resolutividade dos tratamentos, acompanhando os usuários nos processos dos atendimentos elaborando documentos, prontuários e outros, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados; proporcionar a disseminação do conhecimento, coordenando e desenvolvendo ações inter setoriais e parcerias com empresas e organizações privadas ou públicas, jornais entre outros; preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros; contribuir com conhecimentos de sua área técnica de formação para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para plena assistência à saúde, bem como participar dos procedimentos de vigilância sanitária à saúde e de vigilância epidemiológica para a população; portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado; utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde; zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho; conduzir veículos; realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.</p>		
5	Engenheiro Ambiental	<p>Promover educação ambiental, controle da qualidade ambiental (redes de monitoramento e vigilância); gestão e tratamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos; pesquisa operacional e estudo de poluição da água, ar e solo; análise de riscos e impactos ambientais, além do estudo de indicadores ambientais; estudo de energias renováveis e alternativas e planejamento energético; estudo de tecnologias limpas e valorização de resíduos; análise de auditorias ambientais; gestão e planejamento do uso de áreas urbanas; gestão de recursos hídricos e ordenamento de territórios; diagnóstico do meio físico e biológico, procurando prover meios para sua conservação, pela educação, planejamento, prevenção e proteção dos recursos naturais renováveis e não-renováveis; desenvolvimento de atividades associadas a gestão e manejo de resíduos e efluentes; planejamento do espaço; gerenciamento dos recursos hídricos; desenvolvimento de alternativas de uso dos recursos naturais, estabelecendo padrões educativos e técnicos para estimular a convivência sociedade-natureza; compreensão dos aspectos educacionais, tecnológicos, culturais, éticos e sociais da gestão ambiental, estabelecendo os fundamentos da sustentabilidade; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas correlatas.</p>		
6	Farmacêutico	<p>Fazer manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender à produção de remédios e outros preparados; subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário médico, para recuperar ou melhorar o estado de saúde de pacientes; controlar drogas e produtos equiparados, anotando sua venda em regras, guias e livros, segundo os receituários devidamente preenchidos, para atender aos dispositivos legais; analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração, ou seus insumos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento; analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos, para controlar sua pureza, qualidade e atividade terapêutica; efetuar análise bromatológica de alimentos, valendo-se de métodos, para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade, com vistas ao resguardo da saúde pública; fiscalizar com a Vigilância Sanitária as farmácias, drogarias e indústrias químico-farmacêuticas quanto ao aspecto sanitário, fazendo visitas periódicas e autuando os infratores, se necessário, para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente; assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica, a fim de fornecer subsídio para a elaboração de ordem de serviço, portarias, pareceres e manifestos; fazer relatório mensal dos trabalhos realizados; controlar a manutenção de níveis de estoques dos materiais da farmácia e do laboratório, suficientes para o desenvolvimento das atividades; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.</p>		

7	Fiscal de Tributos	Exercer fiscalização nas empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços, e concessões públicas no pertinente a aplicação e cumprimento das disposições legais e de competência municipal; exercer fiscalização nas empresas e concessões públicas, fazendo notificações, autuações, registrando e comunicando irregularidades; exercer o controle das atividades decorrentes de concessões públicas; efetuar sindicâncias para verificação das alegações dos contribuintes, decorrentes de requerimentos de revisões, isenções, imunidades e pedidos de baixa de inscrição; efetuar levantamentos fiscais nos estabelecimentos sujeitos a tributação municipal, orientando os contribuintes quanto à legislação tributária municipal, inclusive quanto ao exercício regulador do poder de polícia; intimar contribuintes ou responsáveis, lavrando autos de infração; proceder a diligências, prestar informações e emitir pareceres; elaborar relatórios e boletins estatísticos, prestando informações em processos relacionados com sua área de competência; auxiliar em estudos, visando a aperfeiçoamento e atualização dos procedimentos fiscais; executar outras atividades correlatas.		
8	Fisioterapeuta	Executar métodos e técnicas prescritas pelos médicos e sob a supervisão destes, com a finalidade de auxiliar na restauração, conservação ou desenvolvimento da capacidade física do paciente, diminuída por doença ou lesões; execução desses métodos em pacientes com lesões músculo-ostearticulares em fase de recuperação ou em pacientes pneumológicos que necessitam de terapia física; compreender a efetivação final de uma prescrição médica nos seus aspectos de movimentação de paciente, manipulação de aparelhos e supervisão de exercícios juntamente com outra forma de terapia; executar serviços de fisioterapia em hospitais, ambulatorios e seções próprias; informar o médico e solicitar orientação sobre o quadro inicial e a evolução ou não do paciente, assessorando quanto às questões relativas a sua competência; atender a consultas fisioterápicas em ambulatorios e unidades sanitárias; ajudar a restabelecer deficiências musculares; recuperar pessoas que apresentam dificuldades motoras associadas ou não a problemas mentais; desenvolver programas de prevenção educativa ou recreativa que tenham por objetivo a readaptação física ou mental dos incapacitados.		
9	Fonoaudiólogo	Avaliar as deficiências do cliente, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico; encaminhar o cliente ao especialista, orientando este e fornecendo-lhe indicações, para solicitar parecer quanto ao melhoramento ou possibilidade de reabilitação; emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade da reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios para complementar o diagnóstico; programar, desenvolver e supervisionar o treinamento de voz, fala, linguagem, expressão de pensamento verbalizado, compreensão do pensamento verbalizado e outros, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, empostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitar o cliente; opinar quanto às possibilidades fonatórias e auditivas do indivíduo, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação específicas, para possibilitar a seleção profissional ou escolar; participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer de sua especialidade para estabelecer diagnóstico e tratamento; assessorar autoridades da instituição, preparando informes e documentos em assuntos de fonoaudiologia, a fim de possibilitar subsídios para elaborar pareceres, portarias e outros; colaborar, quando solicitado, com as equipes de atuação-supervisão do estágio supervisionado em psicologia para efeitos diagnósticos, de tratamento, de planejamento e de programação de ações destinadas a atender necessidades das populações atendidas, em sua área de conhecimento; efetuar exames audiológicos; providenciar, recomendar e/ou realizar tratamentos especializados; participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; preencher os relatórios de comprovação de atendimentos; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.		
10	Médico Clínico Geral	Trabalho inerente à profissão, segundo os princípios e técnicas inerentes à medicina; incluindo: atendimento às consultas e aos pacientes hospitalizados, fazendo as anotações devidas; orientação aos pacientes, como seres integrais e sociais; notificação de doenças, nos termos da lei; orientação de enfermeiros, residentes e estagiários; participação em reuniões de trabalho, conferências médicas e de desenvolvimento de recursos humanos e outras atividades correlatas; execução de tarefas a partir de objetivos previamente definidos na área médica de sua especialização; auxílio na elaboração e execução de estudos, planos e projetos, dentro da área médica de sua especialização; interpretação de documentos, segundo sua especialização, para atender às necessidades do serviço; avaliação da capacidade física e mental das pessoas; avaliação de laudos e exames médicos ou de especialistas; realização de vistorias e emissão de laudos médicos relativos à capacidade das pessoas; exame de processos e procedimentos de interesse do Município; prescrição de medicamentos; aplicação de recursos da medicina preventiva e terapêutica para promover, preservar e recuperar a saúde dos servidores e membros da instituição; elaboração de prontuário médico; elaboração de pareceres da sua área específica quando a situação de saúde e /ou jurídica assim exigir; execução de outras tarefas correlatas; participação em programas de atendimento à população atingida por calamidade pública; integração com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; realização de estudos e inquéritos sobre os níveis das comunidades e sugestão de medidas destinadas à solução dos problemas levantados; participação na elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva; participação em atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde; participação em eventos que visem a seu aprimoramento técnico-científico e que atendam aos interesses da instituição; fornecimento dos dados estatísticos de suas atividades; participação em treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior; notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local; opinião a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade; direção de veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; organização, limpeza e conservação dos materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenho de outras tarefas afins.		

11	Médico Veterinário	<p>Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública direta e indireta, entidades e organizações populares dos Municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Medicina Veterinária; promover a saúde pública, realizando controle e análise de zoonoses, levantando dados por meio da fiscalização, investigação, orientação, realizando vistorias, apreensão, inutilização de cozinhas, abatedouros, açougues, comércio, veterinárias, indústrias, criadouros, entre outros; colaborar com a diminuição de contaminações ambientais, por meio de fiscalizações em depósitos de lixo, terrenos baldios, lençóis freáticos, efluentes, solos, residências urbanas e rurais, entre outros; realizar atendimento clínico em animais, bem como realizar cirurgias veterinárias; propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de vigilância à saúde, sempre que necessário, bem como encaminhando, requerendo pareceres técnicos e/ou exames complementares, de outros profissionais de saúde, quando necessários; acompanhar e orientar equipes de fiscalização e inspeção sanitária no abate de bovinos, suínos, aves e outros, a fim de determinar a destinação do animal que se tem como finalidade o consumo e a industrialização, conforme normatização da legislação vigente; orientar quanto ao preparo tecnológico dos alimentos de origem animal, elaborando e executando projetos para assegurar a qualidade desses alimentos; realizar profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, por meio de exames clínicos e laboratoriais, colhendo material e/ou procedendo à análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica, estabelecendo o diagnóstico e a terapêutica apropriada, a fim de assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais; contribuir, com conhecimentos da área de Medicina Veterinária e afins, para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a plena assistência à saúde; elaborar e supervisionar o planejamento e a execução de projetos de licenciamento ambiental, avaliando impactos, riscos de contaminações, entre outros; responder tecnicamente pelos estabelecimentos municipais que comercializam e distribuem medicamentos e produtos veterinários; receber e investigar denúncias relacionadas à vigilância sanitária, emitindo laudos, acionando a vigilância sanitária e demais órgãos competentes, a fim de assegurar a regularização das condições de higiene e saúde; atuar na prevenção de riscos de agravos à saúde da população, por meio de visitas in loco, verificando e realizando denúncias, bem como orientando uma equipe capacitada, a fim de contribuir com a diminuição e a erradicação de focos de vetores, roedores, raiva animal, entre outros; prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias; planejar e desenvolver programas de sobrevivência de espécies animais; adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria, Fundação ou Autarquia em que está lotado, referentes a sua área de atuação, fornecendo subsídios para planejamento e execução das Políticas de Promoção e Prevenção em Saúde; articular informações, juntamente com profissionais de outras áreas e instituições, públicas ou privadas, preparando informes, atestados, laudos, pareceres e demais documentos, a fim de possibilitar o entendimento global das ações referentes a sua atribuição técnica; promover a melhoria e o aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais, subsidiando decisões e ações, bem como participando efetivamente de seus processos de planejamento e avaliação; colaborar com a formação e o aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; atender às diversas unidades do Município sobre assuntos e exigências técnicas, bem como constituir comissões, diretorias de associações e entidades de classe; realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.</p>
----	--------------------	---

12	Nutricionista	<p>Planejar, coordenar e supervisionar serviços ou programas de nutrição e alimentação da coletividade no âmbito da saúde pública, desenvolvendo campanhas educativas e outras atividades correlatas, a fim de contribuir para a criação de hábitos e regimes alimentares adequados entre a população e consequente melhoria da saúde coletiva; examinar o estado de nutrição do indivíduo ou do grupo, avaliando os diversos fatores relacionados com problemas de alimentação, como classe social, meio de vida e outros, para aconselhar e instruir a população; proceder a planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, para oferecer refeições balanceadas; exercer as atividades e funções inerentes à profissão, de acordo com as normas técnicas; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando no mínimo a adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas; respeitar os hábitos alimentares de cada localidade e a sua vocação agrícola; emitir orientações referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal, e do Município de Iomerê; calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos padrões de Identidade e Qualidade (PIQ) na elaboração dos cardápios; planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias, bem como fazer lista contendo a relação de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar, contendo quantidades e discriminação completa; os quantitativos solicitados devem ter por base o constante no cardápio previamente elaborado e aprovado pelo CEA, devendo o cardápio conter os valores nutricionais por porção e o custo aproximado por porção, com base nos preços praticados no mercado, conforme pesquisa prévia de preços dos itens; elaborar lista de itens que devem ser adquiridos da Agricultura Familiar, contendo quantitativos, descrição completa dos itens, valores unitários e totais, bem como planilha informando o período(mês) e as quantidades que serão solicitados do item durante o ano, com base no cardápio elaborado e aprovado pelo CEA; planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da concorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliação e aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados; estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado no PNAE; elaborar o plano de trabalho anual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) municipal, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições; elaborar o Manual de Boas Práticas de Fabricação para o Serviço de Alimentação nas escolas da rede municipal de ensino; desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental; interagir com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no exercício de suas atividades; coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição da comunidade escolar; articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição; assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PNAE; participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, segundo os padrões de identidade e qualidade, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para sua participação no processo de aquisição dos alimentos; elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio; orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios; participar de eventos sempre que solicitado; contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição; colaborar, quando solicitado, na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e capacitação; comunicar aos responsáveis legais, e no caso de inércia destes, à autoridade competente, quanto à existência de condições do PAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade; acompanhar e auxiliar na preparação e distribuição das refeições aos alunos; tratar todos com delicadeza e amabilidade, respeitando as preferências alimentares, oferecendo alimentos, sem forçar a ingestão de alimentos não apreciados por cada indivíduo; manter organizados, limpos e conservados materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.</p>
----	---------------	--

13	Odontólogo	<p>Trabalho cirúrgico em odontologia; atender e orientar pacientes e executar tratamento odontológico, realizando, entre outras atividades, radiografias e ajuste oclusal, aplicação de anestesia, extração de dentes, tratamento de doenças gengivais e canais; diagnosticar e avaliar pacientes e planejar tratamento; realizar tomadas radiográficas e revelação; orientar para a saúde bucal; realizar atendimento clínico; controlar lesões e reabilitar pacientes; proceder a exames clínicos e diagnósticos; participar nas atividades de treinamento ou aperfeiçoamento de profissionais e auxiliares; participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odontossanitários; aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária, a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira que mais convenha aos interesses e necessidades dos serviços; encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas; examinar as condições buço-dentárias do paciente, esclarecendo sobre o diagnóstico e tratamento; promover a saúde bucal, por meio dos tratamentos de cáries, afecções da boca, dentes, raízes, utilizando-se dos procedimentos clínicos, cirúrgicos e/ou protéticos, entre outros inerentes à profissão; estabelecer diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento bucal, por meio de instrumentos especiais, exames radiológicos e laboratoriais; proporcionar conforto e facilitar a execução dos tratamentos odontológicos, por meio de aplicações de anestésias regulamentadas pelo Conselho Federal de Odontologia; desenvolver ações educativas em saúde bucal, individual e coletiva, visando à disseminação do conhecimento dos métodos de cuidados e prevenção em higiene e saúde bucal; auxiliar no tratamento pré, trans e pós-operatório, prescrevendo e administrando medicamentos regulamentados pelo Ministério da Saúde, sempre que necessário; colaborar com a formação e o aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de educação e treinamento em serviço; contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos de sua área de atuação, assessorando escolas, postos de saúde, comunidades e outros, realizando tratamentos e palestras; orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, bem como observar sua correta utilização; realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional; fazer encaminhamento a serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado; aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população, avaliando os resultados; promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à população métodos eficazes para evitá-las; solicitar ao órgão competente todo material técnico administrativo; prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil; prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental; coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade; promover o incremento e a atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle; propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos; realizar e participar de estudos e pesquisas direcionados à área da Saúde Pública; apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação; alimentar sistemas de informática existentes ou que venham a ser instalados/implantados, visando ao cadastro de pacientes, controle, acompanhamento dos pacientes/procedimentos/atendimentos/exames/medicamentos e outros realizados dentro da Unidade Básica de Saúde(Posto de Saúde); alimentar sistemas de informática de órgãos fiscalizadores; desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo Município, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde.</p>
14	Psicólogo	<p>Prestar orientação à clientela do SUS, pessoas doentes, de modo que a psicologia possa auxiliar em suas vidas ou tratamentos, especialmente os de natureza neurótica; prestar serviços de âmbito da saúde pública, executando atividades de esclarecimento e orientação às pessoas de pouco conhecimento cultural, incentivando a higiene; incentivar a vocação dos alunos da rede escolar, aplicando-lhes testes vocacionais, orientando-os sobre as profissões com as quais se identifiquem; efetuar orientação e desenvolvimento profissional; verificar a necessidade de treinamento dos servidores municipais; pesquisar as características psicológicas dos servidores; realizar estudos e aplicações práticas da psicologia na área de educação; atender a comunidade em geral, identificando indivíduos com problemas psicológicos e encaminhando-os para tratamento adequado; atuar em projetos das associações de classes e de bairros; identificar a necessidade de mão-de-obra no âmbito do Município e promover a sua formação, em conjunto com outros órgãos; efetuar trabalhos de psicologia em geral; executar outras tarefas correlatas mediante determinação superior; atuar também na área de saúde, procedendo ao exame de pessoas que apresentam problemas intra e interpessoais, de comportamento familiar ou social ou distúrbios psíquicos, e ao respectivo diagnóstico e terapia, empregando enfoque preventivo ou curativo e técnicas psicológicas adequadas a cada caso, a fim de contribuir para a possibilidade de o indivíduo elaborar sua inserção na vida comunitária; atender à gestante, acompanhando a gravidez, o parto e o puerpério, para integrar suas vivências emocionais e corporais; preparar pacientes para entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive pacientes terminais, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, para oferecer maior apoio, equilíbrio e proteção aos pacientes e seus familiares; acompanhar programas de pesquisa, treinamento e política sobre saúde mental, elaborando-os, coordenando-os e supervisionando-os, para garantir a qualidade de tratamento em nível de macro e microsistemas; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho.</p>

15	Técnico de Expediente	Realizar atividades administrativas, de nível superior, às unidades organizacionais do Município, com atuação nas áreas de controle interno, documentação, gestão de pessoas, material, patrimônio, contratos e convênios, tecnologia da informação, finanças e contabilidade, compreendendo o levantamento de dados, a elaboração de relatórios estatísticos, planos, programas e projetos; a pesquisa de legislação; a emissão de relatórios técnicos e informações; a distribuição e o controle de materiais de consumo permanente; o acompanhamento da execução e fiscalização de contratos; a elaboração e conferência de cálculos diversos; a elaboração, revisão, reprodução, expedição e arquivamento de documentos e correspondências; o atendimento ao público interno e externo na sua unidade; a realização de trabalhos que exijam conhecimentos básicos e/ou específicos de informática; outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade que venham a ser determinadas pela autoridade superior, bem como atividades acessórias às constantes deste rol.		
1	Técnico em Recursos Humanos	Registrar a movimentação de pessoal, como o registro de admissão, provimento, dispensa ou exoneração, anotações funcionais e remuneração; providenciar o cumprimento das obrigações e encargos sociais, na forma estabelecida; realizar enquadramento, reenquadramento, transposição, promoção funcional, progresso funcional, transferência e alteração de regime jurídico do pessoal pertencente ao Quadro do Poder Executivo Municipal e da Câmara Municipal, após autorização da autoridade competente; controlar a carga horária e o ponto dos servidores municipais, elaborando a respectiva Folha de Pagamento e as relações de descontos obrigatórios e autorizados; promover controle, registro e arquivo das sindicâncias, processos administrativos disciplinares e outros processos administrativos instituídos pela autoridade competente; promover a concessão de férias e de licenças regulares, observando as necessidades dos órgãos da administração municipal, após autorização da autoridade competente; registrar mérito funcional e elogio, após ato do Prefeito; promover a execução das penalidades disciplinares ao servidor municipal incurso em ilícito previsto em Lei, de acordo com a decisão da autoridade competente; lavrar apostilamento funcional; promover e executar os serviços relativos à segurança básica e necessária do trabalho; outras atividades ou tarefas que lhe forem delegadas, em concordância com a formação do profissional.		

ANEXO XI
HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

N.	CARGO	ESCOLARIDADE MÍNIMA E JORNADA DE TRABALHO	
ALFABETIZADO E SÉRIES INICIAIS			
1	Agente de Serviços Gerais	4ª Série do Ensino Fundamental Jornada Semanal: 40 horas	
2	Faxineiro	4ª Série do Ensino Fundamental Jornada Semanal: 40 horas	
3	Mecânico	4ª Série do Ensino Fundamental Jornada Semanal: 40 horas	
4	Merendeiro	4ª Série do Ensino Fundamental Jornada Semanal: 40 horas	
5	Motorista de Ambulância	4ª Série do Ensino Fundamental Carteira Nacional de Habilitação compatível Jornada Semanal: 40 horas	
6	Motorista de Automóvel	4ª Série do Ensino Fundamental Carteira Nacional de Habilitação compatível Jornada Semanal: 40 horas	
7	Motorista de Caminhão	4ª Série do Ensino Fundamental Carteira Nacional de Habilitação compatível Jornada Semanal: 40 horas	
8	Motorista de Ônibus	4ª Série do Ensino Fundamental Carteira Nacional de Habilitação compatível Jornada Semanal: 40 horas	

9	Operador de Máquinas	<p>Exigências para todos os níveis da carreira: 4ª Série do Ensino Fundamental Carteira Nacional de Habilitação compatível Jornada Semanal: 40 horas</p> <p>Menor Porte – Nível I –O servidor terá que dominar a operação das seguintes máquinas: pá carregadeira, retroescavadeira, minicarregadeira, miniescavadeira e trator de pneus e outros de pequeno porte.</p> <p>Médio Porte – Nível II –O servidor terá que dominar a operação das seguintes máquinas: rolo compactador, escavadeira hidráulica até 15 toneladas e motoniveladora.</p> <p>Grande Porte – Nível III–O servidor terá que dominar a operação das seguintes máquinas: escavadeira hidráulica acima de 15 toneladas e trator de esteira.</p> <p>Regras específicas para o cargo de Operador de Máquinas Pesadas: a) O servidor concursado deverá ingressar no nível I da carreira, porém, se existir vaga nos níveis superiores da carreira (II e III) sem que exista servidor no quadro para acessá-la, o concurso poderá ser realizado para o preenchimento daquelas vagas existentes; b) A promoção de servidor ocupante do cargo de Operador de Máquina poderá ocorrer para o nível imediatamente superior, dentro da respectiva Classe, desde que sejam preenchidos dois requisitos cumulativos: existência de vaga no nível da carreira desejado e domínio da operação de equipamentos exigidos para respectivo nível.</p>	
ENSINO MÉDIO			
1	Agente Administrativo	2º Grau Completo Conhecimento em informática Jornada Semanal: 40 horas	
2	Agente Comunitário de Saúde	2º Grau Completo Conhecimento em informática Carteira Nacional de Habilitação AB Jornada Semanal: 40 horas	
3	Auxiliar Administrativo	2º Grau Completo Conhecimento em informática Jornada Semanal: 40 horas	
4	Técnico Agrícola	2º Grau Completo Profissionalizante Conhecimento de informática Jornada Semanal: 40 horas	
5	Técnico de Tributos	2º Grau Completo Conhecimento em informática Jornada Semanal: 40 horas	
6	Técnico em Contabilidade	2º Grau Completo Profissionalizante Conhecimento de informática Jornada Semanal: 40 horas	
7	Técnico em Enfermagem	2º Grau Completo Profissionalizante Conhecimento de informática Jornada Semanal: 40 horas	
8	Técnico em Informática	2º Grau Completo Profissionalizante Conhecimento de informática Jornada Semanal: 40 horas	
9	Técnico em Vigilância Sanitária	2º Grau Completo Profissionalizante Conhecimento de informática Jornada Semanal: 40 horas	
10	Tesoureiro	2º Grau Completo Conhecimento em informática Jornada Semanal: 40 horas	
ENSINO SUPERIOR			
1	Assistente Social	Curso Superior de Assistência Social, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas	
2	Contador	Curso Superior em Ciências Contábeis, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas	
3	Controlador Interno	Curso Superior de Direito, Administração, Ciências Econômicas, ou Ciências Contábeis Jornada Semanal: 40 horas	
4	Enfermeiro	Curso Superior de Enfermagem, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas	
5	Engenheiro Ambiental	Curso Superior em Engenharia Ambiental, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 20 horas	

6	Engenheiro Civil	Curso Superior em Engenharia Civil, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 10 horas	
7	Farmacêutico	Curso Superior em Farmácia, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas	
8	Fiscal Tributário	Curso Superior de Direito, Administração, Ciências Econômicas, ou Ciências Contábeis Jornada Semanal: 20 horas	
9	Fisioterapeuta	Curso Superior em Fisioterapia, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas	
10	Fonoaudiólogo	Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas	
11	Médico Clínico Geral	Curso Superior em Medicina, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 20 horas	
12	Médico Veterinário	Curso Superior em Medicina Veterinária, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas	
13	Nutricionista	Curso Superior em Nutrição, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 20 horas	
14	Odontólogo	Curso Superior em Odontologia, com registro no Conselho competente Jornada Semanal: 20 horas	
15	Psicólogo	Curso Superior em Psicologia, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas	
16	Técnico de Expediente	Curso Superior de Direito, Administração, Ciências Econômicas, ou Ciências Contábeis Jornada Semanal: 40 horas	
17	Técnico de Nível Superior em Recursos Humanos	Curso Superior de Direito, Administração, Ciências Econômicas, ou Ciências Contábeis Jornada Semanal: 40 horas	

LEI COMPLEMENTAR 044/2015

LEI COMPLEMENTAR N. 044, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Iomerê e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Regime Jurídico dos servidores públicos do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, é o estatutário, instituído por esta Lei.

Parágrafo único. Aos servidores públicos municipais abrangidos por este Estatuto, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Adicionais: vantagens pecuniárias que a Administração Pública Municipal concede ao servidor em razão do tempo de exercício ou em face da natureza peculiar da função, agregando-se à remuneração na forma da lei;

II - Administração: cada órgão ou entidade a que estiver vinculado o cargo do servidor;

III - Administração Pública Municipal: a Administração Pública do Município de Iomerê, abrangendo sua Administração direta;

IV - Aposentadoria: ato pelo qual a Administração Pública Municipal investe o ocupante de cargo de provimento efetivo na condição de servidor público inativo;

V - Áreas de atividade: centros de serviços especializados que compõem as unidades administrativas da Administração direta;

VI - Atividades e operações insalubres: serviços que, por sua própria natureza, condições ou métodos de trabalho, expõem direta e permanentemente os servidores a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos à saúde, em razão da natureza e da intensidade dos agentes e do tempo de exposição aos seus efeitos;

VII - Cargo público: posição jurídica estabelecida na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente pago pelo erário municipal, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei;

VIII - Carreira: o conjunto de cargos, do menor para o maior nível de classe, de maneira ascendente, pertencentes ao quadro único dos servidores públicos da Administração direta;

IX - Classe: o conjunto de cargos da mesma complexidade ou especificações exigidas, de igual padrão de vencimentos;

X - Demissão: ato de penalização pelo qual o servidor público sofre a extinção de seu vínculo com a Administração Pública Municipal, sendo desligado do quadro de pessoal a que pertence;

XI - Diária: vantagem estipendiária paga ao servidor para cobertura das despesas de alimentação e pousada decorrentes de seu deslocamento, da sede do órgão ou entidade, a serviço;

XII - Disponibilidade: situação de afastamento do servidor público estável do exercício de suas funções, por tempo indeterminado, em virtude de extinção, declaração de desnecessidade ou reintegração ao cargo ocupado, percebendo o servidor em disponibilidade proventos proporcionais ao tempo de efetivo exercício no cargo, e podendo, a qualquer momento, ser aproveitado para o serviço ativo;

XIII - Exercício: efetivo desempenho das atribuições correspondentes ao cargo ou função ocupada, conforme conjunto de competências dispostas em lei;

XIV - Exoneração: desligamento do servidor do cargo que ocupa ou função que desempenha, com a extinção do vínculo com a Administração Pública Municipal, quer a pedido do servidor, quer de ofício pela autoridade competente;

XV - Gratificações: vantagens pecuniárias atribuídas precariamente ao servidor que esteja prestando serviços comuns em condições anormais de segurança, salubridade ou onerosidade, ou concedidas como ajuda ao servidor que apresente os encargos pessoais que a lei especifica;

XVI - Indenizações: vantagens pecuniárias pagas ao servidor como forma de compensação financeira ou ressarcimento de despesas por ele realizadas em razão do desempenho de atribuições, viagens e deslocamentos a serviço da Administração Pública Municipal;

XVII - Licença: afastamento do cargo, a pedido do servidor ou concedida de ofício pela autoridade competente, durante certo período, fixado ou determinado no ato administrativo que concede a licença, com ou sem a perda da remuneração e demais direitos;

XVIII - Lotação: número certo de servidores que podem ser classificados num órgão ou numa unidade administrativa, representando a força de trabalho da Administração Pública Municipal;

XIX - Nomeação: ato unilateral pelo qual a Administração Pública Municipal faz a designação da pessoa para que seja provida no exercício do cargo ou função pública;

XX - Órgãos: centros de serviços complexos e de processamento de competências, formados por diversas unidades administrativas, responsáveis pelo exercício de funções típicas da Administração Pública;

XXI - Posse: ato pelo qual o servidor assume jurídica e materialmente o cargo para o qual foi nomeado;

XXII - Progressão funcional: movimentação do servidor investido em cargo de provimento efetivo e estável para nível superior da respectiva classe na Tabela de Vencimentos;

XXIII - Promoção: ato pelo qual o servidor investido em cargo de provimento efetivo e estável é elevado ao nível funcional imediatamente superior, dentro da respectiva classe;

XXIV - Proventos: remuneração paga ao servidor municipal aposentado ou em disponibilidade;

XXV - Quadro: conjunto de carreiras, cargos isolados e funções gratificadas de um mesmo serviço, órgão ou Poder;

XXVI - Registro de frequência: procedimento pelo qual fica assinalado o comparecimento do servidor ao serviço, o horário de chegada e de saída do trabalho, bem como de eventuais afastamentos no horário de expediente para resolver assuntos de interesse próprio;

XXVII - Remuneração ou vencimentos: somatório do valor mensal pago ao servidor público correspondente ao vencimento do cargo mais vantagens pecuniárias;

XXVIII - Serviço extraordinário: serviço cujo tempo de prestação, no dia, exceder à carga horária normal de trabalho definida para o cargo;

XXIX - Serviço noturno: prestação de serviço entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, computando-se a hora noturna com o tempo de 52min30s (cinquenta e dois minutos e trinta segundos);

XXX - Servidor público ou servidor: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão da Administração Pública Municipal, mantendo com o

Poder Público relação de trabalho de natureza profissional e caráter não eventual, sob vínculo de dependência;

XXXI - Unidades administrativas: centros de serviços que reúnem uma ou mais áreas de atividade e compõem os órgãos da Administração direta;

XXXII - Vacância: declaração oficial de que o cargo se encontra vago, a fim de que lhe seja provido um novo titular;

XXXIII - Vantagens pecuniárias: acréscimos aos vencimentos constituídos em caráter definitivo, a título de adicional, ou em caráter transitório,

a título de gratificação e indenização;

XXXIV - Vencimento: retribuição pecuniária mensal, fixada em lei, paga ao servidor em efetivo exercício do cargo ou função pública, correspondente ao nível em que estiver posicionado na respectiva tabela de vencimentos.

Art. 3º O servidor público exercerá as atribuições do cargo público em que for provido, exceto quando designado para exercer cargo de provimento em comissão, função gratificada ou para integrar comissão ou grupo de trabalho, na forma da lei.

Parágrafo único. É vedada ao servidor a prestação de serviços públicos gratuitos à Administração Pública Municipal, salvo situação especial expressamente disciplinada por lei.

Art. 4º A investidura em cargo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo de provimento em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

TÍTULO II DO PROVIMENTO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º São requisitos básicos para a investidura em cargo público de provimento efetivo ou de provimento em comissão:

I - nacionalidade brasileira ou estrangeira, neste caso, na forma da lei;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações eleitorais e do serviço militar obrigatório;

IV - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

V - nível de escolaridade e habilitação específica exigida para o exercício do cargo; e

VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições inerentes a determinados cargos poderão justificar a exigência de outros requisitos, na forma da lei, e, conforme o caso, do regulamento que estabelecer as diretrizes dos sistemas de carreiras.

§ 2º Serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas em cargos públicos submetidas a concurso público para classificação à parte das pessoas portadoras de deficiência física relativamente incapacitante inscritas no certame, condicionando-se a nomeação à comprovação também de que dispõem do nível mínimo de capacitação para o exercício do cargo, na forma do regulamento próprio e do edital.

Art. 6º As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos de provimento em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 7º São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - promoção;

III - readaptação;

IV - reversão;

V - aproveitamento;

VI - reintegração; e

VII - recondução.

Parágrafo único. O provimento originário de cargo público decorre da nomeação e completa-se com a posse.

CAPÍTULO II DA NOMEAÇÃO

Art. 8º A nomeação para cargos vagos será:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira ou isolado de provimento efetivo; e

II - em caráter precário, para cargo de provimento em comissão.

Art. 9º A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo obedecerá à ordem de classificação obtida em concurso público, observado o seu prazo de validade e número de vagas existentes.

Art. 10. Os demais requisitos para a concessão de vantagens previstas neste Estatuto serão definidos em lei que fixará as diretrizes do Plano de Carreira, Cargos e Salários e seus Regulamentos.

§ 1º A nomeação para cargo em comissão se subordinará, no que couber, às condições exigidas no art. 5º desta Lei, na lei que regula a estrutura da organização administrativa municipal e na Lei Orgânica do Município.

§ 2º O ato de nomeação do servidor deverá conter, necessariamente:

I - identificação do cargo;

II - caráter da investidura;

III - fundamento legal; e

IV - identificação do padrão de vencimento do cargo.

SEÇÃO I DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 11. O concurso público será de provas ou de provas e títulos, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 1º Na hipótese de concurso de provas e títulos, a nota final de classificação será obtida mediante média ponderada, não podendo ser atribuído aos títulos peso superior à metade do peso das provas.

§ 2º O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável 1 (uma) vez por igual período.

§ 3º As provas poderão ser escritas, orais ou práticas, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.

Art. 12. O prazo de validade do concurso público e as condições de sua realização serão fixados em edital a ser publicado, na íntegra, no órgão oficial de divulgação do

Município, com o prazo de antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias a contar da data de encerramento das inscrições.

§ 1º O edital de concurso deverá, obrigatoriamente, conter:

I - número de vagas oferecidas, a denominação dos cargos e os respectivos vencimentos;

II - tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos;

III - titulação exigida;

IV - requisitos e condições para inscrição no concurso, bem como para nomeação e posse no cargo;

V - tipo, natureza e programa das provas;

VI - critérios de julgamento das provas e dos títulos;

VII - pontuação mínima e máxima específica para cada prova e para os títulos;

VIII - critérios e níveis de habilitação e classificação;

IX - critérios de desempate;

X - prazo das inscrições;

XI - meios de comprovação dos requisitos para a inscrição; e

XII - meios de impugnação ou pedido de esclarecimentos acerca dos itens do edital, além dos meios de recurso, inclusive com efeito suspensivo, nas fases de homologação das inscrições, publicação de resultados parcial ou global, homologação do concurso e nomeação dos candidatos.

§ 2º O aviso de realização do concurso público será publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico municipal.

§ 3º Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aqueles aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados, prioritariamente, sobre novos concursados para assumirem cargos na carreira a que foram aprovados.

§ 4º As provas serão realizadas no prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias, a contar da data do encerramento das inscrições.

§ 5º Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente, nos termos do art. 14 desta Lei, designará uma comissão composta de 3 (três) servidores públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo e estáveis, indicando entre eles o respectivo Presidente.

SEÇÃO II DA POSSE

Art. 13. A posse ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação do ato de nomeação no órgão oficial de divulgação do Município, prorrogável a requerimento do interessado por mais 10 (dez) dias, ou, em caso de doença comprovada, enquanto durar o impedimento.

§ 1º A contagem do prazo para posse em cargo de provimento efetivo de servidor em férias ou em licença, na forma dos incisos I a V do art.90 desta Lei, ocorrerá a partir do término do impedimento.

§ 2º A posse exige a presença da pessoa nomeada, não podendo ocorrer por meio de procuração específica.

§ 3º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação e aproveitamento.

§ 4º A investidura em cargo ou funções públicas será completada com a posse.

Art. 14. São competentes para dar a posse:

I - o Prefeito Municipal, aos servidores municipais do Poder Executivo; e

II - o Presidente da Câmara de Vereadores, aos servidores do Poder Legislativo.

Art. 15. Será tornado sem efeito o ato de provimento de cargo público por nomeação, se a posse não ocorrer no prazo previsto no art. 13.

Art. 16. No ato da posse, o servidor apresentará, obrigatoriamente:

I - declaração dos bens, com indicação das respectivas fontes de renda;

II - declaração de que não exerce outro cargo ou emprego público cuja acumulação seja constitucionalmente vedada, acompanhada, quando for o caso, de prova de que requereu desligamento, via exoneração a pedido, de cargo ou emprego anterior; e

III - atestado de prévia aprovação de aptidão física e mental, expedido por profissional médico designado pelo Município, exceto no caso de nomeação de servidor público do Município de Iomerê para cargo de provimento em comissão.

SEÇÃO III DO EXERCÍCIO

Art. 17. O prazo para o servidor entrar em exercício será de até 5 (cinco) dias, contados da data da posse.

§ 1º À autoridade do órgão ou entidade para onde for designado o servidor público compete dar-lhe o exercício.

§ 2º Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido neste artigo.

§ 3º O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

§ 4º A interrupção do exercício fora dos casos legais e além dos limites admitidos sujeitará o servidor a processo disciplinar e às penalidades pertinentes.

Art. 18. O servidor terá exercício no âmbito específico da Administração Pública Municipal, Poder ou entidade, em que for lotado.

§ 1º Servidor de quaisquer âmbitos da Administração Pública Municipal poderá ser convocado, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para ter exercício no Gabinete do Prefeito e nas Secretarias Municipais, mantendo a lotação de origem.

§ 2º O servidor ficará sujeito à carga horária fixada em lei e a regulamentos do Município.

§ 3º Na falta de legislação, o horário de funcionamento das unidades administrativas e a carga horária serão fixados pelo Chefe do Poder competente estabelecido no art. 14 desta Lei.

§ 4º O trabalho em turno ininterrupto terá jornada de 06 (seis) horas de trabalho.

Art. 19. O exercício de cargo de provimento em comissão exige dedicação integral, estando o servidor sujeito à prestação de serviço fora do horário normal de expediente, inclusive mediante convocação, sem direito a remuneração extra.

SEÇÃO IV DA ESTABILIDADE E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 20. São estáveis, após 3 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma desta Lei e de legislação específica, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

IV - por excesso de despesa com pessoal, nos termos dos artigos 169 e 247 da Constituição da República.

§ 2º Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 3º O servidor em estágio probatório será exonerado do cargo, sempre que a avaliação final do estágio probatório resulte desfavorável a sua permanência no exercício do cargo.

§ 4º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 5º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 6º Cumpridos os requisitos legais específicos, a estabilidade será declarada de ofício pela autoridade competente, nos termos do art. 14 desta Lei, ou a pedido do servidor, mediante ato administrativo específico.

Art. 21. Durante o estágio probatório, o servidor será semestralmente avaliado por comissão instituída para essa finalidade, em especial, quanto a:

I - idoneidade;

II - disciplina e presteza;

III - assiduidade e pontualidade;

IV - qualidade do trabalho e capacidade de iniciativa;

V - produtividade no trabalho e efetividade;

VI - administração do tempo;

VII - aproveitamento em programas de capacitação; e

VIII - responsabilidade.

§ 1º A avaliação dos servidores membros do Magistério Público Municipal, durante o estágio probatório, deverá observar ainda:

I - capacidade didático-pedagógica;

II - dedicação às atividades educacionais; e

III - relacionamento com os alunos.

§ 2º O servidor exercerá as atribuições inerentes ao seu cargo de provimento efetivo, suspendendo-se o estágio probatório se investido

em cargo de provimento em comissão, e durante o tempo dessa investidura, desde que as atribuições do cargo em comissão não guardem similitude com as do cargo de provimento efetivo.

§ 3º Será dada ciência ao servidor, no mês subsequente ao semestre, do resultado da avaliação, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 4º Os critérios de julgamento poderão ser adaptados em conformidade com as peculiaridades das funções do cargo exercido pelo servidor e com as atribuições do órgão ou entidade a que esteja vinculado.

§ 5º O sistema de avaliação observará o mínimo de 60% (sessenta por cento) de pontuação para os critérios referidos nos incisos I, II, IV, V e VIII deste artigo, mediante escala de pontuação, adotando os seguintes conceitos de avaliação:

I - excelente;

II - bom;

III - regular; e

IV - insatisfatório.

§ 6º Receberá o conceito de desempenho insatisfatório do cargo o servidor cuja avaliação total, considerados todos os critérios de julgamento, seja igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) da pontuação máxima admitida, progredindo-se na escala de pontuação em 20 (vinte) pontos percentuais para cada conceito de avaliação imediatamente superior, nos termos do parágrafo anterior.

§ 7º A avaliação do desempenho do cargo será realizada por Comissão de Avaliação composta por três servidores, todos de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado, sendo um o chefe imediato e tendo dois deles estabilidade, além de pelo menos três anos de exercício no órgão ou entidade a que aquele esteja vinculado.

§ 8º Se não existirem servidores de nível hierárquico na forma prevista no parágrafo anterior, o Chefe do Poder ou da entidade competente, na forma do art. 14 desta Lei, poderá, em caráter excepcional, instituir Comissão de Avaliação para o caso específico, composta por servidores de outros órgãos ou entidades que tenham conhecimento do cargo do servidor a ser avaliado.

§ 9º O servidor será notificado do conceito que lhe foi atribuído, podendo requerer reconsideração da avaliação, por meio de requerimento dirigido ao Prefeito, no caso dos servidores do Poder Executivo, e ao Presidente da Câmara, no caso dos servidores do Poder Legislativo.

§ 10. Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, endereçado às autoridades previstas no art. 14 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

§ 11. O recurso previsto no parágrafo anterior deverá ser decidido no prazo de 10 (dez) dias. Confirmado o conceito atribuído e sendo insatisfatório, o servidor será exonerado do cargo, ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

§ 12. As questões relativas ao processo de avaliação do servidor durante o estágio probatório poderão ser disciplinadas com maior clareza, critérios e parâmetros por meio de lei específica de iniciativa de cada Poder do Município.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 22. A progressão funcional dos servidores públicos municipal será tratada por lei que dispõe sobre o plano de carreira e vencimentos.

CAPÍTULO IV DA READAPTAÇÃO

Art. 23. Readaptação é o provimento do servidor em cargo de atribuições com grau de complexidade, especialização e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial do Município.

§ 1º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§ 2º Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do servidor.

§ 3º Recuperado da sua limitação, o servidor retornará ao exercício das atribuições inerentes ao cargo em que estava anteriormente investido.

CAPÍTULO V DA REVERSÃO

Art. 24. Reversão é o provimento mediante reingresso compulsório do servidor aposentado por invalidez quando, por profissional médico designado pelo Município, forem declarados insubsistentes ou não mais subsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, ou de forma voluntária, desde que conveniente à Administração Pública Municipal, quando o cargo estiver vago e tenham decorridos menos de 5 (cinco) anos desde a aposentadoria voluntária.

Art. 25. A reversão, quando compulsória, será:

I - para o mesmo cargo;

II - para cargo correlato ao que o servidor fora aposentado, sem perda de remuneração, no caso da implantação de novo plano de carreira; e

III - em outro cargo de mesmo nível, respeitada a habilitação, se extinto aquele em que se deu a investidura do servidor.

Parágrafo único. No caso de reversão voluntária, somente será deferida nos termos do inciso I.

Art. 26. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

CAPÍTULO VI DO APROVEITAMENTO

Art. 27. Aproveitamento é o ato de provimento mediante reingresso, em cargo de provimento efetivo, de servidor colocado em disponibilidade.

§ 1º O aproveitamento dar-se-á em cargo da mesma classe e na mesma referência da investidura antecedente, ou se extinta a classe, em cargo de natureza e vencimento semelhantes, de classe compatível com a anterior.

§ 2º Havendo mais de 1 (um) servidor em condições de ser aproveitado para o cargo vago, terá preferência o que estiver há mais tempo em disponibilidade, e no caso de empate, o servidor que, nessa ordem:

I - possuir mais tempo de efetivo exercício, como servidor público da Administração Pública Municipal;

II - contar com mais tempo de serviço público; e

III - for casado e tiver maior número de filhos.

§ 3º Será tornado sem efeito o ato de aproveitamento e cassada a disponibilidade do servidor que, publicado o ato, não tomar posse ou não entrar em exercício nos prazos previstos para nomeação, salvo em caso de invalidez ou de doença comprovada por profissional médico indicado pelo Município.

§ 4º A hipótese prevista no parágrafo anterior configurará abandono de cargo, apurado mediante processo administrativo disciplinar, na forma do art. 152 desta Lei.

§ 5º A posse decorrente do aproveitamento dependerá de comprovação da capacidade física e mental do servidor por profissional médico designado pelo Município.

CAPÍTULO VII DA REINTEGRAÇÃO

Art. 28. A reintegração é o provimento mediante reingresso do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, ou ao cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com o ressarcimento integral de todas as vantagens e direitos inerentes ao cargo, como se em efetivo exercício estivesse.

§ 1º Em caso de ter sido extinto o cargo, na reintegração, o servidor será aproveitado em outro cargo, do mesmo nível e padrão, acrescido das vantagens do cargo, atribuídas em caráter permanente.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou ainda colocado em disponibilidade remunerada.

CAPÍTULO VIII DA RECONDUÇÃO

Art. 29. Recondução é o provimento mediante reingresso do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, o qual decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do servidor anteriormente ocupante do cargo.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o que dispõe esta Lei.

TÍTULO III DAS MUTAÇÕES FUNCIONAIS

CAPÍTULO I DA REMOÇÃO

Art. 30. Remoção é o ato pelo qual, dentro do mesmo quadro, se desloca ou se afasta o servidor de uma área de atividade ou unidade administrativa ou de um órgão para outro.

§ 1º A remoção poderá ocorrer:

I - a pedido, desde que respeitadas a conveniência administrativa e a lotação de destino;

II - de ofício, por necessidade da Administração Pública Municipal;

III - por permuta, precedida de requerimento dos servidores interessados, de cargos idênticos e que não estejam em processo de readaptação.

§ 2º A escolha do servidor a ser removido de ofício recairá de preferência sobre:

I - o que manifestar interesse na remoção;

II - o de residência mais próxima e de fácil acesso à unidade administrativa para onde haverá a remoção;

III - o de menor tempo de serviço; e

IV - o de menor idade.

§ 3º A remoção de ofício dependerá de prévia justificativa da autoridade competente, que caracterize a desnecessidade do serviço prestado pelo servidor na área de atividade de sua lotação, exceto se recomendada em processo disciplinar.

§ 4º Poderá haver remoção a pedido, para outra área de atividade, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada à comprovação da necessidade por profissional médico designado pelo Município.

CAPÍTULO II DA REDISTRIBUIÇÃO

Art. 31. Redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outro órgão ou unidade administrativa, observados os seguintes preceitos:

I - interesse da Administração;

II - equivalência de vencimentos;

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

§ 1º A redistribuição ocorrerá de ofício para ajustamento da força de trabalho às necessidades dos serviços, podendo se dar também nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade até seu aproveitamento, na forma desta Lei.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA VACÂNCIA

Art. 32. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - promoção;
- IV - readaptação;
- V - aposentadoria;
- VI - posse em outro cargo não cumulável; e
- VII - falecimento.

Art. 33. A exoneração de cargo público será aplicada de ofício pela autoridade competente ou a pedido do servidor.

Art. 34. Dar-se-á a exoneração de ofício:

- I - quando a avaliação final do servidor em estágio probatório, a qualquer época, seja desfavorável a sua permanência no exercício do cargo;
- II - quando, embora tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo legal;
- III - por insuficiência de desempenho, nos termos do art. 41, § 1º, inciso III, da Constituição da República, obedecidos os critérios e normas constantes dos artigos 37 a 47 desta Lei;
- IV - por excesso de despesa com pessoal, nos termos dos artigos 169 e 247 da Constituição da República, obedecidos aos critérios e as normas constantes dos artigos 48 e 49 desta Lei; e
- V - a juízo da autoridade competente, no caso de cargo de provimento em comissão.

Art. 35. A demissão constitui penalidade, aplicável nos termos desta Lei.

Art. 36. Será considerado vago o cargo na data:

- I - imediata àquela em que tiver adquirido eficácia o ato determinante da vacância;
- II - em que entrar em vigor a lei de criação do cargo; e
- III - em que se formalizar o conhecimento do falecimento do servidor.

CAPÍTULO II DA EXONERAÇÃO DO CARGO POR INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO

SEÇÃO I DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E CONCEITOS DE AVALIAÇÃO

Art. 37. O servidor público estável será submetido a avaliação anual de desempenho, obedecidos aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório e ampla defesa.

§ 1º O órgão ou entidade dará conhecimento prévio ao servidor dos critérios, das normas e dos padrões para avaliação de desempenho.

§ 2º A avaliação anual de desempenho será realizada mediante a observância dos seguintes critérios de julgamento:

- I - qualidade do trabalho;
- II - produtividade no trabalho;
- III - iniciativa;
- IV - presteza;

V - aproveitamento em programas de capacitação;

VI - assiduidade;

VII - pontualidade;

VIII - administração do tempo; e

IX - uso adequado de bens, máquinas, veículos, equipamentos, instrumentos e materiais de serviço colocados a sua disposição.

§ 3º Os critérios de julgamento a que se refere o parágrafo anterior poderão ser adaptados em conformidade com as peculiaridades das funções do cargo exercido pelo servidor e com as atribuições do órgão ou entidade a que esteja vinculado.

§ 4º O sistema de avaliação observará o mínimo de 60% (sessenta por cento) de pontuação para os critérios referidos nos incisos I a V do § 2º, em escala de pontuação, adotando os seguintes conceitos de avaliação:

I - excelente;

II - bom;

III - regular; e

IV - insatisfatório.

§ 5º Receberá o conceito de desempenho insatisfatório o servidor cuja avaliação total, considerados todos os critérios de julgamento, seja igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) da pontuação máxima admitida, progredindo-se na escala de pontuação em 20 (vinte) pontos percentuais para cada conceito de avaliação imediatamente superior, nos termos do parágrafo anterior.

SEÇÃO II DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 38. A avaliação anual de desempenho será realizada por Comissão de Avaliação composta por três servidores estáveis, todos de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado, sendo um o chefe imediato e tendo dois deles pelo menos três anos de exercício no órgão ou entidade a que ele esteja vinculado.

§ 1º A avaliação será homologada pela autoridade imediatamente superior, dela dando-se ciência ao interessado.

§ 2º O conceito de avaliação anual será motivado exclusivamente com base na aferição dos critérios previstos, sendo obrigatória a indicação dos fatos, circunstâncias e demais elementos de convicção no termo final de avaliação, inclusive o relatório relativo à apuração de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

§ 3º Fica assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

§ 4º O servidor será notificado do conceito atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo de 10 (dez) dias, cujo pedido será decidido em igual prazo.

Art. 39. Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico, de ofício e voluntário, diretamente aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, em cada caso, nos termos do art. 14 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

Art. 40. Os conceitos anuais atribuídos ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação, serão arquivados em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo.

SEÇÃO III DO TREINAMENTO TÉCNICO DO SERVIDOR COM DESEMPENHO INSATISFATÓRIO OU REGULAR

Art. 41. O termo de avaliação anual, quando concluir pelo desempenho insatisfatório ou regular do servidor, indicará as medidas de correção, em especial aquelas destinadas a promover a respectiva capacitação ou treinamento.

Art. 42. O termo de avaliação obrigatoriamente relatará as deficiências identificadas no desempenho do servidor, considerados os critérios de julgamento dispostos na Seção I.

Art. 43. As necessidades de capacitação ou treinamento do servidor cujo desempenho tenha sido considerado insatisfatório ou regular serão consideradas e priorizadas no planejamento do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Os custos financeiros decorrentes da capacitação deverão ser suportados integralmente pelo servidor público interessado.

SEÇÃO IV DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

Art. 44. Será desligado o servidor estável, após regular e prévio processo administrativo, que receber:

I - dois conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório; e

II - dois conceitos intercalados de desempenho insatisfatório nas últimas quatro avaliações.

Art. 45. Observado o disposto nas Seções II e III, confirmado o segundo conceito sucessivo ou intercalado de desempenho insatisfatório, o recurso hierárquico será encaminhado à autoridade máxima do Poder ou entidade, para decisão irrecorrível em 60 (sessenta) dias.

Art. 46. É indelegável a decisão dos recursos administrativos previstos nesta Seção.

SEÇÃO V DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL

Art. 47. O ato de desligamento será publicado de forma resumida no órgão oficial, com menção apenas do cargo, número de matrícula e lotação do servidor.

CAPÍTULO III EXONERAÇÃO DO CARGO POR EXCESSO DE DESPESA COM PESSOAL

Art. 48. A exoneração do servidor público estável por excesso de despesas com pessoal, nos termos do art. 169, § 4º, da Constituição da República, será precedida de ato normativo motivado dos Chefes de cada um dos Poderes do Município.

§ 1º O ato normativo deverá especificar:

I - a economia de recursos e o número correspondente de servidores a serem exonerados;

II - a atividade funcional e o órgão ou unidade administrativa objeto de redução de pessoal;

III - o critério geral impessoal escolhido para identificação dos servidores estáveis a serem desligados dos respectivos cargos;

IV - os critérios e as garantias especiais escolhidas para identificação dos servidores estáveis que, em decorrência das atribuições do cargo efetivo, desenvolvam atividades exclusivas de Estado;

V - o prazo de pagamento da indenização devida pela perda do cargo;

VI - os critérios orçamentários para o pagamento das indenizações.

§ 2º O critério geral para identificação impessoal a que se refere o inciso III do parágrafo anterior será norteado pelos seguintes parâmetros:

I - menor tempo de serviço público municipal;

II - maior remuneração; e

III - menor idade.

§ 3º O critério geral eleito poderá ser combinado com o critério complementar de menor número de dependentes, para fins de formação de uma listagem de classificação.

Art. 49. Os cargos vagos em decorrência da dispensa de servidores estáveis de que trata este Capítulo serão declarados extintos, sendo vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 4 (quatro) anos.

TÍTULO V DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

CAPÍTULO I DO HORÁRIO E DO COMPARECIMENTO AO SERVIÇO

Art. 50. A carga horária normal de trabalho do servidor é de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas em dias e horários próprios, observada a regulamentação específica.

Art. 51. O servidor poderá, no horário de expediente, retardar seu ingresso em até 30 (trinta) minutos ou afastar-se do local de trabalho para tratar de assunto de interesse particular, desde que devidamente autorizado por quem de direito, sujeitando-se a compensação ou desconto da remuneração, proporcional ao tempo de afastamento.

Art. 52. O comparecimento ao serviço é obrigatório e será diariamente controlado:

I - mediante registro de frequência mecânico ou eletrônico;

II - por outro meio hábil, autorizado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - por outro meio hábil, autorizado pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal, na sua área de abrangência.

§ 1º Não serão abonadas as faltas ao expediente por motivos particulares.

§ 2º O servidor que for membro de Conselho Municipal poderá ser liberado para participar de suas atividades e reuniões, mediante aviso prévio à chefia imediata e apresentação de convocação do respectivo Conselho, ficando o servidor isento de prejuízos remuneratórios e da necessidade de compensação de horário.

Art. 53. O servidor incapacitado de comparecer ao serviço por motivo de saúde comunicará o fato à chefia imediata, para que seja informado à área de recursos humanos, devendo ser submetido desde logo a inspeção médica.

§ 1º Quando o servidor estiver impossibilitado de comparecer ao médico designado pelo Município, pela natureza da doença ou em virtude do estado físico em que se encontrar, a inspeção médica será realizada na casa do servidor ou no local em que se encontrar acamado, sempre que possível.

§ 2º A impossibilidade de comparecer ao serviço será comprovada pelo servidor mediante atestado médico, acompanhado do respectivo receituário médico ou documento equivalente, se as faltas forem de até 5 (cinco) dias, ou por laudo do médico designado pelo Município, se acima desse período, bem como se houver reincidência de problemas de saúde no mesmo mês, e para efeito de concessão de licença.

§ 3º O servidor, ou pessoa que por ele responda, encaminhará atestado médico, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data em que se iniciou o afastamento do serviço por motivo de doença, para obtenção do laudo do profissional médico indicado pelo Município, inclusive sob pena de aplicação do § 1º do art.52, exceto na impossibilidade de fazê-lo, devidamente justificada.

Art. 54. Poderá ser alterado o horário de expediente de órgão, unidade administrativa, área de atividade ou de servidor, a critério e por ato das autoridades indicadas no art. 14 desta Lei, para atender à natureza específica de serviço a ser prestado ou em face de circunstâncias especiais, observado o cumprimento da jornada normal de trabalho, nos termos de regulamento próprio.

§ 1º Será permitido ao servidor estudante ausentar-se do serviço, sem prejuízo da sua remuneração, para se submeter a provas de exame escolar ou de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior, bem como para competições esportivas, no período do dia em que ocorrerem as provas, mediante apresentação de atestado comprobatório fornecido pelo respectivo estabelecimento de ensino, sem compensação de horário.

§ 2º Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 3º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 55. Ao servidor estável, que comprovadamente seja pai, mãe, tutor, curador ou responsável pela criação, educação e proteção de pessoa portadora de necessidade especial, considerada dependente sob o aspecto sócio educacional e em situação que exija atendimento direto pelo servidor, conforme atestado por profissional médico, validado por médico e assistente social do Município, poderá ser concedida redução da jornada normal de trabalho para até 20 (vinte) horas semanais, sem perda de remuneração, enquanto perdurar a dependência.

Art. 56. O servidor terá direito a dispensa do serviço, sem qualquer prejuízo de seus direitos, pelos seguintes prazos e motivos:

I - por 1 (um) dia:

- a) para doação de sangue;
- b) para alistamento eleitoral e militar;

II - por 1 (um) dia consecutivo, pelo falecimento de avós, tios, cunhado, genro, nora, sogro, sogra;

III - por 3 (três) dias consecutivos, em razão de:

- a) casamento;
- b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob sua guarda ou tutela, e irmão.

§ 1º O afastamento do servidor estável por conta de missão oficial ou estudo no exterior, respeitado o disposto no caput e o interesse do serviço, dependerá de expressa autorização, nos termos do art. 14 desta Lei, não podendo exceder a 2 (dois) anos, findos os quais só será permitida nova dispensa no caso de licença para tratar de interesse particular.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput no caso de prisão, se ocorrer soltura, por haver sido reconhecida a ilegalidade da medida ou a improcedência da imputação.

§ 3º O servidor municipal poderá ausentar-se do serviço para realização de cursos de aperfeiçoamento, sem desconto de seus vencimentos, desde que o afastamento não ultrapasse 10% (dez por cento) de sua jornada mensal.

CAPÍTULO II DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 57. Poderá ocorrer prestação de serviço extraordinário:

I - por expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante solicitação da chefia de unidade administrativa interessada, por meio do respectivo Secretário Municipal;

II - por determinação do Chefe do Poder Executivo Municipal ou de Secretário Municipal;

III - por autorização do Chefe do Poder Legislativo.

§ 1º Somente haverá prestação de serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) horas mensais.

§ 2º O serviço extraordinário poderá ser realizado sob a forma de plantões, para assegurar o funcionamento dos serviços públicos municipais.

TÍTULO VI DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 58. O vencimento do cargo de provimento efetivo é irredutível, sendo que a revisão geral da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas ocorrerá sempre no mês de abril e sem distinção de índices, na forma de lei específica, observados os parâmetros da tabela salarial vigente.

Parágrafo único. Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo nacional unificado, desde que sua carga de trabalho seja de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 59. O servidor deixará de perceber os vencimentos do cargo de provimento efetivo enquanto estiver investido em cargo de provimento em comissão, ressalvado o direito de opção, nos termos da legislação municipal específica.

Parágrafo único. O servidor nomeado para cargo de provimento em comissão que optar pela remuneração do cargo efetivo fará jus a uma gratificação de função, na forma prevista em lei municipal específica.

Art. 60. O não comparecimento ao serviço, salvo por motivo legal ou de doença comprovada, implicará na perda dos vencimentos do dia, integral ou proporcionalmente aos atrasos, aplicado o disposto no Capítulo I do Título V.

Art. 61. As reposições de valores recebidos de forma indevida e indenizações ao erário municipal serão previamente comunicadas ao servidor e descontadas de sua folha de pagamento, em parcelas mensais atualizadas monetariamente.

§ 1º A indenização será feita em parcelas cujo valor não exceda a 20% (vinte por cento) da remuneração ou provento.

§ 2º A reposição será feita em parcela cujo valor não exceda a 30% (trinta por cento) da remuneração ou provento.

Art. 62. O servidor em débito com o erário municipal que for licenciado sem vencimentos, demitido, exonerado ou colocado em disponibilidade deverá quitar o referido débito no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data do seu afastamento ou desligamento.

§ 1º Caso a dívida seja superior a 5 (cinco) vezes o valor de sua remuneração, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitar o débito.

§ 2º A não quitação do débito no prazo previsto no parágrafo anterior implicará sua inscrição em Dívida Ativa.

§ 3º Havendo concordância do servidor, os seus débitos perante o Município poderão ser descontados diretamente de seus vencimentos.

Art. 63. Os valores percebidos pelo servidor em razão de medida liminar, de qualquer medida de caráter antecipatório ou de sentença, posteriormente cassada ou revista, deverão ser repostos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação para fazê-lo, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, sem prejuízo da possibilidade de aplicação do disposto no art.61 desta Lei.

Art. 64. A remuneração e os valores pecuniários decorrentes de exoneração ou demissão do servidor não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo quando se tratar de prestação de alimentos ou de reposição ou indenização à Fazenda Pública Municipal, não sendo permitido gravá-la com descontos ou cedê-la, senão nos casos previstos em lei.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 65. Além do vencimento específico, fica assegurado ao servidor o direito à percepção das seguintes vantagens pecuniárias, na forma desta Lei, e conforme o caso, da legislação específica:

I - indenizações:

a) diárias;

II - adicionais:

a) de férias;

b) pelo serviço noturno; e

c) pela prestação de serviços extraordinários;

III - gratificações:

a) de função;

b) por insalubridade;

c) por periculosidade ou risco de vida;

d) natalina – décimo terceiro salário; e

e) por desempenho de função designada.

§ 1º Ao profissional do magistério fica ainda assegurado o direito a perceber, como vantagens, as gratificações referentes à atividade específica, conforme previsto em lei.

§ 2º O servidor que receber dos cofres públicos vantagens indevidas ficará obrigado a restituir o valor recebido indevidamente, acrescido de correção monetária, sem prejuízo da aplicação da penalidade administrativa específica, caso tenha agido de má-fé, o que deverá ser apurado em regular processo administrativo, na forma prevista nesta Lei.

§ 3º As gratificações e os adicionais não serão incorporados aos vencimentos.

Art. 66. As vantagens previstas nos incisos II e III do art. 65 não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

SEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES E DAS DIÁRIAS

Art. 67. Ao servidor público que, por determinação do Chefe do Poder competente, conforme art. 14 desta Lei, afastar-se da sede do Município, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território estadual, nacional, ou para o exterior, no desempenho de suas atribuições, em missão, estudo, cursos, seminários, congressos e outras atividades relacionadas ao cargo que exerce, ou sendo de interesse da Administração Pública Municipal, será concedida, além de transporte e pagamento de taxa de inscrição, diária a título de indenização das despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana.

Parágrafo único. As diárias serão tratadas por lei municipal específica, mediante iniciativa de cada um dos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

SEÇÃO II DOS ADICIONAIS

SUBSEÇÃO I DO ADICIONAL DE FÉRIAS

Art. 68. Será pago ao servidor que efetivamente entrar em gozo de férias, independentemente de qualquer solicitação, até 2 (dois) dias após o início do gozo daquele direito, salvo por razões de força maior, adicional de férias correspondente a, no mínimo, 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

SUBSEÇÃO II DO ADICIONAL POR SERVIÇO NOTURNO

Art. 69. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor/hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52min30s (cinquenta e dois minutos e trinta

segundos).

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata o caput incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho acrescido do respectivo percentual pelo serviço extraordinário.

SUBSEÇÃO III DO ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

Art. 70. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal.

§ 1º No caso de trabalho em dia consagrado ou repouso e em feriado, o adicional será de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

§ 2º Em se tratando de prestação de serviço noturno, o valor da hora será acrescida de mais 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 71. A realização de serviços extraordinários na Administração Pública Municipal somente será admitida em caráter excepcional e para a realização e conclusão de serviços públicos inadiáveis e que justifiquem os trabalhos de sobrejornada dos servidores.

Art. 72. Somente serão pagos os serviços extraordinários, com o adicional previsto nesta Subseção, quando previamente e devidamente autorizados pelo respectivo Chefe do Poder.

SEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES E DOS ADICIONAIS

SUBSEÇÃO I DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Art. 73. Para atender a encargos de chefia, direção e assessoramento, bem como comissões especiais temporárias, serviços técnicos ou especiais, ou serviços estranhos a sua competência específica, ao servidor poderá ser concedida gratificação, na forma e valores estabelecidos em lei própria, vedado o acúmulo de gratificação, na forma estabelecida em lei.

Parágrafo único. A remuneração referente à gratificação de função não será incorporada ao vencimento ou remuneração do servidor, salvo casos expressamente definidos em lei.

Art. 74. O exercício de função gratificada ou de cargo de provimento em comissão só assegura direitos ao servidor, durante o período em que estiver exercendo o cargo ou função.

Parágrafo único. Afastando-se do cargo de provimento em comissão ou da função gratificada, o servidor perderá a respectiva vantagem pecuniária prevista no art. 73.

SUBSEÇÃO II DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Art. 75. Ao servidor que exercer trabalhos considerados insalubres será devido o adicional de insalubridade, calculado sobre o valor do salário mínimo nacional unificado, considerados os graus de insalubridade e os percentuais correspondentes.

§ 1º O referido adicional terá por base o percentual estabelecido de acordo com os seguintes graus de insalubridade:

I - Grau I - máximo: 40% (quarenta por cento);

II - Grau II - médio: 20% (vinte por cento); e

III - Grau III - mínimo: 10% (dez por cento).

§ 2º O adicional de insalubridade será devido a contar da data em que o servidor passar a exercer atividades reconhecidamente insalubres, definidas por meio de laudo de perícia técnica coordenado por órgão oficial.

§ 3º No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, será considerado o de grau mais elevado, vedada a percepção cumulativa.

§ 4º Se as condições do local e os modos de operar se modificarem por proteção que faça desaparecer ou diminuir as causas da insalubridade, o adicional de insalubridade deixará de ser pago ou será minorado.

Art. 76. São consideradas atividades e operações insalubres, enquanto não se verificar a inteira eliminação das causas da insalubridade, aquelas que, por sua própria natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham, direta, habitual e permanentemente, o servidor a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos à saúde, em razão de sua natureza e intensidade, bem como do tempo de exposição aos seus efeitos.

§ 1º A caracterização, qualificativa ou quantitativa, da insalubridade e os meios de proteção do servidor, considerado o tempo de exposição aos efeitos insalubres, serão estabelecidos por laudo de perícia técnica coordenado por órgão oficial.

§ 2º A eliminação ou redução da insalubridade pode ocorrer pela aplicação de medidas de proteção coletiva e/ou individual, sendo obrigação da Administração Pública Municipal fornecer aos servidores os equipamentos e os materiais que reduzam ou conduzam à eliminação da insalubridade nas condições de trabalho.

§ 3º A recusa do servidor em utilizar materiais e equipamentos de proteção constitui-se em falta grave, devendo ser apurada e punida, se for o caso, nos termos desta Lei.

§ 4º Fica proibido à servidora gestante ou lactante o trabalho em atividades ou operações consideradas insalubres, devendo ser removida de ofício para área de atividade compatível com sua situação física especial, durante o prazo de gestação e lactação, aplicado o disposto no § 4º do art. 75.

Art. 77. O servidor que exercer atividades e operações insalubres será obrigado a submeter-se a exame médico ocupacional, para prevenção ou detecção precoce dos agravos a sua saúde, sendo da responsabilidade do titular da unidade administrativa a que pertencer o servidor exigir a apresentação dos respectivos laudos técnicos.

Art. 78. A gratificação de insalubridade não será incorporada aos proventos de aposentadoria do servidor, quando da sua inativação.

SUBSEÇÃO III DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE OU RISCO DE VIDA

Art. 79. Terá direito à percepção do adicional de periculosidade, correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento do cargo, o servidor efetivo que exercer atividades em condições de periculosidade ou risco de vida, assim consideradas as que obriguem o servidor a permanecer em áreas de riscos e em situação de exposição habitual e contínua a explosivos, inflamáveis, eletricidade e radiações ionizantes, bem como em situações contínuas que envolvam triagem, guarda, encaminhamento e, inclusive, orientação e atendimento de pessoas com desvio de conduta, conforme regulamento próprio.

§ 1º O ingresso ou a permanência eventual em área de risco não gera direito à gratificação de periculosidade.

§ 2º Cessado o exercício da atividade ou eliminado o risco, o adicional de periculosidade ou risco de vida deixará de ser pago.

§ 3º A caracterização das condições de periculosidade ou risco de vida ou de sua eliminação será feita por meio de laudo de perícia técnica coordenado por órgão oficial.

§ 4º É vedada a percepção cumulativa dos adicionais de periculosidade ou risco de vida e de insalubridade.

SUBSEÇÃO IV DA GRATIFICAÇÃO NATALINA – DÉCIMOTERCEIRO SALÁRIO

Art. 80. O valor-base da gratificação natalina – décimo terceiro salário –, devida aos servidores municipais ativos, será equivalente a remuneração, provento ou pensão a que fizerem jus, no mês de dezembro do exercício a que se referir, atendendo ao disposto no inciso VIII do art. 7º e no § 3º do art. 39 da Constituição da República.

§ 1º A gratificação de que trata o caput será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro, proporcionalmente ao número de meses de efetivo exercício, computando-se como mês a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º De acordo com as disponibilidades do erário municipal e por decisão do respectivo Chefe de Poder, poderá ser pago adiantamento da gratificação natalina – décimo terceiro salário –, de valor correspondente a metade da remuneração ou provento mensal, a ser compensado quando do pagamento restante da gratificação, no mês de dezembro.

Art. 81. O servidor exonerado ou demitido fará jus a percepção de parcela da gratificação natalina – décimo terceiro salário –, de valor proporcional aos meses trabalhados no exercício, calculada sobre a remuneração do mês anterior ao que ocorreu o desligamento.

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 82. O servidor terá direito a 30 (trinta) dias de férias por ano, a serem gozadas de acordo com a escala de férias organizada pelo titular da unidade administrativa a que pertencer, podendo ser fracionadas em dois períodos, sendo o primeiro não inferior a 10(dez) dias.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias, são exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício.

§ 2º É vedada a compensação de dias de faltas ao serviço com diminuição dos dias de férias.

§ 3º É vedado o pagamento de férias na forma de vantagem pecuniária, a título de indenização.

§ 4º Durante as férias, o servidor tem direito ao pagamento integral da remuneração percebida pelo exercício do cargo ou função, salvo dispositivo legal em contrário.

Art. 83. O servidor poderá acumular, no máximo, até 2 (dois) períodos de férias, desde que por necessidade de serviço e autorizado pela autoridade competente, ou quando ocupante de cargo em comissão ou função gratificada.

Parágrafo único. Excedendo os limites do caput, o servidor perderá os demais períodos, sem direito a indenizações.

Art. 84. As férias não serão interrompidas, salvo em razão de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por motivo superior de interesse público.

Parágrafo único. Cessada a causa que ensejou a interrupção das férias, o servidor poderá retomar sua fruição.

Art. 85. O pagamento da remuneração de férias será efetuado até 2 (dois) dias após o início do respectivo período de gozo, salvo por razões de força maior.

Parágrafo único. No cálculo do abono pecuniário, será considerado o valor do adicional de férias, sendo que corresponderá a 33% (trinta e três por cento) de sua remuneração.

Art. 86. As férias dos servidores ocupantes de cargo em comissão serão concedidas pelo Chefe do Poder competente, nos termos do art. 14 desta Lei.

Art. 87. O servidor exonerado perceberá as suas férias, proporcionalmente aos meses de exercício, calculadas sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 88. Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os servidores públicos municipais ou a todos os servidores de determinado setor da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Os servidores contratados há menos de 12 (doze) meses, ou aqueles sem período aquisitivo completo na oportunidade das férias coletivas, gozarão férias proporcionais, sendo considerados os demais dias como antecipação de férias, que será descontada do período aquisitivo.

Art. 89. Aplicam-se às férias coletivas as demais disposições concernentes às férias individuais.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 90. Será concedida licença ao servidor:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doença em pessoa da família;

III - gestante, adotante, e paternidade;

IV - para concorrer a cargo eletivo;

V - para serviço militar obrigatório;

VI - para tratar de interesses particulares;

VII - para desempenho de mandato classista; e

VIII - por acidente de trabalho.

§ 1º O servidor no exercício de cargo de provimento em comissão terá direito somente às licenças previstas nos incisos I e III deste artigo, ressalvados os casos expressamente previstos nesta Lei.

§ 2º A licença prevista no inciso II será precedida de atestado ou exame médico e comprovação do parentesco.

§ 3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista nos incisos I, II e III deste artigo.

§ 4º As licenças previstas neste artigo serão concedidas pelo Chefe do Poder competente, nos termos do art. 14 desta Lei.

§ 5º Os afastamentos para tratamento de saúde, decorrentes ou não de acidentes de trabalho, seguirão as regras previstas para o Regime Geral da Previdência Social, mantido pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Art. 91. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

SEÇÃO II

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 92. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, quando seu estado de saúde o impossibilitar ou incapacitar para o exercício das atribuições do cargo.

Parágrafo único. O atestado médico ou o laudo emitido para comprovar o estado de saúde do servidor conterá diagnóstico na forma do Código Internacional de Doenças (CID),

não se referindo ao nome ou natureza da doença, exceto quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço ou doença profissional.

Art. 93. A concessão de licença por prazo superior a 30 (trinta) dias no mês dependerá obrigatoriamente de inspeção realizada pelo profissional médico indicado pelo Município.

§ 1º A inspeção médica prevista no presente artigo poderá ser realizada pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, por seus órgãos específicos.

§ 2º Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§ 3º Será submetido à apreciação do médico indicado pelo Município, para efeito de homologação, o resultado de inspeção atestada por médico particular.

§ 4º Não homologado o atestado de médico particular, os dias de ausência ao trabalho serão considerados faltas injustificadas.

Art. 94. O servidor em licença para tratamento de saúde não exercerá qualquer atividade, remunerada ou não, incompatível com seu estado de saúde, sob pena de interrupção imediata da licença e ressarcimento à Administração Pública Municipal dos valores recebidos durante o período respectivo, bem como submissão a processo administrativo disciplinar.

SEÇÃO III

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 95. Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto, madrasta ou enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por médico designado pelo Município.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º As faltas do servidor ao expediente, de até 3 (três) dias, decorrentes de impedimento causado por doença de pessoa referida no caput, comprovada por meio de atestado médico, poderão ser abonadas pelo titular do órgão ou entidade.

§ 3º A licença será concedida:

a) com remuneração integral, para licença de até 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante parecer do médico designado pelo Município;

b) sem remuneração, para licença por prazo superior ao previsto na alínea anterior.

§ 4º Não será computado, para qualquer efeito, como tempo de serviço o período em que o servidor estiver de licença sem remuneração, na forma desta seção.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA À GESTANTE, AO ADOTANTE E DE PATERNIDADE

Art. 96. Será concedida licença à servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo de remuneração.

§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do 9º (nono) mês de gestação.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de aborto ou natimorto, a licença será de 30 (trinta) dias a contar do evento, sendo transformada em licença para tratamento de saúde, a partir de então, caso a servidora não demonstre condições físicas ou psicológicas para o trabalho, a critério do médico designado pelo Município.

§ 4º Os casos patológicos decorrentes do parto, verificados a qualquer época, serão objeto de licença para tratamento de saúde, a critério do médico indicado pelo Município.

Art. 97. Ao servidor que adotar criança com até 1 (um) ano de idade, ficam assegurados os direitos inerentes ao pai ou à mãe natural.

§ 1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança com idade entre 60 (sessenta) dias e 1 (um) ano, o prazo de licença à servidora adotante será de 90 (noventa) dias.

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de licença à servidora adotante será de 30 (trinta) dias.

Art. 98. Pelo nascimento do filho, o pai, servidor público municipal, terá direito a licença paternidade de 05(cinco) dias consecutivos, cabendo providenciar o registro civil neste período.

Art. 99. Para amamentar o próprio filho, até a idade de 10 (dez) meses, a servidora terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (duas) horas, que poderão ser parceladas em 4 (quatro) períodos de 30 (trinta) minutos.

SEÇÃO V DA LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

Art. 100. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º A partir do registro da candidatura e até o 5º (quinto) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus a licença para concorrer a cargo eletivo, como se em efetivo exercício

estivesse, sem prejuízo da remuneração e quaisquer outros direitos, mediante comunicação, por escrito, do afastamento.

§ 2º Ocorrendo a retirada da candidatura, a licença de que trata o parágrafo anterior será interrompida e o servidor deverá retornar ao exercício de seu cargo no prazo máximo de 3 (três) dias.

SEÇÃO VI DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Art. 101. Ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo convocado para o serviço militar, à vista de documento oficial que comprove a incorporação, será concedida licença na forma e nas condições previstas na legislação federal específica.

§ 1º Dos vencimentos do servidor será descontada a importância percebida na qualidade de incorporado, salvo se houver optado pelas vantagens do serviço militar.

§ 2º Ao servidor desincorporado será concedido prazo não excedente a 30 (trinta) dias para assumir o exercício do cargo público municipal, sem perda dos vencimentos.

SEÇÃO VII DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 102. A critério da Administração Pública Municipal, poderá ser concedida, ao servidor estável e em exercício, licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, ininterruptamente, com a possibilidade de prorrogação por igual período, por uma única vez.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor, exceto no período de férias escolares ou até 90 (noventa) dias antes do término do ano letivo, para o servidor com efetivo exercício no Magistério Público Municipal.

§ 2º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, por interesse público e a bem do serviço, quando o servidor deverá reassumir o exercício no prazo de 30 (trinta) dias, findos os quais sua ausência será computada como falta injustificada.

§ 3º O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença, sob pena de ter descontados, dos seus vencimentos, os dias de afastamento não autorizados.

§ 4º Não será concedida nova licença para tratar de interesses particulares antes de decorridos 2 (dois) anos do término ou interrupção da mesma espécie de licença anterior.

§ 5º A licença será precedida do gozo de férias proporcionais aos meses já trabalhados no exercício, quando será pago o adicional de férias e o décimo terceiro salário na mesma proporção.

§ 6º Para o profissional da educação, ao término ou interrupção da licença, haverá designação de exercício para a unidade educacional onde houver vaga, até a realização de remoção.

§ 7º Não será computado, para qualquer efeito, como tempo de serviço o período em que o servidor estiver de licença na forma desta seção.

§ 8º O ato de concessão de licença para tratar de interesses particulares é discricionário e exclusivo do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 103. Não será concedida licença para tratar de interesses particulares quando julgado inconveniente para o serviço ou quando se tratar de servidor removido ou redistribuído, salvo se passados 2 (dois) anos da remoção ou redistribuição, ou no caso de extinção do órgão da Administração onde tinha exercício.

SEÇÃO VIII DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 104. É assegurado ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo o direito à licença para desempenho de mandato no sindicato ou associação representativa dos servidores municipais, com a remuneração do cargo.

§ 1º Somente poderão ser licenciados os servidores eleitos em cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 2 (dois) por entidade.

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por uma única vez.

§ 3º O exercício de cargo comissionado ou função de confiança é incompatível com o desempenho do mandato classista, devendo o servidor eleito desincompatibilizar-se do cargo ou função quando empossado no mandato classista.

SEÇÃO IX DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

Art. 105. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 106. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione mediata ou imediatamente com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício do cargo;e

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 107. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

§ 1º O tratamento em instituição privada, recomendado por médico designado pelo Município, constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

§ 2º Em caso de acidente em serviço e de doença profissional, correrão à conta da Administração Pública Municipal as despesas com transporte, estada, tratamento hospitalar, aquisição de medicamentos e de equipamentos ou outros complementos necessários, na forma de regulamento próprio.

§ 3º Para os fins do parágrafo anterior, entende-se por doença profissional a que seja atribuída, por relação de causa e efeito, às condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.

Art. 108. A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis quando as circunstâncias o exigirem.

CAPÍTULO V DOS AFASTAMENTOS

SEÇÃO I DO AFASTAMENTO PARA SERVIR EM OUTRO ÓRGÃO

Art. 109. O servidor estável poderá ser cedido para ter exercício em órgão ou entidade dos Poderes da União ou do Estado de Santa Catarina, desde que haja a sua concordância, e salvo casos especiais previstos em lei, para fins de provimento de cargo em comissão de direção ou chefia.

§ 1º A cessão de servidores somente poderá ser feita mediante prévia autorização legislativa e celebração de convênio autorizado por lei, mediante atos dos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, publicados em órgão oficial de divulgação, com o devido registro nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Na hipótese de afastamento para provimento de cargo em comissão de direção ou chefia, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade requisitante, e nos demais casos, na forma estabelecida nos termos de cedência.

§ 3º Poderá ser aplicado o disposto no caput para fins de cedência de servidor para ter exercício em entidades de direito público, filantrópicas e sem fins lucrativos, desde que reverta no interesse da Comunidade.

SEÇÃO II DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 110. Ao servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração direta, no exercício de mandato eletivo, respeitado o disposto na Constituição da República e na Lei Orgânica Municipal, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo, sem remuneração;

II - investido no mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito do Município de Iomerê, será afastado do cargo, podendo optar entre a remuneração do cargo de provimento efetivo ou a do cargo eletivo;

III - investido no mandato de Vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, exercerá o cargo de provimento efetivo sem prejuízo de quaisquer dos direitos inerentes ao cargo eletivo;

b) havendo incompatibilidade de horário, será afastado do cargo de provimento efetivo, podendo optar entre a remuneração deste ou a do cargo eletivo.

Parágrafo único. Havendo necessidade de afastamento para o exercício de mandato eletivo, o período de afastamento será contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

CAPÍTULO VI DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 111. É assegurado ao servidor o direito de peticionar ou requerer à Administração Pública Municipal, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Art. 112. O requerimento formulado pelo servidor ou por seu procurador constituído será dirigido à autoridade imediata competente para instruí-lo ou decidi-lo.

Art. 113. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Art. 114. O requerimento e o pedido devem ser despachados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis e decididos dentro de até 30 (trinta) dias, salvo em caso que comprovadamente obrigue a realização de diligência, quando poderá ser prorrogado em prazo equivalente ao de duração da diligência.

Art. 115. Caberá recurso contra:

I - indeferimento do pedido de reconsideração; e

II - decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades competentes.

Art. 116. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de até 15 (quinze) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

§ 1º Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

§ 2º O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Art. 117. O direito de requerer prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, para atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou para atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes do exercício de cargo público e de direitos previstos em lei;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

§ 1º O prazo de prescrição será contado a partir da data:

I - da publicação do ato impugnado;

II - da ciência do ato pelo interessado, quando não publicado;

III - em que passou a vigorar o direito ao crédito.

§ 2º A prescrição é de ordem pública e não será relevada.

§ 3º O requerimento, o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 118. Para o exercício do direito de petição, será assegurada vista do processo ou documento ao servidor na unidade administrativa responsável pela guarda do ato, ou ao procurador por ele constituído, na forma da lei.

Art. 119. A autoridade que cometeu o ato ilegal, quando do reconhecimento do vício, a qualquer tempo, deverá rever o ato e providenciar as medidas necessárias a sua anulação.

Art. 120. Os prazos estabelecidos neste Capítulo são definitivos e improrrogáveis, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, amplamente reconhecido ou satisfatoriamente comprovado por aquele que o alegar.

CAPÍTULO VII DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art.121. Os servidores públicos municipais efetivos, comissionados e contratados em caráter temporário, emergencial e excepcional, serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, mantido pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, para o qual deverão contribuir regularmente.

CAPÍTULO VIII DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 122. Considera-se tempo de serviço público o tempo de efetivo exercício em cargo público de Quadro da Administração Pública Municipal, e ainda, na forma desta Lei, os períodos de:

I - férias;

II - licenças remuneradas ou para exercer mandato classista;

III - faltas justificadas;

IV - afastamentos autorizados, na forma da lei;e

V - serviço prestado no exercício de cargo público da Administração direta, autárquica e fundacional da União, de Estado, do Distrito Federal e de Municípios.

Art. 123. O tempo de serviço público municipal será apurado em dias, e estes serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, procedendo a sua computação à vista dos elementos comprobatórios de frequência, observado o disposto no art. 122.

Parágrafo único. É vedada a contagem de tempo de serviço prestado concorrente ou simultaneamente em cargos ou empregos públicos, exercidos de forma acumulada, ou em atividade privada.

Art. 124. A comprovação do tempo de serviço público, para fins de averbação nos assentamentos funcionais do servidor, será procedida mediante certidão que obedeça aos seguintes requisitos:

I - expedição por órgão ou entidade competente e assinatura da autoridade responsável pela expedição do ato;

II - declaração de que os elementos da certidão foram extraídos da documentação existente no respectivo órgão ou entidade, anexando-se cópia dos atos de admissão e desligamento do cargo;

III - discriminação do cargo, emprego ou função exercidos e a natureza do seu provimento;

IV - indicação das datas de início, interrupção e término do efetivo exercício; e

V - conversão dos dias de efetivo exercício em ano, na base de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano.

Parágrafo único. Será admitida a justificação judicial como prova de tempo da prestação de serviço público, na forma de regulamento próprio, tão somente em caráter subsidiário ou complementar, com razoável prova material pertinente ao período abrangido, vedada a prova testemunhal exclusiva, e desde que evidenciada a impossibilidade de atendimento dos requisitos deste artigo.

TÍTULO VII DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 125. São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - ser assíduo e pontual ao serviço;

IV - procurar permanentemente a melhoria e o desenvolvimento da qualidade dos serviços prestados;

V - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;

VI - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

VII - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas aquelas protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) a pedidos de informações da Câmara Municipal;

d) a pedidos de documentos e esclarecimentos solicitados, em diligências, por sindicantes ou comissão de inquérito;

e) a requisições para defesa da Fazenda Pública;

VIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

IX - buscar capacitar-se profissionalmente, inclusive aproveitando os cursos promovidos pela Administração Pública Municipal;

X - não revelar assuntos sigilosos que venha a conhecer em razão do cargo ocupado, salvo se em decorrência do cumprimento do dever legal;

XI - levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que tiver sido cientificado em razão do exercício do cargo;

XII - zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

XIII - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XIV - apresentar-se ao serviço convenientemente trajado ou, quando for o caso, uniformizado;

XV - tratar com urbanidade as pessoas;

XVI - encaminhar à área de recursos humanos documentos exigidos em lei ou regulamento, bem como informação de alteração dos registros cadastrais próprios.

Parágrafo único. A representação de que tratam os incisos VIII e XI deste artigo será encaminhada pela via hierárquica e instruída ou apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 126. Será considerado conivente o superior hierárquico que, recebendo denúncia de falta grave cometida por servidor, deixar de tomar as providências cabíveis para a devida apuração das faltas.

CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 127. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização da chefia imediata;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

IV - coagir ou aliciar subordinado com o intuito de que se filie a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

V - referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, a agentes públicos políticos ou administrativos, a instituições públicas e a atos da Administração Pública Municipal, podendo, em trabalhos assinados, tecer análise crítica de cunho técnico-doutrinário, com vistas ao desenvolvimento institucional e à organização do serviço, mantido o respeito às pessoas;

VI - proceder de forma desidiosa ou com falta de decoro, no ambiente de trabalho;

VII - retirar, modificar ou substituir, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto pertencente e/ou existente na unidade administrativa;

VIII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações transitórias e de emergência;

IX - exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos, dentro da repartição;

X - entreter-se nos locais e horas de trabalho em atividade estranha ao serviço;

XI - praticar usura, sob quaisquer de suas formas;

XII - cometer a pessoa estranha à unidade administrativa, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua própria responsabilidade ou de seu subordinado;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro;

XIV - exercer atividades que sejam incompatíveis com o exercício de cargo ou função e com o horário de expediente;

XV - fazer contratos, tácitos ou expressos, de natureza comercial ou industrial, com a Administração Pública Municipal;

XVI - exercer cargo de direção ou administração, manter relações empregatícias ou integrar conselho, em empresa ou instituição contratada pela Administração Pública Municipal;

XVII - exercer comércio em circunstância que lhe propicie se beneficiar do fato de ser também servidor público;

XVIII - revelar fato ou informação que conheça em razão do cargo ou função exercida e de que deveria guardar sigilo;

XIX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou para outrem, em detrimento da dignidade no exercício da função pública;

XX - atuar como procurador ou intermediário junto à Administração Pública Municipal, salvo quando se tratar do pleito de benefícios previdenciários ou assistenciais de dependentes e de cônjuge ou companheiro;

XXI - receber ou propor que lhe seja dada propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XXII - utilizar pessoal, serviços contratados ou recursos materiais da Administração Pública Municipal em proveito particular próprio ou alheio; e

XXIII - praticar atos de sabotagem contra o patrimônio ou o serviço público.

CAPÍTULO III

DA ACUMULAÇÃO LÍCITA E DA APURAÇÃO DA ACUMULAÇÃO ILÍCITA

Art. 128. Ressalvados os casos previstos na Constituição da República, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas e empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Art. 129. O servidor não poderá exercer mais de um cargo de provimento em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 130. O servidor vinculado ao regime desta Lei que acumular lícitamente 2 (dois) cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos de provimento efetivo.

§ 1º O afastamento previsto ocorrerá apenas em relação a um dos cargos se houver compatibilidade de horários.

§ 2º O servidor que se afastar de um dos cargos que ocupa poderá optar pela remuneração deste ou pela do cargo de provimento em comissão.

Art. 131. Detectada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade que tiver ciência da irregularidade notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 (dez)

dias, contados da data da notificação, e na hipótese de omissão do servidor, adotará procedimento sumário para a apuração do ilícito e regularização imediata da situação, por meio de processo administrativo disciplinar especial, que se desenvolverá com observância das seguintes fases:

I - instauração, com a publicação no órgão oficial de divulgação do ato de constituição da comissão, integrada por 2 (dois) servidores estáveis, e, simultaneamente, a indicação da autoria e da materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, compreendendo indiciamento, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º A indicação da autoria, de que trata o inciso I, dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade, pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º A comissão lavrará, até 3 (três) dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento, em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa escrita, sendo-lhe assegurada a vista do processo na unidade administrativa.

§ 3º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará quanto à legalidade da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade que o instaurou, para julgamento.

§ 4º No prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, a demissão ou a cassação da aposentadoria ou disponibilidade.

§ 5º A opção por um dos cargos, pelo servidor, até o último dia de prazo para defesa, configurará sua boa-fé, hipótese em que o ato de opção se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 6º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, sendo comunicados do fato os órgãos ou entidades a que se vinculara o servidor.

§ 7º O prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá a 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de constituição

da comissão, admitida a prorrogação por até 15 (quinze) dias, por decisão de autoridade competente.

§ 8º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, sendo-lhe aplicadas supletivamente as disposições desta Lei, no que concerne ao regime e ao processo administrativo disciplinar.

CAPÍTULO IV

DO ABANDONO DE CARGO E DA INASSIDUIDADE HABITUAL

Art. 132. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, será adotado igual procedimento sumário, por meio de processo administrativo disciplinar especial, conforme previsto no Capítulo anterior, observando-se especialmente:

I - a indicação da materialidade, que se dará:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço, superior a 30 (trinta) dias; e

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta injustificada ao serviço, por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias intercalados, durante o período de 12 (doze) meses;

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal aplicável, opinará, no caso de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço por prazo superior a 30 (trinta) dias e remeterá o processo à autoridade que o instaurou, para julgamento.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 133. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 134. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo à Administração Pública Municipal ou a terceiros.

§ 1º A indenização pelo prejuízo dolosamente causado à Administração Pública Municipal será liquidada na forma prevista no art. 62 desta Lei, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Administração Pública Municipal, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 135. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 136. A responsabilidade penal abrange as contravenções e os crimes imputados ao servidor, nessa qualidade.

Art. 137. As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 138. A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou da sua autoria.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 139. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão; e

IV - destituição de cargo em comissão.

Art. 140. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem à Administração Pública Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 1º Para os efeitos do caput, são circunstâncias agravantes da pena:

I - a premeditação;

II - a reincidência;

III - o conluio;

IV - a continuação; e

V - o cometimento do ilícito:

a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo administrativo disciplinar;

b) com abuso de autoridade;

c) durante o cumprimento da pena;

d) em público.

§ 2º Para os efeitos do caput, são circunstâncias atenuantes da pena:

I - haver sido mínima a cooperação do servidor no cometimento da infração; e

II - ter o servidor:

a) procurado espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar ou minorar suas consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano civil;

b) cometido a infração sob coação de superior hierárquico a que não podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por

ato injusto de terceiros;

c) confessado espontaneamente a autoria de infração ignorada ou imputada a outrem;

d) mais de 5 (cinco) anos de serviço com bom comportamento, antes da infração.

§ 3º O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 141. A advertência será aplicada por escrito, nos casos em que incorrer o servidor em conduta configurada como proibida, nos termos dos incisos I a IX do art. 127 desta Lei e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 142. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, sendo aplicada, inclusive, nos seguintes casos:

a) ofensa moral contra pessoa no recinto da Administração Pública;

b) indisciplina;

c) impontualidade;

d) quando, recebendo denúncia de irregularidade, deixar de tomar providências cabíveis para a devida apuração das faltas;

e) não concluir, salvo motivo comprovado, sindicância ou processo administrativo disciplinar no prazo legal.

§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de até 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 143. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 144. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a Administração Pública Municipal;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - insubordinação grave em serviço;

VI - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa, própria ou de outrem;

VII - aplicação irregular dolosa de dinheiro público;

VIII - lesão aos cofres públicos;

IX - dilapidação do patrimônio municipal;

X - corrupção;

XI - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XII - transgressão do disposto nos incisos XIV a XXIII do art. 127 desta Lei;

XIII - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

XIV - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição pública; e

XV - inobservância dolosa da legislação financeira aplicável à Administração Pública, em prejuízo dos direitos de terceiros.

Art. 145. Será cassada a aposentadoria concedida, na forma da legislação aplicável, ou a disponibilidade do servidor que:

I - praticar, quando na atividade, falta punível com demissão; e

II - usar meios fraudulentos para obter a concessão do benefício.

Art. 146. Será destituído do cargo de provimento em comissão o servidor não investido em cargo de provimento efetivo que cometer infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão, nos termos desta Lei.

Art. 147. A demissão e a destituição do cargo em comissão, nos termos dos incisos IV e VII a XI do art. 144 desta Lei, sujeitará o servidor, conforme o caso, à indisponibilidade dos respectivos bens e ao ressarcimento à Administração Pública Municipal, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 148. A demissão ou a destituição de cargo em comissão por infringência ao art. 144, incisos II, III e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 149. O ato de imposição da penalidade aplicada ao servidor mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 150. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara Municipal, quando se tratar de exoneração de cargo comissionado, demissão e cassação de aposentadoria, ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder; e

II - pelos Secretários Municipais, quando se tratar de suspensão superior a 3 (três) dias.

Art. 151. A ação disciplinar prescreverá em:

I - 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - 2 (dois) anos, quanto à suspensão; e

III - 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a contar na data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A publicação de ato que caracterize a abertura de sindicância ou da própria instauração de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição, até a data final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, novo prazo começará a contar a partir do dia em que se formalizou a interrupção, configurando convivência da autoridade responsável a não conclusão da apuração do ilícito.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 152. A autoridade competente que tiver ciência de irregularidade cometida em área de atividade sob a sua supervisão, sob pena de responsabilidade pessoal, é obrigada a promover a apuração imediata do ilícito, mediante instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 153. A denúncia apresentada sobre irregularidade praticada por servidor será objeto de apuração, mediante instauração de processo administrativo disciplinar, desde que se revista das seguintes formalidades, condições e requisitos para seu conhecimento:

I - referir-se a órgão ou entidade componente da Administração Pública Municipal;

II - ser redigida em linguagem clara e objetiva;

III - estar acompanhada de indício de prova convincente; e

IV - conter o nome legível e a assinatura do denunciante, sua qualificação e endereço.

§ 1º O denunciante será informado dos termos da conclusão da apuração da denúncia.

§ 2º Quando a apuração do fato denunciado não confirmar existência de infração disciplinar ou ilícito civil ou penal, o processo será arquivado.

SEÇÃO II DA SINDICÂNCIA

Art. 154. As irregularidades serão apuradas por meio de sindicância, quando:

I - a ciência ou notícia do fato não for suficiente para reconhecer sua configuração ou para apontar o servidor faltoso;

II - sendo identificado o provável agente causador do ilícito, a falta não for confessada, documentalmente provada ou manifestamente evidente.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade competente.

Art. 155. Da sindicância pode resultar:

I - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias; e

II - instauração de processo disciplinar.

Art. 156. Quando o ato ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, bem como de destituição de cargo de provimento em comissão, deverá ser apurado mediante processo administrativo disciplinar.

§ 1º Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

§ 2º Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

SEÇÃO III DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 157. Processo disciplinar é o instrumento jurídico-administrativo destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 158. São autoridades competentes para determinar a instauração do Processo Administrativo Disciplinar os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Art. 159. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis, que não estejam no exercício de cargos em comissão ou funções de confiança, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o presidente da comissão, cujo nível de escolaridade será igual ou superior ao do servidor que responderá a processo.

§ 1º O presidente, autorizado pelo titular do órgão ou entidade, designará 1 (um) servidor estável para secretariar os trabalhos da comissão, caso não escolha membro da própria comissão para cumprir o encargo.

§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de processo disciplinar cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou

colateral, até terceiro grau, o autor da denúncia ou representação ou quem tenha realizado a sindicância.

§ 3º A comissão promoverá as investigações e diligências necessárias, exercendo suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo imprescindível à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração Pública Municipal.

§ 4º Não poderão ser sonegados à comissão documentos ou informações necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos, sob pena de responsabilidade pessoal.

§ 5º As reuniões e as audiências da comissão terão caráter reservado, em local apropriado, delas só podendo participar quem for convidado, por decisão de seus membros.

§ 6º A comissão que dolosamente se manifestar de forma contrária às provas dos autos responderá pelos atos praticados.

Art. 160. O desenvolvimento do processo disciplinar obedecerá às seguintes fases sequenciais:

I - instauração, com a publicação do ato de constituição da comissão;

II - inquérito administrativo, constituído de instrução, defesa e relatório; e

III - julgamento.

Art. 161. O prazo para conclusão do processo disciplinar será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato de constituição

da comissão, admitida prorrogação por igual período quando as circunstâncias o exigirem, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único. Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, podendo seus membros ficar dispensados do registro de frequência, até a data de entrega do relatório final das atividades.

SEÇÃO IV DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 162. A título de cautela, para que o servidor investigado não tente influir na apuração da irregularidade apontada, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar que seja afastado do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado somente uma única vez, por igual prazo, ainda que não concluído o processo, salvo no caso de alcance ou malversação de dinheiro público, quando poderá ser prorrogado até a decisão final do processo.

§ 2º O servidor terá direito a remuneração integral e a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais, enquanto durar o afastamento preventivo.

SEÇÃO V DO INQUÉRITO

Art. 163. O inquérito administrativo obedecerá aos princípios do contraditório e da ampla defesa, com a utilização de todos os meios e recursos admitidos em Direito.

Art. 164. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, e recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 165. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador legalmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial quando a comprovação do fato não depender de conhecimento especial de perito.

Art. 166. A testemunha será intimada a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos do processo.

§ 1º Se a testemunha for servidor da Administração Pública Municipal, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da unidade administrativa onde o servidor está em exercício, com a indicação do dia, hora e local marcados para a inquirição.

§ 2º Serão assegurados transportes e diárias:

I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado; e

II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial para esclarecimento dos fatos.

Art. 167. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha fornecê-lo por escrito.

Parágrafo único. Encerrado o depoimento, será lido o termo e, se aprovado, assinado pelos membros da comissão e pela testemunha depoente.

Art. 168. No caso de mais de uma testemunha, estas serão inquiridas separadamente.

Parágrafo único. Na hipótese de testemunhas diferentes prestarem depoimentos contraditórios, proceder-se-á a acareação entre os depoentes, por solicitação do acusado ou por determinação da comissão.

Art. 169. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do servidor acusado, adotando os mesmos procedimentos utilizados quando da inquirição das testemunhas.

§ 1º No caso de haver mais de 1 (um) servidor acusado, cada qual será ouvido separadamente, promovendo-se acareação entre aqueles que divergirem em suas declarações sobre os mesmos fatos ou circunstâncias.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição de testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, sendo-lhe facultado, porém, reinquirir os depoentes por intermédio do presidente da comissão.

Art. 170. Quando houver dúvidas sobre a sanidade mental do servidor acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por médico psiquiatra designado pelo Município.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados e apensado aos autos do processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 171. Tipificada a infração disciplinar, será formulado o indiciamento do servidor, com a discriminação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas, bem como os dispositivos desta Lei infringidos.

§ 1º O servidor indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão, para apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias, sendo-lhe assegurado vista do processo na unidade administrativa, ou ao respectivo procurador, que poderá levar cópia dos autos em carga.

§ 2º Havendo mais de 1 (um) servidor indiciado, com procuradores diferentes, estes terão vista do processo apenas na unidade administrativa.

§ 3º Havendo 2 (dois) ou mais servidores indiciados, o prazo para apresentação de defesa será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 4º O prazo de defesa poderá, a pedido, ter sua duração prorrogada pelo dobro do tempo assegurado na forma dos §§ 1º e 2º deste artigo, desde que comprovadamente seja tal expediente reputado indispensável à realização de diligências imprescindíveis à defesa.

§ 5º No caso de recusa do servidor indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa será contado da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, confirmado com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 172. O servidor indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar em que poderá ser localizado.

Art. 173. O indiciado que se encontrar em lugar incerto e não sabido será citado por edital publicado no órgão oficial de divulgação e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa, sendo-lhe imputados os custos decorrentes da publicação.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias, contados do dia imediato ao da última publicação do edital.

Art. 174. Considerar-se-á revel o servidor indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o servidor indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará 1 (um) servidor como defensor dativo, que deverá ser estável e ocupante de cargo de provimento efetivo superior ou de mesmo nível ao do servidor indiciado, ou ter nível de escolaridade igual ou superior, de preferência com formação em Direito.

Art. 175. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor indiciado, resumindo os termos das peças principais dos autos e identificando as provas em que se baseou para formar sua convicção.

Parágrafo único. Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará as disposições legais ou regulamentares transgredidas, bem como possíveis circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 176. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SEÇÃO VI DO JULGAMENTO

Art. 177. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo disciplinar, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º Se a penalidade a ser aplicada exceder à alçada da autoridade instauradora do processo, serão os autos encaminhados à autoridade competente para tal, que terá igual prazo para decidir.

§ 2º Havendo mais de 1 (um) servidor indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º Se a penalidade prevista for a de demissão ou a de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, o julgamento do processo caberá aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, em cada caso.

§ 4º O julgamento realizado fora do prazo legal não prejudicará a validade do processo disciplinar.

Art. 178. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando a manifestação da comissão revelar-se contrária à prova dos autos.

§ 1º Sendo concluído pela inocência do servidor, a autoridade julgadora do processo disciplinar determinará o seu arquivamento.

§ 2º No caso de o relatório da comissão contrariar a prova dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor da responsabilidade.

Art. 179. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo disciplinar ou outra de hierarquia superior declarará sua nulidade total ou parcial e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo disciplinar.

§ 1º A autoridade julgadora que der causa à prescrição da ação disciplinar será responsabilizada, nos termos deste Estatuto.

§ 2º Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 180. Quando a infração puder ser capitulada como crime, cópia do processo disciplinar, autenticada por autoridade administrativa, será remetida ao Ministério Público para instauração de ação penal cabível.

Art. 181. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá requerer exoneração ou aposentadoria voluntária depois de concluído o processo, e se for o caso, cumprida a penalidade.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor ter sido exonerado a pedido e vir a ser responsabilizado em processo disciplinar, o ato de exoneração será convertido em demissão.

SEÇÃO VII DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 182. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido do servidor interessado ou de ofício, caso surjam fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do servidor punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º O recurso de revisão poderá ser interposto:

I - a pedido do interessado;

II - de ofício, pelo titular do órgão ou entidade responsável pela instauração do processo disciplinar;

III - em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, por qualquer familiar até terceiro grau; e

IV - pelo curador do servidor mentalmente incapaz.

§ 2º O requerimento de revisão será dirigido ao titular do órgão ou entidade em que foi instaurado o processo disciplinar.

§ 3º A simples alegação de injustiça da penalidade não constituirá motivo para o pedido de revisão, que deverá ser baseada em fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

Art. 183. A autoridade competente designará nova comissão para proceder à revisão do processo disciplinar, na hipótese de a assessoria jurídica do órgão ou entidade, em parecer fundamentado, reconhecer que o pedido de revisão está revestido dos pressupostos de admissibilidade.

§ 1º A constituição e a forma de atuar da comissão revisora obedecerão, no que couber, às normas e procedimentos próprios do processo disciplinar.

§ 2º A comissão terá 60 (sessenta) dias para concluir os trabalhos da revisão.

Art. 184. O processo de revisão correrá em apenso ao processo disciplinar originário.

§ 1º Na petição inicial, será requerida a designação de dia, local e hora para a produção de provas e inquirição de testemunhas arroladas.

§ 2º O ônus da prova caberá ao requerente.

Art. 185. O julgamento da revisão caberá à autoridade que aplicou a penalidade ao servidor.

Parágrafo único. O prazo para que seja processado o julgamento será de 20 (vinte) dias, contados da data de entrega do processo pela comissão revisora, podendo, conforme o caso, a autoridade julgadora determinar novas diligências e a reapreciação do processo.

Art. 186. Julgadas procedentes as razões que fundamentaram a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão não resultará agravamento de penalidade aplicada.

Art. 187. O pedido de revisão não suspende a execução da decisão ou os efeitos dela decorrentes.

TÍTULO VIII DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS E DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 188. O Magistério Público Municipal será regido pelos seguintes princípios básicos:

I - Habilitação profissional: condição essencial que habilita o exercício do Magistério mediante comprovação de titulação específica;

II - Profissionalização: entendida como sendo a dedicação ao Magistério, para o que são necessárias:

a) Eficiência: habilidade, técnica, relações humanas que evidenciam tendência pedagógica, adequação metodológica e capacidade de empatia para o exercício do cargo;

b) Consciência social: comprometimento com as transformações sociopolíticas e com o papel que lhe compete no processo da educação;

c) Condições de trabalho: existência de condições no ambiente de trabalho, pessoal coadjuvante qualificado e material didático adequado;

III - Valorização da qualificação: decorrente de cursos e estágios de formação, atualização, aperfeiçoamento e especialização;

IV - Valorização profissional: condições de trabalho compatíveis com a dignidade da profissão e remuneração condigna com a qualificação exigida para o exercício da atividade, sem distinção de graus escolares em que atue o membro do Magistério.

Art. 189. São assegurados aos membros do Magistério Público Municipal os direitos de associação profissional ou sindical, na forma da Lei.

Parágrafo único. O "Dia do Professor" será anualmente comemorado no dia 15 (quinze) de outubro, podendo nesse dia ser decretado ponto facultativo para todos os membros do Magistério Público Municipal.

Art. 190. É instituído o mês de abril de cada ano como data-base da categoria dos membros do Magistério Público Municipal para realização de negociação coletiva entre a categoria e o Município.

Art. 191. Os membros do Magistério Público Municipal ficam submetidos a este Estatuto e ao disposto na Lei que institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal.

CAPÍTULO II DA LOTAÇÃO E REMOÇÃO

Art. 192. A lotação representa, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, a força de trabalho necessária ao desempenho das atividades específicas de uma unidade educacional.

Art. 193. A lotação indica o número de cargos de uma unidade educacional dimensionados por classe ou atividade.

Art. 194. Os membros do Magistério Público Municipal terão lotação na estrutura central da Administração Pública municipal e exercício nos órgãos e unidades administrativas para onde forem designados, observado o interesse público.

Art. 195. A remoção é o deslocamento do membro do Magistério Público Municipal de sua lotação para outra, de ofício ou a pedido.

Parágrafo único. A remoção de ofício ou a pedido será na forma estabelecida na Lei que institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras dos Profissionais do Magistério Público Municipal.

CAPÍTULO III DO REGIME DE TRABALHO

Art. 196. O Magistério Público Municipal adotará o seguinte regime de trabalho:

I - docentes: 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a carga horária curricular das unidades educacionais.

II - não docentes: 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

CAPÍTULO IV DO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA E DEMAIS ATIVIDADES LIGADAS AO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 197. O exercício da docência na carreira do Magistério Público Municipal e demais atividades exige, como qualificação mínima, aquela estabelecida na legislação federal aplicável.

TÍTULO IX DOS ESTÁGIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 198. A Administração Pública Municipal poderá aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados nos níveis superior, médio profissionalizante e supletivo, de acordo com o disposto na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, e demais disposições constantes de legislação municipal específica que disciplina a matéria.

Art. 199. A realização do estágio será mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente.

Art. 200. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que os valores recebidos terão a natureza de bolsa de estudo, pela contraprestação pecuniária do estágio desenvolvido.

Parágrafo único. Os valores da bolsa de estudo serão de até 1 (um) salário mínimo nacional unificado, e proporcionais ao tempo de duração semanal do estágio a ser prestado.

TÍTULO X DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 201. Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição da República, poderão ser realizadas contratações de pessoal por tempo determinado, sendo competentes para realizar a contratação as autoridades previstas no art. 14 desta Lei.

§ 1º Para os fins do caput, entende-se por necessidade temporária de excepcional interesse público, sem prejuízo do fixado em lei municipal específica, que poderá dispor acerca das hipóteses e dos critérios para as contratações de servidores temporários:

I - a construção de obras certas;

II - limpeza urbana, coleta de lixo, operação de máquinas e equipamentos rodoviários, veículos, computadores e outros do gênero;

III - atendimento a situações emergenciais e de calamidade pública provocadas por fatores climáticos adversos, entre outros, os de natureza atmosférica, pluviométrica, geológica e psicossocial;

IV - contratação de professores admitidos em caráter temporário, para substituir o titular do cargo no Magistério Público Municipal, em casos de afastamento legalmente previsto, nos termos desta Lei, garantindo a continuidade das aulas nas unidades de educação infantil e ensino fundamental do Município ou municipalizadas, bem como para o preenchimento de vagas excedentes e transitórias;

V - substituição do titular, nos casos das licenças previstas nesta Lei, afastamento preventivo por conta de processo administrativo disciplinar, afastamento para exercício de mandato eletivo, afastamento para exercício de cargo de provimento em comissão e para atender e desenvolver funções resultantes de convênios de interesse do Município, nos termos desta Lei;

VI - em outras situações não previstas neste parágrafo, mas que justifiquem a contratação temporária de excepcional interesse público.

§ 2º Nenhuma contratação temporária de excepcional interesse público poderá ter duração superior a 1 (um) ano, sendo improrrogável e limitando-se, ainda:

I - no caso dos incisos I, II, III e VI do parágrafo anterior, ao prazo necessário à realização das obras ou serviços;

II - no caso dos incisos IV e V, ao prazo correspondente às licenças ou afastamentos dos titulares, ressalvado o caso do inciso V, in fine, quando a contratação terá duração até o final do respectivo ano letivo, nos termos da lei municipal específica.

§ 3º A contratação temporária de que trata o caput será realizada mediante processo seletivo, ressalvados os casos de excepcional emergência, nos termos dos incisos III e VI do § 1º deste artigo, sendo que o aviso do edital de convocação deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico municipal.

§ 4º Nas contratações temporárias, serão observados os padrões de vencimento dos cargos e planos de carreira do órgão ou entidade contratante, sendo vedado o desvio de função do contratado, bem como sua recontração, sob pena de nulidade do contrato e responsabilização administrativa, civil, criminal e política da autoridade contratante.

TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 202. Ficam resguardados os direitos adquiridos do servidor investido em cargo de provimento efetivo até a data de início de vigência do presente Estatuto.

Art. 203. A opção do servidor pela fruição de direitos decorrentes desta Lei é irretratável.

Art. 204. Os atos de que resulte alteração da situação funcional ou da remuneração do servidor só adquirirão eficácia, passando então a produzir todos os efeitos legais, após a publicação no órgão oficial de divulgação.

Art. 205. O "Dia do Servidor Público Municipal" será anualmente comemorado no dia 28 (vinte e oito) de outubro, podendo nesse dia ser

decretado ponto facultativo na Administração Pública Municipal.

Art. 206. Por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer de seus direitos ou sofrer qualquer espécie de discriminação, nem se eximir do cumprimento dos deveres legais.

Art. 207. Poderão ser instituídos, no âmbito de cada Poder, os seguintes incentivos funcionais, além dos eventualmente previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos de sua autoria, que favoreçam o aumento de produtividade e a redução de custos operacionais da Administração Pública Municipal; e

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 208. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente da Administração Pública Municipal.

Art. 209. São isentos de taxas os requerimentos, as certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessarem ao servidor, ativo ou inativo, nessa qualidade.

Art. 210. Ao servidor sujeito a regime jurídico especial normatizado por estatuto e lei próprios serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições contidas neste Estatuto.

Art. 211. Caberá aos Chefes dos Poderes Legislativo e Executivo, nas respectivas esferas de competência, expedir os atos de regulamentação necessários à plena execução desta Lei, quando necessário, respeitada a competência privativa e reservada do Poder Legislativo Municipal.

Art. 212. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 213. Ficam revogadas expressamente as seguintes Leis Municipais:

- a) Lei Complementar n. 5, de 16 de agosto de 2000;
- b) Lei Complementar n. 6, de 29 de novembro de 2000; e
- c) Lei Complementar n. 19, de 27 de dezembro de 2006.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 15 de maio de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 045/2015

LEI COMPLEMENTAR N. 045, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Institui o Plano de Carreira para os Servidores do Magistério Público Municipal de Iomerê e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreira para os servidores do magistério público do Município de Iomerê, integrado por cargos permanentes, em provimento efetivo, e cargos em comissão, classificados na forma desta Lei.

Parágrafo único. O Plano está voltado para a valorização e o incentivo ao Profissional do Magistério, com o desenvolvimento da carreira profissional na Rede Municipal de Educação e o estímulo ao efetivo exercício da docência ou da atividade pedagógica e à qualificação permanente.

Art. 2º O regime jurídico aplicado aos servidores de carreira regidos por esta Lei é o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iomerê.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Administração Pública Municipal: a Administração Pública do Município de Iomerê, abrangendo sua Administração direta;

II - Aposentadoria: ato pelo qual a Administração Pública municipal investe o ocupante de cargo de provimento efetivo na condição de servidor público inativo, sendo que seus proventos serão pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

III - Áreas de Atividade: centros de serviços especializados que compõem as unidades administrativas da Administração direta;

IV - Cargo Público: posição jurídica estabelecida na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente pago pelo erário municipal, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei;

V - Carreira: o conjunto de cargos, do menor para o maior nível de classe, de maneira ascendente, pertencentes ao quadro único dos servidores públicos do magistério municipal;

VI - Classe: o conjunto de cargos da mesma complexidade e/ou especificações exigidas, de igual padrão de vencimentos, com base na graduação vertical ascendente em cada nível, indicando a progressão por merecimento, representado por números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9;

VII - Gratificações: vantagens pecuniárias atribuídas precariamente ao servidor que esteja prestando serviços comuns em condições anormais de segurança, salubridade ou onerosidade, ou concedidas como ajuda ou incentivo ao servidor que apresente encargos pessoais ou peculiaridades funcionais que a lei especificar;

VIII - Grupo Ocupacional: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

IX - Lotação: número de servidores que podem ser classificados num órgão ou numa unidade administrativa, representando a força de trabalho da Administração Pública municipal;

X - Nível: graduação ascendente existente no grupo ocupacional dos profissionais do serviço público;

XI - Órgãos: centros de serviços complexos e de processamento de competências, formados por diversas unidades administrativas, responsáveis pelo exercício de funções típicas da Administração Pública municipal;

XII - Quadro: conjunto de carreiras, cargos isolados e funções gratificadas de um mesmo serviço, órgão ou Poder;

XIII - Plano de Carreira: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e os procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos servidores do magistério público municipal;

XIV - Progressão Funcional por Merecimento: avanço horizontal do servidor na escala salarial horizontal, conforme avaliação de desempenho estipulada por esta Lei;

XV - Progressão Funcional por Tempo de Serviço: avanço horizontal do servidor na escala horizontal que ocorre a cada 3 (três) anos de efetivo serviço na Administração Pública municipal;

XVI - Referência: letra que estabelece a linha horizontal de progressão funcional por tempo de serviço, designada pelas letras "A" a "I";

XVII - Remuneração ou Vencimentos: somatório do valor mensal pago ao servidor público, correspondente ao vencimento do cargo mais vantagens pecuniárias;

XVIII - Servidor Público ou Servidor: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão da Administração Pública municipal, mantendo com o poder público relação de trabalho de natureza profissional e caráter não eventual, sob vínculo de dependência;

XIX - Profissional do Magistério: servidor investido no cargo que exerce atividades de Docência e Pedagogia Escolar, incluídas a administração escolar e a gestão do processo pedagógico;

XX - Docência: o conjunto de atividades pedagógicas e didáticas de atendimento direto a alunos da educação básica: educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos;

XXI - Pedagogia Escolar: o conjunto de atividades exercidas por profissional do magistério habilitado nos termos da Lei, destinadas a coordenação, supervisão, orientação, organização e gestão do processo pedagógico;

XXII - Vantagens Pecuniárias: acréscimos aos vencimentos constituídos em caráter definitivo ou em caráter transitório, a título de adicionais, gratificações e indenizações, na forma da Lei;

XXIII - Vencimento: retribuição pecuniária mensal, fixada em Lei, paga ao servidor em efetivo exercício de cargo ou função pública, correspondente ao valor previsto na respectiva tabela de vencimentos; e

XXIV - Vencimento-Base: considera-se o menor vencimento pago pelo Município, para fins de cálculo dos adicionais, na forma da Lei.

CAPÍTULO II

Seção I DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 4º Os cargos de provimento em comissão obedecerão às previsões de quantidades e vencimentos estabelecidos na legislação referente à estrutura administrativa do Município de Iomerê.

Parágrafo único. As vagas dos cargos de provimento em comissão deverão ser preenchidos, no mínimo, com percentual de 20% (vinte por cento) de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Seção II DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 5º Ficam criados os cargos permanentes, de provimento efetivo, nas quantidades e com vencimentos constantes nos Anexos I a VII desta Lei.

CAPÍTULO III DO INGRESSO E DA LOTAÇÃO

Art. 6º A investidura em cargo público, em nível de referência e classe inicial de carreira, dependerá de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos.

Parágrafo único. A habilitação exigida para a posse em cada cargo do quadro de pessoal permanente da Administração Pública municipal é a consignada no Anexo VII desta Lei.

Art. 7º Os servidores terão lotação na estrutura central da Administração Pública municipal e exercício nos órgãos e unidades administrativas para onde forem designados, observado o interesse público.

CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO, TETO E REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO

Art. 8º Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas nesta Lei e nas demais legislações específicas.

§ 1º A remuneração mensal dos servidores ativos e inativos do magistério não poderá ultrapassar o limite do teto, no caso, os subsídios do Prefeito, conforme definido em lei específica.

§ 2º Define-se o mês de abril como data-base para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 3º O vencimento é irredutível, salvo nos casos de erro administrativo ou nulidade anterior na sua fixação, devidamente apurado em regular processo administrativo, inclusive com direito ao contraditório e à mais ampla defesa dos respectivos interessados.

CAPÍTULO V DOS DESCONTOS

Art. 9º Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre remuneração ou provento, exceto descontos legais e multas de trânsito originárias de infrações cometidas pelo servidor, na direção de veículos oficiais do município.

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da Administração Pública municipal e com reposição dos custos, quando significativamente onerosos.

§ 2º Ocorrendo demissão ou exoneração do servidor e havendo consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, aquele deverá assinar termo de responsabilidade pelas parcelas restantes, isentando o ente municipal de qualquer responsabilidade ou ônus sobre o saldo devedor.

CAPÍTULO VI DAS PROGRESSÕES FUNCIONAIS E DAS INCORPORAÇÕES

Art. 10. Incorpora-se ao patrimônio do servidor, passando a integrar sua remuneração, a expressão monetária das progressões funcionais por merecimento e por tempo de serviço, sendo que em nenhum caso poderão ultrapassar os limites percentuais estabelecidos nesta Lei.

Art. 11. Acarretam suspensão ou interrupção da contagem do tempo de serviço para efeito de progressão funcional por merecimento ou por tempo de serviço:

I - suspensão, quando no curso do período aquisitivo o servidor tenha gozado as seguintes licenças e afastamentos:

- a) licença para tratamento de saúde, decorrente ou não de acidente de trabalho, quando superior a 15 dias;
- b) licença a gestante ou adotante por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias;

- c) licença por motivo de doença em pessoa da família;
- d) licença para concorrer a cargo eletivo;
- e) licença para o serviço militar obrigatório;
- f) licença para tratar de interesses particulares;
- g) licença para acompanhar cônjuge servidor público;
- h) licença para desempenho de mandato classista;
- i) afastamento para exercício de mandato eletivo, desde que a remuneração fique a cargo do Município de Iomerê;
- j) afastamento sem remuneração para exercício de mandato eletivo; e
- l) quaisquer outras licenças e afastamentos não remunerados não previstos nos itens anteriores.

II - interrupção, quando no curso do período aquisitivo o servidor:

- a) tenha sido condenado a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
- b) tenha recebido conceito insatisfatório ou regular nas avaliações bianuais de desempenho;
- c) tenha recebido 2 (duas) penalidades de advertência;
- d) tenha recebido penalidade de suspensão disciplinar; e
- e) contar com mais de 03 (três) faltas injustificadas durante o período aquisitivo.

§ 1º O servidor poderá, a qualquer momento, solicitar informações acerca do seu tempo de serviço para efeitos de progressão funcional por merecimento e por tempo de serviço, bem como da suspensão ou interrupção da respectiva contagem, podendo apresentar pedido de reconsideração ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo no prazo de 10 (dez) dias, o qual será decidido em igual prazo.

§ 2º Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico voluntário ao Chefe do respectivo Poder no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação da suspensão ou interrupção do prazo para progressão funcional por merecimento ou por tempo de serviço, o qual será decidido em igual prazo.

§ 3º Nos casos de suspensão, os períodos previstos no inciso I deste artigo serão excluídos da contagem do prazo para a progressão funcional por merecimento ou por tempo de serviço, e nos casos de interrupção previstos no inciso II deste artigo, a contagem do prazo para a progressão funcional por merecimento e por tempo de serviço terá início após a cessação do motivo que impediu sua anterior concessão.

Seção I DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO

Art. 12. A progressão funcional por merecimento dar-se-á com o avanço progressivo na escala salarial horizontal, correspondente a 3% (três por cento) sobre o vencimento inicial fixado para a classe respectiva do servidor, após prévia avaliação de desempenho, levando-se em consideração os critérios previstos nesta Lei, e ocorrerá a cada 3 (três) anos, sempre no mês de abril, até o limite de 24% (vinte e quatro por cento) do vencimento inicial do respectivo cargo, conforme tabela constante do Anexo V desta Lei.

§ 1º O servidor público estável do magistério fará jus à progressão funcional por merecimento no ano em que completar o período aquisitivo, respeitada a data-base prevista no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito da progressão funcional por merecimento, somente será computado o tempo de serviço prestado ao serviço público do Município de Iomerê.

§ 3º A primeira avaliação para fins de progressão funcional por merecimento será realizada depois de preenchidos os requisitos legais, a contar da publicação desta Lei, mediante requerimento dirigido ao Chefe do Poder Executivo.

§ 4º Caso não alcance o grau de merecimento mínimo durante o período avaliado, que será de 3 (três) anos, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontrava anteriormente à avaliação de desempenho, devendo cumprir o interstício exigido de efetivo exercício nesse padrão, para efeito de nova avaliação de desempenho.

§ 5º A vantagem pecuniária de que trata o caput será devida apenas aos servidores públicos municipais de carreira do magistério, ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis no serviço público municipal, sendo incorporável aos seus proventos de aposentadoria.

§ 6º Não será contado como tempo de serviço, para os fins do disposto no caput deste artigo, o período de atuação do servidor em estágio probatório e contratos por prazo determinado, bem como em cargo de provimento em comissão, exceto, neste último caso, quando o servidor for ocupante de cargo de provimento efetivo e estável.

Art. 13. A avaliação de desempenho para fins de progressão funcional por merecimento deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, contraditório e ampla defesa.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação dará conhecimento prévio ao servidor dos critérios, normas e padrões para avaliação de desempenho.

§ 2º A avaliação de desempenho será realizada mediante a observância dos seguintes critérios de julgamento:

I - Qualidade de trabalho: verificação do grau de perfeição dos resultados obtidos com o esforço do servidor aplicado ao trabalho, traduzido em exatidão, produtividade, confiabilidade, clareza, ordem e boa apresentação das tarefas executadas;

II - Pontualidade: verificação do cumprimento, pelo servidor, dos horários estabelecidos no local de trabalho;

III - Assiduidade: verificação da frequência do servidor ao local de trabalho;

IV - Responsabilidade: verificação do grau de cumprimento dos deveres e obrigações inerentes às tarefas desenvolvidas pelo servidor, nos termos da legislação específica;

V - Relacionamento interpessoal: análise do relacionamento do servidor com colegas, chefes e o público em geral

VI - Zelo pelos recursos financeiros e materiais: verificação do cuidado que o servidor dispensa aos recursos financeiros e materiais sob sua responsabilidade, nos termos da legislação específica;

VII - Iniciativa: análise da capacidade de pensar e agir diante de eventual ausência de normas e orientações superiores, ou em situações imprevistas de trabalho, bem como de se adaptar às mudanças nos objetivos e rotinas a que vem sendo submetido;

VIII - Criatividade: verificação da capacidade do servidor de desenvolver novos padrões de pensamento, ter ideias originais e propor soluções alternativas aos problemas surgidos no trabalho; e

IX - Cooperação: análise do interesse e da predisposição do servidor em colaborar com os colegas de trabalho, com a chefia e com os representantes dos demais órgãos da Administração Pública municipal na execução do trabalho diário, no desenvolvimento de projetos ou na formulação de políticas institucionais.

§ 3º O sistema de avaliação observará a seguinte ponderação para a avaliação de desempenho:

FATORES – CONCEITOS:	PESO POR FATOR (%)
Qualidade de trabalho:	15
Pontualidade:	5
Assiduidade:	5
Responsabilidade:	15
Relacionamento interpessoal:	10
Zelo pelos recursos financeiros e materiais:	15
Iniciativa:	15
Criatividade:	10
Cooperação:	10
TOTAL DOS FATORES:	100

§ 4º Observando a ponderação para a avaliação de desempenho prevista no parágrafo anterior, o servidor terá a seguinte avaliação:

I - Excelente;

II - Bom;

III - Regular; e

IV - Insatisfatório.

§ 5º O servidor, considerados todos os critérios de julgamento, receberá os seguintes conceitos:

I - Excelente: de 80% (oitenta por cento) a 100% (cem por cento) da pontuação máxima admitida;

II - Bom: de 60% (sessenta por cento) a 79% (setenta e nove) da pontuação máxima admitida;

III - Regular: de 50% (cinquenta por cento) a 59% (cinquenta e nove por cento) da pontuação máxima admitida; e,

IV - Insatisfatório: até 49% (quarenta e nove por cento) da pontuação máxima admitida.

§ 6º Somente fará jus à progressão funcional por merecimento o servidor público que obtiver, em todas as avaliações anuais, o conceito excelente (E), que deverá ser obtido da seguinte forma:

I - O número de fatores de desempenho (9) estabelecidos no § 2º deste artigo, multiplicado por 100 (cem) estabelece o número máximo de pontos (900), para a situação de excelente (E), à qual se aplica o peso percentual estabelecido no § 3º deste artigo para determinar a pontuação máxima dos fatores; e

II - Os fatores finais, divididos por 4 (quatro) números de graduações de desempenho (excelente - E, bom - B, regular - R, e insatisfatório - I), com arredondamento imediatamente superior ou inferior, estabelece a pontuação mínima (insatisfatória - I), e a partir desta calculam-se as pontuações intermediárias, aproximadamente o dobro para regular (R) e o triplo para bom (B).

§ 7º Conforme critérios estabelecidos nos incisos do parágrafo anterior, os servidores receberão as seguintes pontuações atribuídas aos fatores de desempenho:

FATORES – CONCEITO	INSATIFATÓRIO (I)	REGULAR (R)	BOM (B)	EXCELENTE (E)
Qualidade de trabalho	34	68	102	135
Pontualidade	11	22	33	45
Assiduidade	11	22	33	45
Responsabilidade	34	68	102	135
Relacionamento interpessoal	23	46	69	90
Zelo pelos recursos financeiros e materiais	34	68	102	135
Iniciativa	34	68	102	135
Criatividade	23	46	69	90
Cooperação	23	46	69	90
TOTAIS DOS FATORES	227	454	681	900

§ 8º Conforme a tabela do parágrafo anterior e os percentuais estabelecidos no § 5º deste artigo, os servidores receberão os seguintes conceitos:

I - Excelente (E): de 720 a 900 pontos (de 80% a 100%);

II - Bom (B): de 540 a 720 pontos (de 60% a 79%);

III - Regular (R): de 450 a 540 pontos (de 50% a 59%); e

IV - Insatisfatório (I): até 450 pontos (até 49%).

Art. 14. A avaliação de desempenho para a progressão funcional por merecimento será realizada por comissão de avaliação, nomeada pelo Prefeito Municipal, composta por três membros, sendo um o Secretário Municipal de Educação, na qualidade de presidente, e outros dois, servidores de carreira do Município, com atuação na mesma unidade escolar do servidor em avaliação, com estabilidade de, pelo menos, três anos de exercício no respectivo órgão ou entidade.

§ 1º Para obtenção da progressão funcional por merecimento, o servidor terá que se submeter anualmente à avaliação de desempenho.

§ 2º A avaliação será homologada pela autoridade imediatamente superior, dela dando-se ciência ao interessado.

§ 3º O conceito de avaliação de desempenho será motivado, exclusivamente, com base na aferição dos critérios previstos nesta Lei, sendo obrigatória a indicação dos fatos, circunstâncias e demais elementos de convicção no termo final de avaliação, inclusive o relatório do colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

§ 4º O servidor será notificado do conceito atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo de 10 (dez) dias, a qual será decidida em igual prazo.

§ 5º Contra a decisão que apreciar o pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico voluntário no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor público.

Art. 15. O conceito da avaliação por desempenho atribuído ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e provas dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação, serão arquivados em pasta individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo.

Art. 16. O servidor que obtiver o conceito insatisfatório ou regular poderá participar de treinamento técnico destinado a promover a

respectiva capacitação.

Parágrafo único. Os custos financeiros decorrentes da capacitação serão suportados integralmente pelo servidor público interessado.

Art. 17. Caso o servidor não alcance os requisitos necessários para a aprovação na avaliação por desempenho, não terá a respectiva progressão e não poderá requerê-la com efeitos retroativos, e nem nos anos seguintes, antes de novo período de aquisição.

Seção II

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 18. A progressão funcional por tempo de serviço será concedida de ofício pela autoridade competente, independentemente de qualquer requerimento do servidor público estável, sempre que este completar 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo, por meio do avanço progressivo na escala salarial horizontal correspondente a 3% (três por cento) sobre o vencimento inicial fixado para a classe respectiva do servidor, até o limite de 24% (vinte e quatro por cento) do vencimento inicial do respectivo cargo, conforme tabela constante do Anexo V desta Lei.

§ 1º Os servidores públicos municipais nomeados para cargo de provimento efetivo até a publicação desta Lei terão direito à contagem do respectivo tempo de serviço, retroativamente, para fins de concessão da progressão funcional por tempo de serviço.

§ 2º Para efeito da progressão funcional por tempo de serviço, somente será computado o tempo de serviço público prestado ao Município de Iomerê, em cargo de provimento efetivo.

§ 3º A vantagem pecuniária de que trata o caput é devida apenas aos servidores públicos municipais de carreira, ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis no serviço público municipal, sendo incorporável aos seus proventos de aposentadoria.

§ 4º Não será contado como tempo de serviço, para os fins do disposto no caput deste artigo, o período de atuação do servidor em estágio probatório e contratos por prazo determinado, bem como em cargo de provimento em comissão, exceto, neste último caso, quando o servidor for ocupante de cargo de provimento efetivo e estável.

§ 5º As progressões funcionais por tempo de serviço obtidas por servidor na vigência de leis anteriores serão computadas para efeito da limitação fixada no caput deste artigo, que é de 24% (vinte e quatro por cento) do vencimento inicial do respectivo cargo.

CAPÍTULO VII DOS ADICIONAIS

Seção I

DO ADICIONAL DE INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 19. O servidor do magistério público fará jus ao adicional de incentivo à formação continuada sempre que apresentar comprovação de participação em cursos relacionados às atribuições do cargo que ocupa, no percentual de 2% (dois por cento) do vencimento inicial do cargo, até o limite de 14% (quatorze por cento) do vencimento inicial do respectivo cargo, conforme tabela constante do Anexo V desta Lei.

§ 1º O servidor do magistério público terá direito ao máximo de 7 (sete) adicionais de incentivo à formação continuada.

§ 2º O adicional de incentivo à formação continuada previsto no caput deste artigo obtido por servidor na vigência de leis anteriores serão computadas para efeito da limitação fixada no caput deste artigo, que é de 14% (quatorze por cento) do vencimento inicial do respectivo cargo.

§ 3º Para obtenção do adicional previsto no caput deste artigo, o servidor terá que cumprir cumulativamente os seguintes requisitos:

a) curso de aperfeiçoamento ou formação continuada com total mínimo de 60 (sessenta) horas, e com validade retroativa há dois anos da data da solicitação, previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação;

b) observância de um interstício mínimo de 1 (um) ano para cada adicional obtido; e

c) frequência em todos os cursos oferecidos pelo Município de Iomerê, independentemente se ocorrerem dentro ou fora do horário de expediente do servidor.

Parágrafo Primeiro. Os cursos oferecidos pelo Município de Iomerê, somente serão considerados para obtenção do adicional de incentivo à formação continuada, desde que oferecidos e realizados fora do horário de expediente dos profissionais.

Parágrafo Segundo. Os títulos relativos a cursos de pós-graduação não podem ser incluídos para computo das horas previstas no §3, alínea "a".

Art. 20. Cabe à Secretaria de Educação implementar, em parceria com as unidades interessadas, programas permanentes de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinados a assegurar a profissionalização dos servidores do magistério público municipal.

§ 1º A capacitação e a qualificação observarão o Plano Anual de Capacitação, com o objetivo de aprimorar a formação dos servidores do quadro de pessoal efetivo e o desempenho das atividades de cada unidade.

§ 2º A carga horária excedente do primeiro adicional não poderá ser utilizada para novas progressões.

§ 3º O servidor deverá encaminhar, durante o interstício, pedido com cópia dos títulos dos respectivos cursos, juntamente com os originais, à Secretaria de Educação, para validação e posteriormente ao Departamento de Recursos Humanos, para que proceda o processo de promoção.

§ 4º Os títulos originais serão devolvidos ao servidor, e os respectivos cursos, registrados em sua ficha funcional.

§ 5º Do indeferimento dos títulos caberá pedido de reconsideração para o Prefeito, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da ciência do servidor.

§ 6º O acréscimo pecuniário decorrente do adicional de incentivo à formação continuada será pago no mês seguinte ao deferimento.

Seção II DO ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 21. Aos servidores do magistério público municipal, nos termos desta Lei, que apresentarem certificado ou diploma de conclusão de curso de pós-graduação *latu sensu*, inerente ao cargo que ocupa, desde que autorizado e reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC, fica instituído o adicional de pós-graduação, incidente sobre o valor do vencimento inicial, correspondente a:

I - 10% (dez por cento) para a primeira pós-graduação *Lato Sensu*; e

II - 5% (cinco por cento) para a segunda pós-graduação *Lato Sensu*.

§ 1º Consideram-se inerentes ao cargo os cursos de pós-graduação que tenham afinidade com sua natureza.

§ 2º Os percentuais do adicional de pós-graduação serão pagos cumulativamente.

§ 3º O servidor do magistério público terá direito ao máximo 2 (dois) adicionais de pós-graduação.

§ 4. Os servidores do magistério que possuem o segundo título de pós-graduação na área inerente, concluído anteriormente à edição desta lei, poderão solicitar o deferimento do adicional previsto no inciso II, do caput, deste artigo, desde que atendidos todos os requisitos e, no prazo máximo de 01(um) ano a contar da publicação desta Lei.

§ 5. Os títulos de pós-graduação já utilizados pelos servidores para obtenção do adicional de formação continuada, não poderão ser utilizados novamente após a edição desta Lei, para requerimento do benefício previsto neste artigo.

CAPÍTULO VIII DA JORNADA DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 22. A jornada de trabalho dos servidores do magistério público municipal, observado o limite semanal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e as peculiaridades de determinados cargos, está fixada em conformidade com o estabelecido no Anexo VII desta Lei.

§ 1º O Secretário Municipal de Educação poderá ampliar, de forma temporária, a carga horária dos servidores do magistério público, desde que sejam atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

I - a necessidade de ampliação da carga horária do servidor devidamente justificada;

II - a concessão de aumento da remuneração proporcional à ampliação da carga horária;

III - a ampliação da carga horária não inviabilize outro eventual vínculo funcional a que se encontra ligado o servidor; e

IV - o aumento de carga horária poderá se dar até o limite de 40 (quarenta) horas.

§ 2º A ampliação da carga horária respeitará sempre a fração de 05 (cinco) horas, vedada majoração de carga horária em frações inferiores.

Art. 23. Fica instituído o processo de habilitação destinado ao aumento da carga horária semanal de trabalho dos Professores, que será deflagrado pela Secretaria Municipal de Educação, sempre que necessário e houver vaga em determinada área de atuação.

§ 1º O processo de habilitação será regulamentado em Edital publicado em órgão oficial e em todas as unidades educacionais do Município, com, no mínimo, dez dias de antecedência do início do prazo de inscrição dos candidatos, e terá validade pelo prazo de doze meses, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º O processo de habilitação será coordenado por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, composta por cinco servidores públicos.

Art. 24. São condições para participação no processo de habilitação:

I - efetividade e estabilidade no cargo;

II - estar em efetivo exercício na função de magistério em unidades;

III - não ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo nos últimos trinta e seis meses, contados da data de publicação do edital;

IV - não apresentar falta injustificada nos últimos doze meses, contados da publicação do edital;

V - ter obtido aprovação nas duas últimas avaliações de desempenho realizadas.

Parágrafo único. A simples habilitação não garante ao servidor direito ao aumento de carga horária pretendido.

Art. 25. O processo de habilitação constará de:

I - prova de títulos, vinculados à área de atuação, excluídos aqueles exigidos como pré-requisito para a posse no cargo ocupado, devendo os títulos e pesos serem fixados no edital;

II - avaliação de saúde ocupacional, e, se necessário, exame clínico e exames complementares, de caráter eliminatório, que serão realizados por profissionais credenciados, para os servidores que tenham registro de afastamento médico por período igual ou superior a trinta dias nos últimos doze meses, contados da deflagração do processo de habilitação.

Parágrafo único. Em caso de empate entre dois ou mais servidores habilitados para a mesma vaga de atuação, aplicar-se-ão os seguintes critérios:

I - maior pontuação na prova de títulos;

II - maior tempo de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino;

III - maior tempo de permanência em sala de aula na Rede Municipal de Ensino; e

IV - maior tempo de efetivo exercício nos órgãos da administração direta do Município.

Art. 26. O processo de habilitação será realizado nas unidades educacionais municipais em que existir vaga.

Art. 27. A homologação das inscrições e dos servidores habilitados será afixada nas unidades educacionais onde for realizado o processo.

Parágrafo único. O servidor poderá recorrer da homologação das inscrições e dos nomes dos servidores habilitados no prazo de cinco dias, contado da divulgação, mediante requerimento fundamentado dirigido à Comissão coordenadora do processo, que decidirá em igual prazo.

Art. 28. A Administração Pública municipal promoverá a valorização dos seus servidores do magistério público municipal, assegurando-lhes, nos termos do estatuto e deste plano de carreira e remuneração:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de cargo;

II - piso salarial profissional de acordo com os Anexos II e III desta Lei;

III - dedicação exclusiva ao cargo;

IV - qualificação profissional em instituições credenciadas; e

V - progresso funcional, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO IX

DA HORA-ATIVIDADE EXTRACLASSE

Art. 29. Fica assegurado aos profissionais do Magistério no exercício da função de docência no âmbito dos órgãos e unidades educacionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação, período de hora-atividade extraclasse, correspondente há 33% (trinta e três por cento) da respectiva carga horária semanal de trabalho, para o exercício de atribuições não relacionadas ao desempenho das atividades de interação com os educandos.

Parágrafo único. A hora-atividade extraclasse será exercida preferencialmente no(s) órgão(s) e unidade(s) educacionais de atuação do docente.

Art. 30. A hora-atividade extraclasse destina-se ao exercício de atribuições de planejamento, elaboração e acompanhamento de projetos, avaliação da produção dos educandos, pesquisa, formação continuada, reuniões pedagógicas, confecção de material didático-pedagógico, estabelecimento de estratégias para alunos de menor rendimento escolar e ao atendimento a alunos, pais ou responsáveis e à comunidade, bem como ao preenchimento de registros, elaboração de relatórios e demais atividades previstas no projeto político-pedagógico de cada unidade.

CAPÍTULO X

DA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Art. 31. Fica autorizada a contratação de servidores do magistério público municipal em caráter temporário, observando-se os vencimentos iniciais e quadro de vagas desta Lei, no caso de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição da República, e nas situações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º O vencimento do pessoal contratado em caráter temporário será o mesmo fixado para o cargo idêntico ou assemelhado do quadro de pessoal previsto nesta Lei, no nível de referência salarial e respectiva classe iniciais, vedada qualquer forma de progressão funcional por tempo de serviço ou merecimento.

§ 2º A contratação de pessoal em caráter temporário, nos casos e situações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é competência exclusiva do Chefe do respectivo Poder.

§ 3º No caso de contratação de pessoal para cumprir jornada de trabalho diversa da prevista para os servidores do quadro permanente, os vencimentos serão reduzidos na mesma proporção.

§ 4º O pessoal contratado na forma do caput deste artigo estará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, nos termos estabelecidos na Constituição da República e legislações específicas.

CAPÍTULO XI

DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 32. Os servidores públicos do magistério municipal ocupantes de cargos de provimento efetivo ou estáveis, nos termos da Constituição da República, ainda que não cumprido o estágio probatório, serão enquadrados nos respectivos cargos, constantes nos Anexos I a VII, observado o vencimento inicial atual, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação desta Lei.

§ 1º O servidor público, já enquadrado por força de legislações anteriores, será re-enquadrado na forma estabelecida no caput deste artigo.

§ 2º No enquadramento, se o valor do vencimento inicial atual do servidor público, acrescido das respectivas progressões funcionais, for menor que o valor de enquadramento, será enquadrado no nível de referência salarial imediatamente superior, na mesma classe, e, mantendo-se o decesso remuneratório, a diferença será considerada como vantagem pessoal nominalmente identificada, sob a rubrica "diferença nominal de vencimentos".

§ 3º Os percentuais de revisão salarial geral e o aumento de vencimentos concedidos por leis específicas incidirão também sobre as "diferenças nominais de vencimentos", nos termos do parágrafo anterior.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. São assegurados aos servidores públicos municipais os direitos de livre associação profissional ou sindical, na forma da lei.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá firmar ajustes ou acordos coletivos com o sindicato representativo da categoria profissional, sendo instituído o mês de abril de cada ano para a negociação da política de remuneração do Quadro de Pessoal vinculado a esta Lei.

§ 2º Será constituída comissão de negociação, permanente e paritária, composta por representantes do Poder Executivo Municipal e do sindicato representativo da categoria profissional, indicados pelas respectivas instituições, para discutir e encaminhar soluções relacionadas à relação de trabalho, política de remuneração e demais assuntos firmados em acordos coletivos.

§ 3º A constituição e funcionamento da comissão de negociação será regulamentada mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34. O Chefe do Poder competente, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, poderá autorizar que servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis prestem, com ou sem ônus, serviços a entidades de direito público ou filantrópicas e sem fins lucrativos, desde que os serviços executados sejam do interesse da comunidade.

Art. 35. Os servidores do quadro permanente nomeados para cargos de provimento em comissão farão opção de vencimento, na forma estabelecida em lei específica.

Art. 36. Para a primeira progressão funcional por merecimento, a contagem do período aquisitivo iniciará na data da vigência desta Lei.

Parágrafo único. Para as demais progressões, a contagem do período aquisitivo iniciará no dia imediatamente posterior à última progressão.

Seção II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 37. Os valores da escala de referência e das classes de vencimentos expressos no Anexo II desta Lei serão modificados automaticamente, pela incidência dos limites percentuais, na mesma proporção e na mesma data, sempre que forem reajustados os vencimentos iniciais dos servidores.

Art. 38. Os atuais servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo serão enquadrados conforme a tabela de cargos de provimento efetivo mantidos, alterados, criados ou extintos constante do Anexo IV, nas faixas de vencimentos iniciais e respectivos níveis de referência e classes fixados por esta Lei.

Art. 39. A nomenclatura dos cargos que integram o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais passa a designar-se conforme o estabelecido nos Anexos I e VII, ficando extintos os atuais cargos decorrentes da transformação de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Compete ao Chefe do Poder Executivo baixar os atos competentes, visando à adequação da norma contida no caput deste artigo, e corrigir eventuais irregularidades cometidas quando do enquadramento dos servidores públicos municipais.

Art. 40. Os atuais servidores que tiveram seus cargos transformados em cargos isolados e em extinção permanecerão no grupo ocupacional de cargos isolados e cargos em extinção.

Parágrafo único. Os integrantes desse grupo ali permanecerão até aposentadoria, morte, exoneração ou demissão.

Art. 41. O Chefe do Poder Executivo, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixará ato procedendo ao enquadramento dos servidores segundo o estabelecido nesta Lei.

Art. 42. O servidor que se julgar prejudicado em seu enquadramento poderá, mediante requerimento fundamentado, solicitar reconsideração do ato que o enquadrrou, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que deverá decidir, motivadamente, em até 30 (trinta) dias.

Art. 43. O pagamento do adicional de insalubridade e de periculosidade somente poderá ocorrer com base em laudo técnico, emitido por empresa ou órgão devidamente qualificado, na forma prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 44. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar concurso público para o preenchimento dos cargos constantes nos anexos desta Lei.

Art. 45. O Chefe do Poder Executivo expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta Lei.

Art. 46. São partes integrantes desta Lei os Anexos I a VII, dentre eles, o quadro de descrição de cargos, o quadro de habilitação necessária a cada cargo, a relação de cargos, o número de vagas, a jornada de trabalho e os vencimentos dos respectivos cargos.

Art. 47. Ficam criados, na estrutura administrativa da Administração Pública municipal, os cargos e vencimentos constantes do Anexo I, a terem exercício na Secretaria Municipal de Educação, respeitada a lotação no órgão da Administração Pública municipal central.

Art. 48. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes que se fizerem necessários no orçamento do Município, para a fiel aplicação desta Lei.

Art. 49. Sempre que a despesa de pessoal alcançar o limite previsto na Lei n. 101, de 4 de maio de 2000, serão adotadas as providências previstas nos §§ 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 169 da Constituição da República.

Art. 50. Ficam extintos automaticamente os cargos criados por leis anteriores, desde que não mencionados nesta Lei, e seus respectivos Anexos.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da sua publicação, dispondo o Poder Executivo do prazo de 90 (noventa) dias para prover todos os atos administrativos e normativos necessários a sua fiel execução.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 15 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E JORNADA SEMANAL

Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Jornada							
Assistente de Creche	8	40							
Coordenador Pedagógico	2	40							
Orientador de Ensino	2	40							
Professor de AEE – Atendimento Educacional Especializado	1	40							
Professor Auxiliar	2	20							
Professor de Artes	2	20							
Professor de Ciências	1	20							
Professor de Educação Física	2	40							
Professor de Educação Física	3	20							
Professor de Ensino Religioso	1	10							
Professor de Geografia	1	20							
Professor de História	1	20							
Professor de Língua Inglesa	1	30							
Professor de Informática	1	20							
Professor de Língua Portuguesa	1	20							
Professor de Matemática	1	20							

Professor I	2	20							
Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais	20	20							
Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais	2	40							
Psicopedagogo	1	10							
TOTAL	55								
ANEXO II									
TABELA DE VAGAS E VENCIMENTOS									
Código	Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Vencimento						
	Assistente de Creche	8	R\$ 1.400,00						
	Coordenador Pedagógico	2	R\$ 2.463,64						
	Orientador de Ensino	2	R\$ 2.760,72						
	Professor de AEE – Atendimento Educacional Especializado	1	R\$ 2.463,64						
	Professor Auxiliar	2	R\$ 1.231,82						
	Professor de Artes	2	R\$ 1.231,82						
	Professor de Ciências	1	R\$ 1.231,82						
	Professor de Educação Física – 40 h	2	R\$ 2.463,64						
	Professor de Educação Física – 20 h	3	R\$ 1.231,82						
	Professor de Ensino Religioso	1	R\$ 615,91						
	Professor de Geografia	1	R\$ 1.231,82						
	Professor de História	1	R\$ 1.231,82						
	Professor de Língua Inglesa – 30 h	1	R\$ 1.847,73						
	Professor de Informática – 20 h	1	R\$ 1.231,82						
	Professor de Língua Portuguesa	1	R\$ 1.231,82						
	Professor de Matemática	1	R\$ 1.231,82						
	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 20 h	20	R\$ 1.231,82						
	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 40 h	2	R\$ 2.463,64						
	Psicopedagogo	1	R\$ 800,00						
	TOTAL	55							
ANEXO III									
TABELA DE CARGOS ISOLADOS E EM EXTINÇÃO									
Código	Cargos de Provimento Efetivo	Vagas	Vencimentos						
	Professor I	2	R\$ 1.231,82						
	Professor de Artes – 10 h	1	R\$ 615,91						
	TOTAL	3							

ANEXO IV

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO MANTIDOS,ALTERADOS, NOVOS, ISOLADOS OU EXTINTOS

Cargos Atuais	Cargos Mantidos, Alterados, Novos, Isolados e em Extinção ou Extintos		
Assistente de Creche	Assistente de Creche		
Coordenador Escolar	Coordenador Pedagógico		
Orientador de Ensino	Orientador de Ensino		
Professor de AEE – Atendimento Educacional Especializado	Novo		
Professor Auxiliar	Novo		
Professor de Artes	Professor de Artes		
Professor de Ciências	Novo		
Professor de Educação Física	Professor de Educação Física		
Professor de Ensino Religioso	Novo		
Professor de Geografia	Novo		
Professor de História	Novo		
Professor de Língua Inglesa	Professor de Língua Inglesa		
Professor de Língua Portuguesa	Novo		
Professor de Matemática	Novo		
Professor III	Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais		
Psicopedagogo	Novo		
Professor de informática	Novo		
ANEXO V			
TABELAS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL			

TABELA DE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Classe	Tempo de Serviço	Progressão (%)
A	3 anos	0%
B	6 anos	3%
C	9 anos	6%
D	12 anos	9%
E	15 anos	12%
F	18 anos	15%
G	21 anos	18%
H	24 anos	21%
I	27 anos	24%

TABELA DE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO

CLASSE	ANOS	Progressão (%)
1	3 anos	0%
2	6 anos	3%
3	9 anos	6%
4	12 anos	9%
5	15 anos	12%
6	18 anos	15%
7	21 anos	18%
8	24 anos	21%
9	27 anos	24%

ANEXO VI

TABELA DE DESCRIÇÃO SINTÉTICA DE ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

N.	CARGO	DESCRIÇÃO
1	Assistente de creche	Auxiliar no planejamento de jogos e entretenimentos, atividades musicais, rítmicas e outras atividades a serem desenvolvidas pelas crianças, selecionando ou preparando textos adequados, consultando obras específicas ou trocando ideias com orientadores educacionais, para obter um roteiro que facilite as atividades educativas e o relacionamento educador-educando; auxiliar na coordenação das atividades do curso, desenvolvendo nos alunos o gosto pelo desenho, pintura, modelagem, conversação, canto e dança, por meio da prática dessas atividades, para ajudar as crianças a compreender melhor o ambiente que as rodeia, estimular-lhes inclinações e aptidões e promover sua evolução harmoniosa; infundir nas crianças hábitos de limpeza, obediência, tolerância e outros atributos morais e sociais, empregando recursos audiovisuais ou outros meios, a fim de contribuir para sua educação; registrar as atividades desenvolvidas no curso e todos os acontecimentos pertinentes, fazendo anotações no livro de controle, para possibilitar a avaliação do desenvolvimento do curso; auxiliar na organização de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural ou recreativo.

2	Coordenador Pedagógico	<p>Articular e coordenar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, com foco na proposta pedagógica que defina as linhas norteadoras do currículo escolar, os princípios metodológicos, os procedimentos didáticos, as concepções de conhecimento e de avaliação, entre outros; assegurar o cumprimento da função precípua da escola pública quanto à garantia do acesso, da permanência e do êxito no percurso escolar do aluno; participar da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, planos, programas e projetos eficazes de qualificação do processo ensino-aprendizagem; assegurar a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos Parâmetros Curriculares Nacionais como referência da proposta pedagógica da escola; orientar o trabalho do professor para a elaboração de um currículo escolar contextualizado, que garanta a adoção de conhecimentos atualizados, relevantes e adequados à legislação vigente; acompanhar e avaliar o plano de trabalho do professor, de acordo com a proposta pedagógica da escola; avaliar, juntamente com os professores, o resultado de atividades pedagógicas, analisando o desempenho escolar e propondo novas oportunidades de aprendizagem aos alunos que apresentam dificuldades, objetivando sua superação; planejar e coordenar, em conjunto com a Direção, as atividades escolares no que concerne a calendário escolar, composição de turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio pedagógico, dentre outros; planejar e coordenar as atividades referentes a matrícula, transferência, adaptação de estudos, equivalência, reclassificação e conclusão de estudos do aluno; planejar e coordenar as reuniões pedagógicas, de Conselho de Classe e com a comunidade escolar, objetivando a melhoria constante do processo ensino-aprendizagem; mediar conflitos disciplinares entre professores e alunos de acordo com as normas de convivência da escola e da legislação em vigor, levando ao conhecimento da Direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis; coordenar atividades de recuperação de aprendizagem, realizando reuniões de Conselho de Classe, com o intuito de discutir soluções e sugerir mudanças no processo pedagógico; estimular e orientar o professor na realização de auto avaliação e avaliações bilaterais com seus alunos; organizar palestras ou aulas de aperfeiçoamento e atualização do corpo docente, realizando em serviço, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos profissionais; assegurar a regularidade da vida escolar do aluno; cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação vigente; coletar e atualizar o acervo da legislação em vigor; assegurar a autenticidade, guarda, preservação e sigilo de todos os documentos que tramitam no estabelecimento de ensino; participar dos cursos de formação, simpósios, congressos, seminários e outros, a fim de buscar enriquecimento pessoal e desenvolvimento profissional; articular, facilitar, mediar e motivar o processo de autodesenvolvimento da equipe docente, por meio das ações que promovam evolução positiva no desempenho pedagógico, nas relações de trabalho e nas atitudes frente a suas funções; levantar dados acerca da contextualização histórica da escola, das famílias envolvidas, buscando informações sobre as necessidades educacionais e sociais, caracterizando o perfil dos alunos, com o objetivo de fornecer subsídios para reflexão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas e culturais da sua unidade escolar; buscar apoio junto a profissionais especializados, possibilitando ao corpo docente atuar com portadores de necessidades especiais, visando ao atendimento com qualidade; pesquisar os avanços do conhecimento científico, artístico, filosófico e tecnológico, bem como organizar grupos de estudo, orientando atividades interdisciplinares, de modo a promover formação contínua dos educadores (professores e/ou funcionários); propor à Direção a infraestrutura necessária para a escola, a fim de atender alunos com necessidades especiais; sugerir à Direção a compra ou recuperação de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos necessários à prática pedagógica eficaz; promover ações, em articulação com a Direção, que estimulem a utilização dos espaços físicos da escola, como salas de aula, de informática, laboratório, sala de leitura, biblioteca e outros; elaborar e manter atualizados os registros e informações estatísticas, analisando, interpretando e divulgando os índices de desempenho da escola, como aprovação, reprovação, frequência e evasão, a fim de estabelecer novas metas para alcançar a eficiência institucional; estimular o aperfeiçoamento e a atualização do corpo docente, incentivando a participação em cursos de formação, grupos de estudo, reuniões, palestras, simpósios, seminários e fóruns, a fim de contribuir para o crescimento pessoal e profissional; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento, aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes a intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis; organizar e manter atualizada a memória histórica da escola; representar, quando designado, a Secretaria Municipal em que está lotado; substituir a Direção, quando necessário e devidamente delegado.</p>
3	Orientador de Ensino	<p>Realizar estudos e pesquisas, utilizando documentação científica e outras fontes de informação, constatando resultados e métodos utilizados e testando novos métodos, para ampliar e atualizar o próprio campo de conhecimento e aperfeiçoar sua atuação na área da orientação educacional; colaborar na fase de elaboração do currículo pleno da escola, opinando sobre suas implicações no processo de orientação educacional, a fim de contribuir para o planejamento eficaz do sistema de ensino; aplicar processos de caracterização da clientela escolar, utilizando testes pedagógicos e outras técnicas especiais, como de observação, questionários, cartas e entrevistas com os alunos, sua família e seus mestres, para obter um perfil completo da personalidade de cada educando e da sua atuação no meio em que vive; organizar um fichário dos alunos, reunindo informações de caráter físico, psicológico, escolar, socioeconômico e outras, para facilitar a identificação de aptidões, interesses e comportamentos de cada aluno e a resolução de seus problemas; coordenar o processo de desenvolvimento de aptidões e interesses dos educandos, elaborando planos de estudo, orientando-os sobre o uso eficaz de biblioteca da escola e estimulando-os ao novo exercício de atividades recreativas e desportivas, para aprimorar suas qualidades de reflexão e integração social; ensinar aos educandos a aquisição de conhecimentos sobre profissões, informando-os acerca de ocupações existentes no País, requisitos para ingresso na força de trabalho e sobre salários, ou levando-os a conhecer pessoalmente esses dados, para possibilitar a descoberta de aptidões, inclinações, traços de personalidade relacionados à vida profissional, bem como de suas limitações, e orientá-los na escolha de uma ocupação; auxiliar na solução de problemas individuais dos alunos, aconselhando ao especialista os casos que exigem assistência especial, a fim de contribuir para seu ajustamento ao meio em que vivem, promovendo a integração escola-família-comunidade, organizando reuniões com os pais, professores de outras comunidades, para possibilitar a utilização de todos os meios capazes de realizar a educação integral dos alunos; participar do processo de avaliação escolar e recuperação dos alunos, examinando as causas de eventuais fracassos, para aconselhar a aplicação de métodos mais adequados; planejar, organizar e coordenar a implantação e o funcionamento dos Serviços de Orientação Educacional na escola e na comunidade, assim como nos órgãos do serviço público e de empresas paraestatais e privadas.</p>

4	Professor de AEE – Atendimento Educacional Especializado	Participar da elaboração da Proposta Pedagógica da Escola; elaborar e cumprir Plano de Trabalho segundo a Proposta Pedagógica da Escola; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e às atividades de formação continuada organizadas pela Escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; participar de reuniões e do processo de tomada de decisões administrativas e pedagógicas, conforme a Proposta Pedagógica da Escola; desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis aos fins educacionais e ao processo de ensino e de aprendizagem; cumprir atribuições constantes na Resolução CNE/CEB n. 4, de 2 de outubro de 2009; encaminhar ao Conselho Tutelar os casos de infrequência e abandono, acompanhando o processo; zelar e orientar a aprendizagem dos alunos; estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar horas-aulas e os dias letivos estabelecidos; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe, com vistas ao planejamento e execução do trabalho docente; estabelecer mecanismos de avaliação de acordo com a Proposta Pedagógica; organizar e manter atualizados os registros de avaliação do aluno; desempenhar integralmente as funções de educar e cuidar.
5	Professor Auxiliar	Auxiliar o professor e conferir suporte em salas de aula onde haja 2 (dois) ou mais alunos com necessidades especiais; auxiliar a equipe pedagógica na organização de questões pedagógicas/administrativas; planejar, registrar e avaliar a ação pedagógica; comprometer-se com práticas educativas/pedagógicas do projeto político-pedagógico; manter uma postura ética e respeitosa com as famílias e profissionais; seguir o proposto pela Unidade Educativa e seu respectivo calendário; comprometer-se com a aprendizagem das crianças e adolescentes.
6	Professor de Artes	Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.
7	Professor de Ciências	Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

8	Professor de Educação Física	Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins; compreender, analisar, estudar, pesquisar (profissional e academicamente), esclarecer, transmitir e aplicar os conhecimentos biopsicossociais e pedagógicos da atividade física e desportiva nas suas diversas manifestações, levando em conta o contexto histórico cultural; atuar em todas as dimensões de seu campo profissional, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento da Educação Física e das práticas essenciais de sua produção, difusão, socialização e de competências técnico-instrumentais, a partir de uma atitude crítico-reflexiva e ética; disseminar e aplicar conhecimentos práticos e teóricos sobre a Educação Física (Atividade Física/Motricidade Humana/Movimento Humano), analisando-os na relação dinâmica entre o ser humano e o meio ambiente; contribuir para a formação integral de crianças, jovens, adultos, no sentido de que sejam cidadãos autônomos e conscientes; responsabilizar-se pelos alunos durante o tempo de desenvolvimento das atividades.
9	Professor de Ensino Religioso	Exercer a docência na educação básica, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou de aulas, pela orientação de aprendizagem na educação de jovens e adultos, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos e em oficina pedagógica; participar do processo que envolve planejamento, elaboração, execução, controle e avaliação do projeto político-pedagógico e do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola; participar da elaboração do calendário escolar; exercer atividade de coordenação pedagógica de área de conhecimento específico, nos termos do regulamento; atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou, como docente, em projeto de formação continuada de educadores, na forma do regulamento; participar da elaboração e da implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar; participar de cursos, atividades e programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado; acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino-aprendizagem; realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas; promover e participar de atividades complementares ao processo da sua formação profissional; exercer outras atribuições integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola, previstas no regulamento desta Lei e no regimento escolar.
10	Professor de Geografia	Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

11	Professor de História	Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.
12	Professor de Língua Inglesa	Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.
13	Professor de Língua Portuguesa	Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

14	Professor de Matemática	Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento de classes paralelas, de área ou disciplinas específicas e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativo-pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.
15	Professor I	Participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável à unidade de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político-Pedagógico da escola; zelar pela aprendizagem dos alunos; preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e paradidático, dentro da legislação educacional vigente; ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente; cumprir os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões pré-estabelecidos; planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros, a fim de ajustá-lo com o Projeto Político-Pedagógico; definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas de seu desenvolvimento perceptivo-motor; organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para sua realização; elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, por meio de pesquisas e plano de ação, de modo a atender às normas pré-estabelecidas; manter atualizados, no diário de classe, os registros escolares relativos a suas atividades específicas, bem como às ocorrências e/ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção; participar de cursos, encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros; participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico; manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno; planejar e implementar a recuperação paralela, garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem e estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento; conhecer e respeitar as leis constitucionais da educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente; zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.
16	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais	Participar do processo que envolve planejamento, construção, execução e avaliação escolar e institucional da escola; cuidar do bem-estar e da integridade dos educandos; realizar atividades de aprendizagem, lazer, culturais, cívicas e esportivas com os educandos na escola; zelar pela manutenção do equipamento e do material pedagógico da escola; desenvolver outras atividades previstas no regulamento e no regimento escolar, em planos, programas e projetos da escola; elaborar planos, programas e projetos; acompanhar, controlar e realizar a avaliação da aprendizagem; realizar os processos de inclusão de alunos que apresentam necessidades educativas especiais em sala de aula, supervisionados por especialistas da área; promover atividades e eventos pedagógicos extraclasse; realizar pesquisa educacional e aprimoramento do processo ensino-aprendizagem; participar ativamente da vida comunitária da Unidade Educacional; realizar atividades exigidas pela Unidade Educacional e na Legislação Escolar em seu turno e extraturno.

17	Professor de Informática	Participar da elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, da construção do currículo e de todas as atividades previstas no calendário escolar; planejar e desenvolver atividades com os educandos no Centro de Informática Educativa, vinculando-as ao Projeto Pedagógico da Escola, na seguinte conformidade: a) elaborar plano de trabalho que contribua para a construção do currículo na escola, considerando o referencial curricular para a construção de conhecimento voltado para às áreas das tecnologias, para atendimento aos alunos. b) garantir aos educandos o domínio dos recursos e das ferramentas disponíveis na informática, bem como de diferentes mídias, para que se tornem usuários competentes na utilização de tecnologias. c) construir instrumentos de registro que possibilitem diagnóstico, acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos na Informática Educativa. Responsabilizar-se, em parceria com todos os usuários do Centro de Informática Educativa, pela manutenção, conservação e limpeza dos equipamentos e materiais, orientando todos para o uso responsável dos equipamentos disponíveis. Garantir a infra-estrutura necessária ao funcionamento do Centro de Informática Educativa, nos horários destinados ao pré e pós-escola, no tocante a: a) organização do espaço físico, no sentido de adequar as diferentes atividades a serem desenvolvidas; b) elaboração do horário de atendimento aos alunos, conforme normas legais pertinentes, de acordo com o Projeto Pedagógico da Unidade Educacional; c) registro e encaminhamento à equipe técnica da U.E. dos problemas observados em relação ao uso e manutenção dos equipamentos; d) solicitação e acompanhamento relativos ao atendimento de "Help Desk". Promover, organizar, assessorar, participar, apoiar e divulgar eventos, congressos, cursos, mostras, feiras e outros na área de Tecnologias da Informação e da Comunicação incentivando a participação e integração de toda a comunidade educativa. Desenvolver atividades no Centro de Informática Educativa obedecendo o mesmo calendário letivo das Unidades Escolares. Orientar os oficinheiros, estagiários e monitores que desenvolverem, nos horários disponíveis, atividades no Centro de Informática Educativa.
18	Psicopedagogo	Realizar atividades psicopedagógicas diretas à docência na Educação Básica, voltadas ao acompanhamento psicopedagógico dos alunos da Rede Municipal de Ensino; realizar avaliação psicopedagógica dos alunos da Rede Pública Municipal de Educação; vivenciar e construir projetos, buscando operar na prática clínica individual e grupal nas Unidades Educacionais Públicas do Município; desenvolver projetos institucionais, principalmente aqueles relacionados à escola; investigar os problemas emergentes nos processos de aprendizagem; diagnosticar, orientar e atender os alunos com dificuldades em aprendizagem; esclarecer os obstáculos que interferem para uma boa aprendizagem; favorecer o desenvolvimento de atitudes e processos de aprendizagem adequados; realizar o diagnóstico psicopedagógico, com especial ênfase às possibilidades e perturbações da aprendizagem; planejar intervenções psicopedagógicas com os alunos e orientar professores e pedagogos; fazer encaminhamentos e solicitações de avaliações médicas ou de outros especialistas; participar do plano de coordenações pedagógicas com os professores; acompanhar processo de avaliação do aluno e orientar a organização do plano individualizado; contribuir na organização de instrumentos, procedimentos e avaliações nas diferentes áreas de atendimento e documentar a avaliação; elaborar parecer técnico dos alunos acompanhados; participar de toda a programação do calendário escolar e da escola; participar de programas, cursos, treinamentos ou outras atividades com os alunos, pais, professores e funcionários da escola; gerar estatísticas de atendimentos e relatórios das atividades realizadas.

ANEXO VII

HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

N.	CARGO	ESCOLARIDADE MÍNIMA E JORNADA DE TRABALHO			
	Assistente de Creche	Diploma ou certificado de conclusão de curso de Ensino Médio, com formação preferencialmente em Magistério. Jornada Semanal: 40 horas.			
	Coordenador Pedagógico	Curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com especialização em coordenação. Jornada Semanal: 40 horas.			
	Orientador de Ensino	Curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com especialização em orientação. Jornada Semanal: 40 horas.			
	Professor de AEE – Atendimento Educacional Especializado	Curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em educação especial. Jornada Semanal: 40 horas.			
	Professor Auxiliar	Curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em educação especial, ou licenciatura plena em Pedagogia ou curso normal superior e certificado de cursos de formação continuada em educação especial com, no mínimo, 40 (quarenta) horas. Jornada Semanal: 20 horas.			
	Professor de Artes	Curso superior de licenciatura plena em Artes. Jornada Semanal: 20 horas.			
		Curso superior em licenciatura plena em Artes. Jornada Semanal: 10 horas.			
	Professor de Ciências	Curso superior de licenciatura plena em Ciências Biológicas ou Biologia. Jornada Semanal: 20 horas.			
	Professor de Educação Física	Curso superior de licenciatura plena em Educação Física. Jornada Semanal: 40 horas.			
		Curso superior de licenciatura plena em Educação Física. Jornada Semanal: 20 horas.			
	Professor de Ensino Religioso	Curso superior de licenciatura plena em Filosofia. Jornada Semanal: 10 horas.			
	Professor de Geografia	Curso superior de licenciatura plena em Geografia. Jornada Semanal: 20 horas.			
	Professor de História	Curso superior de licenciatura plena em História. Jornada Semanal: 20 horas.			

	Professor de Língua Inglesa	Curso superior de licenciatura plena em Letras – Inglês. Jornada Semanal: 20 horas.				
	Professor de Língua Portuguesa	Curso superior de licenciatura plena em Letras - Língua Portuguesa. Jornada Semanal: 20 horas.				
	Professor de Matemática	Curso superior de licenciatura plena em Matemática. Jornada Semanal: 20 horas.				
	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais	Curso superior de licenciatura plena em Pedagogia. Jornada Semanal: 20 horas.				
		Curso superior de licenciatura plena em Pedagogia. Jornada Semanal: 40 horas.				
	Psicopedagogo	Curso superior em Psicologia/Psicopedagogia e/ou curso de pós-graduação – especialização lato sensu em Psicopedagogia. Jornada Semanal: 10 horas.				

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO 2813/ 2015

Decreto nº 2.813/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (112)	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
T O T A L		R\$ 15.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.2.90.00.00.00.00.00.0100 (110)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (115)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
T O T A L		R\$ 10.000,00

Art. 3º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (81)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
T O T A L		R\$ 30.000,00

Art. 4º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (84)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
T O T A L		R\$ 30.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2015

CONTRATO N.º 43/2015

5º Termo Aditivo ao Contrato de Comodato 21/2006 de parte de um Imóvel Rural que entre si celebram o Município de Irineópolis e o Sr. Alvin Brand.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC, neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de doravante denominado COMODATÁRIO, e de outro lado o Sr. Alvin Brand, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na localidade Colônia Batatal, Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 104.841.409-49, e RG n.º 18ªR 288.450, a seguir denominado COMODANTE, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação n.º 09/2006, modalidade Dispensa de Licitação n.º 01/2006, ajustam e firmam o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, aliena "a", da Lei Federal n.º 8.666/93, consolidada, fica alterada matrícula e o número do cadastro do INCRA do imóvel, conforme discriminado na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA

Tendo em vista a formalização de escritura pública de divisão amigável por parte do COMODANTE, o imóvel objeto da presente, ou seja, parte de um imóvel rural, com área mínima de 25.000m² (vinte e cinco mil metros quadrados) ou 2,5 ha (dois hectares e meio), que antes era cadastrado no INCRA sob o n.º 816.035.006.084 e matriculado sob o n.º 8.932, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC, destinado para instalação, operação e manutenção do Aterro Sanitário, Unidade de Triagem e Compostagem Municipal, onde serão depositados os resíduos sólidos urbanos do Município, passou a constar da matrícula n.º 22188 do Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC, bem como do cadastrado no INCRA sob o n.º 816.035.018.074-1.

Assim sendo, formaliza-se o presente termo aditivo a fim de fazer constar o novo número da matrícula do imóvel objeto da presente, bem como para fins de determinar a averbação deste contrato junto à nova matrícula (22188) e autorizar o cancelamento das averbações constantes das demais matrículas.

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 13 de abril de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Comodatário	Alvin Brand Comodante
Testemunhas:	
Nome: Sidnei Wagner	Nome: Gilmar Brand
CPF: 302.634.259-91	CPF: 827.863.219-72

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO SAÚDE Nº 049/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2015 – FMS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 043/2014 - FMS.

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 317,30

VIGÊNCIA: 06 de fevereiro de 2016.

Itapiranga – SC., 27 de abril de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JESSICA THOME

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 47/2015 onde altera a o prazo de vigência do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 22/04/2015 para 30/06/2015, como Servente.

Nível salarial: 585

Classe - Referencia: A-01

VIGÊNCIA: 22/04/2015 a 30/06/2015

Itapiranga – SC, 22 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e FELIPE JOSE BOZZETTO

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 62/2015 onde altera a carga horaria do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 20 horas para 30 horas semanais, como Professor de Artes.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 04/05/2015 a 14/12/2015

Itapiranga – SC, 04 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e PATRICIA MEES

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 13/2015 onde altera a carga horaria do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 30 horas para 40 horas semanais, como Professor de Matemática.

Nível salarial: 573

Classe - Referencia: B - 01

VIGÊNCIA: 05/05/2015 a 14/12/2015

Itapiranga – SC, 05 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2448/2015 NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE REVISÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2448/2015

Data: 08 de maio de 2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE REVISÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para elaboração do estudo de revisão do Plano de cargo e salários da Prefeitura Municipal de Itapoá, que será composta pelos seguintes membros:

1. Wilmara Jaqueline Madeira Pitta – Presidente;
2. Susinei Ribeiro Schultz;
3. Cristiane Regina de Bittencourt Costa;
4. Neide Terezinha Becher Lupatelli;
5. Sandra Regina F. da Silva;

Art. 2º Este decreto entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2450/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES TOTAIS DE DOTAÇÕES.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2450/2015

Data: 13 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES TOTAIS DE DOTAÇÕES.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 574/2015, de 13 de maio de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulações totais de dotações, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 38.271,29 (trinta e oito mil duzentos e setenta e um reais e vinte e nove centavos), conforme segue:

Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo municipal da Assistência Social

00802440005.2122 Manutenção do FMAS

33390 Aplicações Diretas (237) DR 10000 R\$ 38.271,29

Anulações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802430005.2125 Manutenção do Conselho Tutelar

33390 Aplicações Diretas (240) DR 10000 R\$ 12.870,29

34490 Aplicações diretas (250) DR 10000 R\$ 1.401,00

00802440005.2146 Convênio com a Cozinha Comunitária do Bairro Samambaial

33350 Transf. à Inst. Privadas s/ fins lucrativos (236) DR 10000

..... R\$ 24.000,00

Total das Anulações ... R\$ 38.271,29

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2451 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2451/2015

Data: 13 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 63.408,56 (sessenta e três mil quatrocentos e oito reais e cinquenta e seis centavos), conforme segue:

Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.02 Ensino Infantil

01203650021.2101 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil

33190 Aplicações Diretas (474) DR 63709 R\$ 63.408,56

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2452/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2452/2015

Data: 13 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional

suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 89. 990,00 (oitenta e nove mil novecentos e noventa reais), conforme segue:
Suplementação

06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
06.01 Departamento de Planejamento
00404510004.2020 Manutenção do Departamento de Planejamento
33390 Aplicações Diretas (68) DR 10000 R\$ 89.990,00

Anulação
06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
06.01 Departamento de Planejamento
00404510004.2020 Manutenção do Departamento de Planejamento
34490 Aplicações Diretas (158) DR 10000 R\$ 89.990,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2453/2015 CRIA CHEFIA DA SEÇÃO DE DIVISÃO DE GARAGEM E OFICINA, DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DECRETO MUNICIPAL nº 2453/2015

Data: 15 de maio de 2015.

CRIA CHEFIA DA SEÇÃO DE DIVISÃO DE GARAGEM E OFICINA, DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica criada a chefia de seção de divisão de garagem e oficina, do departamento de serviços públicos, da secretaria municipal de obras e serviços públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 15 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2454/2015 NOMEIA CHEFIA DA SEÇÃO DE DIVISÃO DE GARAGEM E OFICINA, DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DECRETO MUNICIPAL nº 2454/2015

Data: 15 de maio de 2015.

NOMEIA CHEFIA DA SEÇÃO DE DIVISÃO DE GARAGEM E OFICINA, DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica nomeado o Sr. EUCLIDES GOULART SANCHES no cargo de Chefe da Seção de Divisão de Garagem e Oficina, do Departamento de Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e

Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 15 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 570/2015 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 40/1997, QUE DÁ DENOMINAÇÃO A VIA PÚBLICA.

LEI MUNICIPAL Nº 570/2015

Data: 13 de maio de 2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL nº 40/1997, QUE DÁ DENOMINAÇÃO A VIA PÚBLICA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Lei Municipal nº 40/1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominada de "Praça Serafim Paese" o espaço público localizado entre a Avenida Dra. Zilda Arns Neumann e as quadras 55 e 56, do Balneário Paese.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 572/2015 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 161/2003, QUE DÁ DENOMINAÇÃO A VIA PÚBLICA.

LEI MUNICIPAL Nº 572/2015

Data: 13 de maio de 2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 161/2003, QUE DÁ DENOMINAÇÃO A VIA PÚBLICA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º, da Lei Municipal 161/2003, de 14 de março de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominada a seguinte via pública: "Rua José Fecchio", localizada entre as quadras 11/13 e 12/14 do Balneário Itapoá Anexo B1, quadras 85/105 e 121/124 do Balneário Itapoá, e, quadras 21/25 e 24/28 do Balneário Santa Clara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 573/2015 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 175/2008, DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 573/2015

Data: 13 de maio de 2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 175/2008, DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 4º da Lei Municipal nº 175/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente é constituído por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 5 (cinco) membros representando a sociedade civil: 1 (um) representante adolescente; 1 (um) representante da OAB; e 3 (três) representantes de organizações da sociedade civil, e 5 (cinco) membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo dentre os servidores públicos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 574/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES TOTAIS DE DOTAÇÕES.

LEI MUNICIPAL Nº 574/2015

Data: 13 de maio de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES TOTAIS DE DOTAÇÕES.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial por anulações totais de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo: Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo municipal da Assistência Social

00802440005.2122 Manutenção do FMS

33390 Aplicações Diretas (237) DR 10000 R\$ 38.271,29

Anulações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802430005.2125 Manutenção do Conselho Tutelar

33390 Aplicações Diretas (240) DR 10000 R\$ 12.870,29

34490 Aplicações diretas (250) DR 10000 R\$ 1.401,00

00802440005.2146 Convênio com a Cozinha Comunitária do Bairro Samambaia

33350 Transf. à Inst. Privadas s/ fins lucrativos (236) DR 10000 ...
..... R\$ 24.000,00

Total das Anulações R\$ 38.271,29

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 575/2015 AUTORIZA A REVISÃO E CANCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 575/2015

Data: 13 de maio de 2015

AUTORIZA A REVISÃO E CANCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a proceder na revisão de todos os créditos tributários lançados e inscritos ou não em dívida ativa, com vistas às seguintes medidas:

I- Expurgo dos alcançados em prescrição, nos termos do artigo 174 do Código Tributário Nacional, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem deu causa à prescrição;

II- Cancelamento dos valores lançados, quando comprovada a não ocorrência do respectivo fato gerador, especialmente no caso do Imposto sobre Serviços e taxas pelo exercício do Poder de Polícia;

III- Cancelamento de créditos incobráveis, por desconhecido o endereço do contribuinte, quando comprovadamente não localizado e inexistentes bens capazes de permitir o seguimento da execução fiscal.

Parágrafo único. A revisão de que trata este artigo será procedida pela Secretaria Municipal de Finanças e deverá ser documentada em expediente administrativo, inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, conforme procedimentos que forem estabelecidos.

Art. 2º O poder Executivo instituirá Cadastro dos Contribuintes Inadimplentes em relação a créditos municipais devidamente constituídos, pertinentes a impostos, taxas, contribuição de melhoria, condições sociais, tarifas, preços públicos, multas e valores de qualquer outra origem.

§1º. Será obrigatória a consulta ao Cadastro de que trata este artigo, toda vez que for examinado pedido formulado por munícipe objetivando concessão de auxílio, subvenção, incentivo, financiamento ou transferência de recursos a qualquer título.

§2º. Ao contribuinte que estiver em débito com o município, ressaltando o caso de parcelamento em vigor com situação de regular adimplência, não será deferido qualquer pedido ou solicitação de que trata o parágrafo anterior, salvo nos casos de:

I – auxílio para atender situação decorrente de calamidade pública;

II – benefício previsto em lei para os comprovadamente necessitados.

§3º. A prestação de serviços inseridos no âmbito da educação e saúde, não fica condicionada à regularidade fiscal de que trata este artigo.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará no que couber, a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº571/2015 DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO E INCORPORAÇÃO AOS BENS DE USO ESPECIAL DA ÁREA DA PRAÇA "D" DO BALNEÁRIO BRANDALIZE.

LEI MUNICIPAL Nº 571/2015

Data: 13 de maio de 2015

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO E INCORPORAÇÃO AOS BENS DE USO ESPECIAL DA ÁREA DA PRAÇA "D" DO BALNEÁRIO BRANDALIZE.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada a praça denominada "D" do Balneário Brandalize, matrícula nº 2320 do 1º Registro de Imóveis de Joinville, com área total de 7.074 (sete mil e setenta e quatro) metros quadrados.

Art. 2º A destinação da área será para construção de 01(um) Centro Educacional com (uma) Creche, 01 (uma) Pré-escola e 01(uma) Escola de Ensino Fundamental.

Art. 3º Com a desafetação de que trata o art. 1º, a área deixa de integrar a classe de bens de uso comum do povo, passando a integrar a categoria de bens de uso especial do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº112/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº112/2015

Data: 30 de abril de 2015.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir da presente data, Claudir Seefeldt, do cargo de Assessor Parlamentar do vereador Jocélio Pinheiro, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 30 de abril de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº113/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº113/2015

Data: 04 de maio de 2015.

NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, PAULO IVO FREDERICO, no cargo de Assessor Parlamentar do Vereador JOCÉLIO PINHEIRO – PMDB, instituído pela Resolução nº07/2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 04 de maio de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2015

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2015

O Prefeito Municipal de Jacinto Machado – SC, Antonio João de Fáveri, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do § 4º art. 9º, combinado com art. 63 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), convida a população de Jacinto Machado, entidades governamentais e sociedade civil organizada, à participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais, referente ao 1º quadrimestre de 2015, que tem por finalidade básica assegurar transparência às contas e ações governamentais e contribuir para o aprimoramento da participação popular nas decisões políticas no âmbito da administração pública municipal.

Data: 21 de maio de 2015 (quinta-feira)

Horário: 19:00 horas

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti – Câmara Municipal de Jacinto Machado

Endereço: Avenida Padre Herval Fontanella, nº. 886 – Centro - Jacinto Machado-SC

Jacinto Machado – (SC), 15 de maio de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 001/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 001/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: FELIPE FAGUNDES DOS REIS
MODALIDADE: VÔLEI DE PRAIA
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

FELIPE FAGUNDES DOS REIS
Atleta de Vôlei de Praia

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: MOISÉS PEDRO BATISTA
MODALIDADE: VÔLEI DE PRAIA
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

MOISÉS PEDRO BATISTA
Atleta de Vôlei de Praia

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 003/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 003/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: MARIELI FATIMA KATSCHOR LOPES
MODALIDADE: CICLISMO
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 5.000,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

MARIELI FATIMA KATSCHOR LOPES
Atleta de Ciclismo

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 004/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 004/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: HUANDEL CRISTIANO ALBERGUINI
MODALIDADE: CICLISMO
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 5.000,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

HUANDEL CRISTIANO ALBERGUINI
Atleta de Ciclismo

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 015/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 015/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: LEONARDO MATEUS THOMAZONI
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

LEONARDO MATEUS THOMAZONI
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 016/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 016/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: GEOVANI ALVES DOS SANTOS
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

GEOVANI ALVES DOS SANTOS
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 017/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 017/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: CASIANO KLEIN
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

CASIANO KLEIN
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 018/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 018/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: JACKSON RODRIGO DE BARROS
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

JACKSON RODRIGO DE BARROS
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 019/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 019/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: RENAN ROBERTO MATELLI
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

RENAN ROBERTO MATELLI
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 020/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 020/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: ERNANI RICARDO DE OLIVEIRA
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

ERNANI RICARDO DE OLIVEIRA
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 021/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 021/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: MATHEUS KOGIKOSKI DE ABREU
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

ERNANI RICARDO DE OLIVEIRA
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 022/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 022/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: JOSE HENRIQUE DE PAULA L. GONÇALVES PEREIRA
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.920,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

JOSE HENRIQUE DE PAULA L. GONÇALVES PEREIRA
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 023/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 023/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: ALAN CLAITON GIUMBELI
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 4.800,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

ALAN CLAITON GIUMBELI
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 024/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 024/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: LUCAS PAULO BOCCA
MODALIDADE: FUTSAL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 4.800,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

LUCAS PAULO BOCCA
Atleta de Futsal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 026/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 026/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: EVELYN CANCELLI LIMA
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.076,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

EVELYN CANCELLI LIMA
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 027/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 027/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: ANA CRISTINA HACHMANN
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.076,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

ANA CRISTINA HACHMANN
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 030/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 030/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: JOÃO VITOR PRONER
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.460,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

JOÃO VITOR PRONER
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 031/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 031/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: GUSTAVO ZILIO QUIOCA
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.460,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

GUSTAVO ZILIO QUIOCA
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 032/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 032/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: GUILHERME VIEIRA
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.460,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

GUILHERME VIEIRA
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 033/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 033/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: FELIPE VASTRES
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.460,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

FELIPE VASTRES
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 034/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 034/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: JAKSON LUIZ DA MAIA
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.460,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

JAKSON LUIZ DA MAIA
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 037/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 037/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: DANIELI SCHALY
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 4.520,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

DANIELI SCHALY
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 040/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 040/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: JAYME REUS CAMPAGNHOLO FILHO
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.460,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

JAYME REUS CAMPAGNHOLO FILHO
Atleta de Judô

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 052/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 052/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: GABRIEL LUIZ
MODALIDADE: FUTEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.557,89 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

GABRIEL LUIZ
Atleta de Futebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 056/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 056/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: BRUNO AMORIM VARELA
MODALIDADE: FUTEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.557,89 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAS.
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

BRUNO AMORIM VARELA
Atleta de Futebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 63/2015 - FME
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 63/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: JANRIE SCHILLER DO AMARAL
MODALIDADE: FUTEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 222,59
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

JANRIE SCHILLER DO AMARAL
Atleta de Futebol

EXTRATO TP 9/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 09/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa (s) especializada (s) para a prestação de serviços de sonorização com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, bem como para a locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados à estruturação de eventos municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 03/06/2015, a partir das 17h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 16h30min do dia 03/06/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 15 de maio de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA
VENILTON ROGÉRIO TELES
Secretário

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 104/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 104/2015 DE 14.05.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 36(trinta e seis) dias de licença –prêmio do(a) Servidor(a) Fabiola Fritzen Pellizzaro, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 1378/2015 de 13 de maio de 2015, referente ao período aquisitivo de 14 de maio de 2012 à 13 de maio de 2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 14 de Maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PREGÃO 0009/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0009/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2015
PROTOCOLO JHL 0366/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0009/2015 – Licitação 0009/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de materiais e reagentes para laboratório de análise de água a serem utilizados na estação de tratamento de água (ETA) do SIMAE para exercício 2015.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 29/05/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 29/05/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 18/05/2015 a 29/05/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0043/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0043/2015
TOMADA DE PREÇO JHL0002/2015
PROCESSO Nº 0011/2015
PROTOCOLO Nº 0533/2015
Data: 14/05/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para execução de rede coletora de esgoto e ligações domiciliares nos Bairros Jardim Itália e Anzolin, no município de Joaçaba, Rua Independência em Herval D'Oeste e Ligação entre as Ruas Teobaldo Horn e Rua José Pedro Martendal em Luzerna.
Contratado: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Valor do Contrato: R\$ 934.740,80 (Novecentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta reais e oitenta centavos)
Programa: 14.01.
Projeto/Atividade: 1.052
Elemento De Despesa: 4.4.90.51.99.00
Prazo de vigência: 14/05/2015 a 13/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0044/2015 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0044/2015
QUINTO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0008/2011
TOMADA DE PREÇOS JHL 0002/2010
PROCESSO 0061/2010
Data: 15/05/2015

Objeto: Alteração da Razão Social da Contratada Hidratech Saneamento S/S Ltda para Hidratech Saneamento Eireli.
Contratada: Hidratech Saneamento Eireli.
Valor do Contrato: permanece o mesmo
PROGRAMA: permanece o mesmo
ELEMENTO: permanece o mesmo
Prazo de vigência: 15/05/2015 A 31/01/2016

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0045/2015 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0045/2015
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0113/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2013
Data: 15/05/2015

Objeto: Com fundamento no artigo 65, § 1º, inciso II da Lei 8666/93, e de acordo com a Clausula Sexta, item 6.1, letra "m" do contrato aditado, as partes resolvem realizar supressões no valor total de R\$ 62.582,43 (Sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos), passando o valor total a ser pago à Contratada de R\$ 639.471,90 (Seiscentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa centavos).
Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
Prazo de vigência: Permanece o mesmo.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO 20/2015 SEGURO

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 29/05/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº 13, REFERENTE A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro para os veículos da frota do Município de José Boiteux, cujas especificações detalhadas encontram-se na relação dos lotes da licitação, que fazem parte integrante deste Edital. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 15 de Maio de 2015.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2015 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2015 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ESTA PUBLICAÇÃO EXCLUI A ANTERIOR

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º26/2015 através da Secretaria de Segurança e Ordem Pública, para a Celebração de um Contrato com o Sr. Elídio Adalberto Fertig, inscrito no CPF sob n.º 322.756.197-20 sito à Rua Presidente Costa e Silva, 125- Bairro: América – Joinville/SC para locação de Imóvel situado na Rua: Moisés Furtado, 155 – Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Secretaria de Segurança e Ordem Pública, pelo valor de R\$ 2.149,47 (dois mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de abril de 2015.

Paulo Dellajustina

Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Paulo Dellajustina, Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

EXTRATO CONTRATO 200/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 200/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: Z2FB SPE ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA, inscrita no CNPJ: 22.368.681/0001-88 com sede na Alameda Santos nº 905 – 10º Andar sala 102 parte – Cerqueira Cesar – São Paulo/SP CEP.01.419-001.

Contrato em decorrência do Concurso Nacional de Arquitetura para o Projeto de Arquitetura para a Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages – SC, realizado pelo Instituto de Arquitetos de Brasil – Departamento/SC, correlato a Dispensa de Licitação nº10/2014, contrato de prestação de Serviços nº 015/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem como objeto o desenvolvimento dos Projetos Executivos de Arquitetura para os estudos preliminares apresentados e vencedores do concurso em questão, observadas as especificações técnicas exigidas pelos anexos e itens destacados pelo Júri, os quais são de conhecimento do CONTRATADO, considerando-se parte integrante desse documento, e a Coordenação dos Projetos Complementares, os quais assim são definidos:

1.2 Elaboração de Projetos Arquitetônicos Executivos: inclui o projeto para aprovação na Prefeitura e o projeto para execução com todos os detalhamentos necessários, e,

1.3 Coordenação dos projetos complementares: inclui a coordenação de projeto estrutural, instalações elétricas, instalações

hidrossanitárias, instalações telefonia e som, instalações de telecomunicações, instalações de dados/lógica, luminotécnico, prevenção contra incêndio, paisagismo, conforto térmico e demais conforme item 10.5 do Regulamento do Concurso.

1.4 O Projeto Arquitetônico Executivo deverá ser provido do seu respectivo caderno de encargos, especificações, quantitativos e orçamento (materiais de acabamento, revestimentos em geral, etc.), com memorial descritivo contendo uma minuciosa descrição dos materiais e serviços a serem utilizados, de modo que permitam à CONTRATANTE a realização de licitação para a execução da obra conforme a Lei No. 8.666/93 e suas alterações.

1.5 O CONTRATADO cede em caráter irrevogável todos os direitos decorrentes do objeto contratado - originário do Concurso Nacional de Arquitetura para o Projeto de Arquitetura para a Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages -SC - exceto os pessoais oriundos de sua autoria.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 A vigência Contratual será de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da Assinatura do Contrato;

2.2 O CONTRATADO terá, a contar da assinatura deste instrumento, o prazo de 30 (Trinta) dias para providenciar o encaminhamento do Ante-Projeto Arquitetônico ao CONTRATANTE para aprovação "Comissão de Acompanhamento";

2.3 O prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da aprovação da "Comissão de Acompanhamento" para entregar o Projeto Arquitetônico Executivo concluídos com as devidas correções solicitadas. A prorrogação desse prazo somente será admitida quando houver impedimentos que paralise ou restrinjam o normal andamento dos serviços, decorrentes de fatos alheios à responsabilidade do CONTRATADO, atestados e reconhecidos a critério da CONTRATANTE.

2.4 O projeto terá garantia da exequibilidade por um período mínimo de 2 (dois) anos, a contar do seu recebimento definitivo.

2.5 Considera-se plenamente justificado o atraso da execução dos serviços contratados ocorrendo:

- Greves;
- Epidemias;
- Cortes frequentes de energia elétrica e água;

Enchentes. CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

4.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelo serviço ora contratado, o preço total de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), a ser pago em 4 (quatro) parcelas, correspondentes na forma a seguir:

a) R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) referente ao prêmio do 1º colocado no Concurso no ato de assinatura deste contrato;

b) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mediante o encaminhamento do Projeto Arquitetônico Executivo ao CONTRATANTE, e, após a aceitação da "Comissão de Acompanhamento";

c) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quando do recebimento, pelo CONTRATANTE, do Projeto Arquitetônico Executivo com memorial descritivo, planilhas quantitativas e com as devidas correções e solicitações da "Comissão de Acompanhamento" e seus técnicos devidamente sanadas; e,

R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) quando da aprovação do Projeto Arquitetônico Executivo, junto aos órgãos competentes, quais são: Município de Lages; SEMASA; CELESC; BOMBEIROS e Fundação Cultural Catarinense - FCC.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 202/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 202/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR: BIANCHINI & ARAÚJO LTDA EPP inscrita no CNPJ sob n.º 07.625.896/0001-43, com endereço a Rua Caetano Vieira da Costa, 222 – Apto 32 – CEP 88502-070 – Lages/SC Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 150/2015, correlato à Dispensa de Licitação 36/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito Rua Vidal Ramos Junior, 41 – Centro, na cidade de Lages/SC, a ser utilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 28/04/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor da locação será R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais, durante o prazo do contrato.

3.2. O valor da locação poderá ser reajustado pelo índice do IGP-M anual, após doze meses de locação.

3.3. Os valores pagos serão debitados da Fonte de Recursos 2.233 – Locação de Imóveis – Dotação 42 – Elemento de Despesa 33.90.36.15.

Lages, 28 de Abril de 2015

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 57/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 57/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA NEVES inscrito no CPF sob nº 348.081.599-53, residente a Rua Henrique Silva Ramos, 383 – Bairro Sagrado Coração de Jesus, Lages/SC, CEP 88508-390. Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 40/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Rua Felipe Schmidt, 80 – Bairro Centro, a ser utilizado pela Central de Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 27/04/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 9.505,86 (nove mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e seis centavos) mensais

Lages, 27 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 58/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 58/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: MENFIS IMOBILIÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.162.057/0001-14, estabelecida na Rua Pres. Nereu Ramos, 84 – Centro – Lages, CEP 88502-170.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 47/2015, correlato à Dispensa de Licitação 8/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Rua Aristiliano Ramos, 84 – Bairro Centro – Lages, que será utilizado pelo Centro de Atendimento Psicossocial Infantil CAPSI, da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 05/05/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 2.436,75 (dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) mensais

Lages, 05 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 60/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 60/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: MENFIS IMOBILIÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.162.057/0001-14, estabelecida na Rua Pres. Nereu Ramos, 84 – Centro – Lages, CEP 88502-170.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2015, correlato à Dispensa de Licitação 4/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Rua Sete de Setembro 244 - Bairro Centro que será utilizado Centro Ambulatorial à Saúde Mental (Casm) da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 04/05/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 1.550,66 (hum mil, quinhentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos) mensais

Lages, 04 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 61/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 61/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: EMA COSTA BRUN inscrita no CPF sob nº 005.408.179-37, com endereço comercial a Rua Correia Pinto, 467 – Bairro Centro – CEP 88502-000 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 41/2015, correlato à Dispensa de Licitação 6/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito Rua Correia Pinto, 561 – Bairro Centro que será utilizado Centro de Atenção Psicossocial Adulto da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 04/05/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 3.560,00 (três mil, quinhentos e sessenta reais) mensais, durante o prazo do contrato

Lages, 27 de Abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 62/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 62/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: VALÉRIA VERNER AMARAL SENS inscrita no CPF sob nº 646.555.639-158, com endereço a Avenida Mal. Castelo Branco, 700 – Bairro Universitário CEP 88509-016 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 35/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito Rua Caetano Vieira da Costa, 883 – Bairro Centro a ser utilizado pela Farmácia Popular do Brasil da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 08/04/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 2.658,27 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos) mensais

Lages, 27 de Abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 63/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 63/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: LAFISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 07.604.581/0001-46, com endereço a Avenida Presidente Kennedy 3013 – sala 207 – Bairro Água Verde CEP 80610-010 – Curitiba/PR.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 42/2015, correlato à Dispensa de Licitação 7/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Centro a ser utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde como almoxarifado Central.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 27/04/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 3.492,60 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta centavos) mensais

Lages, 27 de Abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 64/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 64/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: MIRIAM CARMEM CRISTOFOLINI ROCHA inscrita no

CPF sob n.º 483.054.809-68, com endereço a Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 55 Apto 403 – CEP 88502-230 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2015, correlato à Dispensa de Licitação 2/201515

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito Rua Sete de Setembro, 212 - Centro a ser utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde pelos Setores Estratégia de Saúde da Família, Farmácia Básica Municipal e Odontologia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 08/04/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 4.098,16 quatro mil, noventa e oito reais e dezesseis centavos) mensais, durante o prazo do contrato

Lages, 08 de Abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

LAUDA REVOGAÇÃO CC 01-2015 PML

REVOGAÇÃO

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº 01/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA AV. ANTÔNIO RIBEIRO DOS SANTOS.

Presente os termos da exposição de motivos formulada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, caracterizando fato superveniente no trâmite do Processo Licitatório em voga, fundamentado no parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, priorizando a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torno público aos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em comento.

Atenciosamente,
Lages, 15 de maio de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

PP 08-2015 FMAS E PP 68-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 08/2015 FMAS
Objeto: Aquisição de Uniformes
Tipo: Menor Preço Por Lote
Abertura: 08/06/2015 às 14:30
Valor Estimado: R\$ 12.376,00

Modalidade: PP 68/2015 PML
Objeto: Hora Máquina
Tipo: Menor Preço Por Hora
Abertura: 29/05/2015 às 14:30
Valor Estimado: R\$ 370.005,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de maio de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.352/15

DECRETO Nº 4.352 DE 11 DE MAIO DE 2015.

"CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA - COMREI".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 14 da Lei nº 1.757/14,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Regularização Imobiliária – COMREI, pelos seguintes membros:

- I – Secretária de Planejamento Urbano e Habitação - Grazielle Siltônio Duarte;
- II – Secretário Municipal da Fazenda - Luiz Paulo de Rezende;
- III – Representante da Procuradoria Geral - Luis Fernando Nandi Vicente;
- IV – Procurador Fiscal - Ricardo Augusto Silveira; e
- V – Engenheiro do quadro permanente do Poder Executivo - Humberto da Silva Costa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.353/15

DECRETO Nº 4.353 DE 12 DE MAIO DE 2015.

"NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso XXV do artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no Decreto nº 4.337/15,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município de Laguna, de que trata o Decreto nº 4.337/15, fica composta pelos seguintes membros:

- I – Servidores da Secretaria Municipal de Educação e Esportes:
 - a) Tânia Preuss;
 - b) Klevys Lopes Rosa.
- II – Servidores da Secretaria Municipal de Administração e Serviços Públicos:
 - a) Ivan César Fão;
 - b) Alenair Santana Barreto.
- III – Servidores da Secretaria Municipal de Saúde:
 - a) Alex da Silva de Bem;
 - b) Jadson de Oliveira Fretta.
- IV - Servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social;
 - a) Luiz Augusto Borges

V – Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Laguna:

- a) Adalbanir Gerônimo da Silva;

b) Ingrid dos Santos.

V - Representante da Associação dos Motoristas da Prefeitura de Laguna:

a) Vanderlei Ramos da Silva.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela servidora Adalbanir Jerônimo e, secretariada pelo servidor Ivan César Fão.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.354/15

DECRETO Nº 4.354 DE 15 DE MAIO DE 2015.

"DELEGA COMPETÊNCIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto na Lei Orgânica do Município e,

Considerando a conveniência na delegação de poderes e ou de competência a seus auxiliares;

Considerando que a competência é o ato complexo de atribuições e acuidades que a Lei outorga aos agentes ou órgãos da Pessoa Jurídica de Direito Público para a prática de determinados atos da administração;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica delegada ao Contador, Sr. Fabrício Ferreira Rego Leite, a competência para assinar juntamente com o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Luiz Paulo de Rezende, os cheques e empenhos da Prefeitura Municipal de Laguna.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI 1.804/15

LEI Nº 1.804 DE 15 DE MAIO DE 2015.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LAGUNA, POR INTERMÉDIO PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Laguna, por seu representante legal, autorizado a receber em doação, bens adquiridos pelo Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, através da Diretoria de Tecnologia - DIRTE, especificados no anexo único desta Lei.

Art. 2º. Os bens identificados no anexo único desta Lei serão destinados à Secretaria de Educação, para atender as unidades de

ensino do Município.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município de Laguna.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Nº	BEM DOADO	QUANTIDADE
01	Microcomputador	09
02	Servidor Multimídia	01
03	Monitor de LCD	19
04	Teclados	19
05	Mouses	19
06	Fones de ouvido com microfone	19
07	Impressora Multifuncional com estabilizador	01
08	Estabilizador para servidor e microcomputador	10
09	Roteador ADSL com wi-fi integrado	01
10	Kit de sistema de segurança física	01

LEI Nº 1.805/15

LEI Nº 1.805 DE 15 DE MAIO DE 2015.

"CEDE O USO DE PARTE DE BEM IMÓVEL AO DNIT".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Laguna, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Laguna, por intermédio do Poder Executivo, autorizado a conceder o uso, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, por tempo indeterminado e, a título gratuito, de uma parte da Praça Municipal, localizada à Rua Paulo Carneiro, defronte à E.E.B. Saul Ulysséa, Cabeçuda, Laguna/SC., em até 66,258 m2.

Art. 2º A área a ser cedida, destina-se exclusivamente à construção de uma parte da rampa de acesso à passarela de pedestres sobre a rodovia BR 101, decorrente das obras de duplicação realizadas pelo Governo Federal, ficando proibido o uso para fim diverso.

Art. 3º Com a cessão de uso, ficará o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, autorizado a tomar as providências administrativas junto aos órgãos competentes, para utilização da área, correndo às suas expensas, as obras necessárias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 003/2015

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas dos Recursos do FEAS do exercício referente ao ano de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 23 de abril de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 0478, de 26 de agosto de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos do FEAS, utilizados no cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, referente ao ano de 2014.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 23 de abril de 2015.
Luiz Augusto Borges
Presidente do CMAS Laguna

RESOLUÇÃO Nº 004/2015

Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Atividades do ano de 2014 e Plano de Ação para o ano de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 23 de abril de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 0478, de 26 de agosto de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS;

Considerando a Resolução CMAS nº 40, de 28 de abril de 2011 que "Define os parâmetros e normas para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências, estabelecendo o dia 30 de abril como prazo final para a apresentação dos Relatórios e Planos de Ação anuais;

Considerando a necessidade da apresentação do Relatório e Plano de Ação para manutenção das inscrições das entidades de Assistência Social junto à este Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo para apresentação do Relatório de Atividades do ano de 2014 e Plano de Ação para o ano de 2015, para o dia 31 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 23 de abril de 2015.
LUIZ AUGUSTO BORGES
Presidente do CMAS

Lauro Muller

PREFEITURA

COMUNICADO AUDIENCIA

COMUNICADO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 16h00min do dia 28 de Maio de 2015, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015 DAS METAS FISCAIS, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, do Fundo Municipal de Saúde e do Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller/SC, 14 de Maio de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 122/2015 PMLM

EXTRATO DE CONTRATO 122/2015 PMLM

Contrato 122/2015

Processo Licitatório nº 6/2014 – TOMADA DE PREÇO 6/2014

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, contratação de empresas do ramo pertinente para execução das obras de Reforma do Terminal Rodoviário para implantação de Museu e Centro de Informações Turísticas, sito à Rodovia SC-438, no Município de Lauro Muller/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos. O presente contrato origina-se da rescisão contratual nº 001/2014 ao contrato 11/2014 entre o município e a empresa SERRA SUL ENGENHARIA, sendo seu objeto o remanescente não executado pela ex vencedora do contrato.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA,

Valor global: R\$ 134.867,37 (cento e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos). Sendo este o valor remanescente do Processo Licitatório.

Prazo de Vigência: 6/05/2015 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

PREFEITURA

[illegible]

[illegible]

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário;
Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 14 de maio de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1.515/2015

Lei Municipal nº 1.515/2015, de 14 de maio de 2015.

“Dispõe sobre a revisão da Lei nº 1496//2014, da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO do Município de Lebon Régis para o exercício de 2015 dá outras providências”.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída na Lei de Diretrizes Orcamentárias do exercício 2015 a seguinte modalidade de aplicação:

[illegible]

Art. 2º - Fica anulada parcialmente da Lei de Diretrizes Orçamentárias o exercício de 2015 a modalidade de aplicação abaixo discriminada:

[illegible]

LEI MUNICIPAL Nº 1.517/2015

Lei Municipal nº 1.517/2015, de 14 de maio de 2015.

“Altera o art. 2º da Lei Municipal nº 1.473/2014.”

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo segundo da Lei Municipal nº 1.473/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A Bolsa Auxílio Moradia e o Auxílio Alimentação compreenderão o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) destinados aos médicos vinculados ao Programa Mais Médicos, na seguinte proporção:

I - Para a Bolsa Auxílio Moradia fica estipulado mensalmente no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais); e

II - Para o Auxílio Alimentação fica estipulado mensalmente o valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

§ 1º Os benefícios dispostos no caput deste artigo terão vigência enquanto os médicos vinculados ao Programa Mais Médicos atuarem no Município de Lebon Régis.

§ 2º O número de vagas para atender o disposto nesta Lei será de, no máximo, três vagas.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 14 de maio de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1.518/2015

Lei Municipal nº 1.518/2015, de 14 de maio de 2015.

“Autoriza o Poder Executivo renovar sua participação como membro efetivo do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO – COINCO e da outras providências”.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Público Municipal autorizado a renovar sua participação como membro efetivo do “Consórcio Intermunicipal Contestado”, associação de caráter público, que tem por objetivo pugnar pela solução dos problemas relacionados com os resíduos sólidos e outros que degradam o meio ambiente, além das formas de educação socioambiental para uma eficaz e verdadeira preservação do meio ambiente, visando um desenvolvimento sustentável, em atendimento às prerrogativas legais emanadas pelo art. 225 da Constituição Federal do Brasil, pela Lei Federal 12.305/2010 bem como às normas estabelecidas no Protocolo de Intenções, Plano de Cargos e Salários e Estatuto do COINCO.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas e consignadas no orçamento em vigor de cada Município.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 14 de maio de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1.519/2015

Lei Municipal nº 1.519/2015, de 14 de maio de 2015.

Declara de utilidade pública o CTG HERANÇA DO VELHO PAI – WILSON MOREIRA e dá outras providências.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, o CTG HERANÇA DO VELHO PAI WILSON MOREIRA, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.841.679/0001-00 e com código de atividade econômica nº 94.93-6-00 e 94.99-5-00, com sede na localidade do Comum – Fazenda São João, s/n, interior, neste município de Lebon Régis.

Art. 2º. Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 14 de maio de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 038/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 038/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, COMODATO E OUTRAS AVENÇAS.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.863.291/0001-06, com sede à Avenida Oscar Barcelos, nº 1102, Bairro Santana, Município de Rio do Sul - SC, neste ato representada pelo Senhor DOUGLAS CUNHA, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, COMODATO E OUTRAS AVENÇAS, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Pelo presente instrumento, a CONTRATADA, compromete-se, observadas as limitações legais e regulares, a fazer prestação de serviço de manutenção conforme mencionado abaixo e nos equipamentos fornecidos em caráter de comodato conforme relacionados a seguir:

- 01 CENTRAL TELEFÔNICA PANASONIC TES 32 8/24 – (COMODATO)
- 02 INTERFACE DE CELULAR INTELBRAS (COMODATO)
- 01 APARELHO PROPRIETARIO PANASONIC (COMODATO)
- 01 MANUTENÇÃO EM CENTRAL, INTERFACE E LINHAS – (SERVIÇO)
- 01 GESTÃO DE FATURAS TELEFÔNICAS FIXO E MÓVEL – (SERVIÇO)

Parágrafo Único: Constitui ainda objeto do presente, a realização pela CONTRATADA, de consultoria na área de custos telefônicos, com implicação na redução das despesas auferidas dentro do período contratado, sem que, contudo se possam garantir percentuais específicos de redução, eis que varia de acordo com o uso do cliente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DO CONTRATO

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 13/05/2015 à 13/05/2016, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Findo o prazo contratado, havendo interesse das partes na continuidade, deverão ajustar a renovação, mediante Termo Aditivo ao Contrato, ajustando as novas condições.

Parágrafo Segundo: Operada a rescisão, obriga-se a CONTRATANTE a disponibilizar à CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias após a rescisão, os equipamentos cedidos em comodato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

Pela manutenção dos equipamentos cedidos em comodatos, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$

499,70 (quatrocentos e noventa e nove reais e setenta centavos), mediante boleto bancário, com vencimento no dia 15 de cada mês, iniciando no mês subsequente à contratação.

Parágrafo Primeiro: Considerando o disposto no Parágrafo Único da Cláusula Primeira, os valores descritos no Caput, serão devidos somente à partir ocorrência da primeira redução da fatura telefônica do CONTRATANTE, independentemente do percentual reduzido.

Parágrafo Segundo: O atraso no pagamento dos valores contratados fará com que o devedor incorra em mora, sujeitando-se ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% ao mês pro rata e correção monetária, desde o vencimento até o efetivo pagamento, cujo valor é líquido, certo e exigível.

Parágrafo Terceiro: Na eventualidade de persistir a inadimplência por período superior à 05 (cinco) dias, além das sanções contratuais, fica obrigado o CONTRATANTE, ao pagamento dos encargos advindos da cobrança, tais como honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento), despesas de cartório, entre outros e inadimplência, valores estes, líquidos, certos e exigíveis.

Parágrafo Quarto: Qualquer tolerância da CONTRATADA, no recebimento das quantias que lhes forem devidas fora do prazo pactuado, relativamente a valores devidos pelo Usuário, relativamente ao presente contrato, não caracterizará novação, nem tão pouco poderá ser invocada como precedente para a repetição do fato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUSPENSÃO E RESCISÃO DOS SERVIÇOS POR INADIMPLÊNCIA

Persistindo inadimplência relativas aos serviços contratados, por período igual ou superior a 15 (quinze) dias após o vencimento, fica autorizada a CONTRATADA, imediatamente suspender a prestação dos serviços, e à partir do 20º (vigésimo) dia de atraso rescindir o contrato por inadimplência, independentemente de notificação, quer judicial ou extrajudicial, cabendo a CONTRATADA, o direito ao recebimento dos valores em atraso, bem como a restituição imediata dos equipamentos concedidos em COMODATO.

Parágrafo Único: Na inoccorrência de restituição dos equipamentos no prazo de até 05 (cinco) dias após operada a rescisão, fica a CONTRATADA, autorizada a emitir fatura e duplicata relativo ao valor dos equipamentos retidos, cujo vencimento ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeito à protesto na falta de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA MULTA POR RESCISÃO

A rescisão do presente contrato, anteriormente ao prazo final da manutenção, bem como nos casos de rescisão por inadimplência da CONTRATANTE, considerando os custos para disponibilização dos equipamentos em COMODATO, será prescindida de indenização equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor da mensalidade contratada, multiplicada pelos meses faltantes ao término do contrato, sem prejuízo da restituição dos equipamentos pela CONTRATANTE, bem como do pagamento do saldo de serviços eventualmente existente.

Parágrafo Único: Haverá dispensa da multa aludida no caput, quando a rescisão se operar de comum acordo entre as partes, ou, por motivo justo, caso fortuito e força maior, pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

a) A responsabilidade técnica sobre os equipamentos bem como pelos serviços objeto do presente, incluindo futuras e eventuais cobranças de terceiros que ultrapassem os valores definidos e garantidos pela CONTRATADA é exclusivamente da CONTRATADA, desde que não se comprove e a danificação tenha sido ocasionada por mal uso ou outras avenças ocasionadas pela CONTRATANTE, a qual deverá atender no prazo de 4 (quatro) horas, o chamado do CONTRATANTE em caso de pane que venha a interferir no funcionamento normal do equipamento;

b) Havendo a necessidade de o equipamento ser retirado do local e encaminhado ao laboratório da CONTRATADA para o conserto, a CONTRATADA obriga-se a substituir o equipamento em conserto imediatamente;

c) No valor pago pela manutenção, estará incluso reparo e manutenção em central, incluindo peças e componentes para garantir o funcionamento dos mesmos já existentes e dos equipamentos citados na Cláusula Primeira deste contrato. Manutenção em ramais estará incluso exceto materiais que possam ser utilizados (Fiação, tomadas, conectores, etc). Expansão de ramais e equipamentos assim como materiais e componentes utilizados para o mesmo não estarão inclusos neste contrato;

d) O valor indicado para pagamento neste contrato inclui manutenção, impostos, taxas, direitos e outros encargos federais, estaduais e municipais, calculados com base nas alíquotas vigentes na data deste contrato, e será reajustado mediante a aplicação do INPC, após o período de 12 (doze) meses;

e) Este contrato cobre atendimentos realizados de segunda a sexta feira horário comercial (07:42-12:00 e 13:30-18:00) e sábado (09:00-12:00). Sobre os atendimentos realizados em horários e dias especiais incidirão o custo de R\$ 95,00 por hora de atendimento;

f) Eventualmente, venha o CONTRATANTE permitir que terceiros estranhos a CONTRATADA efetuem reparos ou qualquer outro tipo de manuseio dos equipamentos, será motivo bastante e suficiente para a rescisão do presente contrato, independente do tempo faltante para o término do contrato;

g) A CONTRATANTE é única e integral responsável pela guarda dos equipamentos cedidos a cargo de comodato, devendo zelar por sua

integridade física, responsabilizando-se por eventuais danos, e na eventualidade de furto indenizar a CONTRATADA integralmente por quaisquer danos causados, salvo aqueles de ordem meramente técnica, cobertos pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As partes contratantes declaram aceitas todas as cláusulas e condições do presente instrumento, obrigando-se a CONTRATANTE a confiar somente à CONTRATADA todo e qualquer serviço de reparo e assistência técnica do equipamento, sob pena de rescisão do presente instrumento, bem como a fornecer as instalações e condições gerais adequadas e de acordo com as especificações pelo fabricante do equipamento e pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO COMPETENTE

As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem às partes em comum acordo, firmam o presente instrumento particular, na presença das testemunhas abaixo indicadas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para cada uma das partes.

CLÁUSULA NONA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 13 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	DOUGLAS CUNHA CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICA CAS LTDA Contratada
---	--

Testemunhas:

ALINE KRAUS CPF/MF nº 075.870.389-90	
JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90	

DECRETO N.º 050/2015

DECRETO Nº 050, DE 15 DE MAIO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	7.000,00
Função	10	Saúde	7.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	7.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	7.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente de Atenção Básica Variável – PAB Variável	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesa Corrente	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	7.000,00
Detalhamento	11	Saúde Bucal	7.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			7.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União/Saúde Bucal	0.1.0038/11	7.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		7.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2036

DECRETO Nº 2036 de 16 de maio de 2015.

“DECRETA LUTO OFICIAL”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, os relevantes serviços prestados pelo Senhor CARLOS RENATO MARCON, ao Município de Luzerna, do qual era filho, tanto por intermédio de suas ações na vida privada, bem como na vida pública,

CONSIDERANDO, a atuação do Senhor CARLOS RENATO MARCON, na política, como Vereador no mandato de 2001 a 2004 e 2005 a 2008, exercendo inclusive a Presidência da Câmara e Vice-Prefeito no mandato de 2009 a 2012,

DECRETA:

Art. 1º - É decretado luto oficial, por 03 (três) dias a partir desta data, em todo o território do Município de Luzerna(SC), em virtude do falecimento do Senhor CARLOS RENATO MARCON.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Luzerna (SC), 16 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0016/2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2015

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0026/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0016/2015, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 28 de maio de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para a locação de sistema de monitoramento em comodato, compreendendo câmera de segurança e demais equipamentos, a serem instalados no centro da cidade, esquina entre as Ruas José Augusto Royer e Dona Maria Mendes, conforme especificações do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 28/05/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0016/2015, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 15 de maio de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

decreto 1487

DECRETO Nº1487, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Abre Credito Suplementar Especial por conta do superávit financeiro do exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 785 de 12/05/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementarespecial por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.04 Secretaria Mun. Adm. e Fazenda

20.21 Manutenção das Atividades Administrativas

33.72.39 Execução Orç. Delegada a Consórcios Públicos MC

R\$ 10.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 12 de maio de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

decreto 1488

DECRETO Nº 1488, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Nomeia JUNTA MÉDICA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127, parágrafo 6º, da Lei Complementar 002, de 19/06/1995, Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. Stefan Szylewicz: Psiquiatra; Dr Rafael Balbissan: Clínico Geral; Dr. Jose Roberto Queiroz: Ortopedista, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde do Servidor Pedrinho Campagnin, em Licença para Tratamentos de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de maio de 2015.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

lei 785

LEI Nº785, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Abre Credito Suplementar Especial por conta do superávit financeiro do exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementarespecial por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.04 Secretaria Mun. Adm. e Fazenda

20.21 Manutenção das Atividades Administrativas

33.72.39 Execução Orç. Delegada a Consórcios Públicos MC

R\$ 10.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 12 de maio de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3340

PORTARIA N.º 3340/2015

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Jeferson Maurina, ocupante do cargo de Vigia, pelo período de 90 dias, a contar de 26/04/2015, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 04 de maio de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DO 3º TA AO CONTRATO 57/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Camilo & Ghisi Ltda

Objeto: Aditivo de prazo ao Contrato 57/2014

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 04 (quatro) meses, passando o prazo inicial para 14 (catorze) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 04 (quatro) meses, passando o prazo inicial do contrato para 15 (quinze) meses.

Maracajá, 08 de abril de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO 20/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 20/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,,

Contratado: GENTE SEGURADORA S/A,

Objeto: Contratação de Companhia Seguradora para cobertura total dos veículos da Administração Municipal (colisão, incêndio, roubo, furto, danos causados a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e despesas médicas e hospitalares).

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência: 04/05/2016

Maracajá, 04 de maio de 2015

Vilmar Leandro

Contratante.

Marcelo Wais

Contratado.

EXTRATO DO CONTRATO 42/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 42/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: FÁTIMA ANILDE CAETANO

Objeto: prestação de serviços de monitora para curso de corte e costura industrial e patch work para homens e mulheres com idade entre 16 a 59 anos que residem no município de Maracajá, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, de acordo com o Projeto

Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Vigência: 20/12/2015

Maracajá, 06 de maio de 2015.

Wagner da Rosa

Contratante.

Fátima Anilde Caetano.

Contratada.

Maravilha

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 035/2015. Partes: Município de Maravilha – SC e Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. Objeto: Execução de ampliação do Ginásio de Esportes da Linha Consoladora, no Município de Maravilha - SC. Vigência: 300 dias após o recebimento da ordem de serviço. Valor R\$ 313.826,29. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 15/05/2015. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Juscelino Luiz Folle pela Contratada.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 036/2015. Partes: Município de Maravilha – SC e Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. Objeto: Execução do CRAS, no Município de Maravilha - SC. Vigência: 180 dias após o recebimento da ordem de serviço. Valor R\$ 591.295,97. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 15/05/2015. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Juscelino Luiz Folle pela Contratada.

Massaranduba

PREFEITURA

CO 37/2014 AD 37/1 - EXAMES LABORATORIAIS - HEMOLAB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 37 / 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO 37 / 1

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 13/2014

Chamamento Público nº. 1/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: JULIANA RANGHETTI LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA-ME.

OBJETO: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Patologia (laboratórios) do referido grupo, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde para o Município de Massaranduba –SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

Valor Global: R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais),

VIGENCIA: 01.05.2015 a 30.04.2016

Massaranduba, 30 de Abril de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 203/2015

PORTARIA n.º 203/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

C O N T R A T A R

Art. 1.º O Senhor ELIEL MACHADO ESTACIO, para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Maio de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº171/2015 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 171/2015 – Modalidade Tomada de Preços n. 001/2015

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 001/2015, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO PÚBLICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA COMPREENDENDO CONVERSÃO, CUSTOMIZAÇÃO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS E LOCAÇÃO COM MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, A SER EXECUTADO DE FORMA CONTINUADA, PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC, DE CONFORMIDADE COM EDITAL E ANEXOS. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 04/06/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 15 de Maio de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO Nº274/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 274/2015 – Modalidade Pregão Presencial n. 028/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 028/2015, para AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA, COM PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, DE CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 815135/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE MODELO - SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - INFRAESTRUTURA. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 29/05/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 15 de Maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0132/2015

Decreto nº 132/2014 de 04/05/15

Dispõe sobre o credenciamento referente ao Edital Nº001/2015, credencia os proponentes habilitados, e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Edital de Credenciamento Nº 001/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º- Ficam credenciadas as empresas citadas abaixo para o objeto CREDENCIAR EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE MODELO (PES-SOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Credenciados	Descrição	Unidade	Valor (R\$)
*JACOBY & JACOBY LTDA	ÓLEO DIESEL	LITROS	2,89
*TERRAPLENAGEM JACOBY EIRE-LI-ME *NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	HORAS	220,00
*TERRAPLENAGEM JACOBY EIRE-LI-ME *NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	TRATOR DE ESTEIRA	HORAS	230,00
*TERRAPLENAGEM JACOBY EIRE-LI-ME *NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	RETRO ESCA-VADEIRA	HORAS	125,00
*COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	AVEIA CRIOU-LA	KG	2,35
*COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	AVEIA PRETA	KG	1,30
*COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	AZEVÉM	KG	5,22
*COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	MILHETO ME-LHORADO	KG	5,48
*COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	AVEIA DE VERÃO	KG	2,21
*COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	ADUBO 9.33.12	SACA 50 KG	85,00
*COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	ADUBO 2.20.20	SACA 50 KG	73,33
*COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	URÉIA 45% NITROGÊNIO	SACA 50 KG	71,33

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 04 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0142/2015

DECRETO Nº 0142/2015 de 11.05.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a partir desta data, a servidora NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA, do cargo comissionado de Assessora Administrativa, do Município de Modelo/SC e de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 11 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Ciente e de acordo:

NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

DECRETO Nº 0143/2015

DECRETO Nº 0143/2015 DE 12.05.2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, nesta data, a Sra. NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA, portadora do CPF nº 015.893.119-06, RG nº 3.601.602, para desempenho do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, para atuação no Departamento Municipal de Saúde de Modelo/SC, com dedicação integral.

Art. 2º - A Servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC - 04, do quadro de Servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo - SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 12 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 020/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0143/2015

Cargo em Comissão: Chefe de Setor

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu a Senhora NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA, portadora do CPF nº 015.893.119-06, RG nº 3.601.602, a fim de tomar posse no cargo de CHEFE DE SETOR, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0143/2015, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 12 de maio de 2015.

NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2206/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2206/2015 DE 14 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASCAMO - ASSOCIAÇÃO DOS ACADEMICOS DE MODELO-SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASCAMO - ASSOCIAÇÃO DOS ACADEMICOS DE MODELO-SC, Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.204.456/0001-97, com sede no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para aplicação em despesas correntes, na manutenção das suas atividades meio e fim.

Art. 2º. A contribuição financeira será no valor de até R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), a ser paga em até 3 (três) parcelas, quando da apresentação da documentação solicitada no artigo 3º da presente Lei, atendido a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas legais de que dispõe a presente Lei.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvara de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias do recebimento, devendo prestar contas em até 30 (trinta) dias após a aplicação dos recursos ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo-SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos – Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Nota de empenho da despesa;
- l) Relação dos alunos atendidos pela entidade;
- m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;
- n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de imediata da devolução dos recursos e tomada de contas especial nos termos legais.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 14 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

PORTARIA Nº 062/2015

PORTARIA Nº 062/2015 de 15.05.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ITAMAR FACCO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade ao servidor ITAMAR FACCO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, conforme Decreto de nomeação nº 037/1990 de 02.05.1990, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de maio de 2015, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 05/2010 a 05/2015 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 15 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS, PNEUS, PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES E DE MATERIAL DE EXPEDIENTE conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 00:01horas do dia 18/maio/2015 até às 08:00 horas do dia 28/maio/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:15 horas do dia 28/maio/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08:15 horas do dia 28/maio/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: www.cidadecompras.com.br

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 15 de Maio de 2015

DELCIR BARZOTTO

Diretor de Departamento Compras

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 60/2015

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj º 95.996.104.0001.04; através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que esta ANULADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de não haver interessados o Processo Licitatório nº 60/2015 – Convite nº 01/2015

Monte Carlo – SC, 10 de Abril de 2015

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

Morro da Fumaça

PREFEITURA

2ª ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 024/2015

Município de Morro da Fumaça. 2ª Errata do Registro de Preços 024/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 VEICULOS PARA USO DA VIGILANCIA SANITARIA. Data: 22/05/2015 às 09:00. Altera-se o Objeto para: AQUISIÇÃO DE 1 VEICULO PARA USO DA VIGILANCIA SANITARIA E 1 VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA DE SAUDE. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Fernando D Teixeira
Secretário de Finanças.

PORTARIA Nº 01/2015

PORTARIA Nº 01/2015, DE 15 DE MAIO DE 2015

O senhor FELIPE PEDROSO, presidente da comissão referente ao processo seletivo público Nº008/2015, designada pelo decreto Nº045/2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, JORGIA GUGLIELMI e VIVIANE INÁCIO DA SILVA, para protocolarem o recebimento dos pedidos de inscrição para o processo seletivo público Nº009/2015, assim como para os pedidos de recursos permitidos no edital do referido processo.

Art. 2º. Esta Portaria passa a ter seus efeitos a partir de 18 de Maio de 2015.

Comissão referente ao processo seletivo público Nº008/2015, em 15 de Maio de 2015.

Felipe Pedroso
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Nº009/2015

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 68/2015 PMN - DESERTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES INFORMA QUE A LICITAÇÃO 68/2015 PMN FOI DESERTA, NÃO POSSUINDO NA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO LICITANTES INTERESSADOS, FICAM DESDE JA INTIMADOS DE QUE O EDITAL SERÁ REPUBLICADO.

AVALIAÇÃO AMOSTRAS PP 56/2015PMN

Avaliação e Conclusão da Fase de Amostras do Processo Licitatório A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 56/2015 – PR.

COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
Lote 2	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
FRANCIELE JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 15 DE MAIO DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 3/2015 FMV RETIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRENCIA Nº 3/2015 FMV
---RETIFICADO---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRENCIA PUBLICA PARA DELEGAÇÃO DA CONCESSAO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL E TAXÍMETRO "TÁXI" NO MUNICIPIO DE NAVEGANTES, CONDIÇIONADA A OUTORGA ONEROSA. Data da entrega dos envelopes: 06/07/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 06/07/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 15 de Maio de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

NOTIFICAÇÃO 58/2015 - UNION - PREGÃO 225/2014

NOTIFICAÇÃO 58/2015 Navegantes, 14 de Maio de 2015.
(2º NT para Edital)

UNION TECNOLOGIA E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.088.462/0001-87
Rua: Eduardo Tomanik
Bairro: Chácara Urbana
Cidade: Jundiaí-SP
CEP:13.209-090

NOTIFICAÇÃO

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar a empresa supracitada pela inobservância de entrega e implantação do software de gestão de Frotas para o controle do consumo de combustível, conforme instrumento de Pregão Presencial do certame nº 225/2014, tudo de acordo com a informação prestada pela Secretaria de gestão e Controle, através do ofício 41/2015, ofício 54/2015, ofício 04/2015 do Pregoeiro e e-mail enviado no dia 23/04/2014 pela Sra. Elaine com as datas e conversas tidas, com a ganhadora da licitação. (docs. anexos)

Devendo para tanto a empresa manifestar resposta no prazo máximo de 5 (cinco) dias, elucidando assim qualquer obscuridade quanto ao fato ocorrido, conforme prevê o princípio do contraditório e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV "audiatur et altera pars" que significa "ouça-se também a outra parte", sob pena de culminação das penalidades previstas no contrato, no edital e legislação vigente.

Sem mais a requer pelo momento,

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA
Encarregada do Processo Administrativo
Secretaria Municipal de Administração e Logística.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 01/2015**

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 001/2015

Concedente – NAVEGANTESPREV – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes.

Conveniente – ASPMN - Associação dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

Objeto – A contrapartida em pecúnia pela disposição de meia página da contracapa do informativo bimestral de 3.000 (três mil exemplares), coloridos com quatro páginas que atinge todas as repartições públicas e associados, disponibilizados e entregues pela ASPMN a todos os servidores efetivos do Município de Navegantes, com o fim de divulgar informações previdenciárias e financeiras através do informativo.

Valor Total – R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais) pela CONCEDENTE

Dados Orçamentários – 03.29.01.2.116.33903988000000

Vigência – 07 de maio até 31 de dezembro de 2015.

Assinatura – 07 de maio de 2015.

Navegantes, 07 de maio de 2015.

PORTARIA N º 024 DE 18 DE MAIO DE 2015

PORTARIA N º 024 DE 18 DE MAIO DE 2015

DETERMINA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º II da Constituição Federal com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício da aposentadoria compulsória, nos termos do art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/2003) e do art. 35 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, ao servidor JOSÉ ANTÔNIO HAUKE, detentor da matrícula funcional nº 460305, inscrito no CPF sob o nº 181.075.249-34 e no PIS 102.46120.89.1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Navegantes.

II Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, observada a metodologia de cálculo disposta nos § 3º e 17 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/2004, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2015, data de alcance da idade limite no serviço público.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2015.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 063/2015

CONTRATO Nº 063/2015

Origem: Processo Nº 048/2015 – Pregão Presencial nº 032/2015. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: FRANNA INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME, Rua Luiz Daros, 59, Besenelo, Nova Trento-SC, CNPJ Nº 08.332.974/0001-84. Objeto do Contrato: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação, colocação de meio fio e confecção de bocas de lobo, na Rua 262, bairro Besenello, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão Presencial Nº 032/2015. O valor total é de R\$ 15.200,00 (Quinze mil e duzentos reais). Prazo de execução: 60 (sessenta) dias.

Nova Trento, 14 de maio de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

RESCISÃO CONTRATO 123/2014

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 123/2014

Origem: Processo Licitatório nº 093/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 032/2011. Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.858.200/0001-91, com sede Rua Nereu Ramos, nº 164. Contratada: SLS HOSPITALAR SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. ME. , sito à Rua Schiller nº 47, Sala 01, Bairro Floresta, CEP 89211-260, Joinville/SC, CNPJ Nº 10.620.279/0001-60. Objeto: Rescisão amigável do contrato citado acima. Data da Rescisão: 01/06/2015.

Nova Trento, 23 de abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

HOMOLOGAÇÃO: 14/05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: O presente pregão tem por objeto a Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação e colocação de meio fio na Rua 262, Bairro Besenello, de acordo com as exigências constantes do anexo I deste Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME (CNPJ nº 08.332.974/0001-84) – Valor Total R\$ 15.200,00 (Quinze mil e duzentos reais);

Nova Trento/SC, 14 de maio de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO PL Nº 034/15-PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/15

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 034/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PTTS) A SER DESENVOLVIDO COM OS BENEFICIÁRIOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS, OBJETO DO CONTRATO Nº 1.005.105-40/2013 NO ÂMBITO DO PROGRAMA MORADIA DIGNA/MCIDADES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, conforme termo de referência do edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 28/05/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 18 de Maio de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 11/05/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 103,04 (Cento e três reais e quatro centavos)

DATA: 11/05/2015

DIRCEU MEZOMO

Secretario De Saúde E Promoção Social/Gestor Fms.

Ouro

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO Nº 21/2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N 0021/2015

Objeto: Aquisição de um veículo de passeio. ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO: O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o ANEXO I - PREÇO MÁXIMO ADMITIDO PARA O ITEM, item 9 e o Anexo VIII, passaram por alterações. A data de abertura do Processo Licitatório n.0034/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0021/2015 dar-se-á no dia 01/06/2015, às 09hs, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Ouro. Ratificam-se as demais especificações e condições previstas no edital. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 24/04/2015.

Vitor João Faccin
Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

PORTARIA Nº0074

PORTARIA N.º 074/2015

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Nomear a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Ivonete Lazaroto Selig;
Vice-Presidente: Aristides Pereira;
Primeiro Secretário: Luciana Mees;
Segundo Secretário: Lidiane Bolzan;
Primeiro Tesoureiro: Cinthia R. Selig;
Segundo Tesoureiro: Claudete Dartora.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0075

PORTARIA N.º 075/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. BERNARDETE DARIO SIQUEIRA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 17/04/2014 a 16/04/2015, que serão gozadas no período de 02/05/2015 a 31/05/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 01/06/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº076

PORTARIA N.º 076/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. QUELEN REGINA DETTORINI, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2014 a 12/02/2015, que serão gozadas no período de 02/05/2015 a 31/05/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 01/06/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº077

PORTARIA N.º 077/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. FRANCIELE DOS SANTOS, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 03/04/2014 a 02/04/2015, que serão gozadas no período de 02/05/2015 a 31/05/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 01/06/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº078

PORTARIA N.º 078/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 926/2015:

R E S O L V E:

1 – Nomear o Conselho Municipal do Idoso, composta pelos seguintes membros:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL

TITULAR: Cassiê Fontana Santos

SUPLENTE: Gracieli de Sá

SECRETARIA DE SAÚDE

TITULAR: Dirlei Pasini Guioto

SUPLENTE: Franciele dos Santos Cechin

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Clarice Narciso dos Santos Costa Curta

SUPLENTE: Leonice Siqueira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

TITULAR: Cleusa Mendes

SUPLENTE: Teresinha Cavalheiro da Silva

SECRETARIA CULTURA E ESPORTES

TITULAR: Milton Luiz de Lara Santos

SUPLENTE: Juliane Goulart

REPRESENTANTE MEIO RURAL

TITULAR: Nelson Ribeiro de Freitas

SUPLENTE: Gema Estela

REPRESENTANTE MEIO URBANO

TITULAR: Maria Nadir Barreta

SUPLENTE: Maria Eloir Bioto

REPRESENTANTE GRUPO DE IDOSOS

TITULAR: Dulir Ribeiro dos Santos

SUPLENTE: Pedro Alves de Quadra

REPRESENTANTE TRABALHADORES NA AREA DO IDOSO

TITULAR: Camila Pasin

SUPLENTE: Lidiane Vitoria Bolzan

REPRESENTANTE ENTIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO

TITULAR: Adiles Andretta Giacomini

SUPLENTE: Nirço Ires Selery.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 15 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº079

PORTARIA N.º 079/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 926/2015:

R E S O L V E:

1 – Nomear a Diretoria do Conselho Municipal do Idoso, composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE: Nirço Ires Selery**VICE PRESIDENTE:** Dirlei Pasini Guioto**SECRETARIO:** Camila Pasin**2 º SECRETARIO:** Cleusa Mendes**TESOUREIRO:** Dulir Ribeiro dos Santos**2º TESOUREIRO:** Milton Luiz de Lara Santos.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 15 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Palhoça

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 025, DE 13 DE MAIO DE 2015.

CONVÊNIO Nº 025, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Conselho Comunitário Pachecos para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO PACHECOS entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 19.324.812/0001-10 com sede Rua Natalino Campos Schaimann s/nº, bairro Pachecos, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal MARCILEI APARECIDA MATOS, brasileira, solteira, professora, portador da cédula de identidade nº 3.218.497, e, inscrita no CPF sob o nº 026.132.539-67 residente e domiciliada na Rua Januário Pereira de Lima n.º 96, Pachecos, Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.242, de 13 de maio de 2015, e Decreto Legislativo nº 373/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo: 08 (oito) parcelas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada, e uma parcela no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao Fundeb.
II – O número de crianças atendidas será de 25 (vinte e cinco) conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	10/04/2015	R\$ 6.000,00
02	10/05/2015	R\$ 6.000,00
03	10/06/2015	R\$ 6.000,00
04	10/07/2015	R\$ 6.000,00
05	10/08/2015	R\$ 6.000,00
06	10/09/2015	R\$ 6.000,00

07	10/10/2015	R\$ 6.000,00
08	10/11/2015	R\$ 6.000,00
09	07/12/2015	R\$ 12.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que

trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da

alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em/...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função 0012 – Educação

Subfunção 0365 – Educação Infantil

Programa 0010 – Educação

Ação 1047 – Subvenções Sociais a Entidades

Elemento 3335000000000000 – Transfêrencia a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo 01190207 – Transf. FUNDEB 40%

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2015.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse

público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 13 de maio de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO PACHECOS
Marcilei Aparecida Matos

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 1.818, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 1.818, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

COMISSÃO INTERSETORIAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Altera a redação do Decreto 1.789, de 06 de março de 2015, para retificação dos membros.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições legais, resolve

D E C R E T A R:

Art. 1º Os incisos VI e IX do art. 1º do Decreto Municipal nº 1.789, de 06 de março de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

VI – Antônio Nunes Silva – Emprego e Renda;
(...)

IX – Daiane Cristina Estevam – Conselho Tutelar; (N.R.)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 28 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.824, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 1.824, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DIÁRIAS. Altera o Decreto Municipal nº 1.627, de 27 de março de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, com base nas Leis Complementares nº 096 e 097 respectivamente, ambas de 15 de dezembro de 2010, resolve

D E C R E T A R:

Art. 1º O Parágrafo Único fica transformado em §1º do art. 2º do Decreto Municipal nº 1.627, de 27 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

§ 1º Não será paga diária em função de pernoite em cidade da Região da Grande Florianópolis quando a distância entre as sedes dos Municípios for inferior a 40 (quarenta) quilômetros;” (N.R.)

Art. 2º Fica incluído o § 2º ao art. 2º do Decreto Municipal nº 1.627, de 27 de março de 2014, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

§ 2º Não se aplica o disposto no §1º deste artigo, quando tratar de participação de servidor no Programa Federal Escola do Campo e/ou Escola da Terra.”(N.R.)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 15 de maio de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.241, DE 06 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 4.241, DE 06 DE MAIO DE 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Jorge Machado Lopes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Jorge Machado Lopes, com extensão de 130 metros e largura de 5 metros, via pública, localizada no Bairro Caminho Novo, com início na Rua João Duarte Raimundo, no município de Palhoça.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que se trata o artigo anterior obedece o croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de maio de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.242, DE 13 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 4.242, DE 13 DE MAIO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Pachecos, inscrito no CNPJ/MF nº 19.324.812/0001-10 com sede Rua Natalino Campos Schaimann, s/n, bairro Pachecos, CEP 88.131-000, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função 0012 – Educação

Subfunção 0365 – Educação Infantil

Programa 0010 – Educação

Ação 1047 – Subvenções Sociais a Entidades

Elemento 3335000000000000 – Transfêrencia a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo 01190207 – Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de maio de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015. Objeto: Aquisição de equipamentos para o uso do laboratório do SUS central e computadores para as salas de vacina que visam atender as disposições contidas na Portaria GM/Ministério da Saúde nº2363/2012. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: 28 de maio de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 28/05/2015 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 15 de maio de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 026/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 026/2015, Objeto: Gravação do Hino Oficial do município de Papanduva. Contratado: GIOVANI DE OLIVEIRA, totalizando o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Vigência: O presente instrumento terá vigência de 60 (sessenta) dias após o recebimento do pré empenho, pela contratada.

Papanduva/SC, 12 de maio de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 044/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES-SC
DECRETO Nº 044 DE 15 DE MAIO DE 2015
"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas competência privativa que lhe confere o art. 8º, parágrafo único da Lei N 378/2001 e 402/2001.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Humano e Social:

I - Representantes do Governo:

a) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social:

Titular: Geovana de Moraes Lima

Suplente: Elizandra da Silva Martins

b) Representante da Secretaria municipal de Saúde::

Titular: Emerson Cardoso Kgillim

Suplente: Antônio Carlos Biff

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Karini Lumertz Colares

Suplente: Jaqueline Monteiro Ramos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES-SC

II - Representantes de Entidades não Governamentais:

a) Representante da sociedade de Corpo de Bombeiros Voluntários:

Titular: Marcos André Pereira

Suplente: Gabriel Pereira Cravo

b) Representante do clube de Mães Santa Teresinha

Titular: Ereni da Costa Scheffer

Suplente: Evanir Maria dos Santos Souza

c) Representantes da Colônia dos Pescadores Z – 18

Titular: Adriano Delfino Joaquim

Suplente: Lais Clos carvalho Joaquim

Art. 2º - O mandato será de 02 (dois) anos, e a participação dos conselheiros se dará a título gratuito.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 15 de maio de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de maio de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO EDITAL PR 46/2015 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, DE ACORDO COM AS LEIS 10.520, DE 17/07/2002, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO "MENOR PREÇO POR LANCE", OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PARA EXECUTAR A MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÕES NOVAS, ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES. A ÍNTEGRA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESTA DATA, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA AVENIDA BEIRA RIO, 20, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO. AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ 14:30 HORAS DO DIA 27 DE MAIO DE 2015, COM INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO NA MESMA DATA E HORA. PASSO DE TORRES, 15 DE MAIO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

LUCIA ALVES HESPANHOL - PREGOEIRA

Penha

PREFEITURA

134

PORTARIA Nº 134/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR o nome da Comissão na Portaria nº 129/2015, sendo os membros da Comissão: MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, conforme instaurado pela Portaria nº 118/2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 15 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 52/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2015 – FMS
CONTRATADO: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA SER INSTALADO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NAM, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.
VALOR TOTAL: R\$ 17.900,00 (DEZESSETE MIL E NOVECENTOS REAIS)
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 15 DE MAIO DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 338/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014
CONTRATO Nº 338/2015 – RH/PMP
Contratado (A) CLEBER MARCIEL NEUMANN, na função de Professor I, início em 13/05/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 13 de maio de 2015.
Evandro Eredes Dos Navegantes
Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 339/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATO Nº 339/2015 – RH/PMP
Contratado (A) SABRINA APARECIDA ONEDA, na função de Professor I, início em 15/05/2015 e término em 14/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de maio de 2015.
Evandro Eredes Dos Navegantes
Prefeito Municipal.

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014 - FMAS - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 20/05/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2014 – FMAS.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
041º 0000090 JUCÉLIA PACÍFICO SANTANA
042º 0000099 SUELI DA APARECIDA ROSA

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal,

- passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 15 de maio de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 2-2015

EDITAL Nº 2-2015

“Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dá outras providências.”

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA – Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia 25 de maio do corrente ano, audiência pública do 1º quadrimestre do ano de 2015.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sito à Rua Frei Bonifácio, nesta cidade, às 19h45min.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para dar ciências do quanto determinado do § 4º, do Art. 9º da (LRF).

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 11 de maio de 2015.

Marino Maltauro

Presidente da CFO

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º165/2015

(Ementa)

CONTRATO N.º165/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/0015

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na apresentação de um show humorístico, com aproximadamente 01h30min de duração, a ser realizado pelo artista "WILLMUTT".

CONTRATADA: AGENOR GOBBI

VALOR: O Contratante se compromete a pagar a Contratada o valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), (incluído alimentação e hospedagem).

DATA DO CONTRATO: 14 de maio de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

PORTARIA Nº 164, DE 22 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 164, DE 22 DE ABRIL DE 2015

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia referente implementação de melhorias na Creche do Município de Pinheiro Preto, na forma dos seguintes anexos:

I– ANEXO: Projeto: Fechamento com vidro área aberta - Prancha 01;

II - ANEXO: Projeto: Planta baixa elétrico – Prancha 02;

III – ANEXO: Projeto: Detalhamento de cobertura policarbonato/detalhamento de esquadrias– Prancha 03;

IV – ANEXO: Memorial Descritivo;

V – ANEXO: Orçamento;

VI- ANEXO: Cronograma Global;

VII – ANEXO: QCI – Quadro de Composição do Investimento;

VIII – ANEXO: ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;

Art. 2º Determinar à comissão de licitação o lançamento do edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de abril de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014

ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 034/2014.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. WUNDERWALD, SITUADA NA RUA DR. WUNDERWALD, N.º 3.209 - BAIRRO WUNDERWALD, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.

Valor Acréscimo – R\$7.653,88 (sete mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 1,92%, conforme planilha anexa, em função de acréscimos não previstos no contrato e imprescindíveis na execução e finalização da obra, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 032/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 17 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 2.931 DE 13 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.931 DE 13 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade Orçamentária: 06.001 – Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 44.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 09.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.001 – Manutenção das Atividades de Produção Agrária

Projeto/Atividade: 18.545.0050.2028 – Controle de Poluição e Fiscalização do Meio Ambien

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art 3º - O valor resultante da transposição do Art. 2º deste Decreto, serão destinados as seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 09.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.001 – Manutenção das Atividades de Produção Agrária

Projeto/Atividade: 18.545.0050.2028 – Controle de Poluição e Fiscalização do Meio Ambien

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 22.317,00 (vinte e dois mil, trezentos e dezessete reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Fundo Municipal da Assistência Social de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 21.000 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSIST.SOCIAL DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 21.001 – Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2067 – Manut.Ativ.Fundo Mun. da Assist. Social

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01350800 – Acessuas Trabalho R\$

20.000,00
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01350800 – Acessuas Trabalho R\$ 2.317,00
TOTAL R\$ 22.317,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 13 de maio de 2015.
ROLF NICOLODELLI MÔNICA SUSAN ZIMMER
Prefeito Municipal Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2015

Processo Administrativo n.º 002/2015.
Pregão Presencial n.º 002/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ÁGUA DOCE LTDA - ME.
Objeto: LOCAÇÃO DE PISCINA COM AQUECIMENTO TÉRMICO, TRATAMENTO DE ÁGUA, ESCADAS DE ACESSO PARA A PRÁTICA DE HIDROGINÁSTICA PELOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor mensal contratado: R\$900,00 (novecentos reais).
Valor total contratado – 12 meses: R\$10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/04/2016.

Pomerode/SC, 15 de Abril de 2015.
ANTONIO VARELA BORGES
Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018 / 2015

Processo Administrativo n.º 023/2015.
Pregão Presencial n.º 010/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: REGATA COMÉRCIO DE MOTOS LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO MOTOCICLETA PARA PATRULHAMENTO PELOS AGENTES DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, DEVIDAMENTE EQUIPADAS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$29.780,00 (vinte e nove mil e setecentos e oitenta reais).
Prazo de entrega das motocicletas – 30 dias – Prazo final: 22/05/2015.

Pomerode/SC, 17 de Abril de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019 / 2015

Processo Administrativo n.º 029/2015.
Dispensa de Licitação n.º 004/2015.
Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Locador: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA FLORESTA.
Objeto: LOCAÇÃO EMERGENCIAL DO GINÁSIO DE ESPORTES E DO CAMPO DE FUTEBOL PARA A PRÁTICA DESPORTIVA PELOS ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VIDAL FERREIRA, CUJA UNIDADE ESCOLAR ENCONTRA-SE EM AMPLIAÇÃO E REFORMA GERAL.
Valor mensal aluguel – R\$700,00 (setecentos reais).
Valor total – Locação 04 meses – R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).
Prazo da Locação – 04 meses – Prazo final: 16/08/2015.

Pomerode/SC, 17 de Abril de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2015

Processo Administrativo n.º 027/2015.
Pregão Presencial n.º 013/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK USADO, ANO/MODELO 2004 OU SUPERIOR, TRÊS EIXOS REDUZIDO, EQUIPADO COM TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais).
Prazo de vigência – 90 dias – Prazo final: 02/08/2015.

Pomerode/SC, 04 de Maio de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2015

Processo Administrativo n.º 031/2015.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 005/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ENGELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO NAS PRAÇAS HANS SCHMIDT, HERBERT

HERMANN HORNBURG E EGON BAHR, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor total contratado: R\$147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais).

Prazo de vigência – 45 dias – Prazo final: 19/06/2015.

Pomerode/SC, 04 de Maio de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

CAMARA DE VEREADORES DE POMERODE

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Data da Realização
29 de MAIO de 2015 às 8H00MIN

Local
Câmara municipal, na SUA SEDE NA avenida 21 de janeiro, 1777, centro, Pomerode-SC

Objeto
APRESENTAÇÃO, EXAME, AVALIAÇÃO e deliberação relativa ao DEMONSTRATIVO E CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

Pomerode, 11 de MAIO de 2015.
RAFAEL PFUETZENREITER
PRESIDENTE

Porto Belo

PREFEITURA

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 020/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 020/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de Combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel S10) e Reagente Arla 32 para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 28/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 28/05/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 021/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 021/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições prontas, tipo “marmitex”, para atender as necessidades da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 28/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 09:01 horas do dia 28/05/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 022/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 022/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas e terrestres no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 29/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 09:01 horas do dia 29/05/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 712/2015

DECRETO Nº 712, de 08 de maio de 2015.
Dispõe sobre Pensão por Morte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 7º, da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e na Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, devidamente combinado com o art. 61, inc. II e art. 64, inc. I, alínea 'c', da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, com reajuste dos proventos pelo Regime Geral de Previdência Social,

DECRETA:

Art. 1º Concede PENSÃO POR MORTE ao Senhor MARCIO LUIS HERZOG, pela morte da funcionária ELIANE BRADOSKI, portadora da CI nº 7.063.508 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 767.635.109-00, em 09 de março de 2015, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no Cargo de Provimento Efetivo de Professor Docente, com ingresso no Serviço Público em 20 de fevereiro de 1989, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2015.

Porto União (SC), 08 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

DECRETO Nº 713/2015

DECRETO Nº 713, de 12 de maio de 2015.
Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 32 da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, e o disposto no Artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003, com reajuste dos proventos pelo Regime Próprio de Previdência Social,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. CLAUDIA REISDÖRFER SCHORR, portadora do RG nº 1.790.428 SSP/SC e CPF nº 780.607.459-72, no Cargo de Professora, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

DECRETO Nº 714/2015

DECRETO Nº 714, de 15 de maio de 2015.
Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com reajuste dos proventos pelo Regime Próprio de Previdência Social,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais e paridade com os servidores em atividade, ao Servidor Público Municipal Sr. SEBASTIÃO DANIEL, portador do RG nº 3.062.663-0 SSP/PR e CPF nº 353.365.799-04, no Cargo de Operador de Perfuratriz, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

EXTRATO DE CONTRATO 009/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 009/2015 – FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e Weber Comércio de Materiais Elétricos Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de materiais e contratação de mão de obra para instalações elétricas e mudança de padrão na edificação da Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.
Valor Total: R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 005/2015- FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de maio de 2015.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Weber Comércio de Materiais Elétricos Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 002/2015 CULTURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 002/2015 - Cultura
Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel 007/2013 - Cultura
Partes: Município de Porto União e Regina Celli Pinto Cordeiro da Luz Cabral.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

O valor mensal da locação passa a ser de R\$ 758,03 (setecentos e cinquenta e oito reais e três centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses a vigência do aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 14 de maio de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 005/2015- FUNREBOM
Pregão Presencial 005/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Weber Comércio de Materiais Elétricos Ltda – ME.

Porto União SC, 12 de maio de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 072/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 072/2015 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 142/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Décio Pacheco & Cia Ltda.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Glosar o valor de R\$ 4.357,50 (quatro mil trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 11 de maio de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 034/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 059/2015- PREFEITURA
Extrato de Edital de Pregão Presencial 034/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de chapas de aluzinco que serão destinadas a reforma da cobertura da Secretaria Municipal de Transporte, Obra e Serviços Públicos. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 29 de maio de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de maio de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

EXTRATOS TERMOS ADITIVOS E TERMOS DE RESCISÃO CONTRATUAL FMS E PMPR 2015

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 080/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e LZK CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 07.444.659/0001-81, já qualificadas no contrato Nº 080/2014, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 65, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditada a cláusula segunda deste contrato modificando o valor de 605.554,96 (Seiscentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para R\$ 620.112,40 (Seiscentos e vinte mil, cento e doze reais e quarenta centavos), o que se refere a um acréscimo de 214,08m3 (Duzentos e quatorze metros cúbicos) da Pedra Britada Corrida que equivale em valores a R\$ 14.557,44 (Quatorze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 27 de Abril de 2014.

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº103/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 a Empresa A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, com sede na Rod. SC 302, 1860, Bairro Barragem, na cidade de Taió, inscrita no CNPJ sob nº 04.415.095/0001-65 neste ato representada por Marcio Alves da Silva, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo do contrato até 22 de Maio de 2015, devido a falta de recursos para realização da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 21 de Janeiro de 2015.

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº077 2014

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 09.427.503/0001-12, com sede a PC XV de Novembro, 270, Centro, no município de Florianópolis/SC, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o elemento de despesa, passa a ser:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0009.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração
Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 09 – Administração Geral e Financeira

Projeto-Atividade: 2.003 – Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia

Recurso: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 3.3.93.39.00.00.00.00.0130 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.160,00

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 15 de Maio de 2015.

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº076 2014

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 09.427.503/0001-12, com sede a PC XV de Novembro, 270, Centro, no município de Florianópolis/SC, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o elemento de despesa, passa a ser:

05. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

02. DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA

04.122.0009.2.006 – Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 09 – Administração Geral e Financeira

Projeto-Atividade: 2.006 – Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia

Recurso: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 3.3.93.39.00.00.00.00.0130 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.040,00

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 15 de Maio de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 04

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 086/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA MARCIA HONORATO DA SILVA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por sua Prefeita Sra. Nair Goulart e de outro lado a empresa Marcia Honorato da Silva, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Estrada Geral Rio Novo, Cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº17.838.974/0001-41, neste ato representada pelo Sr.Genilto Werter, Através de seu representante

legal, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 086/2013, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DO VALOR CONTRATUAL

Fica aditada a cláusula Terceira deste contrato, reajustado o valor do KM do contrato, de R\$2,60 (Dois reais e sessenta centavos) para R\$ 2,88 (Dois reais e oitenta e oito centavos), em conformidade com a cláusula do contrato, de acordo com a variação do índice IGP-M do período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 2.014.3390.00 - 131 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 01 de Abril de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 04

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 087/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA MARCOS REGUEIRA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por sua Prefeita Sra. Nair Goulart e de outro lado a empresa Marcos Regueira 05784642924, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Estrada Geral Lageado Grande, Cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº17.842.301/0001-65, neste ato representada pelo Sr.Ari Regueira, Através de seu representante legal, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 087/2013, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DO VALOR CONTRATUAL

Fica aditada a cláusula Terceira deste contrato, reajustado o valor do KM do contrato, de R\$2,60 (Dois reais e sessenta centavos) para R\$ 2,88 (Dois reais e oitenta e oito centavos), em conformidade com a cláusula do contrato, de acordo com a variação do índice IGP-M do período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 2.014.3390.00 - 131 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 01 de Abril de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 04

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 088/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA OSAIR COELHO GOMES.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por sua Prefeita Sra. Nair Goulart e de outro lado a empresa Osair Coelho Gomes, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Localidade Lageado Grande, Cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº17.799.821/0001-32, neste ato representada pelo Sr. Osair Coelho Gomes, Através de seu representante legal, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 088/2013, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DO VALOR CONTRATUAL

Fica aditada a cláusula Terceira deste contrato, reajustado o valor do KM do contrato, de R\$2,60 (Dois reais e sessenta centavos) para R\$ 2,88 (Dois reais e oitenta e oito centavos), em conformidade com a cláusula do contrato, de acordo com a variação do índice IGP-M do período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 2.014.3390.00 - 131 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 01 de Abril de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 05

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 089/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA OSNILDO JOSÉ PATERNO.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por sua Prefeita Sra. Nair Goulart e de outro lado a empresa Osnildo José Paterno, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Estrada Geral Corruchel, Cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº17.835.529/0001-28, neste ato representada pelo Sr. Osnildo José Paterno, Através de seu representante legal, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 089/2013, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DO VALOR CONTRATUAL

Fica aditada a cláusula Terceira deste contrato, reajustado o valor do KM do contrato, de R\$2,60 (Dois reais e sessenta centavos) para R\$ 2,88 (Dois reais e oitenta e oito centavos), em conformidade com a cláusula do contrato, de acordo com a variação do índice IGP-M do período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 2.014.3390.00 - 131 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 01 de Abril de 2015.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 069/2013.

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO CNPJ nº 83.102.681/0001-26
CONTRATADA:	TELEFÔNICA BRASIL S/A – CNPJ nº 02.558.157/0013-04
CONTRATO:	CT69/2013
OBJETO:	Contratação de serviços de telefonia móvel, (VC1 - Própria operadora, VC1 - Outra Operadora e VC1 - Fixo, Assinatura Mensal, Tarifa Zero e Gestor On-line) com cessão de uso de 30 (trinta) aparelhos celulares, através de comodato, plano pós-pago, com garantia de cobertura mínima de 80% em todo o território municipal, com compatibilidade sobre os 25 números existentes.
DATA:	27.03.2013

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditado a cláusula 1ª deste contrato referente modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo de seu objeto, que corresponde ao numero de linhas que o município possui, referente ativação de 10 pacotes de internet para as linhas existentes, aditivado um total de R\$2.700,00 (Dois mil e setecentos reais), passando o valor total do contrato anual de R\$10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais) para R\$13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de Abril de 2015.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, através do Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob. Nº. 12.321.353/0001-72, com sede na Av. Ari Verdi, na qualidade de CONTRATANTE, por sua representante legal Sra. Nair Goulart, e AR Assessoria - Raquel & Filhos Assessoria Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua Germano Niehues, nº975, Cidade de Salete, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº10.817.722/0001-97, resolvem, de comum acordo, rescindir o 1º TERMO ADITIVO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO PROCESSO Nº 029/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº19/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do 1º TERMO ADITIVO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO PROCESSO Nº 029/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº19/2014, de objeto: Contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NOS PROGRAMAS DA ÁREA DA SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que houve acordo entre ambas as partes. Conforme art. 79 inc.II e art.65 inciso II, da lei nº8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Pouso Redondo, 13 de Abril de 2015.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO inscrita no CNPJ sob. Nº. 83.102.681./0001-26, com sede na Rua Antonio Carlos Thiesen, na qualidade de CONTRATANTE, por sua representante legal Sra. Nair Goulart, e BRAULIO REIF EPP inscrito no CNPJ sob o nº. 00.249.264/0001-83, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, resolvem, de comum acordo, rescindir o 1º TERMO ADITIVO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO PROCESSO Nº02/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2014 de 07/02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do 1º TERMO ADITIVO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO PROCESSO Nº02/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2014, de objeto: Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços de transporte escolar linha: Centro, Tifa do Borracheiro, Ervinha, Verdão, Pombinhas, Centro. (120 km dia), para o ano letivo de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que, o contratante promoveu aquisição de 02 (dois) veículos, através de repasse do Governo Estadual, destinados ao transporte escolar municipal. Considerando ainda que a contratação refere-se à linha que representa o maior custo dentre todas, em razão do maior percurso e finalmente considerando a necessidade de redução dos gastos públicos, torna-se desnecessária o prosseguimento da contratação do objeto descrito na cláusula primeira. Conforme art. 79 inc.II e art.65 inciso II, da lei nº8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Pouso Redondo, 30 de Março de 2015.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO inscrita no CNPJ sob. Nº. 83.102.681./0001-26, com sede na Rua Antonio Carlos Thiesen, na qualidade de CONTRATANTE, por sua representante legal Sra. Nair Goulart, e MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 06.020.318/0001-10, estabelecida à Rua Volkswagen, 291, 8º andar, Jabaquara –São Paulo – SP- CEP04344-901, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, resolvem, de comum acordo, rescindir o CONTRATO Nº112/2014 de 12/12/2014, proveniente do Pregão Eletrônico nº63/2013, para Registro de Preços, realizado pelo Ministério da Educação/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do CONTRATO Nº112/2014 de 12/12/2014, proveniente do Pregão Eletrônico nº63/2013, para Registro de Preços, realizado pelo Ministério da Educação/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de objeto: aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
3	ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 2	03	244.500,00	733.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de redução dos gastos públicos, torna-se desnecessário o prosseguimento da contratação do objeto descrito na cláusula primeira. Conforme art. 79 inc.II e art.65 inciso II, da lei nº8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Pouso Redondo, 31 de Março de 2015.

PROCESSO 011 2015 PR 10 2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº.10/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o edital, acima citado, de objeto: Constituição de Apólice de seguro Total, para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo. ALTERANDO A FORMA DE PREGÃO DE PRESENCIAL PARA ELETRÔNICO, DEVIDO A ESSA ALTERAÇÃO, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO PARA DIA 28/05/2015 ÀS 11:30 HORAS. As demais cláusulas, permanecem inalteradas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 15 de Maio de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 87/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 87/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA
OBJETO:	Objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa para execução dos serviços e emprego de materiais que farão parte da obra de Pavimentação Asfáltica e Sinalização (vertical e horizontal) na Avenida 17 de Fevereiro, Município de Presidente Castello Branco, com área pavimentada de 960m², compreendendo esta fase a Etapa I da pavimentação, atendendo ao Convênio Nº 2014 TR 1274, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR R\$:	R\$ 43.901,20 (quarenta e três mil, novecentos e um reais, com vinte centavos).
DATA:	14/05/2015 a 31/07/2015, podendo ser prorrogado em função de motivos plenamente justificáveis, que impediram a conclusão da obra no prazo inicialmente previsto, pelo tempo estimado como necessário a sua conclusão.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 88/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 88/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA
OBJETO:	Objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa para execução dos serviços e emprego de materiais que farão parte da obra de Pavimentação Asfáltica e Sinalização (vertical e horizontal) na Avenida 17 de Fevereiro, Município de Presidente Castello Branco, com área pavimentada de 1.200m², compreendendo esta fase a Etapa II da pavimentação, atendendo ao Convênio Nº 2014 TR 2142, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR R\$:	R\$ 54.394,00 (cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais).
DATA:	14/05/2015 a 30/06/2015, podendo ser prorrogado em função de motivos plenamente justificáveis, que impediram a conclusão da obra no prazo inicialmente previsto, pelo tempo estimado como necessário a sua conclusão.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 290/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 290/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIETE NEIANE GHISLERI, portador(a) do CPF nº 072.683.899-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Travessa Paulo Herbst Filho, nº 88 - Bairro Sumaré - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Ruth Schroeder Ohf, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/05/2015 e encerrando-se em 17/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA	JULIETE NEIANE GHISLERI
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4700, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4700, de 13 de maio de 2015.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.539/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.797/2008.

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB os seguintes membros devidamente indicados por suas entidades:

Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Rubia Cristina Mohr

Suplente: Patricia Nicolladelli Gili

Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Elenir Holler

Suplente: Cristiana Kelly dos Santos

Representante dos Professores da Educação Básica Pública

Titular: Erika Ribeiro Schmoegel de Alcantara

Suplente: Fernanda Cristina Kammer

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Ana Cláudia Demarch Franceschi

Suplente: Vera Luci Roveda

Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Luis Carlos Voltolini

Suplente: Émili Luana Sorgatto

Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Rosane Dumke Marciano

Suplente: Daniele Galdino Kuszowski

Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Vili José Marchi

Suplente: Salvelina Aparecida Cordeiro

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Ervin Sperandio

Suplente: Claudionir Reinicke

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública.

Titular: Clarice Viebrantz

Suplente: Grazielle dos Santos

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Degorá Claude Dolsan

Suplente: Dolores Henn Fontanive

Representante do Conselho Tutelar.

Titular: Ivonete Kolv Krieck

Suplente: Carmem Pezenti Matias

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul.

DECRETO Nº 4686, DE 07 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4686, de 07 de maio de 2015.

"ALTERA TABELA DE PREÇOS PARA TARIFAS DE VEÍCULOS DE ALUGUEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI do art. 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Portaria n.º 095, de 10 de julho de 1995, do INMETRO.

DECRETA:

Art. 1º-	Fica alterada a Tabela de Preços a seguir discriminada para a cobrança de tarifas dos veículos de aluguel do Município de Rio do Sul:
----------	---

Bandeirada	de	R\$	4,20	para	R\$	4,62
Bandeira I	de	R\$	2,50	para	R\$	2,75
Bandeira II	de	R\$	3,20	para	R\$	3,52
Hora parada	de	R\$	22,00	para	R\$	24,00
Km rodado	de	R\$	1,00	para	R\$	1,20

Art. 2º-	O uso das Bandeiras fica restrito aos seguintes dias e horários:
----------	--

Bandeira I	– das segundas-feiras às sextas-feiras, das 06h00min às 20h00min, e nos sábados das 06h00min às 12h00min.
Bandeira II	– das segundas-feiras às sextas-feiras, das 20h00min às 06h00min, aos sábados com início às 12h00min, estendendo-se até as 06h00min das segundas-feiras, e nos feriados, bem como durante todo o mês de dezembro, nas 24 horas do dia.

Art. 3º - Autoriza o uso da Bandeira II no valor de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) para serviços de táxi no Município de Rio do Sul, a partir da presente data até o 10 de junho de 2015.

Art. 4º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 3601, de 09 de setembro de 2013.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

07 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4696, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4696, de 12 de maio de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO TOMADA DE PREÇO Nº 047/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4457/2014, o resultado da Tomada de Preço nº 047/2015, de 16.04.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELLI EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4696/2015

Tomada de Preço nº 047/2015, de 16.04.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DO PARQUE INTEGRAR NA RUA ODORICO TOMAZ FERREIRA, LOCALIZADO NO BAIRRO CANOAS EM RIO DO SUL.

Participante:

- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELLI EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELLI EPP.

DECRETO Nº 4697, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4697, de 13 de maio de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA – MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e da Lei nº. 3.796 de 26/06/2002,

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado o resultado final do Concurso Interno para Ampliação de Carga Horária – Magistério Público Municipal, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Concurso Interno de Ampliação 001/2015.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
13 de maio de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

RESULTADO FINAL HOMOLOGADO DO CONCURSO INTERNO PARA
AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MU-
NICIPAL

Rio do Sul (SC), 13 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO 033/2015

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
033/2015

Pregão Presencial nº 029/2015
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: CLARO S/A
Objeto: serviços de telefonia móvel, com aparelhos em comodato
para a administração municipal
Valor: R\$ 123.736,32 (cento e vinte e três mil e setecentos trinta e
seis reais e trinta e dois centavos).
Prazo de Execução: 12 (doze) meses, a contar da data de sua as-
sinatura, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93
com suas alterações.
Condições de Pagamento: 20 de cada mês, subsequente à presta-
ção dos serviços e emissão da Nota Fiscal/Fatura.
Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações
nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 07 de abril de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO 081/2015

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MA-
TERIAL Nº 081/2015

Tomara de Preços nº 047/2015
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Metro Cúbico Engenharia Eireli EPP
Objeto: construção do Parque Integrar na Rua Odorico Tomaz Fer-
reira, localizado no Bairro Canoas em Rio do Sul
Valor: R\$ 902.545,13 (novecentos e dois mil e quinhentos e qua-
renta e cinco reais e treze centavos)
Prazo de Execução: 240 (duzentos e quarenta) dias, salvo por com-
provado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes pro-
cedimentos e a apresentação dos documentos:
Recurso: Próprios/Federal
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações
nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de maio de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 838/2015

PORTARIA Nº 838, DE 15 DE MAIO DE 2015
Dispõe sobre a concessão de Licença Paternidade ao Servidor Fer-
nando Guedes

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida
pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Paternidade ao servidor Fernando Gue-
des, Analista Legislativo Contábil da Câmara Municipal de Rio do
Sul, a partir de 15 de maio de 2015, pelo período de 05 (cinco)
dias úteis, conforme artigo 7º, inciso XIX da Constituição Federal
c/c artigo 253 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de
2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de maio de 2015.
GIOVANI NASCIMENTO
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 839/2015

PORTARIA Nº 839, DE 15 DE MAIO DE 2015
Dispõe sobre a concessão de Auxílio Natalidade ao Servidor Fer-
nando Guedes

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida
pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Auxílio Natalidade ao servidor Fernando Guedes,
Analista Legislativo Contábil da Câmara Municipal de Rio do Sul,
correspondente ao valor de R\$ 803,87 (oitocentos e três reais e
oitenta e sete centavos), por ocasião do nascimento de sua filha,
conforme artigo 241 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setem-
bro de 2010 – Estatutos dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de maio de 2015.
GIOVANI NASCIMENTO
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 840/2015

PORTARIA No 840, DE 15 DE MAIO DE 2015

Autoriza o Gozo de Férias remanescentes ao Servidor Fernando Guedes

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 22 a 31 de maio de 2015, ao servidor Fernando Guedes, Analista Legislativo Contábil da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2013 – 2014, de acordo com a Portaria nº 768, de 08 de maio de 2014.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 15 de maio de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 FMS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 FMS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, visando a aquisição de equipamentos e material médico hospitalar para atender necessidade de diversos setores desta secretaria municipal de saúde de Rio do Sul – SC.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 28/05/2015 às 08:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 28/05/2015 às 08:15 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 28/05/2015 às 08:30 horas.

CONTATO: Luis Henrique

e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO - Aquisição de equipamentos e material médico hospitalar para atender necessidade de diversos setores desta secretaria municipal de saúde de Rio do Sul – SC.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, esclarecimentos e maiores informações, poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 18 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

IVANIR SCHLEMPER NEVES

Secretária Municipal de Saúde em exercício

Salto Veloso

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015 PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da legislação vigente, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, para participar da Audiência Pública relativa ao Primeiro Quadrimestre de 2015, destinada ao acompanhamento e avaliação de metas fiscais de acordo com o que estabelece o artigo 9º parágrafo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, a ser realizada nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Travessa das Flores, nº 58, Centro, no Município de Salto Veloso, com início às 16h do dia 26 de maio de 2015.

Salto Veloso, 15 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

CONTRATO DE CONCESSÃO REAL DE USO Nº 001/2015

Extrato de Contrato de concessão real de uso nº 001/2015

Concedente: Município de Salto Veloso

Concessionária: Confar Soluções em Concretos Ltda ME

Objeto: Concessão real de uso de área de 800,00 m², para estabelecimento de atividade comercial, com fins de ampliação de fábrica de pré-moldados.

Amparo legal: Lei Municipal 1.351/2009, artigo 2º, incisos II e IV.

Salto Veloso, 11 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

CONTRATO DE CONCESSÃO REAL DE USO Nº 002/2015

Extrato de Contrato de concessão real de uso Nº 002/2015

Concedente: Município de Salto Veloso

Concessionária: Nai Comércio de Peças e Reparação de Veículos Ltda

Objeto: Concessão real de uso de área de 3.080,00 m², para estabelecimento de atividade comercial, com fins de implantação de oficina mecânica.

Amparo legal: Lei Municipal 1.351/2009, artigo 2º, incisos II e IV.

Salto Veloso, 11 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 020, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 020, DE 11 DE MAIO DE 2015.

"Nomeia os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR do município de Santa Rosa do Sul – Gestão 2015-2017 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº 962/2014, de 28 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Conforme Audiência Pública datada de 07 de abril de 2015 ficam nomeados e designados os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes para o COMTUR de Santa Rosa do Sul:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- Representante do Departamento de Turismo - 01 representante;
Titular: Sibeli Cardoso Borba Machado
Suplente: Célia Caetana Paulo de Borba Roxo
- Representante do Departamento de Cultura - 01 representante;
Titular: Delcídes Pereira
Suplente: Márcia Fernanda da Rosa
- Representante do Departamento de Educação - 01 representante;
Titular: Gerusa Rodrigues Claudino
Suplente: Mara Rejane da Silva Roxo
- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio; - 01 representante;
Titular: Matias Naor da Cunha Cardoso
Suplente: Alair de Souza Borges
- Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças; - 01 representante;
Titular: Joelson Farias Pereira
Suplente: Viviane Borges Monteiro

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

- Representante do Setor de Gastronomia; - 01 representante;
Titular: Elisa Silva de Borba
Suplente: Humberto Kunz
- Representante do Artesanato; - 01 representante;
Titular: Maria Aparecida da Rosa Matos
Suplente: Rosineide Bauer Rocha Machado
- Representante das forças auxiliares; - 01 representante;
Titular: Altair Silveira Pereira
Suplente: Juarez dos Santos
- Representante dos Sindicatos e Representações de Classes; - 01 representante;
Titular: Cleuza Pereira da Silva
Suplente: Antônio Vuolo Magen
- Representante das Entidades e Clubes de Sociais do município; - 01 representante;
Titular: Murilo da Rosa Pagani

Suplente: Adílio Pereira da Silva

- Representante da CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Rosa do Sul; - 01 representante;
Titular: Naira Luiz Pereira
Suplente: Ana Paula da Silva Ribeiro
- Representante do Instituto Federal Catarinense- IFC; - 01 representante;
Titular: Rudi Adalberto Winck
Suplente: Rosane Stumm
- Representante da Epagri; - 01 representante;
Titular: Elaine Rosoni
Suplente: Reginaldo Ghellere

Parágrafo Único – Os membros acima mencionados não farão jus à remuneração e seus serviços prestados serão considerados como relevantes a população do município de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º Os membros indicados pela Administração Municipal representam áreas governamentais e serão substituídos em caso de destituição de cargo.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, 11 de maio de 2015.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 051/2015- PR 051/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de mecânica e fornecimento de peças para manutenção corretiva da Retro Escavadeira Caterpillar 416E, ano 2013. Conforme especificações descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 8h:30min do dia 28 de Maio de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08h:45min do dia 28 de Maio de 2015. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113. E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 15 de Maio de 2015.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 096/15 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

DECRETO Nº 096/2015

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1237/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
19	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manut. amp. e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
90	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
17	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manut. amp. e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
90	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 15 de Maio de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

EDITAL DE LICITAÇÃO 48/2015

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 48/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 29/2015, para AQUISICAO DE COMBUSTIVEL PARA RECUPERACAO DE ESTRADAS DO MUNICIPIO CONFORME CONVENIO N. 2470/2014 CELEBRADO COM A SDR DE MARAVILHA-SC Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:15 horas do dia 27/05/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 11/05/2015.

Jacob Gilmar Junges

Prefeito Municipal

PORTARIA 074/15 ADRIANE LIMA DA SILVA

PORTARIA Nº 073/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde, no período de trinta dias (30) a contar da data do dia 11/05/2015 até 09/06/2015 a Servidora Municipal, Senhora ADRIANE LIMA DA SILVA, matrícula nº 12998/1, ocupante da função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 40 horas semanais, lotada na Secretaria de EDUCAÇÃO. Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Maio de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, que se encontram abertas inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, visando a contratação de pessoal por prazo determinado, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 677/2013, de 16 de maio de 2013, demais legislações pertinentes e nas condições do presente edital.

1. DAS FUNÇÕES E VAGAS

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação por prazo determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para exercer as funções públicas constantes do Anexo I – Especificações das Funções.

1.2. A seleção dos candidatos às funções constantes no presente Processo Seletivo Simplificado dar-se-á através de análise de títulos.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes disposições e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2.2 Todos os candidatos são isentos da taxa de inscrição.

2.3 As inscrições para este Processo Seletivo Simplificado serão realizadas no período de 15 de maio de 2015 a 01 de junho de 2015, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, na Prefeitura Municipal de Santiago do Sul, sita à Rua Angelo Toazza, 600, nesta cidade de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina.

2.4 O interessado em inscrever-se no presente Processo Seletivo deverá proceder da seguinte forma:

I - retirar Ficha de Inscrição (Anexo II) no local de inscrição e preencher corretamente;

II - efetuar a inscrição, mediante a entrega da Ficha de Inscrição preenchida, apresentando, no ato, os seguintes documentos:

- cópia da carteira de identidade;
- cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- cópia do título de eleitor e do respectivo comprovante de votação ou Certidão de Regularidade emitida pela Justiça Eleitoral;
- cópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;
- comprovante de escolaridade exigida para a função pretendida;
- comprovante de tempo de serviço na área específica de atuação;
- certificados de cursos de aperfeiçoamento na área específica, para efeito de contagem de títulos, de acordo com o item 4 do presente edital.

2.5 O candidato poderá fazer sua inscrição pessoalmente ou por procuração, sendo que neste último caso, deverão ser apresentados o termo de procuração e a carteira de identidade do procurador, ficando a procuração anexada à ficha de inscrição.

2.6 A homologação das inscrições será feita no dia 02 de junho de 2015 e publicada no órgão oficial do Município de Santiago do Sul e no site do Município na Internet (www.santiagodosul.sc.gov.br).

2.6.1 O candidato que tiver sua inscrição indeferida não constará da lista publicada, podendo entrar com recurso até o dia 04 de junho de 2015, endereçado ao Coordenador da Comissão de acompanhamento deste Processo Seletivo.

2.6.2 No dia 05 de junho de 2011 será publicada a lista definitiva dos candidatos habilitados para este processo Seletivo.

3. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

3.1 A Comissão de Avaliação será composta de no mínimo três pessoas com conhecimento comprovado na área.

3.2 Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão de Avaliação não serão remunerados.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os critérios descritos a seguir, com a atribuição de pontos para os TÍTULOS apresentados, nos termos seguintes:

- Comprovante de escolaridade: Pós-Graduação completo: 12 pontos; Ensino superior completo: 08 pontos; Ensino superior incompleto:

04 pontos

b) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área específica: 01 ponto para cada 20 horas de curso, realizado nos anos de 2012, 2013 e 2014;

c) Comprovante de tempo de serviço na área específica: 02 pontos para cada ano de serviço prestado.

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

5.1 Ocorrendo empate na classificação entre dois ou mais candidatos, observar-se-á os seguintes critérios:

a) maior escolaridade;

b) o mais idoso;

c) sorteio.

5.2 A classificação do candidato não gera direito à contratação, sendo o mesmo chamado conforme a necessidade do Município.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 A listagem dos classificados será publicada a partir do dia 08 de maio de 2015 no órgão oficial do Município de Santiago do Sul e no site do Município na Internet (www.santiagodosul.sc.gov.br).

6.2 Os candidatos serão chamados pela ordem de classificação, de acordo com as necessidades do Município.

7. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

7.1. O candidato deverá apresentar no ato da contratação os seguintes documentos:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, completos até a data da admissão;

c) estar em dia com o serviço militar (se do sexo masculino);

d) ter sanidade mental e capacidade física;

e) estar em dia com as obrigações eleitorais;

f) ter habilitação específica para atuar no cargo;

g) certidão de casamento;

h) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

i) declaração de Inexistência de Incompatibilidade com outro cargo ou função pública;

j) declaração de bens;

k) número da agência e conta bancária;

l) uma fotografia 3x4 atual.

m) Alvará de folha corrida Judicial (antecedentes criminais para fim civil), fornecida pelo Fórum da Comarca de Domicílio do candidato.

n) comprovante de residência com endereço completo (água/energia);

o) telefone para Contato.

8. DOS RECURSOS

8.1 É admitido recurso nos seguintes casos:

a) no caso de indeferimento da inscrição;

b) quanto ao resultado final do Processo Seletivo.

8.2 Os recursos deverão ser endereçados ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo em até dois dias após a publicação da homologação das inscrições e do resultado final.

8.3 Somente serão apreciados os recursos fundamentados, bem como que tiverem indicado o nome do candidato, número de sua inscrição e o endereço para correspondência.

8.4 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, sendo para tanto observada a data e hora do protocolo.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado ao qual se refere este Edital será de um ano, prorrogável por igual período a critério da administração municipal.

10. DO CRONOGRAMA GERAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 O Cronograma Geral das fases do Processo Seletivo Simplificado obedecerá a tabela abaixo:

ITEM	CRONOGRAMA	DATA INICIAL	DATA FINAL
01	Publicação do Edital	15/05/2015	
02	Período de Inscrições	15/05/2015	01/06/2015
03	Publicação das inscrições deferidas e indeferidas		02/06/2015
04	Interposição de recurso em face do indeferimento de inscrições	02/06/2015	04/06/2015
05	Listagem das Inscrições Homologadas		05/06/2015

06	Publicação da Classificação Provisória		08/06/2015
07	Interposição de recurso quanto a Classificação Provisória	08/06/2015	10/06/2015
08	Homologação do Resultado de Classificação Final com os candidatos aprovados por cargo/função		11/06/2015

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1 A inscrição do candidato implica no conhecimento de todas as condições do presente edital, bem como na sua plena aceitação, sendo que os candidatos aprovados permanecem na simples expectativa de direito à Contratação por Prazo Determinado, os quais serão chamados de acordo com as necessidades do Município.

11.2 O candidato que não comparecer na data, horário e local estabelecidos para a escolha da vaga passará o direito à contratação temporária ao candidato com colocação imediatamente posterior e, assim, sucessivamente, até o preenchimento das vagas necessárias.

11.3 O candidato que não comparecer na data fixada ou não aceitar a vaga que lhe é oferecida, passará para o final da lista dos classificados no Processo Seletivo.

11.4 O candidato que desistir da contratação no período que mediar a escolha de vagas e a contratação, bem como aquele que der causa à rescisão do contrato após a referida contratação, perderá o direito à contratação.

11.5 Ocorrendo necessidade de contratação serão convocados para admissão temporária, os candidatos remanescentes, respeitada a ordem de classificação.

11.6 Compete a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, respeitada a legislação vigente, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar o recebimento das inscrições e decidir sobre o deferimento ou indeferimento das mesmas;
- b) receber, processar e decidir sobre os recursos interpostos pelos candidatos;
- c) elaborar ata das ocorrências, listagem dos inscritos e da classificação final, encaminhando tudo ao Prefeito Municipal para os fins de publicação e eventual contratação dos candidatos classificados.

11.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a legislação vigente.

11.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santiago do Sul - SC, 14 de maio de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE,

Prefeito Municipal de Santiago do Sul. ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES

Descrição das Funções	Escolaridade/Habilitação	Carga Horária	Vencimento
Professor de Educação Infantil HABILITADO	Diploma de Graduação Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil na área de atuação	20 h	R\$ 1.142,82
Professor de Educação Infantil NÃO HABILITADO	Nível médio na modalidade normal	20 h	R\$ 835,15
Professor de Educação Física HABILITADO	Diploma de Graduação Plena em Educação Física	20 h	R\$ 1.142,82
Professor de Educação Física NÃO HABILITADO	Declaração/Atestado de frequência de Curso Graduação Plena em Educação Física	20 h	R\$ 835,15
Professor de Língua Estrangeira (Inglês) HABILITADO	Diploma de Ensino Superior com habilitação na área de atuação	10 h	R\$ 571,41
Professor de Língua Estrangeira (Inglês) NÃO HABILITADO	Cursando ensino superior na área ou possuir curso na área de atuação	10 h	R\$ 417,58

ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº	
Nome do Candidato:	
Função:	
Data de Nascimento:	
Cidade/Estado:	
Filiação:	

Estado Civil:	
C.P.F.	
Carteira de Identidade:	
Endereço: rua, nº e bairro	
CEP, cidade e Estado	
Telefone(s):	
Escolaridade:	

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras e aceito as condições do presente Edital de Processo Seletivo.

Santiago do Sul (SC) _____ de maio de 2015.

Assinatura

----- destacar aqui -----

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO 002/2015

INSCRIÇÃO N.º	
Nome do Candidato:	
Função:	
Carteira de Identidade:	

ANEXO III

COMPROVANTE DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE TÍTULOS

Candidato: _____ Inscrição nº: _____

Função: _____

LISTA DE DOCUMENTOS ENTREGUES

Santiago do Sul, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato Assinatura do servidor

ANEXO III

COMPROVANTE DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE TÍTULOS

Candidato: _____ Inscrição nº: _____

Função: _____

LISTA DE DOCUMENTOS ENTREGUES

Santiago do Sul, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato Assinatura do servidor

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 101/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 28 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E HIDRAULICO PARA O SEMAS E MATERIAL ELÉTRICO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 14 de maio de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 119, DE 15 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 119, de 15 de maio de 2015.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10.º, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

Resolve:

Art. 1º O valor da Vistoria na Instalação Predial, do Anexo III, da PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 116 de 29/04/2015, passa a ser:

VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:

Por solicitação do usuário até 02 (dois) pavimentos: R\$186,75

Por solicitação do usuário por pavimento excedente a 02 (dois): R\$7,94

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 15 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 39/2015

Pregão Presencial nº 39/2015

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 39/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 28 de maio de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviço de caráter continuado para Locação, coleta e Transporte de caçambas com resíduos, do tipo lodo biológico, proveniente de rosca desaguadora, filtro prensa, lodo de leito de secagem e resíduos de caixa de areia/desarenador e gradeamento, proveniente das Estações de Tratamento de Esgoto em operação do SAMAE de São Bento do Sul.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(60) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 15 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.56/2015-DISPENSA-IBERÊ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm nº56/2015

Edital ..:Dispensa de licitação. N.56/2015

Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado

Objeto: Serviços especializados nas áreas ref execução de Projetos Ambientais

Contratado:CONSORCIO INTRMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSORCIO IBERÊ.

Valor: R\$11.500,00(onze mil e quinhentos reais)

Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso XXVI da Lei n.8666/93

Vigência: 31.12.2015

São Carlos-SC, em 15.05.2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

NA PROC N.51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15 Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 -São Carlos -SC

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2015 -PR

Processo Administrativo: 51/2015

Processo de Licitação: 51/2015

Data do Processo:06/05/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO ProCESSO DE COMPRA N.51/2015

DE ACORDO COM O PARECER JURIDICO

São Carlos, 15 DE MAIO DE 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

NA PROC N.53/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15 Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 -São Carlos -SC

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 53/2015 -PR

Processo Administrativo: 53/2015

Processo de Licitação: 53/2015

Data do Processo:06/05/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE PAVER PARA MANUTENÇÃO DE CALÇADAS

EM LOGRADOUROS PUBLICOS

Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO ProCESSO DE COMPRA N.53/2015

DE ACORDO COM O PARECER JURIDICO

São Carlos, 15 DE MAIO DE 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO FMS 003 BIGOLIN - UBS BAIRRO ESPERANÇA VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

TERMO ADITIVO: FMS N. 003 DE 27/04/2015- 1º Termo Aditivo ao Contrato FMS N. 001 DE 28 DE JANEIRO DE 2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/04/2015

VALOR DO ADITIVO: R\$ 927,76 (novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos)

LICITAÇÃO: Processo PREFE N. 039/2015 – Tomada De Preços PREFE N. 006/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO OAB/SC 33076

CONTRATADO: CONSTUTORA E INCORPORADORA BIGOLIN LTDA

CNPJ sob n. 14.494.057/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 03 meses após expedição da ordem de serviço

São João do Oeste

PREFEITURA

REVOGAÇÃO TP 14/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE - SC

ATO DE AVISO LICITAÇÃO REVOGADA, PROCESSO Nº 122/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº 014/2014.

O Município de São João do Oeste – SC, a partir do seu Prefeito leva ao conhecimento dos interessados e em especial as empresas participantes, que o certame da Modalidade de Tomada de Preço nº 014/2014, do tipo regime de empreitada menor preço GLOBAL, foi “REVOGADO”, consubstanciado pelo Parecer Jurídico, do Assessor Jurídico Moacir Biasi, do dia 13/03/2015, encaminhando o referido processo a autoridade competente, para repetir o procedimento licitatório.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos desta Municipalidade pelo fone (0xx49) 36361122.

São João do Oeste – SC, 16 de Março de 2015.

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2015

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CBUQ, DE TRECHO DA RODOVIA MUNICIPAL SJS 345, NA LOCALIDADE DE QUERÊNCIA, PERFAZENDO UM TOTAL DE 1.200,00 M.

CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

VIGÊNCIA: 15/05/2015 até 15/11/2015.

VALOR: R\$ R\$ 1.015.583,69 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação 39/2015 – Tomada de Preços Nº 004/2015, de 28/04/2015, Processo Administrativo número 39/2015 de 28/04/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕESORÇAMENTÁRIAS:0901–26.782.0135.1056–4.4.90.51.98.00.00.00.0024;0901–26.782.0135.1056–4.4.90.51.98.00.00.00.0080.

São João do Sul, 15 de Maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015 – TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015 DE 28/04/2015.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CBUQ, DE TRECHO DA RODOVIA MUNICIPAL SJS 345, NA LOCALIDADE DE QUERÊNCIA, PERFAZENDO UM TOTAL DE 1.200,00 M², MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa: SETEP CONSTRUÇÕES S.A. no item único pelo valor de R\$ 1.015.583,69. Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC.

São João do Sul, 15 de Maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal Em Exercício

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 88/2015

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO - Republicação

PROCESSO Nº88/2015

PREGÃO PRESENCIAL 10/2015

OBJETO: Contratação de empresa para executar serviço de pintura externa e interna, lavagem e reparos de paredes da escola CAIC Fúlvio Amarante Ferreira

Tipo: Menor Preço Total

Abertura: 01/06/2015 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 89.771,80

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 15 de maio de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO 014/GAB/2015

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO 014/GAB/2015. PARTES: Município de São José e a Associação dos Voluntários Josefenses de Ação Social - AVJAS. OBJETO: Obtenção de matéria prima para a confecção de fraldas, para atendimento de idosos incapacitados. VALOR R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Sessenta dias contados da assinatura do Convênio. LOCAL E DATA: São José (SC), 15 de maio de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e Zélia Guimarães Ferreira Laurentino pela AVJAS.

DECRETO Nº 4428/2015

DECRETO Nº 4428/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, novas Classificações Orçamentárias a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 – Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

4.4.90.61.00.00.0006 – Aquisição de Imóveis,
Recursos da Contribuição Salário Educação R\$ 250.000,00
Total deste Projeto
..... R\$ 250.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00
Total do Órgão
.. R\$ 280.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar
R\$ 280.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 – Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

339 – 4.4.90.51.00.00.0006 – Obras e Instalações,
Recursos da Contribuição Salário Educação
..... R\$ 250.000,00
Total deste Projeto
..... R\$ 250.000,00

08.01.12.361.0103.2.237 – Realizações de Eventos – Ensino Fundamental

297 - 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios
..... R\$ 30.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 30.000,00
Total do Órgão
.. R\$ 280.000,00
Total da Anulação
.. R\$ 280.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4429/2015

DECRETO Nº 4429/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

bDECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$181.100,00 (cento e oitenta e um mil e cem reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, abaixo a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 – Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

342 – 4.4.90.51.00.00.0081 – Obras e Instalações,
Recursos Ordinário Educação R\$ 108.000,00
Total deste Projeto R\$ 108.000,00

08.01.12.366.0103.2.041 – Educação de Jovens e Adultos

428 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinário Educação R\$ 13.100,00
Total desta Atividade R\$ 13.100,00

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

234 – 3.3.90.30.00.00.0081 – Material de Consumo,
Recursos Ordinário Educação R\$ 30.000,00
240 – 4.4.90.52.00.00.0081 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinário Educação R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 60.000,00
Total do Órgão R\$ 181.100,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 181.100,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 181.100,00 (cento e oitenta e um mil e cem reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.041 – Implantação, Reforma, Ampliação e Equipamentos para Universidade Escolar
205 – 4.4.90.52.00.00.0081 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinário Educação R\$ 48.000,00
Total deste Projeto R\$ 48.000,00

08.01.12.366.0103.2.041 – Educação de Jovens e Adultos

427 – 3.3.90.30.00.00.0081 – Material de Consumo,
Recursos Ordinário Educação R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00

08.01.12.361.0103.2.034 – Capacitação e Formação de Profissionais – Ensino Fundamental

283 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinário Educação R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

08.01.12.361.0103.2.049 – Funcionamento e Manutenção de Programas de Cidadania

286 – 3.3.50.41.00.00.0081 – Contribuições,
Recursos Ordinário Educação R\$ 13.100,00
292 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinário Educação R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 23.100,00

08.01.12.361.0103.2.202 – Funcionamento e Manutenção das Entidades Filantrópicas

Ensino Fundamental
294 – 3.3.50.43.00.00.0081 – Subvenções Sociais,
Recursos Ordinário Educação R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00

08.01.12.361.0103.2.238 – Colônia de Férias – Ensino Fundamental

181 – 3.3.90.30.00.00.0081 – Material de Consumo,
Recursos Ordinário Educação R\$ 10.000,00
183 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinário Educação R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

08.01.12.361.0103.2.239 – Manutenção das Bibliotecas Escolares

299 – 3.3.90.30.00.00.0081 – Material de Consumo,
Recursos Ordinário Educação R\$ 10.000,00
300 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinário Educação R\$ 10.000,00

301 – 4.4.90.52.00.00.0081 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinário Educação R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00
Total do Órgão R\$ 181.100,00
Total da Anulação R\$ 181.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de maio de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4435/2015

DECRETO Nº 4435/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$107.750,00 (cento e sete mil e setecentos e cinquenta reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, abaixo a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.363.0103.2.042 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Profissional

328 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 4.750,00

329 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 100.000,00

332 – 4.4.90.52.00.00.0081 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 3.000,00

Total desta Atividade R\$ 107.750,00

Total do Órgão R\$ 107.750,00

Total desta Suplementação R\$ 107.750,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 107.750,00 (cento e sete mil e setecentos e cinquenta reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.363.0103.1.044 – Implantação, Reforma, Ampliação e Equipamentos para Escolas Profissionais

318 – 4.4.90.61.00.00.0080 – Aquisição de Imóveis, Recursos Próprios R\$ 4.750,00

316 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações, Recursos Próprios R\$ 1.000,00

317 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total deste Projeto R\$ 6.750,00

08.01.12.367.0103.2.255 – Capacitação e Formação de Equipes da área de

Educação Especial

432 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo, Recursos Próprios R\$ 10.000,00

433 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

434 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 30.000,00

08.01.12.364.0103.2.240 – Manutenção do Polo UAB

337 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 20.000,00

338 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 30.000,00

08.01.12.361.0103.2.325 – Projeto Saúde do Educando – EF

305 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 21.000,00

Total desta Atividade R\$ 21.000,00

08.01.12.365.0103.2.505 – Saúde do Educando – Ensino Infantil

389 – 3.3.50.43.00.00.0080 – Subvenções Sociais, Recursos Próprios R\$ 20.000,00

Total desta Atividade R\$ 20.000,00

Total do Órgão R\$ 107.750,00

Total da Anulação R\$ 107.750,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4454/2015

DECRETO Nº 4454/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$451.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, abaixo a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria

de Projetos Especiais

40 – 3.3.90.35.00.00.0080 – Serviços de Consultoria,

Recursos Próprios

..... R\$ 451.000,00

Total desta Atividade

.... R\$ 451.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 451.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar

R\$ 451.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 451.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.15.452.0109.1.327 – Elaboração e Implementação do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos

Sólidos

51 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica,

Recursos Próprios

..... R\$ 30.000,00

Total deste Projeto

..... R\$ 30.000,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.06 – CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02.06.04.122.0107.2.454 – Funcionamento e Manutenção da Chefia da

Ouvidoria Geral

98 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias Civil, Recursos Próprios

..... R\$

9.063,50

100 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios

..... R\$ 10.936,50

Total desta Atividade

..... R\$ 20.000,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.07 – CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

02.07.04.124.0107.2.458 – Funcionamento e Manutenção da Chefia do

Controle Interno e Auditoria

109 – 3.3.90.33.00.00.0080 - Passagens e Despesas com Locomoção

Recursos Próprios

..... R\$ 5.428,50

110 – 3.3.90.35.00.00.0080 – Serviços de Consultoria,

Recursos Próprios

..... R\$ 9.571,50

Total desta Atividade

..... R\$ 15.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 65.000,00

06.00 – SECRETARIA DA RECEITA

06.01 – SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de

Receita

178 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-

soa Jurídica,

Recursos Próprios

..... R\$ 136.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 136.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 136.000,00

13.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.121.0105.2.008 – Funcionamento e Manutenção da SE-PLANGEIO

751 – 3.3.90.35.00.00.0080 – Serviços de Consultoria,

Recursos Próprios

..... R\$ 150.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 150.000,00

13.01.04.122.0108.1.319 – Elaboração de Projetos e Estudos Estratégicos de apoio à

Gestão Municipal

766 – 3.3.90.35.00.00.0080 – Serviços de Consultoria,

Recursos Próprios

..... R\$ 100.000,00

Total deste Projeto

..... R\$ 100.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 250.000,00

Total da Anulação

. R\$ 451.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

RESOLUÇÃO Nº. 012/2015

RESOLUÇÃO Nº. 012/2015.

APROVA A SUSPENSÃO DO REGISTRO DA ENTIDADE LAR DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA PERANTE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado por maioria de votos em Assembléia Extraordinária ocorrida dia 28 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 5º, inciso LV e 227 da Constituição Federal do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto dos arts. 90 e 91 da Lei Federal 8.069/1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso II, "a" e "b", da Lei Municipal 2.411/1992;

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.242/1990, a qual criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e sua competência normativa;

CONSIDERANDO a Resolução nº 71/2001 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a o anexo da Resolução nº 106/2005 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a deliberação em Assembléia Ordinária do dia 11 de março de 2015, no tocante a instauração de processo administrativo referente a regularidade da inscrição e registro referente a entidade Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima e da regularidade da mesma entidade enquanto membro da atual gestão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de São José/SC; e

CONSIDERANDO a conclusão do aludido Processo Administrativo, cujo Parecer Condutor da presente deliberação foi acolhido por maioria de votos dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de São José/SC;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender, pelo prazo de seis meses, o Registro de Entidade de "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima", a contar da deliberação da Plenária de 28/04/2015.

Art. 2º - Perda do Mandato de "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima" perante a atual composição deste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e, conseqüentemente, na impossibilidade de Participação de Fóruns Eletivos da Sociedade Civil no tocante ao CMDCA, enquanto perdurar a suspensão prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Passado o prazo previsto no Art. 1º sem que seja protocolizado tempestivamente perante o CMDCA ou caso não acatado pela Plenária o pedido de reativação de registro, seja então cancelado o registro da Entidade "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima".

Art. 4º - Competirá à Secretaria Executiva proceder comunicação da Decisão da Plenária aos órgãos e instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, especificamente os Conselhos Tutelares de São José, ao Ministério Público (4ª e 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José), ao Poder Judiciário (Vara da Infância e Juventude e Anexos da Comarca de São José) e à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Notifique-se a Entidade "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima" para, querendo, interpor recurso, observados o prazo e a legislação aplicável, bem como a data de publicação da presente Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 7º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 06 de maio de 2015.

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente do CMDCA/SJ

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA - PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 08 e 09 de Junho de 2015
19H30MIN - CENTRO DE EVENTOS

O Presidente do CONCILO, Sr. Ilvo Gabriel Ioris, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar no 146 de 12 de dezembro de 2012, Plano Diretor Participativo, convida toda a população lourenciana e demais interessados para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA de caráter consultivo e não deliberativo, que acontecerá nos dias 08 e 09 de Junho de 2015, às 19h30min, no Teatro Professor Arno Ignácio Etges, Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste-SC.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 068/2015 - PR Nº 044/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/05/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 044/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E EXPEDIENTE A SEREM UTILIZADOS NO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 069/2015 - PR Nº 045/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/05/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 045/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS, PROTETORES E SERVIÇOS DE RECAPAGENS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITAÇÕES PROCESSO Nº 066/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/06/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG., Nº 009/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, BEM COMO, MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA MELHORIA E EXTENSÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS GILIO REZZIERI, SETE DE SETEMBRO, RUI BARBOSA, DUQUE DE CAXIAS, LEOBERTO LEAL, ADERBAL RAMOS DA SILVA, ISaura MORETTO FEUSER, PREFEITO ZENO GERMANO ETGES, DOM PEDRO II, NEREU RAMOS, E TRAVESSAS ATÍLIO GALEAZZI, E RAULINO LAZARIN, TODAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.096, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.096, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Determina a aplicação de penalidades administrativas à empresa Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME, referente ao Processo Licitatório nº 039/2014, Pregão Presencial nº 028/2014, do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o julgamento proferido nos autos do Processo Licitatório nº 039/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2014, do Fundo Municipal de Saúde, por intermédio do Processo Administrativo de Cancelamento de Registro de Preços e Aplicação de Sanções, tendo em vista que a empresa Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME não havia efetuado a entrega de 150 (cento e cinquenta) ampolas de Prometazina 50mg/2ml, 360 (trezentos e sessenta) comprimidos de Micoferolato de Mofetila 500mg e 7.980 (sete mil, novecentos e oitenta) comprimidos de Bupropiona, nem comprovado a impossibilidade de fazê-lo, bem como vinha atrasando a entrega de outros medicamentos adjudicados no mesmo certame licitatório;

CONSIDERANDO, ainda, que foram asseguradas todas as garantias constitucionais e processuais relacionadas ao devido processo legal à empresa Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME, especialmente os procedimentos que asseguram o cumprimento dos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como da proporcionalidade e da legalidade, mediante a aplicação de penalidades proporcionais aos ilícitos praticados e expressamente previstas em

lei especializada, quais sejam: a aplicação de multa, na forma prevista no instrumento convocatório, em razão da inexecução parcial do contrato (descrita no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/1993), juntamente com a penalidade de advertência (descrita no inciso I, do art. 87, da mesma lei), e, por fim, o cancelamento dos itens adjudicados pela empresa, constantes na Ata de Registro de Preços;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada à empresa Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.590.555/0001-48, a aplicação das seguintes sanções administrativas, em razão do injustificado descumprimento parcial das obrigações decorrentes do Processo Licitatório nº 039/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2014, do Fundo Municipal de Saúde:

I - multa em valor equivalente a 10% (dez por cento), calculada sobre os itens que estavam pendentes de entrega quando do julgamento do Processo Administrativo, o que correspondente ao valor de R\$ 642,18 (seiscentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos), conforme o disposto no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no edital de abertura do certame licitatório;

II - advertência de que a reincidência, bem como a ocorrência de novas irregularidades poderão acarretar na suspensão do direito de licitar junto a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, de acordo com disposto no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993;

III - cancelamento dos itens adjudicados em favor da empresa Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME, constantes na Ata de Registro de Preços, conforme itens 19.2.2.5 e 10.1 do edital de abertura do certame licitatório em análise.

Art. 2º O pagamento da multa descrita no inciso I, do artigo anterior, deverá dar-se mediante a retenção do valor equivalente na Contadoria Geral do Município, considerando o saldo/crédito contratual retido em benefício da empresa, procedendo-se ao pagamento da mesma no que concerne ao valor restante, livre da cominação da penalidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 070/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 003/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: SAN FRANCISCO TRANSPORTES E SONORIZAÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 72.275.076/0001-30

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM O "MUSICAL SAN FRANCISCO", PARA ANIMAÇÃO DO BAILE DE ABERTURA DA 5ª EFAISLO QUE SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015, NO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

VALOR TOTAL: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – 163/2015 – 12.01.22.662.4515 .1.073.3.3.90.00.00.00.00.00.00.1000 – Realização de Feira Ind. Com. E Serviços.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 071/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 004/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: CAMILO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ: 07.884.914/0001-01

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW DO CANTOR "DANIEL E BANDA", PARA ANIMAÇÃO DO SHOW DE ABERTURA DA 5ª EFAISLO QUE SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015, NO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

VALOR TOTAL: R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – 163/2015 – 12.01.22.662.4515 .1.073.3.3.90.00.00.00.00.00.00.1000 – Realização de Feira Ind. Com. E Serviços.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 072/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 005/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: F & S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA , CNPJ: 11.515.243/0001-89

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA DUPLA "FERNANDO E SOROCABA", PARA REALIZAÇÃO DO SHOW DO 3º DIA DA 5ª EFAISLO QUE SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2015, NO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – 163/2015 – 12.01.22.662.4515 .1.073.3.3.90.00.00.00.00.00.00.1000 – Realização de Feira Ind. Com. E Serviços.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 073/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 006/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC,
CNPJ: 83.021.873/0001-08
CONTRATADA: AGÊNCIA PRODUTORA 10 SHOW, ENTRETENIMEN-
TO LTDA CNPJ: 12.624.849/00001-15
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA DUPLA “CEZAR E PAULINHO”, PARA
REALIZAÇÃO DO SHOW DE ENCERRAMENTO DA 5ª EFAISLO QUE
SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2015, NO
CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.
VALOR TOTAL: R\$ R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – 163/2015 – 12.01.22.662.4515
.1.073.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 – Realização de Feira Ind.
Com. E Serviços.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2015.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 075/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 008/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC,
CNPJ: 83.021.873/0001-08
CONTRATADA: CONJUNTO MUSICAL OS SERRANOS LTDA. EPP,
CNPJ: 90.344.714/0001-00
OBJETO: CONTRATAÇÃO DO GRUPO “OS SERRANOS”, PARA RE-
ALIZAÇÃO DO BAILE/SHOW DO 3º DIA DA 5ª EFAISLO QUE SE
REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2015, NO
CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.
VALOR TOTAL: R\$ R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – 163/2015 – 12.01.22.662.4515
.1.073.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 – Realização de Feira Ind.
Com. E Serviços.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2015.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 074/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 007/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC,
CNPJ: 83.021.873/0001-08
CONTRATADA: MANGABA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ:
05.729.005/0001-73
OBJETO: CONTRATAÇÃO DO GRUPO “OS PARALAMAS DO SUCES-
SO”, PARA REALIZAÇÃO DO SHOW DO 2º DIA DA 5ª EFAISLO QUE
SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2015, NO
CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.
VALOR TOTAL: R\$ R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – 163/2015 – 12.01.22.662.4515
.1.073.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 – Realização de Feira Ind.
Com. E Serviços.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2015.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de maio de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 40/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de sêmen bovino e materiais para inseminação artificial, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 29/05/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 15 de maio de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.331/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.331/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 15/2015, modalidade de Pregão Presencial nº 10 de 30/04/2015, do Fundo Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto aquisição de Oxigênio Medicinal destinado ao tratamento de recuperação de pacientes atendidos pelo programa de Urgência e Emergência e na Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer UPA 24 HS da Secretaria Municipal de saúde, de acordo com as quantidades e especificações constante no anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, em virtude de readequação do Edital.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 15/2015, modalidade Pregão Presencial nº 10 de 30/04/2015, do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 15 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

DECRETO n.º038/2015

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA AVALIAR OS VEÍCULOS CONSTANTES DA LEI Nº 895, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

DECRETA:

Art. 1.º- Substitui o Membro Comissão específica designada pelo Decreto nº 121/2014 para avaliar os bens elencados, de acordo com a Lei nº 895/2014, no lugar de VALERIO LUIZ PAULI ficou nomeado ALFREDO AMORIM.

MICHELLE NALOVAIKO – Matrícula 2861

SAMIR JOSÉ VEBER - Matrícula 1157

ALFREDO AMORIM – Matrícula 3051

Art. 2.º - Define os veículos a serem avaliados:

PLACA	RENAVAM	TIPO	MARCA/MODELO	ANO/MOD.
MAR 7247	667396365	PAS / AUTOMÓVEL	GM / CORSA GL	1996/1997
MCF 3299	770467164	PAS / AUTOMÓVEL	VW / PARATI 1.8	2001/2002
MEU 4512	829022368	PAS / ÔNIBUS Capacidade 30 passageiros	AGRALE / NEOBUS THUNDER	2004/2004
MDJ 1272	801306531	PAS / ÔNIBUS Capacidade 32 passageiros	VOLKSWAGEN COMIL PIA 0	2002/2002
/	/	MOTONIVELADORA	CATERPILAR 120H	1997

Art. 3.º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 0191/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 0191/2015

CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 180, da Lei Complementar 005/97 e,
CONSIDERANDO a necessidade de apuração de responsabilidade no acidente ocorrido em 24 de abril de 2015, envolvendo o veículo Ônibus AGRAL MA100NEOBUS Placa MGO 0599, conduzido pelo servidor Silvio Cesar Ditter.

RESOLVE:

Art. 1.º- Constituir uma Comissão de Sindicância, nos termos do Art. 180 e ss. da Lei Complementar 005/97, integrada pelos servidores Wagner José Junckes, matrícula n.º 2765 (Presidente); Osmar Eger, matrícula n.º 1327 (membro) e Viviane Junkes Lopes, matrícula 2613 (membro).

Art. 2.º- Fica estabelecido o prazo de quinze (15) dias para a realização do trabalho que deverá ser concluído com a apresentação de RELATÓRIO CONCLUSIVO, pela Comissão, acerca dos fatos apurados.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 189/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 189/2015

Admite em Caráter Temporário EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO para o cargo de Médico Clínico Geral.

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO para o cargo de Médico Clínico Geral, contrato de trabalho nº. 054/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Diretor de Saneamento e Gestão Ambiental Senhor Valdemar dos Santos, convidam todos os interessados para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, para Aprovação da Revisão do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico.

DATA: 28 de maio de 2015 (quinta-feira)
HORÁRIO: 19h30min
LOCAL: CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
Rua Paulo Jahn, 245 – Schroeder – SC

CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Diretor de Finanças, Senhor Elmer Sandro Quadros, convidam todos os interessados para participar da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2015.

A audiência será realizada em conformidade ao Artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Local: Câmara de Vereadores de Schroeder
Avenida dos Imigrantes, 2520 – Centro – Schroeder - SC
Data: 29 de maio de 2015
Horário: 16h

DECRETO Nº 3.316/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.316/2015 de 12 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl

(CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de maio de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.318/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.318/2015 de 12 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.101/2015 de 8 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 13.120,49 (treze mil cento e vinte reais e quarenta e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças
3.1.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Sentenças Judiciais R\$ 13.120,49

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.130,49
3.3.90.14.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Diárias - Civil R\$ 9.990,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de maio de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Diretor de Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.319/2015 DE 14 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.319/2015 de 14 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO
GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 30.000,00

05.03 - UNIDADE DE CULTURA
05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 6.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 30.000,00

05.03 - UNIDADE DE CULTURA
05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER
05.03 - UNIDADE DE CULTURA
05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de maio de 2015.
OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 121/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 121/2015-PMS
Dispensa de Licitação nº. 39/2015-PMS
Processo nº. 94/2015-PMS



Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARIELY KALAISSA PROENÇA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.286.128/0001-05, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 4893, sala 02, Centro norte, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em revelação de foto para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e do Gabinete do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Revelação foto tamanho 10x15	860	Unidade	0,75	645,00
02	Revelação foto tamanho 15x21	990	Unidade	2,25	2.227,50
03	Revelação foto tamanho 20x30	440	Unidade	3,85	1.694,00
TOTAL R\$					4.566,50

Valor do contrato: R\$ 4.566,50 (quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 15/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 122/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 122/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 40/2015-PMS

Processo nº. 95/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501.

Objeto: Constitui o presente contrato a Revisão de 10.000km. Veículo marca Renault, modelo Kangoo Express, placa OKG 2087, fabricação/ modelo 2014/2015. Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental. Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Oleo motor (galão de 05 litros)	5	Unid.	30,34	151,70
02	Filtro de Oleo	1	Unid.	34,67	34,67
03	Filtro de Combustível	1	Unid.	36,54	36,54
04	Anel do Bujão do Carter	1	Unid.	5,09	5,09
05	Serviço de Balanceamento	1	Unid.	40,00	40,00
06	Serviço de Geometria	1	Unid.	50,00	50,00
TOTAL R\$					318,00

Valor do contrato: R\$ 318,00 (trezentos e dezoito reais).

Data da Assinatura: 15/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 123/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 123/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 85/2015–PMS – Pregão Presencial nº. 40/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PACKER & NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.793.590/0001-00, estabelecida na Rua Venezuela nº. 50, Ponta Aguda, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.050-310.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de treinamento, consultoria e execução de serviços de identificação, levantamento e estudos sobre a folha de pagamento para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finança do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Prestação de serviços técnicos especializados de treinamento, consultoria e execução de serviços de identificação, levantamento e estudos sobre a folha de pagamento para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finança do Município de Schroeder/SC, com a finalidade de identificar contribuições cuja incidência foram e estão sendo indevidas, exclusivamente no que tange ao seguro de acidente de trabalho - FAT, o risco ambiental do trabalho – RAT e fator previdenciário - FAP a fim de e promover ações administrativas com o objetivo de recuperar eventuais créditos, incluindo a apresentação do levantamento mensal do CNAE preponderante dos últimos 60 (sessenta) meses, proceder in loco a retificação e reenvio das GEFIP'S que vierem a ter a base de cálculo do RAT alteradas, bem como, treinamento, consultoria e acompanhamento das atividades de Fiscalização Tributária visando identificar, levantar e constituir créditos tributários de tributos municipais, com entrega de "know how" de atividades na área .	01	Unidade	55.000,00	55.000,00
TOTAL R\$					55.000,00

Valor do contrato: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

Data da Assinatura: 15/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 39/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 39/2015-FMS

Dispensa de Licitação nº. 19/2015-FMS - Processo nº. 35/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REGINALDO GONÇALVES LARROZA, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.050.768/0001-72, estabelecida na Rua 03 de Outubro 819, Bairro Braço do Sul, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de duas placas eletrônicas para máquina de lavar roupa da Unidade Básica de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Placa interface LR Eletrolux Avança Etapa LTA 15	01	Peça	85,00	85,00
02	Placa Potência LR Eletrolux LTA 15	01	Peça	345,00	345,00
TOTAL R\$					430,00

Data da Assinatura: 15/05/2015 – Vigência: 31/12/2015
Valor do contrato: R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais).

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 40/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 40/2015 - FMS
Processo de licitação nº. 30/2015–FMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RUBENS WALMORBIDA NETO, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.419.122/0001-10, estabelecida Rua Duque de Caxias nº 914, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.600-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Realização de Calibragem	75	Unidade	20,00	1.500,00
02	Troca de pêra	50	Unidade	6,00	300,00
03	Troca de Manguito	50	Unidade	14,00	700,00
04	Troca de braçadeira	50	Unidade	15,00	750,00
05	Troca de Válvula	50	Unidade	6,00	300,00
06	Troca de manômetro	50	Unidade	35,00	1.750,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					5.300,00

Valor do contrato: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

Data da Assinatura: 15/05/2015 – Vigência: 15/05/2016

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A29/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A29/2015 – PMS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 292/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Oswaldo Jurck.

CONTRATADA: ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.985.854/0001-30, estabelecida na Rua Papa João Paulo II nº. 1478, Bairro Ubatuba, na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.240-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Cristina Isabel Voltolini Vacchi, inscrito no CPF sob o nº. 890.285.469-87.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 292/2014-PMS, celebrado em 16 de dezembro de 2014, Processo de licitação nº. 222/2014 – PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 14/2014 – PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de cobertura da área esportiva na Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, localizada na Localizada a Rua Alwino Alberto Winter, Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65 e seus dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para aditivo no valor de R\$ 11.310,19 (Onze mil, trezentos e dez reais e dezenove centavos), considerando a necessidade de instalação de calhas de maior seção para captação de água, conforme parecer em anexo do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, Cezar Santos de Jesus, CREA-SC 093789-5, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste alterada a cláusula quarta “do valor do contrato”, no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 11.310,19 (Onze mil, trezentos e dez reais e dezenove centavos), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 132.745,46 (cento e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 292/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de maio de 2015.

CONTRATADA:

ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA

Cristina Isabel Voltolini Vacchi

CPF nº. 890.285.469-87

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

ATA PREGÃO PRESENCIAL 13/2015-FMS (SEQÜÊNCIA 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2015 - PR	
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo:	30/2015 23/04/2015
			Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 22/2015 (Sequência: 3)

Ao(s) 15 de Maio de 2015, às 13:37 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60312015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 30/2015, Licitação nº 13/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se, para recebimento do envelope de habilitação da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO conforme determinado na Ata 20/2015 (Sequência 01) de 14 de maio de 2015. Sendo aberto o envelope de habilitação da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx, da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata a empresa participante.

LOTE: 1

Participante: 12618 - RUBENS WALMORBIDA NETO ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Realização de calibragem	UN	75,00		0,0000	20,00	1.500,00
2	Troca de péra	UN	50,00		0,0000	6,00	300,00
3	Troca de manguito	UN	50,00		0,0000	14,00	700,00
4	Troca de braçadeira	UN	50,00		0,0000	15,00	750,00
5	Troca de válvula	UN	50,00		0,0000	6,00	300,00
6	Troca de mamômetro	UN	50,00		0,0000	35,00	1.750,00
Total do Participante ----->							5.300,00
Total Geral ----->							5.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2015 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 30/2015 Processo de Licitação: 23/04/2015 Data do Processo:
Folha: 2/2		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 15 de Maio de 2015

COMISSÃO:

- Daniela Samulescki
- Ivandra de Souza
- Gelson Stein
- Valderi Rocha de Camargo
- Cheila Adriane Klitzke
- - Pregoeiro(a)
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 13/2015-FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 15/05/2015 Válido até: 15/05/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Realização de calibragem	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	20,0000	1
2	Troca de péra	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	6,0000	1
3	Troca de manguito	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	14,0000	1
4	Troca de braçadeira	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	15,0000	1
5	Troca de válvula	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	6,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 15/05/2015		Válido até: 15/05/2016				
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Troca de mamômetro	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)			0	35,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 15/05/2015		Válido até: 15/05/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015
PROCESSO Nº 30/2015

(12618) - RUBENS WALMORBIDA NETO ME

Schroeder, 15 de Maio de 2015.

DISPENSA Nº 19/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 19/2015 - DL**CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 35/2015
Data: 15/05/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: REGINALDO GONCALVES LARROZA 51066831068**Código:** 13017**Endereço:** R 03 DE OUTUBRO, 819**Cidade:** Schroeder - SC**CNPJ:** 17.050.768/0001-72**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de duas placas eletrônicas para máquina de lavar roupa da Unidade Básica de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	placa interface LR Eletrolux Avança Etapa LTA 15	PÇS	85,00	85,00
2	1,00	placa Potência LR Eletrolux LTA 15	PÇS	345,00	345,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Visando a manutenção da máquina de lavar roupas da Unidade Básica de Saúde, visto que é necessário a utilização de duas máquinas, uma para lavar as "roupas" infectadas (lençol, fronhas, etc) e panos de uso comum (pano de chão, etc) na Unidade, a manutenção se dará pela extrema urgência de sua utilização.

Schroeder, 15 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 19/2015 - DL
	Processo Nr.: 35/2015 Data: 15/05/2015
Folha: 2/2	

14/5/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Maio de 2015

Valor da Despesa:

430,00 (quatrocentos e trinta reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA Nº 39/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 39/2015 - DL**Processo Nr.: 94/2015
Data: 15/05/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: **MARIELY KALAISSA PROENÇA**
Endereço: R MARECHAL CASTELO BRANCO,4893 - SALA 02
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 13.286.128/0001-05

Código: 13023

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em revelação de foto para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e do Gabinete do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	860,00	Revelação foto tamanho 10x15	UN	0,75	645,00
2	990,00	Revelação foto tamanho 15x21	UN	2,25	2.227,50
3	440,00	Revelação foto tamanho 20x30	UN	3,85	1.694,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando as necessidades das Secretarias para registro de eventos, ações, programas, projetos, esta sendo solicitado revelação de fotos para os responsáveis de áreas façam seus devidos registros/arquivos.

Schroeder, 15 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 39/2015 - DL**Processo Nr.:** 94/2015
Data: 15/05/2015

Folha: 2/2

13/5/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 13 de Maio de 2015

Valor da Despesa:4.566,50 (quatro mil quinhentos e sessenta e seis
reais e cinquenta centavos)**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Siderópolis

PREFEITURA

41 2015 AVISO DE LICITAÇÃO ESGOTAMENTO SANITARIO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Processo de Licitação nº 41/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMS Nº 01/2015

O Município de Siderópolis torna público às empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 22/06/2015, às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no setor de licitações da municipalidade - Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada para execução de serviços de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, tudo em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares. O edital, bem como todos os projetos, estão disponíveis no Setor de Licitações do município ou no site da prefeitura municipal: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188/Fabíola Cardoso Comin.

Siderópolis, 15 de maio de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

COMUNICADO

COMUNICADO

O Município de Siderópolis convida a todos os munícipes para Audiência Pública de apresentação das Metas Fiscais.

Local: Camara Municipal de Vereadores – Centro – Siderópolis – SC

Data: 29/05/2015 – 6ª Feira

Hora: 10h00min

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 074/2015

DECRETO Nº 074, DE 11 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 31.783,32 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e tres reais e trinta e dois centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
2.029 - Apoio ao Ensino Superior
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições Priv. Sem Fins Lucrativos
.... R\$ 31.783,32

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 11 maio de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 076/2015

DECRETO Nº 076, DE 11 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

12.01 – SAMAE – Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.034 - Gestão dos Serviços Administrativos do Samae
3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
2.035 - Operação do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

2.036 - Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 20.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 11 de maio de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 077/2015

DECRETO Nº 077 DE 11 DE MAIO DE 2015.

cria a COMISSÃO INTERSETORIAL PARA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal de 06 de abril de 1990 e,

Considerando os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Considerando que o adolescente em que se atribui à autoria de ato infracional encontra-se em situação peculiar de desenvolvimento e deve ser contemplado por todos os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, visando assegurar a proteção integral;

Considerando que o Fortalecimento do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo requer o esforço conjunto das políticas setoriais;

Considerando que o Art. 5º, da Lei 12.594/12 estabelece as competências na execução do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e ainda a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional;

Considerando ainda que os artigos 7º, 8º e respectivos parágrafos da Lei 12.594/12 definem que a construção dos Planos de Atendimento Socioeducativo deverá, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para adolescentes atendidos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito municipal, a Comissão Intersectorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, com a finalidade de promover a articulação, a integração e a pactuação dos órgãos e entidades envolvidos na execução do Atendimento

Socioeducativo, na elaboração e no planejamento de ações estratégicas destinadas ao atendimento de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

Art. 2º - Compete à Comissão Intersetorial Socioeducativo do Município de Sombrio;

I – Elaborar, por meio do processo participativo, o plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, definindo as ações que possibilitem complementar o atendimento de adolescente a quem se atribua a autoria do ato infracional, em conformidade com o plano Nacional e respectivo Plano Estadual, e submetê-lo à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCRIAA;

II – Articular os programas e serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos para assegurar as competências, atribuições e recursos necessários;

III – Instituir pauta e agenda de compromisso conjunto para elaboração do Plano;

IV - Estabelecer mecanismos de construção de diagnósticos das políticas, monitoramento das atividades programas e ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;

V – Propor, às autoridades municipais competentes, a edição de normas complementares e a adoção das medidas cabíveis para a organização e funcionamento dos programas do Sistema de Atendimento Socioeducativo no Município;

VI - Promover o envolvimento e apropriação no processo de planejamento orçamentário e financeiro, com vistas a assegurar a previsão de recursos necessários à implementação das ações propostas.

Art. 3º - A Comissão Intersetorial do Sistema Socioeducativo será composta pelos seguintes membros:

- I- Secretaria de Assistência Social: Talita da Silveira Barrim;
- II- Secretaria de Saúde: Gislane Dias da Cunha;
- III- Secretaria de Educação: Zulma Antonia Simon;
- IV- Secretaria de Esporte: Fernando Luiz Ferreira;
- V- Secretaria de Administração: Léo Monteiro;
- VI- Procurador Jurídico: Lincon Matos Stuart;
- VII- Comarca de Sombrio – Fórum: Alzira Scheffer Rabello;
- VIII- CREAS: Simone Juchem (Assistente Social), Maria Madalena Martins da Silva (psicóloga), Dilane Freitas Borges (pedagoga e coordenadora);
- IX- CRAS: Ronise Fabiana Menezes Euler;
- X- Conselho Tutelar: Denise S. Bitencourt.

Art. 4º - A Comissão a que se refere este decreto terá o prazo de 30 dias para apresentação dos resultados do trabalho.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Sombrio – SC, 11 maio de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 078/2015

DECRETO Nº 078 DE 11 DE MAIO DE 2015.

REGULAMENTA O CURSO DE TAXISTA, PREVISTO NA LEI FEDERAL 12.468/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal de 06 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 12.468/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do Curso de Taxista.

CONSIDERANDO que, competem ao Município de Sombrio o planejamento, a regulamentação, a delegação, a operação, o controle e a fiscalização do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi,

CONSIDERANDO a necessidade de definir critérios objetivos quanto ao vencimento do Curso obrigatório de Taxista previsto na Lei Federal 12.468/2011 que será de 5 (cinco) anos, contados da sua expedição

CONSIDERANDO a necessidade de credenciar instituições públicas ou privadas para ministrarem o referido curso, na forma do inciso II do artigo 3º da Lei 12.468/2011 e atendendo integralmente o conteúdo programático estatuído pela Resolução CONTRAN nº 456/2013,

DECRETA:

Art. 1º. O Curso de Taxista, de que trata o inciso II, do art. 3º, da Lei Federal 12.468/2011, com o conteúdo programático mínimo definido pela Resolução CONTRAN nº 456/2013, no âmbito do Município de Sombrio, terá validade de 5 (cinco) anos, contados da data da sua conclusão.

§ 1º. O Curso de Taxista terá como conteúdo obrigatório: relações humanas; direção defensiva; primeiros socorros; mecânica e elétrica básica de veículos, e será promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizador, e terá carga horária mínima de 28 (vinte e oito) horas/aula, de acordo com a regulamentação contida na Resolução CONTRAN 456/2013.

§ 2º. Após a conclusão do Curso de Taxista, os permissionários e demais condutores do serviço de táxi deverão apresentar o comprovante de conclusão do curso referido no art. 1º junto ao setor de fiscalização, para fins de registro do curso em seus cadastros, condição essa para continuarem no exercício da profissão.

§ 3º. O certificado será expedido ao aluno que comprovar assiduidade de 90% de participação nas aulas.

DO CREDENCIAMENTO:

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal, através do setor de fiscalização, providenciará o credenciamento de instituições de ensino, públicas e/ou privadas, interessadas em ministrarem o Curso de Taxista, no âmbito do Município de Sombrio/SC,

Parágrafo Único. O credenciamento das instituições interessadas em ministrar o Curso de Taxista será efetuado mediante pedido escrito, formulado a qualquer tempo pelo representante legal da instituição interessada junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Sombrio, dirigido ao setor de fiscalização acompanhado da seguinte documentação, atendendo o que abaixo segue:

a) Cópia do ato constitutivo;

- b) Cópia do Cartão do CNPJ;
- c) Cópia do RG e CPF do representante legal;
- d) Certidões Negativas das Fazendas Federal (inclusive previdenciária e FGTS), Estadual e Municipal;
- e) Cópia do Alvará de Localização e Funcionamento;
- f) Comprovação de que possui local disponível e adequado para ministrar o curso;
- g) Declaração de que ministrará o conteúdo programático integral previsto na Resolução CONTRAN nº 456/2011;
- h) Comprovação de que a instituição possui capacidade técnica para ministrar o curso, através de atestado técnico expedido por órgão público, comprovando que já ministrou o referido curso.
- I) Comprovação de que possui em seu quadro profissional de nível superior ou com formação na área de trânsito, com conhecimentos pedagógicos para ministrar o curso.

3º. O Curso de Taxista será ministrado sem qualquer ônus para o Município e será custeado integralmente pelo aluno, perante a instituição credenciada.

§ 1º. O descredenciamento da instituição não invalidará o(s) certificado(s) emitido(s) durante a validade de seu credenciamento.

§ 2º. As instituições credenciadas que realizarem o Curso de Taxista deverão entregar ao setor de fiscalização, mensalmente, a relação dos alunos que participaram do referido curso, acompanhado de cópia da lista de presença assinada pelo aluno, para fins registraes.

Art..4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 11 maio de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONVENIO Nº. 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 016/2015

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE –Sombrio

CNPJ Nº. 83.871.111/0001-09

OBJETO: O Presente Convênio tem por objetivo a execução de forma descentralizada, do Programa de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Convênio tem seu fundamento legal, conforme Lei Municipal nº 1555 de 21 de fevereiro de 2006, no que couber e na Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, na Lei nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993, na Lei Orgânica da Assistência Social e na instrução normativa 01/97 publicada no D.O.U. de 31 de Janeiro de 1997.

VIGÊNCIA: 01/04/ 2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$ 75.371,40 (setenta e cinco mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta centavos).

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS N.º 39.2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 39/2015 - SEMED

Às nove horas, do décimo quinto dia, do mês de maio de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura do envelope de proposta da empresa habilitada (EMPREENDEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP) no processo licitatório Tomada de Preços nº 39/2015 – SEMED, conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade do envelope.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura do envelope de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura do envelope de proposta, o valor total global apresentado pela empresa EMPREENDEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP foi o de R\$ 795.611,78 (setecentos e noventa e cinco mil e seiscentos e onze reais e oito centavos).

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, bem como da planilha de composição do BDI apresentado pela empresa licitante, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos ao Setor de Engenharia para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

ATA AVISO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO FASE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 32.2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

REFERENTE: EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 32/2015 - SEMED

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA OBJETIVANDO A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE PRÉ-ESCOLAR JASMIM, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ADAM, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS AO EDITAL.

A Prefeitura de Timbó, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para conhecimento dos licitantes, participantes da Tomada de Preço nº 32/2015 - SEMED, que o processo encontra-se suspenso devido ao recurso administrativo interposto pela empresa EMPREENDEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA - EPP.

Após a publicação, contar-se-á 5 (cinco) dias úteis, igual período de recurso, para interposição das contrarrazões, caso haja interesse, consoante consta no art. 109, §3º, da Lei nº 8.666/1993.

O recurso será digitalizado e encaminhado para o e-mail das empresas participantes do certame e, estará disponível também, mediante requerimento junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 15 de maio de 2015.
PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

ATA DECISÃO HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 30.2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 30/2015 - PMT

Às dez horas, do décimo quinto dia, do mês de maio de dois mil e quinze (15/05/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luíza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento da Habilitação

da Tomada de Preço nº 30/2015 – SEMED, tendo em vista os pareceres técnico e contábil emitidos acerca da documentação de habilitação da empresa GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA.

Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Carla Moser, sobre o item 7.1.4 (Qualificação Econômico-financeira) do Edital, verificou-se que a empresa licitante atendeu os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Do parecer técnico emitido pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, verificou-se que a empresa GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA, apresentou acervo compatível com o objeto lícito.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação da empresa GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA.

A Comissão lembra que como só houve uma empresa participante, dispensa-se o prazo legal, que seria de cinco dias úteis, para interposição de recursos, possibilitando a continuidade ao certame. Assim, fica marcada a data de abertura do envelope de Proposta Técnica, bem como demonstração técnica do sistema pela empresa habilitada, para o dia 22/05/2015 as 08:00 horas.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

AVISO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 45 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ASSESSORIA INSTITUCIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2015 PMT

O Município de Timbó informa que na publicação do Aviso, bem como do Edital Pregão Presencial n.º 45/2015 PMT publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em 14/05/2015, Edição nº. 1742, página 432, constou informação incorreta quanto a data de entrega de envelopes e início da Sessão Pública para dia 04/06/2015 (feriado) desta forma, segue correção abaixo:

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 08 de junho de 2015. ABERTURA: dia 08 de junho de 2015 as 14h40min.

TIMBÓ, 15/05/2015
ROSE MERY DALCANALE
Central de Licitações

AVISO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 48 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2015 PMT

O Município de Timbó informa que na publicação do Aviso, bem como do Edital Pregão Presencial n.º 48/2015 PMT publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em 14/05/2015, Edição nº. 1742, página 432, constou informação incorreta quanto a data de entrega de envelopes e início da Sessão Pública para dia 04/06/2015 (feriado) desta forma, segue correção abaixo:

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 05 de junho de 2015. ABERTURA: dia 05 de junho de 2015 as 14h40min.

Fica incluída a seguinte dotação orçamentária ao subitem 2.1 do edital:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
208	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO
15	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
10	SAUDE
302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
72	GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
3390300700	GENEROS DE ALIMENTACAO
10200	Receitas de Impostos - Saúde

TIMBÓ, 15/05/2015
ROSE MERY DALCANALE
Central de Licitações

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 49 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE SECADORES DE MÃOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 49/2015 - PMT

OBJETO: aquisição de secadores de mãos, com acionamento automático por sensor de presença, para disponibilização nos Núcleos de Educação Infantil - NEIS, em atendimento a solicitação da Secretaria de Educação - SEMED. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 09 de junho de 2015. ABERTURA: dia 09 de junho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 15/05/2015
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 52 2015 PMT - SERVIÇO DE ASSENTAMENTO DE MATERIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 52/2015 - PMT

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de assentamento, reparos e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou materiais similares em vias, praças, logradouros, calçadas e áreas internas de prédios em diversos locais do município, conforme especificação constante do Anexo I - termo de referência. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 09 de junho de 2015. ABERTURA: dia 09 de junho de 2015 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 15/05/2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 41 2015 PMT - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº.41/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó
OBJETO: Registro de Preços de serviço de transporte de atletas, alunos, grupos apoiados pela Administração Direta e Indireta e usuários do sistema de saúde municipal, dentro e fora do Estado de Santa Catarina,
EMPRESA FORNECEDORA: Reantur Transportes Ltda Me.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 354.832,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais)
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 14/05/2016

Timbó, 15/05/2015
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

DEISE A. N. MENDES
Secretária de Assistência Social

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

JORGE R. FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó
MARTINHO DE SOUZA FILHO
Diretor Presidente da Fundação de Esportes

EXTRATO CONTRATO 2015.77 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/77

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Engeplan Terraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda.

OBJETO: Plena e total execução (material e mão-de-obra) da Implantação do Anel Viário - Rua Araçonguinhos Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª etapa (Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte do Ministério das Cidades) correspondente aos itens abaixo descritos, tudo de conformidade com o Edital de Concorrência nº 171/2014
VALOR: R\$ R\$ 18.899.437,07 (dezoito milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sete centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.
Data da assinatura: 07/05/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretario de Obras e Serviços Urbanos

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 81 2014 PMT- SERVIÇOS EM PNEUS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a serviços em pneus (recauchutagem, recapagem, conserto, balanceamento, entre outros serviços) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta do município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Paul Nuber & Filhos LTDA EPP; Grando Pneus LTDA; Recauchutadora de Pneus Neri LTDA EPP; e R.B. Recapagens Blumenau LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 425.698,50 (quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 17/08/2015

Timbó, 18/08/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 02/2015**

AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 02, DE 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 50, §4.º inciso I do Regimento Interno, torna público que será realizada Audiência Pública para demonstração e avaliação, a pedido da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, das Metas Fiscais pelo Poder Executivo relativas ao Primeiro Quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no §4.º do art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

DA DATA E DO LOCAL

Art.1.º A Audiência Pública de que trata este edital realizar-se-á no dia 29 de maio, às 16 horas, no Plenário da Câmara Municipal, localizada na Rua Inglaterra esquina n.º 750 com Rua Projetada "A", Bairro das Nações.

DO OBJETIVO

Art. 2.º O objetivo da Audiência é a demonstração e avaliação das Metas Fiscais referentes ao 1.º quadrimestre de 2015 pelo Poder Executivo com as organizações civis e demais interessados.

Audiência Pública n.º 02/2015

Edital de Convocação de Audiência Pública

DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 3.º Estão convidados a participar da Audiência Pública setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais municípios.

Parágrafo Único. A exposição da matéria será realizada pelo Poder Executivo Municipal, conforme determina o §4.º do art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, pelo tempo que se fizer necessário.

Art. 4.º A participação da plenária observará os seguintes procedimentos:

I – é assegurado ao participante o direito de manifestação oral, após a exposição completa da matéria;

II – as manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para a manifestação, devendo, quando for o caso, informar o nome do participante;

III – o tempo para a manifestação oral será definido em função do número de participantes e da previsão de duração total do evento, sendo assegurado o tempo mínimo de dois minutos e no máximo de dez.

Parágrafo Único. As situações não previstas pelo Regimento Interno no que diz respeito ao procedimento da Audiência Pública serão resolvidas pelo Vereador Presidente da Comissão ou aquele que, por ventura, o estiver substituindo.

Art. 5.º Os interessados poderão participar do presente processo mediante envio de críticas, sugestões e questionamentos aos relatórios contábeis apresentados, divulgados a partir do dia 22 de maio, nos termos do §2.º do art. 2.º da Resolução MD n.º 06/2006, pela Câmara Municipal em seu endereço eletrônico www.camara-timbo.sc.gov.br.

§1.º As sugestões, críticas e questionamentos podem ser enviados para os seguintes endereços:

I – por correspondência, para a Rua Inglaterra esquina n.º 750 com

Rua Projetada "A", Bairro das Nações, Timbó-SC. CEP 89120-000; Audiência Pública n.º 02/2015

Edital de Convocação de Audiência Pública

II – por fax, para o n.º (47) 3382-2177, 3382-1433;

III – por correspondência eletrônica, para o e-mail camara@camaratimbo.sc.gov.br.

§2.º O período para o envio das sugestões, críticas e questionamentos referidos inicia-se em 22 de maio e finda no dia imediatamente anterior ao previsto para a abertura da Audiência Pública.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6.º A minuta deste Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.camaratimbo.sc.gov.br, bem como será afixada na sede da Câmara Municipal.

Art. 7.º A Câmara Municipal divulgará, em sua página eletrônica, no prazo de sete dias, após sua realização, a ata da Presente Audiência Pública.

Timbó, 15 de maio de 2015.

MARCELO LUIZ FERRARI

Presidente da Mesa Diretora

PORTARIA N.º 11/2015

Portaria Nº 11/2015

Concede férias à servidora Giani Zaira Seidel, analista legislativa na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento no art. 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 28/05/2013 a 27/05/2014, à servidora Giani Zaira Seidel, Analista legislativa na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter as férias concedidas por este ato em abono pecuniário, na forma do art. 80 do Estatuto de Servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 15 de maio de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA N. SAMAE- 094, DE 11 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 094, DE 11 DE MAIO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
GUILHERME VALENTIN DE BORBA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/02/1997	106.012.779-29	44 horas	15/05/2015 a 31/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 40/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza para Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grandier.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 28/05/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

ATA RP 30-2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015
Data de Abertura: 24/04/2015

REGISTRO Nº 30/2015
PROCESSO Nº 30/2015
Data de Julgamento: 28/04/2015

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO			
								Menor Preço	1º	2º	3º
1	Recapagem Pneu 1000x20 (Borrachudo)	UN	VIPAL		500,00	0,00 %	500,00(103)	0,00	103	—	—
2	Recapagem Pneu 1000x20 (Liso)	UN	VIPAL		495,00	0,00 %	495,00(103)	0,00	103	—	—
3	Recapagem Pneu 750x16 (Borrachudo)	UN	VIPAL		290,00	0,00 %	290,00(103)	0,00	103	—	—
4	Recapagem Pneu 215/75 R17.5 (Borrachudo)	UN	VIPAL		290,00	0,00 %	290,00(103)	0,00	103	—	—
5	Recapagem Pneu 185/14 (Borrachudo)	UN	VIPAL		170,00	0,00 %	170,00(103)	0,00	103	—	—
6	Recapagem Pneu 185/65 R14 (Liso)	UN	VIPAL		160,00	0,00 %	160,00(103)	0,00	103	—	—
7	Recapagem Pneu 900x20 (Borrachudo)	UN	VIPAL		480,00	0,00 %	480,00(103)	0,00	103	—	—
8	Recauchutagem Pneu 1400x24	UN	VIPAL		1.350,00	0,00 %	1.350,00(103)	0,00	103	—	—
9	Recauchutagem Pneu 12,5 - 80x18	UN	VIPAL		1.200,00	0,00 %	1.200,00(103)	0,00	103	—	—
10	Recauchutagem Pneu 19,5x24	UN	VIPAL		1.770,00	0,00 %	1.770,00(103)	0,00	103	—	—
11	Recauchutagem Pneu 18,4x30	UN	VIPAL		1.570,00	0,00 %	1.570,00(103)	0,00	103	—	—
12	Recauchutagem Pneu 17,5x25	UN	VIPAL		1.700,00	0,00 %	1.700,00(103)	0,00	103	—	—
13	Recauchutagem Pneu 12,4x24	UN	VIPAL		815,00	0,00 %	815,00(103)	0,00	103	—	—
14	Recauchutagem Pneu 700x18	UN	VIPAL		320,00	0,00 %	320,00(103)	0,00	103	—	—

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

REGISTRO Nº 30/2015
PROCESSO Nº 30/2015

Data de Abertura: 24/04/2015

Data de Julgamento: 28/04/2015

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º 3º
15	Recauchutagem Pneu 900x16 (Frisado)	UN	VIPAL		500,00	0,00 %	500,00(103)	0,00	103	—
16	Recauchutagem 750x16 (Frisado)	UN	VIPAL		230,00	0,00 %	230,00(103)	0,00	103	—
17	Mandão para pneu 1000x20	UN	VIPAL		120,00	0,00 %	120,00(103)	0,00	103	—
18	Mandão para pneu 900x20	UN	VIPAL		115,00	0,00 %	115,00(103)	0,00	103	—
19	Vulcanização Pneu 1400x24	UN	VIPAL		375,00	0,00 %	375,00(103)	0,00	103	—
20	Vulcanização Pneu 1000x20	UN	VIPAL		115,00	0,00 %	115,00(103)	0,00	103	—
21	Conserto Pneu Nº 2	UN	VIPAL		18,00	0,00 %	18,00(103)	0,00	103	—
22	Conserto Pneu Nº 3	UN	VIPAL		24,00	0,00 %	24,00(103)	0,00	103	—
23	Conserto Pneu Nº 4	UN	VIPAL		30,00	0,00 %	30,00(103)	0,00	103	—
24	Conserto Pneu Nº 5	UN	VIPAL		40,00	0,00 %	40,00(103)	0,00	103	—
25	Conserto Pneu Nº 6	UN	VIPAL		44,00	0,00 %	44,00(103)	0,00	103	—
26	Conserto Pneu nº 7	UN	VIPAL		50,00	0,00 %	50,00(103)	0,00	103	—
27	Conserto Pneu Nº 8	UN	VIPAL		62,00	0,00 %	62,00(103)	0,00	103	—
28	Conserto Pneu Nº 9	UN	VIPAL		75,00	0,00 %	75,00(103)	0,00	103	—

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015
Data de Abertura: 24/04/2015

REGISTRO Nº 30/2015
PROCESSO Nº 30/2015
Data de Julgamento: 28/04/2015

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
29	Conserto Pneu Nº10	UN	VIPAL		110,00	0,00 %	110,00(103)	0,00	103	—	—

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2015****PROCESSO N° 30/2015**

(103) - RECAUCHUTADORA RODA LTDA

Treze Tilias, 30 de Abril de 2015.

ATA RP 32-2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

REGISTRO Nº 32/2015

PROCESSO Nº 32/2015

Data de Julgamento: 30/04/2015

Data de Abertura: 30/04/2015

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Colado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º 3º
1	Abacate	KG			4,49	0,00 %	4,49(2003)	0,00	2003	— —
2	Abacaxi -	UN			7,20	0,00 %	7,20(2003)	0,00	2003	— —
3	Água recarga 20 litros	UN			9,49	0,00 %	9,49(2003)	0,00	2003	— —
4	Apresentado de frango fatiado - kg	KG	SEARA		13,99	0,00 %	13,99(2003)	0,00	2003	— —
5	Aroz quadrinho - Pacote 5kg	PCT	APOLO		8,30	0,00 %	8,30(2003)	0,00	2003	— —
6	Atum em óleo comestível - 170gr	UN	GOMES DA C		5,29	0,00 %	5,29(2003)	0,00	2003	— —
7	Banana	KG			2,49	0,00 %	2,49(2003)	0,00	2003	— —
8	Carne bovina (tipo patinho) cortada em iscas, inspecionada	KG			19,80	0,00 %	19,80(2003)	0,00	2003	— —
9	Carne bovina músculo inspecionado	KG			13,35	0,00 %	13,35(2003)	0,00	2003	— —
10	Carne moída de 2ª, fresca, inspecionada, embalada em kg	KG			13,80	0,00 %	13,80(2003)	0,00	2003	— —
11	Carne suína, inspecionada, tipo pernil, cortado em iscas	UN			9,99	0,00 %	9,99(2003)	0,00	2003	— —
12	Cereal matinal - Pacote 500gr	UN			6,75	0,00 %	6,75(2003)	0,00	2003	— —
13	Coxa e sobrecoxa de frango inspecionada	KG			5,80	0,00 %	5,80(2003)	0,00	2003	— —
14	Filé de peito de frango, inspecionado, embalado em kg	KG			11,99	0,00 %	11,99(2003)	0,00	2003	— —

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015
Data de Abertura: 30/04/2015

REGISTRO Nº 32/2015
PROCESSO Nº 32/2015
Data de Julgamento: 30/04/2015

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cassia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	CLASSIFICAÇÃO		
								Menor Preço	1º	2º 3º
15	File de peixe	KG	TERRA VIVA		23,00	0,00 %	23,00(2003)	0,00	2003	— —
16	Gelêia Diet - 200gr	UN	DELAKASA		8,50	0,00 %	8,50(2003)	0,00	2003	— —
17	Iogurte - 900ml	UN	TIROL		4,75	0,00 %	4,75(2003)	0,00	2003	— —
18	Leite Tipo C - 1 litro - pasteurizado padronizado	L	TIROL		2,29	0,00 %	2,29(2003)	0,00	2003	— —
19	Maçã	KG			4,49	0,00 %	4,49(2003)	0,00	2003	— —
20	Mamão	KG			4,40	0,00 %	4,40(2003)	0,00	2003	— —
21	Manga -	KG			4,50	0,00 %	4,50(2003)	0,00	2003	— —
22	Manteiga - 500gr	UN	NATULEITE		7,99	0,00 %	7,99(2003)	0,00	2003	— —
23	Melancia (adina de 10 kg)	UN			12,99	0,00 %	12,99(2003)	0,00	2003	— —
24	Melão	UN			8,75	0,00 %	8,75(2003)	0,00	2003	— —
25	Óleo de milho refinado - 900ml	UN	SINHA		6,99	0,00 %	6,99(2003)	0,00	2003	— —
26	Queijo ralado parmesão - Pacote 40gr	PCT	TIROL		2,49	0,00 %	2,49(2003)	0,00	2003	— —
27	Requeijão cremoso tradicional - 200gr	UN	TIROL		4,75	0,00 %	4,75(2003)	0,00	2003	— —
28	Salsicha de frango - pct 500gr	UN	PERDIGÃO		6,99	0,00 %	6,99(2003)	0,00	2003	— —

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015
Data de Abertura: 30/04/2015

REGISTRO Nº 32/2015
PROCESSO Nº 32/2015
Data de Julgamento: 30/04/2015

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
29	Sardinha - Lata 125gr	LT	GOMES DA C		2,99	0,00 %	2,99(2003)	0,00	2003	—	—

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 32/2015****PROCESSO N° 32/2015**

(2003) - SUPERMERCADO E ACOUGUE J.J. LTDA - EPP

Treze Tilias, 11 de Maio de 2015.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.024/15

DECRETO Nº 12.024/15, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.220/2015, de 08 de abril de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 177.288,96 (cento e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.048 – Sinalização de Vias Urbanas
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0156 Aplicações Diretas 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0156 Aplicações Diretas 77.288,96

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 177.288,96

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.025/15

DECRETO Nº 12.025/15, DE 15 DE MAIO DE 2015

Delega competência ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, parágrafo único, bem como o artigo 79, inciso IV da Lei Orgânica do Município; no artigo 25 da Lei Municipal nº 2.100/09 e alterações;

DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência, ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação os poderes específicos para representar a Prefeitura Municipal de Videira na elaboração e assinatura do Termo de Autorização de Passagem com Compromisso de Futura Doação com Encargos, referente ao futuro Projeto Alça Norte, e demais atos consequentes do presente Termo, pelo prazo

máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2015

Ata de Registro de Preços nº: 66/2015

Data de Assinatura: 04.05.2015

Fornecedor....: Transvan Ltda.

Valor : R\$ 183.280,00

Licitação : Pregão Presencial nº 46/2015-PMV

Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2015

Ata de Registro de Preços nº: 67/2015

Data de Assinatura: 04.05.2015

Fornecedor....: Ellatur Viagens e Turismo Ltda.

Valor : R\$ 107.338,00

Licitação : Pregão Presencial nº 46/2015-PMV

Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2015

Ata de Registro de Preços nº: 68/2015

Data de Assinatura: 04.05.2015

Fornecedor....: Transportes PBrandt Ltda ME.

Valor : R\$ 110.400,00

Licitação : Pregão Presencial nº 46/2015-PMV

Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2015

Ata de Registro de Preços nº: 69/2015
Data de Assinatura: 04.05.2015
Fornecedor....: Reunidas Turismo S.A.
Valor : R\$ 31.493,00
Licitação : Pregão Presencial nº 46/2015-PMV
Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2015

Ata de Registro de Preços nº: 70/2015
Data de Assinatura: 04.05.2015
Fornecedor....: Transluiza Agência de Viagens e Turismo Ltda – ME.
Valor : R\$ 21.300,00
Licitação : Pregão Presencial nº 46/2015-PMV
Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2015

Ata de Registro de Preços nº: 71/2015
Data de Assinatura: 04.05.2015
Fornecedor....: Manenti Transportes e Serviços Ltda – EPP.
Valor : R\$ 24.280,00
Licitação : Pregão Presencial nº 46/2015-PMV
Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PESSOAS PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2015

Ata de Registro de Preços nº: 72/2015
Data de Assinatura: 06.05.2015
Fornecedor....: Concretos Farroupilha Ltda - EPP
Valor : R\$ 26.460,00
Licitação : Pregão Presencial nº 48/2015-PMV
Vigência : Início: 06.05.2015 Término: 06.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA E PARA A POLÍCIA MILITAR.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2015

Ata de Registro de Preços nº: 73/2015
Data de Assinatura: 07.05.2015
Fornecedor....: Luiz Carlos Dalle Cort
Valor : R\$ 265.541,76
Licitação : Pregão Presencial nº 49/2015-PMV
Vigência : Início: 07.05.2015 Término: 07.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR) PARA UTILIZAÇÃO NAS 08 UNIDADES ESCOLARES E NOS 19 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2015

Ata de Registro de Preços nº: 74/2015
Data de Assinatura: 07.05.2015
Fornecedor....: Ap Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda.
Valor : R\$ 5.920,00
Licitação : Pregão Presencial nº 49/2015-PMV
Vigência : Início: 07.05.2015 Término: 07.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR) PARA UTILIZAÇÃO NAS 08 UNIDADES ESCOLARES E NOS 19 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2015

Ata de Registro de Preços nº: 75/2015
Data de Assinatura: 07.05.2015
Fornecedor....: Alimentar Distribuidora Ltda – ME.
Valor : R\$ 532.294,64
Licitação : Pregão Presencial nº 49/2015-PMV
Vigência : Início: 07.05.2015 Término: 07.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR) PARA UTILIZAÇÃO NAS 08 UNIDADES ESCOLARES E NOS 19 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2015

Ata de Registro de Preços nº: 76/2015
Data de Assinatura: 07.05.2015
Fornecedor....: Digital Cruzeiro Ltda.
Valor : R\$ 14.325,00
Licitação : Pregão Presencial nº 47/2015-PMV
Vigência : Início: 07.05.2015 Término: 07.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE FAIXAS E BANNERS PARA SEREM UTILIZADOS POR TODAS AS SECRETARIAS E PELO GABINETE DO PREFEITO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2015

Ata de Registro de Preços nº: 77/2015
Data de Assinatura: 07.05.2015
Fornecedor....: Mundial Serigraf – Comércio e Serviços Ltda – ME.
Valor : R\$ 1.920,00
Licitação : Pregão Presencial nº 47/2015-PMV
Vigência : Início: 07.05.2015 Término: 07.05.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE FAIXAS E BANNERS PARA SEREM UTILIZADOS POR TODAS AS SECRETARIAS E PELO GABINETE DO PREFEITO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2015

Ata de Registro de Preços nº: 78/2015
Data de Assinatura: 11.05.2015
Fornecedor....: Clarisse Gelinski Ricci - ME
Valor : R\$ 18.519,00
Licitação : Pregão Presencial nº 51/2015-PMV
Vigência : Início: 11.05.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS COM A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARCELADOS DE DECORAÇÃO DE EVENTOS COM MONTAGEM, DESMONTAGEM E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDER OS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2015

Ata de Registro de Preços nº: 79/2015

Data de Assinatura: 13.05.2015

Fornecedor....: Sinacom Ind. e Com. Sinalização Viária EIRELI - EPP

Valor : R\$ 53.366,00

Licitação : Pregão Presencial nº 55/2015-PMV

Vigência : Início: 13.05.2015 Término: 13.05.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FORMA PARCELADA DE TINTAS PARA SEREM UTILIZADAS NA SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2015

Ata de Registro de Preços nº: 80/2015

Data de Assinatura: 13.05.2015

Fornecedor....: Thome Comércio Distribuidora Tintas Ltda.

Valor : R\$ 93.466,00

Licitação : Pregão Presencial nº 55/2015-PMV

Vigência : Início: 13.05.2015 Término: 13.05.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FORMA PARCELADA DE TINTAS PARA SEREM UTILIZADAS NA SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2015

Ata de Registro de Preços nº: 81/2015

Data de Assinatura: 14.05.2015

Fornecedor....: Ap Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda.

Valor : R\$ 52.080,00

Licitação : Pregão Presencial nº 35/2015-PMV

Vigência : Início: 14.05.2015 Término: 08.07.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2015

Ata de Registro de Preços nº: 82/2015

Data de Assinatura: 14.05.2015

Fornecedor....: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda.

Valor : R\$ 14.300,00

Licitação : Pregão Presencial nº 35/2015-PMV

Vigência : Início: 14.05.2015 Término: 08.07.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2015

Ata de Registro de Preços nº: 83/2015

Data de Assinatura: 14.05.2015

Fornecedor....: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME.

Valor : R\$ 17.340,00

Licitação : Pregão Presencial nº 35/2015-PMV

Vigência : Início: 14.05.2015 Término: 08.07.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2015

Ata de Registro de Preços nº: 84/2015

Data de Assinatura: 14.05.2015

Fornecedor....: VW Comércio Atacadista Ltda – ME.

Valor : R\$ 28.800,00

Licitação : Pregão Presencial nº 35/2015-PMV

Vigência : Início: 14.05.2015 Término: 08.07.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 81/2015

Contrato nº: 81/2015

Data de Assinatura: 04.05.2015

Fornecedor....: Concretos Farroupilha Ltda - EPP

Valor : R\$ 92.002,00

Licitação : TP nº 04/2015-PMV

Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NO FINAL DA RUA PREFEITO CÉSAR AUGUSTO FILHO, FINAL DA RUA SERGIPE E DA RUA PARÁ, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 82/2015

Contrato nº: 82/2015

Data de Assinatura: 04.05.2015

Fornecedor....: Rodrigues e da Silva Ltda – ME.

Valor : R\$ 255.023,32

Licitação : TP nº 04/2015-PMV

Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS IVO LANG, ARARAS E PARTE DA ERNESTO FANTIN, OTTO A. MULHLBRANDT, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 83/2015

Contrato nº: 83/2015

Data de Assinatura: 04.05.2015

Fornecedor....: Palazzo Construtora Ltda – ME.

Valor : R\$ 75.991,63

Licitação : TP nº 07/2015-PMV

Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 04.05.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA CERCADA COM ALAMBRADO DE TELA EM ESTRUTURA TUBULAR NA RUA HENRIQUE SEBBEN - LOT. AMARANTE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, COM ÁREA DE 337,50 M², CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 84/2015

Contrato nº: 84/2015

Data de Assinatura: 04.05.2015

Fornecedor....: Segmetre Ambiente e Assessoria Ltda – ME.

Valor : R\$ 7.500,00

Licitação : DL nº 08/2015-PMV

Vigência : Início: 04.05.2015 Término: 30.09.15

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TÉCNICOS DE ENGENHARIA NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL, PARA CONTRUÇÃO DO TERMINAL URBANO E SEGUNDA ETAPA DO PARQUE DO LAZER RIO DO PEIXE DENOMINADA LARGO DA ESTAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 85/2015

Contrato nº: 85/2015

Data de Assinatura: 06.05.2015

Fornecedor....: Asscon – PP Assessoria e Consultoria Pública e Privada

Valor : R\$ 13.500,00

Licitação : TP nº 08/2015-PMV

Vigência : Início: 06.05.2015 Término: 06.05.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICOS, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATO Nº 86/2015

Contrato nº: 86/2015

Data de Assinatura: 06.05.2015

Fornecedor....: Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda - EPP

Valor : R\$ 1.100,00

Licitação : TP nº 08/2015-PMV

Vigência : Início: 06.05.2015 Término: 06.05.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICOS, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 87/2015

Contrato nº: 87/2015

Data de Assinatura: 08.05.2015

Fornecedor....: Emuvi Escola de Música de Videira Ltda.

Valor : R\$ 18.200,00

Licitação : PR nº 54/2015-PMV

Vigência : Início: 08.05.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AULAS DE DESENHO E PINTURA PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

EXTRATO CONTRATO Nº 88/2015

Contrato nº: 88/2015

Data de Assinatura: 08.05.2015

Fornecedor....: Estúdio Expressão Criativa Arte e Cultura Ltda – ME.

Valor : R\$ 16.800,00

Licitação : PR nº 54/2015-PMV

Vigência : Início: 08.05.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR OFICINAS PREPARATÓRIAS EM ARTES CÊNICAS E PRESTAR ASSESSORIA NA MONTAGEM DE PEÇAS TEATRAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

EXTRATO CONTRATO Nº 89/2015

Contrato nº: 89/2015

Data de Assinatura: 11.05.2015

Fornecedor....: Alto Vale Produções Artísticas Ltda - ME

Valor : R\$ 4.490,00

Licitação : PR nº 50/2015-PMV

Vigência : Início: 11.05.2015 Término: 31.07.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE UMA BANDA MUSICAL, COM REPERTÓRIO PARA O EVENTO "VI PALIO DO VINHO", A REALIZAR-SE NO DIA 06 DE JUNHO DE 2015 PELA SECRETARIA DE TURISMO

E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 90/2015

Contrato nº: 90/2015

Data de Assinatura: 11.05.2015

Fornecedor....: Restaurante e Lavação Mugnol Ltda – ME.

Valor : R\$ 34.680,00

Licitação : PR nº 14/2015-FMS

Vigência : Início: 11.05.2015 Término: 02.09.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO INTERNA E EXTERNA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATO Nº 91/2015

Contrato nº: 91/2015

Data de Assinatura: 12.05.2015

Fornecedor....: HGS Pesquisa e Assessoria Ltda – ME.

Valor : R\$ 5.500,00

Licitação : Dispensa de Licitação nº 14/2015-FMS

Vigência : Início: 12.05.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 92/2015

Contrato nº: 92/2015

Data de Assinatura: 12.05.2015

Fornecedor....: Móveis Bom Preço Ltda – EPP.

Valor : R\$ 367,00

Licitação : PR nº 57/2015-PMV

Vigência : Início: 12.05.2015 Término: 12.09.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA CASA MORTUÁRIA DO BAIRRO FARROUPILHA.

EXTRATO CONTRATO Nº 93/2015

Contrato nº: 93/2015

Data de Assinatura: 12.05.2015

Fornecedor....: VW Comércio Atacadista Ltda - ME

Valor : R\$ 1.050,00

Licitação : PR nº 57/2015-PMV

Vigência : Início: 12.05.2015 Término: 12.09.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA CASA MORTUÁRIA DO BAIRRO FARROUPILHA.

EXTRATO CONTRATO Nº 94/2015

Contrato nº: 94/2015

Data de Assinatura: 12.05.2015

Fornecedor....: L.A. CN Informática Ltda - ME

Valor : R\$ 1.900,00

Licitação : PR nº 57/2015-PMV

Vigência : Início: 12.05.2015 Término: 12.09.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA CASA MORTUÁRIA DO BAIRRO FARROUPILHA.

EXTRATO CONTRATO Nº 95/2015

Contrato nº: 95/2015

Data de Assinatura: 13.05.2015

Fornecedor....: L.B. Comércio e Serviços Ltda – ME.

Valor : R\$ 411.900,03

Licitação : TP nº 05/2015-PMV

Vigência : Início: 13.05.2015 Término: 13.05.2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q) DA RUA DOMINGOS LOCATELLI (ACESSO BALNEÁRIO XV) - ETAPA 2, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO EXECUTIVO.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0039/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0039/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSANGELA DA SILVA
CPF: 790.013.199-04
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0039/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0039/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELI MARTINI
CPF: 048.221.199-71
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0077/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0077/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA PAULA DIAS
CPF: 082.404.679-03
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0085/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0085/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLI TEREZINHA REIDI
CPF: 017.816.259-05
OBJETO: Alteração do prazo final e da justificativa de "em substituição a Beatriz Scapinello Perin que se encontra no exercício de atividades para atuar como Diretora de Escola I" para "em substituição à Beatriz Scapinello Perin, em razão à vacância do cargo devido aposentadoria da servidora".
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 31 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0087/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0087/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VERANI FIORELLI
CPF: 540.562.339-34
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0105/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0105/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELI DE FÁTIMA GREFF DOS SANTOS
CPF: 649.401.959-53
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0113/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0113/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA CARDOSO PAES
CPF: 007.092.319-11
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 26 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0114/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0114/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARCIA MIRANDA
CPF: 035.828.059-13
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 17 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0118/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0118/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANE SUELYN ALVES FOLGIARINI
CPF: 039.872.859-31
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 26 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0123/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0123/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIMARI ALVES DOS SANTOS VALIERI
CPF: 049.178.499-69
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 17 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0133/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0133/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIMONE CAON TURMINA
CPF: 097.449.159-43
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0139/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0139/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT
CPF: 058.788.399-54
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0140/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALICE APARECIDA DA ROSA
CPF: 694.473.309-91
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 17 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0141/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0141/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA GRACILEIDE SOARES DE FRANÇA
CPF: 045.900.105-18
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0144/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0144/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAINE PATRICIO
CPF: 079.710.829-75
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0155/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0155/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA
CPF: 047.825.129-70
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013, fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida" para "R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013, fica assegurada a contratação da funcionária, pois se encontra em licença maternidade".
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 08 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0182/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0182/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KARINE FERNANDES DA SILVA
CPF: 047.617.169-59
VIGÊNCIA: de 10 de março de 2015 até 19 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0196/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0196/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE
CPF: 017.744.979-99
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013, fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida" para "R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013, fica assegurada a contratação da funcionária, pois se encontra em licença maternidade".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 08 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0239/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0239/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSALIA FATIMA SUZIN
CPF: 828.944.779-53
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0259/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0259/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TAIS APARECIDA DA SILVA MACHINSKI
CPF: 068.524.889-50
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0275/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0275/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LAIDE MOREIRA
CPF: 762.983.889-15
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0280/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0280/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES
CPF: 060.982.029-07
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0284/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0284/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA MOTTA
CPF: 008.937.029-51
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 26 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0323/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0323/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLARICE RAMOS DA CUNHA SOARES
CPF: 047.447.619-76
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0455/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0455/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARINES DA SILVA
CPF: 894.423.429-91
VIGÊNCIA: de 08 de maio de 2014 até 25 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0473/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0473/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSILENE APARECIDA RIBEIRO
CPF: 023.895.009-35
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0494/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0494/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SANDRA ROBERTI DEMICIANO
CPF: 933.502.959-91
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".

VIGÊNCIA: de 10 de junho de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0496/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0496/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KALME APARECIDA CORDEIRO
CPF: 004.745.279-05
VIGÊNCIA: de 12 de junho de 2014 até 17 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0522/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0522/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GENTILA BRIGIDA SCUCIATO
CPF: 478.914.919-68
VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2013 até 21 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0584/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0584/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GLÁCIA GUIOMAR PEREIRA DA SILVA
CPF: 715.865.559-87
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2014 até 15 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0604/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0604/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIVONETE THIBES ESTREME DUARTE
CPF: 022.808.389-31
VIGÊNCIA: de 16 de setembro de 2014 até 26 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0647/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0647/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DILTON ALEXANDRE DA SILVA
CPF: 807.838.309-63
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 1.440,93 (um mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e três centavos) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 1.530,69 (um mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e nove centavos) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".
VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0652/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0652/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEJANIR CAMPOLIM DE JESUS
CPF: 040.436.889-11
VIGÊNCIA: de 04 de novembro de 2014 até 11 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0708/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0708/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: VALDIR FOSCHIERA

CPF: 831.483.539-00

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 1.440,93 (um mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e três centavos) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 1.530,69 (um mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e nove centavos) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público".

VIGÊNCIA: de 05 de dezembro de 2014 até 30 de abril de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0036/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0036/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0038/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NILCILEI APARECIDA PEREIRA PERDUN

CPF: 018.106.469-36

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 27 de fevereiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0070/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0070/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0111/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GEISA ZANOTTI

CPF: 076.647.469-06

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 01 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0075/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0075/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0590/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LEANDRO GONÇALVES

CPF: 072.112.119-54

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 01 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0076/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0076/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0117/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE RUTE ANDRIN ALVES

CPF: 008.553.959-74

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 31 de março de 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 72/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR, MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 09/06/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 15 de Maio 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 014/2015**

PORTARIA Nº 014/2015

Nomeia GEOVANI DOMINGOS GRASSI para a função de Chefe de Gabinete.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear o Servidor GEOVANI DOMINGOS GRASSI para a função de Chefe de Gabinete, nível alfabético numérico CC-2, código 031, com carga horária semanal de 30 horas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08, a partir de 18 de maio de 2015.

Videira, 18 de maio de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER	JACSON DARCI LOCATELLI
Presidente	Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
1º Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 018/2015

Processo de Licitação 018/2015
Modalidade: Convite 004/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Carta Convite

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Carta Convite, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h00min horas, do dia 25 de Maio de 2015, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Claudinei Feliciano, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 18 de Maio de 2015.
LUIZ LÚCIO FOSSA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 019/2015

DECRETO Nº 019/2015

DESAPROPRIA IMÓVEL E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas no art. 109, inciso I, alínea "e" da Lei Orgânica Municipal, bem como no art. 5, alínea "i" do Decreto-Lei n. 3365/41.

DECRETA:

Art. 1º - Fica desapropriado, de forma amigável ou judicial:
I – O TERRENO URBANO, situado no lado ímpar da rua Santa Catarina, á 170,71 metros da esquina com o lado par da rua Vereador Francisco Roedel, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, formado por parte do lote de terras nº 2.773, contendo a área de 2373,70m² (dois mil trezentos e setenta e três metros e setenta centímetros quadrados), confrontando; FRENTE, com lado ímpar da rua Santa Catarina em 6,00 metros; FUNDOS, com terras de Aires Maiberg, (Matrícula 9.313/PG-SC) em 6,00 metros; LADO DIREITO, com terras de Bertoldo Howe, (Matricula 3.749 – Ibirama – sendo inventariante Tatiana Carla Howe Lencina) em 396,37 metros; LADO ESQUERDO, com terras de Aires Maiberg, (Matricula 9.313/PG-SC), em 396,37 metros, sem benfeitoria; de propriedade de Aires Maiberg, pelo valor de R\$ 24.923,85 (vinte e quatro mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos), a ser destacado do terreno urbano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio/SC, no livro 2-RG, matrícula nº 9.313, de 18 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Fica declarado de Utilidade Pública, o imóvel objeto da desapropriação, para fins de melhoramento da via pública denominada Rua Gertrudes Howe.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 015/2015.

Vitor Meireles, 15 de maio de 2015.
LUIZ LÚCIO FOSSA
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA
VITOR MEIRELES, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

PORTARIA Nº 090/2015

P O R T A R I A Nº 090/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2014, homologado no dia 04 de setembro de 2014,

Nome: CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração e Finanças, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de maio de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE MAIO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xaxim

PREFEITURA

CONTRATO 115/2015 - HABITAÇÃO

Contrato Nº.: CT115/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE XAXIM
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
Recursos : Dotação:
Objeto : Consitui Objeto do presente instrumento contratual, o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstos no Edital.

CONTRATOS, ADITIVOS E ATA DE REGISTRO - AGROPECUARIO 01 AO 111/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: RP0044/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM
Contratada...: EMBRIOSEMEM - EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - EP
Valor : 50.700,00 (cinquenta mil setecentos reais)
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços de doses de sêmen bovino para inseminação artificial do rebanho dos agricultores do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0046/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM
Contratada...: CLINICA VETERINARIA CAMPESTRE LTDA - ME
Valor : 88.500,00 (oitenta e oito mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços de doses de sêmen bovino para inseminação artificial do rebanho dos agricultores do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0047/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM
Contratada...: WERLANGUIVETT ALTAPERFORMANCE EM NUTRICAÇÃO ANIMAL L
Valor : 11.725,00 (onze mil setecentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços de doses de sêmen bovino para inseminação artificial do rebanho dos agricultores do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: CT0092/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM
Contratada...: DYSTAK INDUSTRIA DE FORMULARIOS CONTINUOS LTDA
Valor : 7.860,00 (sete mil oitocentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 08/04/2015 Término: 08/07/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 23/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de Notas Fiscais de Produtor rural, destinado para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Contrato Nº.: CT114/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROPECUARIO DE XAXIM
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
Recursos : Dotação:
Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuarios previstas no Edital.

CONTRATOS, ADITIVOS E ATA DE REGISTRO - MUNICIPIO 01 AO 111/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE XAXIM
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : AD02CT0049/2013 - Contrato Nº: 0049/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ASSIS FRANCISCO PIAIA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2015 até a data de 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº...: RP0007/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 569.810,00 (quinhentos e sessenta e nove mil oitocentos e dez reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gasolina aditivada com abastecimento na bomba do proponente vencedor, óleo Diesel S-10 e óleo Diesel B S-500 entregues no tanque fornecidos pelas licitantes vencedoras através de regime de comodato, no pátio do município, destinada à manutenção dos veículos das diversas Secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal, na quantidade estimada constante do ANEXO I.

Contrato Nº...: RP70/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: J K PNEUS LTDA
Valor : 103.044,00 (cento e trêz mil quarenta e quatro reais)
Vigência : Início: 10/04/2015 Término: 10/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.

Aditivo Nº : AD08/CT0200/2013 - Contrato Nº: 0200/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ECGT CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Valor : 10.343,00 (dez mil trezentos e quarenta e três reais)
Vigência : Início: 02/01/2015 Término: 02/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : O valor total para este aditivo é de R\$ 10.343,00 (dez mil trezentos e quarenta e três reais), a qual passa a integrar este termo aditivo, equivalente a (3,12%) no valor da obra

Contrato Nº...: RP0008/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: TRR GILIOLI LTDA
Valor : 2.133.000,00 (dois milhões cento e trinta e três mil reais)
Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gasolina Aditivada com abastecimento na bomba do proponente vencedor, óleo Diesel S-10 e óleo Diesel B S-500 entregues no tanque fornecidos pelas licitantes vencedoras através de regime de comodato, no pátio do município, destinada à manutenção dos veículos das diversas Secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal.

Contrato Nº...: RP0009/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CLAUDINICE PAPEIS E PRESENTES LTDA - ME
Valor : 152.998,20 (cento e cinquenta e dois mil novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Contrato Nº.: RP0010/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME
 Valor : 59.223,25 (cinquenta e nove mil duzentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos)
 Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Contrato Nº.: RP0011/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: LIVRARIA E PAPELARIA XAXIENSE LTDA
 Valor : 103.355,90 (cento e três mil trezentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos)
 Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Contrato Nº.: RP0012/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: MERCADO KA & KA LTDA - ME
 Valor : 28.688,00 (vinte e oito mil seiscentos e oitenta e oito reais)
 Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Contrato Nº.: RP0013/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
 Valor : 49.965,70 (quarenta e nove mil novecentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos)
 Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Contrato Nº.: RP0014/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: PEGASUS ATACADISTA LTDA - ME
 Valor : 81.430,50 (oitenta e um mil quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Contrato Nº.: RP0015/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: AIRTON SILVA DA MOTTA -ME
 Valor : 27.870,00 (vinte e sete mil oitocentos e setenta reais)
 Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de material de consumo, limpeza e higiene pessoal para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Contrato Nº.: RP0016/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
 Valor : 34.309,00 (trinta e quatro mil trezentos e nove reais)
 Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 15/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de material de consumo, limpeza e higiene pessoal para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal.

Contrato Nº.: CT0005/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: EMERSON ERNESTO OGLIARI ME
 Valor : 6.766,00 (seis mil setecentos e sessenta e seis reais)
 Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 15/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Serviço de chapeação e pintura carro Renal Logan MLC 0576.



Contrato Nº.: RP0024/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 293.976,00 (duzentos e noventa e três mil novecentos e setenta e seis reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar conforme solicitação da Secretaria de Educação.
Contrato Nº.: RP0025/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM L
Valor : 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar conforme solicitação da Secretaria de Educação.
Contrato Nº.: RP0026/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CTR ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 12.395,00 (doze mil trezentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar conforme solicitação da Secretaria de Educação.

Contrato Nº.: RP0027/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: HORTIFRUTIGRANJEIRA CELLA LTDA - ME
Valor : 216.580,00 (duzentos e dezesseis mil quinhentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar conforme solicitação da Secretaria de Educação.
Contrato Nº.: RP0028/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: MERCADO KA & KA LTDA - ME
Valor : 316.253,00 (trezentos e dezesseis mil duzentos e cinquenta e três reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar conforme solicitação da Secretaria de Educação.
Contrato Nº.: RP0029/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 85.404,00 (oitenta e cinco mil quatrocentos e quatro reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar conforme solicitação da Secretaria de Educação.
Contrato Nº.: RP0030/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: PANIFICADORA FREI BRUNO LTDA - ME
Valor : 19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar conforme solicitação da Secretaria de Educação.

Contrato Nº.: RP0031/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ZANELLA SUPERMERCADO LTDA
Valor : 403.325,00 (quatrocentos e três mil trezentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar conforme solicitação da Secretaria de Educação.

Contrato Nº.: RP0032/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: N G INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP
Valor : 201.340,00 (duzentos e um mil trezentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 15/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de mesas e cadeiras escolares, para uso nas escolas e CEIs (Centro de Educação Infantil Municipal) do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0033/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: SCHOOL CENTER INDUSTRIA DE MOVEIS ESCOLARES LTDA-
Valor : 32.680,00 (trinta e dois mil seiscentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 15/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de mesas e cadeiras escolares, para uso nas escolas e CEIs (Centro de Educação Infantil Municipal) do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0034/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: RENATO ZANELLA - ME
Valor : 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 16/07/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 113/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de 04 (quatro) colhedoras de forragem, para suprir as necessidades do Município de Xaxim junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Contrato Nº.: CT0002/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CHAPEACAO E MECANICA XAXIENSE LTDA - ME
Valor : 7.495,00 (sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 13/01/2015 Término: 27/01/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.714.680,00
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços tais como: mão de obra, pintura e reforma na lataria no ônibus MIP 2591, da Secretaria Municipal de educação e Cultura.

Contrato Nº.: CT003/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: JHONATAN LUIS TRENTIN 09658783929
Valor : 36.024,00 (trinta e seis mil e vinte e quatro reais)
Vigência : Início: 19/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2014
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 1.800.000,00
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar considerando 200 dias do ano letivo de acordo com o itinerário disposto na solicitação anexo ao processo.

Contrato Nº.: CT0004/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: NSTUR TRANSPORTES E COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME
Valor : 49.140,00 (quarenta e nove mil cento e quarenta reais)
Vigência : Início: 19/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar considerando 200 dias do ano letivo de acordo com o itinerário disposto na solicitação anexo ao processo.

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

Aditivo Nº : AD03CT0128/2013 - Contrato Nº: 0128/2013

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: NELSON DOMINGOS ROMANELLI - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Aditivo Nº : AD03/CT0014/2013 - Contrato Nº: 0014/2013

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2015 até a data de 31 de dezembro de 2015.

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2015 até a data de 31 de dezembro de 2015.

Aditivo Nº : AD04/CT0014/2013 - Contrato Nº: 0014/2013

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA

Valor : 653.462,77 (seiscentos e cinquenta e três mil quatrocentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos)

Vigência : Início: 26/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2013

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (36) Saldo: 1.366.800,00

Objeto : Considerando que a cláusula do contrato original, celebrado em 04/01/2013, com base a aquisição de Apostilas Didáticas Coloridas conforme termo de referência para os alunos e professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, totalizando 3820 alunos e serviço técnico pedagógico, para a Rede Municipal de Ensino de Xaxim - SC; que será automaticamente reajustado o valor do contrato, incidindo o acumulado do IGPM (ÍNDICE Geral dos Preços de Mercado), sendo o valor de R\$ 630.300,

Aditivo Nº : AD02CT0167/2013 - Contrato Nº: 0167/2013

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: FELTRIN TRANSPORTES & TURISMO LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Aditivo Nº : AD07CT0132/2013 - Contrato Nº: 0132/2013

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: TRANSPORTES ZAFAMA LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº...: CT0009/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: SAMARA TECCHIO - ME

Valor : 1,00 (um real)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/01/2025

Recursos : Dotação:

Objeto : Destina-se a presente licitação a doação não remunerada de incentivos econômicos, através da Doação com Encargos de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação ou ampliação no Município de unidade produtiva, cfe descrição completa no edital.

Contrato Nº...: CT010/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: CIELO ACESSORIOS LTDA

Valor : 1,00 (um real)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/01/2025

Recursos : Dotação:

Objeto : Doacao do terreno

Contrato Nº...: CT11/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: AIRTON SENA MIOTTO - ME

Valor : 555,00 (quinhentos e cinquenta e cinco reais)

Vigência : Início: 12/01/2015 Término: 27/09/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: CT013/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: ABRIL COMUNICACOES S.A.

Valor : 333,00 (trezentos e trinta e três reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/08/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: CT0015/2105

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: AGENCIA NACIONAL DO CINEMA

Valor : 222,00 (duzentos e vinte e dois reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/07/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: ct067

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: AGROPECUARIA XAXIM LTDA

Valor : 222,00 (duzentos e vinte e dois reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/06/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: CT023

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: AIRTON DA SILVA

Valor : 111,00 (cento e onze reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/05/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: CT98

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: A.G. MINI MERCADO E FRUTEIRA LTDA - ME

Valor : 333,00 (trezentos e trinta e três reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/04/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: ct67

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: ACADEMIA DE GINASTICA CIA DO MOVIMENTO LTDA - ME

Valor : 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/03/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: ct76

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: ADÃO PADILHA

Valor : 33,00 (trinta e três reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/06/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: ct45

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: A.R.PERSIANAS LTDA - ME

Valor : 23,00 (vinte e três reais)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/05/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, para a linha 11, pelo período de mais 12 (meses) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: CT0021/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTD
 Valor : 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 30/03/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
 Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (87) Saldo: 60.000,00
 Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de troféus personalizados e placas para homenagem, referente ao evento denominado Movimento Econômico.

Contrato Nº.: CT0022/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: ARNO ANTONIO TELCH - ME
 Valor : 9.380,00 (nove mil trezentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/02/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (10) Saldo: 1.890.376,04
 Objeto : Contratação de empresa especializada para mão de obra, material e pintura no Centro Administrativo de Xaxim - SC.

Contrato Nº.: CT0023/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: RICARDO TELCH - ME
 Valor : 17.664,10 (dezessete mil seiscentos e sessenta e quatro reais e dez centavos)
 Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/02/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (10) Saldo: 1.890.376,04
 Objeto : Contratação de empresa especializada para mão de obra, material e pintura no Centro Administrativo de Xaxim - SC.

Aditivo Nº : AD07/CT0270/2013 - Contrato Nº: CT0270/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: METALURGICA PONTUAL LTDA - ME
 Valor : 43.413,00 (quarenta e três mil quatrocentos e treze reais)
 Vigência : Início: 26/01/2015 Término: 28/02/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 33/2013
 Recursos : Dotação: 2.025.4.4.90.00.00.00.00 (50) Saldo: 58.365,00
 Objeto : O valor total para este aditivo é de R\$ 43.413,00 (quarenta e três mil quatrocentos e treze reais), sendo que o valor do contrato original é de R\$ 94.318,44 (noventa e quatro mil trezentos e dezoito reais com quarenta e quatro centavos), equivalente a 46.03%, no valor da obra.

O valor total para este aditivo é de R\$ 43.413,00 (quarenta e três mil quatrocentos e treze reais), sendo que o valor do contrato original é de R\$ 94.318,44 (noventa e quatro mil trezentos e dezoito reais com quarenta

Aditivo Nº : AD01CT0118/2014 - Contrato Nº: CT0118/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: DAIANE BALBINOT
 Valor : 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
 Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 19/05/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2014
 Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (10) Saldo: 1.141.384,01
 Objeto : O valor total do contrato original é de R\$22.800,00 (vinte dois mil com oitocentos reais) com a importância de R\$1.900,00 (mil e novecentos reais) mensais, passando para R\$28.500,00 (vinte oito mil e quinhentos reais) sendo R\$2.375,00 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais) mensais, o valor total deste aditivo é de R\$ 5.700,00 (cinco mil setecentos reais), equivalente a 25%.

Contrato Nº.: RP0036/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MIECHUANSKI EIRELI -
 Valor : 128.100,00 (cento e vinte e oito mil e cem reais)
 Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços de quilometragem para serviços de transporte rodoviário com veículo tipo ônibus e Micro-ônibus a ser utilizado pelos alunos, representantes de pais de alunos, profissionais de Educação e demais servidores que fazem parte da Secretaria de Educação e Cultura, em viagens para cursos, Eventos Culturais, Esportivos e de conhecimentos com a Proposta Pedagógica desta Secretaria.

 Contrato Nº.: RP0037/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: FELTRIN TRANSPORTES & TURISMO LTDA - ME

Valor : 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Registro de preços de quilometragem para serviços de transporte rodoviário com veículo tipo ônibus e Micro-ônibus a ser utilizado pelos alunos, representantes de pais de alunos, profissionais de Educação e demais servidores que fazem parte da Secretaria de Educação e Cultura, em viagens para cursos, Eventos Culturais, Esportivos e de conhecimentos com a Proposta Pedagógica desta Secretaria.

 Contrato Nº.: RP0038/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: LEITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME

Valor : 158.500,00 (cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Registro de preços de quilometragem para serviços de transporte rodoviário com veículo tipo ônibus e Micro-ônibus a ser utilizado pelos alunos, representantes de pais de alunos, profissionais de Educação e demais servidores que fazem parte da Secretaria de Educação e Cultura, em viagens para cursos, Eventos Culturais, Esportivos e de conhecimentos com a Proposta Pedagógica desta Secretaria.

 Contrato Nº.: CT0028/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM L

Valor : 387.854,80 (trezentos e oitenta e sete mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2015

Recursos : Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (25) Saldo: 453.199,00

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE.

Aditivo Nº : AD03/CT0267/2013 - Contrato Nº: CT0267/2013

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: HIGIENIZA SERVICOS, LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - E

Valor : 41.686,22 (quarenta e um mil seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos)

Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : O valor total do contrato original é R\$26.890,00 (vinte e seis mil oitocentos e noventa reais) mensais, sendo que: 1) ficou reajustado no segundo termo de aditivo o valor total deste contrato em 25%, totalizando R\$33.612,50 (trinta e três mil seiscentos e dose reais com cinquenta centavos) mensal; 2) com o percentual de 24,02%, o reajuste de valor do presente aditivo é R\$41.686,22 (quarenta e um mil seiscentos e oitenta e seis reais com vinte e dois centavos).

 Contrato Nº.: RP0039/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: ELEDI FONTANA DAROLD 77412320963

Valor : 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 05/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação e locação de som, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos, tudo em conformidade com as especificações constantes no anexo I do edital.

 Contrato Nº.: RP0040/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: IRINEU FERRAZ 42283779987

Valor : 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 05/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação e locação de som, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos, tudo em conformidade com as especificações constantes no anexo I do edital.

Contrato Nº.: RP0041/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: JAISON LUIZ CORDEIRO 05726665945
 Valor : 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 05/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação e locação de som, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos, tudo em conformidade com as especificações constantes no anexo I do edital.

Contrato Nº.: CT0034/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: AUILDO GONCALVES DA ROSA 01990081916
 Valor : 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço e mão de obra, para pequenos reparos e remoção de calçamento com pedras irregulares, assentadas na terra, rejuntadas com pó de brita, em diversas ruas no perímetro urbano.

Contrato Nº.: CT0036/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: MARE MIRTES LUNARDI - ME
 Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 27/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para decoração do local definido para o evento " Movimento Economico " conforme solicitação em anexo.

Contrato Nº.: CT0037/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: MADEIREIRA PERUZZO LTDA - ME
 Valor : 7.564,48 (sete mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)
 Vigência : Início: 29/01/2015 Término: 29/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Reforma da ponte da Linha São Valentim e Linha Tigre

Contrato Nº.: CT0038/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: MERINVESTES S/A
 Valor : 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 29/01/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Locação de Imóvel para uso industrial com 4000 m2, com estrutura pré moldada com 01 pavimento de 16 X 40m, com pé direito de 5,50m, coberta com aluzinco, cfe matrícula 12367 Comarca Xaxim-SC - Distrito Industrial.

Contrato Nº.: CT0039/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: RESTAURANTE DO CLUBE LTDA
 Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
 Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/03/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa atuante no ramo de montagem de buffet's para eventos, constituindo-se na realização de Jantar incluindo ingredientes e preparo das refeições, referente ao evento denominado Movimento Econômico

Aditivo Nº : AD03CT0048/2012 - Contrato Nº: 0048/2012
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: INTELLIBR SISTEMAS LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 01/01/2015
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2012
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2015 até a data de 31 de dezembro de 2015.

Contrato Nº.: CT0041/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ALCEU TREVISOL - ME
Valor : 70.279,40 (setenta mil duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para contratação de empresa especializada em Comercialização de Gas para a Prefeitura e Fundos.

Contrato Nº.: CT0043/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: JESUS CONSTRUTORA LTDA
Valor : 29.000,00 (vinte e nove mil reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/04/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para execução de reforma do Ginásio de Esportes Alberto Ângelo Sordi, do Município de Xaxim - SC, incluindo materiais e mão de obra.

Contrato Nº.: CT0044/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CHAPEACAO E MECANICA XAXIENSE LTDA - ME
Valor : 11.963,00 (onze mil novecentos e sessenta e três reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/04/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa que forneça peças, mão de obra e manutenção em mecânica a ser realizado nos Veículos Ônibus Iveco City Class 2.8 TB 11/12, Placa MCJ 0756 e Ônibus Iveco Micro Onibus City 2,8 TB 11/12 placas MCJ 0776.

Aditivo Nº : AD01CT0119/2014 - Contrato Nº: CT0119/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ADILSO ANTONIO MICHAILOFF 03770949943
Valor : 6.975,00 (seis mil novecentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 19/02/2015 Término: 31/03/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2014
Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (116) Saldo: 30.926,16
Objeto : O objeto do presente aditivo é a prorrogação por mais três meses (03), a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de março de 2015, decorrentes do Processo Licitatório de n. 104/2014, Pregão Presencial de n. 056/2014.
O preço justo e acertado do presente contrato original é R\$27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais), sendo que com o percentual de 25%, o valor do presente aditivo passará para R\$ 6.975,00 (seis mil novecentos e setenta e cinco reais), totalizando um montante

Contrato Nº.: CT0046/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: REVISTA GLAM LTDA
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Empresa especializada para prestação de serviço de organização de passeio ciclistico, com carro de apoio, apoiadores, cronometragem, fotografo, seguro de vida e acidentes, sinalização em geral, trofeus, divulgação, narração, alimentação aos participantes, criação de videos, divulgação do evento.

Aditivo Nº : AD01CT0237/2013 - Contrato Nº: 0237/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP
Valor : 18.369,60 (dezoito mil trezentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 19/02/2015 Término: 01/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 18 (dezoito) meses, a contar de 01 de março de 2015, com o término em 01 de setembro de 2016.
O valor total do contrato original é R\$76.540,00 (setenta e seis mil quinhentos e quarenta reais), sendo que com o percentual de 24%, o reajuste de valor do presente aditivo é R\$18.369,60 (dezoito mil trezentos e sessenta e nove reais com sessenta centavos), totalizando um montante de R\$94.909,60 (noventa e quatro mil novecentos e

Contrato Nº...: CT0048/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPI
 Valor : 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Xaxim no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Contrato Nº...: CT0049/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPI
 Valor : 13.980,00 (treze mil novecentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.
 Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

Contrato Nº...: CT0051/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: INFO DIGITALL - SOLU. TEC. PARA GESTAO DOCUMENTAL
 Valor : 3.209,64 (três mil duzentos e nove reais e sessenta e quatro centavos)
 Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows.

Contrato Nº...: CT0052/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: SELSO DALL AGNOL PUBLICIDADE - ME
 Valor : 7.890,00 (sete mil oitocentos e noventa reais)
 Vigência : Início: 19/02/2015 Término: 01/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada em Estruturas para Evento (cobertura pirâmides) (standers) entre os dias 21 e 22/02/2015 - Festividade Aniversário Município Contendo 06 estruturas modulares de 10x10 + 02 de 05x05.

Contrato Nº...: CT0054/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: JESUS CONSTRUTORA LTDA
 Valor : 14.500,00 (quatorze mil quinhentos reais)
 Vigência : Início: 24/02/2015 Término: 24/04/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para execução de reforma do Ginásio de Esportes Arquimedes Turra, incluindo mão de obra e materiais.

Contrato Nº...: RP0042/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: LUBRICAP LUBRIFICANTES CHAPECO LTDA.
 Valor : 474.863,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil oitocentos e sessenta e três reais)
 Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em Comercialização de Lubrificantes para Prefeitura e Fundos.

Aditivo Nº : AD04CT123/2013 - Contrato Nº: 0123/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: ANTONINHO GODOY - ME
 Valor : 2.232,60 (dois mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)
 Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Contrato Nº...: RP0045/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: PINZETTA TERRAPLANAGEM LTDA - ME
 Valor : 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais)
 Vigência : Início: 26/02/2015 Término: 26/08/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para contratações de horas de trator de esteiras para prestação de serviços e melhorias nas estradas vicinais e ruas de nosso município.



Contrato Nº.: RP0050/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: JOSE PAULO BITENCOURT-ME
Valor : 23.386,00 (vinte e três mil trezentos e oitenta e seis reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de materiais destinados para Secretaria de Esportes de Laser do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0052/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: MAGNUM INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES ESPORTIVAS LT
Valor : 2.176,10 (dois mil cento e setenta e seis reais e dez centavos)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de materiais destinados para Secretaria de Esportes de Laser do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0051/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: KALIDUK COMERCIAL LTDA - EPP
Valor : 6.545,00 (seis mil quinhentos e quarenta e cinco reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de materiais destinados para Secretaria de Esportes de Laser do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0053/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Valor : 22.218,00 (vinte e dois mil duzentos e dezoito reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de materiais destinados para Secretaria de Esportes de Laser do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0054/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: STAUDT & FRANCESQUETT LTDA-EPP
Valor : 8.144,00 (oito mil cento e quarenta e quatro reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de materiais destinados para Secretaria de Esportes de Laser do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0055/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: TOTAL SPORTS LTDA-ME
Valor : 5.465,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de materiais destinados para Secretaria de Esportes de Laser do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: RP0056/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS
Valor : 120,00 (cento e vinte reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de materiais destinados para Secretaria de Esportes de Laser do Município de Xaxim.

Contrato Nº.: CT00067/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME
 Valor : 37.809,00 (trinta e sete mil oitocentos e nove reais)
 Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para locação e manutenção de copiadoras e impressoras, com fornecimento de equipamentos assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e reposição de todo o material necessário à execução dos serviços para atender as necessidades das secretarias e fundos do município de Xaxim.

Contrato Nº.: CT0068/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: TRUCK W COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS LTDA-ME
 Valor : 6.097,00 (seis mil e noventa e sete reais)
 Vigência : Início: 04/03/2015 Término: 04/04/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa que forneça peças, mão de obra e manutenção em mecânica a ser realizado nos Veículos Ford Cargo Modelo 2422 Ano 2007 Placa MHS 1792.

Contrato Nº.: RP0057/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: BELLENZIER PNEUS LTDA
 Valor : 1.005.880,40 (um milhão cinco mil oitocentos e oitenta reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.

Contrato Nº.: CT0070/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: SUELY LEITE
 Valor : 12.000,00 (doze mil reais)
 Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de cascalho para manutenção das estradas municipais, de acordo com a Chamada Pública 004/2015.

Aditivo Nº : AD01CT0041/2014 - Contrato Nº: CT0041/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: PROFISSIONAL CONTABILIDADE, GESTAO E PLANEJAMENTO
 Valor : 2.922,00 (dois mil novecentos e vinte e dois reais)
 Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : o valor total do contrato original R\$6.325,00 (seis mil trezentos vinte cinco reais) totalizando um montante de R\$ 75.900,00(), sendo que: ficou reajustado com o percentual de 3,85% o reajuste de valor é R\$243,50 (duzentos quarente e três reais e cinquenta centavos) mensais totalizando o montante de R\$6.568,50 (seis mil quinhentos sessenta oito reais e cinquenta centavos), totalizando o montante R\$ 78.822,00(setenta oito mil oitocentos vinte e dois reais) acumulados nos últimos 12 (doze) mese

Aditivo Nº : AD01/CT0043/2015 - Contrato Nº: CT0043/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: JESUS CONSTRUTORA LTDA
 Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 03/05/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
 Recursos : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (102) Saldo: 264.128,36
 Objeto : O valor total do contrato original é R\$29.000,00 (vinte nove mil reais), sendo que com o percentual de 12%, o valor total do presente aditivo é R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), totalizando R\$32.500,00 (trinta e dois mil quinhentos reais).

Contrato Nº.: RP0061/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: PANIFICIOS E CONFEITES SONHO MIO LTDA.
 Valor : 107.200,00 (cento e sete mil duzentos reais)
 Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados de gêneros alimentícios para realização de (coffee break) para consumo em reuniões e treinamentos a ser realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Xaxim.

 Contrato Nº.: CT0074/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: MEPAR MERCADO DE PARAFUSOS LTDA

Valor : 7.442,65 (sete mil quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 23/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Aparelho de Solda Mig com esab 408 s/ acessórios c/ Voltímetro e amp.

 Contrato Nº.: CT0071/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: ALUMETAL PLACAS DE IDENTIFICACAO LTDA - EPP

Valor : 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 21/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : A presente Dispensa tem por finalidade a aquisição de Etiquetas de Alumínio para Identificação de bens patrimoniais.

 Aditivo Nº : AD01CT0003/2015 - Contrato Nº: CT003/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: JHONATAN LUIS TRENTIN 09658783929

Valor : 2.148,80 (dois mil cento e quarenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Será efetuado Termo Aditivo de mais quatro (04) Km/ Dia, ao valor de R\$ 3,16 (três reais dezesseis centavos) para o restante dos 170(cento setenta) dias Letivos do exercício de 2015, somado 680(seiscentos e oitenta) km, totalizando o montante de R\$ 2.148,80 (dois mil cento quarenta oito reais e oitenta). Sendo firmado a partir de 11 de março de 2015, Daqui em diante denominado VALOR CONTRA-TUAL.

Aditivo Nº : AD02CT0035/2014 - Contrato Nº: CT0035/2014

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: JOSE LIVINO DE OLIVEIRA - ME

Valor : 2.447,50 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinqüenta centavos)

Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : O valor total do contrato original é R\$58.740,00 (cinquenta e oito mil setecentos quarentena reais) mensais, sendo R\$ 2,64 (dois e sessenta quatro centavos)o km, sendo que foi reajustado com o percentual de 4,24%, o valor total do presente aditivo é R\$ 2,75(dois reais setenta e cinco centavos) o km, totalizando R\$61.187,50 (sessenta um mil cento oitenta sete reais e cinquenta centavos).

 Aditivo Nº : AD02CT0034/2014 - Contrato Nº: CT0034/2014

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: JG BAGGIO TRANSPORTES LTDA - ME

Valor : 3.462,00 (três mil quatrocentos e sessenta e dois reais)

Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : O valor total do contrato original é R\$79.337,50 (setenta nove mil trezentos trinta sete reais cinquenta centavos) mensais, sendo R\$ 2,75(dois reais e setenta cinco centavos), o km, sendo que foi reajustado com o percentual de 4,24%, o valor total do presente aditivo é R\$ 2,87 (dois reais oitenta e sete centavos) o km, totalizando R\$82.799,50 (oitenta dois mil setecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

 Aditivo Nº : AD02CT0036/2014 - Contrato Nº: CT0036/2014

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: IRINEU MICHAIOFF 07558295904

Valor : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : O valor total do contrato original é R\$58.740,00 (cinquenta e oito mil setecentos quarentena reais) mensais, sendo R\$ 2,67 (dois e sessenta sete centavos)o km, sendo que foi reajustado com o percentual de 4,24%, o valor total do presente aditivo é R\$ 2,78(dois reais setenta e oito centavos) o km, totalizando R\$61.160,00 (sessenta um mil cento e sessenta reais).

Contrato Nº...: CT0075/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ELIVAR LUIS BACKES 05331351921
Valor : 19.400,00 (dezenove mil quatrocentos reais)
Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de Empresa Especializada em serviço de Jornalismo on line, com divulgação de todas as matérias/notícias de interesse da Prefeitura Municipal na página inicial do site, dando o destaque necessário a cada uma delas, indiferente de qualidade.

Contrato Nº...: RP0066/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
Valor : 366.300,00 (trezentos e sessenta e seis mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.

Contrato Nº...: RP0063/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: MODELO PNEUS LTDA
Valor : 772.176,04 (setecentos e setenta e dois mil cento e setenta e seis reais e quatro centavos)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.

Aditivo Nº : AD03CT0049/2013 - Contrato Nº: 0049/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ASSIS FRANCISCO PIAIA
Valor : 2.266,50 (dois mil duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 01/03/2015 Término: 01/03/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : O valor total do contrato original é R\$53.400,00 (cinquenta três mil quatrocentos reais), sendo que com o percentual de 4,24% o reajuste de acordo com IGP-M, o valor do presente aditivo é R\$2.266,50 (dois mil duzentos sessenta e seis reais e cinquenta centavos), totalizando um montante de R\$55.666,56 (cinquenta cinco mil seiscentos sessenta e seis reais e cinquenta seis centavos).

Contrato Nº...: CT0077/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: L F CAMINHOES LTDA
Valor : 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais)
Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 04/04/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de 02 (dois) caminhões novos com caçamba para serem utilizados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme contrato de repasse n. 814237/2014 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa.

Contrato Nº...: CT0080/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: FAVORITA EVENTOS E TURISMO
Valor : 500.000,00 (quinhentos mil reais)
Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 27/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para gerenciamento de cursos, prestação de serviços de organização e apoio logístico necessário à realização de evento de aperfeiçoamento referente ao Convenio nº 804902-2014.

Contrato Nº.: CT0081/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ASSCON-PP ASSES. E CONSULT. PUBLICA E PRIVADA EIRE

Valor : 12.500,00 (doze mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de organização, planejamento e realização de Concurso Público para preenchimento de vagas do quadro de servidores do Município de Xaxim-SC.

Contrato Nº.: RP0064/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: FELTRIN TRANSPORTES & TURISMO LTDA - ME
Valor : 43.000,00 (quarenta e três mil reais)
Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 27/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços de quilometragem para serviços de transporte rodoviário com veículo tipo ônibus e Micro-ônibus e Van a ser utilizado pela Secretaria de Esportes e Lazer.

Contrato Nº.: RP0065/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: LEITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
Valor : 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 27/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços de quilometragem para serviços de transporte rodoviário com veículo tipo ônibus e Micro-ônibus e Van a ser utilizado pela Secretaria de Esportes e Lazer.

Contrato Nº.: CT0082/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CLAUDIMAR LUIZ SCATOLIN
Valor : 93.240,00 (noventa e três mil duzentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE

Contrato Nº.: CT0083/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: GILMAR JOSE SCATOLIN
Valor : 93.240,00 (noventa e três mil duzentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE

Contrato Nº.: CT0084/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: BIGGER CAMINHOS LTDA
Valor : 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil e reais)
Vigência : Início: 02/04/2015 Término: 02/10/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de 02 (dois) caminhões novos com caçamba para serem utilizados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme contrato de repasse n. 814237/2014 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa.

Contrato Nº.: CT0085/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CONFECÇÕES DALLADIAS LTDA - ME
Valor : 8.010,57 (oito mil e dez reais e cinquenta e sete centavos)
Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 31/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Constitui objeto da presente Licitação a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cortinas, para o (CEIM Emilia Varnier) através da Secretaria de Educação e Cultura.

Contrato Nº.: CT0086/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: RADIO CULTURA DE XAXIM LTDA
Valor : 63.000,00 (sessenta e três mil reais)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de divulgação - programa de rádio, de atos administrativos legais e da administração pública Municipal, com programação aos sábados com mínimo de 20 (vinte) minutos das 10h40min às 11h00min e diariamente com no mínimo de 05 (cinco) minutos de duração de segunda a sexta feira.

Contrato Nº.: CT0090/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: VANDERLEI JOSE MICHAILOFF 01785292900
Valor : 5.860,00 (cinco mil oitocentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 07/04/2015 Término: 07/07/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, reforma e material para Ginásio de Esportes Pedro Ivo Campos.

Contrato Nº.: RP0068/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: MAQTER TERRAPLENAGEM LTDA - EPP
Valor : 97.250,00 (noventa e sete mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 01/10/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para contratações de serviço/horas Máquina Rolo Compactador, com indicador de vibração por minuto, raspador de aço - kit patas, cinta com patas para rolo liso, com peso operacional mínimo de 10.500 kg, capacidade mínima de compactação mínima ou igual a 30.000 Kg, ano de fabricação mínimo ou igual 2012.

Contrato Nº.: RP68/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: BELLENZIER PNEUS LTDA
Valor : 138.698,00 (cento e trinta e oito mil seiscentos e noventa e oito reais)
Vigência : Início: 10/04/2015 Término: 10/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.

Contrato Nº.: RP71/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: MODELO PNEUS LTDA
Valor : 47.250,00 (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 10/04/2015 Término: 10/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município destinados aos Veículos, Caminhões e Máquinas da Frota Municipal.

Aditivo Nº : AD01CT81/2015 - Contrato Nº.: CT0081/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ASSCON-PP ASSES. E CONSULT. PUBLICA E PRIVADA EIRE
Valor : 862,00 (oitocentos e sessenta e dois reais)
Vigência : Início: 17/04/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : O valor total do contrato original é de R\$ 12.500,00 (doze mil quinhentos reais) condicionado aos serviços efetivamente executados, conforme cronograma da contabilidade e forma estabelecida no edital, sendo que com o percentual é de 6.9 %, o reajuste de valor do presente aditivo é R\$ 862,00 (oitocentos sessenta e dois reais), totalizando um Montante de R\$ 13.362,00 (treze mil trezentos sessenta e dois reais. Sendo referente ao aumento de mais 02(dois) cargos, 1(um) cargo de Operador de Moto

Aditivo Nº : AD04CT255/2015 - Contrato Nº: CT0255/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CONSTRUTORA DECA LTDA - EPP
Valor : 5.631,31 (cinco mil seiscentos e trinta e um reais e trinta e um centavos)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 09/04/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : O valor total para este aditivo é de R\$ 5.631,31(cinco mil seiscentos trinta e um reais trinta e um centavos), sendo que o valor do contrato original é de R\$ 136.608,34(cento trinta seis mil seiscentos oito reais e trinta e quatro centavos), equivalente a 4.1%, no valor da obra.

Contrato Nº..: CT0094/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: MAISATIVO INTERMEDIACAO DE ATIVOS LTDA
Valor : 10,00 (dez reais)
Vigência : Início: 17/04/2015 Término: 17/04/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Xaxim - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB

Contrato Nº..: CT0096/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CORDITUR E TURISMO LTDA-ME
Valor : 175.051,20 (cento e setenta e cinco mil e cinquenta e um reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 17/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transportes escolar, de acordo com o itinerário disposto na solicitação parte integrante deste processo.

Contrato Nº..: CT0097/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: AGENOR RAYMUNDO CERATTO - ME
Valor : 32.832,00 (trinta e dois mil oitocentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 17/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transportes escolar, de acordo com o itinerário disposto na solicitação parte integrante deste processo.

Contrato Nº..: RP0072/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: MAQTER TERRAPLENAGEM LTDA - EPP
Valor : 478.000,00 (quatrocentos e setenta e oito mil reais)
Vigência : Início: 23/04/2015 Término: 23/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para contratações de serviço/horas de motoniveladora, peso operacional mínimo de 16.200 kg, potencia mínima de 144 hp, com lamina deslizante articulada, fabricação/modelo mínimo 2012, para manutenção de estradas vicinais do município de Xaxim.

Contrato Nº..: RP0075/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: BORILLI PNEUS LTDA
Valor : 148.090,00 (cento e quarenta e oito mil e noventa reais)
Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 30/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus dos veículos e máquinas da frota municipal.

Contrato Nº..: RP0076/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: F M PNEUS LTDA
Valor : 370.700,00 (trezentos e setenta mil setecentos reais)
Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 30/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus dos veículos e máquinas da frota municipal.

Contrato Nº.: RP0077/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: F. VACHILESKI & CIA LTDA

Valor : 193.880,00 (cento e noventa e três mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 30/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus dos veículos e máquinas da frota municipal.

Contrato Nº.: RP0078/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: GIARETTA PNEUS LTDA - EPP

Valor : 150.140,00 (cento e cinquenta mil cento e quarenta reais)

Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 30/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus dos veículos e máquinas da frota municipal.

Contrato Nº.: RP0079/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: RWM COMERCIO DE PNEUS E PECAS PARA VEICULOS LTDA -

Valor : 355.210,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e dez reais)

Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 30/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus dos veículos e máquinas da frota municipal.

Contrato Nº.: RP0080/2015

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: TURELLI COMERCIO DE PNEUS LTDA ME

Valor : 293.370,00 (duzentos e noventa e três mil trezentos e setenta reais)

Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 30/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus dos veículos e máquinas da frota municipal.

Aditivo Nº : AD01CT100/2014 - Contrato Nº: CT0100/2014

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: VARITUS BRASIL EIRELI

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 23/04/2015 Término: 23/04/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 22/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para locação de software, assessoria e consultoria, treinamento e auditoria sobre os documentos fiscais eletrônicos (notas fiscais eletrônicas) e validação do certificado no SEFAZ.

Aditivo Nº : AD01CT0104/2014 - Contrato Nº: CT0104/2014

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: GRETHI APARECIDA DA SILVA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 03/05/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza urbana em geral, serviços de jardinagem, manutenção de áreas externas das diversas Secretarias Municipais e demais serviços de acordo com o termo de referência anexo ao Edital

Aditivo Nº : AD02CT118/2014 - Contrato Nº: CT0118/2014

Contratante..: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: DAIANE BALBINOT

Valor : 5.948,07 (cinco mil novecentos e quarenta e oito reais e sete centavos)

Vigência : Início: 06/05/2015 Término: 20/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente aditivo é a prorrogação por mais 90 (noventa) dias, a contar de 16 de maio de 2015, com o término em 16 de agosto de 2015.

A valor total do contrato original é de R\$ 22.800,00, com a importância de R\$ 1.900,00 sendo reajustado no IGPM no valor de 4,35%, passando para de R\$ 1.982,69 mensais, totalizando um montante de R\$ 5.948,07 para o período de 03 meses.

Contrato Nº.: CT109/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: RUI LAUCHZER 53840666953
 Valor : 15.600,00 (quinze mil seiscientos reais)
 Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução dos serviços de limpeza em geral, ajardinamento, manutenção elétrica, hidráulica, pintura, poda de árvores e conservação das instalações e do terreno onde está localizado o ECO PARQUE Eduval Ogliari.

Contrato Nº.: CT110/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 248.048,01 (duzentos e quarenta e oito mil e quarenta e oito reais e um centavo)
 Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.

Contrato Nº.: CT0111/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
 Valor : 318.547,61 (trezentos e dezoito mil quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos)
 Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 10/10/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de Empresa para Execução de reforma da Escola Básica Municipal Anita Garibaldi no Município de Xaxim - SC, incluindo mão de obra e materiais.

Aditivo Nº : AD03CT109/2013 - Contrato Nº: 0109/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 02/05/2015 Término: 31/05/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVO, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, CONFORME DESCRIÇÃO COMPLETA NO EDITAL.

CONTRATOS, ADITIVOS E ATA DE REGISTRO - SAUDE 01 AO 111/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: RP0006/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: LEITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
 Valor : 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)
 Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços de quilometragem para serviços de transporte rodoviário com veículo tipo Van e Microônibus pelo período de 12 meses, a ser utilizado pelos pacientes quando em tratamento de saúde fora do domicílio e para internamentos nos hospitais da região.

Contrato Nº.: RP0035/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: CELSO ANTONIO DE DEUS - ME
 Valor : 105.760,00 (cento e cinco mil setecentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 19/01/2015 Término: 19/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2014
 Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 100.000,00
 Objeto : Registro de preços para contratação de Empresa Especializada em Serviços Laboratoriais para elaboração e confecção de Prótese Total e Prótese Parcial Removível, através de Recurso Federal teto média e alta complexidade, incluindo mão de obra e material, para atendimento aos pacientes da Rede Básica de Saúde do Município de Xaxim.

 Aditivo Nº : AD02/CT0090/2013 - Contrato Nº: 0090/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: DROGARIA E FARMACIA FREI BRUNO LTDA- ME

Valor : 50.400,00 (cinquenta mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/01/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais doze meses (12), a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de janeiro de 2015.

 Aditivo Nº : AD04CT0026/2013 - Contrato Nº: 0026/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: LABORATORIO PADRAO LTDA - EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/01/2015 Término: 30/04/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 90 (noventa) dias, a contar de 31 de janeiro de 2015, com o término em 30 de abril de 2015.

 Aditivo Nº : AD04CT0048/2013 - Contrato Nº: 0048/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS GIACHIM LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/01/2015 Término: 30/04/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais de 90 (noventa) dias a contar de 31 de janeiro de 2015, com o término em 30 de abril de 2015.

 Aditivo Nº : AD04/CT0030/2013 - Contrato Nº: 0030/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: AREUSTE TEREZINHA BADOTTI DA SILVA

Valor : 4.422,70 (quatro mil quatrocentos e vinte e dois reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 30/04/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais um mes (1), a contar de 31 de janeiro de 2015, com o término em 30 de abril de 2015.

Aditivo Nº : AD03CT0031/2013 - Contrato Nº: 0031/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: VERA DALCANALE - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 30/04/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 90 (noventa) dias, a contar de 31 de janeiro de 2015, com o término em 30 de abril de 2015.

 Aditivo Nº : AD01CT0110/2014 - Contrato Nº: CT0110/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: METALURGICA PONTUAL LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 05/02/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : OBS: ADITIVO FEITO COM DATA RETROATIVA, AUTORIZADO JURIDICO, 01/08/2014 À 29/10/2014.

 Contrato Nº...: CT0029/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: MECANICA BORTOLANZA LTDA - ME

Valor : 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para manutenção e mecânica a ser realizado no veículo Van Master placas MFL 6991.

 Contrato Nº...: CT0042/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA - EPP

Valor : 11.700,00 (onze mil setecentos reais)

Vigência : Início: 29/01/2015 Término: 14/02/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de jornal personalizado epidemias de verão: A ameaça dos mosquitos, para uso nas atividades de prevenção e combate a dengue.

Contrato Nº...: CT0053/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada...: LUIS ALDO ROSSATO - ME
Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de estabelecimento para fornecimento de medicamentos manipulados através da chamada Pública para credenciamento 003/2015.

Aditivo Nº : AD01/CT0124/2014 - Contrato Nº: CT0124/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada...: LENOIR TISSIANI JUNIOR
Valor : 8.000,00 (oito mil reais)
Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 02/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2014
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 815.002,34
Objeto : O valor total do contrato original é R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais), sendo que com o percentual de 25%, o reajuste de valor do presente aditivo é R\$8.000,00 (oito mil reais), totalizando um montante de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Contrato Nº...: CT0061/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada...: FARMACIA XAXIM LTDA
Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de estabelecimento para fornecimento de medicamentos manipulados através da chamada Pública para credenciamento 003/2015.

Aditivo Nº : AD02/CT0006/2014 - Contrato Nº: CT0006/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada...: DOACIR FRANCISCO BALAN
Valor : 600,00 (seiscentos reais)
Vigência : Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : à locação de vaga da garagem para apartamento nº401, locado para a Medica Virginia Minett Echemendia Diaz do Programa Mais Médico para o Brasil.

Contrato Nº...: CT0066/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada...: VALCIR DEDONATTO 34623752968
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para execução dos serviços de limpeza externa nos arredores das Unidades de Saúde, ajardinamento, manutenção hidráulica, elétrica, conserto em geral.

Contrato Nº...: RP0058/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada...: FIOREZANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Valor : 64.580,00 (sessenta e quatro mil quinhentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada no fornecimento de leite, suplementos alimentares e fraldas.

Contrato Nº...: RP0059/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada...: JACQUES BRIAO MORREIRA-ME
Valor : 48.935,00 (quarenta e oito mil novecentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada no fornecimento de leite, suplemento alimentares e fraldas.

Contrato Nº...: RP0060/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
Contratada...: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Valor : 31.968,00 (trinta e um mil novecentos e sessenta e oito reais)
Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada no fornecimento de leite, suplementos alimentares e fraldas.

Contrato Nº...: RP0061/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
 Valor : 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
 Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratacao da empresa especializada no fornecimento de leite, suplementos alimentares e fraldas

Contrato Nº...: RP0062/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: OESTE GASES ATMOSFERICOS LTDA EPP
 Valor : 68.750,00 (sessenta e oito mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição parcelada de oxigênio medicinal, para pacientes acamados em uso domiciliar, nas ambulâncias municipais e nas Unidades Básicas de Saúde.

Contrato Nº...: CT0078/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: FABIANI WOUTERS
 Valor : 117.000,00 (cento e dezessete mil e reais)
 Vigência : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde para sessão de fisioterapia convencional conforme edital de chamada pública 0006/2015

Contrato Nº...: CT0079/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: MENTRAQUIRON-EIRELI ME
 Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
 Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde para sessão de fisioterapia especializada em terapia no conceito Neuroevolutivo Bobath, conforme edital de chamada pública 0006/2015.

Contrato Nº...: RP0067/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: TEREZINHA DE JESUS PADILHA
 Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 27/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de Alimentação / Almoço para Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Contrato Nº...: CT0088/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: RAFAEL HENRIQUE DALLA CORT
 Valor : 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de profissional especializado para prestação de serviços de montagem e manutenção de computadores, eletrônica básica, cabeamento estruturado, com experiência comprovada na área, para atuar junto às unidades de saúde do município de Xaxim.

Contrato Nº...: CT0089/2015
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: KELEN DAIANE ORSO
 Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)
 Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Sessão de drenagem linfática manual e ou/ mecânica, sendo ate 50(cinquenta) sessões mensais, para mulheres mastectomizadas ou com historia de câncer de mana ou não com solicitação medica por especialista da área. O credenciamento devera realizar as drenagens na Rede feminina de Combate ao Câncer de xaxim , a qual será responsável pela cedência e manutenção do equipamento, bem como, espaço físico adequando para a realização dos atendimentos. Sendo p preço unitário de cada sessão no valor de 18,00

Aditivo Nº : AD04CT0031/2013 - Contrato Nº: 0031/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: VERA DALCANALE - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DA SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Aditivo Nº : AD03CT0068/2013 - Contrato Nº: 0068/2013. Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: SW SISTEMA DE GESTÃO WEB LTDA. Valor : 854,92 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos) Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013 Recursos : Dotação: Objeto : O valor total do contrato original é R\$1.950,00 (um mil novecentos cinquenta reais) mensais, sendo que no ano de 2015 reajustado com o percentual de 4.87%, o valor total do presente aditivo é R\$ 2.044,92(dois mil quarenta quatro reais e noventa e dois centavos) mensais, totalizando o montante R\$ 18.404.28(dezoito mil quatrocentos e quatro reais e vinte oito centavos), pelo período de 09 (nove) meses.
Aditivo Nº : AD05CT048/2013 - Contrato Nº: 0048/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS GIACHIM LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015 Recursos : Dotação: Objeto : SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DA SAÚDE, PARA DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE, PAR AO MUNICIPIO DE XAXIM, SC. Xaxim, 15 de Maio de 2015
Contrato Nº..: CT0098/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: DETETIZADORA QUALIDADE LTDA - ME Valor : 20.950,00 (vinte mil novecentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 24/05/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de Empresa Especializada em Comercialização e Execução de Pinturas no ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA GUARANY, incluindo mão de obra e materiais.
Aditivo Nº : AD05CT0026/2015 - Contrato Nº: 0026/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: LABORATORIO PADRAO LTDA - EPP Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015 Recursos : Dotação: Objeto : SERVIÇOS DE CREDENCIAMENTOS PARA EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDER OS PACIENTES ENVIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Aditivo Nº : AD05CT0029/2013 - Contrato Nº: 0029/2013 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: VITAL-LABOR ANALISES CLINICAS LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015 Recursos : Dotação: Objeto : SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICIPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.
Contrato Nº..: CT0100/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: GAMBATTO VEICULOS LTDA Valor : 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais) Vigência : Início: 29/04/2015 Término: 10/05/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 111/2014 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de 1 (um) veículo zero km para ser utilizado junto a Estratégia de Saúde da Família Frei Bruno através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme convenio proposta n. 82.854.670000/1120-02.
Contrato Nº..: CT0101/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: ASSOCIACAO COMUNIDADE TERAPEUTICA NOVA VIDA XANXER Valor : 7.080,00 (sete mil e oitenta reais) Vigência : Início: 23/04/2015 Término: 23/10/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Constitui objeto da presente inexigibilidade a contratação de empresa especializada para serviço de internação e tratamento de Saúde mental para pacientes do Centro de Atenção Psicossocial.
Contrato Nº..: CT0102/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM Contratada...: DIGIOTICA OPTICA E JOALHERIA LTDA - EPP Valor : 16.698,71 (dezesesseis mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos) Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde para credenciar óticas para fornecimento de lentes e armações destinados para pacientes em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada pública 0007/2015.

Contrato Nº.: CT0103/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: KAHER & KAHER LTDA - ME

Valor : 16.698,71 (dezesesseis mil seiscientos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)

Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde pra credenciar óticas para fornecimento de lentes e armações destinadas para pacientes em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada 0007/2015.

Contrato Nº.: CT0104/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: RELOJOARIA E OPTICA TISSIANI LTDA - ME

Valor : 16.698,71 (dezesesseis mil seiscientos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)

Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde para credenciar óticas para fornecimento de lentes e armações destinados para pacientes em situação de vulnerabilidade, conforme edital de chamada pública 0007/2015.

Contrato Nº.: CT0105/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: MARINA BETANIA PEGORARO - ME

Valor : 61.950,00 (sessenta e um mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde para sessão de fisioterapia especializada em sessão de drenagem linfática manual em mastectomizadas, e sessão de fisioterapia Convencional, conforme edital de chamada pública 0006/2015.

Aditivo Nº : AD05CT0030/2013 - Contrato Nº: 0030/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: AREUSTE TEREZINHA BADOTTI DA SILVA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA PACIENTES ENCAMINHANDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

Contrato Nº.: CT0108/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: LILIAN CHIODI & CIA LTDA - ME

Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 24/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui objeto da presente Licitação a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cortinas, para os ESF Frei Bruno, ESF Ari Lunardi e Unidade de Saúde Vila Tigre, através da Secretaria de Saúde.

Aditivo Nº : AD03CT110/2014 - Contrato Nº: CT0110/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: METALURGICA PONTUAL LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 27/02/2015 Término: 27/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para reforma e adaptações de ambiente da sala de vacinas do Posto de Saúde Central por empreitada global, conforme especificações constantes no edital e seus anexos

Contrato Nº.: CT112/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstos no edital.

Aditivo Nº : AD02/CT0001/2013 - Contrato Nº: 0001/2013
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM
 Contratada...: AREUSTE TEREZINHA BADOTTI DA SILVA
 Valor : 17.690,76 (dezessete mil seiscentos e noventa reais e setenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/01/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013
 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.226.984,76
 Objeto : Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais doze meses (12), a contar de 01 de janeiro de 2015, com o término em 31 de dezembro de 2015.

CONTRATOS, ADITIVOS E ATA DE REGISTRO - SOCIAL 01 AO 111/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº..: CT0007/2015		
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
Contratada...: ILCE CARMEN MADALOSSO PAGANI		
Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)		
Vigência : Início: 19/01/2015 Término: 20/04/2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Trata-se o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel, sendo que tal imóvel, fora indicado pela senhor (a) IVANIR RIBEIRO, brasileiro, casado, maior, portadora do CPF sob n. 020.921.179-20, e RG Nº 3.764.911, a qual passará a residir no mesmo, conforme descrito a seguir:		
Parágrafo primeiro. Locação de um imóvel, com área aproximada de 324,00m² (Trezentos e vinte e quatro metros quadrados), situado à Rua Guerino Dalla Rosa, 253 Bairro Primavera nesta cidade de Xaxim;		
Parágrafo seg		

Contrato Nº..: CT0020/2015		
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
Contratada...: JUREMA RODRIGUES DOS SANTOS		
Valor : 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)		
Vigência : Início: 28/01/2015 Término: 29/07/2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Trata-se o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel, sendo que tal imóvel, fora indicado pela senhor (a) LAURECI APARECIDA CONDA FARIAS, brasileiro, casado, maior, portadora do CPF sob n. 053.136.149-75, e RG Nº 12/C 3.406.794, a qual passará a residir no mesmo, conforme descrito a seguir:		
Parágrafo primeiro. Locação de um imóvel, com área aproximada de 305,50m² (Trezentos e Cinco e cinquenta centímetros), situado à Rua Justo Eugenio Socol nesta cidade de Xaxim;		
Parágrafo segund		

 Contrato Nº..: CT0008/2015
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: ADOLFINHO BOSCHETTI
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 19/01/2015 Término: 20/06/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Trata-se o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel, sendo que tal imóvel, fora indicado pela senhor (a) JOSÉ ARMELINDO ALVES PEREIRA, brasileiro, casado, maior, portadora do CPF sob n. 789.255.259-68, e RG Nº 27226646, a qual passará a residir no mesmo, conforme descrito a seguir:
 Parágrafo primeiro. Locação de um imóvel, com área aproximada de 309,12m² (Trezentos e nove metros e doze centímetros), situado à Rua Ferdinando Boschetti, 259, Bairro Flor, nesta cidade de Xaxim;

 Contrato Nº..: CT0035/2015
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: DARLEI BRANCALIONE
 Valor : 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/05/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Trata-se o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel, sendo que tal imóvel, fora indicado pela senhor (a) ANA CLAUDIA FERNANDES brasileira, amasiada, maior, portadora do CPF sob n.060.993.229-22, e RG Nº 3.764.635, a qual passará a residir no mesmo, conforme descrito a seguir:
 Parágrafo primeiro. Locação de um imóvel, com área aproximada de 393,00m² (Trezentos e noventa e tres metros quadrados), situado Amadio Maiolli 61 - Bairro Alvorada, nesta cidade de Xaxim;
 Parágrafo segundo.

 Contrato Nº..: CT0024/2015
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: KLEBER ROSTIROLLA
 Valor : 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 29/01/2015 Término: 01/05/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Trata-se o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel, sendo que tal imóvel, fora indicado pela senhor (a) DANIELE TEIXEIRA COSTA brasileiro, casado, maior, portadora do CPF sob n. 614.396.813-68, e RG Nº 95012019557, a qual passará a residir no mesmo, conforme descrito a seguir:
 Parágrafo primeiro. Locação de um imóvel, com área aproximada de 375,00m² (Trezentos e setenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Rio Grande, nesta cidade de Xaxim;
 Parágrafo segundo. Faz parte ane

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[illegible]

[illegible]

<p>Contrato Nº...: CT0095/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: LUIZA BONFIM Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais) Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/10/2015 Recursos : Dotação: Objeto : O Valor ora contratado pela locação é de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais), mensais, totalizando o montante de R\$ 2.100,00(Dois Mil e Cem Reais), para o período de Abril de 2015 a Outubro 2015.</p>		<p>Aditivo Nº : AD01CT0082/2015 - Contrato Nº: RP0082/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 01/11/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2014 Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preços para aquisições parceladas de generos alimentícios, materiais de limpeza de higienização e expediente, destinados a manutenção dos programas sociais: Serviço de acolhimento Institucional - Abrigo Municipal, CEACA - Centro de Atendimento a Criança e ao adolescente, CRAS Primavera e Santa Terezinha, CREAS e Secretaria Municipal de Assistência Social</p>
<p>Contrato Nº...: CT0099/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: TERZINHA BRUSCHI Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais) Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 30/11/2015 Recursos : Dotação: Objeto : O Valor ora contratado pela locação é de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais), mensais, totalizando o montante de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais), para o período de Maio de 2015 a Novembro 2015.</p>		<p>Aditivo Nº : AD01CT0083/2015 - Contrato Nº: RP0083/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 04/11/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2014 Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preços para aquisições parceladas de generos alimentícios, materiais de limpeza de higienização e expediente, destinados a manutenção dos programas sociais: Serviço de acolhimento Institucional - Abrigo Municipal, CEACA - Centro de Atendimento a Criança e ao adolescente, CRAS Primavera e Santa Terezinha, CREAS e Secretaria Municipal de Assistência Social</p>
<p>Contrato Nº...: CT0106/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: CRESCER TREINAMENTOS LTDA - ME Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 31/07/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Constitui objeto da presente dispensa a contratação de empresa para coordenar os trabalhos junto as conferencias Municipais dos Direitos das Crianças, dos Idosos e da Assistência.</p>		<p>Aditivo Nº : AD01CT0084/2015 - Contrato Nº: RP0084/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 04/11/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2014 Recursos : Dotação: Objeto : Registro de preços para aquisições parceladas de generos alimentícios, materiais de limpeza de higienização e expediente, destinados a manutenção dos programas sociais: Serviço de acolhimento Institucional - Abrigo Municipal, CEACA - Centro de Atendimento a Criança e ao adolescente, CRAS Primavera e Santa Terezinha, CREAS e Secretaria Municipal de Assistência Social</p>
<p>Contrato Nº...: CT0107/2015 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM Contratada...: ELIZANGELA MARCIA REISCHARDT - ME Valor : 20.194,30 (vinte mil cento e noventa e quatro reais e trinta centavos) Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 30/06/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa para aquisição e instalação de divisórias de Eucatex e painéis de Eucatex para uso junto a Secretaria de Assistência Social e CRAS do Bairro Primavera.</p>		

Aditivo Nº : AD01CT0085/2015 - Contrato Nº: RP0085/2015
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: A.G. MINI MERCADO E FRUTEIRA LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 04/11/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de limpeza de higienização e expediente, destinados a manutenção dos programas sociais: Serviço de acolhimento Institucional - Abrigo Municipal, CEACA - Centro de Atendimento a Criança e ao adolescente, CRAS Primavera e Santa Terezinha, CREAS e Secretaria Municipal de Assistência Social

Contrato Nº...: CT113/2015
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais)
 Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.

Decreto 186

DECRETO Nº. 186/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal CARINA MILIORANÇA DA SILVA, no cargo ATENDENTE DE CRIANÇA E ADOLESCENTE, portadora da matrícula 5859, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 15 de maio de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Decreto 187

DECRETO Nº. 187/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal JULIANA LUZIA MORAES, no cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5860, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 14 de maio de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Decreto 188

DECRETO Nº. 188/2015.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de maio de 2015, a servidora municipal RUDINEIA APARECIDA VELOSO DOS SANTOS LUNARDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5199, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DE AGIR

CONVOCAÇÃO:

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

MARIA DE FÁTIMA MARTINS, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pelo Decreto nº 014/2014, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 25 de maio de 2015, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466 - 1º piso, Sala de Reuniões da AMMVI, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório Ouvidoria;
- 3 – Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos;
- 4 – Apresentação Relatório Anual 2014 da AGIR;
- 5 – Proposta de Resolução Normativa nº 007/2015: disciplina o procedimento administrativo para o reajuste e revisão de tarifas nos serviços públicos de saneamento básico nos municípios regulados pela AGIR;
- 6 – Proposta de Instrução Normativa nº 001/2015: padronização dos serviços de pavimentação e repavimentação do entorno de poços de visita e terminal de limpeza das redes coletoras de esgoto sanitário e outros serviços públicos existentes nos logradouros públicos;
- 7 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 15 de maio de 2015.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Presidente do Comitê de Regulação
(Decreto nº 014/2014)

ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2015

CONVITE Nº 01/2015

OBJETO: Aquisição de 300.000 folders com o tema CONSUMO SUSTENTÁVEL, com as seguintes especificações: 21,5x44,6cm, 4x4 cores, Tinta Seleção de Cores em Couche Brilho 115g. Gravação CTP. Dobrado = 2 paralelas, Empacotar.

CONTRATADA: MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA.

CNPJ: 07.034.850/0001-50

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Florianópolis, 14 de maio de 2015.

Adir Faccio
Diretor Geral

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2015 DISPENSA Nº 012/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 21/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2015

OBJETO: Contratação de renovação de seguro do automóvel da ARIS, Fiat Palio Week. Adventure 1.8 – 16v, 2013/2014, placas MLS-6243.

CONTRATADO: Bradesco Autor/Re Companhia de Seguros

CNPJ nº 92.682.038/0001-00

VALOR: R\$ 3.639,94 (três mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Florianópolis, 15 de maio de 2015.

ADIR FACCIO
Diretor Geral

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 22/2015 DISPENSA Nº 013/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 22/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2015

OBJETO: Contratação de renovação de seguro do automóvel da ARIS, Fiat Palio Week. Adventure 1.8 – 16v, 2013/2014, placas MLI-6073.

CONTRATADO: Bradesco Autor/Re Companhia de Seguros

CNPJ nº 92.682.038/0001-00

VALOR: R\$ 3.639,94 (três mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Florianópolis, 15 de maio de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015 CONVITE Nº 001/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 18/2015

Convite nº 01/2015

Homologo a contratação da empresa MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA. (CNPJ nº 07.034.850/0001-50), para fornecimento de 300.000 (trezentos mil) folders para divulgação da campanha educativa CONSUMO SUSTENTÁVEL, decorrente do processo licitatório nº 18/2015, nos termos e documentos já acostados ao processo, pelo valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Assim, homologa-se a presente contratação.

Florianópolis, 11 de maio de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO PROCESSO DE DISPENSA Nº 020/2014

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Processo de Dispensa n. 20/2014

Em análise ao site apresentado pela Contratada, dou o recebimento da nova página de internet da ARIS (site institucional), entregue nos termos do Contrato celebrado, autorizando o pagamento da parcela respectiva.

Ainda, dou recebimento final a todos os produtos contratados pela ARIS junto à Contratada.

Florianópolis, 15 de maio de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIMCATARINA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 15 DE MAIO DE 2015.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial o contido no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público;

FAZ SABER:

Encontram-se aberta as inscrições para o Processo Seletivo da função pública abaixo descrita para Contratação em Caráter Temporário para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, para preenchimento de vagas no ano 2015, podendo ser prorrogado, para exercer as funções de emprego público junto ao Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA, em conformidade com as disposições do Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, respeitadas as cláusulas, condições e prazos estabelecidos neste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas no período de 18 de maio de 2015 à 22 de maio de 2015, no horário compreendido entre as 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, excetuados sábados, domingos e feriados, na Diretoria Executiva do CIMCATARINA, localizada junto a sede do Consórcio Público, na Rua. Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, CEP 89.580-000.

1.2. No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego;

V - os requisitos especiais para exercício do emprego, quando houver;

VI - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII - aptidão física e mental;

VIII – outros previstos neste edital, especialmente o contido no item 1.4.

1.3. O candidato interessado em participar do processo seletivo simplificado deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos no item 1.1 deste Edital, em uma das funções públicas especificadas abaixo.

1.4. QUADRO DE FUNÇÃO PÚBLICA, CARGA HORÁRIA SEMANAL, SALÁRIO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDA:

Código	Função Pública	Carga Horária Semanal	Salário	Qualificação Exigida
01	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-III	40h	R\$ 2.749,31	Nível Superior Completo em Administração, Contabilidade ou Direito.

1.4.1. As atribuições das funções públicas são as previstas no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

1.5. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos:

I - Carteira de Identidade;

II - CPF (Cadastro de Pessoa Física);

III - Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;

V - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;

VI - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de cursos;

VII - Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

VIII - Comprovante de Residência.

1.6. A inscrição será efetuada pela Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

1.7. Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos.

1.8. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.9. Não poderá ser efetuada mais de 1 (uma) inscrição para a mesma função pública ou para funções diferentes.

1.10. Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição e inclusão de novos documentos, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.10.1. Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2. DA CLASSIFICAÇÃO

2.1. A classificação do processo seletivo será através da soma dos pontos atribuídos aos títulos de acordo com o quadro de pontos abaixo especificado.

2.2. DO QUADRO DE TÍTULOS E PONTUAÇÃO PARA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

TÍTULOS	PONTOS
Especialização concluída na área de administração, Contabilidade e Direito.	4 ponto para cada especialização
Curso de Pregoeiro	3 pontos
Cursos de atualização e aperfeiçoamento na área conforme qualificação exigida, acima de 20(vinte) horas para cada curso, limitados a 2(doiz) cursos realizados durante ou após o ano de 2005.	1 ponto para cada curso

2.3. Na computação dos pontos os títulos já considerados para pontuação não serão somados novamente.

2.4. A classificação ocorrerá distintamente por função, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.5. Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

1º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.

2º) maior idade.

2.6. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

I - apresentar dados inverídicos na sua inscrição;

II - não atender os requisitos de habilitação necessários para a função;

III - descumprir qualquer item deste edital;

IV - houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função gratificada.

2.7. Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências do edital, a lista dos candidatos classificados será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br

2.8. O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação da lista publicada no órgão oficial para apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

2.9. Julgados os recursos ou expirado o prazo sem recurso, a classificação final será homologada pelo Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e publicado no órgão oficial de publicação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. A convocação obedecerá à ordem rigorosa da classificação.

3.2. A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência do Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente na Diretoria Executiva, localizada na sede do Consórcio Público, sito à Rua. Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, munido com os documentos relacionados no item 3.6 deste Edital.

3.3. A não manifestação no prazo estipulado no item 3.2 implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

3.4. O contratado temporariamente será remunerado de conformidade com o salário mensal vinculado a função no qual efetuou sua inscrição, de acordo com o emprego do titular afastado ou do emprego público vago, previsto no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

3.5. O contrato de trabalho terá carga horária de 40(quarenta) horas semanais, podendo variar de acordo com a necessidade e interesse do Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA, sendo que o contratado será remunerado proporcionalmente pelo número de horas semanais trabalhadas.

3.6. No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

I - Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;

II - Declaração que a posse da função não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

III - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público.

3.7. O contrato temporário extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;

II - por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;

III - por iniciativa do consórcio, antes do término do prazo contratual.

3.7.1. A extinção do contrato, no caso do inciso II deste item, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

3.7.2. A extinção do contrato nos termos do inciso III deste item somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30(trinta) dias do salário que lhe caberia.

3.7.3. As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

3.8. O candidato convocado ficará a disposição do Consórcio Público, devendo exercer as funções na qual se inscreveu nos locais em que esta tenha necessidade temporária de atendimento.

3.9. O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.10. As normas de contratação seguirão o regime especial estabelecido no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Consórcio Público ou com os municípios consorciados.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição prevista no Anexo II, deste Edital, e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.
- 4.2 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação das normas do processo seletivo.
- 4.3 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Consórcio Público ou com os municípios consorciados.
- 4.4 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer as funções ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.
- 4.5 Em caso de alteração de endereço ou telefone do candidato, é obrigatória sua atualização junto a Diretoria Executiva do Consórcio Público, sob pena de, uma vez não localizado no momento da convocação, ser considerado renúncia tácita à vaga.
- 4.6 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Diretoria Executiva do Consórcio Público e supervisionado pela Presidência e Conselho Fiscal.
- 4.7 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em até 02 (dois) dias úteis da sua publicação no órgão oficial do Consórcio Público.
- 4.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital, no órgão oficial de publicação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Fraiburgo, SC, 15 de maio de 2015.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

I – Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-III:

- 1 - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
- 2 - realizar orientações e auditorias;
- 3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- 26 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

ANEXO II

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 15 DE MAIO DE 2015.

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO N.º:			
CANDIDATO:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:			
TELEFONE:		CELULAR:	
DATA NASC.		RG:	
ESTADO CIVIL:		CPF:	
N.º FILHOS		PORT. DEFICIÊNCIA	
CÓDIGO/FUNÇÃO			

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
TOTAL	

Declaro que as informações acima serão verídicas, estando ciente das normas que regem o presente Edital e que preencho todos os requisitos nele previsto.

Fraiburgo, _____ de maio de 2015.

Assinatura do Candidato

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 15 DE MAIO DE 2015.

INSCRIÇÃO N.º:	
CANDIDATO:	
CÓDIGO/FUNÇÃO	

Declaramos que a inscrição acima foi processada nesta data.

Fraiburgo, _____ de maio de 2015.

Responsável pela Inscrição

CIS/AMOSC**EXTRATOS TERMOS ADITIVOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

EXTRATO TERMO ADITIVO 01/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME.

CNPJ: 05.201.539-0001.22

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ SULCHINSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 02/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: A G KIENEN & CIA LTDA

CNPJ: 82.225.947-0001.65

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RICARDO AGENOR GERONIMO CALDART, doravante denominado FORNECEDOR

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 02.520.829-0001.40

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ODAIR JOSE BALESTRIN, doravante denominado FORNECEDOR

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ: 13.485.130-0001.03

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALICE BAREA QUADROS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 04.071.245-0001.60

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUCAS BRUM PINTO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030-0001.70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA

CNPJ: 10.749.915-0001.58

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>,

nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e PAULO JOSE SPAZZINI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 04.889.315-0001.92

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 09/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251-0001.98

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUCIANA CAPELETTI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 10/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS

CNPJ: 75.014.167-0001.00

VIGÊNCIA: De fevereiro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e FERNANDO CESAR DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 11/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 04.071.245-0001.60

VIGÊNCIA: De março a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUCAS BRUM PINTO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 12/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

CNPJ: 13.485.130-0001.03

VIGÊNCIA: De março a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e CRISTIANE ALICE BAREA QUADROS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 13/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

CNPJ: 76.386.283-0001.13

VIGÊNCIA: De março a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ AUGUSTO VARNIER, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 14/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002-0001.02

VIGÊNCIA: De abril a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 15/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 14.595.725-0001.84

VIGÊNCIA: De abril a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e PERSON DILOMAR NIEC, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 16/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI – EPP

CNPJ: 09.676.256-0001.98

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SIRLEI FATIMA FOLLADOR, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 17/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

CNPJ: 04.217.590-0001.60

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ANDERSON RIBEIRO LAZZARI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 18/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 04.071.245-0001.60

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente

DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUCAS BRUM PINTO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 19/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

CNPJ: 76.386.283-0001.13

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ AUGUSTO VARNIER, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 20/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ: 07.752.236-0001.23

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ANGELA NASCIMENTO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 21/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251-0001.98

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUCIANA CAPELETTI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 22/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.
TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

CNPJ: 02.816.696-0001.54

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e FERNANDO PARUCKER DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 23/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 03.652.030-0001.70

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 24/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 02.520.829-0001.40

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ODAIR JOSE BALESTRIN, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 25/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

CNPJ: 02.816.696-0001.54

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e FERNANDO PARUCKER DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 26/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e

especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

CNPJ: 02.816.696-0001.54

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e FERNANDO PARUCKER DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 27/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 02.520.829-0001.40

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ODAIR JOSE BALESTRIN, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 28/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME

CNPJ: 15.025.636-0001.65

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e JACKSON ANTONIO BUGANÇA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 29/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014. TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178-0004.91

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 30/2015 - ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS Nº03/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: INOVAMED COMERCIO DEMEDICAMENTOS LTDA – EPP

CNPJ: 12.889.035-0001.02

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e JHONATAN BONI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 31/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 04.889.315-0001.92

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 32/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ: 07.752.236-0001.23

VIGÊNCIA: De maio a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ANGELA NASCIMENTO, doravante denominado FORNECEDOR.

CIS/AMREC

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC.

CNPJ 13.791.885/0001-36

EXTRATOS DE CONTRATOS

1-Extrato de contrato: nº 12/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. DÉCIO DOMES GÓES.

2-Extrato de contrato: nº 13/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. ADEMIR MAGAGNIN.

3-Extrato de contrato: nº 14/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. MÁRCIO BÚRIGO.

4-Extrato de contrato: nº 15/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. VANDERLEI ALEXANDRE.

5-Extrato de contrato: nº 16/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE IÇARA

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. MURIALDO CANTO GASTALDON.

6-Extrato de contrato: nº 17/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. FABRICIO KUSMIN ALVES.

7-Extrato de contrato: nº 18/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. AGUINALDO DAVID MACCARI.

8-Extrato de contrato: nº 19/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. EVANDRO GAVA.

9-Extrato de contrato: nº 20/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE ORLEANS

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES.

10-Extrato de contrato: nº 21/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Secretário Sr. EVERTON TRENTA.

11-Extrato de contrato: nº 22/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE TREVISO

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. JUCA REUS ROSSI.

11-Extrato de contrato: nº 23/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Objetivo: Rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Vigência: a partir de maio/2015.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor HELIO ROBERTO CESA, e pela Prefeitura o Prefeito Sr. JOHNNY FELIPPE.

CIS/AMURES

ATA REUNIÃO CIR Nº 03/2015

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES REGIONAIS DA SERRA CATARINENSE DE Nº 03 /2015

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, com início às nove horas da manhã, reuniram-se ordinariamente os Secretários Municipais de Saúde no município de Palmeira, no Pesque-Pague Beija-Flor para deliberarem sobre a pauta do dia: 1) Leitura e aprovação da ata anterior referente a março de 2015; 2) Correspondências recebidas e expedidas; 3) Agendamento de exames em São Joaquim; 4) Próteses Dentárias; 5) Dr. Rafael Baccin; 6) Consultas agendadas e desmarcadas pelo Consórcio; 7) Atalhos para demandas de cirurgias eletivas (ortopedia, vascular); 8) Participação da Vigilância Sanitária da 27ª Gerência de Saúde; 9) Oficinas de Estruturação e Implementação da Rede Cegonha e Rede de Urgência e Emergência; 10) Assuntos Diversos. O Secretário Silvano (Otacílio Costa), coordenador da CIR, desejou as boas vindas a todos, passando a palavra para o anfitrião Secretário Adilson de Palmeira, o qual também desejou as boas vindas e agradeceu a presença de todos e repassou a palavra para o Secretário Silvano iniciar a pauta do dia. Iniciada a reunião Silvano apresentou o Gerente Regional da 28ª Gerência de Saúde, Sr. Leandro Almeida desejando-lhe sucesso na nova empreitada. O mesmo fez o uso da palavra para expor que estará a disposição de todos e também conta com o apoio de todos. Durante a leitura da ata foi verificado que alguns secretários não receberam a ata da reunião anterior, a mesma foi lida na íntegra e aprovada com correções. As correspondências expedidas e recebidas foram lidas, sendo que uma delas foi à solicitação da indicação de representantes para as Câmaras Técnicas de Gestão, Assistência Farmacêutica, Atenção Básica e Vigilância em Saúde, para as quais ficaram designados os seguintes representantes: Gestão – Rose (Secretária de Saúde de Lages), Camila (Gerente Regional de Saúde de Lages); Assistência Farmacêutica

– Lisiana Aparecida Bernardo (Secretária de Saúde de Bom Jardim da Serra); Atenção Básica – Camila (Gerente Regional de Saúde de Lages); Vigilância em Saúde – Lages, ficou esclarecido no ofício recebido que a Câmara Técnica de Vigilância em Saúde ainda não está em funcionamento. A solicitação do item três da pauta foi de ordem do Gerente Regional de São Joaquim Leandro Almeida, o qual deliberou sobre sua preocupação com o elevado número de processos que aguardam agendamento via Tratamento fora Domicílio, o Sr. Jorge esclareceu que as filas realmente existem e que o fato gerador deste cenário está diretamente ligado as altas demandas, poucos profissionais e redução de prestadores SUS, Camila salientou que melhorias no Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos poderiam auxiliar na redução das filas. Quanto à solicitação do item quarto da pauta, foi mais uma vez levantada a possibilidade de o município de Lages compartilhar os serviços do Laboratório de próteses dentárias com os demais municípios, pois está com baixa demanda o que pode acarretar na redução dos recursos recebidos, também foi exposta pelo Secretário Silvano, que falou em nome da Secretária Terezinha de Campo belo do Sul, que não pode estar presente, a preocupação com a má qualidade das próteses fornecidas pela Clínica CLINICALDENTE, prestador contratado via Consórcio Intermunicipal de Saúde. A Coordenadora do CIS, Sra. Nalú informou que o valor pago pelas próteses confeccionadas via consórcio são menores que os valores pagos pelo SUS. A Secretária Rose (Lages), deliberou que Lages abrirá o laboratório para os demais municípios, iniciando com trinta e quatro unidades que serão divididas para os demais municípios de forma per capita. Também ficou decidido que a Sra. Nalú irá apresentar o histórico da solicitação de próteses dos municípios e será verificada uma forma de encaminhamento das solicitações para o município de Lages. Devido aos itens cinco e seis tratarem de demandas do CIS, todos concordaram em trocar a nomenclatura destes itens para o espaço

do Consórcio. As deliberações a respeito do Dr. Rafael Baccin giraram em torno de o mesmo não aceitar exames realizados em outras clínicas, solicitação de muitos exames e a redução no número de consultas. Nalú informou que já conversou com o médico e que se a CIR decidir o médico poderá ser descredenciado do consórcio. Foram levantadas mais algumas propostas de solução, tais como o encaminhamento de um documento da CIR para o profissional para a melhoria no atendimento e uma nova conversa com o mesmo, proposta que foi acatada por todos, sendo que a Sra. Nalú apresentará o relato desta conversa na próxima reunião. Quanto às consultas desmarcadas pelo consórcio, foram relatadas que muitas vezes os profissionais médicos têm que executar atendimentos de urgência/ emergência e procedimentos cirúrgicos, também foram apresentadas situações em que falta coerência no agendamento, a falta de dados nas solicitações e na falta de sincronia entre os profissionais que agendam as consultas e os profissionais que já devolvem o paciente com um retorno agendado. Ainda no espaço do consórcio foram tecidos comentários a respeito das cirurgias de cataratas e a Secretária Rose apresentou uma proposta para os demais municípios a fim de verificar a possibilidade de pagamento via consórcio: o município de Lages estará disponibilizando de profissional com capacidade de realização de 25 cirurgias/ mês, sendo que o pacote total seria de R\$ 1.150,00 (hum mil, cento e cinquenta reais) e o investimento do município seria de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por paciente, valor este seria pago via consórcio – se a ação for regular. Também foi salientado que a cirurgia propicia a qualidade de vida de nossos pacientes, que há diferenças no pagamento do estado de hospital para hospital e que a CIR deveria encaminhar um documento oficial para o estado a fim de saber como está o processo de aquisição do aparelho para as cirurgias de catarata no HTR, ainda foi informado que o Hospital de Bom Retiro está só aguardando a vistoria da Vigilância Sanitária para começar o atendimento. Diante deste fato ficou decidido que a CIR encaminhará um documento solicitando a antecipação na data da vistoria a qual está a cargo da Vigilância Sanitária da 27ª Gerência de Saúde de Lages. É concreto que todos os municípios possuem fila para cirurgias eletivas (item sete), e a não realização das mesmas esta vinculada a um único fato, o atraso no repasse financeiro do estado para os hospitais, segundo os profissionais do Controle e Avaliação o estado esta tentando regularizar a situação, porém ainda faltam alguns meses a serem quitados. A Secretária Beatriz – Correia Pinto, expôs sua indignação com os “atalhos” para a realização das cirurgias, com os prestadores, com os mecanismos utilizados para burlar o sistema, salientou que os pacientes pagam as consultas e ganham prioridade na fila enquanto os pacientes SUS realizam suas avaliações anestésicas e quando chegam na data das cirurgias estas já estão vencidas, gerando um processo “vai e volta” do paciente, afirmou que contatos privados e políticos facilitam o acesso de quem os possui. Foi solicitado uma fiscalização do Controle e Avaliação e o cumprimento das Leis, com ênfase especial na oncologia. O Sr. Blévio salientou que está mais presente no HTR. A Secretária Soraia – Bocaina do Sul, solicitou informações a respeito da AIH’s após a mudança no sistema, se há como verificar o local da internação, os procedimentos realizados, a quantidade por município, as quais foram sanadas pelo Sr. Jorge, que informou que o estado está providenciando um sistema para a conferência destes dados. A participação da Vigilância Sanitária na reunião não foi possível devido ao fato do não encaminhamento do ofício proposto na última reunião, porém a Sra. Camila repassou algumas informações a respeito da problemática, informando que a Gerência de Saúde passará a contar com o auxílio de um fiscal sanitário farmacêutico da Gerência de Saúde de Concórdia para a vistoria nas farmácias e drogarias, sendo que os municípios devem fazer a solicitação com antecedência. Os cursos de ações básicas da Vigilância Sanitária estão previstos para o segundo semestre deste ano, bem como também está previsto capacitação para o EducavISA, projeto este que já foi apresentado aos gestores, salientou que o Grupo de Fortalecimento da Atenção Básica incentivou a proposta de criação do Grupo de Fortalecimento da Vigilância

Sanitária. Soraia solicitou que o curso de ações básicas aconteça em Lages, a Secretária Lisiana - Bom Jardim da Serra, solicitou que o Grupo acima citado seja voltado para o Fortalecimento da Vigilância em Saúde, o que englobaria também a Vigilância Epidemiológica e Ambiental. Camila apresentou os projetos das Oficinas para implementação da Rede Cegonha e da Rede de Urgência e Emergência (item 9), salientando também que no plano regional (PA-REPS) ainda há uma terceira oficina sobre Saúde Mental, sendo estas as prioridades para a região. Informou que os recursos utilizados para estas oficinas serão os recursos oriundos da CIES, que o menor orçamento apresentado foi do SESC e que a previsão para os eventos é a seguinte: RUE – início na primeira semana de maio, Rede Cegonha – terceira semana de maio, a Coordenadora do SAMU, a médica Hellen neto, ressaltou a importância das oficinas, em especial a oficina voltada para a Rede de Urgência e Emergência, uma vez que os municípios não possuem capacidade técnica para o atendimento da urgência e da emergência, não existe a definição do fluxo, um protocolo de qualidade no diagnóstico, por isso a necessidade de um curso teórico/ prático, Camila salientou a precisão de capacitar os profissionais em situações de risco, com a existência de vítimas e da conciliação entre teoria e prática. Soraia afirma que há bastante tempo fez a solicitação desta capacitação. Foi informado que será necessária a realização de licitação para a realização das oficinas e que os recursos estão no Fundo Municipal de Saúde de do município de Palmeira. A Sra. Jane – Cerro Negro, solicitou a inclusão dos profissionais do HTR na capacitação, relatando que gestantes foram avaliadas e dispensadas para o município, sendo que uma delas após a chegada do hospital teve parto domiciliar no interior do município. Passando para os assuntos diversos, uma gama de informações solicitações e reclamações foram tecidas pelos secretários de saúde, também foi informada a presença da Diretora do HTR, Sra. Beatriz Montemezzo e ficou decidido que assuntos relacionados a esta instituição seriam elencados quando a mesma chegasse à reunião. Foi informado que os agendamentos do CER serão realizados somente via SISREG, não há a possibilidade de utilização de outro sistema. A secretária Beatriz utilizou o momento dos assuntos diversos para relatar um fato que lhe causou desgaste e indignação, um paciente de seu município após um acidente de trânsito deu entrada no hospital de Curitiba com fratura de fêmur, o mesmo passou por processo cirúrgico e teve alta médica com vários problemas, sendo um deles o deslocamento dos parafusos que fixavam a fratura, após este fato o paciente procurou a saúde do município com fortes dores e algumas morbidades associadas, sendo que a secretária procurou o hospital que realizou o procedimento, o qual informou não poder atender por não ser referência, em uma busca por solucionar o problema a mesma entrou em contato com o Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, o qual também não forneceu o atendimento pelo fato de que o paciente deveria ser atendido pelo médico que realizou a cirurgia, porém se fosse efetuado o pagamento de um novo procedimento o médico receberia, fato que ocorreu mais tarde. Os familiares do paciente mesmo sendo de baixa renda se dispuseram a alocar recursos para efetuar o pagamento. Frente a este fato fica a pergunta: Até quando as Leis vão existir apenas para os gestores? Porque os médicos são intangíveis? Ficou claro que os próprios gestores deverão efetivar denúncias ao Ministério Público e as Ouvidorias, o Gerente Leandro afirmou que devemos cobrar respostas e soluções para a problemática, pois há casos que fogem a nossa vontade e capacidade de resolução. Os secretários dos municípios que possuem SAMU informaram que os representantes dos Bombeiros estiveram nas Secretarias de Saúde realizando uma pesquisa sobre os recursos utilizados para a manutenção destas instituições. Extraoficialmente foi repassado que existe a possibilidade de a coordenação do SAMU ser assumida pelo Corpo de Bombeiros, Jorge salienta que são somente especulações e que as unidades do município podem ser conveniadas com qualquer empresa e que a possível incorporação e a mudança de sistema operacional deveriam atingir somente as unidades de responsabilidade do estado. Beatriz diz que a coordenação dos Bombeiros possui condução

e organização diferenciadas. Hellen ressalta que a incorporação deveria abranger todas as unidades, Nalú lembrou que na fase de implantação do SAMU foi sugerida a incorporação. Silvano informa de um comunicado repassado por Jane a respeito da avaliação das Redes com prazo para resposta estabelecido até o dia 23/04/2015, esta avaliação deverá ser regional, uma vez que o plano de ação é regionalizado. Camila falando sobre a RUE, afirma que os recursos para o atendimento a "portas abertas" e monitoramento da rede estão vinculados às ações desenvolvidas e que já sabedores da avaliação, propuseram a criação de um grupo condutor da RUE, grupo este semelhante a uma Câmara Técnica e que está vinculada a CIR, o Secretário Silvano será o representante da CIR neste grupo, salientando que o mesmo teve a aprovação unânime da CIR. Questões como as relatadas pela Secretária Beatriz deverão ser encaminhadas para a avaliação deste grupo. Há também a proposta de criação de mais dois grupos condutores para a Rede Cegonha e a Rede de Atenção Psicossocial, para os quais foram indicadas como representantes da CIR a Secretária Soraia e a Secretária Lisiana respectivamente. Jane repassa os assuntos discutidos durante a Web conferência do e-SUS, todos os participantes apresentam dificuldades relativas ao sistema, o estado propôs uma capacitação em Florianópolis a qual não foi acatada pela CIR que apresentou uma contraproposta de a capacitação ser realizada em Lages. Blévio alerta sobre a baixa produção de Ressonâncias Magnéticas no HTR, informando que as cotas são divididas aos municípios por população e que há a reclamação de demora no laudo do exame. Jorge salienta a importância de realização de um projeto para o atendimento das demandas reprimidas. Beatriz solicita a verificação da possibilidade de ampliar o setor de radioterapia ou a revisão das pactuações. Após a chegada da Sra. Beatriz iniciou-se uma conversa sobre os procedimentos realizados pelo Hospital Tereza Ramos (HTR), iniciando esta conversa a Sra. Beatriz informa que estão sendo realizadas melhorias no hospital, que a gestão visa o crescimento da instituição, informa que hoje estão em funcionamento no hospital dois aparelhos de radiografia, aparelho para ultrassonografia, tomógrafo - sendo este o melhor existente no estado e o aparelho para ressonância, afirma que estão sendo contratados novos profissionais e que é constante a abertura de processos seletivos para o mesmo fim e que com isso será possível dobrar o número de exames. Apoiar a ideia de que seja confeccionado um documento para a ampliação da PPI. Informa também que a proposta de realização de exames extra PPI não foi concretizada devido aos kits necessários para a realização que serão insuficientes para atender toda a demanda. Jorge propõe fazer um levantamento da demanda, Silvano apoia com a deliberação da CIR solicitando a realização dos exames e o HTR apresentando a disponibilidade de realização, estas três ações precisam estar amarradas para que não aconteça a subutilização dos serviços. Nalú se dispõe a corroborar com o levantamento das demandas. A Secretária Beatriz solicita informações sobre as filas para cirurgias eletivas, afirma que é frustrante a situação e que a busca por procedimentos é feita em São Joaquim e Bom Retiro, mas acredita que há um hospital com estrutura adequada para o atendimento que é o HTR, afirma ainda que as filas são realidades em todos os municípios, em resposta Beatriz (HTR) informa que foi lançado um edital de chamada pública para anestesistas e não houve interessados, sendo que este é um dos motivos gerador das filas, informa ainda que o hospital está abrindo mais uma sala para cirurgias não eletivas. Foram levantados problemas de agenda e sugerido que esta saia das mãos dos médicos e fiquem sob o controle da regional em conjunto com o hospital ou ainda que a agenda fique sob a responsabilidade do centro cirúrgico. Blévio propõe a definição dos fluxos e a criação de normas e rotinas para que seja evitada a resolução de problemas pontuais, o chamado "apagar incêndios", solicita ainda que seja exigido o cumprimento das premissas pactuadas e que seja efetuada a fiscalização do cumprimento. Beatriz (HTR) afirma que é necessária a visualização do cenário atual e a apresentação de propostas eficazes. Jane repassa para Beatriz o caso da gestante de seu município acima citado e a expõe sua preocupação com

o fato. Beatriz informa que existem muitos procedimentos realizados pelo hospital que não são obrigatórios, tais como cirurgias ginecológicas, mas o hospital tem realizado e que seria de grande valia se os municípios pudessem colaborar com o encaminhamento adequado, realizando o pré-acompanhamento do paciente na Atenção Básica, estabelecendo contato antes de mandar o paciente e também agilizando os procedimentos na internação e alta médica, para que o leito não fique vazio a espera do paciente e não fique ocupado enquanto outro paciente o necessita, Beatriz também informou que as mamografias serão realizadas em breve pelo hospital.

Silvano solicitou que se faça constar na ata a listagem com a nominata dos componentes do Grupo condutor de REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (RUE). Objetivando a nomeação dos mesmos através de portaria:

- RAFAEL CASCAES PEREIRA – Pronto Atendimento Lages;
- CAMILA ROSÁLIA ANTUNES BACCIM – Gerência regional de Saúde de Lages;
- FERNANDA DE MAIA - Hospital Infantil Seara do Bem;
- SILVANO CARDOSO ANTUNES - Comissão Intergestor Regional;
- SUZANA ZEN – Hospital Nossa Senhora dos Prazeres;
- MILENA MACHADO JUSTINO - Hospital Tereza Ramos;
- ELLEN NETO DE SOUZA – SAMU;
- RICARDO RATH GARGIONI – Gerência Regional de Saúde de São Joaquim;
- CARLOS BERTAIOLI – Coordenação Regional de Atenção Básica;
- ROBSOB DE OLIVEIRA MEDEIROS – Hospital Santa Clara / Otacílio Costa;
- LUCAS WARMLING – Hospital São José de Urubici.

Sanadas as questões referentes ao Hospital Tereza Ramos, o Secretário Silvano encerrou a reunião informando que a próxima reunião será em São José do Cerrito no dia 07 de maio do corrente ano e agradecendo a acolhida propiciada pelo Secretário Adilson. Sem mais, foi transcrita a presente ata, que após lida e aprovada por todos os presentes deverá ser publicada.

CONSÓRCIO CISAMA**CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA CISAMA 21 05 2015**

Ofício 45/2015 Lages (SC), 15 de maio de 2015.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência e o(a) Vice Prefeito(a) para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense -CISAMA a ser realizada no dia 21 de maio de 2015 (quinta-feira) com início às 09:30 horas e encerramento às 11:30 horas na Sede da AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro – Município de Lages tendo a seguinte pauta:

- 1 Atuação do CISAMA em serviço sócio assistencial de alta complexidade: a demanda dos Municípios de Urubici e Rio Rufino na gestão associada da Casa Lar;
- 2 Doação dos veículos da Receita Federal ao CISAMA e doação de um veículo ao CIS/AMURES;
- 3 Projeto de Infraestrutura Turística na Orla de Barra Grande: apresentação de proposta complementar ao Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo;
- 4 Situação dos projetos de Regularização de Cascalheiras e encaminhamentos junto ao órgão ambiental;
- 5 Assuntos Gerais;

Atenciosamente ,

Edilson José de Souza
residente do CISAMA